

Maria do Carmo Franco Ribeiro
Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana



Maria do Carmo Franco Ribeiro

Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Maria do Carmo Franco Ribeiro

Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia
Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem
e do Povoamento

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
Professor Doutor Ricardo Mar
Professora Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira

DECLARAÇÃO

Nome: MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO

Endereço electrónico: mcristeiro@uaum.uminho.pt

Telefone: 965161073

N.º do Bilhete de Identidade: 10048304

Título da dissertação:

Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana

Orientadores:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Professor Doutor Ricardo Mar

Professora Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira

Ano de conclusão: 2008

Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Arqueologia, Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO.

Universidade do Minho, ____/ ____/ 2008.

Assinatura: _____

Agradecimentos

O longo percurso e a panóplia de aptidões que envolvem um trabalho de investigação desta natureza não se revêem na imagem tradicional de caminhada de aprendizagem em solitário. Foi, antes, uma trajetória calcorreada em equipa, onde confluíram conhecimentos e emoções, sustentados por laços de confiança e de oportunidades, mas, também, por dádiva e pela partilha. Circunstâncias essas que permitiram alcançar os objectivos na origem deste percurso, mas também ambicionar a novos desafios.

Nesse sentido, a minha singela gratidão dirige-se a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o que considero ter sido uma experiência ímpar de vida. Consciente de que estive rodeada de pessoas singulares e de que beneficiei de um ambiente de excepcional humanidade, as minhas palavras de agradecimento são para aqueles quem considero únicos no seu contributo, pois de uma forma amiga e afectuosa apostaram em mim e me deram a oportunidade de continuar a amadurecer e enriquecer cientificamente.

À Professora Manuela Martins, orientadora científica deste trabalho, minha professora e amiga de longa data, do tanto que lhe tenho a agradecer, gostaria de salientar a rectidão, o pragmatismo e a ponderação que sempre empregou à orientação prestada, mas, também, a dedicação e a perseverança incutidas nas nossas longas sessões de trabalho. O meu sincero reconhecimento pela oportunidade dada em continuar a desfrutar da sua extraordinária capacidade científica e inteligência emocional.

Ao Professor Ricardo Mar, também ele orientador científico deste trabalho, agradeço a oportunidade de comigo partilhar o “invejável” manancial de conhecimentos que possui e o espírito cativante, aberto e optimista que o caracterizam. O meu muito obrigado por se ter envolvido de forma tão entusiasta neste trabalho, me ter recebido em sua casa em Barcelona e me ter dedicado muito do seu tempo.

À Professora Maria da Conceição Falcão Ferreira, também ela orientadora científica deste trabalho, gostaria de agradecer todos os ensinamentos e orientação prestados, bem como a transcrição paleográfica dos documentos que nos facilitou.

Ao Professor José Meireles agradeço, para além da amizade, do apoio e da disponibilidade que sempre me ofereceu, a preocupação, o encorajamento e os

sábios conselhos que na hora certa sempre me transmitiu. O meu reconhecimento pela sua presença constante e pelo esforço que despendeu para enfrentar a sobrecarga horária lectiva, assegurando o serviço docente que me estava destinado, para que, assim, pudesse prosseguir a investigação enquanto equiparada a bolseira. A este propósito estou igualmente grata à Professora Manuela Martins e ao Professor Rui Morais.

Para a concretização dos nossos objectivos contribuíram, igualmente, um grupo particular de intervenientes, onde se incluem os meus já ex-alunos que participaram na obtenção de informação no campo, no âmbito de um Estágio e de um Seminário de Arqueologia da Arquitectura. A todos eles expresso o meu agradecimento. À Isabel Silva e ao Pedro Xavier, que permanecem envolvidos no projecto de estudo da morfologia da cidade de Braga, deixo uma palavra particular de reconhecimento pela forma entusiasta e profissional como têm contribuído para a recolha e tratamento da informação. Ao Maurício Guerreiro, colaborador da UAUM, agradeço o tratamento gráfico em *Photodeler* realizado sobre as fachadas dos edifícios estudadas neste trabalho.

A minha gratidão estende-se também, de forma muito especial, àqueles que, nos bastidores, me foram dando o alento necessário para acreditar: ao meu marido Berto, a quem basta agradecer todo o seu amor por mim; ao Diogo, ainda jovem e brincalhão, mas sempre muito carinhoso e preocupado; ao meu pai Eduardo, à minha mãe Manuela e à minha avó Estrela, a quem devo muito do que sou, que, indiscutivelmente, e apesar de à distância, foram sempre uma presença constante, uma âncora firme e o meu porto de abrigo seguro; ao meu irmão Pedro, à Lina e aos meus sobrinhos, Renato e Carolina, fontes onde bebi tranquilidade e energia positiva, agradeço o existirem na minha vida; ao pai Sá, à mãe São, ao Luís, à Marta e à pequena Bárbara, obrigado pela forma calorosa e preocupada com que me acompanharam ao logo desta trajectória.

Não queria deixar de referir, ainda, um conjunto de pessoas que sempre me apoiaram, onde se incluem os meus amigos (eles sabem quem são), mas, também, os colegas e os funcionários da Unidade de Arqueologia e do Departamento de História da Universidade do Minho, a quem manifesto o meu agradecimento.

Resumo

O presente trabalho insere-se no âmbito da Arqueologia Urbana e teve como objectivo geral o estudo da morfologia da cidade de Braga, desde a sua fundação romana até à Idade Moderna. Assim, para além da análise sincrónica da topografia da cidade nas épocas romana, medieval e moderna, procurámos, ainda, valorizar os mecanismos históricos responsáveis, quer pela preservação, quer pela mudança dos elementos que caracterizam os planos urbanos, tendo em vista perceber a evolução diacrónica dos espaços físicos construídos.

A concretização deste trabalho só foi possível graças à utilização de uma metodologia multidisciplinar, que procurou valorizar os diferentes componentes em que pode ser categorizado o espaço das cidades, como sejam, o plano urbano, o sistema viário, as parcelas, os quarteirões e o edificado.

O estudo da topografia histórica de Braga privilegiou o cruzamento de diferentes fontes de informação, nas quais se incluem as arqueológicas, as iconográficas e cartográficas, as histórico-documentais, mas, também, as marcas fossilizadas na paisagem urbana e no edificado actual, as quais foram objecto de um estudo de campo particular, usando uma metodologia de abordagem, inspirada na Arqueologia da Arquitectura.

Graças ao cruzamento de dados de natureza distinta foi possível elaborar plantas interpretativas para as três primeiras grandes fases históricas de ocupação da cidade (romana, medieval, moderna), e analisar a transformação de aspectos concretos da morfologia urbana, designadamente, o sistema viário, o parcelamento, os quarteirões e alguns edificados, considerados estruturantes na morfologia urbana, como acontece com as muralhas.

Os resultados alcançados permitiram destacar: a relevância da Arqueologia Urbana enquanto fonte insubstituível para o conhecimento das etapas mais antigas de ocupação das cidades e para a caracterização das alterações ocorridas nos elementos estruturantes do espaço urbano; as potencialidades oferecidas pelas fontes iconográficas e cartográficas para proceder a uma avaliação das alterações urbanísticas, mesmo para os períodos anteriores ao século XVI; o interesse da aplicação de uma metodologia de levantamento sistemático das marcas materiais conservadas e fossilizadas na paisagem urbana actual, enquanto indicadores dos elementos que caracterizam a morfologia urbana.

Abstract

This is an Urban Archaeology work centered on the study of the city of Braga's urban morphology, from its Roman foundation through to the Modern Age. Thus, in addition to the synchronous analysis of the topography of the city in Roman, medieval and modern times, I seek to understand the diachronic evolution of physical constructed space. For that task, I use the historical mechanisms responsible either for the preservation or for the changing of the elements that characterize urban plans.

A multidisciplinary approach was followed in order to highlight the different categorization components of cities, such as the urban plan, the road system, plots or lots, street blocks and buildings.

The study of the historical topography of Braga focused on the intersection of different sources of information, including archaeological, cartographical, iconographical and historical-documentary ones. The fossilized marks in the urban landscape and in present-day buildings were also the object of a particular field work, using a methodological approach inspired in the Archaeology of Architecture.

The crossing of different types of data, allowed for the development of interpretative plans of the first three major phases of historical occupation of the city (Roman, Medieval and Modern Ages), and paved the way to an analysis of the transformation of specific features of urban morphology, such as, in particular, road systems, plots or lots, street blocks and some buildings, like city walls.

The obtained results allow us to propose: the need for an increased awareness of the importance of Urban Archaeology as an irreplaceable source to the knowledge of cities' most ancient settlements and as fundamental to the characterization of changes occurred in the structuring elements of urban space; the need to consider the potential offered by iconographical and cartographical sources to the evaluation of urban changes, even regarding periods prior to the XVIth Century; the relevance of the application of a systematic survey of material marks – preserved and fossilized in the now existing urban landscape – methodology as fundamental indicators of the elements that characterize the urban morphology.

Índice do volume

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de figuras	xiii
Introdução	19
Parte I – Introdução ao Estudo da Morfologia Urbana	27
1. Introdução	29
2. Definindo a cidade como objecto de estudo	33
3. A evolução dos estudos de morfologia urbana	39
3.1 O contributo das disciplinas históricas	40
3.1.1 História Urbana	41
3.1.2 Arqueologia Urbana	47
3.2 O contributo das Ciências Sociais	53
3.2.1 Geografia Urbana	53
3.2.2 A perspectiva sociológica e antropológica	59
3.3 O contributo da Arquitectura e do Urbanismo	62
3.4 Conclusão	67
4. Elementos topográficos da morfologia urbana	69
4.1 O plano urbano	70
4.2 As ruas e as praças	73
4.2.1 As ruas	73
4.2.2 As praças	79
4.3 As parcelas e os quarteirões	82
4.3.1 As parcelas e a sua planta	82
4.3.2 Os quarteirões	89
5. A morfologia das cidades históricas	92
5.1 A cidade planificada: a trama ortogonal	95
5.1.1 A origem e difusão do plano ortogonal	97
5.1.2 A cidade romana	100
5.1.3 A sobrevivência do urbanismo romano na Antiguidade Tardia	106
5.1.4 O plano ortogonal na Europa medieval e moderna	110
5.1.5 As cidades novas medievais e as <i>bastides</i>	111
5.1.6 O urbanismo renascentista e barroco	113
5.2 A cidade de crescimento orgânico	116
5.2.1 As formas irregulares nas cidades	116
5.2.2 O plano irregular da cidade cristã medieval	118
5.2.3 Os núcleos urbanos irregulares na Idade Moderna	126
6. O crescimento urbano: limites e periferias	126
6.1 As muralhas e o desenvolvimento urbano	126
6.1.1 As muralhas romanas	129
6.1.2 As muralhas na Idade Média	133
6.1.3 A destruição das muralhas	138

6.2 O crescimento periférico	139
6.2.1 O crescimento orgânico/espontâneo/natural	141
6.2.1 O crescimento através dos caminhos	142
6.2.2 Núcleos e bairros periféricos	144
7. Conclusão	144
Parte II – Introdução ao Estudo da Morfologia Urbana de Braga	147
1. Introdução	149
2. Historiografia de Braga	151
3. Objectivos	180
4. Fontes para o estudo da morfologia	181
4.1 Fontes arqueológicas	181
4.1.1 Zonas arqueológicas	184
4.1.2 Achados isolados	186
4.1.3 O tecido histórico construído	188
4.2 Fontes iconográficas e cartográficas	190
4.3 Fontes histórico – documentais	195
5. Metodologia de análise	198
6. Conclusão	199
Parte III – Evolução da Paisagem Urbana de Braga	201
1. Introdução	203
2. A cidade romana	207
2.1 Introdução histórica	207
2.2 A fundação e a cidade do Alto Império	220
2.2.1 A fundação e planificação de <i>Bracara Augusta</i>	220
2.2.1 Dados disponíveis	224
2.2.2 O traçado das <i>insulae</i>	237
2.2.3 O sistema de pórticos	248
2.2.4 Comparação com outras fundações regulares	249
2.2.5 Conclusão	259
2.3 A cidade tardo-antiga	261
2.3.1 Dados disponíveis	265
2.3.2 A muralha tardia	271
2.3.3 A ocupação dos espaços de circulação	281
2.3.4 A mudança do conceito urbano	288
2.3.5 Conclusão	290
2.4 A cristianização da cidade	292
2.4.1 Dados disponíveis	299
2.4.2 A periferia e centro da cidade	300
2.4.3 Basílicas paleocristãs e necrópoles	301
2.4.3.1 O templo paleocristão da Sé Catedral	301
2.4.3.2 O templo paleocristão da igreja de S. Vicente	304
2.4.3.3 O templo paleocristão da igreja de S. Pedro de Maximinos	305
2.4.3.4 O templo paleocristão da igreja de S. Vítor	306
2.4.4 Braga entre a ocupação suévica e a Alta Idade Média	308
2.4.5 Conclusão	312
3. Evolução urbana da cidade medieval	315

3.1 Introdução histórica	315
3.2 O sistema defensivo	326
3.2.1 Evolução do traçado da muralha	326
3.2.2 O Castelo	337
3.2.3 Portas e caminhos	344
3.2.4 Levantamento e análise da muralha fernandina	357
3.2.4.1 Quarteirão D7	358
3.2.4.2 Quarteirão D2	368
3.2.4.3 Quarteirão C7	375
3.2.4.4 Quarteirão A1	382
3.2.4.5 Quarteirão A2	388
3.2.4.6 Quarteirão B3	395
3.2.5 Tecnologia construtiva	401
3.2.5.1 Características gerais	401
3.2.5.2 Torre e porta de Santiago	403
3.3 As ruas medievais	411
3.3.1 Rua Verde	416
3.3.2 Rua do Postigo	420
3.3.3 Rua da Triparia / Rua da Judiaria Nova	424
3.3.4 Rua das Travessas	429
3.3.5 Rua D. Gualdim Pais	431
3.3.6 Rua da Erva / Rua da Judiaria Velha	436
3.3.7 Rua da Olaria	439
3.3.8 Ruas das Oussias	442
3.3.9 Rua Pequena	446
3.3.10 Rua dos Cegos	449
3.3.11 Rua de Palhas	453
3.3.12 Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata	455
3.3.13 Rua de Janes	458
3.3.14 Loura e Terreiro do Castelo	461
3.3.15 Rua do Souto	463
3.3.16 Rua da Sapataria e Rua Nova	467
3.3.17 Rua dos Burgueses (Maximinos)	473
3.3.18 Rua de Trás dos Açougues	478
3.4. Os grandes edifícios públicos	482
3.4.1. A Sé Catedral	482
3.4.2. O Paço Arquiepiscopal	489
3.5. Conclusão	497
4. Braga nos inícios da Idade Moderna	502
4.1 Introdução histórica	502
4.2 O centro urbano	504
4.3 A perda da função militar da muralha fernandina	507
4.3.1 Rua de S. Marcos	508
4.3.2 Rua do Anjo	511
4.3.3 Rua do Alcaide	513
4.3.4 Campo das Carvalheiras e Campo das Hortas	516
4.3.5 Rua dos Biscainhos	518
4.4 A urbanização das vias suburbanas	520
4.3.1. Rua dos Chãos	521
4.4.2 Campo de Santa Ana / Campo e Calçada da Senhora-a-Branca / Rua da Régua	524
4.4.3 Rua das Águas / Rua da Ponte de Guimarães	526

4.4.4 Rua dos Pelames	528
4.4.5 Rua de S. Miguel-o-Anjo / Rua da Cruz de Pedra / Rua Direita	531
4.4.6 Rua das Cónegas	535
4.5. Conclusão	536
Considerações finais	539
Bibliografia	551

Lista de figuras

Figura 1 – Localização geográfica de Braga.....	20
Figura 2 – Fotografia aérea actual de Braga.....	20
Figura 3 – Missal bracarense de 1558 (folha de rosto).....	148
Figura 4 – D. Magni Ausoni Burdigalensis Opera (folha de rosto).....	153
Figura 5 – Crónica de Fernão Lopes.....	156
Figura 6 – D. Diogo de Sousa.....	157
Figura 7 – <i>Mapa de Braunio</i> (1594).....	158
Figura 8 – O Agiologio Lusitano.....	160
Figura 9 – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte I.....	161
Figura 10 – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte II.....	161
Figura 11 – História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, frontispício do vol. I.....	162
Figura 12 – Corografia portuguesa ... frontispício do Tomo I.....	163
Figura 13 – Corografia portuguesa... Cap. I – Braga.....	163
Figura 14 – <i>Restituet omnia</i> – ilustração de Vieira Lusitano de 1699-1783.....	164
Figura 15 – Memórias paroquiais de 1758 (Folha referente a Braga).....	165
Figura 16 – Folha de rosto do Mapa das Ruas de Braga de 1750.....	166
Figura 17 – Imagem da Igreja de S. Sebastião, no Largo das Carvalheiras, com estelas.....	167
Figura 18 – Albano Belino no seu museu lapidar de Braga.....	169
Figura 19 – Planta, alçado e corte do edifício destinado ao museu arqueológico em 1897.....	170
Figura 20 – Mapa de Braga de José Teixeira com proposta do circuito da muralha romana.....	171
Figura 21 – Fonte do Ídolo segundo Leite Vasconcelos.....	171
Figura 22 – Imagem da destruição da parte norte do Castelo de Braga.....	173
Figura 23 – Cônego Arlindo da Cunha em visita às escavações.....	174
Figura 24 – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (folha de rosto).....	175
Figura 25 – Aspecto geral das ruínas da Casa do Poço.....	176
Figura 26 – Visita do Primeiro-ministro Mário Soares a uma exposição sobre o Campo Arqueológico de Braga, em 1977.....	176
Figura 27 – Visita da Comissão Instaladora da U. M. às primeiras ruínas das Termas do Alto da Cidade, em 1977.....	176
Figura 28 – Revista Cadernos de Arqueologia (1985).....	178
Figura 29 – Revista Minia, série 1, nº 1.....	178
Figura 30 – Revista Forum.....	179
Figura 31 – Cadernos de Arqueologia. Monografias.....	179
Figura 32 – Série <i>Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas</i>	179
Figura 33 – Planta dos quarteirões actuais com a localização da muralha medieval.....	189
Figura 34 – Mapa do Império romano.....	208
Figura 35 – Povos indígenas da Península Ibérica.....	210
Figura 36 – Civitates do Norte de Portugal.....	211
Figura 37 – Cidades fundadas por Augusto no NO peninsular.....	212
Figura 38 – Mapa da Província de Entre Douro e Minho do século XVIII.....	213
Figura 39 – Rede viária do NO peninsular (sécs. I e II).....	215
Figura 40 – Vias romanas que ligavam <i>Bracara Augusta</i> ao resto do Império.....	217
Figura 41 – Vias romanas no <i>Mapa de Braunio</i>	217
Figura 42 – Vista aérea da Colina da Cidade.....	221
Figura 43 – Localização do <i>forum</i> romano segundo o <i>Mapa de Braunio</i>	223
Figura 44 – Zonas arqueológicas mais relevantes para o estudo do plano romano.....	225
Figura 45 – Restituição da métrica do edifício pré-termal (Colina do Alto da Cidade).....	226
Figura 46 – Restituição da métrica da <i>insula</i> das Carvalheiras (século I).....	228
Figura 47 – Reconstituição virtual da casa das Carvalheiras, fase I.....	229
Figura 48 – Restituição da métrica da <i>insula</i> do Ex-Albergue Distrital (século I).....	231
Figura 49 – Restituição da métrica da <i>insula</i> da Frei Caet. Brandão / S. Ant. das Travessas.....	232
Figura 50 – Restituição da métrica da <i>insula</i> da Escola da Sé.....	233
Figura 51 – Restituição da métrica da <i>insula</i> das Cavalariças.....	234
Figura 52 – Restituição da métrica da <i>insula</i> do Largo de S. Paulo.....	236
Figura 53 – Bairro das Travessas (<i>Mapa de Braunio</i>).....	237
Figura 54 – Malha urbana teórica da cidade romana e alinhamentos dos principais edifícios.....	239
Figura 55 – Modelo teórico da malha urbana de <i>Bracara Augusta</i>	244
Figura 56 – Cangosta das Águas (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	246
Figura 57 – Cangosta das Águas (Mapa.....	246

Figura 58 – Malha urbana teórica da cidade romana	247
Figura 59 – A forma <i>Urbis</i> de <i>Lucus Augusti</i>	251
Figura 60 – Plano urbano de <i>Asturica Augusta</i>	252
Figura 61 – Plano urbano de <i>Emerita Augusta</i>	254
Figura 62 – Plano de <i>Barcino</i> (Barcelona).....	255
Figura 63 – Plano urbano de <i>Caesaraugusta</i>	257
Figura 64 – Plano de <i>Pax Iulia</i>	258
Figura 65 – Torreão da muralha encontrado no Fujacal	266
Figura 66 – Planta das estruturas exumadas no Fujacal.....	267
Figura 67 – Miolo da muralha romana do Fujacal.....	267
Figura 68 – Restos da muralha romana sob a Capela da N. S. da Glória (Sé)	268
Figura 69 – Face externa da muralha romana sob a Capela da N. S. da Glória (Sé)	268
Figura 70 – Torreão da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa.....	268
Figura 71 – Torreão da muralha do Fujacal	268
Figura 72 – Pano da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa	268
Figura 73 – Muralha romana encontrada a norte da Rua Paio Mendes.....	268
Figura 74 – Perspectiva da escavação da muralha a norte da Rua Paio Mendes	269
Figura 75 – Restos da muralha nos terrenos anexos à Rua Paio Mendes	269
Figura 76 – Torreão da muralha encontrado no Fujacal	269
Figura 77 – Torreão da muralha descoberto na Imaculada Conceição.....	269
Figura 78 – Planta de Braga com a localização das sepulturas e inscrições funerárias	271
Figura 79 – Troço da muralha tardia na zona do Fujacal.....	274
Figura 80 – Torreão da muralha na Rua D. Diogo de Sousa.....	276
Figura 81 – Implantação da muralha no mapa de 1883/84.....	277
Figura 82 – Implantação da muralha baixo imperial na fotografia aérea	278
Figura 83 – Implantação da muralha tardia na cartografia actual	279
Figura 84 – Restituição do traçado da muralha romana tardia.....	280
Figura 85 – Restituição da métrica da <i>insula</i> da Carvalheiras (séculos III/IV)	282
Figura 86 – Restituição da métrica da <i>insula</i> das Carvalheiras (séculos IV-VII)	283
Figura 87 – Restituição da métrica da <i>insula</i> da Escola da Sé, no Baixo Império.....	284
Figura 88 – Restituição da métrica da <i>insula</i> do Largo de S. Paulo, no Baixo Império.....	285
Figura 89 – Restituição da métrica da <i>insula</i> das Cavalariças, no Baixo Império	286
Figura 90 – Restituição da métrica da <i>insula</i> de S. Geraldo, nº 30, no Baixo Império.....	287
Figura 91 – Edifício romano do séc. III / IV na zona da Sé Catedral.....	302
Figura 92 – Reconstituição da basílica paleocristã da Sé.....	303
Figura 93 – Estruturas exumadas nas escavações da área de S. Vítor	308
Figura 94 – Imagem área do centro urbano da cidade de Braga onde se observam os contornos da muralha medieval e do castelo	315
Figura 95 – O perímetro amuralhado romano e da primitiva cerca medieval	321
Figura 96 – Planta dos quarteirões actuais com a localização da muralha medieval fernandina	324
Figura 97 – Rua da Sapataria (Mapa do séc. XIX)	332
Figura 98 – Rua da Sapataria (Planta de 1883/84	332
Figura 99 – Perímetro intermédio da muralha medieval na fotografia aérea.....	333
Figura 100 – A muralha medieval segundo o <i>Mapa de Braunio</i>	335
Figura 101 – Quarteirão do Castelo medieval	340
Figura 102 – Torre de menagem	341
Figura 103 – Proposta de reconstituição do Castelo medieval	342
Figura 104 – Alpendres e pelourinho da fachada nascente do Castelo	344
Figura 105 – Porta do Souto (<i>Mapa de Braunio</i>).....	346
Figura 106 – Porta do Souto (MRB).....	346
Figura 107 – Porta de S. João (<i>Mapa de Braunio</i>).....	347
Figura 108 – Porta de S. João (Mapa de Braga Primaz).....	347
Figura 109 – Imagem da Capela dos Coimbras, onde se pode ver a porta de S. João.....	348
Figura 110 – Porta de S. Jacob (<i>Mapa de Braunio</i>).....	350
Figura 111 – Porta do Colégio (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	350
Figura 112 – Postigo da Cidade ... (<i>Mapa de Braunio</i>)	351
Figura 113 – Postigo da Cidade ... (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	351
Figura 114 – Porta ou Postigo da Cidade, de S. Bento ou de S. Sebastião	351
Figura 115 – Arco do Postigo	352
Figura 116 – Porta de Maximinos (<i>Mapa de Braunio</i>).....	353

Figura 117 – Porta de Maximinos (MRB)	353
Figura 118 – Porta da Ajuda	354
Figura 119 – Porta de S. Francisco (<i>Mapa de Braunio</i>)	355
Figura 120 – Porta de S. Francisco (MRB)	355
Figura 121 – Postigo de S. António e porta	356
Figura 122 – Postigo de S. António no <i>Mapa de Braga Primas</i>	356
Figura 123 – Porta de S. António	356
Figura 124 – Quarteirão D7	360
Figura 125 – Imagem das traseiras dos edifícios e quintais da Rua de S. Marcos.....	361
Figura 126 – Vista E/O do interior do quarteirão D7, acompanhando o traçado da muralha fernandina	362
Figura 127 – Parede do fundo do edifício D7:31, correspondente à face externa da muralha	363
Figura 128 – Parede do fundo do edifício D7:32 correspondente à face externa da muralha	364
Figura 129 – Traseiras do pátio do edifício D7: 34	365
Figura 130 – Pátio dos fundos do edifício D7:39	366
Figura 131 – Corredor por construir no interior do quarteirão D7 correspondente à muralha fernandina	367
Figura 132 – Limites do quarteirão D2 representados no <i>Mapa de Braunio</i>	369
Figura 133 – Antiga Rua de Palhas, junto à Igreja de S. Paulo.....	369
Figura 134 – Quarteirão D2	370
Figura 135 – Cerca do Seminário de Santiago (interior do quarteirão D2).....	372
Figura 136 – Cerca do Seminário de Santiago (Edifício D2: 16)	372
Figura 137 – Torre C, no lado nascente do Seminário de Santiago	373
Figura 138 – Seminário de Santiago visto de cima	374
Figura 139 – Quarteirão C7	376
Figura 140 – Quarteirão C7 segundo a representação do <i>Mapa de Braunio</i>	377
Figura 141 – Quarteirão C7 segundo a representação do <i>Mapa de Braga Primas</i>	379
Figura 142 – Quarteirão C7 (Planta de 1883/84).....	379
Figura 143 – Torre e muro oeste do quarteirão C7	380
Figura 144 – Torre de Santiago e Porta do Colégio	380
Figura 145 – Torre do Largo Paulo Orósio.....	380
Figura 146 – vista do interior do quarteirão no sentido E/O	381
Figura 147 – Muralha no interior do quarteirão C7	382
Figura 148 – Quarteirão A1 (<i>Mapa de Braunio</i>).....	383
Figura 149 – Quarteirão A1	384
Figura 150 – Rua da Violinha.....	386
Figura 151 – Restos da muralha medieval no quarteirão A1	387
Figura 152 – Restos da muralha medieval no quarteirão A1	387
Figura 153 – Edifício A1: 16.....	387
Figura 154 – Arco da Porta Nova	387
Figura 155 – Quarteirão A2	389
Figura 156 – Quarteirão A2 (<i>Mapa de Braunio</i>).....	390
Figura 157 – Quarteirão A2 (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	390
Figura 158 – Alçado sul do torreão existente no quarteirão A2	392
Figura 159 – Interior do edifício A2:7	393
Figura 160 – Interior do quarteirão A2	393
Figura 161 – Corredor de circulação nas traseiras do edifício A2: 26	394
Figura 162 – Muro nas traseiras do edifício A2: 26	395
Figura 163 – Quarteirão B3 (<i>Mapa de Braunio</i>)	396
Figura 164 – Quarteirão B3 (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	397
Figura 165 – Quarteirão B3 (planta 1883/84).....	397
Figura 166 – Quarteirão B3.....	398
Figura 167 – Edifício B3:12.....	400
Figura 168 – Pormenor da fachada do edifício B3:12	400
Figura 169 – Pormenor do interior do edifício	400
Figura 170 – Pormenor da muralha no interior do edifício B3:12.....	400
Figura 171 – Alicerces da muralha medieval na ZA da Escola da Sé.....	402
Figura 172 – Plano do alicerce da muralha medieval.....	402
Figura 173 – Torreão da muralha medieval descoberto da ZA da Escola da Sé	403
Figura 174 – Secção interior da Torre de Santiago	406
Figura 175 – Porta nascente da Torre de Santiago.....	407

Figura 176 – Porta nascente, vista interior	408
Figura 177 – Interior da Torre de Santiago	408
Figura 178 – 5º piso da torre da N. S. da Glória	409
Figura 179 – Torre da Glória	410
Figura 180 – Ruas medievais sobre o plano urbano romano.....	413
Figura 181 – Rua Verde <i>Mapa de Braunio</i>	418
Figura 182 – Rua Verde no <i>Mapa de Braga Primas</i>	418
Figura 183 – Rua Verde no Mapa do século XIX.....	418
Figura 184 – Reconstituição da Rua Verde na cartografia actual	418
Figura 185 – Rua Verde (MRB)	419
Figura 186 – Rua do Postigo (<i>Mapa de Braunio</i>).....	422
Figura 187 – Rua do Postigo (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	422
Figura 188 – Rua do Postigo (Planta de 1883/84).....	422
Figura 189 – Rua do Postigo (Mapa do séc. XIX).....	422
Figura 190 – Rua do Postigo (MRB).....	423
Figura 191 – Rua da Triparia (<i>Mapa de Braunio</i>)	425
Figura 192 – Rua da Triparia (<i>Mapa de Braga Primas</i>), dividida já nas ruas das Chagas e de S. António	425
Figura 193 – Rua da Triparia no Mapa do séc. XIX.....	425
Figura 194 – Rua da Judiaria Nova ou de S. António (MRB).....	426
Figura 195 – Rua da Judiaria Nova (Planta de 1883/84).....	427
Figura 196 – Rua da Triparia, actual Rua das Chagas e de S. António das Travessas, vista N/S)	427
Figura 197 – Rua das Chagas (MRB)	428
Figura 198 – Rua das Travessas (<i>Mapa de Braunio</i>)	429
Figura 199 – Rua das Travessas (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	429
Figura 200 – Rua das Travessas (Mapa do século XIX)	430
Figura 201 – Rua das Travessas	430
Figura 202 – Rua D. Gualdim Pais (<i>Mapa de Braunio</i>)	432
Figura 203 – Rua D. Gualdim Pais (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	432
Figura 204 – Rua D. Gualdim Pais (Mapa do séc. XIX).....	432
Figura 205 – Antigo Paço do Concelho.....	433
Figura 206 – Rua de D. Gualdim (MRB)	434
Figura 207 – Rua D. Gualdim Pais (Planta 1883/84).....	435
Figura 208 – Rua de D. Gualdim, troço actual.....	435
Figura 209 – Rua da Erva (<i>Mapa de Braunio</i>)	436
Figura 210 – Rua da Erva (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	436
Figura 211 – Rua da Erva (Mapa do séc. XIX).....	436
Figura 212 – Rua da Erva (de Santa Maria ou do Poço) (MRB).....	438
Figura 213 – Rua da Erva (Planta 1883/84).....	439
Figura 214 – Rua da Erva (actual Rua D. Gonçalo Pereira)	439
Figura 215 – Rua da Olaria (<i>Mapa de Braunio</i>)	440
Figura 216 – Porta do Sol.....	440
Figura 217 – Formas cerâmicas medievais encontradas na ZA da N. S. do Leite	441
Figura 218 – Rua da Olaria (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	442
Figura 219 – Rua da Olaria (Planta de 1883/84)	442
Figura 220 – Rua das Oussias (<i>Mapa de Braunio</i>).....	444
Figura 221 – Rua das Oussias (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	444
Figura 222 – Rua de Oussias (MRB).....	445
Figura 223 – Rua de Oussias (Planta de 1883/84)	445
Figura 224 – Rua de Oussias (presentemente)	445
Figura 225 – Rua Pequena (<i>Mapa de Braunio</i>)	446
Figura 226 – Rua Pequena (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	446
Figura 227 – Rua Pequena (Mapa do séc. XIX).....	446
Figura 228 – Rua Pequena (MRB)	447
Figura 229 – Rua Pequena (Planta de 1883/84).....	448
Figura 230 – Rua Pequena, no presente	448
Figura 231 – Edifício da Rua Pequena	449
Figura 232 – Rua dos Cegos / Forno (<i>Mapa de Braunio</i>)	451
Figura 233 – Rua dos Cegos / Forno (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	451
Figura 234 – Rua dos Cegos ou do Forno (Planta de 1883/84)	451

Figura 235 – Rua dos Cegos ou do Forno (MRB).....	451
Figura 236 – Rua dos Cegos ou Forno, no presente	452
Figura 237 – Rua de Palhas (<i>Mapa de Braunio</i>).....	453
Figura 238 – Rua de Palhas (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	453
Figura 239 – Rua de Palhas (Mapa do séc. XIX)	453
Figura 240 – Ruas de Palhas (Planta de 1883/84)	454
Figura 241 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (<i>Mapa de Braunio</i>).....	456
Figura 242 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	456
Figura 243 – Rua Paio Manta e Cruz da Carrapata (Mapa do séc. XIX)	456
Figura 244 – Rua Paio Manta e Rua da Carrapata.....	456
Figura 245 – Rua Paio Manta (planta topográfica 1883/84).....	457
Figura 246 – Rua de Janes (<i>Mapa de Braunio</i>)	459
Figura 247 – Rua de Janes (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	459
Figura 248 – Rua de Janes (MRB)	459
Figura 249 – Rua de Janes (Planta de 1883/84).....	460
Figura 250 – Rua de Janes, no presente.....	460
Figura 251 – Loura e Terreiro do Castelo (<i>Mapa de Braunio</i>)	462
Figura 252 – Loura e Terreiro do Castelo (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	462
Figura 253 – Loura e Terreiro do Castelo (<i>Mapa do século XIX</i>).....	462
Figura 254 – Loura e Terreiro do Castelo.....	462
Figura 255 – Rua do Souto no <i>Mapa de Braunio</i>	464
Figura 256 – Rua do Souto no <i>Mapa de Braga Primas</i>	465
Figura 257 – Rua do Souto no MRB	465
Figura 258 – Rua do Souto, no presente	466
Figura 259 – Rua da Sapataria (<i>Mapa de Braunio</i>).....	468
Figura 260 – Rua dos Sapataria (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	468
Figura 261 – Rua da Sapataria (MRB).....	469
Figura 262 – Rua Nova de Sousa (<i>Mapa de Braunio</i>).....	470
Figura 263 – Rua D. Diogo de Sousa, no presente,.....	471
Figura 264 – Rua Nova (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	472
Figura 265 – Rua da Sapataria (reminiscências actuais)	472
Figura 266 – Rua dos Burgueses (<i>Mapa de Braunio</i>)	474
Figura 267 – Rua dos Burgueses / Maximinos no <i>Mapa de Braga Primas</i>	474
Figura 268 – Rua dos Burgueses / Maximinos no MRB	474
Figura 269 – Rua dos Burgueses / Maximinos (Planta de 1883/84).....	476
Figura 270 – Rua dos Burgueses – Paio Mendes, no presente	477
Figura 271 – Edifícios da Rua Paio Mendes (02-2006)	477
Figura 272 – Rua de Trás dos Açougues (<i>Mapa de Braunio</i>)	480
Figura 273 – Rua de Trás dos Açougues (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	480
Figura 274 – Praça do Pão MRB.....	480
Figura 275 – Rua Paio Manta, no presente	481
Figura 276 – Basílica paleo-cristã da Sé Catedral.....	484
Figura 277 – Reconstituição do primitivo projecto basilical para a Sé de Braga	485
Figura 278 – Sé Catedral.....	486
Figura 279 – Inscrição de D. Manuel de Sousa (1544-1549)	492
Figura 280 – Porta da ala nascente do Paço Arquiepiscopal	492
Figura 281 – Brasão e inscrição na fachada poente do Largo do Paço.....	493
Figura 282 – Porta da ala central do Largo do Paço	495
Figura 283 – Paço de D. José de Bragança	496
Figura 284 – Incêndio do Paço no século XIX.....	497
Figura 285 – Rua de S. Marcos no <i>Mapa de Braunio</i>	509
Figura 286 – Rua de S. Marcos no <i>Mapa de Braga Primas</i>	509
Figura 287 – Rua de S. Marcos no MRB	510
Figura 288 – Rua do Anjo no <i>Mapa de Braunio</i>	512
Figura 289 – Rua do Anjo no <i>Mapa de Braga Primas</i>	512
Figura 290 – Rua do Anjo no MRB.....	512
Figura 291 – Caminho romano na Rua do Alcaide	514
Figura 292 – Rua do Alcaide (<i>Mapa de Braunio</i>).....	515
Figura 293 – Rua do Alcaide (MRB).....	515
Figura 294 – Rua do Alcaide (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	515
Figura 295 – Campo das Carvalheiras e das Hortas (<i>Mapa de Braunio</i>).....	517

Figura 296 – Campo das Carvalheiras e das Hortas (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	517
Figura 297 – Campo das Carvalheiras e das Hortas (Planta de 1883/84)	517
Figura 298 – Rua dos Biscainhos (<i>Mapa de Braunio</i>).....	519
Figura 299 – Rua dos Biscainhos (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	519
Figura 300 – Casas da Rua dos Biscainhos.....	519
Figura 301 – Mapa do século XIX	520
Figura 302 – Rua dos Chãos (Mapa de Braunio).....	522
Figura 303 – Rua dos Chãos (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	522
Figura 304 – Rua dos Chãos (Planta de 1883/84).....	522
Figura 305 – Casas antigas na Rua dos Chãos	523
Figura 306 – Campo de Santa Ana (Mapa de Braunio).....	525
Figura 307 – Campo de Santa Ana (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	525
Figura 308 – Campo de Santa Ana e Campo de N. S. a Branca	525
Figura 309 – Rua das Águas (MRB).....	527
Figura 310 – Rua das Águas/Rua dos Granjinhos/Rua da Ponte de Guimarães (<i>Mapa de Braunio</i>).....	527
Figura 311 – Rua das Águas/Rua dos Granjinhos/Rua da Ponte de Guimarães (Planta de 1883/84)	527
Figura 312 – Rua dos Pelames (<i>Mapa de Braunio</i>).....	529
Figura 313 – Troço norte da Rua dos Pelames (<i>Mapa de Braga Primas</i>).....	529
Figura 314 – Troço norte da Rua dos Pelames (Planta de 1883/84).....	529
Figura 315 – Rua dos Pelames (MRB).....	529
Figura 316 – Casas na Rua dos Pelames.....	530
Figura 317 – Ruas de S. Miguel-o-Anjo, Cruz de Pedra e Direita (<i>Mapa de Braunio</i>).....	532
Figura 318 – Ruas de S. Miguel-o-Anjo, Cruz de Pedra e Direita (<i>Mapa de Braga Primas</i>)	532
Figura 319 – Rua de S. Miguel-o-Anjo (MRB)	532
Figura 320 – Rua da Cruz de Pedra (MRB)	533
Figura 321 – Rua Direita (MRB)	534
Figura 322 – Rua da Cruz de Pedra e Rua Direita (Planta de 1883/84)	534
Figura 323 – Rua da Cónega (parcialmente) 1883/84	536

Introdução

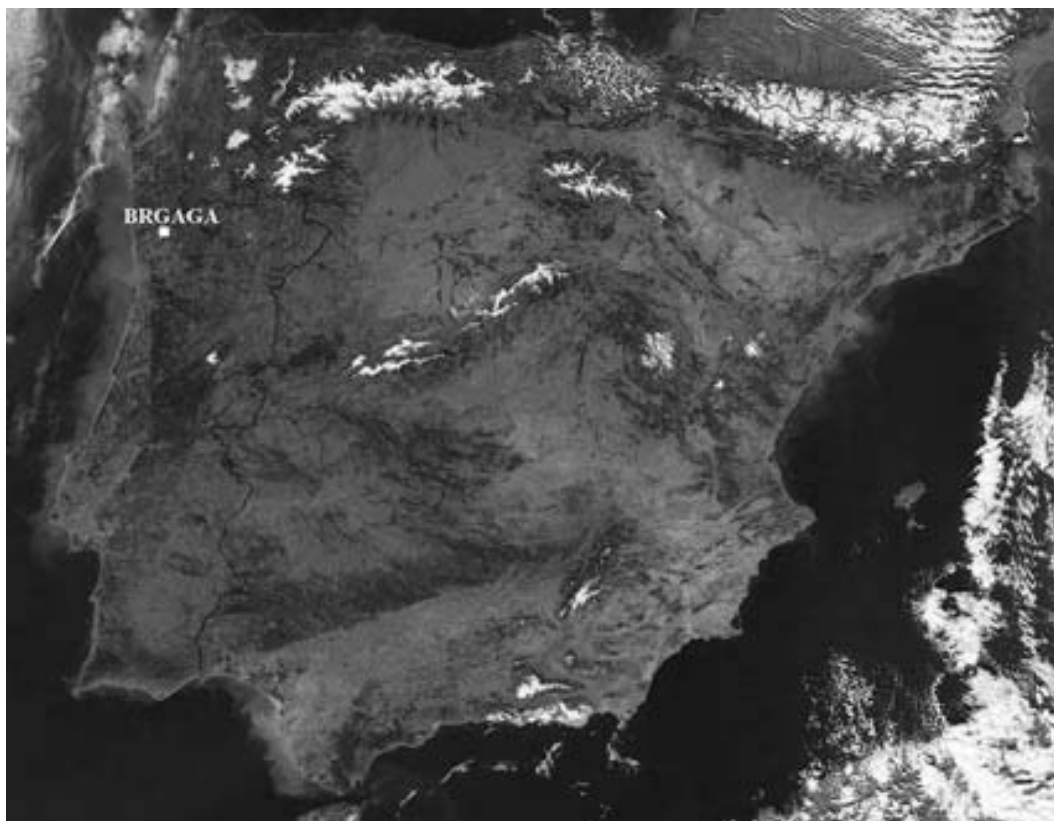


Figura 1 – Localização geográfica de Braga¹



Figura 2 – Fotografia aérea actual de Braga²

¹ Google Earth.

² Google Earth.

Braga inclui-se dentro do conjunto de cidades europeias que possui uma longa tradição histórica. Nos seus mais de 2000 anos de existência, a cidade conheceu, à semelhança de outras, de fundação romana³, um processo de formação específico, que determinou muitas das suas características morfológicas actuais. Na realidade, a cidade de Braga é, hoje, o resultado de um percurso complexo, onde distintas “cidades” se foram edificando ao longo dos tempos, num espaço em se encontram e se entrelaçam diferentes marcas e vestígios materiais dos seus sucessivos períodos de ocupação.

As características apontadas para a cidade de Braga são, na verdade, comuns à generalidade dos espaços urbanos com uma longa tradição histórica. De facto, a cidade constitui um lugar privilegiado de criação e conservação de memórias materiais, fruto de diferentes tempos e experiências, que foram deixando marcas impressas na sucessão de estruturas e de espaços que, sucessivamente, foram estruturando a sua forma física. Na realidade, grande parte dos elementos que nos permitem explicar a evolução urbana de uma cidade, é constituído por vestígios materiais visíveis, quer à superfície, no edificado sobrevivente, hoje analisável através da Arqueologia da Arquitectura⁴, quer no subsolo, sendo, neste caso, recuperáveis pelas escavações arqueológicas.

Contudo, existem outros elementos, mais subtis, mas não menos expressivos, que permitem aceder à análise da morfologia das cidades. Referimo-nos aos traços estruturantes da paisagem urbana, que podem ser simples linhas de parcelas, as ruas ou os caminhos. Na verdade, falamos das componentes fundamentais do tecido urbano, tradicionalmente valorizados e estudados pela Geografia Urbana⁵, constituídos por evidências físicas, perceptíveis sobretudo através da representação gráfica, cartográfica e da fotografia aérea, que constituem uma fonte de informação privilegiada na observação das mudanças morfológicas das cidades.

Subjacente a qualquer análise da morfologia das cidades, encontra-se, naturalmente, a abordagem do processo histórico que lhe foi imprimindo sucessivas configurações e protagonismos. Na realidade, a cidade estuda-se na

³ A título de exemplo podemos enunciar, desde logo, as que à semelhança de *Bracara Augusta* foram capital de Província na época romana, como as cidades castelhanas de Mérida (*Emerita Augusta*), Tarragona (*Tarraco*) e Córdova (*Corboba*), as cidades francesas de Lyon (*Lugdunum*) e Narbo (*Narbonne*), as alemãs de Colónia (*Colonia Agrippinensis*) e Móguncia (*Moguntiacum*) ou a cidade inglesa de Londres (*Londinum*).

⁴ A Arqueologia da Arquitectura constitui-se actualmente como uma disciplina ou uma especialização técnica e temática da Arqueologia cujos objectivos passam, em larga medida, pela atribuição de contexto e significado histórico ao edificado (Mannoni 1994; Parenti 1996; Caballero Zoreda 1996).

⁵ Estes elementos têm vindo a ser estudados de forma particular pela Geografia Urbana (Beaujeu-Garnier & Chabot 1970).

sua morfologia, mas, também, nos processos históricos que pautaram a sua evolução, quase sempre com repercussões na primeira, nos quais participaram homens e poderes que a foram modelando e que deles deixaram testemunho.

É, precisamente, a complexidade da cidade enquanto artefacto sofisticado que tem levado os especialistas de diferentes áreas do saber a afrontar o estudo das cidades. Neste âmbito, destacam-se disciplinas como a História, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, o Urbanismo, a Arquitectura e a Arqueologia, entre muitas outras, no âmbito das quais se têm produzido diversos estudos que têm explorado as cidades com base nos objectivos e nas fontes inerentes às respectivas disciplinas⁶.

Na verdade, os estudos, mesmo a nível internacional, que concretizam abordagens da evolução urbanística através do cruzamento de múltiplas fontes, designadamente materiais, escritas, iconográficas e cartográficas, são relativamente poucos⁷. Alguns novos e bem sucedidos projectos relativos à evolução urbana têm sido desenvolvidos em Inglaterra⁸, França⁹, Itália¹⁰ e Espanha¹¹.

O interesse pelo estudo do urbanismo das cidades, designadamente das morfologias e tipologias urbanas é um tema relativamente novo em Portugal, carecendo ainda de muita investigação, pese embora alguns contributos importantes de historiadores, geógrafos e arquitectos na análise de algumas cidades. Tais contributos têm incidido, sobretudo, na análise morfológica relativa aos períodos mais recentes, ou numa abordagem cronológica circunscrita, com destaque para o estudo do urbanismo medieval e, em alguns casos, romano.

⁶ A este propósito pode ler-se a publicação *La ville et l'urbain l'état des savoirs* (Paquot et al. 2000).

⁷ A título de exemplo refira-se o Atlas Histórico de Cidades Europeias, editado pelo Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona. Este projecto tem por objectivo a publicação das 100 cidades mais importantes da Europa. Até ao momento foram publicados o volume I, relativo às cidades da Península Ibérica (Guàrdia Bassols et al. 1994b) e o volume II, às da França (Pinol 1996).

⁸ Destacam-se os projectos de investigação desenvolvidos pelo *Centre for Urban History* da Universidade de Leicester, bem como a bibliografia publicada, disponível em <http://www.le.ac.uk/urbanhist/resources/research.html> (consultado às 22h, do dia 11 de Dezembro de 2006), pelo *Urban Morphology Research Group* da Universidade de Birmingham, designadamente o projecto *Mapping the medieval landscape*, e as suas publicações, disponíveis em <http://www.gees.bham.ac.uk/research/umrg/research.htm> (consultado às 23h, do dia 11 de Dezembro de 2006).

⁹ A título de exemplo pode mencionar-se o trabalho acerca da cidade francesa de Lyon (Reynaud 1998) ou os trabalhos desenvolvidos pelo *Laboratoire de Recherche Histoire Architecturale et Urbaine - Sociétés (LADRHAUS)*, da Escola de Arquitectura de Versalhes, uma formação habilitada pelo Ministério da Cultura e da Comunicação francês e dirigida cientificamente por Jean Castex, disponível em <http://www.versailles.archi.fr/LADRHAUS/>, consultado às 19h, do dia 22 de Janeiro de 1996). Acerca dos estudos sobre morfologia urbana realizados em França pode ler-se (Darin 1998).

¹⁰ Entre outros, refira-se o convénio intitulado *Cittá Storica: un centro per l a città*, sobre os problemas do centro histórico de Reggio Emília (Costa a cura di) (2003). Especificamente sobre a cidade de Roma destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela equipa multidisciplinar *Plan de Rome*, da Universidade de Caen, designadamente a publicação em livro e CD-Rom intitulada *Plan de Rome* dirigida por Phillippe Fleury (Fleury 2005) e a publicação *Rome An 2000 - Ville, maquette et modèle virtuel* (AAVV 2003).

¹¹ Destacamos a título de exemplos os trabalhos realizados acerca da cidade de Girona (Canal i Roquet et al. 1998a; 1998b). Acerca dos estudos sobre morfologia urbana realizados em Espanha pode ler-se (Villagrasa Ibarz 1998).

As dificuldades em proceder a estudos de morfologia urbana na longa duração resultam de diferentes ordens de factores. Por um lado, os elementos que caracterizam a morfologia urbana dos períodos históricos mais antigos, datáveis da época romana, só são recuperáveis pela Arqueologia urbana, não existindo, salvo raras excepções, uma preocupação de cruzar os dados arqueológicos das múltiplas intervenções realizadas em algumas cidades, tendo em vista a reconstituição da trama urbana de origem romana, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Por isso, a articulação do urbanismo romano com aquele que caracteriza o período medieval não tem sido considerada na maior parte dos núcleos urbanos nacionais. Por outro lado, os dados arqueológicos disponíveis para épocas mais recentes têm sido pouco, ou nada, valorizados nos estudos da morfologia urbana feitos por geógrafos ou arquitectos. Na prática, verifica-se que o urbanismo medieval é sobretudo estudado por historiadores, com base em fontes documentais, sendo o urbanismo da época moderna e da contemporânea território de análise preferencial dos geógrafos e arquitectos que usam sobretudo as fontes iconográficas e cartográficas.

Considerando que, no contexto nacional, a cidade de Braga constitui um caso particular, porque possui um projecto de intervenção arqueológica com trinta anos de existência, onde foi possível concentrar toda a informação recolhida, porque dispõe de um conjunto razoável de fontes cartográficas e históricas e, finalmente, porque a morfologia da cidade medieval se encontra largamente conservada, por razões que se prendem com as particulares circunstâncias do seu crescimento, elegemo-la como caso de estudo, tendo em vista uma análise diacrónica da sua morfologia.

Neste sentido, o presente trabalho pretende constituir um contributo para colmatar o vazio nacional de estudos urbanísticos de carácter diacrónico e para exercitar uma metodologia de abordagem, cruzando diferentes fontes e dados disponíveis.

Todavia, conscientes das limitações de tempo, mas, também, das que existem relativamente às fontes, optámos por realizar uma leitura do espaço, cronologicamente circunscrita, entre a fundação romana e os inícios da Idade Moderna. Por sua vez, este trabalho irá usar as fontes arqueológicas para os períodos romano e medieval, as fontes históricas para a época medieval e as fontes iconográficas e cartográficas para a época moderna, muito embora estas

constituam um elemento de leitura transversal para os diferentes períodos, devido ao facto de fossilizarem elementos de épocas diferenciadas.

Tendo em conta os objectivos que nos propomos atingir, este trabalho foi organizado em três partes.

A primeira (Parte I) será reservada a um conjunto de considerandos relativos ao estudo da morfologia urbana, razão porque a intitulámos de *Introdução ao estudo da morfologia urbana*. Aí serão sucessivamente analisados o conceito de cidade (2.), a evolução dos estudos realizados pelas diferentes disciplinas e respectivos contributos (3.), os elementos topográficos que caracterizam a morfologia urbana (4.), a morfologia das cidades históricas, com destaque para a análise dos planos regulares, de traça ortogonal e irregulares, resultantes do crescimento orgânico (5.) e o crescimento urbano que inclui uma abordagem do papel das muralhas e do crescimento periférico (6.).

A segunda parte do trabalho (Parte II), intitulada *Metodologia para o estudo da morfologia urbana de Braga*, integrará uma resenha historiográfica do estudo de Braga (2.), os objectivos do trabalho (3.), a caracterização das fontes disponíveis (4.) e, finalmente, a metodologia de análise (5.).

A terceira parte (Parte III) será reservada ao estudo concreto da evolução da morfologia de Braga, recebendo o título de *Evolução da paisagem urbana de Braga*. Aí será abordada a evolução da cidade entre a época romana e medieval (2.), sendo caracterizada a planimetria alto-imperial (2.2), a cidade tardo-antiga (2.3) e a cristianização da cidade (2.4). A caracterização e evolução da cidade medieval serão abordadas no ponto 3, com destaque para o sistema defensivo (3.2), as ruas medievais e respectivos edificados (3.3), os edifícios públicos religiosos e civis (3.4). Por fim, analisaremos a cidade de Braga nos inícios da Idade Moderna (4.), onde será dedicada particular atenção às implicações morfológicas decorrentes da perda de funcionalidade da muralha medieval (4.2) e à urbanização das vias suburbanas (4.3).

O trabalho inclui quatro conjuntos de anexos e dois de apêndices. O anexo I integra a informação relativa às fontes arqueológicas, o anexo II aos achados arqueológicos isolados, o anexo III às fontes histórico – documentais e o anexo IV à iconografia e cartografia histórica. O apêndice I inclui a documentação relativa ao tecido histórico da cidade resultante do levantamento realizado do edificado actual, enquanto o apêndice II integra as plantas interpretadas referentes às diferentes

fases de ocupação da cidade e às transformações ocorridas no plano urbano, desde a época romana até aos inícios da Idade Moderna.

Parte I –
Introdução ao Estudo
da Morfologia Urbana

1. Introdução

A morfologia urbana constitui actualmente uma área específica no estudo da cidade, só possível de realizar graças ao contributo de numerosos saberes produzidos no âmbito de diferentes disciplinas. Porém, a configuração de um conhecimento centrado no estudo das cidades históricas possui uma já longa tradição.

Na verdade, a preocupação sobre o modo de construir o espaço urbano e sobre o seu funcionamento começou a perfilar-se já na Antiguidade Clássica, como testemunham algumas obras que chegaram até nós. Um dos exemplos mais clássicos e marcantes desta consciência pode ser encontrado na obra do engenheiro e arquitecto romano Vitruvius¹², escrita no século I a.C., que, inclusivamente, viria a constituir-se como um modelo que influenciou profundamente alguns autores do Renascimento, designadamente Leon Battista Alberti¹³.

Mas, mesmo antes de Vitruvius, já Hipodamos de Mileto, cerca de 500 a.C., tinha proposto uma teoria racional para a organização das cidades criadas de novo, ainda que tal teorização tenha resultado de uma prática já consolidada nas civilizações do Próximo Oriente e Vale do Indo¹⁴, onde a organização reticulada dos espaços de vivência era habitualmente utilizada para concentrar e controlar a população residente. Na verdade, a reflexão sobre o fenómeno urbano pode já ser encontrada nas obras de Platão¹⁵ (428-348 a.C.) e de Aristóteles¹⁶ (384-322 a.C.), ainda que englobada genericamente no contexto da Filosofia.

Contudo, a teorização sobre a cidade ganhará ênfase particular no Renascimento, surgindo associada à Tradística da Arquitectura, na qual diferentes autores discutem a linguagem arquitectónica, procurando a sua

¹² O arquitecto romano *Marcus Lucius Vitruvius Pollio*, conhecido por Vitruvius, foi o autor da obra *De Architectura*, que corresponde a um tratado de arquitectura composto por dez livros, onde o autor aborda diversos temas, entre os quais a formação dos arquitectos, as diferentes construções públicas e privadas, ou os processos e os materiais de construção. Este tratado terá sido redescoberto no ano de 1414, em St. Gall, tornando-se numa obra de grande importância para a época (Castro Villalba 1995; Rosenau 1988), circunstância que se manteve até à actualidade. Recentemente foi traduzida do latim para o português (Maciel 2006).

¹³ Leon Battista Alberti (1401-1472) foi uma das principais figuras do Renascimento italiano, autor da obra *De Re Aedificatoria*, publicada em 1485. Na sua obra dá particular destaque aos problemas construtivos das cidades, analisando diversos aspectos como a habitação, as ruas, as fortificações, ou os arrabaldes (Rosenau 1988). Esta obra encontra-se traduzida em castelhano, sob o título *De Re Aedificatoria*, 1485, versão de J. Fresnillo Núñez, com prólogo de J. Rivera (Fresnillo Núñez 1991).

¹⁴ O conhecimento acerca das origens das primeiras cidades tem sido consideravelmente alargado graças aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Arqueologia. Existem inúmeras obras publicadas acerca do tema, destacando-se, desde logo, V. G. Childe, pioneiro nos estudos sobre a origem da cidade (Childe 1992).

¹⁵ Em particular, nas obras *Republica*, *Leis e Críticas*.

¹⁶ Sobretudo na sua obra *Política*.

normalização e racionalização, na busca de um método de elaboração intelectual e de abstracção matemática, quer para os edifícios, quer para a organização das cidades.

Dos teóricos do século XV, o mais importante foi, sem dúvida, L. B. Alberti. Porém, também Antonio Averlino, conhecido por Filarete¹⁷ e Francesco Di Giorgio Martini¹⁸, entre outros, contribuíram, com os seus *Tratados de Architectura*, para a génese do urbanismo, propondo que as cidades ideais fossem geométricas, com ruas rectilíneas, que deveriam convergir para um edifício ou uma praça, devendo as diversas partes da cidade ligar-se organicamente, de modo a proporcionarem simetria à composição urbana¹⁹.

Durante os séculos seguintes as teorias especulativas sobre a cidade ideal terão cada vez mais expressão, como nos demonstra, por exemplo, a *Utopia* de Thomas More²⁰, passando a constituir marcos importantes na forma de pensar, projectar e estudar o espaço urbano.

Todavia, as propostas elaboradas no Renascimento para configurar a cidade ideal, em larga medida inspiradas em Vitruvius, foram, na generalidade, modelos urbanos virtuais, que nunca chegariam a materializar-se, muito embora, tenham existido excepções, como aconteceu com a célebre cidade de Palma Nova²¹, construída nos finais do século XVI, construída com um plano desenhado por Vincenzo Scamozzi, perfeitamente regular, ou com as cidades *ex novo* criadas no Novo Mundo²².

Do mesmo modo, os ideais renascentistas foram sendo pontualmente aplicados em muitas cidades europeias, através da regularização e construção de novas ruas rectilíneas, da implantação de praças e jardins ornamentados de forma

¹⁷ Filarete foi o primeiro autor a conceber, no seu *Tratado de Architectura*, uma cidade baseada num plano radioconcêntrico, com um esquema perfeitamente geométrico, formado por uma estrela com 8 pontas, ou seja, um polígono com 16 lados, com 16 ruas radiais, que convergiam para a praça central, onde se encontraria o palácio do soberano. Filarete concebeu, assim, a sua cidade ideal, que denominou de Sforzinda, que nunca chegaria a ser construída. Segundo este modelo, as novas cidades renascentistas deveriam ser geométricas, com ruas largas e rectas, na exacta medida em que isso lhes proporcionava grandeza e nobreza (Harouel 1998).

¹⁸ Este autor, no seu *Tratado de Architectura Civil e Militar*, datado de 1495, continuou a defender, à semelhança de Alberti e Filarete, que a cidade ideal deveria possuir estrutura radial, perfeitamente ortogonal, baseada num octógono regular, com uma praça no centro, também ela octogonal, de onde irradiavam as ruas cortadas por vias circulares concêntricas (Harouel 1998).

¹⁹ A tratadística renascentista, designadamente as obras de Vitruvius e de Alberti, mas, também, outras fontes, têm sido entendidas como manuais práticos para o uso dos construtores, em qualquer época, sendo analisadas como potenciais contributos para a análise da técnica construtiva medieval (Castro Villalba 1996).

²⁰ A obra de Thomas More, escrita no século XVI, surge como uma proposta de criação e modelação do espaço natural, de modo a albergar uma sociedade virtuosa, numa realidade futura (Harouel 1998; Rosenau 1988).

²¹ Analisada por Luciano di Sopra (Sopra 1983).

²² Como aconteceu com algumas cidades coloniais portuguesas. A este propósito podem consultar-se alguns trabalhos realizados por geógrafos e arquitectos (Amaral 1987; Rossa 1995; Teixeira & Valla 1999; Rossa 2002b), destacando-se igualmente, o conjunto de trabalhos publicados no *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, realizado na Universidade de Campinas (AAVV 1998), ou alguns números da revista *Oceanos*, editada pela Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, entre os anos de 1989 e 2002, com particular destaque para o número 41 (AAVV 2000).

ostentatória, tendências que culminam no século XVIII com as tendências perfiladas na cidade barroca. Nesta, a harmonia e estética urbanas (ruas rectilíneas, traçado e fachadas regulares) e a ligação privilegiada da cidade à natureza envolvente, com planos globais que contemplavam a expansão da cidade e o seu embelezamento, determinando, em alguns casos, o derrube das muralhas, vão tornar-se características dominantes.

Depois do Renascimento, será a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, com as consequentes alterações que decorreram da sua materialização, bem como os problemas gerados pela explosão demográfica nos espaços urbanos europeus que irão pautar as novas preocupações urbanísticas, centradas, agora, na concepção e projecção de cidades capazes de oferecer soluções de progresso e continuidade ao urbanismo moderno²³.

As consequências geradas pela industrialização nos espaços urbanos europeus acabarão por impulsionar, igualmente, a partir do século XIX, a realização de estudos de morfologia urbana, associados à necessidade de definir e regular a cidade herdada, de projectar a sua expansão periférica²⁴ e, simultaneamente, de a conceptualizar como área de conhecimento, sujeita a metodologias específicas de análise. Será neste contexto que se desenvolve o debate relativamente à disciplina que deverá reclamar o protagonismo dos estudos sobre a morfologia urbana, sendo de destacar, a este propósito, a ampla e diversificada polémica oitocentista que se generaliza sobre a cidade, que permite aprofundar o seu conceito, favorecendo o aparecimento de áreas disciplinares que passam a integrar as discussões relativas ao urbanismo²⁵.

Os séculos XIX e XX assistirão ao aparecimento de uma vasta bibliografia, onde se incluem os trabalhos de diversos autores, dos quais se destacam, desde logo, os dos engenheiros e arquitectos, designadamente, do espanhol Ildefonso Cerdá²⁶, do francês Le Corbusier²⁷ e do austríaco de Camillo Sitte²⁸, trabalhos que

²³ Uma visão sobre o tema encontra-se nas obras de Leonardo Benevolo, Jean-Paul Lacaze ou Lewis Mumford (Benevolo 1994; Lacaze 1993; Mumford 2004).

²⁴ Refira-se, a título de exemplo, os projectos para as cidades de Madrid ou Barcelona, realizados por Ildefonso Cerdá (Cerdá 1968-1971; 1991), ou obra de E. Howard, publicada em 1902, intitulada *Tomorrow: A Peaceful Path to Land Reform*, reeditada em 1946, com o título *Garden Cities of Tomorrow* (Howard 1946).

²⁵ Foram os arquitectos e engenheiros (cuja distinção funcionava apenas ao nível da prática profissional) que, desde o século XVII, tentaram controlar o campo do urbanismo do ponto de vista técnico, situação que se verificou, tanto em Espanha (Bonet Correa et al. 1985), como em Portugal (Rossa 2002b).

²⁶ De entre as obras escritas por I. Cerdá destaca-se a *Teoría de la Construcción de Ciudades aplicada al Proyecto de Ensanche de Barcelona*, datada de 1859, a *Teoría de la viabilidad urbana y reforma de la de Madrid*, de 1861, reeditada em 1991 (Cerdá 1991) e a *Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios e doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona* (2 volumes), de 1867, reeditada em 1968-71, em 3 volumes, sendo o terceiro dedicado à vida e obra do autor (Cerdá 1968-1971).

ainda hoje constituem obras de referência no estudo da forma urbana. No entanto, o estudo da cidade acabará por tornar-se, desde inícios do século XX, num campo de análise reclamado por diferentes disciplinas, ao mesmo tempo que a especialidade “urbana” passou a representar uma área especializada de conhecimento, quer da Geografia²⁹, quer da Sociologia³⁰. Os trabalhos realizados, desde então, permitiram introduzir uma nova perspectiva de abordagem dos espaços urbanos, centrada no estudo do seu espaço físico, ou seja, na sua morfologia.

Este processo vai acelerar-se e ampliar-se no período posterior à II Grande Guerra, devido à destruição de numerosas cidades, facto que suscitou uma preocupação generalizada pela preservação³¹ e pela reconstituição dos espaços urbanos arruinados. Será neste contexto histórico preciso que emergiu a Arqueologia Urbana³², enquanto especialização dedicada à recuperação e estudo dos vestígios materiais conservados no subsolo das cidades sobrepostas, desenvolvendo-se, simultaneamente, os estudos de História Urbana³³.

Assim, o espaço construído da cidade, a morfologia urbana, passou a constituir um objecto de estudo quer da Arqueologia, quer da História, partilhando, deste modo, com a Geografia o interesse em analisar a estrutura física das cidades, ainda que utilizando diferentes fontes e metodologias de análise.

Contudo, não podemos deixar de considerar o inestimável contributo dos engenheiros, arquitectos e urbanistas que, desde o século XIX, se esforçaram por criar uma nova disciplina de carácter científico, o Urbanismo³⁴, a qual pretendia ter

²⁷ Le Corbusier 1970; 1989; 1992. A obra *Urbanismo* da autoria de Le Corbusier, publicada em 1925 (Le Corbusier 1992), provocou alguma controvérsia, pelo facto do autor defender a alteração das cidades actuais no sentido de as adaptar à sua época, ilustrando a sua teoria com o caso concreto do centro de Paris.

²⁸ A obra de Camillo Sitte, intitulada *Der Städtebau nach seinem künstlerischen Grundsätzen*, publicada, em 1889, forneceu à Alemanha e à Áustria os princípios para a criação de múltiplas extensões das cidades, como foi o caso de Munique, influenciando, igualmente, a Grã-Bretanha na realização das primeiras *graden-cities* (cidades-jardim). A sua influência estendeu-se, ainda, até aos finais dos anos 70 do século passado, quando os arquitectos e urbanistas da Europa e da América planearam os seus projectos de construção de espaços públicos e de convívio (Sitte 1996). A sua obra que foi prontamente traduzida e comentada em diversos idiomas (Collins & Collins 1980).

²⁹ Otto Schlüter foi considerado, por muitos, como o pai da Geografia Urbana, na primeira década do século XX, bem como o responsável pela introdução do conceito de paisagem cultural e pela análise da cidade do ponto de vista morfológico, através do estudo da evolução dos planos das cidades (Schlüter 1903).

³⁰ A realização de abordagens sociológicas da cidade conheceu um forte impulso nas primeiras décadas do século XX por parte da Escola de Chicago, com a publicação da obra de Robert Park (Park 1915).

³¹ Em 1954 (19 de Dezembro) é assinada a Convenção Cultural Europeia que, logo no artigo 1º acorda em “salvaguardar e fomentar o património cultural comum da Europa”... (disponível em http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_22033_1_0001.htm, (consultado às 15 h, do dia 10 de Dezembro de 2006).

³² Ver sobre o assunto o ponto 2.1.1.2.

³³ A este propósito, merece particular destaque a fundação do *Grupo de História Urbana*, na Universidade de Leicester, em Inglaterra, dirigido por H. J. Dyos (v. 2.1.1.1).

³⁴ A este propósito consulte-se a obra de Françoise Choay, intitulada *El urbanismo. Utopías y realidades*, escrita em 1965, onde a arquitecta procede a uma análise detalhada da história do pensamento urbanístico (um estudo pioneiro na época), avaliando os trabalhos de um vasto número de autores, desde a segunda metade do século XIX, até à década de 60, do século passado, onde se incluem Ildefonso Cerdá, Lewis Mumford ou Kevin Lynch (Choay 1970).

como objectivo a análise histórica da cidade e a sistematização e normalização dos elementos tipológicos básicos que formalizam a morfologia urbana, como a rua, as praças e os quarteirões³⁵. De facto, os arquitectos e os engenheiros, enquanto construtores da cidade, interessaram-se desde muito cedo pelo estudo do espaço construído, facto que contribuiu para a análise das formas urbanas pretéritas, mas, também, para a afirmação e definição de um novo campo de investigação, a morfologia urbana, reconhecendo-se, todavia, que o mesmo carecia do contributo de outras disciplinas sociais.

2. Definindo a cidade como objecto de estudo

As cidades são espaços extremamente complexos, que, enquanto campo de análise, implicam, necessariamente, o cruzamento de diferentes perspectivas de abordagem. De facto, podendo ser vistas como lugares de eleição para o estudo das sociabilidades, dos poderes e das tecnologias das sociedades, em diferentes épocas, elas constituem, também um facto material, em permanente construção³⁶.

O próprio conceito de cidade conheceu ao longo dos tempos variadas definições que foram sendo produzidas por filósofos, humanistas, eruditos e, mais recentemente, por diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre o estudo do fenómeno urbano. No entanto, nenhuma definição, jamais produzida, consegue abarcar a totalidade da cidade nas suas múltiplas dimensões, uma vez que as definições são sempre prisioneiras dos tempos e contextos que as viram nascer.

Nesta circunstância, ao falar da cidade deparamo-nos com conceitos bastante heterogéneos, mas igualmente válidos, consoante a perspectiva em que nos colocamos, seja ela histórica ou disciplinar. De facto, a definição grega de cidade nada tem em comum com a produzida na Idade Média europeia, ou com aquelas que foram formalizadas pelos geógrafos e pelos urbanistas na contemporaneidade³⁷.

³⁵ Como propõe Ildefonso Cerdá (Cerdá 1968-1971).

³⁶ Como assinala Henri Lefebvre, argumentando que a cidade deve ser reconhecida como espaço e como tempo, socialmente vivido e edificado, gerado e entendido (Lefebvre 1974).

³⁷ Existem inúmeras obras que abordam as diferentes concepções de cidade, podendo citar-se, entre outras, a de Pierre Lavedan, em três volumes (Lavedan 1926-1952), a de Lewis Mumford (Mumford 2004), as de Paolo Sica (Sica 1977; 1987), a de Fernando Chueca Goitia (Chueca Goitia 1996) ou a de Leonardo Benévolo (Benevolo 1995).

Sem qualquer pretensão de exaustividade, nem querendo insistir demasiado neste tópico, podemos enunciar algumas das concepções que foram sendo formalizadas em momentos históricos distintos.

A concepção da cidade grega encontra-se bem teorizada em Aristóteles³⁸, que define a *polis*, modelo da cidade-estado grega, segundo um conceito político, onde a cidade é o Estado e o Estado é a cidade, sendo esta formada pelo conjunto dos cidadãos, que nela exerciam a prática do sistema democrático, materializado na *agora*, ou praça, local de eleição para o exercício do poder político.

Já os romanos reinventam a cidade como conceito e como espaço. Para eles ela corresponde a um conjunto de infra-estruturas e de equipamentos destinados ao bem público, organizado numa área estruturada que alberga uma comunidade cívica e um conjunto de instituições que garantem o funcionamento regular das actividades que nela se desenvolvem, com destaque para a administração, o culto, o comércio e a produção.

Em contrapartida, a cidade medieval encontra-se intimamente ligada a uma concepção defensiva do espaço, que implica, necessariamente, a existência de uma muralha. A sua definição está bem patente nas palavras de Afonso X³⁹, o Sábio, monarca do século XIII, que considera a cidade como um lugar rodeado por muralhas, com os arrabaldes e edifícios por elas protegidos⁴⁰.

O conceito vai conhecendo outras definições que decorrem de novos contextos históricos, os quais conformam novas preocupações e novas ideologias. De facto, os centros urbanos foram sempre fruto da mentalidade, cultura e tecnologia dos homens que nela viveram, sendo estes, por sua vez, inevitavelmente moldados pela experiência da vivência urbana.

O século XVIII anuncia um novo conceito de cidade, que tem nas cidades capitais políticas barrocas a sua expressão mais acabada. A cidade barroca, produto do desenvolvimento económico e político europeu é, fundamentalmente, um espaço administrativo e burocrático, de origem principesca ou senhorial, que

³⁸ Aristóteles (384-322 a.C.) foi talvez o discípulo mais famoso de Platão, destacando-se deste pelo realismo do seu pensamento. Entre outras obras escreveu a "*Política*" (Politéia), onde o autor trata temas como a composição da cidade, a escravidão, a família, ou a riqueza. Trata-se de uma obra composta por oito livros, que se encontra publicada em várias línguas, designadamente, numa edição bilingue portuguesa, da autoria de António Amaral e Carlos Gomes, a partir do original grego (Aristóteles 1998).

³⁹ Afonso X (1221-1284), cujo cognome era *O Sábio*, devido à sua própria cultura e às iniciativas que realizou, foi autor de muitas obras, bem como fundador da Escola de Tradutores de Toledo.

⁴⁰ Chueca Goitia 1996.

atrai pela riqueza e pelo luxo, valorizando a ostentação, o consumo e o fausto⁴¹, organizando-se de forma cenográfica com espaços e arquiteturas de prestígio.

Na verdade, as definições referidas correspondem a diferentes momentos históricos e, obviamente, a espaços urbanos com características estruturais diversas. Neste sentido, podemos afirmar que os sucessivos conceitos de cidade são prisioneiros da História, uma vez que só podem ser entendidos nos próprios contextos que os produziram e em função das vivências e preocupações dos homens que paulatinamente reelaboraram as paisagens urbanas.

Sem dúvida que os processos decorrentes da revolução industrial foram responsáveis por uma nova concepção de cidade, devido às alterações estruturais operadas nos núcleos urbanos europeus, mas, também, à crescente densidade populacional dos mesmos, fenómeno que se arrasta até aos nossos dias. As mutações operadas, em consequência dos fenómenos enunciados, acabariam por introduzir na discussão do conceito de cidade outros protagonistas, cujo papel se articulará, também, com a programação e planeamento dos espaços urbanos, no intuito de os ordenar e racionalizar. Na verdade, foram as elites urbanas, agora genericamente burguesas, que apostaram num programa de reorganização e renovação das cidades, sobretudo dos centros históricos, que se opõem aos espaços periféricos que vão crescendo de forma espontânea e sistemática, como verdadeiras cidades satélite⁴². A cidade contemporânea surge, assim, como um espaço dicotómico e hierarquizado, onde o centro histórico assume crescente importância, pois representa a sedimentação de sucessivas formas urbanas, recebendo, por isso, investimentos arquitectónicos que embelezam, visibilizam e dão projecção à cidade.

Os constrangimentos sofridos pelos centros urbanos no seu processo de crescimento e transformação nos últimos dois séculos, tornaram fundamental a emergência dos urbanistas, necessários, quer à teorização das concepções urbanas, quer à planificação dos espaços, fazendo emergir o Urbanismo como campo disciplinar autónomo⁴³.

⁴¹ A cidade barroca foi definida pelo economista Richard Cantillon, na obra *Essay on the Nature of Trade in General* (Cantillon 1959), como um lugar agradável, destinado aos que valorizam o prestígio e a ostentação. Aquela obra, publicada sem o seu nome, foi-lhe atribuída vinte anos depois da sua morte, em 1755. A obra pode ser consultada na íntegra em <http://www.econlib.org/library/NPDBooks/Cantillon/cntNT1.html> (consultado às 23h, do dia 16 de Dezembro de 2006).

⁴² Chueca Goitia 1996.

⁴³ As propostas para a criação deste novo campo de investigação surgem nos finais do século XIX e são encabeçadas pelos arquitectos e engenheiros (Bonet Correa *et al.* 1985), entre os quais se destaca Ildefonso Cerdá.

Como resultado dos processos enunciados surge uma crescente preocupação pelo estudo do fenómeno urbano, que dará origem a novas concepções de cidade, agora associadas às diferentes disciplinas que passam a abordá-la sob perspectivas diferenciadas. Falamos naturalmente da História⁴⁴, da Geografia⁴⁵, da Sociologia⁴⁶ e da Antropologia⁴⁷ que criaram áreas específicas de investigação, mas, também, da História da Arte, da Arquitectura e do Urbanismo, entre outras.

Evidentemente que todas estas disciplinas tiveram que se posicionar face ao seu específico objecto de estudo, começando por defini-lo e por desenvolver metodologias distintas para a investigação da realidade urbana.

A cidade passa assim a ser estudada sob diferentes perspectivas e olhares. Por exemplo, Oswald Spengler⁴⁸ abordará a cidade na perspectiva da História Universal, enquanto Henri Pirenne⁴⁹ a valorizou, sobretudo, numa perspectiva económica. Já Lewis Mumford⁵⁰ privilegiou o ponto de vista sociológico, enquanto Aldo Rossi⁵¹ fez incidir a sua análise na arquitectura do espaço urbano.

Mau grado a proliferação de abordagens da cidade enquanto objecto de análise, perspectivadas do ponto de vista das múltiplas disciplinas que a estudam, bem como a ausência de uma definição consensual⁵², não podemos deixar de destacar a existência de alguns elementos comuns a diferentes definições, como sejam, a densidade demográfica e o tipo de actividades representadas, que parecem constituir variáveis válidas na caracterização do espaço urbano em qualquer época⁵³.

No entanto, podem ser valorizados outros aspectos na definição do conceito. Um deles associa-se ao modo de vida do conjunto da população, ou seja, à diferenciação interna das actividades. Outro, poderá articular-se com a função principal desempenhada pela cidade, muito embora estejamos perante um critério

⁴⁴ Os estudos em História Urbana e a definição do conceito tiveram um forte impulso com a obra dirigida por George Duby (Duby 1980-85), relativa à História Urbana de França.

⁴⁵ A este propósito podem ler-se as obras gerais de Geografia Urbana (George 1967; Beaujeu-Garnier & Chabot 1970; Carter 1987).

⁴⁶ Os estudos realizados em França na área Sociologia Urbana conheceram um forte incremento com os trabalhos de Paul-Henry Chombart de Lauwe (Chombart de Lauwe 1965; 1982). Na obra de M. Castells podem encontrar-se as posições mais recentes de Sociologia Urbana (Castells 2000).

⁴⁷ A cidade, definida de um ponto de vista antropológico pode encontrar-se na obra de Mark Gottdiener (Gottdiener 1994).

⁴⁸ Oswald Spengler (1880-1936), historiador alemão, na obra intitulada *The Decline of the West*, procedeu a uma abordagem comparativa entre a civilização ocidental e as grandes civilizações do mundo antigo na tentativa de explicar o inevitável declínio da Europa, abordando a cidade como fenómeno universal (Spengler 1926). Alguns excertos da sua obra podem ser consultados em <http://home.alphalink.com.au/~radnat/spengler/> (consultado às 12h, do dia 12 de Abril 2007).

⁴⁹ Henri Pirenne propõe uma definição de cidade com base na função económica da mesma, na exacta medida em que nenhuma cidade se desenvolveu sem estar associada ao comércio ou a indústria (Pirenne 1989).

⁵⁰ Lewis Mumford aborda a cidade como o resultado de uma relação social integrada, da qual se constitui forma e símbolo (Mumford 2004).

⁵¹ Aldo Rossi propõe que a cidade deve ser entendida como uma obra de arquitectura, razão pelo qual deve ser estudada pelos arquitectos e a Arquitectura é a chave para uma correcta interpretação da cidade (Rossi 1982).

⁵² Capel 1975.

⁵³ Estes critérios têm sido apontados para a sua definição, desde longa data, pela Geografia (Allix 1960).

ambíguo, na exacta medida em que as cidades são sempre funcionalmente diversificadas, podendo, também, ter alterado a sua função principal ao longo do seu percurso histórico. A título de exemplo, podemos destacar a realidade portuguesa, onde a definição de cidade se pautou, até à segunda metade do século XIX, por critérios de natureza eclesiástica. Ou seja, a cidade era a sede de bispado e os demais centros urbanos, por muito dinâmicos que fossem eram vilas no conceito administrativo⁵⁴. E como não há regra sem excepção recorde-se a vila de Bragança, passada a cidade sem bispo⁵⁵.

Todavia, encontramos outros conceitos associados à valorização funcional do espaço urbano, como sejam, os de cidade – mercado (função comercial), cidade – fortaleza (função defensiva), cidade capital administrativa (função política), cidade industrial (função económica), cidade santuário (função religiosa), cidade universitária (função intelectual) ou mesmo cidade digital (Cibercidade)⁵⁶.

Na realidade, as dificuldades em criar um conceito de cidade universalmente válido não resultam tanto da escassez de variáveis para formalizar a sua definição, mas antes da impossibilidade real de as cruzar de forma abrangente, de modo a que possam expressar toda a complexidade do fenómeno urbano, na sua imensa diversidade histórica, vivencial e material. Do ponto de vista teórico, podemos mesmo afirmar que as definições de cidade se agrupam em dois tipos básicos. Com efeito, existem definições que se baseiam num ou dois critérios considerados essenciais e outras que procuram reunir diferentes características do fenómeno urbano, que sublinham a sua complexidade⁵⁷.

A generalidade das definições de cidade produzidas no âmbito de algumas disciplinas científicas, particularmente pela Geografia Urbana, deixou de fora um aspecto fundamental na caracterização do espaço urbano. Referimo-nos ao seu carácter material e físico, na exacta medida em que ele constitui um palimpsesto⁵⁸

⁵⁴ Portugal conheceu desde o século XII até ao século XIX um número bastante reduzido de aglomerados que receberam foro de cidade, pelos monarcas. As cartas de concessão deste privilégio foram apresentadas em 1916 por Pedro de Azevedo, sem que, no entanto, as razões para tal circunstância fossem completamente justificadas (Azevedo 1916). Em 1973 Joaquim Veríssimo Serrão procedeu a um estudo sobre a evolução do conceito de promoção do foro de cidade, provando que os critérios que pautaram a atribuição do título se baseavam em razões de ordem religiosa, elevando-se a este estatuto apenas os aglomerados urbanos que eram sede de bispado, assim como não existirem diferenças de privilégios entre vilas e cidades, pelo que, do ponto de vista urbano e operativo, ambas eram centros urbanos. O número de centros urbanos que eram sede de bispado foi inicialmente muito reduzido, concentrando-se a norte do rio Mondego até ao século XII, estendendo-se paulatinamente para sul ao longo dos séculos XII, XIII e XIV. A existência de uma catedral e de um prelado continuou a ser a condição que pautou a atribuição de foro de cidade ao longo dos séculos XV e XVI, como ocorreu com os aglomerados das Ilhas Portuguesas dos Açores e da Madeira. Somente no século XIX, com a rainha D. Maria, se assiste ao aumento generalizado de atribuição do foro de cidade, passando a valorizar-se critérios de ordem demográfica e económica (Serrão 1973).

⁵⁵ Ferreira 1997.

⁵⁶ Silva 2004.

⁵⁷ Capel 1975.

⁵⁸ Martin 1968.

de marcas, que devemos ter em conta na sua definição e que apenas foi valorizado pelos urbanistas, na caracterização do Urbanismo enquanto campo disciplinar. Na verdade, a cidade histórica é, por excelência, um lugar de sedimentação de projectos construtivos que se sucederam no espaço e no tempo, enquanto realidades morfológicas diacrónicas e sincrónicas⁵⁹.

A cidade histórica pode ser entendida como produto, ou resultado de um processo de crescimento ou transformação, que resulta de um vasto conjunto de condições topográficas, económicas, sociais, políticas e culturais, que se entrecruzam permanentemente⁶⁰. Por isso, a cidade representa um verdadeiro arquivo da História das civilizações⁶¹, possuindo, também, uma história individual que deve ser investigada. Na verdade, qualquer cidade conforma-se como um repositório das marcas físicas e materiais que se foram sobrepondo ou incorporando nas sucessivas tramas que formalizaram o espaço urbano. Deste modo, a compreensão da sua componente material exige a percepção do espaço urbano como um todo, susceptível de ser observado, analisado e decomposto nos seus elementos estruturais, tendo em vista, a identificação e compreensão das reminiscências das distintas formas urbanas que se sucederam no tempo e a restituição dos processos históricos associados à dinâmica evolutiva da cidade⁶².

Apesar da constatação de que a cidade representa um palimpsesto repleto de traços conservados das formas urbanas anteriores somente na década de sessenta do século XX se começou verdadeiramente a perfilar aquilo que alguns designam como “ciência da cidade⁶³” ou “ciência urbana⁶⁴”, que propõe a sua abordagem enquanto espaço físico construído. Desde então, e paralelamente ao crescente desenvolvimento do fenómeno urbano, as cidades passaram a ser objecto de numerosos estudos⁶⁵ que procuraram abordá-las de diferentes perspectivas, designadamente, do ponto de vista da sua morfologia, desenvolvendo-se, assim, um novo campo de pesquisa interdisciplinar, que tem beneficiado das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação.

⁵⁹ Grumbach 1992.

⁶⁰ Ladero Quesada 1995.

⁶¹ Chueca Goitia 1996.

⁶² Panerai *et al.* 1983; Lacaze 1993.

⁶³ A este propósito veja-se o prólogo de Jean Castex (Panerai *et al.* 1983: 13-17).

⁶⁴ Como propõe Aldo Rossi (Rossi 1982).

⁶⁵ García Ballesteros 1995b.

3. A evolução dos estudos de morfologia urbana

Apesar dos sucessivos esforços para definir e consolidar o Urbanismo⁶⁶ como campo de saber autónomo, a cidade constitui um objecto de análise muito complexo, que inclui a sua expressão física, material e territorial, mas, também, a comunidade que nela se estabelece, bem como as actividades que aí se organizam e desenvolvem⁶⁷. Neste sentido, dificilmente o estudo da cidade pode ser reclamado apenas pelos urbanistas, o mesmo acontecendo com qualquer outra disciplina. De facto, nenhuma ciência pode reivindicar a cidade como objecto de análise exclusivo, sendo sim necessário perspectivá-la com diferentes olhares. Um deles, é, necessariamente, aquele que incide na sua dimensão morfológica, objecto deste trabalho.

O estudo da morfologia urbana conforma-se, assim, como uma perspectiva de abordagem multidisciplinar que tem como objectivos centrais identificar e caracterizar o espaço construído, através dos elementos físicos que compõem o plano da cidade, como sejam as parcelas, os quarteirões ou as ruas, analisar a sua distribuição espacial, compreender a relação e articulação daqueles elementos dentro da estrutura do tecido urbano e, finalmente, definir e caracterizar o espaço construído, com os seus edificados, o qual deve ser inserido na lógica da estruturação hierarquizada da cidade.

Todavia, o estudo da morfologia urbana pressupõe, naturalmente, análises complementares que permitam compreender o processo de formação e organização do tecido urbano, bem como as múltiplas interacções que se estabelecem com o meio envolvente e no interior da própria cidade⁶⁸. Desde logo, importa analisar os núcleos urbanos na sua relação com a paisagem, na medida em que a interacção entre ambos é modeladora das características do espaço construído. Por outro lado, é igualmente importante valorizar a relação entre as componentes físicas do tecido urbano (parcelas, quarteirões, sistema viário e áreas livres) e o edificado que com elas se associa. É ainda indispensável avaliar as componentes sociais, económicas e culturais que se associam ao uso e à

⁶⁶ Segundo a definição elaborada por Luigi Piccinato, na Enciclopédia Italiana (Roma, 1935), o urbanismo refere-se à evolução da cidade no seu todo, considerando-se aquela como um ser vivo, em permanente transformação, sujeita a influências que podem estudar-se de forma isolada, mas que actuam em conjunto (Prado 1985).

⁶⁷ García Ballesteros 1995a; Prado 1985.

⁶⁸ Merlin 1988.

apropriação do solo urbano, uma vez que elas intervêm de forma activa e diferenciada na estruturação e evolução da forma urbana⁶⁹.

Neste sentido, o estudo da morfologia urbana não dispensa os actores que intervieram na sua construção, nem os processos históricos que permitiram a sua evolução e continuada mutação⁷⁰. A dinâmica das cidades e a relação entre os seus elementos levou alguns morfologistas urbanos a preferir o termo “morfogénese urbana” para descrever este campo de estudo⁷¹.

3.1 O contributo das disciplinas históricas

As disciplinas históricas ocupam um lugar de destaque no estudo das formas urbanas por permitirem dar sentido diacrónico à transformação das cidades, uma vez que a sua metodologia lhes permite analisar o processo histórico, mas, também, contextualizar a evolução das paisagens urbanas.

De facto, estudar a cidade pressupõe compreender o comportamento humano e a sua dinâmica social, política, económica, ideológica, tecnológica e cultural, do mesmo modo que estudar a dimensão humana pressupõe dar significado às cidades como espaços de vivência. Por isso, o estudo da morfologia da cidade histórica carece de uma análise das fontes documentais e iconográficas que sobre ela existam, não só porque elas constituem, por vezes, a única informação sobre certos aspectos da mesma, mas, também, porque aquelas fontes representam um complemento informativo para a análise dos espaços parcialmente conservados ou soterrados.

Na verdade, os vestígios físicos e materiais que permitem estudar a cidade nas suas formas primordiais encontram-se, na generalidade, sob a massa construída actual, sendo, por isso, só possíveis de recuperar pela prática arqueológica. Mesmo assim, a Arqueologia teve que desenvolver metodologias específicas para conseguir concretizar os seus objectivos no estudo das cidades sobrepostas, pois, os elementos caracterizadores da morfologia urbana que se sucederam ao longo dos tempos encontram-se frequentemente camuflados sob os edifícios e espaços posteriores. Este facto obriga os arqueólogos a estar atentos à própria construção da cidade actual e a utilizar técnicas para estudar as estruturas

⁶⁹ A influência dos agentes socioculturais na estrutura urbana tem sido evidenciada por diversos autores segundo diferentes perspectivas (Lefebvre 1974; Mumford 2004; Gottdiener 1997; Castells 2000).

⁷⁰ Merlin 1988.

⁷¹ A título de exemplo, refira-se o trabalho de Gaetan Desmarais acerca da morfogénese de Paris (Desmarais 1995).

antigas que possam ter sobrevivido integradas e/ou recicladas nos espaços urbanos contemporâneos.

3.1.1 História Urbana

Em termos cronológicos o fenómeno urbano e a escrita são contemporâneos, circunstância que permitiu criar um importante acervo documental relativo aos aspectos sociais, económicos e políticos que conformaram as primeiras formas urbanas do mundo antigo.

Sendo certo que a História nasce na Grécia Antiga⁷², o papel que lhe foi reservado, enquanto narrativa do acontecido, não produziu relatos precisos sobre as formas urbanas antigas, pese embora a existência de referências genéricas a povos e cidades. De facto, na Antiguidade Clássica os diferentes interesses políticos e ideológicos permitiram o aparecimento de relatos escritos sobre a origem e a evolução das civilizações, numa perspectiva essencialmente valorativa dos seus principais feitos, como aquela que podemos encontrar na obra do filósofo e historiador romano Tito Lívio⁷³, que nos fornece as linhas gerais do desenvolvimento da civilização romana, com origem na fundação de Roma.

No entanto, a reflexão e elaboração de enunciados relativos ao modo de viver urbano encontram-se preferencialmente no *Tratado de Architectura* de Vitruvius, obra exterior à historiografia antiga.

Assim, podemos afirmar que o reconhecimento da dimensão histórica das cidades europeias não é anterior aos finais da Idade Média, momento a partir do qual as cidades passam a ser consideradas um ambiente específico de vivência. Neste contexto, as Crónicas e os Anais constituem as primeiras referências historiográficas da realidade urbana.

Todavia, a História Urbana nascerá apenas no Renascimento, coincidindo, quer com o crescimento dos centros urbanos europeus, facultado pelo desenvolvimento técnico e pelo aumento demográfico, quer com o debate de diversas utopias urbanas, parcialmente inspiradas na análise das obras dos urbanistas da Antiguidade, designadamente, na de Vitruvius. Ao Renascimento

⁷² Heródoto, historiador grego que viveu no século V a.C. é actualmente considerado por muitos como o primeiro escritor a dar categoria literária à História. A totalidade da sua obra foi dividida pelos historiadores em nove livros, *Histórias*, onde se encontram numerosos relatos que derivam das suas viagens e dos contactos com outros povos, como os Persas, os Egípcios, ou os Fenícios.

⁷³ Tito Lívio viveu no tempo de Augusto e entre as suas obras escritas destaca-se a obra *Ab urbe condita*, onde o autor narra a história de Roma desde a sua fundação até ao século I d.C..

podemos igualmente reportar os primeiros mapas urbanos que sedimentaram o interesse pela descrição da morfologia das cidades, que se irá desenvolver nos séculos posteriores⁷⁴.

O progressivo e crescente interesse pelo passado irá favorecer a proliferação de obras historiográficas, onde alguns centros urbanos ganham uma dimensão narrativa própria, frequentemente relacionada com a sua importância eclesiástica. Este fenómeno, que se associa à necessidade de prestigiar os poderes responsáveis pelas intervenções realizadas nos tecidos urbanos, durante os séculos XVII e XVIII, justifica que a História Urbana se desenvolva, proliferando as “histórias” de vilas e cidades⁷⁵. Trata-se de um processo de legitimação dos poderes urbanos, sejam eles eclesiásticos ou civis, que reclamam o seu protagonismo, através de um discurso que situe as suas intervenções no quadro do processo evolutivo das cidades⁷⁶.

O século XIX representa um momento da consolidação da historiografia regional e urbana, materializada por grandes projectos editoriais, mas, também, nas primeiras monografias urbanas. Estas recorrem às fontes documentais e às obras artísticas conservadas, usando na caracterização dos períodos mais remotos um quadro mítico e lendário, frequentemente misturado com achados arqueológicos recolhidos ao longo dos tempos, sem qualquer contexto⁷⁷.

Paralelamente às profundas transformações que ocorrem nas grandes capitais europeias, em consequência da industrialização, acentua-se o interesse dos eruditos, historiadores e intelectuais pela cidade, ao mesmo tempo que se renovam os tecidos urbanos, através da dignificação e monumentalização do espaço⁷⁸. Um pouco por toda a Europa são publicadas obras de referência acerca da história e preservação dos centros urbanos, das quais se destacam as realizadas sobre Paris⁷⁹, designadamente a obra do historiador Marcel Poëte⁸⁰.

Porém, o interesse científico dos historiadores pelo estudo da cidade consolida-se ao longo do século XX, originando um significativo desenvolvimento da

⁷⁴ O fenómeno da produção de mapas urbanos impressos tem origem nos finais do século XVI, conhecendo desde então um forte incremento, do qual se constitui exemplo a obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun e Franz Hogenberg, publicado na cidade alemã de Colónia, entre os anos de 1572 e 1618, da qual faz parte a primeira representação iconográfica existente para a cidade de Braga, o conhecido *Mapa de Braunio* (Bandeira 2000a).

⁷⁵ Porter 1990.

⁷⁶ Pinol 2000.

⁷⁷ Porter 1990.

⁷⁸ Martins no prelo.

⁷⁹ Este fenómeno teve particular expressão em França, designadamente na sua capital, Paris, com a publicação de Eugène Hénard, intitulada *Essai sur les transformations de Paris*, publicada em fascículos separados, entre 1903-1905 (Hénard 1982) e da revista *La Vie Urbaine*, criada por Marcel Poëte, em 1919 (Fijalkon 1995).

⁸⁰ Marcel Poëte (1866-1950) historiador, arquivista e bibliotecário dedicou grande atenção ao estudo do Urbanismo em geral (Poëte 1929).

História Urbana, a qual se centrará sobretudo sobre temáticas relacionadas com os fenómenos mercantis e o protagonismo da burguesia no desenvolvimento do fenómeno urbano. Uma vez que a cidade do século XX constitui um espaço em permanente crescimento, onde se agravam as dicotomias entre o centro histórico, a periferia residencial e as áreas industriais, tornou-se necessário pensar e planear o espaço urbano, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e a preservação da memória urbana, centrada sobretudo nos centros históricos⁸¹.

Foi neste novo cenário de preocupações que se desenvolveu a História Urbana, a qual, não tendo superado por completo a tradição das obras eruditas monográficas, alargou, todavia, os seus campos de interesse, renovou metodologias e fontes de conhecimento⁸². As relações sociais e de poder mas, sobretudo, o quotidiano relativo aos modos de comer, vestir ou habitar, serão novas temáticas valorizadas que beneficiarão da utilização crescente do registo arqueológico, enquanto fonte privilegiada para documentar os vestígios materiais do passado⁸³.

De facto, a História Urbana não privilegiou, senão tardiamente, o estudo da morfologia urbana, que foi iniciado pelos historiadores de arte, sobretudo especializados em Arquitectura, aos quais se deve algum avanço nos conhecimentos sobre a história da construção e transformação morfológica das cidades⁸⁴. Na verdade, foram vários os historiadores de arte que contribuíram para o estudo do urbanismo, como foi o caso de Pierre Lavedan⁸⁵, autor de uma vasta obra e de importantes estudos acerca do desenvolvimento da forma urbana⁸⁶. A precoce articulação entre a História da Arte e os estudos do urbanismo deve-se, em parte, ao facto das obras arquitectónicas das cidades históricas constituírem um dos aspectos materiais mais evidentes e representativos da sua dimensão económica, política, religiosa e cultural. Este tipo de estudos tem conhecido um grande incremento em vários países, como aconteceu em Espanha, onde se destacam, sobremaneira, os trabalhos realizados por António Bonet Correa⁸⁷, os quais realçaram a estreita relação entre a arquitectura e o urbanismo com a base económica e a organização social da cidade, tendo em vista a compreensão do

⁸¹ Benevolo 1994.

⁸² Pinol 2000.

⁸³ (Martins no prelo.

⁸⁴ Fraser & Sutcliffe 1983.

⁸⁵ Pierre Lavedan foi director do Instituto de Urbanismo de Paris e director da revista *La Vie urbaine*, fundada por Marcel Pöete, em 1919, sendo autor de inúmeros artigos e obras de referência nos estudos de urbanismo (Aboulker 2003).

⁸⁶ Lavedan 1926-1952.

⁸⁷ Bonet Correa 1978; 1989; 1992; Bonet Correa et al. 1985.

contexto histórico subjacente às construções arquitectónicas e ao modo como as elites urbanas as utilizaram para seu próprio proveito⁸⁸.

O interesse dominante da História Urbana pela análise factual, social e económica condicionou fortemente a produção de trabalhos sobre a morfologia urbana e sobre os seus equipamentos, razão porque a sua abordagem foi relegada para a Geografia Urbana. No entanto, é fundamental compreender que o diferencial desenvolvimento da História Urbana nos diferentes países teve consequências diversas no arranque dos estudos relativos à identificação e evolução das formas urbanas. A este propósito, cabe sublinhar o protagonismo francês na matéria, uma vez que, desde a sua fundação, em 1929, a revista de história francesa *Annales. Histoire, Sciences Sociales*⁸⁹ deu à estampa diversos trabalhos sobre temas urbanos, dedicando particular atenção à evolução histórica das cidades, destacando-se, a partir da década de 70, do século passado, os estudos relativos à morfologia urbana e ao urbanismo⁹⁰. Desde então, aspectos como o desenho das cidades, o parcelamento, as ruas e a sua transformação, a habitação urbana, entre outros, começaram paulatinamente a ser abordados naquela revista⁹¹, bem como de um modo geral pelos historiadores urbanos.

A produção de obras sobre a cidade⁹², bem como a organização de grupos de trabalho, congressos e a publicação de revistas especializadas permitiram o desenvolvimento dos estudos sobre os processos de urbanização e sobre a evolução histórica das cidades, que exigiram, todavia, uma abordagem interdisciplinar⁹³. Em vários países, os historiadores que dedicaram a sua atenção ao estudo do fenómeno urbano incorporaram nos seus projectos geógrafos, sociólogos e arquitectos⁹⁴, tendo em vista produzir estudos de carácter geral sobre a morfologia urbana, ou análises específicas sobre a habitação corrente⁹⁵.

⁸⁸ Capel & Tatjer Mir 1992.

⁸⁹ A revista *Annales*, fundada, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, conheceu vários designativos, destacando-se o de *Annales, économies, sociétés, civilisations*, segundo sugestão de Lucien Febvre, para marcar a sua abertura à História global e às Ciências Sociais. Desde 1994 é conhecida como *Annales. Histoire, Sciences Sociale, ou Annales HSS*.

⁹⁰ Como podemos constatar através do número especial desta revista (nº4), intitulado *Histoire et Urbanisation*, publicado em 1970, onde participam autores como Manuel Castells (sociólogo). O índice da revista pode ser consultado no site electrónico da Biblioteca do Instituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini", em <http://www.istitutodatinini.it/biblio/riviste/a-c/an-esc5.htm> [consultado às 12h, do dia 5 de Fevereiro de 2006].

⁹¹ Como se pode verificar pela consulta no site electrónico do índice da revista disponível em <http://www.istitutodatinini.it/biblio/riviste/a-c/an-esc5.htm> (consultado às 12 h, do dia 12 de Fevereiro de 2006).

⁹² Duby 1979; 1980-85; 1988; Le Goff 1984; 1999; Pirenne 1958-1962; 1989.

⁹³ A este propósito merece particular destaque a constituição da *International Commission for the History of Towns* (ICHT), fundada no *International Congress for Historical Sciences*, em Roma, no ano de 1955. As publicações e actividades desenvolvidas por esta comissão podem ser consultadas em http://www.historiaurbium.org/english/home_en.html (consultado em às 11h, do dia 23 de Maio de 2007).

⁹⁴ Como ocorreu na primeira conferência de historiadores urbanos realizada, em 1966, pelo Grupo de História Urbana da Universidade de Leicester, em Inglaterra, liderado por James H. Dyos.

⁹⁵ O tema da habitação foi dos primeiros a ser considerado pelos historiadores ingleses (Barley 1986; Dewsnap 1909).

Em Inglaterra, a organização de grupos de trabalho sobre História Urbana em algumas universidades, como Leicester⁹⁶ ou Glasgow⁹⁷, irá constituir um verdadeiro marco de referência no desenvolvimento da especialidade, sendo promovida a discussão interdisciplinar⁹⁸ e editados estudos acerca da evolução da cidade histórica moderna, entre os séculos XVI-XVIII⁹⁹, mas, também, sobre a sua dimensão social e política¹⁰⁰, bem como sobre a actividade construtiva, designadamente, no que se refere aos agentes intervenientes no processo¹⁰¹.

Será sobretudo, nas últimas décadas do século XX que se generalizam as publicações históricas sobre a cidade¹⁰², conformando um património de conhecimentos bastante significativo, para o qual contribuíram diferentes perspectivas, que incidiram sobre abordagens generalistas¹⁰³ (urbanismo) ou sobre aspectos concretos¹⁰⁴, como a construção pública e corrente¹⁰⁵.

No panorama nacional, os estudos em História Urbana são ainda escassos e fragmentários, tendo sido realizados, maioritariamente, no âmbito da História local, muito embora esta tendência tenha começado a ser alterada nas últimas décadas¹⁰⁶.

⁹⁶ Na Universidade de Leicester, o Grupo de História Urbana, dirigido por J. H. Dyos, concretizará uma série de iniciativas, com o intuito de contribuir para a constituição de uma área saber autónomo de História Urbana. Entre elas destacam-se: em 1963, a publicação periódica de *Urban History Newsletter*, que, em 1974, alcança maior dimensão e aparece sob a designação de *Urban History Year book* e, em 1992, como *Journal Urban History*; a realização, em 1966, do *International Round-table Conference* e, em 1968, a publicação intitulada *The Study of Urban History* (Dyos 1968).

⁹⁷ O grupo da Universidade de Glasgow liderado por S. G. Checkland (Checkland 1981).

⁹⁸ Fraser & Sutcliffe 1983.

⁹⁹ Clark & Slack 1972.

¹⁰⁰ Briggs 1971.

¹⁰¹ Dyos & Wolf 1973.

¹⁰² Mencionemos, por exemplo, a publicação a partir de 1972 da revista canadiana sobre História Urbana, intitulada *Urban History*, considerada ainda como uma das mais importantes sobre o tema, a edição da revista inglesa *Journal of Urban History*, publicada desde 1974, a da revista *Storia Urbana. Rivista di studi sulle trasformazioni della città e del territorio in età moderna*, publicada desde 1976, até 1993 e da francesa *Histoire Urbaine*, publicada pela *Société française d'histoire urbaine*. Destacam-se igualmente algumas obras de carácter geral sobre morfologia urbana, designadamente o *Atlas de Paris* (Chadych & Leborgne 1999).

¹⁰³ Para além das já mencionadas haverá que destacar várias obras de referência produzidas nas últimas décadas, em Espanha (Arizaga Bolumburu 1990; 1993; 1996; 1998; Arizaga Bolumburu & Solorzano Telechea 2005; Álvarez Álvarez 1992; Armas Castro 1974; 1992; Caro Baroja 1984; Estepa Díez 1977; Falcón Pérez 1981; García Turza 1993; Guilleré 1991; Gautier Dalché 1979; 1990; Lacarra 1950; Ladero Quesada 1995; Ladero Quesada 1991a; 1991b; 1996; 1998; López Alsina 1976; 1987; 1988; López Carreira 1998; 1999; Monsalvo 1997; Represa 1969; 1972; Rucquoi 1987; Segura Graíño 1986; Solórzano Telechea & Arizaga Bolumburu 2002; Torres Balbás 1985; Valdés Fernández 1999), em França (Jehel & Racinet 1999; Heers 1990a; 1990b; Leguay 1968; 1975a; 1975b; Roux 1994; Zumthor 1993), em Inglaterra (Aston & Bond 1987; Hilton 1989; 1990; Salzman 1997; Schofield & Vince 1994), em Itália (Cherubini 1991; Piccinato 1993); entre outras.

¹⁰⁴ Como os trabalhos sobre a rua (Leguay 1984).

¹⁰⁵ Designadamente, sobre a construção e sobre a casa (Andrews 1992; Battle 1985; Bernardi 1995; 1998a; 1998b; 1998c; Brogiolo 1996; Delaigue 2000; Greenville 1997; Hubert 2000; Ladero Quesada 1998; Roux 1973; 1976; Smith 1983).

¹⁰⁶ Entre os trabalhos pioneiros merece destaque, desde logo, a interessante proposta elaborada por António H. de Oliveira Marques acerca das bases metodológicas gerais para o estudo da cidade medieval, onde o autor apresenta um plano ideal para abordar os aspectos estruturais da história de um núcleo urbano medieval (Marques 1982a). Salientam-se igualmente outras publicações de A. H. de Oliveira Marques, mas, também, de Amélia Andrade, Iria Gonçalves, José Alves Dias, José Matoso ou Sérgio Carvalho, que abordam alguns aspectos da morfologia urbana medieval, bem como a habitação corrente (Marques 1974; 1981; 1987-1988; 1988a; Marques et al. 1990; Andrade 1987; 1993a; 1993b; 1995; 1998; Gonçalves 1996a; 1996b; 1996c; 1996d; Dias 1989a; 1989b; 1996; Matoso 1985; 1988; 1992a; 1992b; Carvalho 1989. Mais recentemente merecem referência os trabalhos de M. Conceição Falcão Ferreira, L. Miguel e Sílvio Conde (Ferreira 1989; 1996; 1997; 1999; 2000; 2001a; 2004a; Ferreira & Grenville 2003; Ferreira & Miguel 2005; Conde 1996; 1997; 2000; 2000/01).

Com efeito, os estudos realizados sobre alguns núcleos urbanos portugueses têm procurado acompanhar o crescente interesse social pela cidade histórica e pelos seus edifícios, bem como pela preservação do património, acrescentando, deste modo, uma importante mais-valia ao reportório dos temas de História Urbana. De entre os trabalhos realizados cabe destacar os que incidiram sobre Abrantes¹⁰⁷, Aveiro¹⁰⁸, Barcelos¹⁰⁹, Braga¹¹⁰, Coimbra¹¹¹, Évora¹¹², Guimarães¹¹³, Guarda¹¹⁴, Leiria¹¹⁵, Lisboa¹¹⁶, Óbidos¹¹⁷, Ponte de Lima¹¹⁸, Porto¹¹⁹, Santarém¹²⁰, Setúbal¹²¹, Silves¹²², Tomar¹²³ ou Torres Vedras¹²⁴.

Apesar de não existirem revistas portuguesas dedicadas exclusivamente a temáticas de História Urbana, algumas das existentes têm publicado esporadicamente trabalhos sobre temáticas relacionadas com a cidade, como a *Revista de História Económica e Social*¹²⁵ e *Ler História*¹²⁶. Do mesmo modo, importa realçar que a grande maioria dos estudos realizados sobre as cidades têm sido produzidos essencialmente por medievalistas, que têm abordado o universo urbano sobre diferentes perspectivas, designadamente, a social, a económica, a política, mas, também, a construtiva¹²⁷, sem dúvida, a que se configura como um dos mais recentes interesses no âmbito da investigação da História Urbana portuguesa. Cabe destacar, a este propósito, a edição do *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*¹²⁸, que não recolhe paralelo para outros períodos cronológicos.

Pese embora o crescente interesse que os estudos de urbanismo tem suscitado junto da História Urbana portuguesa¹²⁹, temos que considerar que os resultados das investigações realizadas são regionalmente fragmentados e

¹⁰⁷ Vilar 1988.

¹⁰⁸ Silva 1991.

¹⁰⁹ Ferreira 1992; 2001b.

¹¹⁰ Marques 1983; 1986; 1988; 1997.

¹¹¹ Coelho 1992b. Destaque-se, também, a obra realizada a nível da História da Arte por Nelson Borges (Borges 1987).

¹¹² Beirante 1995.

¹¹³ Ferreira 1989; 1996; 1997; 2003; 2004a; Sá 2001.

¹¹⁴ Gomes 1987.

¹¹⁵ Cristiano 1986; Gomes 1993a; 1993b; 1995; Matoso 1985.

¹¹⁶ Coelho 2006; Gonçalves 1996a; 1996b; 1996c; 1996d.

¹¹⁷ Silva 1988b; 1997.

¹¹⁸ Andrade 1990.

¹¹⁹ Afonso 2000; Amaral & Duarte 1985; Carvalho et al. 1996; Marques 1982b; Silva 1988a.

¹²⁰ Beirante 1980.

¹²¹ Braga 1998.

¹²² Botão 1992.

¹²³ Conde 1996.

¹²⁴ Rodrigues 1995.

¹²⁵ Marques 1982b.

¹²⁶ Matoso 1985.

¹²⁷ Destaque para os trabalhos de Sílvio Conde e Conceição Falcão Ferreira (Conde 1997; 2000/01; Ferreira 1999; 2000; 2001a; 2001b; 2004b; Ferreira & Grenville 2003; Ferreira & Miguel 2005).

¹²⁸ Marques et al. 1990.

¹²⁹ Coelho 2006; Rossa 1995; 2002a.

cronologicamente centrados. De facto, o estudo da morfologia urbana por parte da disciplina histórica não logrou ainda atingir, nem os objectivos internacionalmente consignados para a investigação do tema, nem a formulação de metodologias de trabalho que permitam restituir a evolução morfológica das cidades históricas, que exigem uma abordagem de longa duração e uma valorização da problemática da mudança, a qual só poderá ser resolvida no seio das disciplinas históricas.

Com efeito, o estudo da morfologia das cidades não visa a produção de mapas topográficos estáticos correspondentes a períodos históricos preestabelecidos, que materializem tramas ou massas construtivas, mas sim, uma análise e compreensão do modo como os espaços e as construções foram sendo alterados ou reciclados para compor novas configurações e equipamentos, num processo dinâmico de vivência social das comunidades urbanas.

3.1.2 Arqueologia Urbana

A Arqueologia, enquanto disciplina histórica, ocupa um lugar destacado no conhecimento das sociedades do passado por ser a única capaz de elaborar interpretações acerca das comunidades sem escrita, mas, também, acerca de todas as que deixaram testemunhos materiais e físicos relativos à sua existência.

A intervenção da Arqueologia nas cidades precede a própria organização científica da disciplina, ultimada no século XIX, centrando-se em cidades abandonadas, cujos vestígios foram historicamente valorizados de um ponto de vista erudito e estético. No entanto, a evolução deste campo disciplinar irá torná-lo apto a intervir de forma consistente no estudo do fenómeno urbano, quer nas suas formas prístinas¹³⁰, quer no âmbito da análise das cidades do mundo clássico greco-romano¹³¹.

O contributo da Arqueologia para o estudo das cidades, enquanto fenómeno civilizacional e para a recuperação do urbanismo e arquitectura dos espaços urbanos característicos das primeiras civilizações da Antiguidade, bem como das primeiras cidades europeias, foi inestimável. No entanto, importa referir que a Arqueologia orientou prioritariamente os seus trabalhos relativos ao fenómeno

¹³⁰ Os trabalhos realizados ao nível das primeiras formas urbanas da humanidade, têm permitido interpretar a génese do fenómeno urbano e as razões que conduziram à sua evolução e transformação ao longo dos tempos e em diferentes locais. Os trabalhos publicados acerca das primeiras formas urbanas são inúmeros, dos pioneiros destacam-se (Bairoch 1985; Redman 1990; Service 1984; Whitehouse & Wilkinds 1986).

¹³¹ Dos primeiros trabalhos salientam-se (Boardman *et al.* 1986; Finley 1976; Stillwell *et al.* 1976).

urbano para as cidades não sobrepostas, sendo muito raras e pontuais as intervenções arqueológicas realizadas em centros urbanos, anteriormente aos anos sessenta do século XX, devido às dificuldades em intervir nos espaços habitados.

Neste contexto, podemos afirmar que a História Urbana europeia apenas privilegiou tardiamente os resultados da Arqueologia, enquanto que esta disciplina se manteve muito tempo alheada da problemática da evolução das cidades históricas¹³². Na verdade, as cidades descontinuadas e as cidades históricas ocupadas até aos nossos dias correspondem a realidades culturais e a contextos arqueológicos muito diferenciados, razão pela qual são estudadas no âmbito de diferentes especializações da disciplina¹³³.

Foram os bombardeamentos dos finais da II Guerra Mundial, sobretudo os que afectaram os centros históricos, que acabaram por abrir o caminho a uma actividade arqueológica sistemática nas cidades. Com efeito, nas décadas que se seguiram ao fim da guerra, um grande número de cidades alemãs, inglesas, francesas e italianas, conheceram significativas reconstruções dos seus edificadados, algumas das quais mereceram a atenção dos arqueólogos. A abertura dos alicerces para os novos edifícios permitiu observar e registar inúmeros vestígios das ocupações urbanas anteriores e antever o potencial informativo que se escondia soterrado sob as cidades actuais¹³⁴.

A emergência da Arqueologia Urbana, enquanto especialização da Arqueologia, será, contudo, um fenómeno mais tardio, já das décadas de 70 e 80 do século XX, associando-se ao desenvolvimento do conceito de Arqueologia de salvamento, aplicado a trabalhos em larga escala relacionados com a protecção e recuperação do património. De facto, a expansão urbana, bem como as remodelações operadas nos centros históricos, que tiveram um amplo impacto sobre os edificadados visíveis e enterrados, foram algumas das condicionantes que favoreceram a prática regular da actividade arqueológica nas cidades.

Todavia, a concretização dos objectivos da Arqueologia Urbana, nascida nos anos setenta do século passado, implicou o desenvolvimento de metodologias adequadas, tendo contribuído para uma inevitável profissionalização dos

¹³² Martins no prelo.

¹³³ Saliente-se a este propósito que as cidades romanas abandonadas são estudadas no âmbito da Arqueologia Clássica, que o estudo das cidades do Próximo Oriente se insere no âmbito da Arqueologia Próximo-oriental, enquanto que as cidades vivas são objecto da Arqueologia Urbana (Gutiérrez Lloret 1997; Rodríguez Temiño 2004).

¹³⁴ Martins no prelo.

arqueólogos, uma vez que as intervenções urbanas exigiam rapidez de execução dos trabalhos.

A Arqueologia Urbana, entendida na acepção de Arqueologia das cidades, tem como objectivo fundamental a valorização das diferentes dimensões que caracterizam o meio urbano, intervindo nele para minimizar os impactos resultantes, tanto do seu inevitável crescimento, como da necessidade de reabilitar e requalificar os centros históricos. Neste sentido, ela intervém sobre contextos complexos, quer em termos diacrónicos, quer em termos espaciais, procurando conhecer a evolução das cidades nos aspectos económicos, sociais e culturais, mas também o modo como se organizaram as tramas urbanas nos diferentes momentos históricos.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Arqueologia Urbana na interpretação e gestão do grande acervo de dados que produz, importa salientar que é grande o seu contributo para a interpretação da evolução da morfologia urbana e do uso diferencial dos espaços.

Muito embora as técnicas e metodologias utilizadas pela Arqueologia permaneçam válidas para qualquer contexto, as especificidades práticas que envolvem a recuperação dos vestígios em meio urbano são bastante distintas, impondo uma maior necessidade de planeamento e uma clara definição de objectivos¹³⁵. De facto, as cidades conformam um todo orgânico, com uma história própria, que transcende os aspectos semelhantes e comuns que as cidades partilham entre si, pelo que o seu estudo e interpretação carecem de um programa e projecto de estudo integrado e global¹³⁶.

O estudo da origem e evolução das formas urbanas das cidades actuais, realizado pela Arqueologia, tem permitido dar consistência ao conhecimento de que muitas cidades europeias tiveram origem na época romana¹³⁷. Apesar de algumas terem sido abandonadas nos inícios da Idade Média, outras houve que conheceram uma continuidade ocupacional até à actualidade, sofrendo sucessivas alterações na sua morfologia, de acordo com as próprias concepções de organização do espaço urbano que foram mudando ao longo dos tempos.

Por outro lado, os resultados acumulados das intervenções urbanas realizadas nas últimas três décadas contribuíram para a valorização da análise das

¹³⁵ Gaspar *et al.* 1986.

¹³⁶ Rodríguez Temiño 2004.

¹³⁷ AAVV 2002.

formas urbanas mais antigas das cidades, através do reconhecimento de traçados viários, da organização dos quarteirões e da identificação de equipamentos e infra-estruturas¹³⁸. Esses resultados são particularmente visíveis nas cidades de fundação romana, onde tem sido possível obter dados relativos à primitiva morfologia, criando-se, assim, condições para analisar e valorizar os processos transformativos operados nas tramas urbanas nos períodos subsequentes do Baixo Império e da Antiguidade Tardia¹³⁹. Em algumas cidades tem sido mesmo possível analisar o processo de evolução entre a Alta e a Baixa Idade Média¹⁴⁰.

No entanto, são raros os casos em que a Arqueologia Urbana conseguiu produzir abordagens globais sobre a evolução das cidades, ao longo de todos os seus períodos de ocupação, em grande medida devido ao carácter fragmentário da informação que é obtida e ao grande volume de dados recolhidos, que tornam difícil a interpretação dos dados. Neste sentido, a restituição das sucessivas tramas urbanas que configuraram a evolução das cidades só tem sido conseguida parcialmente e, em muitos casos, em momentos cronológicos precisos, graças à existência de projectos de investigação, muitos dos quais centrados, ora no período romano, ora na cidade medieval, ora na cidade moderna.

De facto, apesar de construída na diacronia, a Arqueologia Urbana tem claras dificuldades em valorizar a cidade na globalidade, limitando-se, frequentemente, a recolher e interpretar dados sobre contextos históricos específicos, pelo que não tem conseguido desenvolver modelos interpretativos para analisar o urbanismo e o edificado das épocas pós medievais¹⁴¹.

Esta situação tem originado um quadro de resultados muito díspares entre os diferentes países, no âmbito da análise e publicação dos dados relativos à topografia urbana.

¹³⁸ São vários os trabalhos que analisaram de forma global ou particular os contributos da Arqueologia Urbana. Entre outros poderemos referir algumas cidades que têm merecido trabalhos de destaque, como Londres (Biddle *et al.* 1973; Ottaway 1992), York (AAVV 2004; Carver 1987), Paris (Carbonnières 1997; Duval 1961; 1993; Fleury 1997; Velay 1992), Lyon (Desbat 2002), Bordéus (Barraud & Caillabet-Duloum 2002), Mérida (Alba Calzado 2001b; 2002; 2004b; Dupré Raventós 2004c; Mateos Cruz 1998; 2004; Mateos Cruz & Alba Calzado 2006), Astorga (Burón Álvarez 1997; 2006; García Marcos & Vidal Encinas 1990; 1993; García Marcos & Vidal Encinas 1995; García Marcos & Vidal Encinas 1996; Sevillano Funetes & Vidal Encinas 2002), Lugo (Rodríguez Colmenero *et al.* 1995), Tarragona (Aquilué *et al.* 1991; Keay 1991; Dupré Raventós 1995; 2004a; Macias 2000; Ruiz de Arbuló 2000), Córdova (Dupré Raventós 2004a; Moreno Almenara 1997), Barcelona (Beltrán de Heredia 2001; Gimeno Pascual 1983; Granados 1987a; Sobrequés i Callicó 1994), Lérida (Junyent *et al.* 1985; 1989; Lara 1973; Perez 1991), Girona (Nolla 1987; Nolla *et al.* 2000), entre muitas outras.

¹³⁹ Paris (Périn 1985), Mérida (Alba Calzado 1997; 1999; 2000; 2001; 2004b; 2005; Mateos Cruz 1997; 2000; Mateos Cruz & Alba Calzado 2001; 2006), Barcelona (Beltrán de Heredia 2006; Granados 1987b; Granados & Rodà 1994; Gurt Esparraguera & Godoy Fernández 2000; Ripoll 2001; Rodà 2001; Rui i Barbera 1993), Tarragona (López Vilar 2006), Valência (Pascual & Soriano 1993), León (Muñoz Villarejo *et al.* 2002), Córdova (Murillo *et al.* 1997), Lérida (Lorient 1990; Lorient *et al.* 1995), Girona (Nolla 1987; 1999; 2007), entre outros.

¹⁴⁰ Como em Valência (Soriano & Pascual 1993), em Lérida (AAVV 1996), ou León (Gutiérrez González & Miguel Hernández 1999; Represa 1969), entre outros.

¹⁴¹ São vários os autores que se têm debruçado sobre as dificuldades em transformar os resultados da Arqueologia Urbana em conhecimento útil relativo à evolução das cidades (Biddle 1974; 1982; Biddle *et al.* 1973; Carver 2003; Mar & Ruiz de Arbuló 1999; Rodríguez Temiño 2004).

Merece destaque, neste contexto, a experiência francesa, devedora da criação, em 1984, do CNAU (*Centre National de Archeologie Urbaine*), única organização estatal dedicada à Arqueologia Urbana na Europa, que tem editado regularmente a topografia histórica de dezenas de cidades franceses¹⁴².

Também em Inglaterra os resultados da Arqueologia Urbana têm sido valorizados em termos do estudo das tramas urbanas, destacando-se, a este propósito algumas cidades que têm sido objecto de intervenção arqueológica mais sistemática, como Londres¹⁴³, York¹⁴⁴ ou Winchester¹⁴⁵.

A Irlanda conta-se igualmente entre os países onde os resultados da Arqueologia Urbana, referentes aos períodos medieval e moderno, têm permitido avançar no estudo da evolução topográfica das cidades¹⁴⁶.

Os estudos realizados em Itália têm procurado valorizar igualmente os dados arqueológicos tendo em vista analisar as alterações ocorridas na morfologia das cidades históricas¹⁴⁷.

Em Espanha os progressos da Arqueologia Urbana nos últimos 30 anos permitiram igualmente identificar as etapas mais antigas de ocupação de várias cidades, normalmente com origem no período romano, muito embora algumas possuam uma ocupação anterior à sua fundação romana, como acontece na área do Levante. As investigações arqueológicas de muitas cidades espanholas têm permitido caracterizar os processos de transformação urbana ocorridos entre o Alto Império e os períodos posteriores, designadamente, na Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média. Entre os exemplos mais significativos podemos referir Mérida, León, Córdoba, bem como um significativo número de cidades da Catalunha, onde os estudos de morfologia urbana se encontram mais desenvolvidos, como acontece com Tarragona, Barcelona, Lérida ou Girona¹⁴⁸.

No contexto português destacam-se alguns estudos referentes à recuperação da morfologia das cidades romanas de *Bracara Augusta*¹⁴⁹, *Olisipo*¹⁵⁰ (Lisboa),

¹⁴² Trata-se de um estrutura científica estável, com o objectivo de programar a investigação e avaliar os resultados de forma regular, editando, desde 1989, os DEPAUF (*Documents d' Evaluation du Patrimoine Archeologique Urbain des Villes de France*) <http://biaa.mmsh.univ-aix.fr/Record.htm?Record=19137733146919559159&idlist=1> (consultado às 19 h, do dia 23 de Fevereiro de 2007).

¹⁴³ Barber & Bowsher 2000; Biddle *et al.* 1973; Bowsher *et al.* 2007; Carver 1987; Watson *et al.* 2001.

¹⁴⁴ AAVV 2004; Hall 1994.

¹⁴⁵ Allen & Hiller 2002; Barlow *et al.* 1976; Biddle 1983.

¹⁴⁶ Barry 1999; Butlin 1977; Potterton 2005; Simms & Andrews 1995.

¹⁴⁷ Brogiolo 1988; 1996a; Brogiolo 1996b; Brogiolo & Gelichi 1987; 1988; 1996; Carandini 1988; 1997; 2003; 2004; Mar 2005.

¹⁴⁸ Bibliografia já referida nas notas 138, 139, 140.

¹⁴⁹ Martins 2000b; 2002; 2006.

¹⁵⁰ Alarcão 1993; Mantas 1990b; Silva 1999b.

*Ebora*¹⁵¹ (Évora), *Myrtilis*¹⁵² (Mértola), *Balsa*¹⁵³ (Luz de Tavira), *Pax Iulia*¹⁵⁴ (Beja), *Tongobriga*¹⁵⁵ ou *Ossonoba*¹⁵⁶ (Faro), algumas das quais referenciados no projecto *Atlas das Cidades Romanas em Portugal*¹⁵⁷. Em algumas destas cidades tem sido mesmo possível analisar a morfologia urbana dos períodos posteriores, situação mais frequente nas cidades do sul, onde foram encontrados vestígios bem conservados datados de época islâmica, como aconteceu nos casos de Lisboa¹⁵⁸, Mértola¹⁵⁹ ou Faro (*Ossonoba*)¹⁶⁰.

Mau grado a disparidade dos resultados referentes ao estudo das formas urbanas entre os diferentes países europeus, pode considerar-se como significativo o número de obras publicadas sobre esta temática, tendo por base os vestígios materiais recuperados pelas escavações, os quais têm igualmente contribuído para valorizar vários aspectos relacionados com a construção pública e privada das cidades históricas.

O estudo do edificado histórico enquanto elemento da trama urbana presente nas cidades actuais tem vindo a ser valorizado pela Arqueologia, facto que implicou a criação de metodologias específicas para o registo e interpretação dos volumes construídos¹⁶¹, seguindo os princípios da sucessão estratigráfica que norteiam a actividade arqueológica. Referimo-nos à Arqueologia da Arquitectura que aplica aos edifícios os procedimentos da análise estratigráfica, articulando o construído soterrado com aquele que emerge do solo¹⁶².

Apesar dos estudos tradicionais realizados nesta área terem tido por objectivo a recuperação e restauro de edifícios históricos, a Arqueologia da Arquitectura transformou-se, recentemente, num instrumento de análise aplicável a qualquer construção, considerada como artefacto arqueológico, sendo, por isso, analisável segundo os mesmos princípios que norteiam o estudo dos sedimentos presentes nos sítios arqueológicos¹⁶³.

¹⁵¹ García Bellido 1971, Hauschild 1992, Alarcão 1993; Guerreiro 1992.

¹⁵² Alves 1956; Torres & Macias 1994.

¹⁵³ Silva 2001; 2007.

¹⁵⁴ Lopes 2003; Mantas 1990.

¹⁵⁵ Dias 1997.

¹⁵⁶ Gamito 1990; 1994.

¹⁵⁷ O *Atlas das Cidades Romanas em Portugal* encontra-se disponível em <http://www.arqueotavira.com> (consultado às 23 h, do dia 22 de Março de 2007).

¹⁵⁸ Alarcão 1994.

¹⁵⁹ Coelho 1992a; Lopes 2004; Macias 1996.

¹⁶⁰ Gamito 1996. A propósito da evolução morfológica da cidade de Faro merece igualmente destaque o trabalho de Rui Paula e Frederico Paula, realizado com base em diferentes fontes de informação (Paula & Paula 1993).

¹⁶¹ Caballero Zoreda & Escribano Velasco 1996; Mannoni 1994.

¹⁶² A Arqueologia da Arquitectura consolidou-se em Itália a partir dos anos 70 do século passado, muito embora nas últimas décadas tenha conhecido posteriores desenvolvimentos, não só em Itália, mas também em Espanha, França, Alemanha e Inglaterra.

¹⁶³ Têm sido numerosos os trabalhos realizados nesta perspectiva (Caballero Zoreda & Escribano Velasco 1996).

Neste sentido, o edificado passou a ser valorizado pela Arqueologia como documento histórico, sendo considerado como o resultado de uma série de acções construtivas que se sucederam no tempo, tais como demolições, reconstruções e reparações, as quais devem ser abordadas numa perspectiva integrada¹⁶⁴.

Uma das maiores intervenções neste domínio foi realizada na cidade de Génova, entre 1994-1999, tendo tido como objectivo a criação de uma carta de risco arquitectónico que cobriu cerca de 150 hectares da cidade histórica e que se traduziu no levantamento e identificação de um dos maiores reportórios de arquitectura urbana dos séculos XII-XIX¹⁶⁵. Este projecto, utilizou uma metodologia inovadora que pretendeu superar a mera catalogação dos edifícios, tendo produzido uma documentação sistemática do edificado conservado no interior da muralha do século XII, onde se registam numerosas construções relacionadas com grupos sociais, edifícios monumentais e habitações, erguidas entre a época medieval e a contemporânea.

Este projecto permitiu ainda elaborar uma leitura arqueológica dos edifícios que valorizou as suas transformações, caracterizou os materiais usados e identificou problemas de conservação, usando leituras estratigráficas, tipológicas e estilísticas¹⁶⁶.

3.2 O contributo das Ciências Sociais

3.2.1 Geografia Urbana

A cidade, entendida como paisagem cultural¹⁶⁷, passou a constituir um campo de investigação privilegiado da Geografia desde os inícios do século XX¹⁶⁸. Assiste-se, desde então, a um crescente interesse dos geógrafos pelo estudo das questões urbanas, analisadas numa perspectiva estritamente geográfica, ou em abordagens multidisciplinares, para as quais contribuem os saberes da Sociologia, Economia, História, Arquitectura e Urbanismo.

¹⁶⁴ Parenti 1996.

¹⁶⁵ Este projecto foi realizado pela Faculdade de Arquitectura, em colaboração com o Instituto da História da Cultura Material, sob a designação de *Mapparuta culturale della città vecchia*, sendo coordenado por Tiziano Mannoni.

¹⁶⁶ O acesso a este projecto pode ser realizado através do endereço electrónico <http://rubens.arch.unige.it/CIV2RAPP/rappint/Civis2Int.html> [consultado às 12 h, do dia 24 de Maio de 2007].

¹⁶⁷ O conceito de paisagem cultural foi introduzido pelo geógrafo alemão Otto Schlüter, na sua obra publicada em 1903, dando origem à afirmação da Geografia Urbana (Schlüter 1903).

¹⁶⁸ A dedicação intensa ao estudo do fenómeno urbano pela Geografia no século XX contribuiu para a divisão interna da disciplina em Geografia Física e Geografia Humana (Allix 1960).

Em termos gerais, a Geografia aborda o fenómeno urbano em duas dimensões que dependem da escala de análise. Uma delas é interna e analisa a cidade como sistema urbano, do ponto de vista formal e funcional. A outra é externa e estuda a inserção da cidade na região e as relações que ela mantém com outros centros urbanos.

A cidade é apreendida pelos geógrafos como um sistema, composto pela paisagem e pela estrutura urbana, os quais interagem para produzir as características próprias de cada cidade, que as distinguem das demais e lhe conferem identidade¹⁶⁹.

Os estudos realizados pela Geografia sobre o fenómeno urbano conheceram uma evolução natural que beneficiou das investigações realizadas em diversos países, inseridas dentro da tradição regional historicista. Neste âmbito destacam-se os trabalhos realizados na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e nos Estados Unidos, onde foram surgindo diferentes escolas (Escola Alemã, Escola de Geografia Cultural Norte-Americana, a Escola de Geografia Histórica Anglo-Saxónica, entre outras) que introduziram novas questões na análise da cidade e, particularmente, na abordagem da morfologia urbana¹⁷⁰.

No período do pós 2ª Grande Mundial, a paisagem urbana adquiriu grande importância no seio da disciplina, assistindo-se à produção de grandes obras de referência, entre as quais se destacam as dos franceses Jean Tricart¹⁷¹, Pierre George¹⁷², Georges Chabot e J. Beaujeu-Garnier¹⁷³ ou a do inglês Griffith Taylor¹⁷⁴, mas, também, à realização de estudos de caso, onde a análise da forma física das cidades assume um papel de destaque.

O crescente interesse por esta temática contribuiu, de forma significativa, para a identificação, individualização e estudo dos elementos que compõem o tecido urbano (plano, uso do solo e edificação), bem como para a avaliação da estrutura urbana no seu conjunto, analisando-se aspectos como a função

¹⁶⁹ Carter 1987.

¹⁷⁰ Entre os trabalhos mais citados (Capel 2002; Carter 1987) encontram-se o do geógrafo alemão W. Geisler, relativo à cidade alemã de *Danzing*, onde são analisados aspectos concretos da morfologia urbana, como os edifícios, segundo a sua função e altura e a sua evolução histórica (Geisler 1918), o do francês Raoul Blanchard, sobre a cidade de Grenoble (Blanchard 1911), o do escocês Patrick Gueddes, sobre a evolução e o planeamento urbanos (Gueddes 1949) e os do britânico Robert E. Dickinson, sobre a morfologia das cidades medievais alemãs (Dickinson 1945) e acerca da morfologia das cidades históricas (Dickinson 1951).

¹⁷¹ Entre outros trabalhos publicados, destaca-se o fascículo II da obra geral *Cours de Géographie Urbaine*, dedicado ao habitat urbano (Tricart 1954).

¹⁷² Das obras produzidas distingue-se o *Compendio de geografia urbana* (George 1967).

¹⁷³ Saliem-se a obra de carácter geral de George Chabot, onde se encontra uma visão geográfica da cidade (Chabot 1972) e a obra conjunta do autor com J. Beaujeu-Garnier (Beaujeu-Garnier & Chabot 1970).

¹⁷⁴ Dos trabalhos publicados sobressai o seu estudo de carácter geral (Taylor 1954).

(actividades), a economia, a demografia ou os modos de vida, enquanto factores explicativos da forma urbana¹⁷⁵.

As abordagens geográficas da morfologia da cidade começaram por se centrar no estudo da evolução do plano, incidindo, particularmente, na compreensão do sistema viário e na sua relação com a planimetria geral, mas, também, no modo como ele se adapta ao meio físico e se reflecte no crescimento urbano, ou seja, na evolução histórica da cidade¹⁷⁶. O plano urbano constitui-se, assim, como a componente morfológica que resume e sintetiza a história da cidade.

Paulatinamente, o estudo dos elementos urbanos passou a ser realizado de forma cada vez mais aprofundada, incidindo frequentemente na análise do sistema de parcelamento, do edificado, quer do ponto de vista estrutural, quer funcional, ou do usufruto do solo, tendo em vista o estabelecimento de modelos de utilização do espaço (residencial, comercial, industrial, lazer, etc.).

A partir da década de 60 do século XX os geógrafos, aliciados pelas teorias neo-positivistas, centraram as suas preocupações na quantificação dos elementos morfológicos urbanos, objectivando a elaboração de modelos e teorias gerais¹⁷⁷. Pretendia-se ultrapassar, deste modo, os estudos de casos concretos, facto que acabou por minimizar a complexidade morfológica e as situações concretas do fenómeno urbano. Porém, ainda na década de 60, esta tendência conheceu fortes críticas¹⁷⁸, que contribuem para alterar a trajectória dos estudos da Geografia Urbana, que passam a considerar o homem como agente activo na construção da paisagem urbana. Desde então, alguns dos trabalhos produzidos têm pretendido demonstrar a necessidade de perspectivar a dimensão histórica das cidade e valorizar os saberes das demais disciplinas que se debruçam sobre o seu estudo. Entre os geógrafos que deram maior contributo a esta tendência encontramos M. R. G. Conzen¹⁷⁹, J.W.R. Whitehand¹⁸⁰ e Harold Carter¹⁸¹.

¹⁷⁵ Como analisa Remy Allain na sua obra de morfologia urbana (Allain 2005).

¹⁷⁶ Como por exemplo os trabalhos, já mencionados, de Robert E. Dickinson.

¹⁷⁷ Como se constitui exemplo a obra de Peter Hagget, intitulada *Análisis locacional en geografía* (Hagget 1976).

¹⁷⁸ Destacando-se, desde logo, as do geógrafo alemão, radicado na Inglaterra, M.R.G. Conzen e, posteriormente, a de J. W. R. Whitehand.

¹⁷⁹ Destacam-se os trabalhos realizados por M.R.G. Conzen, no centro histórico da cidade de Alnwick (Conzen 1960), que se converteu num modelo de análise do plano urbano, passível de aplicação geral, com uma forte sustentação histórica, bem como os que dedica à análise da importância do plano urbano para a História Urbana (Conzen 1968). M.R.G. Conzen é considerado o pai da morfologia urbana anglo-saxónica (Allain 2005).

¹⁸⁰ Seguindo a tradição de Conzen, Jeremy Whitehand, tem dedicado grande parte dos seus estudos à morfologia das cidades, designadamente, ao seu crescimento e à distinção entre fases de expansão e de desaceleração, sendo autor de uma vasta obra que marcou, em definitivo, os estudos de morfologia urbana (Whitehand 1987; 1992). A propósito da vida e obra do autor pode consultar-se <http://www.gees.bham.ac.uk/research/umrg/jwrrw.htm> (consultada às 12h, do dia 23 de Março de 2007).

Os trabalhos realizados pela Geografia Urbana nas últimas décadas têm procurado aprofundar o conhecimento sobre as componentes da morfologia urbana, através do estudo do plano, do uso do solo e da análise do edificado, variáveis que interagem entre si, devendo, por isso, ser analisadas de modo sistemático e correlacionado. Simultaneamente, têm sido realizados trabalhos centrados no estudo das relações que a cidade estabelece com o espaço físico em que se insere¹⁸².

A análise do plano da cidade tem tido em conta as unidades morfogenéticas que o compõem, as quais podem originar novas formas quando correlacionadas com outras variáveis, produzindo-se, deste modo, mudanças na morfologia urbana. Neste sentido, a análise dos planos urbanos pelos geógrafos tem procurado identificar e classificar os seus diferentes tipos, que podem ser estabelecidos segundo a forma¹⁸³, oscilando entre os mais simples e tradicionais, como os planos ortogonais, radioconcêntricos e irregulares¹⁸⁴ e as formas mais complexas, como as propostas por Jean Tricart¹⁸⁵. Os estudos têm igualmente procurado valorizar a distinção entre as tramas regulares ou irregulares, os elementos topográficos que influenciam o plano, o sistema viário, bem como as características funcionais predominantes da cidade¹⁸⁶, que se reflectem, muitas vezes, ao longo de toda a sua história¹⁸⁷.

Paralelamente, diferentes trabalhos têm procurado analisar os planos urbanos de acordo com os respectivos contextos históricos, relacionando-os com os ritmos económicos de crise e expansão das cidades, os quais acabam por afectar a forma urbana, designadamente na especificidade dos tipos de parcelamento¹⁸⁸.

No que se refere ao primeiro aspecto, destaca-se a introdução do conceito de “cinturas periféricas” de crescimento (*fringe belts*)¹⁸⁹, entendidas como a ocupação dos solos limítrofes da cidade, em resultado da alternância entre fases de escasso

¹⁸¹ Entre outros trabalhos, destaque-se o manual sobre geografia urbana (Carter 1987).

¹⁸² Como propõem Remy Allain (Allain 2005).

¹⁸³ Planos regulares ou irregulares, planos em quadrícula, radioconcêntricos, etc., fortemente valorizados até à década de 70 do século passado (Carter 1987).

¹⁸⁴ Propostos pelo geógrafo britânico R.E. Dickinson, no seu trabalho sobre as cidades da Europa ocidental (Dickinson 1951).

¹⁸⁵ Tricart 1954.

¹⁸⁶ Mercado, fortaleza, catedral, entre outras.

¹⁸⁷ Villagrasa Ibarz 1991.

¹⁸⁸ Como já referimos, a propósito dos contributos da disciplina histórica, muitos destes trabalhos resultam de uma associação entre os conhecimentos produzidos pela História e pela Geografia, como acontece com a obra de Antonio Bonet Correa (Bonet Correa 1978; 1989).

¹⁸⁹ Conceito introduzido por M.R.G. Conzen, a partir dos estudos realizados no centro histórico de Alnwick (Conzen 1960). Segundo o autor as cinturas de crescimento periférico relacionam-se com as partes do plano formadas em momentos de débil ou acelerado crescimento, sendo compostas por uma mistura diferenciada de usos do solo, dos quais se excluem o de tipo residencial. Outros estudos demonstraram que as zonas periféricas são valorizadas nos períodos de crescimento, encontrando-se intimamente relacionadas com processos de apropriação do solo (Villagrasa Ibarz 1991).

e de acelerado crescimento. Nessa ocupação interferem, naturalmente, as barreiras físicas, sejam elas construídas, como acontece com as muralhas, ou naturais, como acontece com os cursos de água. Por conseguinte, as sucessivas cinturas urbanas, geradas ao longo do tempo, originariamente na periferia, acabam por ser englobadas na cidade como resultado do crescimento urbano. Deste modo, torna-se evidente a necessidade de proceder a uma leitura dinâmica e diacrónica dos planos, articulando-a com as etapas evolutivas da cidade, tendo em conta as épocas de crescimento e de recessão que a caracterizaram¹⁹⁰.

Relativamente ao segundo aspecto assume particular relevância a noção de parcelamento e, por conseguinte, de parcela como célula do plano urbano, que se encontra em relação directa com o sistema viário e com as etapas evolutivas da cidade. Na realidade, os estudos sobre o parcelamento actual têm demonstrado que este resulta de uma longa história de sucessivas transformações, sendo também fruto de contínuas adaptações a diferentes usos do solo em cada etapa histórica, sendo a organização das parcelas igualmente inseparável dos edificados nelas construídos¹⁹¹. Alguns trabalhos têm mesmo demonstrado a permanência da propriedade rústica no plano urbano, a qual constitui um elemento que condiciona a formação da cidade bem como as diferentes tipologias de parcelamento. Por outro lado, os diferentes tipos de construções urbanas resultam do tipo de parcela (maior ou menor) e das condições topográficas do centro urbano. A este propósito cabe destacar a importância dos caminhos rurais, enquanto elementos que constituem “trajectos matriciais”, impressos na paisagem, que influenciam o crescimento dos aglomerados populacionais¹⁹².

Também o uso do solo tem sido evidenciado pelos geógrafos como uma das componentes mais significativas na análise da morfologia urbana, uma vez que constitui o seu elemento mais dinâmico e mutável, devido às constantes alterações funcionais e económicas das cidades¹⁹³.

Os estudos acerca dos padrões de utilização económica e social do espaço urbano têm permitido identificar os solos de uso residencial, comercial, industrial, terciário e de ócio, bem como os de uso misto. Por sua vez, os diferentes usos podem encontrar-se concentrados em espaços preferenciais, formando unidades, como acontece com os bairros residenciais, as áreas industriais, as áreas

¹⁹⁰ Capel 2002; Delfante & Pelletier 2000; Moudon 1997; Whitehand 1987.

¹⁹¹ Caniggia & Maffei 1995; Capel 2002; Carter 1987.

¹⁹² Caniggia & Maffei 1995.

¹⁹³ Carter 1987; Martín 1991.

comercial ou de negócios, ou as áreas administrativas. Trata-se, porém, de unidades da cidade que não são imediatamente visíveis no plano, requerendo, por isso, estudos detalhados do espaço urbano¹⁹⁴.

O edificado, intimamente relacionado com o parcelamento e com o uso do solo, tem merecido especial atenção aos geógrafos, sendo estudado na sua diversidade de formas e funções. Ele inclui as habitações, os edifícios de comércio, industriais ou de lazer, entre muito outros, bem como as suas diferentes tipologias¹⁹⁵.

Muito embora, este tópico tenha sido preferencialmente investigado pelos arquitectos existem alguns estudos geográficos no domínio da construção urbana que têm valorizado os estilos arquitectónicos, salientando vários aspectos, designadamente, a sua importância como indicador cronológico do desenvolvimento urbano, a relação inovação – difusão dos tipos arquitectónicos e os padrões de difusão espacial que estes adquirem. Tais estudos têm demonstrado que a inovação estilística se relaciona directamente com os momentos de expansão da construção, deixando numerosas marcas, ao mesmo tempo que vão sendo adoptados e aplicados por toda a cidade¹⁹⁶.

Nas últimas décadas, os geógrafos têm revelado uma clara abertura ao contributo das demais Ciências Sociais, designadamente através da criação de grupos de trabalho, onde participam urbanistas, arquitectos, historiadores, entre outros. A este propósito merece particular destaque a criação do *Urban Morphology Research Group*, na Universidade de Birmingham, o qual se estendeu posteriormente a outros países¹⁹⁷.

Assiste-se, assim, a uma renovação dos estudos morfológicos no seio desta disciplina¹⁹⁸, que se traduz num assinalável progresso no conhecimento do urbanismo¹⁹⁹. Os estudos de morfologia urbana assumem, deste modo, um papel destacado na sua agenda da Geografia Urbana, a qual inclui temas chave de

¹⁹⁴ Allain 2005; Carter 1987; Martín 1991.

¹⁹⁵ Destaque-se o Vol. II da obra *La morfología das ciudades* de Horacio Capel, dedicado à edificação (Capel 2002).

¹⁹⁶ Como demonstrou Jeremy Whitehand nos seus trabalhos (Whitehand 1987; 1992; 1998).

¹⁹⁷ Este grupo edita a revista *Urban Morphology* desde 1997. Alguns trabalhos realizados por este grupo podem ser consultados em <http://www.ub.bham.ac.uk/geography/umrg/html> (consultado às 12h, do dia 20 de Dezembro de 2006).

¹⁹⁸ Quer ao nível da produção de compêndios (Allain 2005; Capel 2002), mas, também, de trabalhos concretos (Lilley 2002).

¹⁹⁹ Os progressos nos estudos de morfologia têm um forte reflexo na revista *Urban Morphology*, alguns dos quais disponíveis em <http://odur.let.rug.nl/ekoster/isuf2/journal/online.html> (consultado às 23h, do dia 14 de Maio 2007). Igualmente a revista electrónica espanhola, *Geocrítica*, dirigida por Horacio Capel, tem publicado inúmeros artigos sobre a cidade, de âmbito multidisciplinar, disponível em <http://www.ub.es/geocrit/menu.htm> (consultado às 12h, do dia 12 de Novembro de 2006), assim como a revista da Universidade Complutense de Madrid, *Anales de Geografía*, que se encontra disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/autenticador?redirect=/servlet/revista&tipo_busqueda=CODIGO&clave_revista=65 (consultada às 12 h. do dia 23 de Agosto de 2007). Para além destas, ficam por referir muitas outras revistas de Geografia que têm publicado interessantes perspectivas e estudos acerca da morfologia urbana.

análise como o plano, o parcelamento, o edificado, o uso do solo, quer seja de bairros ou de sectores, quer seja da cidade, enquanto cenário e paisagem global, tema que foi introduzido por Kevin Lynch²⁰⁰.

Os trabalhos realizados sobre cidades portuguesas, da autoria de geógrafos, destacam-se por procurar introduzir uma dimensão temporal na análise morfológica²⁰¹. Do conjunto dos estudos produzidos destacam-se algumas obras gerais²⁰², mas, também, alguns estudos realizados sobre cidades concretas, como de Braga²⁰³, Leiria²⁰⁴, Lisboa²⁰⁵, Porto²⁰⁶, Tavira²⁰⁷. Neste contexto importa igualmente salientar as revistas portuguesas de Geografia, *Finisterra*²⁰⁸ e os *Cadernos de Geografia*²⁰⁹, que têm publicado artigos sobre as cidades, muito embora os estudos específicos sobre morfologia urbana careçam ainda de algum investimento e inovação por parte dos geógrafos nacionais, no sentido de se aproximarem dos resultados alcançados a nível internacional.

3.2.2 A perspectiva sociológica e antropológica

O estudo do fenómeno urbano, designadamente da morfologia, implica, necessariamente, uma abordagem da cidade enquanto habitat, onde sociedade e cultura interagem de forma dinâmica na construção do espaço.

Na verdade, a morfologia urbana pressupõe a análise da evolução da cidade, com todas as transformações ocorridas desde a sua génese, bem como a identificação e análise das suas diferentes componentes. Porém, as cidades são sempre o resultado da acumulação e integração de múltiplas acções individuais ou

²⁰⁰ K. Lynch, na sua obra *The image of the city*, datada de 1960, salienta a análise do aspecto visual das cidades como elemento extremamente importante para a sua compreensão (Lynch 2004).

²⁰¹ Destacam-se, a este propósito, os trabalhos devidos a Jorge Gaspar, sobre as cidades medievais (Gaspar 1969; 1985b), e sobre a evolução do tecido urbano e do mundo rural, entre os séculos XII e XVII (Gaspar 1983). Saliente-se ainda o recente estudo sobre o urbanismo e a morfologia urbana no Norte de Portugal que analisa os casos concretos de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926 (Fernandes 2005).

²⁰² Nestas incluem-se as obras de Jorge Gaspar e Orlando Ribeiro (Gaspar 1975a; Ribeiro 1985) e, mais recentemente, o interessante estudo realizado por Teresa Barata Salgueiro sobre a cidade em Portugal, onde a autora aborda, entre outros aspectos, o fenómeno da urbanização, a rede urbana e a classificação de cidades, a localização, a forma e o desenvolvimento dos núcleos urbanos portugueses (Salgueiro 1992). Neste contexto destaca-se, igualmente, a monografia *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, coordenada pelo geógrafo Álvaro Domingues. Esta obra interpreta o processo de transformação urbana das cidades médias de Portugal, nos últimos 30 anos.

²⁰³ Designadamente os realizados Miguel Bandeira (Bandeira 1994; 2000a; 2000b; 2002; 2006).

²⁰⁴ Margarido 1988.

²⁰⁵ Brito 1976; Gaspar 1975b; Salgueiro 1983; 1985; 2001; 2002; 2003; 2004.

²⁰⁶ AAV 1990; Oliveira 1973; 1983.

²⁰⁷ Fernandes & Cachinho 1985.

²⁰⁸ A revista *Finisterra* é publicada desde 1966 pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Uma parte muito significativa dos artigos desta revista encontra-se disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/index.html> (consultado às 22 h, do dia 12 Junho de 2007).

²⁰⁹ A revista *Cadernos de Geografia* é publicada desde 1983 pelo Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O índice dos diferentes números encontra-se disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ieg/ieg/public/publiccg.htm> (consultado às 16h, do dia 12 de Junho de 2007).

colectivas, orientadas por tradições culturais e moldadas por factores sociais e económicos. Neste sentido, o estudo da morfologia urbana não pode prescindir de uma inevitável análise de ideias e intenções, modeladoras do tipo de ocupação do solo e dos modelos urbanos. De facto, os edifícios públicos, as ruas ou as casas são elementos da morfologia constantemente usados, refeitos e reciclados, transformando-se ao longo do tempo.

A Sociologia interessou-se desde cedo pelo estudo dos agentes (indivíduos, grupos), bem como pelas relações sociais que actuam no espaço urbano.

Nas primeiras décadas do século XX, os sociólogos, discípulos de Durkheim, passam a considerar a morfologia urbana como expressão do substrato social básico da cidade, analisando temas como a expropriação e o preço dos terrenos, a distribuição ou os problemas da extensão e do ordenamento urbano²¹⁰.

O estudo social das cidades será igualmente objecto de abordagem por parte de Max Weber²¹¹, tendo sido, contudo, os investigadores da Escola de Chicago os que maior dinâmica incutiram ao estudo das questões urbanas²¹². Estes interessaram-se pela análise dos comportamentos, mas, também, pela organização geral da cidade e pelo modo de vida urbano, incorporando nos seus estudos a dimensão morfológica, defendendo que o espaço urbano constitui um produto social. Esta concepção do espaço será retomada, nos finais dos anos 60 do século XX, pelo filósofo Henri Lefebvre²¹³ e por alguns sociólogos marxistas²¹⁴.

Desde então, os sociólogos urbanos têm dedicado particular atenção à morfologia urbana, designadamente através da análise da morfologia social²¹⁵, procurando destacar a importância dos fenómenos de sociabilidade face aos determinismos físicos da Geografia²¹⁶. Os trabalhos produzidos nesta perspectiva permitiram avanços cognitivos sobre os factores que influenciam as rendas e os preços diferenciados dos solos urbanos, designadamente a sua localização, os quais afectam, por sua vez, o preço da habitação e as suas características²¹⁷.

²¹⁰ Estes temas são abordados na obra de Maurice Halbwachs (Halbwachs 1970).

²¹¹ Designadamente, na obra intitulada *La Ville* (Weber 1982).

²¹² Inicialmente com a publicação da obra de Robert Park (Park 1915), mas, também, de Louis Wirth (Wirth 1938).

²¹³ Lefebvre 1968; 1970; 1974.

²¹⁴ Sobretudo dos que formam, a partir de 1970, o grupo da revista *Espaces e Sociétés*, onde participam outros especialistas.

²¹⁵ Gottdiener 1994; 1997.

²¹⁶ Castells 2000.

²¹⁷ Pinçon & Pinçon-Charlot 2000. A título de exemplo refira-se o trabalho realizado sobre o *Alojamento Social sob o Fascismo*, em Portugal, por de Marielle Gros (Gros 1982).

Nas últimas décadas, os estudos sociológicos têm procurado abordar questões específicas da morfologia urbana²¹⁸ como a forma, os modelos urbanísticos, as infra-estruturas viárias ou as ruas²¹⁹. Por outro lado, a Sociologia Urbana vem reconhecendo a importância da abordagem interdisciplinar da cidade enquanto espaço social, associando-se a outras áreas do conhecimento²²⁰.

Num processo muito similar à Sociologia, também a Antropologia tem procurado investigar o fenómeno urbano, ainda que esta temática só tenha merecido o interesse desta última disciplina a partir da década de 60 do século XX. Todavia, já nas décadas anteriores, os antropólogos haviam reconhecido a importância da análise e explicação dos comportamentos urbanos²²¹, o que fazia prever o interesse desta disciplina pela cidade, espaço que cruza a natureza e os artefactos²²².

Assim, a Antropologia Urbana tem pretendido, usando a metodologia etnográfica, compreender a natureza complexa e diversificada das realidades sociais e culturais das cidades, analisando as pequenas práticas quotidianas e o aspecto mais amplo das representações sociais. Do mesmo modo, tem-se procurado entender as mudanças ocorridas nos espaços urbanos contemporâneos e dar resposta aos novos desafios que se colocam à vivência nos mesmos, designadamente, através de estudos sobre os fenómenos de heterogeneidade multi-cultural, de segregação inter-cultural e social e de desurbanização²²³.

Com efeito, as cidades actuais são espaços extremamente complexos, onde coexistem diferentes tipos de agentes e organizações, resultantes de processos históricos de longa duração que se traduzem numa elevada heterogeneidade social e cultural, potenciadora de processos híbridos de interacção e conflito²²⁴.

A continuada vivência das cidades actuais e as formas de organização do espaço, constituem elementos atractivos para a permanente chegada de novos

²¹⁸ Como se pode consultar nos nºs 96 e 122 da revista *Espaces e Sociétés* disponível, respectivamente, em <http://www.espacesetsocietes.msh-paris.fr/96/sommaire.html> e <http://www.espacesetsocietes.msh-paris.fr/122/sommaire.html> (consultado às 18h, do dia 25 de Maio de 2007). A título de exemplo refira-se também a obra sobre o urbanismo de Paris (1600-1680), uma colectânea de textos reunidas pelo sociólogo Pierre Francastel (Francastel 1969).

²¹⁹ Como ilustram alguns trabalhos produzidos a nível nacional, designadamente o de Carlos Vieira de Faria sobre o fenómeno urbano de Setúbal (Faria 1981) e o de António Firmino da Costa sobre a sociedade de bairro (Costa 1999).

²²⁰ A revista *Espaces e Sociétés* tem publicado numerosos estudos sociológicos sobre a cidade, mas, também de outras especialidades, designadamente de urbanistas e arquitectos (Levy 2005).

²²¹ Robert Redfield foi um dos antropólogos pioneiros no estudo da cidade, perspectivando o cenário urbano como o local de encontro e contraste entre o rural e o urbano, mas também procurando as causalidades das diferenças de comportamento social na cidade (Redfield 1948; 1956).

²²² Constatação feita pelo antropólogo Lévi-Strauss na sua obra *Tristes trópicos* (Lévi-Strauss 1973).

²²³ A título de exemplo refira-se a obra portuguesa *Etnografias Urbanas*, uma colectânea de textos organizados por Graça I. Cordeiro, Luís V. Baptista e António F. Costa (Cordeiro *et al.* 2003).

²²⁴ A este propósito pode ler-se o estudo de Néstor García Canclini acerca da modernização e democratização cultural da América Latina (Canclini 1995).

contingentes humanos, oriundos, quer do meio rural, quer de outras sociedades, facto que acaba por introduzir na cidade diferentes comportamentos e práticas sociais, bem como outros idiomas e estruturas espaciais de vivência, frequentemente estranhos à própria cidade, com repercussões na evolução morfológica.

Muito embora a Sociologia e a Antropologia tenham procurado entender a cidade contemporânea como o resultado de uma série de práticas sociais e culturais, que afectaram e transformaram o espaço urbano, importa sublinhar que este tipo de processo não é apenas característico da cidade actual, tendo ocorrido ao longo do processo histórico da sua própria formação. Na verdade, em etapas anteriores podem observar-se fenómenos similares, com a incorporação de elementos construídos ou de espaços, cuja génese é exógena à cidade.

Por tudo isto, o estudo da cidade tem necessariamente que contemplar, paralelamente à análise dos elementos morfológicos, os processos sociais e culturais que envolvem a génese das morfologias e tipologias urbanas, mas, também, as sucessivas transformações que ocorrem no espaço construído, na longa duração de vida da cidade²²⁵.

3.3 O contributo da Arquitectura e do Urbanismo

Os arquitectos interessaram-se desde muito cedo pelo estudo das formas urbanas, sendo certo que a atenção destes especialistas contribuiu de forma determinante para a configuração deste campo de análise.

As primeiras reflexões acerca da organização espacial e das formas urbanas ganharam especial relevância a partir do século XIX²²⁶, inicialmente com as críticas românticas à cidade e, posteriormente, com a atenção dedicada à evolução morfológica, tendo em vista evitar os erros urbanísticos decorrentes da industrialização ou do positivismo²²⁷. Do mesmo modo, as correntes europeias originadas, no século XIX, pela conservação dos monumentos das cidades²²⁸, bem como o problema da reconstrução urbana dos pós – guerras, estimularam os

²²⁵ La Pradelle 2000; Pinçon & Pinçon-Charlot 2000.

²²⁶ Os trabalhos já referidos de Ildefonso Cerdá (Cerdá 1968-1971; 1991) e de Camilo Sitte (Sitte 1996) contribuíram de forma fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre morfologia urbana.

²²⁷ Como por exemplo as propostas da obra de Camilo Sitte (Sitte 1996).

²²⁸ Este movimento urbanísticos europeu encontra-se bem ilustrado pela fundação, em 1913, na cidade de Gante, da *Union Internationale des Villes*, um movimento que associou várias individualidades interessadas nas cidades, promovendo várias conferências nas décadas de 10 e 20 do século passado (Capel 2002).

estudos sobre a evolução morfológica das cidades, onde os arquitectos desempenharam um importante papel²²⁹.

As teorias racionalistas e positivistas defenderam desenhos completamente novos para as cidades, minimizando a preocupação com as formas herdadas do passado e direccionando a atenção dos arquitectos para a planificação urbana, originando a produção de tratados sobre o planeamento. Nesta perspectiva, o estudo da cidade destinava-se a evitar os erros do passado. Mesmo assim, o interesse de alguns arquitectos pelas formas urbanas históricas continuou a produzir importantes contributos para o estudo da evolução das cidades²³⁰, assim como para a história urbana em geral²³¹. Ainda nesta última linha de trabalho, foram realizados projectos de sistematização e análise de cartografia histórica sobre cidades de diversos países²³².

O envolvimento de alguns arquitectos nas acções de protecção e salvaguarda do património arquitectónico dos centros urbanos e, sobretudo, no restauro dos monumentos, conduziu-os ao estudo das condições históricas da sua produção e da génese das suas formas, permitindo-lhes desempenhar um papel bastante activo no desenvolvimento dos estudos de história urbana e particularmente na análise da morfologia, situação que se manteve praticamente até aos dias de hoje²³³.

O crescente envolvimento dos arquitectos na problemática do desenvolvimento urbano exigiu que a sua formação contemplasse estudos de urbanismo²³⁴, situação que, por sua vez, impulsionou a realização de estudos cada vez mais específicos de morfologia urbana. Assim, a partir da década de 60 do século passado, os trabalhos desenvolvidos nas Escolas de Arquitectura de

²²⁹ Entre as diferentes iniciativas destacam-se a criação de conferências internacionais, designadamente a *Conférence Interalliée d'Urbanisme* que organizou vários colóquios (Paris 1919 e Londres 1920), a criação do *Institut d'Histoire, de Géographie et d'Economie Urbaines de la Ville de Paris*, em 1916, a criação do *Institut d'Urbanisme de Paris*, em 1935 e a publicação da revista *La Vie Urbaine* (dirigida por P. Lavedan), ou a obra do arquitecto Oskar Jürgens, publicada em 1926, sobre as cidades espanholas, traduzida em 1992 com o título *Ciudades españolas. Su desarrollo y configuración urbanística* (Jürgens 1992).

²³⁰ Entre outros trabalhos destacam-se as obras de carácter geral sobre história urbana como as já citadas de Pierre Lavedan (Lavedan 1926-1952), de Leonardo Benévolo (Benévolo 1994; 1995), de Chueca Goitia 1996; mas, também, as de Paolo Sica (Sica 1977; 1987), de Spiro Kostof (Kostof 1984; 1988; 1991; 1992), de Gaston Bardet (Bardet 1964), de Carlo Aymonio (Aymonio 1984), ou de Gordon Cullen (Cullen 1983).

²³¹ A este propósito pode referir-se, para Espanha, a obra conjunta intitulada *Resumen Historico del Urbanismo en España* (García Bellido et al. 1968).

²³² A título de exemplo refira-se o trabalho realizado por E.A. Gutkind - *International History of City Development* (1964-72), com 7 volumes, sendo o vol. III dedicado ao *Urban Development in Southern Europe. Spain and Portugal* (Gutkind 1964-72).

²³³ Esta situação constata-se na organização e participação dos arquitectos em diversos organismos e na publicação em revistas, designadamente na espanhola *Ciudad e territorio* e na revista inglesa *Urban Morphology*, de carácter interdisciplinar, mas fortemente impulsionada por arquitectos.

²³⁴ Nos finais da década de 1960 Manuel de Solà-Morales, enquanto professor da Escola de Arquitectura de Barcelona e docente da disciplina de Urbanística II elaborou um programa de docência e investigação que teve uma ampla repercussão entre arquitectos e urbanistas mas, também, no trabalho de geógrafos e outros especialistas, merecendo a reedição em 1993 pela UPC (Universidade Politècnica de Catalunya) (Solà-Morales 1973-74).

diferentes universidades passam a valorizar de forma cada vez mais acentuada a análise da traça das cidades, originando um aumento significativo de trabalhos sobre realidades concretas, fornecendo importantes contributos para a definição de uma teoria da forma urbana²³⁵.

A partir da década de setenta do século passado, os arquitectos, influenciados pelas teorias marxistas da Sociologia, passam a valorizar a estrutura social na compreensão das formas espaciais, considerando que a correcta projecção urbanística requer o estudo das causas económicas, políticas e sociais do crescimento urbano. Assim, os arquitectos passam a valorizar nos seus estudos as formas de crescimento urbano, as relações entre os diversos usos do solo, bem como a influência das acessibilidades, pretendendo, deste modo, superar a tradicional análise morfo-tipológica, abrindo-se a análises de carácter económico e geográfico²³⁶.

Inserido nesta perspectiva e com o objectivo de contribuir para um melhor conhecimento da estrutura da cidade no seu conjunto, Manuel de Solà-Morales elaborou uma teoria sobre a forma física da cidade, usando a distinção entre os elementos ou unidades da forma urbana e os processos de urbanização. Nos primeiros inclui os elementos edificados, as parcelas, as ruas e as infra-estruturas e, nos segundos, os mecanismos de actuação, construção, propriedade, uso e transformação produzidos ao longo do tempo. Considera, ainda, que os diferentes modos de organizar as ruas, o solo e as casas (infra-estruturas, parcelas e tipos edificados) correspondem aos processos de urbanização, de parcelamento e de edificação que assumem diferentes combinações, dando origem a diferentes tipos de crescimento urbano, de que são exemplo os bairros planificados²³⁷, a urbanização marginal, a cidade jardim, as barracas e os polígonos de vivendas²³⁸.

Os trabalhos dos arquitectos italianos, designadamente de Saverio Muratori²³⁹ e do seu discípulo Gianfranco Caniggia²⁴⁰, constituíram um importante

²³⁵ Neste contexto merece particular destaque a Escola de Arquitectura de Versalhes, criada na década de 60, por Philippe Panerai e Jean Castex, conjuntamente com o sociólogo Jean-Charles Depaule²³⁵, bem como a Escola Italiana, fundada por Saverio Muratori e G. Caniggia (Moudon 1997).

²³⁶ Esta situação encontra-se bem testemunhada nos artigos publicados nas revistas já referidas, mas, também na revista catalã *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme*, publicada pelo Colégio de Arquitectos da Catalunha, disponível em <http://quaderns.coac.net/q/>, e na italiana *Storia dell'urbanistica*, publicada desde 1983, bem como na sua série *Annuario*, destinada a publicações monográficas, entre as quais se destacam o nº1 sob o título *I regolamenti edilizi* (1995), o nº 2 *Le strade alberate* (1996), o nº 3 *I piani regolatori* (3/1997), o nº 4 *La città del Quattrocento* (4/1998) e o nº 5 *L'urbanistica delle città medievali italiane/3. Città medievali: orientamenti e metodi di ricerca* (1999), disponível em <http://www.storiadellacitta.it/index.htm> (consultados às 23h, do dia 5 de Maio de 2007).

²³⁷ O autor utiliza o termo *ensenches*, utilizado em espanhol, para designar uma ampliação urbana unitária e planificada.

²³⁸ Proposta de Manuel de Solà-Morales (Solà-Morales 1973-74).

²³⁹ Salvatore Muratori (1910-1973) foi professor em Veneza e Roma e autor de inúmeras publicações (Muratori 1950; 1960; 1963; 1967).

contributo para a elaboração de uma metodologia de análise do tecido urbano e de uma teoria geral, valorizando a participação de outras disciplinas sociais nos estudos urbanísticos.

O trabalho destes autores realçou a importância da herança construída e a necessidade de entender os mecanismos colectivos da sua formação, assim como a lógica dos processos de mudança do espaço urbano, de modo a que as áreas construídas fossem entendidas coerentemente na totalidade da edificação e independentemente do valor específico dos edifícios²⁴¹.

À semelhança do seu mestre, também G. Caniggia desenvolveu trabalhos empíricos com o propósito de identificar os princípios gerais da formação e evolução do tecido urbano, concedendo particular destaque à continuidade do património edificado e ao facto dos edificados herdados e disponíveis em cada momento histórico se converterem numa espécie de “consciência espontânea” que influencia as decisões dos novos construtores²⁴².

O autor entende a cidade como um organismo resultante da agregação de unidades elementares, desde a casa aos edifícios especializados, que se agrupam em estruturas cada vez mais complexas, como os quarteirões, que constituem os módulos mais visíveis do conjunto urbano, ainda que considere serem os trajectos edificados o módulo fundamental na génese e desenvolvimento urbano²⁴³.

O objectivo final do estudo de G. Caniggia era chegar à compreensão global do tecido construído, analisando escalas cada vez mais amplas, partindo dos elementos e do seu agrupamento em estruturas, para chegar ao que designa por “sistema de estrutura” e “organismos do sistema”, que se estenderiam, por sua vez, ao conjunto do território²⁴⁴.

A obra de Caniggia foi um contributo muito importante para a compreensão da morfogénese das cidades italianas, abrindo numerosas pistas para estudos posteriores, que tem prosseguido a sua linha de investigação²⁴⁵.

Porém, a tendência interdisciplinar proposta pelos arquitectos referidos será questionada dentro da própria Arquitectura por Aldo Rossi, que considerou ser esta

²⁴⁰ Dos trabalhos de Gianfranco Caniggia (1933-1987) salientam-se o que dedica à cidade histórica (Caniggia 1963) e o que realiza sobre a estrutura do espaço antrópico (Caniggia 1985), sendo de destacar, também, a obra conjunta com G L Maffei sobre a composição arquitectónica e a tipologia edilícia (Caniggia & Maffei 1984).

²⁴¹ A posição destes autores é antes de mais uma reacção à forma de projectar as cidades pelos arquitectos modernistas, que procuravam introduzir uma nova arquitectura, minimizando as técnicas tradicionais e o tecido historicamente configurado, mas, também, contra os individualistas que apenas objectivavam as obras singulares e de valor estético autónomo (Capel 2002).

²⁴² Caniggia & Maffei 1984.

²⁴³ Caniggia 1963; Caniggia & Maffei 1984.

²⁴⁴ Caniggia & Maffei 1984.

²⁴⁵ Como os trabalhos de Gian Luigi Maffei (Maffei 2002) ou de Giancarlo Cataldi (Cataldi & Formichi 2005), entre outros.

a disciplina privilegiada para estudar o espaço urbano, muito embora critique a dimensão qualitativa que a mesma utiliza no estudo da cidade. Este autor entendia a cidade como uma obra de arquitectura, sendo-lhe devida a consolidação dos conceitos de tipo e tipologia construtiva e a metodologia de análise da arquitectura urbana, cuja continuidade histórica sublinha. No entanto, nunca deixará de reduzir a forma urbana à edificação, considerando esta como autónoma relativamente à estrutura social²⁴⁶.

Apesar da posição de Aldo Rossi conhecer uma forte adesão por parte de alguns arquitectos, a abertura dos estudos de arquitectura e do urbanismo às outras Ciências Sociais é actualmente uma realidade defendida por várias escolas e grupos de trabalho internacionais, traduzindo-se em numerosos trabalhos editados em revistas de carácter interdisciplinar.

Os esforços para elaborar uma teoria rigorosa da forma urbana mantêm-se actualmente muito vivos, recebendo recentemente um importante contributo do arquitecto espanhol Javier Garcia – Bellido, que propõe uma ciência do Urbanismo, designada de “Coranomía”, baseada em proporções lógicas que permitam estabelecer os princípios da organização do espaço urbano, desde a célula mais elementar de uma casa até ao conjunto da cidade e do território regional²⁴⁷.

Actualmente, os arquitectos desempenham um papel destacado no estudo da morfologia urbana, centrando os seus trabalhos em momentos específicos da vida das cidades²⁴⁸, debruçando-se sobre questões relacionadas com o planeamento²⁴⁹ e realizando obras gerais em parceria com especialistas de outras áreas²⁵⁰.

A nível nacional, os estudos realizados pelos arquitectos têm incidido particularmente na análise da forma urbana, designadamente, no desenho da cidade ou dos conjuntos urbanos, na morfologia dos espaços e nas características do edificado²⁵¹. As abordagens da morfologia por parte dos arquitectos portugueses têm valorizado a perspectiva temporal, conferindo, deste modo, uma

²⁴⁶ Apesar da atitude polémica do autor, a publicação da sua obra intitulada *A Arquitectura da cidade*, publicada em 1966, permitiu uma maior consolidação dos estudos morfológicos (Rossi 1982).

²⁴⁷ García-Bellido 1999.

²⁴⁸ Para o período romano destacam-se Jean-Pierre Adam ou Pierre Gros (Adam 1989; Gros 1996; 1999), para o período medieval Félix Benito Martín ou Castro Villalba (Benito Martín 2000; Castro Villalba 1996).

²⁴⁹ A título de exemplo refira-se o trabalho dos arquitectos portugueses acerca das *Políticas Urbanas Tendências, Estratégias e Oportunidades* (Portas et al. 2003).

²⁵⁰ Merlin 1988; Merlin & Choay 1988; Guàrdia Bassols et al. 1994b; Pinol 1996; Delfante & Pelletier 2000.

²⁵¹ Calado 1991; Calado et al. 1994; Dias 1994; Fernandes 1999; França 1967; 1990; 1992; Lôbo 1995; Pereira 1995; Raul 1929; Teixeira 1996, entre outros.

componente histórica ao estudo da forma urbana²⁵². No entanto, a grande maioria dos trabalhos produzidos têm um carácter tópico, incidindo sobretudo sobre as cidades de Lisboa²⁵³ e do Porto²⁵⁴, mas, também, de forma particular, sobre as cidades coloniais portuguesas²⁵⁵. Por outro lado, as análises elaboradas deixam sistematicamente de fora a componente social, hoje considerada indispensável nos estudos de morfologia urbana²⁵⁶.

Dos trabalhos realizados para as cidades portuguesas com maior incidência no estudo das formas urbanas merecem destaque os de Hélder Carita²⁵⁷, de Walter Rossa²⁵⁸, de Rui Maurício²⁵⁹, o *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*²⁶⁰, onde é ilustrada a história da morfologia urbana e dos estilos arquitectónicos da capital e o *Atlas Urbanístico de Lisboa*²⁶¹.

Dos trabalhos mais recentes sobre História Urbana merece destaque a obra intitulada *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*, datada de 1999, que constitui um marco importante no progresso dos estudos sobre a morfologia das cidades portuguesas ou de influência lusa²⁶².

3.4 Conclusão

A exposição anteriormente realizada teve como objectivo ilustrar alguns dos principais contributos das diferentes áreas do saber para os estudos da morfologia urbana, muito embora estejamos certos que outras disciplinas, como a Economia, o Direito, ou a Ciência Política podem contribuir, igualmente, para o conhecimento e compreensão das cidades históricas.

²⁵² Como demonstram os trabalhos publicados nas Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822) (Araújo & Carita 1998) ou na Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo - *Murphy*, publicada desde 2006 (Gomes 2006-2007).

²⁵³ Entre os trabalhos pioneiros destacam-se os realizados por José Augusto França (França 1972; 1978; 1980; 1987; 1997) e mais recentemente os produzidos por Maria Helena Morteira e Walter (Murteira 1998; Rossa 1989; 1994; 1998), bem como a publicação conjunta no *Atlas Histórico de Cidades Europeas* (Calado et al. 1994).

²⁵⁴ Entre os quais se destacam os trabalhos de Rui Tavares (Real & Tavares 1987; Tavares 1985/86; 1992; 1996), o de Bernardo José Ferrão (Ferrão 1997), o de Joaquim Alves (Alves 1988/1990), bem como a publicação conjunta no *Atlas Histórico de Cidades Europeas* (Domingues et al. 1994).

²⁵⁵ Da vasta bibliografia publicada acerca deste tema, destacaríamos os trabalhos de Walter Rossa, alguns dos quais integrados na obra *Urbe e o Traço* (Rossa 2002a), mas, também, na revista *Oceanos* (Gomes & Rossa 2001; Rossa 2001) e os de Hélder Carita e Rui Carita (Carita & Carita 2000).

²⁵⁶ Teixeira 1987.

²⁵⁷ Dos trabalhos do autor merecem particular destaque os realizados sobre as morfologias e os edifícios do Bairro Alto, em Lisboa, desde o século XVI até à actualidade (Carita 1990; Carita 1997), mas, também, sobre a Lisboa Manuelina (Carita 1999).

²⁵⁸ Para além dos trabalhos já mencionados refira-se o trabalho sobre *A cidade portuguesa*, publicado originalmente no III vol. da *História da Arte Portuguesa*, publicada pelo Círculo de Leitores (Rossa 1995) e, posteriormente, na obra *Urbe e o Traço* (Rossa 2002a).

²⁵⁹ Maurício 2000.

²⁶⁰ AAVV 1987.

²⁶¹ Salgado & Lourenço 2006.

²⁶² Esta obra, da autoria dos arquitectos Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, resulta de um projecto de pesquisa sobre as morfologias das cidades de origem portuguesa, desenvolvido na Universidade Lusíada, em colaboração com a Universidade de Birmingham e a Universidade de S. Paulo (Teixeira & Valla 1999).

A conclusão que desde logo se pode extrair da leitura dos diferentes contributos analisados é a de que as cidades constituem um campo privilegiado de investigação que, pela sua inerente complexidade, tem obrigado a estudos cada vez mais especializados, mas, paradoxalmente, mais abrangentes sobre o espaço urbano.

As investigações realizadas têm permitido a delimitação de um campo de análise cada vez mais objectivo sobre o espaço urbano construído, introduzindo novos temas nos estudos morfológicos e uma maior consciência da complexidade do tema, exigindo uma necessária interdisciplinaridade para a sua abordagem.

A Geografia Urbana, conjuntamente com a Arquitectura e o Urbanismo foram, sem dúvida, as disciplinas que mais contribuíram para a formalização de uma metodologia específica no estudo da forma urbana, aprofundando os conhecimentos acerca do plano, do parcelamento, dos quarteirões, do sistema viário, dos usos do solo e da edificação relacionados com as etapas de evolução histórica das cidades.

A fundação em 1996 do *International Seminar on Urban Form*²⁶³ (ISUF) representou um passo decisivo para a constituição da morfologia urbana como um campo de estudo interdisciplinar, reunindo as investigações de diferentes grupos de especialistas, designadamente, geógrafos britânicos e norte-americanos ligados às tradições de Conzen e Whitehand, arquitectos italianos, relacionados com a linha de Muratori e Caniggia e arquitectos franceses da Escola de Arquitectura de Versalhes²⁶⁴.

O reconhecimento de que a morfologia das cidades actuais é herdada, resultando de uma permanente construção e reconstrução dos espaços, com início em épocas recuadas, tem estimulado os investigadores a elaborarem questões cada vez mais complexas e a realizarem estudos que permitam aceder ao conhecimento das formas urbanas anteriores, propondo, simultaneamente, uma metodologia válida para a sua análise.

Todavia, o estudo da morfologia urbana carece de dados propiciados por outras áreas do conhecimento. De facto, ele tem que se alicerçar no tempo histórico das cidades, facto que implica, em última análise, uma abordagem

²⁶³ As actividades realizadas no âmbito do ISUF, bem como alguns artigos publicados na revista *Urban Morphology* encontram-se disponíveis em <http://urd.let.rug.nl/ekoster/isuf2/> (consultado às 12h, do 23 de Maio 2006).

²⁶⁴ Moudon 1997.

diacrónica e dinâmica das formas urbanas, uma vez que a cidade constitui um facto material e social, resultante de um processo histórico de longa duração.

Por conseguinte, a análise morfológica da cidade tem necessariamente que contemplar o estudo das suas formas prístinas, só possível de realizar através dos dados materiais e documentais recuperados e interpretados pelas disciplinas históricas (Arqueologia e História), não dispensando igualmente uma abordagem detalhada das práticas sociais que deram expressão à vivência mas, também, à mudança do tecido urbano, elas também objecto de análise histórica.

Os estudos relativos à morfologia da cidade histórica têm sido realizados preferencialmente em contextos concretos, normalmente balizados pelos tradicionais períodos cronológicos. Porém, novas abordagens mais dinâmicas exigiriam uma resposta a questões relacionadas com o “onde?”, o “quando?”, o “como?” e o “porquê?” da transformação e evolução do espaço construído. Para tal seria necessário compreender as motivações que estiveram na origem da primitiva edificação da cidade, quais os momentos que pautam as suas transformações estruturais, de que modo elas destruíram ou reciclaram os elementos caracterizadores da forma urbana anterior e as razões que presidiram às sucessivas alterações que foram modelando a cidade como espaço em continuada mutação.

Neste sentido, importa estudar a morfologia da cidade actual cruzando numerosas fontes de informação, tendo em vista perceber como ela se foi construindo ao longo do tempo e apostar numa metodologia de estudo que cruze saberes e técnicas de diferentes disciplinas.

4. Elementos topográficos da morfologia urbana

Todas as cidades são compostas por um determinado número de elementos comuns que é necessário situar e analisar. Entre eles destacam-se as ruas, através das quais é possível circular ou os caminhos que permitem aceder à cidade, os pontos nevrálgicos ou nós²⁶⁵, enquanto espaços de convergência, como as praças, os largos ou as portas, os quarteirões e as parcelas, enquanto unidades de carácter histórico, tipológico e topográfico e os edifícios que representam ritmos

²⁶⁵ Os nós urbanos fazem parte dos elementos físicos que conformam a *imagem da cidade* (Lynch 2004) e podem ser definidos como os pontos estratégicos da cidade, tais como os centros de actividades, os lugares de convergência das ruas importantes, entre outros, que na realidade traduzem os sítios de maior confluência de população.

construtivos distintos, cujas fachadas definem disposições de carácter contínuo ou descontínuo. O conjunto destes elementos forma a malha urbana e a relação que mantêm entre si é responsável pela criação de diferentes tecidos e composições urbanas.

4.1 O plano urbano

O plano urbano tem sido intensamente estudado, designadamente, pelos geógrafos, muito embora a noção de plano nem sempre surja explicitada. Alguns investigadores falam de plano urbano para designar a estruturação geral da forma da cidade, outros, aplicam o termo para se referirem à expressão gráfica de um esquema de organização, sendo certo que a noção de plano se encontra igualmente relacionada com uma prática de organização e de planificação. De igual modo, o plano pode designar três realidades de nível diferente, nomeadamente, a forma geral de uma aglomeração ou macro forma, o plano geral da cidade, pensado como um todo, mas geralmente com várias géneses e, por fim, o plano de um determinado sector²⁶⁶.

Deste modo, o plano urbano pode ser entendido como uma malha²⁶⁷ ou rede formada por um conjunto de elementos, devendo o seu estudo conduzir ao reconhecimento e à compreensão da estrutura física da cidade, através da análise dos diferentes elementos que o compõem e do modo como se organizam para formar o tecido urbano, que pode ser contínuo ou descontínuo, mais denso, ou rarefeito.

O plano, ou malha urbana, permite avaliar a densidade demográfica da cidade, os espaços construídos e livres, o modo como os mesmos se relacionam, a lógica da sua localização, a situação dos principais monumentos e o seu impacto na estruturação do tecido urbano. O plano fornece, igualmente, informações relativas à permanência dos traços morfológicos herdados.

Os elementos que compõem o plano podem ser integrados em quatro grupos distintos de componentes: as ruas e a sua correspondente associação a todo o sistema viário; os quarteirões, delimitados pelas ruas e constituídos pelo agrupamento de parcelas individuais; o parcelamento resultante da fragmentação do terreno em parcelas, unidades espaciais que servem de base aos edifícios, e o

²⁶⁶ Allain 2005.

²⁶⁷ Allain 2005.

edificado, cujas plantas devem ser observados a uma escala pormenorizada, pois têm igualmente reflexos na conformação morfológica do plano. Do plano fazem igualmente parte outros elementos, como sejam as praças, os largos, os parques e os jardins. Os diferentes elementos que estruturam o plano podem ser avaliados em função do conceito que os geógrafos designam por uso do solo, o qual permite definir diferentes áreas na cidade. No plano encontram-se igualmente representados outros importantes indicadores da morfologia urbana, como sejam os limites físicos entre zonas distintas, os quais podem mesmo materializar-se em construções, em vias de circulação ou em espaços abertos.

As ruas ocupam um papel destacado na malha urbana por possuírem uma funcionalidade vital enquanto eixos de circulação, de união dos diferentes pontos da cidade e de estruturação do solo, actuando como elementos morfológicos que condicionam a origem e o crescimento das formas subsequentes. As ruas principais tendem a funcionar como pontos de referência, a partir das quais se podem traçar outras vias subsidiárias, que vão delimitando os espaços de construção e favorecendo o crescimento da cidade em diferentes direcções, funcionando, deste modo, como agentes activos da génese e desenvolvimento dos diferentes elementos da morfologia urbana, sejam eles as parcelas, as construções, os quarteirões ou o uso dos solos²⁶⁸.

Os quarteirões são compostos no seu interior por parcelas ou lotes, que se encontram limitados por ruas, produzindo uma organização do espaço que pode assumir diferentes formas.

As parcelas ou lotes resultam da divisão do solo por apropriação ou uso e correspondem à unidade primária do espaço urbano, constituindo, deste modo, o elemento básico da construção da cidade²⁶⁹.

A edificação realiza-se no interior da parcela, adaptando-se, por isso, à sua forma e dimensão. Normalmente, num primeiro momento, apenas um sector da parcela é usado para construção, preferencialmente a parte que é imediatamente contígua à rua, sendo os restantes reservados ao pátio, logradouros ou à construção de anexos, como aconteceu na Idade Média. A tendência geral observada em quase todos os centros urbanos traduziu-se num aumento progressivo das construções, circunstância que acabou por determinar a edificação

²⁶⁸ Sobre a importância e função das ruas na formação dos tecidos urbanos pode ler-se (Caniggia & Maffei 1984; Allain 2005; Capel 2002), entre outros.

²⁶⁹ Capel 2002.

da totalidade das parcelas. Os processos de reparcelamento, realizados em diferentes momentos históricos das cidades, originaram a divisão ou a junção de parcelas com consequências no edificado urbano²⁷⁰.

O conjunto das ruas, das parcelas, dos quarteirões e dos edifícios constitui um complexo dinâmico com dimensão espacial e temporal, que vai afectando de modo distinto os diferentes componentes. Por sua vez, cada elemento do plano condiciona as relações físicas e os significados funcionais dos outros. Deste modo, os diferentes elementos do plano encontram-se intimamente inter-relacionados desde a sua origem e evoluem de modo articulado. Em alguns casos a relação entre eles é funcional e estabelece-se entre a morfologia, o tipo de edifícios e o uso dos solos. Como exemplo, poderíamos referir que as parcelas estreitas e alargadas (parcela gótica, na terminologia de alguns geógrafos) estão normalmente associadas a uma tipologia habitacional corrente, enquanto que a construção de grandes edifícios com funções comerciais, políticas ou religiosas tendem a ocupar grandes parcelas de terreno com configurações mais geométricas²⁷¹.

De um modo geral, os grandes elementos que compõem o plano são de uma grande estabilidade, podendo sobreviver durante séculos, muito embora o plano resulte de uma permanente transformação, que se adapta à topografia do sítio e reflecte a história individual de cada centro urbano.

Por sua vez, as alterações funcionais que ocorrem ao longo dos tempos nas cidades podem repercutir-se em momentos diferentes, quer no plano, quer nos edifícios ou nos padrões de uso do solo²⁷². A título de exemplo refira-se que as ruas, os quarteirões e até mesmo as parcelas tendem a reflectir, de modo mais persistente, as anteriores formas de propriedade²⁷³, constituindo, por isso, os elementos que registam maior número e variedade de características pretéritas. Esta situação contribuiu de forma muito significativa para o estudo da estratificação histórica das paisagens urbanas. Pelo contrário, os edifícios podem alterar-se mais facilmente, ainda que seja possível, em alguns casos, detectar elementos arquitectónicos antigos nas construções actuais.

Contudo, é ao nível da utilização do solo que encontramos as maiores dificuldades de análise, pois ela tende a responder aos impulsos de transformação

²⁷⁰ Caniggia & Maffei 1984.

²⁷¹ Capel 2002.

²⁷² Como demonstraram os trabalhos de M.R.G Conzen (Conzen 1960) e J. W. R. Whitehand (Whitehand 1987).

²⁷³ As cidades históricas actuais continuam, na generalidade, a manter algumas formas romanas e medievais, como acontece, por exemplo, em Barcelona (Busquets 2005) ou nas cidades de origem portuguesa (Teixeira & Valla 1999).

funcional dos centros urbanos, os quais são por vezes difíceis de avaliar. Como exemplo, poderíamos referir o caso das casas sobradadas medievais, cujo rés-do-chão das habitações localizadas nas ruas mais importantes, era, por vezes, destinado às actividades comerciais ou de armazenamento, sendo o piso posterior reservado à habitação. Em épocas posteriores, com a perda de funcionalidade comercial da rua ou do edifício, os pisos baixos foram rapidamente integrados na habitação, o que implicou, igualmente, alterações nas fachadas dos edifícios.

Os planos têm sido categorizados com base numa distinção clássica entre plano espontâneo ou não planificado e plano planificado (intencional) ou regular. Muito embora sujeita a críticas e, por vezes, bastante difícil de aferir, esta distinção tem sido utilizada por múltiplos autores e demonstrado a sua utilidade. De igual modo, o facto de se aceitar que alguns tecidos urbanos não obedecem a uma regra clara de planificação urbanística evidente, não significa que não possuam outras lógicas de organização do espaço²⁷⁴.

Na verdade, existem inúmeras formas de planos, resultantes das características do meio físico, das especificidades culturais, sociais, políticas ou económicas dos centros urbanos. No entanto, tradicionalmente, têm sido reconhecidos quatro tipos básicos de planos, designadamente, o plano ortogonal, o linear, o irregular e o radial (radioconcêntrico), pese embora o facto da maioria das cidades históricas poderem possuir distintos tipos de planos, consoante a época em que tiveram origem e a evolução que sofreram ao longo das etapas do seu crescimento urbano²⁷⁵.

Por tudo isto, o plano urbano constitui um documento imprescindível no reconhecimento e na compreensão da estrutura do conjunto da cidade, permitindo decifrar a estratificação histórica ocorrida no seu espaço através da análise dos seus elementos e da relação estabelecida entre eles.

4.2 As ruas e as praças

4.2.1 As ruas

A palavra rua deriva etimologicamente do latim *ruga*, que significa caminho. Um caminho é, por definição, uma via de comunicação terrestre destinada

²⁷⁴ Capel 2002.

²⁷⁵ A este propósito podem ser consultados os diferentes tipos de planos apresentados por Allain Remy (Allain 2005: 65).

principalmente a trânsito rural²⁷⁶ e uma rua, uma via ladeada de casas ou árvores, dentro de uma povoação²⁷⁷.

Na verdade, à semelhança da origem etimológica da palavra, a génese de algumas ruas ou estradas actuais encontra-se nos caminhos rurais, que se converteram progressivamente em importantes vias ou ruas, podendo, em alguns casos, a origem do traçado viário remontar aos caminhos pré-históricos²⁷⁸. Apesar das incertezas que decorrem de uma análise tão dilatada no tempo, à medida que nos aproximamos da época romana e medieval esta constatação torna-se cada vez mais evidente. Na verdade, os testemunhos desta continuidade viária tornam-se abundantes a partir da época romana e medieval, inclusivamente no que se refere a algumas ruas urbanas²⁷⁹.

Actualmente, sabemos que algumas das estradas da paisagem europeia se sobrepõem às antigas vias romanas²⁸⁰. A título de exemplo podemos referir o caso das vias que ligavam *Bracara Augusta* a outras cidades importantes que tiveram continuidade viária durante a Idade Média, convertendo-se posteriormente em caminhos medievais, continuando, algumas delas, a desempenhar a mesma função actualmente²⁸¹. Do mesmo modo, as vias estruturantes da cidade romana, continuam, com alguma frequência, a ser utilizadas na Idade Média, persistindo, por vezes, em algumas cidades europeias, até à actualidade²⁸². Por outro lado, os exemplos multiplicam-se para o número de traçados viários medievais, que

²⁷⁶ Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora em <http://www.infopedia.pt/> (consultado às 23h, do dia 23 de Abril de 2007).

²⁷⁷ Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora em <http://www.infopedia.pt/> (consultado às 23h, do dia 23 de Abril de 2007).

²⁷⁸ Mesqui 1994. A este propósito podem ainda consultar-se alguns trabalhos realizados para a Península Ibérica, publicados nas *Actas del Congreso Internacional de Caminería Hispánica*, <http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/ceclm/libros/camineria/index.htm> (consultado às 15h, do dia 25 de Outubro de 2006).

²⁷⁹ As cidades de origem romana, que tiveram continuidade até à actualidade, reutilizam durante a Idade Média algumas das ruas e vias romanas, circunstância que, por vezes, tem continuidade até à época actual. Esta situação encontra-se documentada em algumas cidades portuguesas (Alarcão 1983; Mantas 1987), mas, também, em cidades espanholas como Mérida (Alba Calzado 2004a; Mateos Cruz & Alba Calzado 2001), León (Gutiérrez González & Miguel Hernández 1999), ou Barcelona (Beltrán de Heredia 2001; 2006; Guàrdia Bassols *et al.* 1994a).

²⁸⁰ Muito embora as necessidades de comunicação do mundo romano, decorrentes da importância dada à ligação viária dos diferentes núcleos urbanos do império, não servissem a realidade medieval (Almeida 1968) algumas das antigas vias romanas terão continuidade funcional na Idade Média. A título de exemplo podemos referir para o território espanhol duas importantes vias romanas, a denominada Via Aquitana, que corria a norte da Meseta e ligava as cidades de *Asturica Augusta* (Astorga) e *Burdigala* (Bordéus) e a Via da Prata, importante eixo norte-sul, do oeste peninsular que ligava a cidade de *Emerita Augusta* (Mérida) a *Asturica Augusta*. Sobre a primeira calçada, ainda que com variações em diversas regiões, transcorria em tempos medievais o ramo central do Caminho de Santiago (Caminho francês). Igualmente, em torno desta via se aglomeraram um grande número de *civitates* alto-medievais, como Astorga, León, Cea, Burgos ou Cerezo. De igual modo, a Via da Prata continuou a ser utilizada com muita frequência, passando a chamar-se *La Guinea* ou *La Calzada Guinea* (Benito Martín 2000).

²⁸¹ A este propósito pode ler-se F. Sande Lemos (Lemos 2001). Esta é uma temática que aprofundaremos ao longo deste trabalho, porém, podemos, desde já, referir um exemplo notório para a cidade de Braga, que é o da Via XVIII ou Via Nova, que ligava Braga à cidade de Astorga durante o período romano, tendo o seu percurso mais perto da cidade fossilizado no traçado da Rua dos Chãos, a partir da época medieval, continuando actualmente a existir como uma importante rua urbana.

²⁸² A título de exemplo refiram-se os casos das cidades de Barcelona (Beltrán de Heredia 2001; Busquets 2005; Guàrdia Bassols *et al.* 1994a), de Lugo (Rodríguez Colmenero & Carreño 1999), de Zaragoza (Monclús 1994), de Évora (Mantas 1990), entre outras.

perduraram nas paisagens urbanas europeias actuais. De facto, apesar dos edifícios limítrofes poderem ser sucessivamente reestruturados, ou inclusivamente extintos, o traçado das vias tende a manter-se de forma mais duradoura, ainda que as suas cotas de circulação tenham variado substancialmente e tenham ocorrido algumas oscilações na sua morfologia²⁸³.

A cidade de Braga constitui um exemplo bastante expressivo desta realidade, onde alguns eixos de ruas e vias romanas persistem na estrutura urbana actual²⁸⁴.

Para além da génese e da diversidade de formas ligadas aos processos históricos, as ruas conhecem igualmente uma enorme variedade funcional e morfológica. Com efeito, o progressivo desenvolvimento da cidade tende a estabelecer uma hierarquia dos espaços viários de circulação, por vezes associada a determinadas funções²⁸⁵.

Esta circunstância encontra-se bem atestada, desde logo, no urbanismo romano, mas, também, na Idade Média e Moderna, muito embora o tipo de hierarquia varie consoante o tamanho das cidades e as suas centralidades diferenciadas de cada época histórica. De um modo geral, as ruas pequenas e, por vezes, cegas destinam-se a servir os residentes, não desempenhando outras funções de relevo, enquanto que as ruas mais largas mantêm a comunicação entre os vários espaços urbanos, formatando os quarteirões. Por sua vez, as avenidas asseguram a ligação entre distâncias maiores e estruturam globalmente o plano urbano. Neste sentido, a reflexão sobre a hierarquização das ruas da cidade exige que as mesmas sejam consideradas como uma rede de circulação ou um sistema viário²⁸⁶.

As cidades romanas com plano ortogonal possuíam, normalmente, uma malha urbana estruturada em torno de dois eixos viários principais – o *kardo* e o *decumanus maximus* – que se cruzavam perpendicularmente, a partir dos quais eram traçados os restantes eixos secundários de circulação. Os agrimensores romanos (*gromatici*) atribuíam ao *decumanus maximus* uma largura de 40 pés, cerca de 12 metros e ao *kardo maximus* 20 pés, ou seja, cerca de 6 metros²⁸⁷. Contudo, encontramos cidades em que estas dimensões podem ser menores ou maiores como é o caso da grande rua de Coríntio, em Roma, que possui cerca de

²⁸³ Como se encontra bem demonstrado pela Arqueologia para a cidade de Mérida (Alba Calzado 2000; 2001).

²⁸⁴ Tema que será abordado na parte II deste trabalho.

²⁸⁵ Podendo ser classificadas como ruas caras, baratas ou espaços de gueto.

²⁸⁶ Allain 2005.

²⁸⁷ Garcia y Bellido 1966.

80 pés romanos, ou seja, cerca de 24 metros, considerando os passeios e o pórtico. A largura média das ruas (sem os passeios) variava, contudo, entre os 4 e os 7 metros. As ruas mais largas possuíam cerca de 16 metros (8 de calçada e 8 de passeio), como surge testemunhado em Itálica (Espanha)²⁸⁸.

Deste modo, na cidade romana, as ruas constituíam um elemento unificador das componentes do urbanismo e definiam hierarquias evidentes no espaço urbano. Em Roma existiam as denominadas *vias* que permitiam o cruzamento de dois carros, os *actus* onde passava um só carro e as ruas só para peões, os *itineras*.

As ruas principais das cidades romanas eram pavimentadas sendo as secundárias geralmente em terra batida. A ladear as ruas principais existiam passeios e pórticos. Sob as ruas, corriam os esgotos e as cloacas. Algumas ruas possuíam passagens pedestres, constituídas por grandes blocos, que cruzavam as calçadas e ligavam os passeios²⁸⁹. A importância das ruas dependia, igualmente, da quantidade de tráfego e relevância económica que detinham, por vezes, tão intensa, que originou a publicação de ordenações para regulamentar a circulação de veículos de mercadorias, de que é exemplo a *Lex Iulia Municipalis*²⁹⁰ promulgada na época de Júlio César.

A rua recta é o resultado de uma organização planeada, com objectivos predefinidos de ordenação espacial e funcional do espaço urbano, perceptível desde as primeiras aglomerações urbanas²⁹¹.

Porém, a regularidade e a uniformidade das ruas nas cidades ortogonais não deve ser exagerada, apresentando, por vezes, diferenças bem marcadas. Antes de mais, a amplitude das ruas pode ser diferente, como já vimos para a cidade romana, com repercussões marcantes ao nível da ordenação do conjunto do espaço urbanizado. Por outro lado, a hierarquia viária pode resultar da distinção entre ruas principais e secundárias, da intensidade do tráfego, do papel económico, mas, também, da localização e distribuição de áreas que lhe são contíguas²⁹², que variam consoante as funções desempenhadas pela cidade.

²⁸⁸ Pelletier 1982.

²⁸⁹ Como actualmente ainda é possível observar na cidade de Pompeia, mas, também, em muitas outras cidades, como por exemplo em Mérida (Alba Calzado 2000; 2001; 2002).

²⁹⁰ Esta lei, promulgada em 45 a.C, estabelecia que o tráfego rodoviário somente se poderia realizar desde o nascer do sol até às 10 h, tornando-se vigente durante quase todo o Império (Pelletier 1982).

²⁹¹ Como ocorreu em algumas cidades da região que Gordon Childe denominou de Crescente Fértil, designadamente nas cidades de Ur e Uruk, ou no vale do Indo, nas cidades de Harappa ou Mohenjo Daro, na primeira metade do III milénio a.C. (Whitehouse & Wilkinds 1986).

²⁹² Como áreas residenciais, político-administrativas, religiosas, comerciais, industriais, entre outras.

As cidades de crescimento espontâneo e lento, como acontece com um número significativo de centros urbanos medievais, apresentam um sistema viário caracterizado por ruas irregulares, muitas vezes, de traçado sinuoso e dimensões exíguas, face à noção actual. De um modo geral, a rede viária medieval era caracterizada pela existência de uma rua principal, que ligava ao centro religioso, e por um complexo emaranhado de pequenas ruas, ruelas, becos ou vielas, algumas delas de carácter privado. Apesar da generalizada exiguidade viária, a amplitude das ruas podia ser bastante variável conforme se observa nos núcleos urbanos medievais portugueses, onde a largura da rua variava entre os 2 e os 4 metros, como é o caso da cidade de Guimarães²⁹³ e da Guarda²⁹⁴, e os 4 e 6 metros registados em Ponte de Lima²⁹⁵ ou Tomar²⁹⁶, existindo, contudo, algumas excepções²⁹⁷. A nível europeu um número significativo de centros urbanos medievais possuía ruas principais que mediam entre 6 e 12 metros, existindo, igualmente, ruas muito estreitas, com 1 a 2 metros de largura²⁹⁸.

A justificação para o carácter irregular e sinuoso das ruas urbanas pode residir no facto de resultarem da adaptação à disposição dos caminhos antigos, à topografia ou a outras condições naturais, muito embora, para a Idade Média, tais características encontrem, igualmente, justificação numa prática comum, resultante da necessidade de aumentar a superfície útil da casa através da construção de sacadas que invadiam o espaço público²⁹⁹. Por isso, a irregularidade do sistema viário deve ser entendida como uma forma de crescimento e não como o resultado de um sistema caótico de organização do espaço, desprovido de qualquer norma. De facto, as ruas encontram-se integradas numa rede urbana unitária, onde os utilizadores conhecem, através de alguns indicadores, designadamente, da dimensão da própria rua, qual a importância que a mesma ocupa dentro do sistema viário³⁰⁰.

A hierarquização e diferenciação das ruas nos planos irregulares pode igualmente estar relacionada com as suas funções, muito embora o papel das ruas principais possa ser confundido, em termos urbanísticos, com o das próprias

²⁹³ Ferreira 1997.

²⁹⁴ Gomes 1987.

²⁹⁵ Andrade 1990.

²⁹⁶ Conde 1996.

²⁹⁷ Entre as excepções podem referir-se os casos das ruas Novas da cidade de Lisboa e do Porto que possuíam, entre 12 a 13 metros de largura (Gonçalves 1996a) e (Amaral & Duarte 1985).

²⁹⁸ Como documenta Jean-Pierre Leguay para a realidade francesa (Leguay 1984).

²⁹⁹ Esta prática, comum na generalidade das cidades medievais, começou a ser sujeita a regulamentação, designadamente nos finais da Idade Média (Ferreira 1997).

³⁰⁰ Benevolo 1982.

praças, pois, também elas, desempenham um importante papel na estrutura urbanística dos aglomerados urbanos. Nas cidades medievais portuguesas, as praças ou largos³⁰¹, foram, na sua origem, espaços pequenos, configurados, por vezes, pelo alargamento de uma ou mais ruas confluentes. Sucessivamente, a complexificação da estrutura urbanística irá originar contínuos acréscimos aos largos, bem como a sua regularização, passando aqueles a adquirir a forma de praças e alguma especialização funcional, decorrente da dualidade, por vezes existente, entre a praça civil, com a Câmara ou seu equivalente e a praça religiosa, com a igreja matriz³⁰².

A irregularidade do sistema viário de alguns núcleos urbanos pode resultar de outras circunstâncias, como seja a ocupação das ruas, anteriormente rectilíneas, por construções privadas que invadem o espaço de circulação de forma aleatória, acabando por conferi-lhes um aspecto irregular. Na origem desta situação pode estar o enfraquecimento do poder político ou municipal da própria cidade, como parece ter ocorrido na generalidade das cidades romanas a partir do século II³⁰³.

O processo de adaptação e alteração da morfologia das ruas ocorre igualmente nos sistemas viários irregulares, neste caso de forma inversa, procedendo-se à rectilinearização das ruas irregulares, como aconteceu em algumas cidades a partir do Renascimento³⁰⁴. Neste período, algumas cidades são objecto de remodelações importantes que se traduzem na abertura de praças ou rua regulares, ortogonais ou diagonais, que procuram melhorar as acessibilidades e introduzir perspectivas monumentais nas cidades, determinando alterações significativas no sistema viário anterior³⁰⁵. Todavia, será sobretudo a partir do século XIX que as ruas dos centros urbanos, muitas delas de traça medieval, conhecem processos de maior alteração, procedendo-se em muitos casos ao seu alargamento, circunstância que irá determinar a destruição completa da sua

³⁰¹ Segundo alguns autores portugueses, o termo que melhor se adequa à realidade urbana medieval é o de largo (Rossa 1995).

³⁰² Rossa 1995.

³⁰³ Como se comprova, designadamente, em Mérida (Alba Calzado 2001; Mateos Cruz 2004) ou Braga (Martins 2006) onde os espaços públicos de circulação, como os pórticos e posteriormente as ruas, são ocupados pelo sucessivo aumento da área construída das insulas.

³⁰⁴ A nível nacional merecem particular destaque, a este propósito, as *Ordenações* promulgadas em 1521 pelo rei D. Manuel (1469-1521), (*Ordenações Manuelinas* 1984, Livro II), bem como algumas das suas tomadas de posição presentes no *Livro de Posturas Antigas* (*Livro das Posturas Antigas* 1974) e nas *Posturas do Concelho de Lisboa* (*Posturas do Concelho de Lisboa* (séc. XIV) 1974) onde, entre outros aspectos, são promovidas medidas relacionadas com a concepção regular de traçados e com a uniformização dos espaços edificados. Os casos mais ilustrativos das repercussões das disposições de D. Manuel são os das cidades de Lisboa e Porto. A título de exemplo refira-se para a cidade de Lisboa, a ordenação em 1499 para abolir a construção de sacadas, determinando o fim deste tipo de acrescentos, bem como a sua destruição em caso de degradação, valorizando-se, deste modo, a regularidade das fachadas (Ferreira 2004b; Rossa 1995).

³⁰⁵ Muito embora tenham sido as cidades italianas as primeiras a conhecer a aplicação dos princípios urbanísticos do Renascimento, designadamente, Roma e Florença, paulatinamente um grande número de cidades europeias irá imitar os modelos italianos, como aconteceu com as cidades espanholas ou francesas (Kostof 1988, vol. II).

fisionomia anterior³⁰⁶, bem como das fachadas que as delimitavam, o que conduziu a uma alteração substancial da configuração dos quarteirões e das fachadas das parcelas.

Por tudo isto, a rua representa um elemento básico da estrutura urbanística, pelo que deve ser estudada na pluralidade dos aspectos que a definem. Assim, o estudo da rua deve incidir na sua configuração (largura, altura da construção, pendente, sinuosidade, etc.), no revestimento das diferentes superfícies que a compõem, no tipo de utilização (uso pedonal, uso de carros, uso misto) ou no carácter contínuo ou descontínuo das fachadas que a delimitam. Porém, não podemos esquecer que a rua faz parte de um sistema unitário, devendo o seu estudo contemplar a forma como se articula com o sistema geral de circulação e com a estrutura urbana. Por outro lado, importa analisar a sua origem, evolução e persistência ao longo do tempo, em articulação com o parcelamento e a morfologia dos quarteirões, uma vez que estes se alteram em função do processo de “pulsção” das ruas.

Apesar das alterações morfológicas que as ruas conheceram na época contemporânea, a incorporação ou existência de traçados antigos nas cidades actuais, podem ser reconhecidas na paisagem urbana pela sua fisionomia, por vezes irregular ou diagonal face ao traçado viário dominante, pela cota inferior em que a rua corre, pela permanência de velhas casas com disposição original, pelo diminuto pé direito das portas ou ainda pelo nome dos topónimos conservados. As cidades históricas conservam, assim, muitos dos elementos característicos dos sistemas viários precedentes, os quais devem ser adequadamente analisados.

4.2.2 As praças

À semelhança das ruas, também as praças desempenham um papel importante nas cidades desde tempos bem antigos.

Uma praça é, por definição, um espaço público e amplo, geralmente rodeado de edifícios, no qual desembocam várias ruas³⁰⁷.

Os edifícios que rodeiam as praças podem ter carácter civil, religioso, residencial, comercial, militar ou misto. A função das praças pode, igualmente, ser

³⁰⁶ Benevolo 1995.

³⁰⁷ Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora em <http://www.infopedia.pt/> (consultado às 23h, do dia 23 de Abril de 2007).

diferenciada, destinando-se ao espectáculo, ao ócio, a actividades comerciais, podendo também ser múltipla. Por sua vez, o seu espaço interior, em conformidade com a sua função e com o tipo de edifícios que a caracteriza, pode encontrar-se ornamentado com o uso de grades, cercas, árvores, colunas, estátuas ou fontes. Por isso, as praças podem apresentar inúmeras variações de acordo com a sua forma³⁰⁸, função³⁰⁹ e cronologia.

À semelhança das ruas também as praças podem obedecer a uma certa hierarquia dentro do espaço urbano, constatada desde a antiguidade.

No seu estado primitivo, a *agora*, a praça grega, era o local público de reunião dos cidadãos. Posteriormente, no mundo romano, o *forum*, originalmente uma praça comercial, teve um papel muito importante como elemento centralizador do planeamento urbano. Paulatinamente, o *forum* foi perdendo grande parte do papel económico original que possuía, passando essa função para os mercados e lojas (*tabernae*), ou para a periferia das cidades, permanecendo, todavia, como espaço da vida política e social da cidade, em torno do qual se localizavam os principais edifícios cívicos. O *forum* passa, assim, a constituir o centro monumental, administrativo e religioso da cidade.

Nas cidades romanas fundadas *ex novo*, na sua maioria com plano ortogonal, o *forum* ocupava as *insulae* que se localizavam na zona de cruzamento dos dois grandes eixos viários principais (*kardo* e *decumanus maximus*), sendo constituído por uma praça porticada, com edifícios para reuniões, a cúria e a basílica e, pelo menos, por um templo.

Porém, as cidades romanas podiam possuir vários *fora* especializados, como acontece em Roma, onde existia o *Forum Boarium*, destinado ao comércio do gado, o *Forum Piscarium*, dedicado ao comércio do peixe, entre outros. Nas cidades capitais de província observamos também a existência de dois *fora*, um, normalmente designado por *forum* da colonial e outro por *forum* municipal³¹⁰.

Nas cidades planificadas as praças possuem um traçado mais ou menos geométrico, ocupando um ou mais quarteirões. No entanto, nas cidades irregulares, como acontece com algumas da Idade Média, a morfologia das praças

³⁰⁸ Camillo Sitte classifica as praças em “praças de largura” e “praças de profundidade” (Sitte 1996).

³⁰⁹ As praças e sua função têm sido um tema abordado por vários autores com o objectivo de elaborar uma tipologia (Sitte 1996; Lynch 2004; Zucker 1959).

³¹⁰ A este propósito veja-se os casos das cidades de Tarraco, Emerita, e Cordoba (Dupré Raventós 2004b).

é normalmente irregular, facto que resulta mais do espaço aberto na estrutura urbana, do que de um desenho previamente concebido³¹¹.

A função das praças é partilhada com a das ruas principais, pois em ambos os espaços desenrolam-se actividades comerciais, sociais e culturais. No entanto, as praças medievais podem ser classificadas como de praças de mercado ou de igreja (adro ou *parvis* medieval³¹²), ou, de forma mais pormenorizada, como praças centrais, praças de entrada na cidade ou praças agrupadas³¹³.

O centro das cidades medievais era, quase sempre, ocupado pela praça, que tinha como elemento mais destacado a catedral ou a igreja matriz. Também aí se situavam outros edifícios importantes para a organização da vida urbana e saíam as ruas principais, constituindo, por isso, um lugar privilegiado para a realização das actividades comerciais, sociais e culturais mais destacadas³¹⁴.

Todavia, nos grandes núcleos urbanos medievais podiam existir dois centros: o centro religioso, composto pela catedral e o centro civil, organizado em torno do edifício que protagonizava o poder municipal. Conjuntamente com estes espaços encontramos outros com carácter comercial, que se repartem pelas ruas e praças.

O comércio permanente era realizado em lojas que se localizavam no rés-do-chão dos edifícios residenciais e das corporações mercantis, abertos para as ruas e praças³¹⁵.

Nos ambientes medievais, não existe uma demarcação rígida entre os espaços públicos e os privados. Deste modo, a forma como as ruas se articulam com as praças introduz matizes importantes na organização daqueles espaços. Porém, independentemente da forma e da função das praças, elas continuam a assegurar uma importante centralidade simbólica, enquanto locais de sociabilização e de institucionalização da comunidade³¹⁶.

A partir do Renascimento, as praças voltam a ser inseridas de forma planificada na estrutura urbana, convertendo-se num dos principais elementos urbanísticos da transformação e embelezamento das cidades, entendidas como lugares especiais, com valor político-social, simbólico e artístico, sendo

³¹¹ Lamas 1993.

³¹² Lamas 1993.

³¹³ Paul Zucker classifica as praças medievais em cinco categorias: adro da igreja, praça como centro da cidade, praças agrupadas, praças de entrada da cidade e praças de mercado (Zucker 1959).

³¹⁴ Chueca Goitia 1996.

³¹⁵ Morris 1992.

³¹⁶ Benevolo 1995.

enriquecidas com novos elementos construtivos que lhes fornecem perspectiva, como os pórticos, as fontes ou as colunas³¹⁷.

A função social da praça, enquanto espaço aberto, filiando-se na *agora* grega, como local de encontro e reunião, persiste nas cidades assumindo algumas variações³¹⁸ (*rossio*, praça, *largo*, *piazza*, *plaza*, *hall*, *place*).

4.3 As parcelas e os quarteirões

4.3.1 As parcelas e a sua planta

O parcelamento corresponde à divisão do solo em lotes ou parcelas, em resultado da sua apropriação e uso (utilidade/exploração), tendo em vista a sua edificação e urbanização. Deste modo, as parcelas constituem as unidades básicas da construção da cidade, influenciando o tipo de edifícios, mas podendo ser, também, por eles influenciadas³¹⁹.

As parcelas caracterizam-se por um conjunto de atributos relacionados com o uso, a forma, o tamanho e a orientação. Muito embora a diversidade de tamanhos e formas possa ser quase ilimitada, a divisão do solo obedece a lógicas que permitem englobá-las em tipos fundamentais. Assim, nos centros antigos, as parcelas são habitualmente pequenas, estreitas e alongadas (parcela gótica), perpendiculares à rua, em consequência da sua formação espontânea e da optimização linear das fachadas. Todavia, podem verificar-se grandes oscilações nas suas dimensões, podendo existir parcelas pequenas, de 10 a 20 m², ou grandes, com mais de 300m². Estas últimas localizam-se, normalmente, nas ruas maiores, que oferecem condições favoráveis para a construção de edifícios destinados ao comércio. Na periferia imediata da cidade, as parcelas tendem a ser ainda maiores, podendo oscilar entre os 200 a 500m², nos loteamentos populares e os 1000 a 5000m² nos quarteirões mais ricos³²⁰.

³¹⁷ Kostof 1988. Para o caso nacional, na generalidade das cidades fundadas na Idade Média, a abertura de novas praças fez-se sem atropelos das preexistências, incidindo em espaços quase sempre exteriores às muralhas, muito embora existam excepções, como aconteceu em Santarém. Esta situação determinou o aparecimento de novas centralidades, associadas, frequentemente, ao aparecimento de praças onde se construiu a Casa da Câmara (Rossa 1995).

³¹⁸ Mumford 2004: 168.

³¹⁹ Entre os trabalhos realizados acerca do parcelamento e da sua importância na análise do tecido urbano, destacamos, igualmente, o trabalho realizado por Françoise Boudon, onde a autora analisa casos concretos da cidade de Paris (Boudon & Blécon 1975).

³²⁰ Allain 2005.

Deste modo, parece existir uma relação entre a dimensão das parcelas e a distância que elas se encontram do centro. De facto, no centro o solo é mais escasso e caro.

O parcelamento pode configurar-se como mais homogéneo ou heterogéneo, regular ou irregular, podendo as parcelas ser mais quadradas, ou rectangulares, triangulares ou linearizadas, em resultado da sua origem e da forma do quarteirão³²¹.

O tamanho das diferentes parcelas pode também indicar o uso que lhe é dado, sendo, normalmente, as mais pequenas destinadas a casas populares ou a pequenos estabelecimentos comerciais, e as de maiores dimensões ocupadas por palácios, edifícios religiosos ou políticos.

O estudo da relação existente entre as estruturas rurais preexistentes e a evolução das formas urbanas tem demonstrado que o parcelamento e a propriedade do solo constituem factores essenciais para a compreensão de alguns aspectos do desenvolvimento urbano³²². De facto, o parcelamento urbano constitui o resultado da acção de um certo número de factores sobre uma trama herdada, na grande maioria das vezes de origem agrária, facto que transforma o solo rústico em solo urbano. A sua evolução encontra-se intimamente relacionada com a da própria sociedade, designadamente, com a complexidade e conseqüente pressão demográfica e imobiliária, que, por sua vez, constitui um factor de fragmentação do solo³²³.

Deste modo, o parcelamento constitui um elemento fundamental de análise, sendo, por isso, a chave para a compreensão do tecido urbano, carregado de marcas incutidas ao longo da própria história das cidades, por vezes bastante atribulada, tendo sofrido numerosos ajustes que podem ocorrer numa fase de urbanização antiga³²⁴, designadamente na Idade Moderna.

É um facto que o parcelamento medieval tem vindo a ser sucessivamente alterado ao longo dos tempos, em consequência de factores como as exigências económicas, produtivas ou sociais, que alteram o uso do solo, gerando processos de reparcelamento, razão pela qual, as cidades actuais apresentam quarteirões e parcelas com morfologia e dimensões diferentes.

³²¹ Allain 2005; Boudon & Blécon 1975.

³²² Como demonstraram os trabalhos de R. M. Conzen (Conzen 1960), mas, também, de J. W. R. Whitehand (Whitehand 1987).

³²³ Capel 2002.

³²⁴ Allain 2005; Boudon & Blécon 1975.

Uma das características mais destacadas das cidades de origem portuguesa relaciona-se com a regularidade e a persistência da estrutura do parcelamento, composta por parcelas com 25 a 30 palmos (5,5 ou 6,6 metros) de largura e ampla profundidade, estrutura que encontramos nos centros urbanos planeados do século XIII, nas cidades insulares dos séculos XV e XVI ou nas novas urbanizações realizadas no século XVIII na cidade do Porto³²⁵.

A análise do actual parcelamento das cidades pressupõe o conhecimento e a reconstrução do parcelário antigo, bem como a compreensão da forma como aquele evoluiu até à actualidade, onde necessariamente estão subjacentes sucessivas remodelações e ajustes.

Este tipo de estudo histórico implica recorrer a fontes antigas, produzidas em diferentes momentos cronológicos (Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea) que, de alguma forma, permitam orientar o seu estudo. De entre as fontes que comportam informação mais significativa acerca do parcelamento salientam-se a cartografia e iconografia histórica, as plantas topográficas, a fotografia aérea, as fontes fiscais e cadastrais e os documentos relativos ao registo da propriedade³²⁶.

Os planos cadastrais permitem aceder às características e evolução do parcelamento constituindo um documento base para o seu estudo, oferecendo informações acerca da identificação, da forma e superfície da parcela, bem como da sua propriedade.

Porém, a informação fornecida pelos cadastros deve ser devidamente analisada, tendo por base algumas premissas. Entre estas, deverá ter-se em conta que a divisão das parcelas pode não coincidir com a realidade arquitectónica, fornecendo antes informação ao nível da divisão da propriedade, que não coincide com o parcelamento de utilização. De facto, aparecem parcelas contíguas, que foram reagrupadas numa mesma propriedade, sendo o suporte de construções diversas, por vezes com assinaláveis diferenças ao nível das fachadas³²⁷. Todavia, em termos gerais, a construção foi o motor da divisão parcelar urbana e os edifícios

³²⁵ Teixeira & Valla 1999.

³²⁶ A este propósito podemos salientar alguns trabalhos que têm sido realizados nesta perspectiva, designadamente, os de Tatjer Mercedes, acerca do cadastro, do registo e da propriedade e uso do solo urbano (Tatjer Mir 1982), o de Tatjer Mercedes e López Marina sobre as fontes físicas e os registos para o estudo da estrutura urbana (Tatjer Mir & López Guallar 1985), o de Albert García Espuche e Manuel Guàrdia Bassols, acerca do espaço urbano de Barcelona, nos inícios do século XVIII, com base no Cadastro de 1716 (García Espuche & Guàrdia Bassols 1984), ou os de Miguel Bandeira para o espaço urbano de Braga no século XVIII, tendo por base a cartografia histórica (Bandeira 2000b) e acerca das obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974), através da utilização dos registos municipais (Bandeira 2002).

³²⁷ Allain 2005; Boudon & Blécon 1975.

possuem com ela uma relação directa, quer ao nível das fachadas, dos ritmos e volumes, ao ponto de se poder afirmar que a fachada é um complemento vertical da parcela³²⁸.

O conhecimento da génese e coerência do parcelamento actual deve resultar de um processo analítico, capaz de determinar qual a fragmentação das parcelas, a sua regularidade ou ausência dela, tendo em vista reconstituir a história da propriedade urbana e a estrutura social da cidade, permitindo mesmo determinar formas rurais preexistentes nas tramas actuais³²⁹.

Apesar da distinção poder ser relativamente arbitrária é importante procurar identificar o parcelamento mais antigo, em muitos casos medieval, bem como o recente. Geralmente, o parcelamento antigo encontra-se associado a origens diversas (poli-génese) em virtude dos processos de modificação e readaptação ocorridos ao longo da sua história. Os tecidos urbanos antigos foram sujeitos a uma forte procura durante longos períodos, circunstância que condicionou a divisão do parcelamento. Se a este factor juntarmos um plano muito denso, com ruas estreitas e curtas, com quarteirões pouco profundos e edificações frágeis, com materiais de construção perecíveis, o potencial de divisão aumenta significativamente.

Os reajustes operados no parcelamento decorrem, igualmente, das grandes operações de readaptação realizadas pela burguesia, aristocracia e pelo clero, ao longo dos tempos. Contrariamente, o parcelamento recente ou planificado tende a ser mais homogéneo, obedecendo a imperativos de racionalização e rentabilização do espaço urbano, sendo fixado normalmente pela natureza das construções de boa qualidade, com parcelas de dimensões médias ou grandes, proporcionalmente ao tamanho da cidade. Porém, o parcelamento recente, designadamente nos centros urbanos antigos (“históricos”), foi interrompido pelas regulamentações contemporâneas de loteamento e pelas normas de protecção arquitectural³³⁰.

O parcelamento remete, desde logo, para a estrutura da propriedade, devendo, por conseguinte, a sua origem explicar-se a partir dela. Todavia, ele é igualmente importante para percebermos os usos do solo, na medida em que um determinado tipo de parcelamento viabiliza ou impossibilita determinados usos,

³²⁸ Allain 2005; Boudon & Blécon 1975.

³²⁹ Capel 2002.

³³⁰ Allain 2005; Capel 2002.

podendo estes, por sua vez, condicionar a sua organização ou impulsionar, mesmo, o reparcelamento³³¹.

Enquanto o parcelamento é desenhado pela trama imobiliária, o planeamento das ruas e caminhos, terraços, sistemas de abastecimento ou drenagem de águas resultam de um sistema de organização anterior³³².

Neste contexto, importa referir a distinção entre parcelamento de propriedade e parcelamento de uso/exploração, resultando esse último de uma divisão do solo que tem em vista uma adaptação às técnicas agrárias tradicionais ou modernas. Deste modo, o parcelamento de uso encontra-se relacionado com as características topográficas do sítio, designadamente com o relevo e os declives, que influenciam fortemente a orientação dos caminhos e das parcelas, as quais devem ser paralelas ou perpendiculares às curvas de nível, para evitar a erosão dos solos, sendo as parcelas, por sua vez, perpendiculares à rua, funcionando como “linhas de força” estruturantes da evolução da urbanização. Se a estes factores juntarmos a qualidade agrária dos solos, sobretudo nas zonas limítrofes do centro urbano, que influenciam a intensidade do parcelamento, os factores sociais, os culturais e os imobiliários, podemos encontrar a explicação para a diversidade de parcelamentos que caracteriza o tecido urbano das cidades actuais, fortemente marcado pela inércia das tramas agrárias³³³.

Assim, o parcelamento da propriedade agrária pode encontrar-se fossilizado nas partes mais antigas das cidades, onde os caminhos desempenharam um papel muito importante, influenciando as formas de expansão e, conseqüentemente, de urbanização do espaço.

Normalmente, o crescimento urbano faz-se, inicialmente, pelo parcelamento do solo agrário, junto de uma via de comunicação que liga a cidade à periferia, a partir da qual podem ser traçadas outros eixos viários, quarteirões ou divisões do solo, construindo-se edifícios com fachadas para as ruas que, dependendo da tipologia do parcelamento, podem ter dimensões mais uniformes ou heterogéneas³³⁴.

O parcelamento rural e os caminhos preexistentes orientaram, frequentemente, a expansão da urbanização, desde a época medieval até ao

³³¹ Allain 2005; Capel 2002.

³³² Allain 2005.

³³³ Allain 2005.

³³⁴ Capel 2002.

século XIX, tendo os caminhos rurais paulatinamente sido convertidos em ruas e as parcelas e as quintas rurais transformadas em edifícios e arruamentos.

Deste modo, o parcelamento é igualmente determinado pelo sistema de ruas, sendo certo que o uso / utilização da parcela depende da acessibilidade. Por sua vez, o seu valor encontra-se ligado com a sua localização e dimensão da fachada (largura / frente).

Considerando que as ruas são elementos estruturantes da malha urbana que concentram importantes funções, as parcelas que lhe são perpendiculares foram, naturalmente, objecto de uma forte procura ao longo dos séculos, razão pela qual foram divididas em lotes, por vezes muito estreitos. A função comercial e residencial da pequena parcela permitiu a sua permanência ao longo dos tempos, muito embora as tendências modernas de habitabilidade e comércio não se acomodem a esta divisão, originando o desmembramento do parcelamento antigo em favor de parcelas maiores e menos estreitas³³⁵. Igualmente, a alteração das ruas de traça medievais ou a construção de novas ruas originaram a supressão ou segmentação de muitas parcelas, com forte impacto na imagem visual das fachadas.

As parcelas adjacentes às ruas permitem melhores e maiores possibilidades construtivas. Porém é igualmente importante perceber a origem e a disposição do espaço no interior dos quarteirões, bem como as possibilidades de acesso ao mesmo, na exacta medida em que podem dar origem a usos diferenciados do solo. De facto, as parcelas que se localizam nas traseiras são, desde logo, mais desfavorecidas em termos de acessibilidade. Nos centros urbanos medievais é normal localizarem-se aí hortas e exidos, cujo acesso se faz através de um edifício com serventia de passagem³³⁶.

A evolução do parcelamento foi determinada pela pressão construtiva de acordo com os ciclos económicos e construtivos das cidades, onde a oscilação entre fases de forte procura de terrenos e de depressão económica e demográfica gerou uma alternância entre o desmembramento das parcelas em unidades mais pequenas e a estabilidade parcelária. Por sua vez, os momentos de expansão

³³⁵ Veja-se por exemplo o caso de Paris (Boudon & Blécon 1975).

³³⁶ Situação comum nas cidades medievais, documentada em Guimarães (Ferreira 1997), na Guarda (Conde 1996), Ponte de Lima (Andrade 1990), Guípoza (Arizaga Bolumburu 1990).

económica caracterizaram-se pela formação de grandes parcelas resultantes da junção de vários lotes³³⁷.

Deste modo, no processo de crescimento urbano podemos encontrar permanências ou alterações ao nível do parcelamento, decorrentes de fases de fragmentação ou fusão, que podem ocorrer de forma alternada ao longo dos tempos, sendo por vezes conjunturais.

O aumento demográfico das cidades, sobretudo a partir do século XIX e seguintes, veio alterar, significativamente, a forma e a função das parcelas no centro urbano, determinando a urbanização de zonas periféricas e o aparecimento da cidade inorgânica, com ampliações desorganizadas³³⁸. Muitas cidades históricas conheceram, assim, processos de reparcelamento significativos com vista a maximizar o espaço construído, acompanhados pelo alargamento das ruas medievais que, na generalidade, se haviam perpetuado durante a época barroca³³⁹. Esta situação traduziu-se num congestionamento do edificado tradicional, com uma conseqüente transformação do casario antigo, mas, também, num processo de fusão das antigas parcelas, para permitir a construção de novos edifícios.

Por sua vez, as grandes parcelas urbanas, designadamente as propriedades aristocráticas ou eclesiásticas (conventos, abadias), caracterizadas por uma forte inércia que as manteve inalteradas ao longo dos tempos, conhecem uma tendência progressiva para a sua desvinculação aos anteriores proprietários, originando processos de reparcelamento. Esta situação foi fortemente impulsionada com as leis de desamortização do século XIX, que determinaram a transferência dos bens das ordens religiosas para o Estado, passando este a vendê-las a particulares³⁴⁰.

De facto, a evolução da parcela tende a ser realizada de forma lenta. Porém, a inércia do parcelamento não pode ser exagerada, pois ainda que a urbanização se faça, habitualmente, como resultado de múltiplas iniciativas individuais, ela

³³⁷ Refira-se, a título de exemplo o caso de Lisboa, designadamente a regularização do Bairro Alto de Lisboa a partir do século XVI, considerada uma operação de rentabilização imobiliária (Carita 1999).

³³⁸ Muito embora tenham existido excepções, pois em algumas cidades o crescimento suburbano foi realizado através de planos urbanos, como ocorreu com a *Cidade Linear*, em Madrid, um bairro projectado por Arturo Soria y Mata, em finais do século XIX, com o objectivo de ordenar o crescimento suburbano da cidade ao longo de uma via periférica, procurando resolver problemas relacionados com a higiene e os bairros operários (Maure Rubio 1991).

³³⁹ Benevolo 1995.

³⁴⁰ A extinção das ordens religiosas e a desamortização dos seus bens, assim como dos bens da coroa, iniciados com a Revolução Liberal de 1820, tiveram repercussões em Portugal a vários níveis, designadamente, nos espaços urbanos, originando processos de transferência de propriedades imobiliárias e facilitando processos de reparcelamento.

pode, igualmente, ser o resultado de um projecto unitário determinado pelo poder central ou local³⁴¹.

Na verdade, muito embora as transformações possam resultar numa adaptação ao parcelamento e sistema viário precedentes, ou numa ampliação da malha das parcelas, elas podem constituir processos pacíficos e lentos ou bruscos e rápidos, como aconteceu com as operações de alargamento das ruas medievais, que implicaram rectificações do parcelamento, que se traduziram, nalguns casos, no seu total desaparecimento, em adições ou modificações dos alinhamentos.

Na cidade contemporânea, a lógica da renovação urbana tem visado a constituição de conjuntos imobiliários de grandes dimensões e a substituição do parcelamento antigo por uma “trama operacional”³⁴².

Actualmente, nos centros históricos, regista-se um forte empenho na aquisição progressiva de parcelas para a criação de grandes conjuntos imobiliários, como centros comerciais ou de entretenimento, os quais sacrificam, por vezes, de modo definitivo, as marcas e os vestígios, que podiam permitir reconstituir o passado morfológico da cidade. Com efeito, na construção de grandes equipamentos, o desenho, os limites, a função e as formas de construção são fixados pelo proprietário, que ignora quase sempre o parcelamento anterior. Deste modo, tais construções não coincidem, regra geral, com as vias e camuflam a morfologia anterior³⁴³.

4.3.2 Os quarteirões

Um conjunto de parcelas dispostas ao longo de ruas diferentes e unidas no centro por um limite comum dá origem a uma forma de organização urbana denominada de quarteirão. O quarteirão pode ser entendido como uma massa volumétrica e arquitectónica complexa e global, que se encontra definido geometricamente pelo desenho dos arruamentos que se intersectam, gerando diferentes massas e imagens que condicionam o aspecto do tecido urbano. Deste modo, o quarteirão, é um elemento que pode não estar presente em algumas

³⁴¹ Refiram-se, a título de exemplo, as transformações urbanas corridas durante o século XVIII, nas cidades de Lisboa, em resultado da reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, no governo de Marques de Pombal (França 1978; 1987), do Porto, realizadas na época dos *Almadás* (núcleo de arquitectos) (Ferrão 1997), em Coimbra, fortemente relacionada com a Reforma Pombalina da Universidade, ou em Vila Real de Santo António (Rossa 1995).

³⁴² Allain 2005.

³⁴³ Capel 2002.

idades, como é o caso das islâmicas, onde o sistema de organização viário não propicia à formação destas entidades no tecido urbano³⁴⁴.

O tipo de relação que se estabelece entre as ruas, o parcelamento e a área construída pode originar diferentes tipos de quarteirões. Nos espontâneos ou subentendidos, a rua é o suporte para uma divisão em parcelas regulares e equivalentes, resultado de um processo de urbanização lento e natural da cidade tradicional³⁴⁵. Os quarteirões explícitos são planeados para obter uma divisão ideal do espaço e constituem uma componente base da organização urbana³⁴⁶. Já os quarteirões híbridos resultam da abertura de novos espaços para otimizar a circulação ou criar perspectivas numa malha espontânea, muitas vezes adquirindo uma forma triangular ou rectangular alongada³⁴⁷. Por sua vez, os quarteirões imobiliários são formados por conjuntos edificados que podem possuir um espaço verde central, onde não existe parcelamento³⁴⁸. As designadas organizações (quarteirões) funcionalistas representam o resultado da construção de tramas operacionais, muito embora estejamos em presença de uma forma onde a parcela e o quarteirão, propriamente ditos, são inexistentes³⁴⁹.

Igualmente, de acordo com as características morfológicas, designadamente, a forma geométrica, o tamanho e o uso do solo, ou até as acessibilidades, podemos encontrar diferentes tipos de quarteirões, muito embora os conceitos melhor precisados se apliquem a tipos geométricos, como acontece com os quarteirões quadrados, rectangular ou triangulares.

Os quarteirões quadrangulares e rectangulares são o resultado de um modo pensado de organizar o espaço urbano encontrando-se vulgarmente associados ao plano ortogonal ou em quadrícula, onde o sistema viário se compõe de ruas rectas, que se cruzam formando ângulos de 90°. Um clássico exemplo deste tipo de quarteirões regulares é a *insula* romana, que constituía o espaço residual entre quatro ruas rectas, podendo assumir uma forma quadrada ou rectangular, sendo normalmente destinada à edificação.

³⁴⁴ Segundo Rémy Allain o quarteirão é um componente da forma urbana que não é universal (Allain 2005).

³⁴⁵ Allain 2005.

³⁴⁶ Allain 2005.

³⁴⁷ Allain 2005.

³⁴⁸ Como aconteceu com o plano Haussmannien em Paris (Allain 2005).

³⁴⁹ A este propósito pode ver-se os tipos genéricos de quarteirões apresentados por Remy Allain, acompanhados de esquema ilustrativo (Allain 2005: 98)

Os quarteirões triangulares resultam, num grande número de casos, da sobreposição de novas ruas oblíquas num plano preexistente, seja em tramas rectangulares ou quadrangulares, seja em tramas de crescimento espontâneo.

O tamanho dos quarteirões pode ser muito variável. Ao longo dos tempos encontramos quarteirões com diferentes tamanhos, tendencialmente maiores nas cidades grandes e nos traçados urbanos mais cuidados e monumentais, enquanto que os quarteirões mais pequenos se encontram associados a núcleos mais reduzidos, com ruas estreitas, onde é necessário um maior aproveitamento do espaço. A diferença do tamanho dos quarteirões, mesmo dos quarteirões regulares, encontra-se atestada desde as cidades romanas, cujas *insulae* não eram necessariamente uniformes. Igualmente, nas cidades *ex novo* e nas *bastides*³⁵⁰ medievais as dimensões dos quarteirões não eram forçosamente iguais.

Os quarteirões podem ser igualmente definidos e diferenciados pela acessibilidade que apresentam, podendo encontrar-se completamente fechados por construções, muito embora possam possuir espaços verdes ou de lazer no seu interior, ou ser abertos, permitindo a entrada através de uma rua, ou jardim.

A organização interna e o tipo de usos dos quarteirões são igualmente distintos. No interior dos quarteirões as parcelas podem ter diferentes configurações, sendo particularmente importante aferir as situações em que se verifica a ausência ou presença de parcelamento primitivo, ou então a sua alteração decorrente da aplicação de um novo plano³⁵¹.

As situações em que o parcelamento primitivo não sobrevive estão normalmente associadas à criação de novas cidades ou fundações *ex-novo*. Nestes casos, existe liberdade, se for essa a intenção e as condições geográficas o permitirem, para desenhar uma trama urbana com quarteirões e parcelas regulares. Ainda assim, nestas situações, os quarteirões podem ser uniformes ou não. Se a uniformidade for total podemos estar perante uma tendência para o igualitarismo social dos residentes, com níveis de rendimento semelhantes. Trata-se de uma situação frequente nas criações de colónias, como aconteceu nalgumas cidades helenísticas, romanas e do Novo Mundo ou de núcleos residenciais da cidade industrial. Por sua vez, a heterogeneidade, sobretudo se vinculada a áreas distintas da cidade, onde os bairros possam exibir parcelas de diferentes

³⁵⁰ As *bastides* são um tipo de cidade planificada, característica de alguns países, designadamente da actual França, que abordaremos no ponto 5.1.5 deste trabalho.

³⁵¹ Capel 2002.

dimensões, reflecte uma estratégia de diferenciação social, sendo as áreas com maiores parcelas destinadas a classes de maior rendimento³⁵².

Os distintos tipos de parcelas que compõem os quarteirões podem, igualmente, relacionar-se com usos distintos do solo. Habitualmente, os quarteirões encontram-se rodeados por construções, sendo o espaço interior, o coração do quarteirão, ocupado por espaços livres, muito embora esta situação seja mais evidente na periferia da cidade.

Os quarteirões podem ser mono ou plurifuncionais, isto é, ser exclusivamente residenciais ou albergar, também, outro tipo de actividades de carácter comercial ou artesanal, como acontecia frequentemente com as *insulae* romanas.

Neste sentido, numa cidade histórica podemos encontrar vários tipos de quarteirões, em resultado dos factores que se encontram na sua génese, mas, também, dos que podem ter actuado sobre ele até aos nossos dias, designadamente, a forma das parcelas preexistentes e a sua persistência ou desaparecimento, os mecanismos de reparcelamento, ou a realização de pequenas adaptações morfológicas e volumétricas.

5. A morfologia das cidades históricas

A longa duração e a complexidade funcional, a que os aglomerados urbanos estiveram sujeitos, condicionaram a formação de um conjunto diferenciado de tramas morfológicas das cidades históricas. Estas são facilmente reconhecidas devido à sua diversidade. A sua análise deve contemplar os diferentes aspectos que podem estar relacionados com os traços morfológicos, designadamente, os sistemas defensivos, ou os arrabaldes, que anexaram, por vezes, outros núcleos populacionais ao longo do crescimento da cidade.

Na génese da formação dos tecidos urbanos podemos encontrar situações distintas, designadamente estruturas preexistentes, algumas sob a forma de aldeias, núcleos fortificados ou os caminhos rurais, a partir dos quais se formou e evoluiu o núcleo urbano. O seu planeamento pode ter sido parcial, aplicado somente em determinados sectores, sendo certo que o crescimento dos centros urbanos se

³⁵² Capel 2002.

realizou, por vezes, durante séculos, podendo mesmo prolongar-se, nalguns casos, até aos inícios do século XX³⁵³.

O planeamento aplica-se normalmente a uma área onde se pretende obter uma disposição formal e, quase sempre, unitária do espaço, pressupondo a existência de uma concepção ou esboço prévio mas, também, o controlo da sua implementação, contrariamente ao crescimento natural ou espontâneo, onde o espaço se organiza segundo iniciativas individuais e fragmentárias³⁵⁴.

Porém, a distinção entre crescimento espontâneo ou irregular e o crescimento planificado e regular pode tornar-se bastante difícil e induzir em incorrecções, não sendo suficiente proceder a uma simples análise da trama viária para constatar uma diferenciação rigorosa do tipo de plano urbano. De facto, alguns especialistas demonstraram mesmo ser questionável a distinção tradicional entre planos irregulares e planos regulares atribuindo-os, ora ao crescimento espontâneo, ora ao crescimento planificado, uma vez que a aparente irregularidade de um plano pode resultar de um crescimento planificado, do mesmo modo que, a regularidade e simetria pode decorrer de um desenvolvimento espontâneo e natural³⁵⁵.

No exercício da distinção entre formas planificadas e formas não planificadas é igualmente necessário averiguar as diferentes fases de crescimento da cidade, onde o urbano e o suburbano, por vezes, separados por ténues barreiras, podem ter sido paulatinamente anexados, fazendo-se a expansão das cidades, por vezes, pela integração das áreas periféricas no núcleo original³⁵⁶. Assim, geram-se formas complexas de organização e relacionamento na morfologia urbana que mesclam diferentes tipos de crescimento e de planos. Ainda a este propósito, importa ter em conta que alguns planos nunca chegaram a materializar-se na sua concepção inicial, sendo certo que a longa duração das cidades históricas introduziu sempre transformações na morfologia da cidade.

A ocupação sistemática dos centros urbanos imprimiu ritmos, marcas e matizes diferenciadas na sua morfologia, que vão camuflando os traços morfológicos anteriores e complexificando o plano da cidade.

³⁵³ Esta situação verifica-se sobretudo nas cidades com menor dinamismo e/ou naquelas em que as fortificações, construídas na época moderna, integraram grandes espaços que permaneceram livres de construções até aos inícios do século passado. Um exemplo desta situação encontra-se nas cidades portuguesas de Monção, Estremoz ou Chaves (Teixeira & Valla 1999).

³⁵⁴ Capel 2002.

³⁵⁵ Conzen 1968; Morris 1992.

³⁵⁶ Esta situação torna-se evidente, desde logo, em algumas cidades romanas que foram edificadas em locais onde já existiam núcleos populacionais (Pelletier 1982), mas, também, nas cidades medievais que conheceram sucessivas ampliações das fortificações, passando deste modo a integrar espaços suburbanos (Benito Martín 2000).

O crescimento dos centros urbanos ocorreu em diferentes momentos da sua história. Num número significativo de casos tal crescimento foi limitado por barreiras físicas naturais, como os rios ou declives abruptos, ou por limites de natureza antrópica, como as muralhas. O fenómeno da construção de recintos amuralhados teve lugar em diferentes momentos históricos, num grande número de cidades, tendo as muralhas funcionado, por vezes, como cinturas de formação complexas, em virtude da sua sucessiva reutilização, alteração e alargamento. Em alguns casos, as primeiras muralhas podem anteceder a época romana, conhecendo-se casos em que os primeiros recintos fortificados, sobretudo os localizados em pontos elevados, foram posteriormente reutilizados na Alta Idade Média³⁵⁷. Por sua vez, as *urbs* romanas foram, em algum momento da sua ocupação, dotadas de muralhas, conhecendo, muitas delas, posteriormente, novas fortificações na Idade Média. Em outros casos, as muralhas medievais foram ampliadas na própria Idade Média e na época moderna, tendo algumas cidades conhecido mesmo sistemas defensivos totalmente novos. Com alguma frequência, as muralhas tendem a constituir um elemento estrutural e persistente da paisagem urbana europeia até ao século XIX definindo, em alguns casos, as áreas que actualmente consideramos como centros históricos das cidades.

Algumas cidades europeias irão desenvolver-se na Idade Média parcial ou integralmente sobrepostas ao espaço ocupado na época romana, conservando partes do plano urbano anterior, ou o seu sistema defensivo³⁵⁸.

Os núcleos urbanos medievais tendem a crescer nos espaços extramuros dos núcleos originais, ou seja nos arrabaldes, normalmente em função das portas das muralhas, dos caminhos ou dos burgos, que podem chegar a ser incorporados no recinto urbano através, do alargamento da área fortificada. De igual modo, a cidade moderna tende a crescer segundo o mesmo princípio, ainda que nem sempre tenham passado a ser delimitadas por novas muralhas³⁵⁹.

O século XIX constituiu uma das centúrias mais marcantes ao nível das transformações ocorridas nas cidades, intimamente relacionadas com a desamortização das propriedades religiosas mas, também, com os processos que visaram modernizar o interior dos centros urbanos. Entre as modificações mais

³⁵⁷ Como ocorreu em Portugal com os castros de Faria ou Barcelos (Almeida 1972).

³⁵⁸ Como por exemplo, entre outras, as cidades espanholas de León, Astorga ou Barcelona, que ainda conservam no seu plano parte do traçado romano e a muralha.

³⁵⁹ A nível nacional existe um número significativo de aglomerados urbanos que se dota de novas muralhas na Idade Moderna, como foram os casos de Caminha, Campo Maior, Chaves, Estremoz, Monsaraz, Monção ou Valença (Teixeira & Valla 1999).

significativas destacam-se a abertura de novos eixos viários rectilíneos e a construção de quarteirões com parcelas regulares, processo que se arrastou ainda ao longo do século XX.

Os programas de reforma e ampliação no sistema viário preexistente, que pode ter incluído a abertura de novas praças, provocou inevitáveis e significativas destruições e alterações na morfologia de algumas cidades históricas³⁶⁰.

5.1 A cidade planificada: a trama ortogonal

As possibilidades de ordenamento regular do espaço podem ser variadas, muito embora o processo histórico tenha demonstrado a utilização preferencial do círculo e do quadrado, enquanto formas geométricas de planificação.

Através dos dados arqueológicos sabemos, actualmente, que o círculo constituiu uma das formas mais primitivas de organização geométrica regular, aplicado na forma das casas mais antigas³⁶¹, nas aldeias primitivas e nalgumas cidades das primeiras civilizações³⁶². Do mesmo modo, existem muitos exemplos da utilização de traçados formais e de planos regulares ortogonais nas primeiras cidades da região do Próximo Oriente e do norte da Índia³⁶³.

A malha ortogonal foi frequentemente utilizada na fundação e no crescimento das cidades, tendo em vista ordenar e racionalizar os traçados urbanos, encontrando-se presente desde o início do processo de urbanização até aos nossos dias, muito embora, tenha conhecido múltiplas variações, algumas das quais, decorrentes de adaptações à forma original.

O plano ortogonal tem sido denominado de diferentes modos, designadamente como plano em retícula, em quadrícula, em tabuleiro, ou em grelha, em virtude da flexibilidade que permite no modo de organização dos quarteirões. A sua principal característica reside na trama viária, definida sempre pelo cruzamento das ruas em ângulo recto, sendo por isso ortogonais, permitindo a definição de quarteirões regulares, com formas que variam de acordo com as distintas possibilidades oferecidas pela geometria do quadrado e do rectângulo³⁶⁴.

³⁶⁰ Situação que afecta de modo generalizado as cidades europeias, como se pode verificar no Atlas Histórico de Ciudades Europeas, vol. I: Península Ibérica (Guàrdia Bassols *et al.* 1994b) e vol. II: França (Pinol 1996).

³⁶¹ Como por exemplo nas populações neolíticas como Mureybet ou Jericó, caracterizadas por casas circulares compartimentadas em habitações (Schoenauer 1984).

³⁶² A este propósito pode ler o artigo de Roberto Goycoolea Prado, intitulado *La ciudad circular, ¿mito o realidad?* (Goycoolea Prado 1994).

³⁶³ Como já referimos anteriormente (Whitehouse & Wilkinds 1986).

³⁶⁴ Capel 2002.

As razões que levaram as sociedades a conceber a planificação ortogonal das cidades podem ser diferenciadas. Desde logo, devido às vantagens decorrentes da flexibilidade da organização dos quarteirões, pela facilidade de controlo do espaço, mas, também, por motivos económicos, sociais ou culturais. De facto, um plano ortogonal representa uma forma simples e rentável de dividir e distribuir o espaço urbano, reflectindo a racionalidade, o pragmatismo e a ideologia da cultura que o concebe³⁶⁵.

Com efeito, as cidades que conhecem uma fundação ortogonal são, quase todas, fundações *ex novo*, frequentemente colónias, implantadas em novos territórios conquistados, como ocorreu com as cidades de fundação helenística e romana, com as novas cidades medievais criadas com a reconquista cristã, as *bastides*, com as cidades edificadas nas colónias europeias a partir do século XVI, ou ainda com cidades reconstituídas após a ocorrência de catástrofes.

Contudo, convém sublinhar que, num primeiro momento, o plano ortogonal constitui apenas um projecto, uma concepção geral da forma como se pretende organizar o espaço físico da cidade, o qual é sempre materializado com alterações em consequência de variados factores, que podem introduzir modificações na implementação do modelo original, como a topografia, estruturas preexistentes ou interesses privados³⁶⁶.

Frequentemente, o plano ortogonal obedeceu a uma determinada orientação que resultou da adaptação às condições ambientais³⁶⁷ e topográficas, podendo ser aplicado em sítios bastante diferenciados e irregulares³⁶⁸.

Apesar de se tratar de um plano aparentemente homogéneo e até inflexível, marcado por uma trama viária definida por ruas que se cruzam, formando ângulos rectos, existem numerosas possibilidades de organização da sua estrutura básica, decorrentes da orientação, dos limites da área urbana, da amplitude e hierarquia viária, da dimensão e morfologia dos quarteirões (quadrangulares e rectangulares), da localização e traçado diferenciados das praças e dos edifícios³⁶⁹.

³⁶⁵ Capel 2002.

³⁶⁶ Como ocorreu por exemplo nas cidades romanas (Pelletier 1982).

³⁶⁷ Esta orientação, que chegou a ser cardeal, como ocorreu em algumas cidades romanas, podia resultar da adaptação a factores climáticos como sejam os ventos, como aconselhou Vitruvius para a cidade romana, ou L. B. Alberti para a cidade renascentista (Rosenau 1988).

³⁶⁸ Como aconteceu na generalidade dos aglomerados urbanos portugueses de planta regular, fundados entre os séculos XIII e XIV, que se localizavam em sítios elevados, como Monsaraz ou Alegrete, existindo, contudo, excepções como é o caso da cidade de Nisa, construída numa planície (Teixeira & Valla 1999).

³⁶⁹ Capel 2002.

De facto, o plano urbano ortogonal pode conhecer morfologias diferenciadas em consequência do local onde foram implantados os espaços principais, como as praças (*agora, forum, praça*), os templos, os edifícios destinados à justiça ou ao poder municipal, entre outros. As praças principais, que funcionam como pólos gravitacionais da cidade, podem ocupar uma posição central, como ocorreu em muitas cidades gregas, romanas e medievais, ou periférica³⁷⁰.

O desenvolvimento do processo de urbanização nas cidades planificadas fez-se tendencialmente a partir das centralidades estabelecidas no desenho original, ou daquelas que foram geradas pela dinâmica interna de desenvolvimento, iniciando-se, frequentemente, a partir da área onde se estabelece a praça central, em conexão com as ruas principais ou os edifícios de prestígio.

As cidades podem ter conhecido um plano ortogonal aplicado de forma ilimitada ou circunscrito por barreiras naturais ou muralhas, como ocorreu com as cidades romanas, muito embora algumas tenham sido edificadas em fases de adiantado desenvolvimento urbano, originando deformações na organização da malha ortogonal inicial, designadamente através do encerramento de ruas e do desaparecimento de quarteirões³⁷¹.

O plano ortogonal, regular e unitário, foi aplicado em muitas cidades *ex novo*, ao longo da História, conferindo um traçado rectilíneo às ruas e formas quadradas ou rectangulares aos quarteirões. Todavia, existem cidades históricas de crescimento espontâneo e natural, que conheceram, numa dada fase do seu percurso, uma expansão planificada parcial, ou em resultado do seu desenvolvimento, ou na sequência de catástrofes e destruição parcial do espaço edificado, que possibilitou uma reconstrução regular³⁷².

5.1.1 A origem e difusão do plano ortogonal

A origem do plano ortogonal tem sido um tema amplamente discutido, muito embora, tal como já foi referido, as escavações arqueológicas tenham permitido demonstrar que se trata de um modelo aplicado já em algumas das primeiras cidades surgidas no III milénio a.C., na região do Vale do Indo, na Suméria, na

³⁷⁰ A posição lateral do centro está presente sobretudo nas localizações litorais ou nas margens fluviais, em que o centro se orienta até eles, como acontece por exemplo na cidade de Óstia (Mar 1991), ou na Lisboa pombalina (França 1978).

³⁷¹ Como ocorreu num número muito significativo de cidade romanas do Noroeste Peninsular, que se dotam de novos recintos amuralhados no Baixo Império (Fernández Ochoa & Morillo Cerdán 1991; 1992).

³⁷² Como ocorreu, por exemplo, na cidade de Lisboa, designadamente na denominada Baixa Pombalina (França 1978; 1987).

Assíria ou na Babilónia, bem como em épocas posteriores no Egipto, muito antes da sua implementação nas cidades gregas helenísticas ou romanas.

Nos primeiros casos em que foi possível identificar o traçado ortogonal, este parece resultar de uma modelo sobreposto ou coexistente com formas anteriores de crescimento irregular que, num determinado momento, foram substituídas ou expandidas por planos regulares. Algumas cidades apresentam, assim, simultaneamente formas irregulares e regulares, característica que normalmente se encontra nas cidades históricas, onde apesar de uma génese planificada, se foram assimilando formas irregulares, ou vice-versa³⁷³. Na verdade, apesar da forte permanência que caracteriza o plano ortogonal, o tempo de vida das cidades e a sua sucessiva transformação constituem fortes obstáculos à preservação das formas pretéritas de planificação.

A aplicação de um plano ortogonal fundacional encontra-se já demonstrado nas colónias fundadas pelos Gregos a partir do século VI a.C., na Jónia (Ásia Menor), muito embora grande parte das mesmas se tenha desenvolvido de forma espontânea e irregular, sobretudo na parte continental e nas ilhas, onde a acrópole constituía o elemento urbano dominante³⁷⁴.

A intensa actividade comercial, aliada à elevada densidade demográfica das *polis* gregas, envolveram as cidades-estado gregas num processo de colonização por todo o Mediterrâneo, particularmente expressivo a partir do século VI a.C., dando origem à fundação de muitas novas cidades, planificadas de forma regular e ortogonal³⁷⁵.

Apesar dos exemplos anteriores de cidades planificadas, a sua racionalização é atribuída ao arquitecto Hipodamos, natural de Mileto, nascido por volta do ano 500 a.C., a quem o filósofo Aristóteles³⁷⁶ atribuiu a elaboração de uma teoria sobre a organização lógica da cidade ideal e a aplicação de um método sistemático de planeamento urbano com traçado ortogonal, a qual terá sido aplicada pelo próprio arquitecto à cidade de Mileto e ao Pireu, o porto de Atenas³⁷⁷.

Sendo certo que Hipodamos não foi o inventor do plano ortogonal, coube-lhe o mérito de ter sido o primeiro a teorizar sobre a organização dos elementos que

³⁷³ Para além da bibliografia já referida este tema é igualmente abordado noutras obras (Mumford 2004; Chueca Goitia 1996; Morris 1992).

³⁷⁴ Segundo Mumford é possível identificar, já no século VII, na nova colónia grega fundada no Norte de África (Naucrátis, no Egipto) um traçado regular e ordenado (Mumford 2004).

³⁷⁵ Como atestam as escavações arqueológicas realizadas nas cidades de Olbia ou Siracusa (Mumford 2004).

³⁷⁶ No capítulo 8 do seu livro *a Política* (Aristóteles 1998).

³⁷⁷ Morris 1992; Chueca Goitia 1996; Pelletier 1982.

compõem uma cidade nova, como a área central, a habitacional e a comercial, os equipamentos culturais e de lazer e a muralha defensiva, dando, deste modo, expressão a uma entidade urbana integrada, com um plano racional e funcional³⁷⁸, que ficou conhecido como plano hipodâmico. O exemplo perfeito deste plano encontra-se na cidade de Mileto, razão pela qual é também designado de milesiano³⁷⁹, muito embora actualmente apenas se conservem alguns dos seus restos, tal como acontece em outras cidades, supostamente construídas ou inspiradas por Hipodamos³⁸⁰.

O traçado ortogonal da cidade de Mileto terá começado a ser aplicado por volta de 479 a. C., aquando da reconstrução da cidade, depois da sua total destruição pelos Persas, segundo um plano preconcebido, onde tudo terá sido previsto, ainda que a ocupação das insulas se tivesse realizado em múltiplas etapas. No centro do plano localizava-se o centro, ou *agora*, com o conjunto de edifícios públicos mais significativos e o mercado, sendo a parte mais estreita organizada com uma malha de insulas quadradas regulares mais pequenas do que as que se podiam encontrar na base. As praças encontravam-se ligadas de forma coerente, quebrando a uniformidade da quadrícula³⁸¹.

Finda a ameaça persa, a Grécia pôde expandir-se mais rapidamente por todo Mediterrâneo, edificando novas cidades na Magna Grécia, na Gália e na Hispânia, assistindo-se à disseminação do plano hipodâmico. A partir do século IV, este plano foi aplicado sistematicamente na fundação de novas cidade, como foi o caso de Alexandria³⁸². Posteriormente, outros povos o adoptaram o plano hipodâmico na organização das suas cidades, entre os quais podemos incluir os Etruscos e, por via destes, os Romanos³⁸³.

Todavia, os Romanos irão introduzir algumas alterações ao modelo ortogonal das cidades helenísticas³⁸⁴. As principais diferenças registar-se-iam ao nível da simetria axial existente nas cidades romanas, introduzida pela existência do *kardo* e do *decumanus maximus* e pela importância que a rua assume como elemento

³⁷⁸ Pelletier 1982.

³⁷⁹ Alguns autores defendem que o plano hipodâmico foi aplicado pela primeira vez em Mileto, daí designá-lo por milesiano uma vez que Hipodamos não foi o seu inventor (Mumford 2004).

³⁸⁰ Chueca Goitia 1996.

³⁸¹ Pelletier 1982.

³⁸² A cidade de Alexandria foi fundada em 331 a.C., com um plano de quadrícula regular, à semelhança de Mileto, onde foram igualmente reservadas zonas para os edifícios públicos (Pelletier 1982).

³⁸³ Rykwert 1985.

³⁸⁴ De facto, entre as cidades ortogonais gregas e as romanas parecem existir diferenças marcantes ao nível da concepção, pois a forma e a estrutura das cidades dependem da concepção que a cultura que as criou tem sobre a área urbana (Martin 1974). A identificação das inovações romanas na planta ortogonal grega é por vezes difícil de determinar em virtude da grande maioria das cidades gregas terem sido ocupadas pelos romanos e, por conseguinte, a fase melhor documentada é a última, ou seja a romana (Garcia y Bellido 1966).

motor do desenvolvimento urbano, sendo o seu cruzamento que define as *insulae*. De facto, no plano grego as insulas preexistem ao sistema viário que resulta dos espaços livres. Outra diferença marcante reside nas muralhas que encerravam o recinto urbano. Enquanto o traçado das muralhas gregas era estabelecido em função do relevo e as portas surgiam desfasadas do traçado das ruas, as muralhas romanas encerravam a superfície edificada e as principais ruas conduziam às portas³⁸⁵.

5.1.2 A cidade romana

A expansão imperial romana foi, em larga medida, responsável pela generalização e, em muitos casos, pela introdução do urbanismo numa Europa proto-histórica, reestruturando os antigos territórios independentes e organizando-os em províncias³⁸⁶. Dentro destas, foi criado um vasto número de aglomerados populacionais novos, dos quais os centros urbanos constituem a pedra basilar³⁸⁷.

Construídas para servir a administração romana, as cidades foram dotadas de um conjunto de instituições próprias, organizadas como comunidade colectiva que mantinha relações, mais ou menos, privilegiadas com Roma, de acordo com o seu estatuto. A organização da rede urbana provincial é hierarquizada, segundo as funções assumidas pelas cidades como capitais de província, de conventos e de *civitates*. A unificar esta rede encontra-se a rede viária, também ela hierarquizada em itinerários principais e secundários.

A origem das cidades romanas provinciais foi muito díspar. Algumas foram criações *ex nihilo*, outras resultaram de acampamentos militares (*castra*), ou correspondem ainda a evoluções de anteriores povoados indígenas importantes, ou de cidades já existentes, tornadas romanas por promoção, conhecendo, estas últimas, alterações significativas no seu estatuto político e planta urbana³⁸⁸.

Sabemos que, o estatuto jurídico das cidades foi bastante distinto, podendo ser peregrinas (*oppidum civium romanorum*), municípios (*municipium civium romanorum*) ou colónias (*coloniae civium romanorum*), sendo as últimas as mais importantes.

³⁸⁵ Pelletier 1982.

³⁸⁶ A Hispânia foi dividida no século I a.C., no tempo do Imperador Augusto, em três grandes províncias - *Baetica*, *Lusitania* e *Tarraconensis*.

³⁸⁷ A quantidade de cidades edificadas pelos romanos foi de tal ordem que, por exemplo, Lewis Mumford classifica Roma como uma empresa construtora de cidades (Mumford 2004).

³⁸⁸ Garcia y Bellido 1966.

Porém, independentemente da gênese, do estatuto ou do local, os romanos fundavam as suas cidades com base em rituais sagrados que, à semelhança dos Etruscos, antecederiam a materialização da *urbs*, através dos quais o espaço urbano era delimitado segundo regras precisas e consagrado aos deuses.

De acordo com o rito fundacional de tradição etrusco-latina³⁸⁹, antes da criação de uma nova cidade era necessário obter a aprovação divina do sítio, através da tomada dos auspícios, realizada por um áugure que interpretava os presságios.

Na continuação do rito fundacional e depois de eleito o local (ou in-*augur*-ada a cidade), o áugure auscultava o céu afim de determinar o diagrama da cidade, de acordo com as coordenadas e a orientação celestial, indicando no terreno o centro ou *templum*³⁹⁰, com base no qual a *urbs* iria ser edificada e no subsolo do qual se situaria o *mundus*³⁹¹.

A forma como os áugures traçavam o diagrama da cidade é bastante complexa, aliás como todo o rito fundacional, e difere da dos agrimensores, para quem era fundamental que a orientação da cidade seguisse os pontos cardeais.

Segundo Vitruvius³⁹², os agrimensores traçavam primeiramente um círculo, no centro do qual colocavam na vertical uma vara de bronze – o *sciotherum* –, unindo, por meio de uma corda, os dois pontos em que a projecção da sombra da vara se intersectava com a extremidade da circunferência, antes e depois do meio-dia, determinando deste modo, o eixo E/O, ou *decumanus maximus*³⁹³. De seguida, a partir do centro da circunferência, traçavam um alinhamento N/S perpendicular ao anterior, que iria constituir o segundo eixo estruturante da cidade, ou *kardo maximus*. Depois de estabelecidos os eixos principais, o agrimensor passava a operar com um instrumento chamado *groma* ou *gnomon*³⁹⁴, para traçar os alinhamentos que ordenariam a morfologia da cidade e, por fim, procedia à marcação dos seus limites exteriores, através da abertura de um sulco, o “*sulcus*

³⁸⁹ As etapas do rito de fundação das cidades e do método utilizado pelos agrimensores referidos neste trabalho resultam da leitura da obra de Joseph Rykwert (Rykwert 1985).

³⁹⁰ O *templum* é um diagrama traçado pelo áugure sobre o solo, que dividida a cidade em 4 partes, separadas por linhas que iam de este para oeste e de norte para sul. A figura exactamente que era traçada e dividida pelo áugure é um pouco incerta. A maioria das fontes aponta para que fosse um diagrama circular, à semelhança da imagem celestial que os romanos tinham do mundo, como um círculo em que o céu assumia a forma de abóbada (Rykwert 1985).

³⁹¹ O *mundus* era uma cavidade circular, coberta por uma lápide de pedra, sobre a qual se erigia um altar onde se acendia o fogo sagrado, que passava a ser o *focus* da cidade. Nesse preciso momento o herói fundacional atribuía três nomes à cidade: um secreto; outro sacerdotal e outro público (Rykwert 1985).

³⁹² O método de orientação utilizado pelos agrimensores e panificadores e descrito por Vitruvius é mais explícito que os textos antigos.

³⁹³ Rykwert 1985.

³⁹⁴ Instrumento de mira feito de mármore e bronze, utilizado pelos agrimensores romanos aquando da fundação de uma cidade.

primogenius”³⁹⁵ que definiria um quadrado formado por quatro sulcos perpendiculares aos eixos principais.

Deste modo, através do rito fundacional, o solo era transformado em terra pátria (*terra patrum*) e a cidade delimitada como um lugar sagrado, aprovada pelos deuses, pois a cidade para os romanos era um facto espiritual antes de ser material³⁹⁶.

Concluída a intervenção dos áugures, os agrimensores podiam dar continuidade à marcação das ruas secundárias e dos locais destinados aos edifícios³⁹⁷. A delimitação interna da cidade deveria seguir a orientação dos eixos principais, que estabelecia o plano da cidade, formado por ruas que se cruzavam em ângulo recto, ficando os espaços livres entre elas destinados às *insulae*³⁹⁸.

Por fim, a terra era distribuída por sorteio à população e o nome dos seus ocupantes consagrado numa tábuca de bronze³⁹⁹, podendo, então, dar-se início à construção da cidade⁴⁰⁰.

A área da nova cidade conformava-se, deste modo, como um espaço com simetria axial, dividida em quatro quadrantes, definidos pela *kardo* e pelo *decumanus maximus*, na intersecção dos quais se localizava normalmente o *forum*, ligado às portas da cidade, através das quatro ruas que dele divergiam. Os quadrantes eram subdivididos por ruas secundárias paralelas ao *kardo* e ao *decumanus*, deixando entre si os espaços destinados aos quarteirões.

A aplicação destas normas conduzia naturalmente à formatação de cidades regulares e esquemáticas, perfeitamente organizadas e orientadas, que conformavam uma retícula inteiramente ortogonal, podendo os quarteirões ser quadrados (divisão por *centuriato*)⁴⁰¹, ou rectangulares, o que acontecia mais

³⁹⁵ Este sulco era traçado pelo fundador da cidade, com a ajuda de um arado de bronze, que era puxado por uma vaca e um touro brancos. O touro seguia pela parte de fora e a vaca pela parte de dentro. O arado era conduzido pelo fundador, obliquamente para que toda a terra caísse na parte de dentro do sulco. O fundador devia ter a cabeça coberta (Rykwert 1985).

³⁹⁶ Rykwert 1985.

³⁹⁷ Não existem dados concretos que permitam precisar como situavam os romanos os edifícios públicos e templos em relação ao plano da cidade como acontecia para os acampamentos militares, para os quais existiam normas específicas.

³⁹⁸ Os romanos possuíam um código de leis sobre a propriedade e as técnicas de agrimensura que os agrimensores deviam certamente dominar.

³⁹⁹ O nome dos ocupantes do solo era consagrado pelos agrimensores numa tábuca de bronze, que passaria a constituir a autoridade definitiva em termos de posse das terras. Uma dessas tábuas ficava sob custódia da comunidade e a outra era depositada no *Tabularium* de Roma (Rykwert 1985).

⁴⁰⁰ Os romanos impunham terríveis penas, que estavam estipuladas no primitivo direito romano, a quem destruísse os limites determinados pelos agrimensores.

⁴⁰¹ Como na cidade de *Tamugadi* (Timgad), no Norte de África, mandada fundar pelo imperador Trajano, no ano 100.

frequentemente⁴⁰². As insulas rectangulares tinham a forma de *strigas*⁴⁰³ ou de *scamma*⁴⁰⁴ consoante o seu eixo maior estava orientado no sentido N/S ou no E/O.

As fontes literárias informam-nos que os romanos realizavam planos prévios de execução à escala, estabelecendo as linhas gerais de edifícios, de cidades ou de territórios⁴⁰⁵. No que respeita aos edifícios, depois de receber o encargo, o arquitecto realizava uma planta, mais ou menos precisa, que serviria de base para a construção da obra, conforme constatado através de alguns documentos gráficos produzidos em época romana, existindo mesmo plantas com a representação dos espaços interiores⁴⁰⁶. Relativamente às plantas de cidades pode referir-se a “*Forma Urbis Romae*”, que fornece o plano da cidade de Roma.

A organização dos territórios das cidades, designadamente dos cadastros, tem sido igualmente testemunhada através de vários documentos, sendo o mais conhecido o da cidade de Orange. Na verdade, o plano ortogonal romano foi igualmente aplicado ao território das cidades, através da divisão do espaço rural em grandes parcelas ou centúrias, sendo este processo conhecido pelo nome de centurição. Frequentemente, os eixos da centurição coincidem com os da rede viária da cidade e, nalguns casos, com a orientação da malha urbana⁴⁰⁷.

As características do terreno, bem como outros factores podiam impedir que o modelo da cidade ideal dos romanos fosse aplicado, constatando-se frequentes desvios do mesmo, sobretudo no que diz respeito à orientação, aos limites ou ao perímetro exterior⁴⁰⁸.

De facto, a orientação das cidades romanas apresenta-se na prática muito variada, podendo decorrer das condições ambientais e topográficas do sítio ou de aspectos religiosos. Existem cidades que apresentam uma orientação cardeal bastante rigorosa⁴⁰⁹ e outras cuja orientação resulta da adaptação às condições do local, apresentando uma planta menos regular, onde a orientação do *kardo* não era

⁴⁰² Como se constituem exemplos a colónia romana de *Augusta Praetoria*, actual Aosta, no Norte da Itália, fundada pelo Imperador Augusto, no ano 25 a.C., com um perímetro rectangular de cerca 724 X 572m, ocupando cerca de 42 hectares, subdividida internamente em quarteirões com 134 X 181m, ou ainda a cidade de *Augusta Treverorum*, actual Trévis, provavelmente uma fundação do Imperador Cláudio, que formava um rectângulo com 1.200 X 600 m, ocupando uma superfície de 72 hectares, dividida internamente em insulas quadradas e rectangulares (Garcia y Bellido 1966).

⁴⁰³ Como, por exemplo, na colónia romana de Cartago, que, no tempo de Augusto, a partir de 29 a.C., ocupava uma extensão de 315 hectares, possuía um *kardo* e *decumanus maximus* com 11,76 m de largura, cerca de 40 pés romanos, ruas secundárias com cerca de 7,06 metros, 24 pés, e insulas de 35,28 X 141, 12mteros (1 por 4 *actus*) (Garcia y Bellido 1966).

⁴⁰⁴ Como por exemplo na cidade de *Augusta Praetoria* (Aosta) (Garcia y Bellido 1966).

⁴⁰⁵ Ruiz de la Rosa 1987.

⁴⁰⁶ Como por exemplo uma placa do século I com a planta de três edifícios que se encontra no museu de Perugia (Perússia-Itália) (Ruiz de la Rosa 1987).

⁴⁰⁷ Como ocorreu em Tarragona (Palet Martinez 2005). Para o caso do território de Braga, o estudo da centurição encontra-se em fase de finalização, por Helena Paula Carvalho, no âmbito do seu projecto de doutoramento.

⁴⁰⁸ Hout 1988.

⁴⁰⁹ Como ocorreu na cidade de *Calleva Atrebatum* (Silchester – sul da *Britannia*) (Garcia y Bellido 1966).

rigorosamente N/S⁴¹⁰. Do mesmo modo, as insulas eram, por vezes, bastante diferenciadas, apresentando no mesmo plano reticulado diversas formas e diferentes tamanhos⁴¹¹.

Do mesmo modo, o perímetro exterior das cidades, estava longe de se configurar como um quadrado ou um rectângulo, assumindo formas variadas.

Por vezes, a adaptação do plano ortogonal aos terrenos, sobretudo quando aquele era aplicado a colinas, exigia a realização de trabalhos prévios de terraplanagem, como nivelamentos e aterros, ou a construção de muros de sustentação⁴¹².

Os romanos fundaram igualmente algumas das suas cidades a partir de acampamentos militares (*castra*). Estes eram, sempre que possível, devido à sua função defensiva, implantados em terrenos aplanados, junto dos rios e nos cruzamentos de vias naturais, sendo o seu traçado invariavelmente estabelecido segundo um modelo ortogonal, muito idêntico ao aplicado às cidades, dentro de um perímetro defensivo rectilíneo predefinido, de forma quadrada, apenas quebrado por portas⁴¹³.

Os acampamentos militares estáveis e fixos (*castra stativa*) serviam para alojar uma ou mais legiões romanas, albergando um número muito significativo de homens, circunstância que propiciava o estabelecimento das *cannaba*⁴¹⁴ na sua proximidade. Estas constituíam aglomerados de população civil, que incluía familiares, mas, também, pessoal auxiliar diferenciado, desempenhando variadas actividades económicas. O facto do número de habitantes das *cannaba* chegar a ser superior à dos acampamentos, acabaria por justificar que as mesmas possuíssem um estatuto jurídico para se reger, sendo por isso normalmente promovidas a municípios (*municipia*) e até a colónias (*coloniae*)⁴¹⁵.

⁴¹⁰ Como nas cidades de *Augusta Praetoria* (Aosta), *Augusta Taurinorum* (Turin), *Barcino* (Barcelona), Itálica (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹¹ Como exemplo *Augusta Taurinorum* (Turin), cidade fundada por Augusto em 28 a.C., ocupava uma superfície de 45 hectares, medindo cerca de 745 X 695 m, sendo dividida internamente em quarteirões desiguais, alguns quadrados, mas essencialmente rectangulares com as dimensões de 74 X 80 m e outros, com 80 X 120m (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹² Como nas cidades francesas de Lyon e Vienne (Pelletier 1982).

⁴¹³ Macaulay 1978.

⁴¹⁴ As *cannaba* formavam uma comunidade constituída por uma variadíssima população, masculina e feminina, de comerciantes, vendedores, prostitutas, veteranos do exército, bem como pelas as esposas, filhos e parentes dos legionários no activo. Aí residiam, igualmente, um conjunto de pessoas que assegurava o funcionamento de alguns estabelecimentos e de serviços, como os banhos, sanitários, etc. (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹⁵ Garcia y Bellido 1966.

À medida que a necessidade de forças militares nos territórios foi diminuindo, alguns dos acampamentos transformaram-se em cidades⁴¹⁶. Por sua vez, nas regiões onde havia necessidade de manter legiões estáveis e fixas, como foi o caso do *limes* do Reno⁴¹⁷ e do Danúbio⁴¹⁸ estabeleceram-se importantes cidades em áreas próximas dos acampamentos.

O fenómeno urbano conheceu um forte incremento com Augusto, que contribuiu largamente para estender o *status* jurídico e a forma de vida romana, sobretudo nas províncias ocidentais⁴¹⁹, fundando novas cidades, onde estas não existiam, assistindo-se, igualmente, a alterações morfológicas das que haviam sido fundadas anteriormente. A paz romana foi globalmente favorável ao desenvolvimento das cidades provinciais que se encheram de monumentos, registando um forte desenvolvimento económico.

Sendo pólos de romanização de primeira grandeza, as cidades adoptam os modelos construtivos de Roma, designadamente de *fora*, teatros, termas, anfiteatros e circos, que se vão edificado por todo o lado, seguindo os preceitos básicos da doutrina de Vitruvius, para quem os edifícios deveriam obedecer aos princípios da firmeza/resistência (*firmitas*), da utilidade/funcionalidade (*utilitas*) e da beleza (*venustas*).

A construção e monumentalização das cidades tiveram lugar em diferentes momentos da sua história⁴²⁰, sendo certo que a implantação de estruturas que necessitam de grandes espaços, como a construção de edifícios religiosos, de espectáculo ou de novos *fora*, provocaram inevitáveis alterações no plano ortogonal e na malha urbana inicial, levando ao desaparecimento de *insulae* e de ruas.

⁴¹⁶ Das cidades que tiveram origem em acampamentos militares destacam-se no Noroeste da Península Ibérica a cidade de *Legio* (León-Espanha), ou *Asturica Augusta*, actual Astorga (Garcia y Bellido 1966). Exemplos no Norte de África são a cidade de *Tamugadi*, actual Timgad e *Lambaesis*, actual Lambesa (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹⁷ Nos limites do Reno podemos referir *Castra Vetera*, *Colonia Ulpia Traiana*, *Mongontiacum*, actual Maguncia (Mainz) e de *Argentorate*, actual Estrasburgo (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹⁸ Na região do Danúbio são exemplos *Castra Regina*, actual Regensburg – Ratisbona, *Vindobona*, actual Viena, *Carmuntum*, actual Petronell-Altenburg, perto de Viena, e *Viminacium*, actual Kostolatz, na Jugoslávia (Garcia y Bellido 1966).

⁴¹⁹ Augusto transformou alguns acampamentos em cidades, como aconteceu com *Lucus Augusti* (Lugo) ou *Asturica Augusta* (Astorga), tendo fundado novas colónias, como *Barcino* (Barcelona), *Caesar Augusta* (Zaragoza) *Emerita Augusta* (Mérida), e *Pax Iulia* (Beja) (Morris 1992; Garcia y Bellido 1966).

⁴²⁰ Segundo A. Pelletier as cidades romanas são o resultado da preocupação com o prestígio, do exemplar e da propaganda, por parte dos poderes centrais, mas, também, da acção da burguesia municipal particularmente expressiva durante o período da Paz Romana, período em que se assiste à prosperidade económica e à participação dos cidadãos ricos no desenvolvimento urbano (evergetismo) (Pelletier 1982).

O fim do ciclo de prosperidade e expansão do Império, a partir dos finais do século II⁴²¹, afectou a vida urbana assistindo-se ao declínio definitivo de muitas cidades e a uma sobrevivência empobrecida de outras durante o século III, pelo menos em termos construtivos. No entanto, no período da Tetrarquia⁴²² regista-se uma reorganização administrativa e militar do Império, a qual terá um forte impacto nas cidades. Assim, observa-se uma recuperação urbanística significativa nalgumas cidades, relacionada com a promoção das mesmas⁴²³, traduzida em remodelações de edifícios públicos e privados que se adaptam às novas exigências funcionais, sociais, políticas e ideológicas. Por outro lado, a reforma do sistema militar implicou a construção de novas e poderosas muralhas defensivas em muitas cidades do Império ocidental⁴²⁴, as quais desencadearam alterações morfológicas significativas no seu plano urbano.

5.1.3 A sobrevivência do urbanismo romano na Antiguidade Tardia

A partir dos finais do século III, o Império Romano vê a crise económica e política em que se encontrava, sobretudo com os períodos de grande anarquia militar (235-285) e os governos de usurpadores (244-253), agravada pelas invasões dos povos germânicos⁴²⁵, que forçam as regiões do *limes* do Reno e do Danúbio, disseminando-se pelo Império, tornando a manutenção militar e o controlo político insustentáveis⁴²⁶. Depois de 395, a parte ocidental do Império será ocupada por vários povos, que aí implantam os seus reinos, instalando as

⁴²¹ O ciclo de prosperidade terminará com Marco Aurélio, que designou para sucessor o seu filho Comódio, assassinado em 193. O Império romano conhece a partir de então um período de recessão e de fortes perturbações internas, dando-se início ao período designado de Baixo Império, que terminará em 476, com a queda do Império romano do Ocidente. Deste período destacam-se a crise do Século III, na qual se incluem do ponto de vista positivo, as acções dos Severos, designadamente, as de Séptimo Severo e Caracala e, em termos negativos, os períodos de grande anarquia militar (235-285) e os governos dos usurpadores (244-253). Do Baixo Império fazem igualmente parte o governo da Tetrarquia (285-324), a adopção do Cristianismo como religião oficial do Império em 313, pelo Édito de Milão e a divisão do Império romano em duas partes, por Teodósio (379-395), em 395 d.C.. Para além da crise política, o século IV fica marcado pelo início das invasões dos povos do norte da Europa (invasões germânicas).

⁴²² O governo da Tetrarquia (285-324), ou o governo dos 4, foi criado por Diocleciano.

⁴²³ O imperador Diocleciano irá realizar uma profunda reorganização administrativa e militar, designadamente, através da criação de novas províncias, que passam a estar agrupadas em dioceses. Na Hispânia, Diocleciano vai proceder à subdivisão das províncias, como aconteceu com a *Tarraconensis*. Desta subdivisão nascerá a nova província da Galécia, que passa a integrar os três conventos jurídicos do Noroeste e parte do convento de *Clunia*, elegendo *Bracara Augusta* como capital da nova província (Tranoy 1981).

⁴²⁴ Como aconteceu nas cidades espanholas de Lugo, Gijón, Barcelona, Iruña, Gerona, entre outras (Johnson 1983).

⁴²⁵ Os povos germânicos, designados de “bárbaros” pelos romanos, habitavam as zonas do norte e nordeste da Europa e noroeste da Ásia, na época dos romanos, tendo vivido em relativa paz com estes até aos séculos IV e V. Em 376, um destes povos, os Hunos, procedentes do nordeste, vão empurrar os outros povos, que habitavam junto das fronteiras que, por sua vez, acabam por cruzar o Danúbio e entrar no território romano (Cameron 1998).

⁴²⁶ A derrota sofrida pelo exército romano em Adrianópolis, em 378, marcou um momento decisivo na debilitação do Ocidente Romano (Cameron 1998).

suas capitais em cidades que irão registar transformações inevitáveis no espaço urbano⁴²⁷.

O Império romano pelejava internamente com uma outra situação adversa, decorrente da paulatina introdução e aceitação dos ideais cristãos, resolvida, em parte, com a adopção do Cristianismo como religião oficial do Império, em 313, através do Edito de Milão, promulgado pelo Imperador Constantino, muito embora este fosse já uma força social muito poderosa e disseminada pelo Império⁴²⁸.

A introdução dos símbolos cristãos no mundo romano teve repercussões a vários níveis, designadamente na topografia da cidade, ocasionando a paulatina conversão de templos e de outro tipo de edifícios públicos, em locais de culto cristão e/ou a construção de novos edifícios, com recurso aos materiais procedentes de antigas construções⁴²⁹.

O estudo das cidades durante o período de transição entre a época romana e a medieval encontra-se pouco aprofundado, devido à inexistência de fontes documentais e arqueológicas suficientes para ilustrar as características urbanísticas que as cidades adquirem neste momento da sua história. Sabemos que algumas sofreram uma forte decadência, existindo mesmo casos em que serão totalmente destruídas. Outras, pelo contrário, protegem-se por detrás das muralhas, continuando a desempenhar um papel muito importante no novo quadro político, administrativo e religioso da Europa ocidental, devendo o seu estudo ter em conta as repercussões que esse quadro pode ter tido no urbanismo⁴³⁰.

O fenómeno da construção das muralhas tardias, iniciado nos finais do século III, alterou significativamente a paisagem urbana, assim como a própria concepção de cidade, assumindo, uma função importante de defesa estratégica dos núcleos urbanos⁴³¹.

Assim, a cidade tardo-antiga conhece uma reorganização da trama urbana, através da alteração de alguns aspectos estruturais, designadamente ao nível da redução do perímetro urbano e da ocupação de anteriores espaços públicos, como

⁴²⁷ Apesar da historiografia tradicional apontar para o fim da cidade romana na Hispânia, decorrente da crise do século III e das invasões germânicas, e para o aparecimento de diversos tipos de aglomerados agrícolas, em resultado da decadência e ruralização dos núcleos urbanos, actualmente, as investigações permitem atestar que se tratou de um processo de transformação mais do que de uma destruição (Arce Martínez 1978), devendo o fenómeno urbano ser entendido, não como uma ruptura mas antes como uma continuidade (Arce Martínez 1993).

⁴²⁸ As primeiras notícias relativas à existência, na Hispânia, de comunidades cristãs relativamente organizadas, remontam aos finais do século II (Cameron 1998).

⁴²⁹ Wataghin *et al.* 1996.

⁴³⁰ Tal como afirma Jacques Heers, cada região, e até mesmo cada cidade, conhecem, neste período, destinos particulares que, necessariamente, convém individualizar (Heers 1990a).

⁴³¹ O fenómeno da construção de muralhas romanas na Antiguidade Tardia na Hispânia permite atestar a continuidade e a importância que as cidades adquirem neste período (Fernández Ochoa & Morillo Cerdán 1991; 1992; 2002).

as ruas e os pórticos, que perdendo a função de eixos de circulação, são agora sistematicamente construídos. Regista-se igualmente a ocupação de anteriores espaços privilegiados na cidade romana, como aconteceu com o *forum* que perdeu importância em função de novas centralidades, determinadas pela introdução de edifícios de índole cristã⁴³².

A cidade tardo-antiga deixa também de valorizar os antigos espaços dedicados ao ócio e ao espectáculo, podendo alguns, como as termas, ser reocupados com outras funções, enquanto outros, como os teatros, anfiteatros e circos são sistematicamente desmontados, erguendo-se, por vezes, sobre eles novas construções⁴³³.

Assiste-se igualmente ao aparecimento de bairros periféricos, aglutinados em torno das basílicas paleo-cristãs ou de mausoléus, muitas vezes construídos em áreas das antigas necrópoles⁴³⁴.

As destruições provocadas pelos povos germânicos afectaram desigualmente a vida urbana, permitindo que algumas das principais cidades romanas da Itália, da Gália e da Península Ibérica se tenham mantido como importantes centros políticos até ao século VII, adaptando-se, necessariamente, à nova realidade social e, conhecendo, por isso, processos de transformação com repercussões na morfologia urbana e na actividade construtiva⁴³⁵.

No caso de Portugal, serão as invasões muçulmanas, a partir do século VIII, que obrigarão uma parte significativa da população dos núcleos urbanos sobreviventes a dispersar-se pelos campos, ao mesmo tempo que os traços da cultura islâmica passarão a dominar o conceito de vida urbana e, conseqüentemente, os planos morfológicos, sobretudo nas cidades a sul do rio Mondego⁴³⁶.

Porém, apesar de todas as transformações sofridas, algumas cidades de fundação romana irão sobreviver, mantendo-se até aos nossos dias, conservando ou não parte das características morfológicas romanas. Na verdade, os povos germânicos terão aproveitado as estruturas urbanas existentes, adoptando mesmo

⁴³² Este fenómeno encontra-se documentado em muitas cidades da Península Ibérica, como em Tarragona (Dupré Raventos 1995; Aquilué *et al.* 1991), Astorga (García Marcos & Vidal Encinas 1995), Itália (Rodríguez Hidalgo & Keay 1995), Córdoba (Murillo *et al.* 1997), Barcelona (Beltrán de Heredia 2006; Granados 1987a), León (Muñoz Villarejo *et al.* 2002), Mérida (Alba Calzado 2004a; Mateos Cruz 1997; Mateos Cruz & Alba Calzado 2006), entre outras.

⁴³³ Gutiérrez Lloret 1996; Wataghin *et al.* 1996).

⁴³⁴ Wataghin *et al.* 1996. Este fenómeno encontra-se documentado em muitas cidades da Península Ibérica, como em Tarragona (Dupré Raventos 1995; Aquilué *et al.* 1991), Astorga (García Marcos & Vidal Encinas 1995), Itália (Rodríguez Hidalgo & Keay 1995), Córdoba (Murillo *et al.* 1997), Barcelona (Gurt Esparraguera & Godoy Fernández 2000), León (Muñoz Villarejo *et al.* 2002), Mérida (Mateos Cruz 1997; Alba Calzado 2004a; Mateos Cruz & Alba Calzado 2006), entre outras.

⁴³⁵ Gutiérrez Lloret 1996; Heers 1990a; Lacara 1958; Wataghin *et al.* 1996.

⁴³⁶ Matoso 1988.

muitas das tradições romanas, dando forma ao que viriam a ser as raízes da cultura medieval⁴³⁷.

Durante a Alta Idade Média estas cidades terão beneficiado de algumas das estruturas anteriores (muralhas, ruas, edifícios), subsistindo com uma população reduzida e mais concentrada, sendo, conseqüentemente, os espaços construídos, também, eles, muito circunscritos, estabelecidos, em larga medida, em torno de locais sagrados, que se organizam como centros agregadores da população urbana⁴³⁸. Todavia, existem numerosos testemunhos que atestam que durante este período muitos focos populacionais foram estabelecidos fora dos limites das anteriores cidades romanas, originando centros demográficos periféricos, alguns dos quais puderam, a partir dos séculos X-XI, contribuir para o restabelecimento das cidades, ou ser nelas incluídos, com a construção dos novos recintos amuralhados⁴³⁹.

Os centros urbanos já existentes passam a adaptar-se à realidade natural dos lugares, de acordo com as necessidades das populações, ocupando alguns partes já urbanizadas e abandonando outras, sendo na maioria dos casos a presença de importantes edifícios religiosos cristãos determinantes para a constituição dos novos centros urbanos, que tendencialmente se localizam na periferia dos anteriores núcleos romanos⁴⁴⁰.

A conjuntura positiva dos séculos XI a XIII vai possibilitar às sedes de bispado, as *civitates*, iniciar um novo processo de reabilitação urbana, procurando reaver o protagonismo perdido, reaproveitando, em alguns casos, as infra-estruturas que sobreviveram da antiga *urbs*, entre as quais as muralhas e o traçado viário, bem como os materiais de construção e elementos de arquitectura dos antigos edifícios, reciclados em novas construções⁴⁴¹.

A expansão que se produz, de novo, no século XI, tende a realizar-se em articulação com as ruas que saem das portas principais das muralhas, que, em

⁴³⁷ Situação particularmente expressiva nas cidades onde o domínio muçulmano foi muito pontual. Apesar dos núcleos urbanos conhecerem uma indiscutível debilidade a partir do século VII, eles permaneceram habitados, confirmando-se a continuidade das sedes episcopais, como ocorreu na Galiza (López Carreira 1999).

⁴³⁸ Esta realidade encontra-se atestada em muitas regiões da Europa ocidental: na Inglaterra, na Gália (Heers 1990a), mas, também, na Península Ibérica (Gutiérrez Lloret 1996), como ocorreu por exemplo na cidade de León (Gutiérrez González & Miguel Hernández 1999; Muñoz Villarejo et al. 2002), em Tarragona (Aquilué et al. 1991; Keay 1991), ou Mérida (Alba Calzado 1997; Mateos Cruz 1997; Mateos Cruz & Alba Calzado 2001).

⁴³⁹ Como ocorreu em muitos núcleos urbanos da Península Ibérica (Benito Martín 2000).

⁴⁴⁰ Este fenómeno encontra-se documentado em muitas cidades da Península Ibérica, como em Tarragona (Dupré Raventos 1995; Aquilué et al. 1991), Astorga (García Marcos & Vidal Encinas 1995, Itálica (Rodríguez Hidalgo & Keay 1995), Córdova (Murillo et al. 1997), Barcelona (Beltrán de Heredia 2001; Gurt Esparraguera & Godoy Fernández 2000)), León (Muñoz Villarejo et al. 2002), Mérida (Alba Calzado 2004a; Mateos Cruz 1997; Mateos Cruz & Alba Calzado 2006), entre outras.

⁴⁴¹ Existem exemplos onde, apesar do núcleo medieval se sobrepor ao romano, os novos traçados não mantêm relação com os anteriores, como terá ocorrido em Lugo, muito embora a sua coesão física se tenha mantido pelas muralhas romanas (López Carreira 1999).

muitos casos, eram as romanas, sendo actualmente ainda possível identificar muitos caminhos antigos, designadamente as antigas vias romanas, ao longo dos quais as cidades cresceram⁴⁴².

Dependendo do dinamismo da cidade, surgirá a necessidade de construir uma nova cerca amuralhada para proteger os novos núcleos surgidos extra muros e o crescimento viário medieval. De facto, em algumas das cidades de fundação romana a muralha do Baixo Império foi ainda utilizada nos primeiros séculos da Alta Idade Média⁴⁴³.

As profundas modificações ocorridas conduzem à alteração da própria estrutura interna dos núcleos urbanos que tende a ajustar-se a elas, verificando-se, que, por vezes, as áreas dos antigos quarteirões romanos ortogonais são divididos por novos percursos internos, tortuosos e ocupados por residências ou lojas de pequenas dimensões, dando lugar à formação de pequenas parcelas. Os novos aglomerados, estigmatizados pelas exigências constantes de defesa e de comércio, afastam-se da antiga matriz urbana e conhecem uma reorganização do espaço, completamente distinta do modelo romano⁴⁴⁴.

5.1.4 O plano ortogonal na Europa medieval e moderna

Na Idade Média, para além das cidades de fundação romana e das surgidas a partir de núcleos de aldeias, caminhos ou burgos, encontramos outra categoria de aglomerados urbanos criados *ex novo*, na qual se incluem as *bastides*, surgidas em França e Inglaterra e as cidades de nova planta edificadas um pouco por toda a Europa, com plano regular.

A conjuntura favorável dos séculos seguintes irá ser determinante para o aumento da extensão das cidades, bem como para a reorganização e embelezamento dos espaços urbanos. A abertura de ruas e de praças e a construção de novos bairros, tendo por base os ideais de proporção e regularidade retomados da cidade clássica, irão conferir aos aglomerados urbanos uma nova fisionomia. De igual modo, serão edificadas outras novas, com planos regulares, de acordo com o modelo de cidade ideal renascentista.

⁴⁴² Benito Martín 2000.

⁴⁴³ Como foi o caso das muralhas de Barcelona, León, Tarragona, Lugo, entre outras.

⁴⁴⁴ Benito Martín 2000; Gutiérrez Lloret 1995; Morris 1992.

5.1.5 As cidades novas medievais e as *bastides*

A partir dos séculos X e XI a estabilidade política e o ressurgimento económico, demográfico e cultural da Europa ocidental serão acompanhados por um significativo incremento urbano, através da expansão das cidades já existentes mas, também, pelo aparecimento de novos aglomerados urbanos⁴⁴⁵.

O desenvolvimento das cidades será fortemente impulsionado pelos mercadores e artesãos (burgueses), mas, também, pelos senhores eclesiásticos e laicos que garantem certas liberdades às populações, em troca do pagamento de direitos fiscais. Do mesmo modo, o crescimento económico e a revitalização das rotas comerciais potenciou o surgimento de novos mercados que contribuíram para a reabilitação da vida urbana⁴⁴⁶.

Os núcleos urbanos constituem-se, assim, paulatinamente em lugares privilegiados, atraindo um grande número de população rural que aí encontra ofícios e uma forma de se libertar do domínio senhorial⁴⁴⁷. Simultaneamente, a partir do século XI, assiste-se a uma fase de repovoamento e colonização por toda a Europa ocidental, de áreas até então incultas, bem como à criação de novas cidades. Muito embora este fenómeno tenha tido particular incidência nos inícios e nos finais da Idade Média, o maior número de casos registados reporta-se ao século XIII⁴⁴⁸.

As cidades novas, traçadas segundo planos regulares e ortogonais, foram construídas um pouco por toda a Europa, encontrando-se inúmeros exemplos destas, como certas *bastides* na França meridional, as *news towns* em Inglaterra, algumas cidades francas na Itália setentrional e central, mas, também, na Alemanha ou Espanha, ou na região da Flandres⁴⁴⁹. Do mesmo modo, certos núcleos urbanos anteriores sofrem algumas ampliações que foram realizadas de forma planificada, como acontece na cidade italiana de Florença⁴⁵⁰.

Em Espanha, a criação de cidades novas planeadas, com planta regular, constituiu um dos principais instrumentos de defesa estratégica, de colonização e repovoamento, entre o século XI e o século XV⁴⁵¹. A título de exemplo refira-se o

⁴⁴⁵ Pirenne 1989.

⁴⁴⁶ Duby 1988.

⁴⁴⁷ Chueca Goitia 1996.

⁴⁴⁸ Monsalvo 1997.

⁴⁴⁹ Arizaga Bolumburu 1993; Benevolo 1995; Monsalvo 1997.

⁴⁵⁰ Benevolo 1982.

⁴⁵¹ Morris 1992.

caso de *Puente la Reina* (Navarra)⁴⁵², do acampamento militar dos Reis Católicos (Granada), convertido posteriormente na cidade de Santa Fé⁴⁵³, ou das cidades criadas ao redor do Caminho de Santiago⁴⁵⁴.

Em Portugal, muito embora os estudos sobre este tipo de cidades se encontrem, na generalidade, por realizar, existem alguns indicadores que permitem atestar a sua criação, designadamente a toponímia⁴⁵⁵ e a subsistência de determinados elementos estruturais, como sejam uma rua rectilínea de onde partem eixos perpendiculares⁴⁵⁶ ou a regularidade apresentada pelos quarteirões. À semelhança de outras regiões da Europa, o padrão geométrico das cidades fundadas no território nacional, entre os séculos XIII e XIV, encontra-se vinculado com os processos de reconquista e repovoamento, evidenciando uma atitude intencional de planeamento, associada ao poder, e de regularidade, articulada com a eficácia do mesmo⁴⁵⁷.

Assim, a organização ortogonal de ruas e quarteirões fez-se sentir nos centros urbanos nacionais através da aplicação de planos compostos por quarteirões com forma recta alongada, formados por uma sucessão de estreitas parcelas paralelas entre si e orientadas no mesmo sentido. Os exemplos desta forma de organização encontram-se presentes em diversos núcleos como Viana do Castelo, Caminha, Vila Real de Trás-os-Montes ou Nisa, no Alentejo⁴⁵⁸

Será a conjuntura dos séculos XIII e XIV que maior dinamismo imprimirá à criação de cidades novos centros urbanos, representando as *bastides* um dos exemplos mais significativos do urbanismo medieval planificado⁴⁵⁹. O carácter defensivo e sistemático deste tipo de fundações encontra-se fortemente relacionado com as necessidades de repovoamento e controlo do território.

As *bastides* foram fundadas, quase sempre, sob uma forte autoridade central, com o objectivo de alargar ou consolidar o território dominado. Eram construídas,

⁴⁵² Fundada em 1090, com um plano em retícula (Morris 1992).

⁴⁵³ A cidade espanhola de Santa Fé nasceu como núcleo urbano sobre a mesma estrutura que tinha o acampamento militar fixado pelos Reis Católicos em 1491, altura em que levantaram cerco à cidade de Granada, que se encontrava sob o domínio muçulmano (Cepeda Adán 1993).

⁴⁵⁴ Depois das cidades surgidas no século XI-XII na zona oriental do caminho de Santiago (desde os Pirinéus a Sahagún), foram criados mais de 100 novos pequenos núcleos urbanos no norte peninsular, entre os séculos XIII-XIV, com uma planificação urbana determinada, que reorganizam e atraem a população (Arizaga Bolumburu 1993).

⁴⁵⁵ Sendo os casos mais expressivos os topónimos de *Salvaterras*, existindo duas para Portugal, de *Vilas* (Vila Real, Vila Nova de Cerveira, Vila Viçosa, entre outras), ou de *Póvoa*, designação utilizada para a tipologia urbanística medieval portuguesa resultante de um acto de poder, muito embora, a sua utilização possa decorrer de outro tipo de processos (Rossa 1995).

⁴⁵⁶ Como acontece nas cidades de Monsaraz, Alegrete e Redondo. Destaque-se igualmente o caso da *vila de baixo* de Tomar, com uma estrutura viária regular já no século XIII (Rossa 1995).

⁴⁵⁷ Teixeira & Valla 1999.

⁴⁵⁸ Teixeira & Valla 1999.

⁴⁵⁹ Apesar de existirem exemplos anteriores de *bastides*, como Montauban, fundada no ano de 1144 pelo conde de Toulouse, considerada a primeira *bastide*, trata-se de um fenómeno característico do período entre o século XIII e os inícios do XIV (Monsalvo 1997).

habitualmente, em territórios desocupados, segundo um plano predeterminado, caracterizado por um traçado em retícula e uma subdivisão rectilínea das parcelas. A construção das muralhas era financiada pelo fundador, o qual organizava e controlava a aplicação do plano, promovendo e incentivando o povoamento da nova cidade, através da concessão de terrenos para a construção no interior e para cultivo na periferia⁴⁶⁰.

Apesar do desenvolvimento moderado de um grande número de *bastides*, o facto de serem fundadas segundo um plano predefinido, possuindo um traçado regular e uma disposição ordenada das ruas, quarteirões e praças, conferiu-lhes um carácter verdadeiramente urbano⁴⁶¹.

Todavia, importa realçar que, para além das típicas *bastides*, a fundação de novas cidades foi um instrumento frequentemente utilizado por reis, príncipes, bispos, senhores feudais, ordens religiosas, entre outros, nos processos de colonização ao longo da Idade Média.

O número de centros urbanos criados *ex novo*, com plano regular, ao longo da Idade Média, demonstra que, também os medievais, reconheceram as vantagens da sua utilização no controlo e organização do espaço⁴⁶².

5.1.6 O urbanismo renascentista e barroco

A Europa desenvolve ao longo dos séculos XV e XVI um movimento cultural, com reflexo na arte, na ciência e noutros ramos da actividade humana, que ficou conhecido pelo nome de Renascimento. Este período retomou alguns princípios clássicos, como a difusão de ideias de ordem e de regularidade, que se reflectiram nas mais diversas áreas da vida europeia, designadamente na planificação urbana.

As cidades dos séculos XVI e XVII conheceram um significativo aumento demográfico e a materialização dos ideais urbanos renascentistas, os quais foram aplicados, pela primeira vez, nas cidades italianas, estendendo-se, paulatinamente, a outros centros urbanos europeus⁴⁶³. Estes passam a ser valorizados como espaços ordenados e regularizados, retomando-se, deste modo, os princípios urbanísticos característicos das cidades clássicas. Este processo foi fortemente

⁴⁶⁰ Morris 1992.

⁴⁶¹ Monsalvo 1997.

⁴⁶² Segundo Fernando Chueca Goitia, a urbanística medieval não terá esquecido nem ignorado os sistemas de planificação da Antiguidade, traçando igualmente as suas cidades de forma regular e ortogonal (Chueca Goitia 1996).

⁴⁶³ Benevolo 1995.

influenciado pela obra de Vitruvius, utilizada como base conceptual para os modelos de cidade ideal, propostos pelos teóricos do Renascimento.

As intenções de aplicar os ideais renascentistas às cidades reflectiram-se inicialmente em áreas específicas do plano urbano, designadamente na construção de sistemas de fortificação, na regularização e ordenação das ruas existentes, na abertura de novos eixos viários principais, que reestruturam o centro e o ligam à periferia e na criação de novos espaços públicos, ou praças e de arruamentos rectilíneos que a elas se ligam. Do mesmo modo, a ampliação das cidades será feita tendo por base a urbanização das ruas e praças suburbanas, recém-criadas, assim como mediante a construção de novos bairros, utilizando preferencialmente planos reticulados. Porém, o planeamento urbano renascentista será também aplicado às novas cidades, muito embora estas tenham sido pouco frequentes na Europa⁴⁶⁴.

Nos inícios do Renascimento, os modelos da velha cidade medieval europeia não foram substancialmente alterados e a aplicação dos ideais de proporção e regularidade foi pontual. De igual modo, as novas fundações foram muito escassas, uma vez que grande parte das cidades importantes tinham tido a sua origem em períodos culturais anteriores. As cidades criadas no Renascimento foram-no já nos finais do período, essencialmente por motivações militares ou de prestígio⁴⁶⁵.

Paulatinamente, a actividade urbanística incidirá na abertura de novas ruas rectilíneas para facilitar o acesso aos edifícios mais importantes e orientar a direcção das vias até aos pontos de destaque da cidade, como as igrejas, os castelos, as torres, as portas ou outros monumentos⁴⁶⁶. As ruas podem ter conhecido variações significativas, decorrentes da aplicação do modelo da grande avenida ladeada de edifícios uniformes e de prestígio. De igual modo, as novas praças, tendencialmente regulares, foram utilizadas para enquadrar e valorizar as construções monumentais. De facto, a organização dos espaços urbanos à escala global beneficiou de uma conciliação dos princípios que regem a ordenação planificada do espaço com os que dirigem a arquitectura do edificado⁴⁶⁷. Deste modo, a alteração da fisionomia e morfologia das cidades foi marcada pela valorização do equilíbrio e da regularidade espacial e arquitectónica.

⁴⁶⁴ Benevolo 1995; Morris 1992.

⁴⁶⁵ Como por exemplo *Palma Nova*, por razões militares ou a *Ville Recheleu*, por motivos de prestígio e poder (Chueca Goitia 1996; Morris 1992).

⁴⁶⁶ Correia 1998; Lacaze 1993. Algumas destas novas artérias puderam ser iniciadas em momentos anteriores, como ocorreu na cidade do Porto, com a abertura da Rua Nova ou Formosa, nos finais do século XIV (Amaral & Duarte 1985).

⁴⁶⁷ Kostof 1988, vol. II; Morris 1992.

A cidade barroca perpetua a trajectória de reorganização dos espaços urbanos à escala global, introduzindo novos conceitos na concepção e planificação do espaço urbano. Estes estão presentes na abertura de grandes avenidas, para solucionar os problemas do congestionamento dos centros antigos, mas, também na ordenação, equilibrada e regular, dos espaços periféricos que resultam da expansão da cidade⁴⁶⁸.

A aplicação dos princípios, já presentes no urbanismo renascentista, irá conhecer inovações destacadas durante o período barroco, que, se traduzem no desenho das cidades, em virtude da introdução de novas características arquitectónicas, como sejam o movimento e a perspectiva. Esta última característica foi largamente valorizada através da criação de ruas diagonais que cortam a morfologia anterior, introduzindo uma nova escala no desenho urbano, que passa a dispor de pontos de visão panorâmica que valorizam o edificado monumental, ou espaços privilegiados como as praças. Deste modo, a rua passa a constituir-se como um cenário de forte movimentação de gentes, onde se realizam também cortejos e procissões⁴⁶⁹.

As cidades barroca e a neoclássica partilham uma aspiração permanente de criação de espaços abertos. Esta concepção acabará por romper, em muitos casos, com os limites impostos pelas muralhas medievais, configurando centros urbanos mais amplos que integram agora os anteriores espaços periféricos⁴⁷⁰.

As cidades tornam-se cenográficas quer, através da valorização da regularidade do centro, onde predominam a ortogonalidade, a axialidade e a simetria dos quarteirões, quer da criação da perspectiva, materializada nas ruas largas e nas grandes fachadas de edifícios públicos, quer, ainda, na proporcionalidade do conjunto dos elementos que constituem o espaço urbano.

De um modo geral, constata-se que o traçado ortogonal passará a caracterizar as ampliações urbanas que foram realizadas nas cidades ao longo do século XVIII⁴⁷¹ e XIX. O crescimento planificado deste período encontra-se aliás bem ilustrado nas propostas do arquitecto espanhol Ildefonso Cerdá, para as cidades de Barcelona e Madrid⁴⁷² e nas de Haussmann para Paris⁴⁷³. Ambas irão contribuir e

⁴⁶⁸ Benevolo 1995.

⁴⁶⁹ Benevolo 1995; Kostof 1988, vol. II; Morris 1992.

⁴⁷⁰ Esta situação encontra-se bem demonstrada num grande número de cidades europeias (Guàrdia Bassols et al. 1994b).

⁴⁷¹ Como por exemplo em algumas cidades britânicas, como na *New Town* de Edimburgo, cuja ampliação consistiu num traçado ortogonal (Youngson 1966), ou as reformas realizadas em Lisboa, após o terramoto de 1755 (França 1978; 1997).

⁴⁷² I. Cerdá concebeu um dos projectos mais influentes no desenho planificado das cidades, contemplando não só o sistema viário, mas também o parcelamento e o reparcelamento, dando corpo àquilo que pode ser considerado uma teoria geral (Cerdá 1968-1971; 1991).

influenciar as ampliações regulares de outras cidades europeias, sobretudo a partir do século XIX.

As ampliações planificadas das cidades foram realizadas normalmente em áreas anteriormente rurais, pouco ou nada edificadas, sendo por isso fácil a sua ocupação. Em alguns casos as ampliações consistiram na simples expansão da cidade relativamente a antigas vias de circulação, ou através da abertura de grandes avenidas estruturais⁴⁷⁴.

5.2 A cidade de crescimento orgânico

5.2.1 As formas irregulares nas cidades

O crescimento das cidades tem sido habitualmente tipificado entre espontâneo ou irregular e planificado, tendo em conta o modo como as cidades se desenvolveram. No entanto, esta distinção refere-se apenas à existência de regras explícitas de ordenação urbanística, no caso das cidades planificadas, não implicando, necessariamente, uma ausência de organização nas cidades de crescimento orgânico.

De facto, muitos dos núcleos que deram origem aos centros urbanos não estiveram sujeitos a regras de ordenação rígida do espaço, mas, antes, a processos dinâmicos de desenvolvimento, onde dominaram as iniciativas privadas de organização do espaço, frequentemente, fragmentárias, as quais são apontadas como as principais características dos planos irregulares⁴⁷⁵.

Os trabalhos arqueológicos têm permitido testemunhar que as primeiras cidades, surgidas na zona denominada por Crescente Fértil, tiveram origem irregular, desenvolvendo-se de forma natural, muito embora tenham conhecido, num determinado momento da sua história, algum tipo de planificação, nem sempre geométrica, resultante, na maioria dos casos, da regularização da anterior trama irregular⁴⁷⁶.

⁴⁷³ A cidade de Paris resulta, após a intervenção de Haussmann, no melhor exemplo da aparatosa cidade burguesa do século XIX, a Cidade Luz, de grandes avenidas (influência do barroco) e arquitectura estritamente uniformizada (estética neoclássica) (Chueca Goitia 1996).

⁴⁷⁴ A título de exemplo refira-se o caso de Braga (Bandeira 2002). Estas transformações passaram a ser reguladas, no caso de Portugal, pelo Código Administrativo, de 1842, que atribuiu às câmaras municipais competências urbanísticas (Bandeira 2002).

⁴⁷⁵ Capel 2002.

⁴⁷⁶ Whitehouse & Wilkinds 1986.

Igualmente, as *polis* gregas tiveram uma origem orgânica, desenvolvendo-se de forma espontânea e adaptada às características topográficas do terreno, muito embora, a expansão helenística do século IV a.C., tenha valorizado a aplicação sistemática de planos regulares e planificados na fundação de novas cidades ou alterado anteriores formas irregulares, fazendo-as substituir por planos ortogonais⁴⁷⁷.

Independentemente da morfologia original, a partir da qual os núcleos urbanos evoluíram, sabemos que as primeiras cidades acabaram por ser rodeadas por muralhas, convertendo-se as vias, que partiam das suas portas, em eixos organizadores do crescimento da cidade⁴⁷⁸. Assim, determinar se uma cidade teve uma origem planificada, atendendo somente ao carácter regular da sua trama, constitui sempre uma tarefa difícil.

Na Península Ibérica, alguns aglomerados urbanos são anteriores à ocupação romana, estando quase todos localizados na orla litoral mediterrânica⁴⁷⁹. Porém, as restantes regiões peninsulares estavam maioritariamente ocupadas pelos *castra* ou *castella*, que possuíam na generalidade planos irregulares, muito embora, alguns deles, se encontrassem já num estágio que podemos considerar de proto-urbano⁴⁸⁰.

O plano irregular encontra-se igualmente testemunhado em cidades fundadas por sociedades que conheceram uma concepção estruturada e planeada do espaço urbano, como aconteceu na romana. Na realidade, não obstante a preferência dos romanos pelos planos urbanos ortogonais, estes só foram aplicados, na prática, nas fundações *ex novo*, estando o urbanismo de crescimento orgânico bem, atestado, desde logo, na cidade capital do Império.

De facto, apesar da irrefutável monumentalidade de Roma e da aplicação pontual do traçado ortogonal nalguns sectores da cidade, esta nunca viria a conhecer uma planta verdadeiramente ortogonal⁴⁸¹, permanecendo estigmatizada pelas suas próprias origens, condicionadoras de um crescimento marcadamente irregular, muito embora, a cidade tenha integrado, em diferentes momentos da sua

⁴⁷⁷ Um dos exemplos mais representativos desta situação é a cidade de Olinto, na Macedónia, fundada em 432 e destruída passados 15 anos, mas onde as escavações demonstram existir uma parte antiga e irregular, e outra moderna, de planta ortogonal (hipodâmica), muito rigorosa, onde as ruas principais, de direcção N/S, possuíam cerca de 100 m de distância entre si, interceptadas por ruas mais estreitas, de direcção E/O, que se distanciavam entre si em cerca de 40 m (Chueca Goitia 1996).

⁴⁷⁸ Morris 1992.

⁴⁷⁹ Tratavam-se de importantes centros políticos, económicos e religiosos (Cunliffe 1995).

⁴⁸⁰ Alarcão 1990; Cunliffe & Keay 1995.

⁴⁸¹ Garcia y Bellido 1966.

expansão, conjuntos urbanísticos geométricos, encaixados na estrutura irregular da cidade⁴⁸².

De igual modo, os romanos depararam-se com cidades já criadas, muitas das quais de crescimento orgânico circunstância que condicionou a imposição do traça reticulada. A adaptação às condições topográficas, bem como às condicionantes do tipo de estrutura urbana anterior, contribuíram para a grande diversidade dos planos das cidades romanas⁴⁸³.

5.2.2 O plano irregular da cidade cristã medieval

À semelhança do que acontece com as formas primitivas de povoamento, o plano irregular é igualmente característico das cidades europeias da Idade Média cristã, justificado, em larga medida, pela génese do fenómeno urbano medieval⁴⁸⁴.

Com efeito, a origem dos centros urbanos medievais é bastante díspar, encontrando-se relacionada com os diferentes momentos políticos, económicos e socioculturais, que caracterizaram a Idade Média, e com as áreas geográficas em que aquelas se implantaram⁴⁸⁵. A morfologia urbana característica dos centros medievais encontra-se igualmente relacionada com os factores topográficos que estiveram na origem do seu aparecimento e conseqüente desenvolvimento⁴⁸⁶.

Assim, os núcleos urbanos medievais podem ter tido origem nas antigas cidades de fundação romana, em núcleos fortificados ou burgos⁴⁸⁷, em aldeias ou caminhos, ou ainda, em terrenos desocupados. Estas circunstâncias, aliadas a outros factores característicos da Idade Média, irão condicionar o desenvolvimento destes núcleos, que conheceram, na generalidade, um plano irregular e um crescimento urbano não planificado. No entanto, tal como já se referiu anteriormente, alguns centros urbanos surgidos neste período, conheceram uma

⁴⁸² Destes enclaves monumentais, o mais importante era o *forum*, que foi aumentando sucessivamente de tamanho e esplendor, desde o Foro Romano até ao Foro de Trajano, mas também os palácios, os templos, as termas, os anfiteatros e os circos que formavam grandiosos conjuntos (Chueca Goitia 1996).

⁴⁸³ Pelletier 1982.

⁴⁸⁴ Refira-se que o conceito de cidade medieval é entendido, nesta abordagem, na sua ampla acepção, e não de acordo com os particularismos ou critérios que nortearam o longo do processo histórico a sua definição, como ocorreu no caso nacional, por nós já referido.

⁴⁸⁵ A origem das cidades medievais tem sido um tema amplamente discutido na bibliografia (Morris 1992; Chueca Goitia 1996; Benevolo 1995; Monsalvo 1997; Arizaga Bolumburu 1990; Piccinato 1993; Kostof 1988; Jehel & Racinet 1999).

⁴⁸⁶ Benito Martín 2000).

⁴⁸⁷ O termo burgo (*borough, burk, bourg*) teve vários significados como núcleo fronteiriço, fortaleza habitada ou como sinónimo de aldeias fortificadas, encontrando-se associado, a partir dos séculos IX e X, às novas aglomerações onde passam a residir os que se dedicam ao artesanato e ao comércio, que normalmente se anexam às aglomerações já existentes. Deste modo, aplica-se aos núcleos urbanos que se desenvolveram em torno de um castelo ou aldeias fortificadas. Um exemplo de burgo é a cidade espanhola de Burgos, no Norte da Península Ibérica.

planificação prévia do espaço, tratando-se, nestes casos, de fundações em locais livres e de nova planta.

Por sua vez, as *civitates* de origem romana que persistem, por razões religiosas ou políticas, conheceram uma retracção urbana e económica, em resultado do decréscimo das actividades mercantis e artesanais, encontrando-se, normalmente, pouco vinculadas às áreas rurais envolventes ou a outras cidades⁴⁸⁸.

Enquanto que na generalidade da Europa ocidental o regime senhorial ou feudalismo, estabelecido nos finais do império visigótico se consolidou, permitindo organizar o território e a população, na Península Ibérica este processo vê-se interrompido, desde o século VIII, com a expansão muçulmana, sendo somente reabilitado após o processo da reconquista iniciado por Afonso III no século X e concluído no século XIV⁴⁸⁹.

Apesar de a área correspondente ao antigo Império Romano ocidental ter conhecido um processo generalizado de ruralização e decadência da vida urbana na Alta Idade Média, terá sido neste período que se geraram as condições que serviram de base ao ressurgimento das cidades nos séculos posteriores, as quais conheceram diferentes tipologias e evoluções, tendo em conta as suas origens⁴⁹⁰.

As *civitates* que tiveram continuidade ocupacional desde a época romana constituíram-se como centros fortificados que controlavam administrativamente o território envolvente, possuindo uma diminuta actividade comercial. Estes aglomerados ocuparam, normalmente, apenas parte do espaço urbano anterior⁴⁹¹, registando-se em alguns deles a persistência da trama ortogonal romana, ainda que esta conheça, por vezes, significativas deformações devido à alteração da funcionalidade dos espaços e à criação de novas centralidades. Todavia, em alguns casos, o plano urbano romano irá constituir um suporte geométrico e estrutural no restabelecimento da vida urbana na Idade Média, uma vez que apresentavam ainda quarteirões mais ou menos regulares, tendo a área do *forum* adaptada, por vezes, às actividades comerciais⁴⁹². Normalmente, os novos centros religiosos e políticos foram construídos junto do antigo perímetro amuralhado, sendo o crescimento da cidade feito ao longo das ruas que confluíam para as portas,

⁴⁸⁸ A redução das actividades comerciais, a partir do século VII, tem sido considerada como uma alteração com forte incidência na retracção dos núcleos urbanos de origem romana (Pirenne 1989). Igualmente, para as cidades da Galiza, o decréscimo comercial tem sido considerado como o primeiro factor de contracção urbana, originando o abandono das áreas portuárias e a concentração da população em lugares mais propícios à exploração agrícola (López Carreira 1999).

⁴⁸⁹ Benito Martín 2000.

⁴⁹⁰ Benito Martín 2000.

⁴⁹¹ Onde se incluem as cidades de León, Astorga e Braga.

⁴⁹² Como ocorreu, por exemplo, nas cidades de em Florença, Bolonha, Pádua ou Lyon (Benevolo 1995).

circunstância que contribui para a criação de aglomerados de grande complexidade, onde as curvas e os ângulos agravam a estrutura dos espaços de circulação⁴⁹³.

Paralelamente às *civitates*, um número importante de pequenos núcleos estratégicos, ou burgos, vão dominando a paisagem do Norte da Península Ibérica durante a Alta Idade Média⁴⁹⁴.

O período de expansão demográfica e económica registada na Europa ocidental, entre os séculos XI e XIII, terá fortes reflexos na vida urbana, assistindo-se à reabilitação de um grande número de *civitates*, bem como ao surgimento de um grande número de novos aglomerados. Estes últimos constituem o resultado de diversos factores, designadamente, da exploração económica, de políticas fronteiriças ou de acções militares⁴⁹⁵, encontrando-se intimamente relacionados com o regime jurídico a que estiveram sujeitas (franquias, foros, forais, ou outros meios legais), que possibilitou o seu crescimento. No caso de Portugal, o surgimento de novos aglomerados encontra-se igualmente vinculado à criação de concelhos. Na região do noroeste e no litoral até ao Mondego, a doação de terras pelo rei, em resultado da Reconquista, foi essencialmente feita ao Clero e à Nobreza, através da concessão de honras (nobreza) e coutos (clero), predominando, por conseguinte, o regime senhorial. Na zona do interior norte e das Beiras, o povoamento foi realizado com base na criação de concelhos, através da doação de cartas de foral. Com os avanços da Reconquista, a zona a sul da cordilheira central, irá ser povoada de forma muito idêntica, muito embora os concelhos possam encontrar-se dependentes de senhores nobres, eclesiásticos ou militares⁴⁹⁶.

A situação de insegurança vivida nos primeiros séculos da Idade Média condicionou igualmente a génese de outro tipo de centros urbanos medievais, surgidas em locais onde o relevo oferecia posições vantajosas de defesa e controlo do território e cuja morfologia se encontra fortemente adaptada às particularidades topográficas, como os núcleos fortificados ou burgos.

⁴⁹³ Como ocorreu em Bolonha, onde a cidade medieval ocupava inicialmente apenas o ângulo sudeste do quadrilátero romano, cercado por muralhas no século VI. No século XII conhece uma muralha circular, em resultado do crescimento para leste e no século XIV uma terceira muralha. Este fenómeno manifesta-se também nas cidades de Toulouse, Florença, entre outras (Benevolo 1995).

⁴⁹⁴ Como aconteceu com na Galiza (López Carreira 1999).

⁴⁹⁵ Benito Martín 2000.

⁴⁹⁶ Matoso 1992a.

Os núcleos estabelecidos em terrenos acidentados encontram-se fortemente condicionados pela geomorfologia do terreno. Geralmente, caracterizam-se por possuir uma superfície superior aplanada e ladeiras pronunciadas que permitiam melhorar a defesa. A superfície ocupada podia adoptar diferentes configurações, adaptando-se a muralha à configuração do terreno e da superfície ocupada, podendo ter configuração mais ou menos circular ou oblonga⁴⁹⁷.

Nos aglomerados de planície, onde as condicionantes do relevo são menores, os núcleos desenvolvem-se, habitualmente, em articulação com os caminhos ou com outras aglomerações. A sua configuração é tendencialmente curva – circular ou oval – sendo bastante frequente a transformação da primeira forma circular em elíptica, como resultado do crescimento do núcleo e da aglutinação das zonas envolventes⁴⁹⁸.

Alguns núcleos, localizados em sítios topográficos elevados, deram origem à formação de dois centros populacionais, um situado na parte alta (alcáçova), em alguns casos designados de *vila alta*⁴⁹⁹ ou *cidade alta*⁵⁰⁰ e outro na parte baixa, conhecido, normalmente por *vila baixa*⁵⁰¹ ou *cidade baixa*⁵⁰². Com a paz introduzida na sequência da Reconquista Cristã, a partir dos séculos X e XI, as populações puderam fixar-se na base dos núcleos, favorecendo o crescimento dos arrabaldes extramuros e a urbanização dos caminhos que davam acesso ao núcleo elevado. Neste contexto, as partes elevadas ficaram normalmente reservadas ao castelo, protegido por muralhas, enquanto que a generalidade da população passa a residir nas zonas baixas. O progressivo aumento demográfico destes núcleos estará na origem de muitos aglomerados urbanos medievais⁵⁰³ que cresceram de forma espontânea⁵⁰⁴.

À semelhança de muitos centros urbanos medievais europeus, os portugueses desenvolveram-se, igualmente, a partir de uma posição topográfica saliente, normalmente fortificada (alcáçova=alcácer=cidadela), ocupando, posteriormente, as bases mais aplanadas, processando-se o crescimento do espaço em função de factores de ordem económico e funcional⁵⁰⁵, mas, também,

⁴⁹⁷ Documentados para a Estremadura espanhola (Benito Martín 2000).

⁴⁹⁸ Casos bem documentados em algumas cidades espanholas (Benito Martín 2000).

⁴⁹⁹ Ferreira 1997.

⁵⁰⁰ Heers 1990a.

⁵⁰¹ Ferreira 1997.

⁵⁰² Heers 1990a.

⁵⁰³ Benito Martín 2000.

⁵⁰⁴ Esta realidade não é característica da cidade medieval. Muitas cidades, em diferentes momentos históricos, tiveram origem em acrópoles, como por exemplo a cidade de Atenas.

⁵⁰⁵ Gaspar 1985b.

histórica. Cabe sublinhar o caso de algumas cidades que sofreram influência islâmica, que se desenvolveram a partir de uma alcáçova muçulmana e posteriormente cristã⁵⁰⁶.

A partir do século XI as cidades passam a albergar uma nova classe de comerciantes e artesãos, a burguesia, que se concentra preferencialmente nos burgos ou bairros construídos em volta das muralhas⁵⁰⁷, e promovem o intercâmbio entre os núcleos urbanos e o campo, assim como a abertura de rotas comerciais entre regiões distantes. Estes novos focos populacionais condicionaram a construção de novos recintos amuralhados que passam agora a integrar os burgos e/ou os subúrbios.

O crescimento económico e demográfico dos núcleos populacionais ao longo dos séculos XII e XIII, favoreceram o crescimento de núcleos urbanos a partir dos caminhos rurais, por vezes velhas calçadas romanas, que partiam das portas da cidade, dando origem a aglomerados, quase sempre, irregulares. Este tipo de crescimento é bastante característico dos núcleos urbanos europeus, assumindo, geralmente, a forma de uma rua mercantil⁵⁰⁸.

Porém, o desenvolvimento do fenómeno urbano medieval beneficiou, igualmente, de intervenções directas do poder político central (monarcas)⁵⁰⁹, de príncipes, nobres e condes ou, mesmo, da actuação da Igreja⁵¹⁰.

Apesar da emancipação da burguesia, a Igreja continuou a desempenhar um papel de destaque como força organizadora política e cultural, quer pela sua primazia nas sedes de bispado, quer em locais privilegiados de poder monacal⁵¹¹. Para além da posição destacada que a Catedral, ou a Igreja Matriz, possuía na fisionomia urbana, também as restantes igrejas e conventos adquirem importância urbanística crescente, podendo originar a formação de largos ou terreiros,

⁵⁰⁶ No território nacional, onde os muçulmanos não fundaram novas cidades, assiste-se à criação de um grande número de novos bairros, localizados preferencialmente fora dos muros das aglomerações preexistentes, originando a ampliação da cidade, bem como a sua alteração morfológica. Os muçulmanos instalaram nas partes mais altas dos núcleos urbanos a sua sede de poder, a alcáçova, localizando-se os bairros em cotas inferiores, processando-se a articulação entre ambos já na Medina=cidade, também ela amuralhada, como ocorreu em Coimbra ou Lisboa (Rossa 1995).

⁵⁰⁷ As actividades comerciais desenvolvidas na periferia dos núcleos fortificados foram-se consolidando, devido a circunstâncias favoráveis ou ao apoio real ou senhorial, chegando mesmo a rodear todo o burgo, que, por vezes, se dota de muralhas, acabando por constituir importantes núcleos em torno dos quais se viriam a desenvolver muitas cidades europeias (Morris 1992).

⁵⁰⁸ Benito Martín 2000.

⁵⁰⁹ Alguns monarcas europeus procuraram desenvolver a actividade comercial e manufactureira das cidades afim de estimular o seu desenvolvimento, circunstância que, por vezes, pode ter sido originada pela necessidade de fazer frente aos senhores feudais e/ou de favorecimento à burguesia urbana, com consequências ao nível do abandono da dependência agrária da população em torno dos castelos e dos mosteiros, em benefício das cidades (Morris 1992).

⁵¹⁰ Heers 1990a.

⁵¹¹ Algumas cidades europeias (da Inglaterra, Alemanha ou da Bretanha) desenvolveram-se em torno de mosteiros ou abadias fortificadas que desempenharam um importante papel no seu desenvolvimento, bem como na sua organização urbana (Heers 1990a).

actuando como pólos estruturantes no tecido urbano. Aos conventos acresce o facto de, por norma, se localizarem em locais de fácil acesso e por urbanizar, incluindo dentro das suas cercas grandes áreas livres, que paulatinamente iam parcelando e alugando⁵¹².

No crescimento dos núcleos urbanos medievais, sobretudo a partir do século XIII, tiveram um papel igualmente importante as ordens mendicantes⁵¹³, vinculadas estritamente às universidades e às cidades, que instalaram preferencialmente os seus conventos, nos centros urbanos com dimensões razoáveis⁵¹⁴. A elas se ficou a dever o desenvolvimento da periferia urbana, contribuindo para a atracção da população rural e para a expansão da cidade.

A revitalização total da vida urbana europeia será alcançada com o auxílio dos cruzados⁵¹⁵, o restabelecimento do comércio mediterrânico, a reactivação das rotas do comércio continental à distância e o nascimento das peregrinações a Roma e a Santiago de Compostela⁵¹⁶.

Apesar dos abalos e significativas destruições sofridas pelos centros urbanos peninsulares devidas à pela Reconquista cristã, esta possibilitou o aumento da estabilidade política e a recuperação económica de muitos deles, criando condições para o ressurgimento do comércio. Em resultado desse processo também muitos burgos puderam ser transformados em aglomerados maiores, passando a desempenhar um importante papel comercial, assistindo-se, também, a um lento processo de crescimento das aldeias, que progressivamente adquirem proporções urbanas⁵¹⁷.

O processo de Reconquista cristã ibérica deu continuidade ao fenómeno do encastelamento, originando a criação de novos núcleos urbanos, ou de bairros dentro dos já existentes, e à lenta revitalização dos núcleos recuperados⁵¹⁸. Estes últimos trataram de se adaptar à realidade cristã, transformando as anteriores mesquitas em igrejas e procurando, inclusivamente, ordenar e regular espaços das anteriores cidades muçulmanas. Porém, o sistema viário destas últimas cidades

⁵¹² Rossa 1995.

⁵¹³ Designadamente, a Ordem dos Dominicanos ou dos Pregadores, fundada por S. Domingos de Gusmão, no século XIII e a Ordem dos Franciscanos, fundada por S. Francisco de Assis, no século XII.

⁵¹⁴ No norte de Portugal, durante muito tempo, apenas se instalaram no Porto e em Guimarães (Rossa 1995).

⁵¹⁵ Os cruzados tiveram um papel determinante na Reconquista aos muçulmanos de grande parte da Península Ibérica e, consequentemente, na sua organização política e na formação dos reinos de Portugal e Espanha.

⁵¹⁶ As cidades criadas na rota das peregrinações obedecem a motivações religiosas e comerciais, surgindo, num primeiro momento, com o propósito de acolher, hospedar ou reabastecer os transeuntes, como ocorreu a partir da segunda metade do XI e ao longo do século XII, com as cidades espanholas de Sahagún, Logroño, Castrojeriz, Carrión e Belorado, surgidas na zona oriental do caminho de Santiago (desde os Pirinéus a Sahagún), ainda que, por vezes, estes apresentem uma escassa dimensão urbana (Arizaga Bolumburu 1993).

⁵¹⁷ Morris 1992.

⁵¹⁸ Heers 1990a.

acabou, frequentemente, por se perpetuar no plano de muitos centros urbanos até aos nossos dias⁵¹⁹.

Os núcleos medievais cristãos possuem um conjunto de características urbanas comum, onde se incluem as muralhas, largos/prança e mercados, igrejas, ruas e outros espaços de circulação, bem como zonas residenciais, mais ou menos compactas. Ao nível do plano apresentam geralmente ruas com traçado irregular, em resultado do seu crescimento natural e da adaptação à topografia do terreno⁵²⁰. As ruas, espaços públicos por excelência das cidades cristãs, serviam essencialmente ao passo, onde praticamente não se realizava tráfego rodado constante⁵²¹, constituindo, por vezes, um prolongamento da habitação na procura de colmatar as suas limitações. No centro da cidade encontramos quase sempre a praça, onde se destaca a catedral ou uma igreja matriz. Nos núcleos urbanos de menores dimensões os grandes edifícios religiosos desempenharam uma importância capital na morfologia da cidade, quer se tratem de catedrais, grandes abadias ou santuários de peregrinação⁵²². Do centro da cidade partiam as vias mais importantes que conduziam às portas da cidade. Por vezes, as ruas secundárias eram perpendiculares aos eixos viários principais. Esta situação originou, em alguns casos, a formação de planos radioconcêntricos. Porém, muito embora este plano seja característico de algumas cidades medievais, é possível nelas identificar uma grande diversidade de formas planimétricas, resultantes do crescimento natural que as modelou⁵²³. Em alguns casos, existia uma rua principal, normalmente comercial, que partia do centro e ligava os componentes urbanos mais importantes, a igreja matriz, o castelo, o paço, entre outros. Os edifícios com fachada para as ruas possuíam um notável valor comercial, sobretudo quando se localizavam perto de locais de mercados ou das portas.

O estudo de alguns planos medievais revela que determinados elementos morfológicos, como a rua ou as praças, funcionaram como princípios reguladores

⁵¹⁹ Como facilmente podemos verificar numa visita às cidades de Córdova, Granada, Sevilha, entre outras.

⁵²⁰ O plano das cidades medievais tem sido um tema bastante debatido. Alguns autores, como Pierre Lavedan, consideram que o plano mais comum é o radioconcêntrico, em resultado da atracção gerada pela igreja (valor moral ou segurança matéria), que origina a constituição de uma aglomeração à sua volta (centro) e a formação de uma série de vias que para ela convergem (ruas radiais), que se encontram ligadas entre si por ruas concêntricas, produzindo um plano constituído por raios e círculos. Outros, como Luigi Piccinato, em virtude da enorme variedade de planos, designadamente dos radioconcêntricos, categorizaram as cidades medievais em cidades lineares, em cruz, em esquadria, nucleares, binucleares, radioconcêntricas, entre outras. Segundo, Robert E. Dickinson e F. Chueca Goitia, a análise morfológica da cidade fica mais beneficiada se reduzirmos a diversidade de planos aos três tipos essenciais: o irregular, o radioconcêntrico e o regular (quadrangular ou ortogonal) (Chueca Goitia 1996).

⁵²¹ As deslocações nas cidades medievais efectuavam-se geralmente a pé, (somente em finais da Idade Média o tráfego rodado adquiriu proporções consideráveis) e o transporte de mercadorias realizava-se principalmente mediante animais de carga (Mumford 2004).

⁵²² Chueca Goitia 1996.

⁵²³ Chueca Goitia 1996.

do plano. Apesar das cidades medievais demonstrarem uma atitude muito plástica relativamente ao modo como se adaptam ao local onde se implantam, sobretudo quando comparadas com os centros urbanos planificados, tal não significa que não preexistam princípios norteadores na adaptação morfológica que realizam relativamente às curvas de nível, a antigas vias, ou aos limites de propriedade preexistentes, muito embora, o plano urbano possa resultar irregular.

O desenvolvimento das cidades implicou a criação de leis para disciplinar o elevado e diversificado número de pessoas que passou a habitá-las⁵²⁴. De igual modo, conhecem-se algumas iniciativas reais para tentar ordenar e planificar o crescimento urbano, pelo menos desde o século XIII. Para o caso nacional merecem particular destaque as medidas tomadas por D. Afonso III e D. Dinis, objectivando a fortificação e criação de núcleos urbanos, as de D. Pedro I, o arranjo e conservação dos espaços públicos, ou as de D. Manuel I, a uniformização e planificação dos traçados, bem como, o cuidado com a imagem visual da cidade⁵²⁵.

Pese embora as regulamentações surgidas ao longo da Idade Média, assiste-se à tendência invasora dos espaços públicos, designadamente das ruas, através da construção de edifícios que tendem em crescer em altura, ao mesmo tempo que expandem as suas fachadas para a rua, chegando a formar verdadeiras pontes aéreas⁵²⁶. Este fenómeno contribuiu para aumentar a irregularidade do plano estreitando as ruas e tornando-as sombrias.

Apesar do aumento da população urbana registado nos séculos XII e XIII, o século XIV iria trazer um novo retrocesso à vida das cidades. A Europa conhece, então, no século XIV uma profunda crise económica, social e espiritual. Maus anos agrícolas, pestes, epidemias, diminuição demográfica, revoltas dos camponeses contra os senhores feudais, sublevações dos trabalhadores pobres das cidades contra a rica burguesia, guerras, são algumas das adversidades que caracterizam esta centúria e que afectaram duramente a população, produzindo uma recessão demográfico na maior parte das cidades. Contudo, esta crise será superada ao longo do século XV, iniciando-se um período de recuperação e transição para novas realidades políticas, económicas, sociais e culturais, características da Idade Moderna, acompanhadas pelo desenvolvimento urbano e pelo aparecimento de novas cidades.

⁵²⁴ Chueca Goitia 1996.

⁵²⁵ Ferreira 2004b.

⁵²⁶ Veja o exemplo da cidade de Guimarães (Ferreira 1997).

5.2.3 Os núcleos urbanos irregulares na Idade Moderna

O urbanismo renascentista caracteriza-se, em larga medida, por intervir na estrutura já consolidada das cidades anteriores, modificando-a parcialmente. Enquanto os tratadistas elaboram modelos de cidades geométricas ideais⁵²⁷, grande parte da vida urbana decorre nos velhos burgos medievais, com as suas estreitas e tortuosas ruelas.

Com efeito, o número de cidades fundadas *ex novo* durante o período do Renascimento é reduzido, sendo as novas fundações, quase sempre, uma consequência de factos políticos ou militares⁵²⁸. Na realidade, a Europa não necessitava de novos núcleos urbanos uma vez que os existentes haviam quase todos sofrido uma considerável expansão durante a Idade Média⁵²⁹.

Em termos gerais, o crescimento da maior parte dos centros urbanos na Idade Moderna continuou a ser realizado de acordo com um plano pouco regular, tanto nas capitais e nas grandes urbes, como nas de pequena dimensão⁵³⁰.

A trama irregular nas cidades da Idade Moderna encontra-se intimamente relacionada, à semelhança do que já acontecera na cidade medieval, com o crescimento ao longo dos itinerários que partiam ou chegavam à cidade. Trata-se de um crescimento periférico, que se realiza através dos caminhos que estabelecem a comunicação entre os aglomerados, mas, também, da estrutura viária rural que envolve as cidades.

6. O crescimento urbano: limites e periferias

6.1 As muralhas e o desenvolvimento urbano

As muralhas são estruturas tão clássicas quanto as cidades, podendo ser consideradas um elemento intrinsecamente associado ao fenómeno urbano, muito

⁵²⁷ Deste período destaca-se o grande urbanista Leon Bautista Alberti (1452), para o qual as novas cidades deviam possuir ruas rectas e largas, traduzindo a grandeza e majestade da cidade e os tratados de Filarete (1460/65), Vitruvius (reeditado em 1511) e Palladio (1556).

⁵²⁸ Como foi o caso da cidade fortaleza de Palma Nova.

⁵²⁹ Lamas 1993.

⁵³⁰ Como é possível inferir através da análise das vistas que foram realizadas sobre algumas cidades europeias no século XVI-VII na obra *Civitates Orbis Terrarum*, assinada por Georg Braun e por F. Hogenberg.

embora tenha tido maior protagonismo em determinadas sociedades e/ou períodos históricos, podendo existir cidades onde se encontram ausentes⁵³¹.

A construção de fortificações para defender os aglomerados urbanos é uma prática recorrente desde as primeiras civilizações⁵³². A sua presença nas cidades, por vezes até aos nossos dias, reflecte a sua longa persistência, que teve consequências importantes na estrutura e no desenvolvimento urbanos, pois confinaram o seu crescimento, sendo actualmente um dos elementos que melhor define o limite dos centros históricos das cidades⁵³³.

A existência de muralhas reflecte, desde logo, a importância atribuída à defesa da cidade e, por conseguinte, à relevância da mesma, em termos políticos, económicos, administrativos e culturais. No entanto, as muralhas cumpriram, para além de funções militares, económicas, judiciais e políticas, funções simbólicas associadas ao prestígio das cidades⁵³⁴.

A dimensão, bem como as características das fortificações desempenharam um papel relevante na organização e no crescimento urbanos, uma vez que circunscreviam áreas ocupadas e assinalavam os respectivos limites permitindo demarcar o centro urbano da periferia. As muralhas constituem, assim, um elemento fundamental para o estudo e compreensão da morfologia das cidades históricas.

O estudo das muralhas deve ter em conta a problemática da sua longa duração, devendo a sua análise incidir em vários aspectos, relacionados com a sua construção, reparação, reconstrução, destruição e a sobrevivência dos seus vestígios. A análise das muralhas urbanas deverá igualmente ter em conta as suas funções e os sucessivos recintos defensivos construídos em diferentes momentos, relacionando-os com as mudanças na arte militar, na poliorcética⁵³⁵, bem como com os aspectos tecnológicos, económicos, sociais e políticos relacionados com a sua construção⁵³⁶.

Os sistemas defensivos tiveram, desde sempre, um papel importante na definição e na evolução da morfologia urbana, convertendo-se em barreiras funcionais e de crescimento do espaço, que dificilmente se trasladavam, pelos

⁵³¹ As principais excepções deste fenómeno encontram-se nas cidades do Antigo Egipto, Japão, Inglaterra, protegidas por barreiras naturais, mas, também, cidades de fundação romana e ou medieval (Mumford 2004).

⁵³² Toy 1955.

⁵³³ Le Goff 1991.

⁵³⁴ Para o período romano pode ler-se (Rykwert 1985) e para posteriores (De Seta & Le Goff 1991).

⁵³⁵ A poliorcética, do grego *poliorketikos*, designa o conjunto de técnicas de defesa e ataque das fortificações, incluindo as questões arquitectónicas e construtivas.

⁵³⁶ Le Goff 1991.

elevados custos materiais e humanos que uma tal operação naturalmente implicava.

A definição espacial da muralha ou dos diferentes recintos amuralhados constituiu um elemento de singular importância no estudo da morfologia urbana devendo a sua análise recair, necessariamente, na sua génese. De facto, importa saber se a criação do traçado urbano antecede a construção das fortificações e se estas fecham o espaço urbano, num determinado momento, ou se o traçado urbano e a muralha são planificados conjuntamente. Em qualquer dos casos, as muralhas constituem sempre um marco físico imponente no plano urbano, onde as portas bem como as vias que a elas conduzem desempenham sempre uma função determinante.

A construção de uma estrutura defensiva depende muito dos meios disponibilizados, sendo certo que nunca corresponde a uma operação rápida, podendo, nalguns casos, como aconteceu nas cidades medievais, constituir um elemento em permanente e constante melhoramento e reconstrução⁵³⁷.

Independentemente da forma e do perímetro das muralhas, a sua função militar condicionava os espaços intra e extra muros que lhes eram contíguos e que, em termos teóricos, deveriam permanecer livres de construções. De facto, as muralhas possuíam, ao seu redor, uma área não edificada, o *intervallum* ou ronda, que deveria estar isenta de construções, constituindo-se junto ao muro uma zona de circulação anterior. Com o aparecimento de novas cercas defensivas e/ou a paulatina desativação das muralhas, todo este espaço será progressivamente ocupado. De igual modo, também o traçado e a morfologia dos arrabaldes são devedores da forma das muralhas, quer seja pela relação que se estabelece entre as portas e os caminhos extramuros, que condicionam o crescimento suburbano, quer seja pelo papel que as rondas exteriores têm na formalização do traçado das zonas de contacto entre a periferia e a muralha.

O passo de ronda interior é sem dúvida, o mais difícil de preservar, até porque a estrutura física da muralha serviu frequentemente de suporte ao edificado, constituindo a ronda exterior, um elemento que recorrentemente se fossiliza na paisagem, sobretudo porque, uma vez desaparecido, é substituído por uma rua que

⁵³⁷ Veja-se, a título de exemplo, o ocorrido com as muralhas urbanas de Castela (Valdeón Baroque 1991).

acompanha o perímetro da muralha, circunstância que permite delimitá-lo na planimetria das cidades actuais⁵³⁸.

A cidade histórica de origem romana conheceu, por vezes, vários perímetros defensivos, que puderam aumentar o espaço inicial consignado intramuros, mas, também, reduzi-lo, como ocorreu com muitas cidades entre os finais do século III e o IV, provocando inevitáveis destruições e alterações morfológicas, designadamente, ao nível do sistema viário. Por sua vez, as muralhas construídas na Idade Média tendem a acompanhar a expansão urbana, abrangendo as novas zonas periféricas, introduzindo igualmente maior complexidade no tecido urbano.

As muralhas condicionaram a expansão dos centros urbanos, originando, por vezes, uma elevada densidade populacional intramuros, conduzindo, igualmente, ao crescimento da edificação em altura, como aconteceu com algumas cidades romanas⁵³⁹ e medievais e, mais genericamente, a partir do século XVIII.

Muitos dos recintos amuralhados são perceptíveis na planimetria das cidades actuais, quer pela forma curva das ruas que normalmente constituíam a cava ou fosso, quer pelas curvas de nível que se fossilizaram no solo. O nome actual das ruas pode sugerir igualmente a existência de fortificações desaparecidas.

6.1.1 As muralhas romanas

A elevação de cercas para proteger os núcleos populacionais pré-urbanos é, desde o Neolítico, uma técnica desenvolvida e aplicada em muitos aglomerados, muito embora, tenham sido as exigências defensivas das cidades, sobretudo das que desempenharam funções importantes na organização do território, como as capitais políticas da Mesopotâmia, que fizeram com que, desde muito cedo, a arte da poliorcética alcançasse um importante desenvolvimento com a construção de complexos recintos de muralhas⁵⁴⁰.

Concomitantemente ao aparecimento e desenvolvimento das cidades, as questões defensivas foram ganhando maior expressão, passando as fortificações a constituir uma infra-estrutura básica de grande parte das cidades fundadas pelos romanos.

⁵³⁸ Benito Martín 2000.

⁵³⁹ Um dos casos mais paradigmáticos é da própria capital do Império Romano (Weller 1995).

⁵⁴⁰ Como se registou na Babilónia ou em Jericó. Em Jericó encontramos a primeira muralha conhecida da história, que em alguns pontos conservou uma altura de 5 metros, tendo sido documentadas uma torre de 8 metros de altura (Whitehouse & Wilkins 1986).

No urbanismo romano, as muralhas satisfazem não apenas necessidades de defesa e de segurança das cidades, representando também, um sinal da necessidade de separar a área consagrada do espaço exterior, através do ritual fundacional, bem como diferenciar o mundo dos vivos das necrópoles, sempre dispostas fora do perímetro urbano.

De facto, as cidades romanas, antes de possuírem uma estrutura física que as protegesse, eram sagradas e delimitadas ritualmente através da abertura de um sulco no solo, o *sulcus primogenius*, com a ajuda de um arado, que era interrompido no local destinado às portas (*portae*) da cidade. O fosso traçado delimitava o *pomoerium*⁵⁴¹, resultando da abertura de quatro sulcos traçados perpendicularmente aos eixos principais da cidade, o *kardo* e o *decumanus maximus*, assumindo, por isso, a forma de um quadrado ou de um rectângulo, que correspondia ao perímetro da cidade sobre o qual seria construído o muro defensivo.

Mesmo quando este não existia, os limites do *pomoerium* continuarão a ter um papel decisivo na organização do espaço e na definição dos contornos da cidade, onde se dispunham as portas que, enquanto lugares de passagem, estavam sujeitas a jurisdição civil, podendo adquirir autonomia arquitectónica e desenvolver-se de forma independente⁵⁴².

Deste modo, a muralha romana resulta da materialização de um limite com características mágicas, que marcava a passagem entre a *urbs* e o *ager*, ou seja, entre o que é a cidade e o espaço rural, mas, também, entre os cidadãos e os peregrinos e entre os vivos e os mortos⁵⁴³.

Para além da função simbólica atribuída pelos romanos às muralhas, elas desempenharam um papel militar, servindo a protecção contra possíveis ataques e o controlo de quem e do que entrava e saía da cidade. Em termos práticos, as muralhas serviram um conjunto de necessidades diferenciadas que eram mais exigentes quando as conjunturas políticas e económicas se encontravam instáveis. No entanto, nem todas as cidades terão conhecido um recinto fortificado, aquando da sua fundação, nem durante o período da *Pax Romana*, época em que a sua utilidade militar seria muito reduzida. Todavia, a construção acontece em fases de maior instabilidade, como foi o caso do Baixo Império, quando muitas cidades se

⁵⁴¹ O rito de fundação das cidades etrusco-latinas tem sido objecto de um estudo aprofundado pelo professor Joseph Rykwert, designadamente na sua obra *The Idea of the Town* (Rykwert 1985).

⁵⁴² Gros 1996.

⁵⁴³ Gros 1996.

dotaram de muralhas, ou reconstruíam as anteriores, segundo diferentes parâmetros⁵⁴⁴.

A construção de muralhas em períodos de estabilidade pode ser justificada por razões de prestígio, pois elas representam marcas que assinalam o poder das cidades sobre o território, constituindo-se, nalguns casos, como um presente honorífico do poder central, de preferência concedido às colónias⁵⁴⁵, mas, também, noutras cidades dos inícios do Império, onde os aspectos construtivos, designadamente a diversidade das formas, acentuam a valorização e a dignidade monumental atribuída a estes equipamentos⁵⁴⁶. De facto, são múltiplos os exemplos de muralhas construídas nos inícios do Império, sobretudo sob o governo de Augusto⁵⁴⁷, que respondem à dupla exigência de defesa e de monumentalidade, sendo dotadas de uma grande diversidade de formas⁵⁴⁸.

A cidade ideal dos romanos, característica das fundações urbanas dos períodos republicano e alto-imperial, adopta a forma quadrangular ou rectangular, assumindo o traçado da muralha sensivelmente a mesma configuração⁵⁴⁹. Por sua vez, como muitas cidades romanas tiveram origem em acampamentos militares, os *castra*, que se caracterizam por possuir um perímetro defensivo rectilíneo, uma trama regular e forma quadrada, a fortificação inicial perpetua as características do perímetro defensivo do acampamento⁵⁵⁰.

⁵⁴⁴ Rodrigues Comenero & Rodá de Llanza 2007.

⁵⁴⁵ Como aconteceu com a muralha de Nîmes, uma das maiores da Gália, que segundo vários autores pode ser situada nas duas ou três primeiras décadas da nossa era. A muralha possui cerca de 6 km de comprimento, 9 metros de altura e 2 de largura, ocupando uma área de 220 ha. Possui cerca de 80 torres e 10 portas, das quais se destacam a porta de Augusto e a Porta da França, constituindo-se como um equipamento público extremamente ambicioso. A construção de uma tal muralha representa uma alteração muito significativa relativamente às anteriores, não podendo, por isso, ser vista como simples obra da edilidade (Gros 1996).

⁵⁴⁶ A diversidade de formas que, por sua vez, acentua a vontade de dignidade monumental, sem preocupações propriamente defensivas, manifesta-se de uma forma ainda mais vincada em Carmona, na Bética, onde Augusto mandou erigir uma grande porta, em opus *quadratum*, conhecido como a Porta de Sevilha. O carácter de valorização da muralha está igualmente presente na cidade de *Baleo Claudia*, na Andaluzia que, neste caso, marca a ascensão da cidade ao estatuto de município. Esta muralha apresenta a particularidade de possuir uma grande quantidade de torres, quadradas e em grande aparelho, sobretudo na fachada oriental (Gros 1996).

⁵⁴⁷ O fenómeno da construção das muralhas adquire especial relevância sob o governo de Augusto, tanto na Itália, como na Hispânia e na Gália (Fernández Ochoa 1997).

⁵⁴⁸ Segundo vários autores a cidade de Conímbriga é um exemplo bastante elucidativo do urbanismo romano, se não provincial, pelo menos da realidade ibérica. Conímbriga, à semelhança de muitas outras cidades hispânicas, conheceu uma primeira muralha, do tempo de Augusto, de índole basicamente honorífica e, só no século III, conhecerá uma muralha defensiva (Gros 1996; Alarcão 1983).

⁵⁴⁹ Como acontece com as muralhas de *Augusta Praetoria* (Aosta), de *Tamugadi* (Timgad), de Ampurias (*Emporiae*), onde os romanos, pouco tempo depois de aí desembarcarem, no ano de 218 a.C., fundaram uma cidade amuralhada, que se tornará na base das operações do exército romano nos primeiros momentos da conquista e a capital da província Citerior (Blázquez Martínez 1988), ou com as da cidade de *Barcino* (Barcelona), que no século IV, em resultado do reforço do recinto alto-imperial, assumem uma forma aproximadamente rectangular, com ângulos cortados diagonalmente (Granados 1987b; Granados & Rodá 1994).

⁵⁵⁰ Refira-se a título de exemplo a cidade de *Tamugadi* (Timgad), fundada pelo imperador Trajano, no ano 100, para albergar os veteranos da III Legião, que possuía uma planta quase quadrada, ocupando uma superfície de 12 ha, com insulas quadradas, com 20 m de lado (Morris 1992).

As muralhas tiveram que se adaptar às condições topográficas do terreno⁵⁵¹, razão pela qual oferecem formas poligonais, bem distintas do quadrado ou do rectângulo, como as que rodearam Córdova⁵⁵² ou *Emerita Augusta* (Mérida)⁵⁵³.

As muralhas alto-imperiais caracterizam-se, por possuírem reduzida espessura, raramente superior aos 2 metros, mantendo uma altura que poderia oscilar entre os 4 e os 6 metros, torres perimetrais de pequeno diâmetro e portas monumentalizadas⁵⁵⁴.

As cidades romanas eram planificadas de modo a poderem integrar espaços vazios que permitissem o crescimento intramuros. No entanto, muitas vezes, depois de consolidadas, as cidades conheceram uma expansão para os subúrbios, facto que ditou, por vezes, o alargamento da muralha⁵⁵⁵, sobretudo nas cidades mais importantes, designadamente nas capitais de província, que tiveram necessidade de ampliar as áreas urbanas e os respectivos recintos defensivos.

No mínimo, as muralhas romanas possuíam sempre quatro portas principais, correspondentes aos eixos viários estruturantes, algumas portas secundárias e postigos. As portas tinham uma forte relação com os caminhos que ligavam a cidade ao território, na margem dos quais se desenvolviam espaços e equipamentos, como sejam as necrópoles, santuários (*fana*) ou as *villae* suburbanas, que existiam junto a todas as grandes cidades e que funcionavam como extensões da cidade no *territorium*.

Entre os finais do século III e o V, as muralhas voltam novamente a representar um elemento urbano característico das cidades romanas, podendo resultar da reestruturação de uma anterior linha defensiva fundacional ou corresponder a uma fortificação construída de raiz, sobretudo em cidades que não possuíam muralha alto-imperial⁵⁵⁶. As razões que justificam este fenómeno decorrem do conjunto de alterações estruturais de carácter socioeconómico e militar que ganham expressão desde os finais do século II⁵⁵⁷ e tradicionalmente se

⁵⁵¹ Contudo, a tarefa de adaptação ao terreno nem sempre foi fácil, sendo, por vezes, necessário realizar trabalhos prévios de terraplanagem, como nivelamentos, aterros, construção de muros de sustentação, como aconteceu em Lyon (França) e Vienne (França) (Pelletier 1982).

⁵⁵² A muralha fundacional de Córdova foi construída no século II a.C., apresentando um perímetro de forma poligonal, com aproximadamente 2.650 metros, adaptado à topografia, com uma extensão de 47,6 hectares (Carrillo *et al.* 1999).

⁵⁵³ Recinto planificado na época de Augusto, com uma superfície de mais de 100 hectares, ampliado na época flávia e reforçado no século V. Conhece um total de 7 torres e 5 portas principais, com um perímetro de tendência poligonal, adaptado à topografia do terreno (Mateos Cruz 2004).

⁵⁵⁴ Fernández Ochoa 1997.

⁵⁵⁵ Como aconteceu com a cidade de *Emerita Augusta*, ampliada na zona do teatro e do anfiteatro na época flávia (Mateos Cruz 2004), em Córdova que, no reinado do imperador Tibério, amplia o perímetro amuralhado para 79 hectares (Carrillo *et al.* 1999, ou na cidade de Tarragona (Dupré Raventós 2004b), entre muitas outras.

⁵⁵⁶ Rodrigues Comenero & Rodá de Llanza 2007.

⁵⁵⁷ Fernández Ochoa 1997.

associam à estratégia defensiva pensada pelos imperadores da Tetrarquia, que contempla a fortificação sistemática das cidades⁵⁵⁸.

O fenómeno da construção tardia de fortificações romanas obedece a objectivos diferentes dos que caracterizaram as muralhas fundacionais, deixando, em alguns casos, extramuros, partes da cidade alto-imperial. Nestes casos, as muralhas reduzem as áreas urbanas e provocam alterações significativas na morfologia anterior⁵⁵⁹. São estruturas poderosas que utilizam materiais do desmonte de alguns edifícios, que ficam de fora do perímetro defensivo⁵⁶⁰.

Em termos gerais, as muralhas são construídas sob inspiração do modelo militar, com muros de grande espessura e proliferação de torreões circulares, mais altos que os anteriores e mais próximos entre si, muito embora conheçam alguma diversidade tipológica. Trata-se de obras custeadas pelo município, podendo, no entanto, ter recebido algum suporte financeiro imperial⁵⁶¹.

Os traçados dos perímetros das muralhas baixo-imperiais adquirem formas poligonais, como aconteceu na cidade de *Lucus Augusti*⁵⁶², Gijón⁵⁶³, *Asturica Augusta* (Astorga)⁵⁶⁴, ou *Gerunda* (Gerona), cuja planta era triangular⁵⁶⁵.

Algumas das mais potentes muralhas romanas foram, no Baixo Império, serviram durante alguns séculos a defesa das cidades medievais⁵⁶⁶.

6.1.2 As muralhas na Idade Média

As muralhas têm sido consideradas, recorrentemente, como um dos elementos que melhor definem a cidade medieval, facto que se encontra justificado pela sua presença constante nos centros urbanos, sendo

⁵⁵⁸ Na Gália assistimos ao fenómeno da construção de muralhas defensivas, muito embora nem todas as cidades tenham sido amuralhadas. Os critérios para esta selecção estavam obviamente relacionados com a posição estratégica que estas ocupavam, tendo sido dotadas de fortificações adequadas às suas funções. Alguns destes exemplos são constituídos pelas muralhas de Dijón, Bruges ou Poitiers que se mantêm operacionais e ajustadas à evolução da cidade até à Baixa Idade Média (Benevolo 1995).

⁵⁵⁹ Como aconteceu com a muralha erigida no século III em Conímbriga que deixará ficar de fora algumas parcelas e edifícios urbanos (Alarcão 1993), facto que também acontece noutras cidades hispânicas (Fernández Ochoa & Morillho Cerdán 1991; 1992).

⁵⁶⁰ Como ocorreu com as potentes muralhas construídas em Astorga (García Marcos 1996).

⁵⁶¹ Fernández Ochoa 1993.

⁵⁶² Entre os finais do século III ou inícios do IV a cidade de Lugo dota-se de uma potente muralha, uma das melhor conservadas da Península, que possuía entre 85 ou 86 torres semicirculares de diversos diâmetros, com dois pisos cada uma e com 4 ou 5 portas. O paramento interior da muralha era composto por silhares de xisto e o exterior combina lajes de xisto com blocos de granito nas portas. A muralha terá englobado novos espaços a norte, mas a sul deixou de fora construções do período anterior (Fernández Ochoa 1993).

⁵⁶³ A muralha de Gijón, datada do Baixo Império, forma um circuito linear de planta irregular, adaptado às características do terreno, possuindo uma largura de 4,60 metros em quase todo o perímetro. Com 12 torres perimetrais descobertas, com distâncias de 17 a 18 metros entre si, podem corresponder a um total de mais de 30 (Fernández Ochoa 1997).

⁵⁶⁴ García Marcos *et al.* 1997

⁵⁶⁵ Fernández Ochoa 1997.

⁵⁶⁶ Pelletier 1982.

testemunhadas nas fontes escritas⁵⁶⁷ e nas representações iconográficas medievais como definidoras do urbano⁵⁶⁸. No entanto, existem centros urbanos medievais abertos⁵⁶⁹, assim como núcleos amuralhados que não chegaram a receber o título de cidade, ainda que, nos séculos em que se produziu a génese dos núcleos urbanos medievais (XI-XIII), o povoamento tenha sido maioritariamente composto por aglomerações amuralhadas.⁵⁷⁰

A muralha teve, à excepção de algumas cidades europeias, como aconteceu em Inglaterra⁵⁷¹, uma função militar primária, materializando as necessidades básicas de protecção em caso de ataque. No entanto, as muralhas podiam representar também barreiras de carácter judicial e aduaneiro⁵⁷². A muralha delimitava um o espaço físico, político⁵⁷³, social, cultural e ideológico, sendo, simultaneamente, símbolo de identidade para os que nela residiam, em contraposição aos forasteiros e garante da pertença a uma comunidade⁵⁷⁴.

As funções desempenhadas pelas muralhas encontram-se complementadas pelas portas e torres que as integravam que, para além do papel militar, valorizam a imagem colectiva da cidade⁵⁷⁵.

A origem das muralhas medievais encontra-se fortemente relacionada com a própria génese do fenómeno urbano medieval e, em muitos casos, a construção de novos perímetros amuralhados acompanhou o crescimento urbano, marcando a evolução morfológica dos núcleos.

As muralhas existentes nos aglomerados urbanos da Alta Idade Média podem ter tido origem nas antigas estruturas defensivas romanas, reaproveitadas na sua totalidade, como aconteceu em Barcelona, ou parcialmente, como aconteceu em Astorga, León ou Tréveris⁵⁷⁶.

⁵⁶⁷ Como aparece descrito nas *Partidas* (corpo doutrinal composto no tempo de Afonso X, O Sábio), mas, também, em outros escritos medievais (Valdeón Baroque 1991).

⁵⁶⁸ Como analisa Cesare De Seta, em *Las murallas, símbolo de la ciudad* (De Seta 1991).

⁵⁶⁹ Veja-se, por exemplo, o caso da cidade de Ourense que, apesar de ser Sé episcopal, não possuía muralhas (López Carreira 1999). Igualmente a cidade de Barcelos, encontrou-se desprovida de muralha até ao reinado de Afonso V, tendo conhecido somente no século XV uma cerca defensiva por questões de prestígio (Ferreira 1992).

⁵⁷⁰ Benito Martín 2000.

⁵⁷¹ Até ao século XIV, a importância das muralhas do ponto de vista militar nas cidades inglesas reduziu-se grandemente devido ao estado de paz que reinava na ilha (Morris 1992).

⁵⁷² Em certas ocasiões entrar dentro do recinto amuralhado implicava o pagamento de impostos e o acesso a uma jurisdição própria (Valdeón Baroque 1991).

⁵⁷³ No interior da qual residia o poder político (rei itinerante, arcebispos), se localizava a sede de concelho, o tribunal, a prisão.

⁵⁷⁴ Le Goff 1991.

⁵⁷⁵ Refira-se a título de exemplo, a descrição da cidade de Jerusalém, presente no *Apocalipse*, onde as altas muralhas de "ouro", as torres e as suas portas, descritas como 12 pérolas, se assumem como os símbolos da cidade celestial (De Seta 1991).

⁵⁷⁶ Como já referido, alguns destes exemplos são também as muralhas de Dijón, Bruges ou Poitiers que se mantêm operacionais e ajustadas à evolução da cidade até à Baixa Idade Média (Benevolo 1995).

Nos séculos X e XI muitos núcleos populacionais europeus, mesmo os que não possuíam muralhas e eram constituídos por vários centros (poli nucleares), foram paulatinamente cercados por muralhas, que passaram a agregar as diversas unidades dispersas⁵⁷⁷. Por outro lado, o aumento demográfico dos núcleos urbanos condicionou a formação de arrabaldes, o que, por sua vez ocasionou a construção de novos perímetros fortificados, destinados a proteger as populações. Assiste-se, assim, a partir do século XII, à construção de muralhas que passam a unificar a fortaleza ou castelo, o núcleo antigo, os burgos ou mercados ou, mesmo, os núcleos eclesiásticos ou monásticos que haviam crescido na periferia dos aglomerados⁵⁷⁸.

A construção de novas muralhas de protecção nos centros urbanos medievais portugueses encontra-se vinculada à expansão urbana mítica do século XII e ao papel de dois monarcas, D. Dinis (1279-1325) e D. Fernando (no contexto das Guerras Fernandinas). O primeiro destaca-se, pela reestruturação da rede urbana, fortificando novos centros, bem como aqueles que nunca tinham tido cercas defensivas. D. Fernando, por sua vez, desempenhou um importante papel no melhoramento da protecção dos aglomerados onde o crescimento havia sido mais assinalável, reforçando alguns sistemas defensivos, que permaneceram, em muitos casos, como as últimas fortificações de tipo medieval⁵⁷⁹.

A construção de uma muralha era um processo dispendioso e quase sempre lento, custeado pelo poder régio, pelos comerciantes ou pelo concelho municipal, muito embora, o apoio do rei fosse decisivo para a edificação de recintos mais ambiciosos⁵⁸⁰. Em muitos casos, quer a construção, quer a reparação dos muros defensivos representavam um serviço público da responsabilidade da própria cidade, (concelho municipal, arcebispado) que, nos períodos de maior perigo, tinha que assegurar a sua manutenção, situação que provocará conflitos entre os monarcas e os senhores que pretendem obter apoio régio para a conservação das defesas urbanas⁵⁸¹. Na prática, o esforço da sua construção e/ou reparação recaía maioritariamente sobre os habitantes da cidade que estavam obrigados a custear e

⁵⁷⁷ Do ponto de vista do plano, a construção de muralhas integradoras significou a passagem da cidade poli nuclear ou dispersa à cidade compacta (Capel 2002).

⁵⁷⁸ Este fenómeno encontra-se muito bem documentado para a zona a Norte do Douro, estando comprovado em cidades como León, Burgos ou Zaragoza, mas, também, para a zona da Estremadura espanhola, onde são construídas esplêndidas muralhas entre os finais do século XI e inícios do XII, como em Segóvia, Ávila ou Salamanca, entre outras (Benito Martín 2000).

⁵⁷⁹ Almeida 1978a; Barroca 1990-91.

⁵⁸⁰ Como aconteceu com a construção da muralha da cidade portuguesa de Barcelos, exemplo já anteriormente referido (Ferreira 1992).

⁵⁸¹ Como aconteceu em Braga (Marques 1986).

a trabalhar nas obras relacionadas com a defesa e protecção das muralhas, designadamente através do imposto da anúduva.

Em muitos casos a decisão de construir uma muralha dava lugar, num primeiro momento, à elevação de uma cerca rudimentar e provisória, só mais tarde se construindo a verdadeira fortificação⁵⁸².

Regra geral, as muralhas medievais encontravam-se adaptadas à topografia do terreno, à disposição dos arrabaldes e à organização dos caminhos, circunstâncias que condicionaram a forma do seu perímetro, adoptando a forma circular ou curvilínea, oval ou elíptica, facto que deu origem a diferentes configurações de cidades. Nos casos em que os núcleos se estabelecem em locais de relevo acidentado (em ladeira, esporão, colina ou outeiro), a parte mais elevada da cidade era ocupada, normalmente, pelo castelo onde residia o senhor, desenvolvendo-se progressivamente através dos caminhos irregulares até à base mais aplanada, apresentando normalmente uma muralha irregular, muito embora esta possa igualmente possuir, nalguns casos, uma envolvente curva – circular ou elíptica –, frequentemente adaptada às curvas de nível, muitas vezes, em resultado de ampliações posteriores. Nos centros urbanos implementados em zonas aplanadas, as muralhas tiveram condições para se desenvolver de forma curvilínea. No entanto, esta regularidade não deva ser exagerada, pois, normalmente, a curva ideal tende a adaptar-se aos constrangimentos do terreno. Este facto, permite comprovar que, muito embora a muralha possa ser traçada com propósitos de regularidade, não existia propriamente um desenho prévio planificador, resultando a sua construção de uma adaptação directa sobre o terreno, pois muito embora possam existir algumas referências a medidas, estas são quase sempre imperfeitas⁵⁸³.

Com a expansão dos *suburbia*, as antigas muralhas perderam muitas vezes a sua primitiva função, passando a ter casas adossadas pela parte interior e, por vezes, pela parte exterior, fazendo desaparecer o antigo caminho de ronda que, em determinados centros urbanos foi neles integrado através da construção de outras cercas defensivas⁵⁸⁴. Deste modo, as velhas muralhas de origem romana ou alto-medieval perdiam o seu papel como linhas de fixação do crescimento urbano,

⁵⁸² Benito Martín 2000.

⁵⁸³ Como demonstram alguns núcleos urbanos estudados (Benito Martín 2000).

⁵⁸⁴ Como aconteceu a partir do século XI com a antiga muralha romana de Barcelona, que vai perdendo a sua função militar com o crescimento extra muros. No século XIII foi autorizada a construção de edifícios adossados à muralha e é construído um novo recinto amuralhado que inclui a expansão dos primeiros arrabaldes. No século XIV é construído um outro recinto amuralhado (Busquets 2005).

assistindo-se ao preenchimento dos espaços que lhe eram anexos, quer do lado interior, quer exterior.

Os espaços livres reservados à protecção da muralha nem sempre foram respeitados, conhecendo-se exemplos de violação destas normas, pelos próprios monarcas que, por vezes, concediam permissão às ordens religiosas para aí construir, existindo muitos núcleos urbanos que possuem um elevado número de construções adossadas às muralhas, a partir dos séculos XVI e XVII⁵⁸⁵, convertendo-se, por vezes, o fosso perimetral numa rua que, em alguns casos, pôde conservar o topónimo⁵⁸⁶. Esta situação será agudizada com o fenómeno da demolição das muralhas que afectou as cidades do Antigo Regime em diferentes fases. De igual modo, no século XVI algumas muralhas podiam já apresentar um elevado nível de desgaste, bem como a destruição de alguns dos seus sectores, sendo o seu restauro motivo de discussões, ocorridas, por vezes, desde a Idade Média até ao século XIX⁵⁸⁷.

O fenómeno da construção de sucessivas linhas defensivas ou o alargamento das já existentes encontra-se relacionado com o crescimento progressivo das cidades, mas, também, com os tempos de revolta, podendo ter ocorrido em momentos distintos, mais frequentemente entre os séculos XIV e XV⁵⁸⁸, existindo numerosas cidades europeias com duas, três e até quatro muralhas⁵⁸⁹. Contudo, a situação mais frequente é aquela em que existiu uma primeira linha de muralha, romana ou alto-medieval, ampliada uma ou duas vezes durante a Idade Média⁵⁹⁰. Na Baixa Idade Média e inícios da Moderna, muitas cidades possuíam espaços livres intramuros, circunstância que não invalida a existência de amplas extensões construídas nos subúrbios, o que possibilitou a edificação continuada do núcleo urbano.

Algumas cidades constroem novas muralhas no século XV, destinadas a proteger os recentes arrabaldes⁵⁹¹, muito embora os espaços integrados pelo alargamento das muralhas acabem por permanecer, por vezes, pouco povoados, durante muito tempo, podendo absorver na área intramuros o crescimento da

⁵⁸⁵ Refira-se, a título de exemplo, o caso de Nisa, onde, no século XVI, mediante autorização régia, são construídas casas adossadas à muralha, que passam a ocupar parte do amplo caminho de ronda pelo lado interior e a encostar-se, pelo lado exterior, onde se incluem, também, o edifício da Misericórdia e a sua igreja. Situação idêntica ocorre igualmente em Viana do Castelo (Teixeira & Valla 1999).

⁵⁸⁶ A título de exemplo refira-se o caso de algumas cidades espanholas que conservam ainda o nome de Calle de La Ronda ou Calle Muralha, ou das portuguesas Rua da Muralha, na maioria dos casos relacionadas com a última cerca defensiva.

⁵⁸⁷ Algumas situações concretas ocorrem nas cidades de Paris e Marselha (Roncayola 1991).

⁵⁸⁸ Como ocorreu com algumas cidades portuguesas (Marques *et al.* 1990).

⁵⁸⁹ Como Paris ou Roma, chegando algumas a ter mais, como foi o caso de Florença (Benevolo 1982).

⁵⁹⁰ Como foi o caso de Barcelona, León ou Paris.

⁵⁹¹ Como aconteceu em Monção ou Estremoz (Teixeira & Valla 1999).

época moderna, muitas vezes até datas tão avançadas como os séculos XVIII ou XIX.

6.1.3 A destruição das muralhas

O século XIX ditou o fim de muitas muralhas e, por conseguinte, a eliminação das barreiras que limitaram durante séculos o crescimento dos centros urbanos. No entanto, muitas cidades encontravam-se já bastante desenvolvidas na periferia, muito embora as estruturas defensivas inviabilizassem grandes alterações morfológicas nas áreas intramuros, as quais puderam ter lugar com a destruição das muralhas, fenómeno que se generaliza a partir do século XIX e durante o século XX⁵⁹².

Os motivos que justificaram o derribar das muralhas prendem-se com o facto delas serem vistas como barreiras que asfixiavam o desenvolvimento e a modernização das cidades, com questões de salubridade, ou com o carácter obsoleto daqueles equipamentos, enquanto barreira de protecção em caso de ataque, mas, também, com o estado de degradação e desleixo que alguns apresentavam em consequência da sua falta de manutenção ou restauro⁵⁹³. De facto, as muralhas não se adequam com as exigências urbanas decorrentes da industrialização.

Ao contrário da construção, a demolição das muralhas constitui um processo descontínuo, existindo ainda em muitas cidades actuais, panos de muralha conservados.

Por outro lado, a destruição das muralhas nem sempre foi um processo pacífico e, em muitos casos, ocorreu em diferentes fases, de acordo com as oscilações políticas e sociais, bem como com as conjunturas expansionistas das cidades, ocasionando conflitos frequentes, muitos dos quais relacionados com a propriedade dos espaços ocupados pela muralha, torres e castelos, ou com o fim a dar a esses espaços, ou, mesmo, aos materiais de construção derivados. Todavia, nas cidades que conheceram uma demolição mais tardia das suas muralhas, surgiram novos conflitos que opuseram os defensores da destruição aos

⁵⁹² Porém, no século XIX, algumas cidades conheceram reforços ou alargamento da área fortificada, como aconteceu em Paris (Roncayola 1991).

⁵⁹³ Le Goff 1991.

defensores da sua preservação, considerando estes que as muralhas constituíam importantes símbolos patrimoniais dos centros urbanos⁵⁹⁴.

Os espaços anteriormente ocupados pelas fortificações foram destinados à construção e às vias de comunicação, com denominações e configuração diversas, desde simples ruas a avenidas arborizadas, sendo os materiais de derrube frequentemente utilizados na construção de casas e edifícios, ou no calçamento das vias⁵⁹⁵.

Porém, o derrube das muralhas teve consequências profundas ao nível da morfologia das cidades, sobretudo nas partes até então confinadas intramuros, ocasionando a modernização dos centros antigos, designadamente através da abertura de ruas ligadas à periferia, que constituem, normalmente, eixos de grandes dimensões para garantir a facilidade do tráfego rodoviário. Estas alterações destruíram o sistema viário tradicional, o parcelamento e o casario herdado, introduzindo maior complexidade na compreensão dos centros urbanos.

6.2 O crescimento periférico

A análise da trama viária e do tecido urbano das cidades actuais permite, desde logo, identificar sucessivos perímetros, que denunciam a existência de diferentes fases de crescimento e mudança, muito embora os estudos demonstrem que as cidades nem sempre se desenvolveram por processos lentos e de forma gradual, tendo, muito pelo contrário, experimentado, quer fases de estagnação, quer de crescimento rápido.

O estudo da cidade deve, por isso, ser realizado de forma integrada, tendo em vista a identificação das relações diacrónicas entre forma e função do centro urbano bem como objectivar os motivos que conduziram às alterações ocorridas na sua morfologia, analisando se as mesmas resultam de alterações que decorrem da própria dinâmica de desenvolvimento interno ou, se, pelo contrário, resultam de factores mais gerais, de carácter exógenos⁵⁹⁶.

A interpretação histórica dos aglomerados urbanos tem permitido demonstrar que as cidades se desenvolveram desde os núcleos iniciais até à sua extensão

⁵⁹⁴ De Seta 1991.

⁵⁹⁵ Ulubogian 1991.

⁵⁹⁶ As fases de crescimento urbano foram estudadas por vários autores, com base em exemplos e períodos concretos. Entre os inúmeros trabalhos publicados refiram-se os de Harold Carter (Carter 1987), os de J. W. R. Whitehand sobre os ciclos de desenvolvimento da cidade e a forma urbana (Whitehand 1987), ou os de J. W. R. Whitehand e Christine M. H. Carr acerca do crescimento dos subúrbios no século XX (Whitehand & Carr 2001) ou de (Panerai *et al.* 1983). A nível nacional destaque-se a obra sobre o urbanismo português, entre os séculos XIII ao XVIII de M. Teixeira e M. Valla (Teixeira & Valla 1999).

actual através de distintas fases que se encontram relacionadas, normalmente, com os ciclos de desenvolvimento e de recessão económica, e de crescimento ou retracção demográfica⁵⁹⁷. Assim, as áreas ocupadas pelos centros urbanos foram variando em função dos condicionalismos referidos, mas, também, em função da forma, onde assumem particular importância as muralhas, as portas e os caminhos bem como as áreas periféricas que tiveram um papel de destaque no crescimento das cidades.

No desenvolvimento ocorrido nas cidades, as áreas periféricas tenderam a ser sucessivamente englobadas por novos perímetros fortificados que integraram outros núcleos populacionais, com realidades morfológicas complexas, muitos dos quais unidos por caminhos suburbanos. Alguns desses núcleos registam uma débil densidade demográfica, mas também significativas descontinuidades construtivas⁵⁹⁸.

No desenvolvimento das cidades estão implícitos dois processos: o crescimento contínuo e o crescimento descontínuo. O crescimento contínuo está presente nas ampliações urbanas que resultam do prolongamento directo das partes já construídas, que servem de ponto de origem para o desenvolvimento posterior, desempenhando as diferentes barreiras físicas, designadamente as muralhas, um papel determinante na definição dos limites entre o centro e a periferia que, por sua vez, assinalam as diferentes formas de ordenação urbana. Com efeito, a parte central das cidades favoreceu uma forte estruturação urbana e uma elevada densidade construtiva, facto que condicionou o desenvolvimento da periferia, com o seu casario ou os aglomerados populacionais mais pequenos, que acabaram por ser assimilados pela própria cidade⁵⁹⁹.

O crescimento descontínuo deve ser entendido numa escala de abordagem global do espaço, verificando-se quando existem zonas por edificar, como áreas agrícolas ou verdes, que definem cortes entre as partes mais antigas da cidade e as posteriores ampliações⁶⁰⁰.

O crescimento dos subúrbios pode ter sido realizado seguindo uma direcção principal ou múltiplas direcções, tratando-se, ora de um crescimento linear, ordenado por uma linha, como um caminho, ora de um crescimento polar,

⁵⁹⁷ Tema proposto por Conzen, como já referido, e aprofundado por outros autores designadamente por Whitehand.

⁵⁹⁸ Allain 2005.

⁵⁹⁹ Panerai *et al.* 1985.

⁶⁰⁰ Panerai *et al.* 2005.

ordenado por um pólo central, seja ele um edifício, como uma igreja ou um mosteiro, ou um agregado de tipo aldeia.

Como já tivemos oportunidade de referir, o crescimento das cidades faz-se, na grande maioria das vezes, através de formas espontâneas de crescimento, a partir de caminhos, aldeias ou de outras estruturas preexistentes, o que ditou a variabilidade de planos urbanos irregulares, como ocorreu com alguns dos primeiras centros urbanos e num número significativo de núcleos medievais, sendo certo que as cidades podem igualmente conhecer planos regulares, sobretudo quando houve uma intenção clara de planeamento e racionalização do espaço urbano⁶⁰¹.

6.2.1 O crescimento orgânico/espontâneo/natural

A primeira forma de crescimento dos núcleos populacionais e, por conseguinte, de uma grande maioria de cidades, é a que decorre da ampliação do aglomerado através das vias de comunicação existentes, a partir de uma aldeia ou de um núcleo de população inicial, onde a adaptação à topografia do relevo representa uma constante.

Esta forma de crescimento é designada por alguns autores como crescimento orgânico⁶⁰², por se tratar de uma forma de expansão natural, de crescimento espontâneo⁶⁰³, precisamente porque se trata de uma modo livre de desenvolvimento, muito embora, independentemente do designativo, a característica que mais se destaca do ponto de vista morfológico, seja a produção de tramas viárias irregulares⁶⁰⁴.

Na verdade, a lógica da centralidade e os constrangimentos do sítio aparecem como factores determinantes no processo colectivo e progressivo da constituição da malha urbana espontânea, sendo visíveis na importância da convergência dos fluxos e das vias maiores para um ponto fulcral (praça central, portas ...) e no carácter casual que o local oferece⁶⁰⁵.

A principal característica do plano irregular é o domínio das iniciativas individuais e fragmentadas nos processos de construção da cidade, em resultado

⁶⁰¹ Tal como já foi referido, esta situação ocorreu em algumas ampliações realizadas no século XIX, como aconteceu na Cidade Linear de Madrid, nas ampliações de Barcelona, projectadas por I. Cerda, ou na Lisboa Pombalina.

⁶⁰² Morris 1992.

⁶⁰³ Panerai et al. 1983.

⁶⁰⁴ Capel 2002.

⁶⁰⁵ Allain 2005.

do próprio desenvolvimento natural, que pode ocorrer em diferentes momentos do vida da cidade, podendo encontrar-se presente desde a sua origem, ou caracterizar os momentos de expansão posterior, onde se podem registar a incorporação de bairros, aldeias ou outros núcleos, podendo, também eles, ter iniciado um processo de expansão.

Como já referimos anteriormente, a forma de crescimento espontâneo e o plano irregular foram normais nas primeiras cidades, pautando o crescimento de muitas das grandes cidades, como Atenas, Roma, Londres, Madrid, Paris ou Lisboa, caracterizando actualmente grande parte dos centros históricos das cidades actuais com origem medieval, podendo ser identificados na maioria das cidades históricas, quer sectorialmente, quer na totalidade da área da cidade.

Por tudo isto, a imagem de irregularidade do plano urbano deve ser analisada com detalhe, muito embora a composição formada por distintas partes que se sobrepõem denuncie, geralmente, um crescimento não planificado, sendo igualmente verdade que a sua aparente irregularidade pode resultar de um crescimento planificado.

Pese embora o facto dos traços de crescimento espontâneo e do plano irregular originário poderem desaparecer devido a regularizações posteriores ou a processos de renovação, existem elementos que tendem a perdurar fossilizados na paisagem, designadamente o sistema de parcelamento e o sistema viário, facto que possibilita reconstruir os processos de crescimento das cidades e a sucessão de formas urbanas que os caracterizou.

6.2.1 O crescimento através dos caminhos

Um dos modos característicos da expansão das cidades está associado à urbanização dos caminhos, na maioria dos casos, preexistentes, normalmente antigas vias de comunicação. De facto, o crescimento espontâneo realizado ao longo dos caminhos é visível em diferentes momentos históricos, ainda que o plano irregular seja mais característico de alguns momentos, designadamente, do crescimento medieval e das ampliações ocorridas na Idade Moderna. Trata-se de uma expansão natural, de iniciativa individual e fragmentária, que pode ter ocorrido

em diferentes momentos, durante longos períodos de tempo e de acordo com as próprias necessidades de cada cidade⁶⁰⁶.

Com efeito, os caminhos ou as estradas possuem condições vantajosas, desde logo, no que se refere à acessibilidade do solo e à edificação nas suas margens, para realizar a expansão das cidades, resultando esta, geralmente na conversão do caminho em rua, a partir do sistema viário urbano.

Porém, esse crescimento pode ser descontínuo, na exacta medida em que estes caminhos podem resultar da articulação com aglomerados exteriores, como seja uma aldeia ou um bairro residencial, estando neste caso na presença de uma organização mais global do território⁶⁰⁷.

O crescimento espontâneo das cidades decorre da integração destes elementos periféricos na área urbana, através da iniciativa dos proprietários do solo rústico, cujos terrenos se situam nas margens dos caminhos e onde se erguem as suas casas, podendo igualmente resultar da acção de subdivisão de quintas em parcelas, posteriormente construídas, circunstâncias que originam a irregularidade dos planos das áreas suburbanas⁶⁰⁸.

No crescimento periférico das cidades, que se opera ao longo dos caminhos, encontramos o predomínio pequena parcela, estreita e desenvolvida em profundidade, destinada preferencialmente ao uso residencial, edificada na parte anexa à rua, mas destinada ao cultivo e a anexos nos fundos. As parcelas de maiores dimensões puderam albergar hospícios, igrejas, mosteiros ou complexos artesanais.

Os sectores de crescimento periférico da cidade podem ter sido consolidados em momentos distintos, podendo mesmo organizar-se somente em meados do século XIX, quando se iniciou a fase de crescimento urbano mais intenso e a industrialização das cidades, que afectou, sobretudo, a sua periferia. Nos últimos séculos, assiste-se à propensão para ampliar e regularizar os caminhos e ruas suburbanas através de normas de alinhamento, do preenchimento intersticial das áreas livres não construídas, da abertura de ruas transversais e da delimitação de quarteirões e de acesso aos edifícios. Estas alterações tiveram consequências inevitáveis ao nível do parcelamento anterior.

⁶⁰⁶ Capel 2002.

⁶⁰⁷ Panerai *et al.* 1983.

⁶⁰⁸ Capel 2002.

6.2.2 Núcleos e bairros periféricos

As cidades expandiram-se igualmente através da assimilação de núcleos, bairros, paróquias, aldeias periféricas, ou outros espaços situados na periferia do centro urbano, também eles desenvolvidos de forma espontânea, tendo passado a integrar os núcleos urbanos em momentos muito variados da sua história.

A população das cidades flutuou ao longo dos tempos históricos, muito embora todas elas se tenham debatido em algum momento do seu percurso com o problema de falta de espaço para alojar a população, favorecendo o crescimento dos subúrbios, que pode ter tido origem em processos de parcelamento privados legais ou na autoconstrução.

De facto, a escassez de habitações nos centros urbanos condicionou a proliferação da construção em sectores extramuros, sobretudo destinada a grupos sociais mais desprivilegiados, erguida, na maioria das vezes, sem qualquer controlo ou supervisão e sem condições de salubridade⁶⁰⁹.

O crescimento de núcleos de construção periférica dá origem a uma morfologia específica onde as parcelas são muito pequenas, as ruas mais estreitas e sem asfalto, as casas rudimentares e de estrutura muito frágil, sendo construídas com matérias frustres (restos), possuindo geralmente um só piso, com uma elementar divisão em quartos, tendo, por vezes, um pátio interior⁶¹⁰.

Actualmente, encontramos ainda em muitas cidades esta tipologia de habitações, podendo a sua origem remontar a períodos antigos, tornando-se igualmente muito frequentes a partir dos finais do século XIX.

7. Conclusão

A morfologia das cidades históricas constitui o resultado de diferentes formas de crescimento urbano e o reflexo de uma complexa evolução cultural, económica e social dos centros urbanos, que lhes conferiu identidades próprias, originando, também, áreas com características formais e funcionais diferenciadas.

Em termos empíricos podemos considerar que o estudo das formas urbanas assenta em dois tipos de análise. Um deles consiste no estudo da estrutura

⁶⁰⁹ Como aconteceu com os bairros de operários construídos em consequência da industrialização das cidades.

⁶¹⁰ Capel 2002.

urbana, designadamente no que se refere à identificação, definição e caracterização dos diferentes planos que se sedimentaram no espaço.

Os procedimentos para a concretização desse objectivo passam pela definição e análise do tipo de plano urbanístico, do tipo de ruas e praças, bem como dos quarteirões e parcelas em que estes se subdividem, atendendo à forma e função do parcelamento, que traduz a estrutura de ocupação do solo. Este tipo de abordagem baseia-se na análise do plano actual da cidade e na valorização de diferentes fontes, designadamente, as materiais, como sejam as evidências físicas conservadas à superfície, ou as recuperadas por via arqueológica, as fontes cartográficas, as iconográficas e as histórico – documentais. O cruzamento da informação fornecida por esta panóplia de fontes permite elaborar uma leitura dinâmica e diacrónica das formas urbanas passadas.

O outro tipo de análise consiste no estudo das tipologias construtivas que se encontram associadas aos diferentes planos e momentos de vida da cidade. A metodologia para o estudo da construção urbana tem por objectivo identificar, definir e caracterizar os edificados representativos dos diferentes tecidos urbanos. Ou seja, trata-se de analisar a estrutura construtiva, tendo em vista tipificá-la e correlacioná-la com as diferentes tramas urbanas e o diferencial uso do espaço.

O estudo da morfologia urbana carece de uma clara distinção entre os sectores de habitação (casario) compacta, que configuram quarteirões fechados, a edificação alinhada relativamente às ruas e as áreas de habitação (casario) aberta, que correspondem aos espaços de residência unifamiliar (onde se incluem as vivendas de luxo).

Numa cidade podemos identificar diferentes tipos de planos. Estes podem ser o resultado de um crescimento planificado ou de um crescimento natural ou espontâneo. Porém, muitas cidades que nasceram de forma planificada, podem ter conhecido formas de desenvolvimento regulares e irregulares, justapostas ou sobrepostas. Por sua vez, algumas cidades, originalmente orgânicas, conheceram mudanças e alterações com vista à sua regularização em diferentes momentos do seu percurso. Na realidade, o crescimento da cidade histórica fez-se por sucessivos e permanentes ajustes do plano, cujos traços se encontram mais ou menos preservados na estrutura das cidades actuais.

A investigação realizada neste âmbito pelas diferentes áreas disciplinares tem permitido reconhecer vários aspectos da morfologia urbana em relação com as

principais as etapas de evolução histórica da cidade, permitindo definir fases de crescimento, transformação ou recessão urbanas. De facto, independentemente da forma de crescimento e evolução da trama urbana e do plano da cidade é necessário ter em conta as fases históricas em que se produzem, os agentes implicados, bem como a adaptação da cidade, quer à topografia, quer às influências externas.

Dada a complexidade da análise envolvida no estudo da morfologia urbana, como tem sido demonstrado por vários investigadores, importa destacar que a mesma exige o cruzamento de conhecimentos de diferentes áreas do saber, sendo fundamental, igualmente, o refinamento das metodologias de análise.

**Parte II –
Introdução ao Estudo da
Morfologia Urbana de Braga**



Figura 3 – Missal bracarense de 1558 (folha de rosto)⁶¹¹

⁶¹¹ Feio 1944: 8.

1. Introdução

Sendo certo que qualquer cidade histórica se configura como um complexo palimpsesto, onde se reescreveram sucessivos cenários urbanos e no qual se conservaram elementos morfológicos de diferentes épocas, é forçoso reconhecer que a sua abordagem tem que beneficiar de múltiplos olhares e recorrer a uma panóplia diversificada de fontes, técnicas e saberes que possibilitem interligar os subtis testemunhos conservados para reuni-los numa leitura, simultaneamente, espacial e diacrónica.

Neste contexto, importa proceder a uma avaliação do modo como a cidade de Braga foi sendo percebida em diferentes momentos da sua história e paulatinamente se foi formalizando uma historiografia da cidade, na qual se inscrevem as obras dos antiquários e eruditos dos séculos XVII e XVIII, mas, também, outros contributos discursivos e as representações que foram fixando a imagem da cidade.

Constitui objectivo deste trabalho a análise da evolução morfológica de Braga entre a sua fundação romana e os inícios da época moderna. Por isso, o presente trabalho pretende, através de uma metodologia específica, analisar o processo de transformação ocorrido nos sucessivos planos que deram expressão ao espaço urbano, tentando compreendê-lo no âmbito dos factos históricos que afectaram a cidade e que se inscrevem em contextos mais gerais de evolução política, ideológica, ou cultural. Para além de uma valorização temporal da evolução urbana, importará ainda destacar os aspectos relacionados com o espaço, ou seja, com o sistema viário, com os quarteirões, as parcelas e o edificado, bem como a necessária articulação entre o plano e o uso do solo.

Tendo em vista os objectivos referidos, o estudo diacrónico da paisagem urbana de Braga, procurará reunir, cruzar e interpretar um variado conjunto de informações, de modo a objectivar uma interpretação dos principais momentos e características morfológicas da cidade, nas etapas que precederam a Idade Moderna.

Para o efeito serão usados os vestígios recuperados pelos trabalhos arqueológicos realizados na cidade, as fontes documentais e as representações cartográficas e iconográficas disponíveis, bem como as marcas físicas impressas

na paisagem urbana ao longo das sucessivas ocupações⁶¹², que são ainda hoje perceptíveis. Do mesmo modo, este trabalho fará uso do património edificado actual entendido como vestígio material e documento histórico que pode ser estudado segundo as técnicas da Arqueologia da Arquitectura. Na verdade, a evolução do espaço urbano bracarense permitiu a fossilização de algumas marcas morfológicas significativas das anteriores cidades (romana, medieval e moderna), designadamente, ao nível do traçado viário, das parcelas, dos quarteirões e do edificado, que, só por si, representam um importante elemento para a análise diacrónica das transformações e do crescimento ocorridos.

Nesse sentido, para além das fontes já referidas, foi realizado um levantamento de alguns quarteirões e respectivas parcelas da cidade, tendo em vista caracterizar o processo de transformação destes elementos da morfologia urbana, bem como os vestígios conservados de equipamentos reutilizados no edificado actual.

Assim, a cidade de Braga constitui um laboratório de investigação por excelência para o estudo das transformações urbanísticas que as cidades históricas conheceram ao longo da sua existência.

Por tudo isto, este trabalho desenha-se como um exercício metodológico de análise morfológica mas, também, como uma grande viagem ao passado de Braga, desde a época romana até à Idade Moderna.

Porém, o estudo da evolução urbana é sempre um difícil desafio, pois, para além da manipulação de diferentes fontes, técnicas e saberes, exige um programa de investigação bem estruturado que faça uso de uma metodologia fiável.

Qualquer trabalho que tenha em vista a abordagem do processo dinâmico da evolução de uma cidade deve, desde logo, ter em conta os aspectos geográficos e temporais relacionados com a sua génese. Na verdade, o meio físico onde a cidade se implanta actua como uma variável condicionante na hora de implementar o plano urbano, enquanto que este é sempre devedor do contexto cronológico, político e cultural da sua criação, pois cada época histórica conformou diferentes concepções de organização e planificação do espaço.

Uma vez analisada a génese da cidade torna-se fundamental avaliar a diacronia dos distintos momentos que pautaram o seu processo de evolução, assim como os factores que originaram ou contribuíram para a transformação ou

⁶¹² Onde se incluem os caminhos ou as ruas, as parcelas e quarteirões, as curvas de nível, entre outros.

evolução⁶¹³ das sucessivas tramas urbanas. Deste modo, o estudo da dinâmica inerente às mutações morfológicas das cidades implica compreender as características dos traçados anteriores, uma vez que cada época reutiliza e constrói as suas cidades sobre elementos preexistentes. Neste processo de análise, é igualmente indispensável valorizar os aspectos relacionados com a função e/ou o papel desempenhado pelos centros urbanos, com reflexo na sua morfologia.

O estudo empírico da morfologia urbana pressupõe a abordagem da interacção de três variáveis importantes, constituídas pelo plano e por todos os elementos que o compõem (ruas, praças, parcelas e quarteirões), pelo edificado e pelo uso do solo. Por isso, é necessário olhar a trama urbana tendo em linha de conta a estrutura de ocupação do solo, mas, também, as diferentes tipologias construtivas que lhe estão associadas e a funcionalidade dos espaços, uma vez que estas variáveis representam elementos orientadores na análise e compreensão da paisagem urbana⁶¹⁴.

Por conseguinte, o estudo e a avaliação da evolução urbanística da cidade de Braga envolve, por um lado, a georeferenciação e interpretação das evidências arqueológicas que, de forma fragmentada, fornecem vestígios materiais sobre o espaço edificado, as construções, as técnicas e os materiais utilizados, bem como as actividades aí desenvolvidas e, por outro, uma recolha sistemática dos documentos relativos à história da cidade, susceptíveis de fornecerem dados que permitem adiantar hipóteses interpretativas acerca das formas urbanas que a cidade conheceu em termos diacrónicos e sincrónicos.

2. Historiografia de Braga

A narrativa histórica de Braga possui uma longa tradição que entronca em diversas obras, tendo sido produzida em diferentes tempos, por antiquários e eruditos que se preocuparam com o seu passado, legando-nos, importantes testemunhos⁶¹⁵. Com efeito, a história da cidade foi sendo construída por aqueles que reinterpretaram as obras passadas, acrescidas de novas informações, sobretudo obtidas pela Arqueologia e pela reinterpretação das fontes⁶¹⁶.

⁶¹³ O conceito fundamental subjacente ao estudo das cidades é precisamente a forma de crescimento da cidade, ou seja, compreender como é que a cidade se transforma em si mesma (Capel 2002; Mumford 2004; Morris 1992; Panerai et al. 1983).

⁶¹⁴ Villagrasa Ibarz 1991.

⁶¹⁵ Martins 1991-92; 1992-93.

⁶¹⁶ Martins 1991-92; 1992-93.

Muito embora grande parte das obras escritas nas últimas décadas tenham sido produzidas com objectivos e orientações metodológicas académicas diferentes das primeiras monografias eruditas, os princípios que norteiam a produção dos dois tipos de trabalhos permanecem os mesmos: deixar um registo escrito do que se sabe e descobre sobre a cidade, na tentativa de sublinhar a sua identidade e salvaguardar o seu património.

No que respeita ao estudo da evolução morfológica da cidade sublinha-se o crescente diálogo entre o que foi sendo escrito ao longo dos tempos e as novas interpretações realizadas com base em contributos interdisciplinares.

Muito embora as primeiras narrativas de conjunto sobre Braga remontem ao século XVII existem algumas fontes escritas, de carácter histórico geral, onde a cidade aparece referida desde a sua fundação romana. No entanto, não dispomos de documentação histórica ou literária directa, acerca de *Bracara Augusta*, conhecendo-se sobre ela, apenas relatos pontuais e indirectos, como sejam os que se encontram presentes nas obras de Estrabão⁶¹⁷ e Plínio (O Velho)⁶¹⁸, ou na obra designada de “Itinerário de Antonino”⁶¹⁹. Foi este escasso conjunto de relatos que permitiu aos antiquários formalizar uma primeira interpretação sobre as origens da cidade romana e sobre a sua importância no contexto do NO Peninsular, muito embora tenham usado, também, alguns vestígios materiais de construções romanas conservados, descobertos na cidade e arredores, que procuravam interpretar com base nos conhecimentos da época.

⁶¹⁷ Estrabão era grego. Viveu entre a última metade do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C., e foi o autor da obra *Geographia*. Para a região correspondente ao actual território português Estrabão descreve os povos que aqui residiam antes da chegada dos romanos, destacando os Lusitanos, mas, também, as lutas travadas entre os romanos e os povos autóctones. Destas descrições destacam-se as referências às manobras militares do cônsul romano Décio Júnio Bruto, na região a norte do Douro, e as lutas travadas com os *Bracari*, entre 138-136 a.C.(Martins 1995).

⁶¹⁸ O naturalista Plínio (o Velho) foi Procurador da Tarraconense na época dos imperadores Flávios e utilizou os dados de Agripa, general romano ao serviço do Imperador Augusto, que teve a seu encargo a organização da Hispânia. Das informações fornecidas por Plínio destacam-se as referentes ao estatuto jurídico inicial da cidade (*oppidum peregrino*) e as que referem o facto de *Bracara Augusta* ter sido capital de convento, exercendo jurisdição sobre 24 *populi* (Tranoy 1981; Martins & Delgado 1989-90b).

⁶¹⁹ Ou *Itinerarium Antonini*, precioso documento que relata o itinerário entre as principais cidades do Império romano, indicando as estações por onde passavam as vias e as distâncias entre aquelas. Esta obra terá sido escrita no século III, muito embora a versão que chegou até à actualidade seja uma cópia realizada na época medieval.

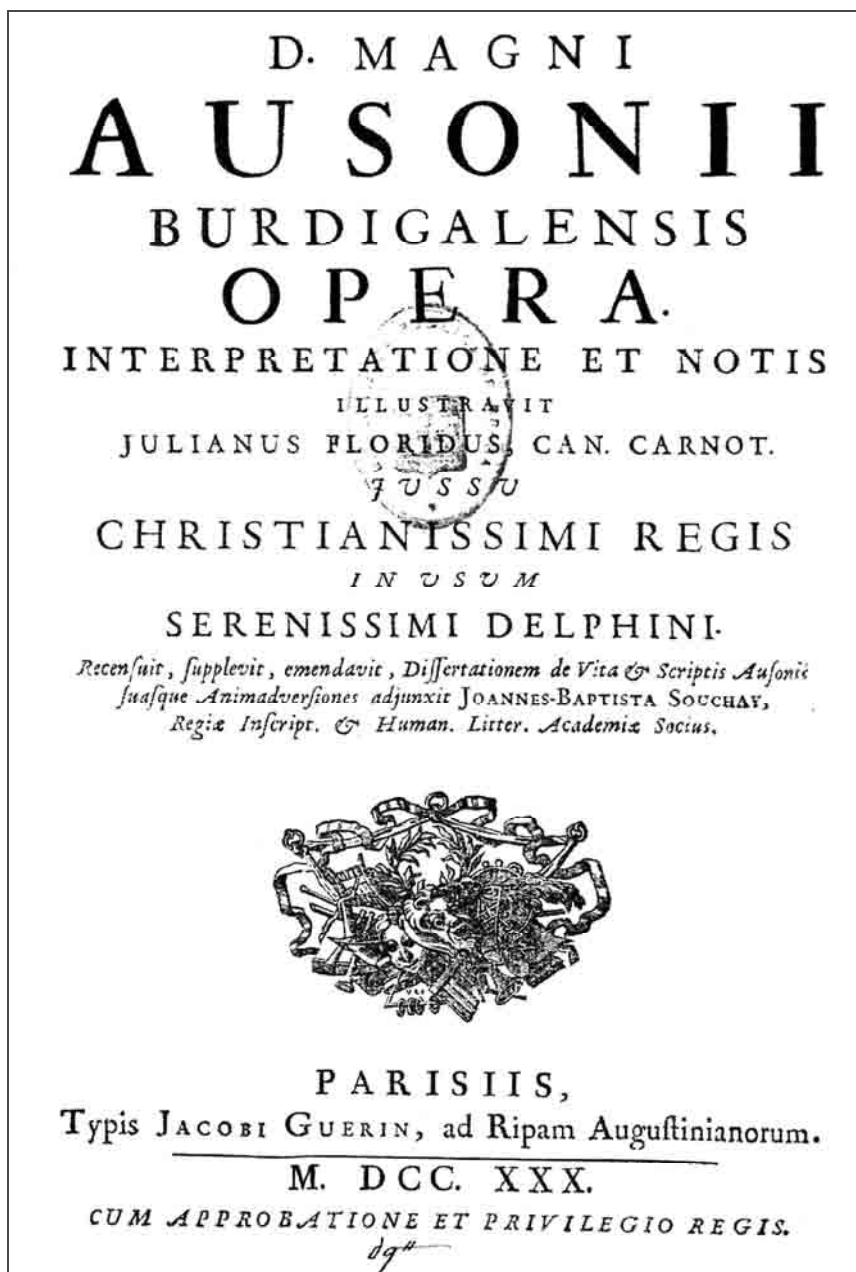


Figura 4 – D. Magni Ausoni Burdigalensis Opera (folha de rosto)⁶²⁰
 Obra editada por Juliano Carnet em 1730

Clara mihi post has memorabere nomen Hiberum,
 Hispalis [vel Emerita], aequoreus quam praeterlabitur amnis,
 submittit cui tota suos Hispania fasces.
 Corduba non, non arce potens tibi Tarraco certat
 quaeque sinu pelagi iactat se Bracara dives.⁶²¹

⁶²⁰ Lemos 1998:11.

⁶²¹ Poema de Ausônio, onde o autor se refere à cidade de *Bracara Augusta*, disponível em http://www.intratext.com/IXT/LAT0574/_P9R.HT (consultado às 12h, do dia 22 de Dezembro de 2006).

A grandeza e monumentalidade da *urbs*, nos séculos IV e V, podem ser avaliadas a partir das referências feitas pelos homens que a conheceram ou dela ouviram falar. Uma destas alusões encontra-se no poema *Ordo Vrbiium Nobilium*⁶²², da autoria do poeta e retórico, Décimo Magno Ausónio⁶²³, dedicado às vinte cidades mais ricas e nobres do Império, em cujo rol se inclui *Bracara Augusta*. Nesse poema, o autor caracteriza e hierarquiza as cidades romanas do século IV, começando, obviamente, com Roma⁶²⁴, colocando Braga em décimo quarto lugar, classificando-a como “*Bracara Dives*”⁶²⁵. Na verdade, a adjectivação dada à cidade constitui um dado significativo para o estudo da sua evolução morfológica, sobretudo porque se reporta a um momento tradicionalmente identificado como de crise generalizada nas cidades provinciais, permitindo-nos supor que *Bracara Augusta* era ainda, então, um activo e florescente centro urbano⁶²⁶.

Igualmente, na *Crónica*, escrita pelo bispo Idácio⁶²⁷, onde são narrados os acontecimentos do Império ocidental, entre os anos de 379-469, bem como nos relatos de Paulo Orósio, designadamente na sua obra *História Contra os Pagãos*, escrita depois de 416, encontram-se informações preciosas relativas à importância e continuidade ocupacional da cidade romana de Braga durante o período suevo, na qualidade de capital do reino. Estes autores referem-se igualmente às repercussões que a tensão entre Suevos e Visigodos gerou na cidade⁶²⁸.

Às obras referidas, podemos juntar, ainda, a descrição elaborada, algumas centúrias depois, pelo cronista árabe Abd Al-Hunim Al-Himiari, na qual se descreve que “*Esta cidade de Braga, que remontava à Antiguidade, foi uma das fundações dos romanos e uma das suas residências reais. Assemelhava-se a Mérida pela solidez dos seus edifícios e pela ordenação das suas muralhas. Está hoje inteiramente destruída e deserta: foi demolida pelos muçulmanos que expulsaram a população ...*”⁶²⁹. Muito embora, saibamos hoje, que se trata de uma afirmação que tem de ser sujeita a crítica histórica, se lhe retirarmos o presumível exagero do

⁶²² Ordem das Cidades Nobres.

⁶²³ Décimo Magno Ausónio viveu no século IV e foi um poeta latino cristão de Bordéus, que escreveu entre outras as obras *La Mosella* e *La Parentalia*.

⁶²⁴ *Prima urbes inter, divum domus, aurea Roma*, disponível em http://www.intratext.com/IXT/LAT0574/_P9R.HT (consultado às 12h, do dia 22 de Dezembro de 2006).

⁶²⁵ A seguir a Tarragona e antes de Atenas (disponível em http://www.intratext.com/IXT/LAT0574/_P9R.HT (consultado às 12h, do dia 22 de Dezembro 2006).

⁶²⁶ Lemos 1998.

⁶²⁷ Idácio foi Bispo de *Aquae Flaviae* (Chaves) e um membro muito activo contra os problemas originados com a fixação dos povos suevos na Península Ibérica.

⁶²⁸ Fontes 1992.

⁶²⁹ Borges Coelho, 1989, Portugal na Espanha Árabe, I. Lisboa, lido em (Lemos 1998: 11).

autor na sobrevalorização dos feitos narrados, torna-se claro que a cidade permanecia ainda como um importante centro urbano, mantendo ainda de pé a cerca romana tardia, o que pressupõe que a cidade conservava ainda uma apreciável extensão. Por outro lado, é admissível que as incursões muçulmanas tenham provocado danos significativos, ainda que os mesmos não tenham tido a dimensão devastadora referida pelo autor. De facto, vários manuscritos tem provado que, muito embora com uma população rarefeita, a cidade de Braga encontrava-se ocupada no século IX, tendo inclusivamente aqui sido reunido um *concilium*, uma cúria régia, onde esteve presente Afonso III, rei das Astúrias⁶³⁰.

Desde o relato oferecido pelo cronista árabe e até ao século XVI, não existem mais quaisquer escritos conhecidos que abordem directamente a cidade ou que procurem deixar testemunho acerca da sua história. Tal facto pode levar-nos a tecer duas conjecturas: uma relaciona-se com o que poderá ter sido uma eventual perda progressiva de importância da cidade, posteriormente ao século VIII e durante a época medieval; a outra relacionar-se com o facto do homem medieval não ter sentido necessidade de perpetuar, de forma escrita, as suas raízes e identidade, situação que terá que ser compreendida no contexto da sociedade medieval, em particular nos seus condicionalismo históricos e sociais. Porém, tais conjecturas poderão traduzir interpretações muito simplistas da realidade, pois, a ausência de relatos sobre a cidade, poderá ser devida a vários fenómenos conjugados.

Na verdade, o tipo de relação que se terá estabelecido entre o homem medieval e a sua cidade, teria, certamente, um carácter fortemente pragmático, acompanhado por uma perda de significado das construções romanas que pudessem ainda ser visíveis. Por sua vez, os reduzidos recursos materiais e a necessidade de protecção, terá conduzido a um progressivo desmantelamento das construções monumentais de *Bracara Augusta*, que se tornará num importante recurso para a reconstrução do novo aglomerado urbano, que entretanto se reorganizou no quadrante nordeste da anterior cidade romana, o qual deixa extra muros grande parte da mesma⁶³¹.

Porém, apesar da ausência de narrativas medievais sobre a cidade de Braga, a sociedade medieval reinicia o relato dos factos contemporâneos e dos feitos dos seus monarcas, designadamente através dos relatos dos cronistas. Entre estes

⁶³⁰ Costa 1997-2000.

⁶³¹ Martins 1991-92; 1992-93.

destaca-se, naturalmente, Fernão Lopes, considerado, por muitos, como o primeiro cronista português⁶³², autor de uma série de crónicas⁶³³, entre as quais a *Crónica de D. Fernando*⁶³⁴, na qual é referido o estado de ruína da cidade de Braga após a sua invasão pelas tropas de Castela⁶³⁵, nos finais do século XIV. Muito embora seja pouco pormenorizada, a referida descrição adjectiva alguns elementos urbanísticos, designadamente, a muralha medieval, que é caracterizada como um “muro baixo”, com uma só torre e a própria cidade referida, como extensa, mas mal cercada, facto que teria facilitado a sua posterior devastação pelos castelhanos.

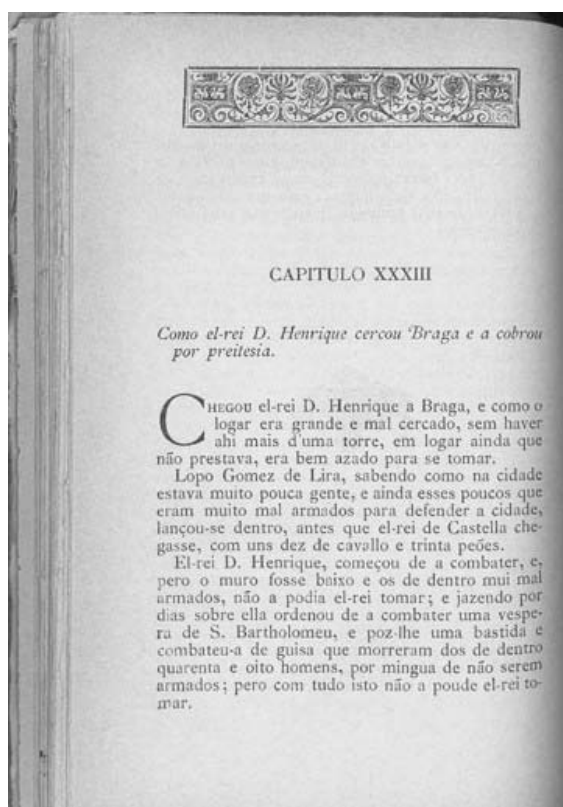


Figura 5 – Crónica de Fernão Lopes⁶³⁶

Todavia, será só a partir do século XVI que podemos considerar a existência de um verdadeiro interesse pela história da urbe, facto que desencadeou uma produção historiográfica e iconográfica de inestimável valor para o seu estudo, bem como uma postura de protecção e valorização de alguns vestígios sobreviventes da

⁶³² Os dados biográficos relativos a Fernão Lopes são escassos, sendo o seu nascimento fixado normalmente no ano de 1380 ou pouco depois e a sua morte em 1460 (Serrão 1985).

⁶³³ Fernão Lopes foi encarregado pelo infante D. Duarte de escrever as crónicas dos reis de Portugal até D. Fernando e de escrever a crónica do monarca reinante, D. João I (Serrão 1985).

⁶³⁴ A Crónica de D. Fernando relata os acontecimentos históricos mais marcantes do reinado de D. Fernando I (1345-1383), designadamente as três guerras encetadas pelo monarca com o reino vizinho (Lopes 1895-1896).

⁶³⁵ A cidade de Braga, segundo o próprio Fernão Lopes, foi ocupada e devastada pelas tropas de Henrique de Trastâmara, futuro rei Henrique II de Castela (Lopes 1895-1896).

⁶³⁶ Disponível em <http://www.bnd.pt> (consultado às 12h, 13 de Fevereiro de 2007).

antiga cidade romana. Este movimento originado pelo pensamento renascentista, terá, em Braga, como figuras principais os Arcebispos, senhores da cidade e detentores dos meios necessários para a sua realização, tendo sido iniciado por D. Diogo de Sousa (1461-1532). Este arcebispo marcou profundamente o urbanismo e a história da cidade, depois de ter realizado uma trajetória de vida e de formação extremamente avançadas para a época⁶³⁷. Tendo convivido directamente, em Roma, com o movimento renascentista, D. Diogo de Sousa soube aplicar em Braga algumas das suas ideias e características mais marcantes, que ficaram expressas, quer no plano urbano, quer no âmbito cultural.



Figura 6 – D. Diogo de Sousa⁶³⁸

Enquanto arcebispo de Braga, entre 1505 e 1532, promoveu várias modificações no urbanismo e na arquitectura da cidade, alterando significativamente a fisionomia do burgo medieval⁶³⁹, dedicando, igualmente, particular atenção à preservação de elementos relacionados com a anterior cidade

⁶³⁷ A obra realizada por D. Diogo de Sousa em Braga é bem conhecida e foi tema de inúmeros trabalhos (Costa 1993; Bandeira 2000a; 2006; Maurício 2000).

⁶³⁸ Bandeira 2000a: 55.

⁶³⁹ Como abordaremos na Parte III, ponto 4, deste trabalho.

romana. De entre as iniciativas tomadas destaca-se a reunião no Campo de Santa Ana⁶⁴⁰ de uma colecção de lápides, recolhidas na cidade e arredores e de miliários, procedentes das vias romanas que saíam da cidade. A obra realizada por D. Diogo de Sousa foi valorizada e descrita pelos arcebispos que lhe sucederam e que, à sua semelhança, procuraram sublinhar e preservar a identidade da cidade⁶⁴¹.

Será igualmente no século XVI que se produziu a primeira ilustração iconográfica conhecida para Braga. Trata-se de uma fonte extraordinária, profundamente ilustrativa das reformas urbanísticas realizadas por D. Diogo de Sousa, mas, igualmente válida para o estudo da forma urbana da Braga medieval, que ficou conhecido, como *Mapa de Braunio*.

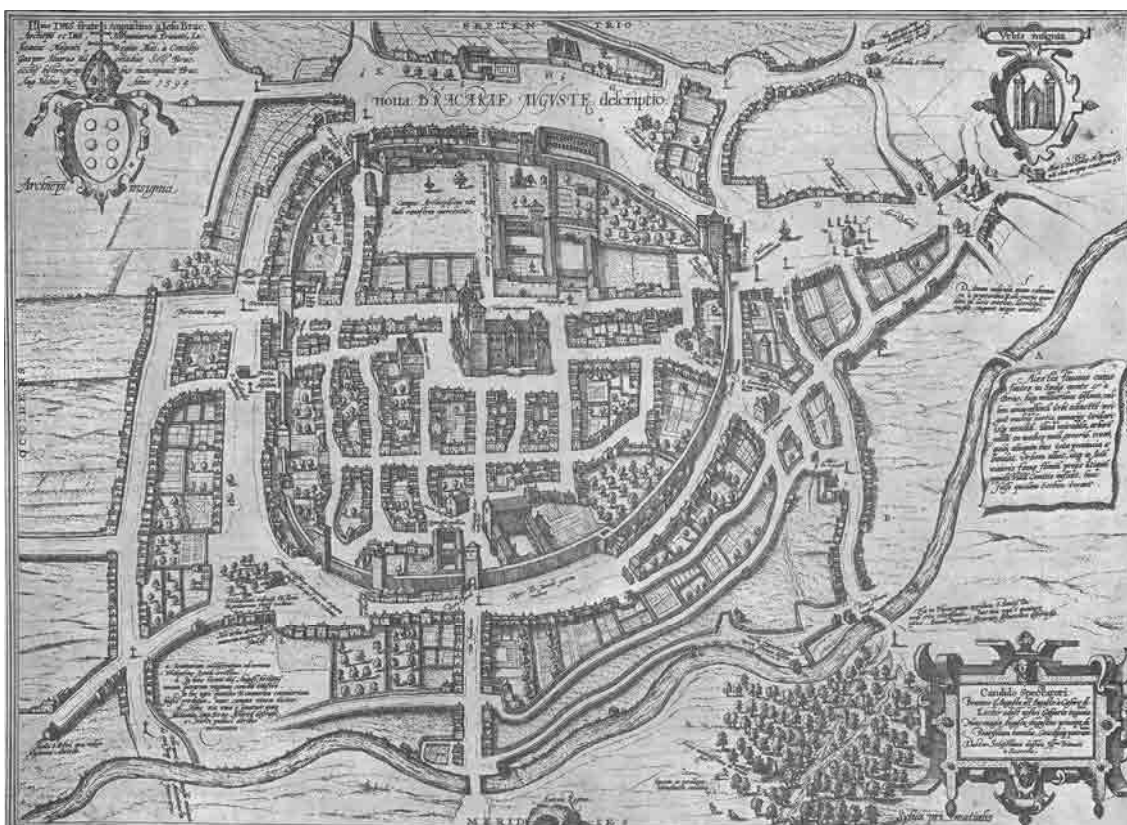


Figura 7 – *Mapa de Braunio* (1594)

Esta iconografia, datada de 1594, consiste na primeira representação global do plano urbano da cidade, conformando uma imagem ilustrativa da Braga quinhentista⁶⁴², onde se encontram assinalados alguns espaços da cidade romana,

⁶⁴⁰ O Campo de Santa Ana, mandado abrir por D. Diogo de Sousa, corresponde actualmente à Avenida Central, localizada entre a Arcada e a Igreja da Senhora-a-Branca.

⁶⁴¹ Designadamente, a obra do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha (Cunha 1634-35), mas, também, a de José Augusto Ferreira (Ferreira 1928-1934).

⁶⁴² O *Mapa de Braunio* será objecto de uma análise aprofundada no decurso deste trabalho e integra o Anexo IV.

designadamente, o *forum*, ou as principais vias que ligavam Bracara Augusta ao exterior.

À semelhança do que aconteceu um pouco por toda a Europa, o espírito colecionista e antiquarista ganha forma em Portugal pelas mãos dos humanistas, destacando-se neste processo, personagens como João de Barros (1496-1570), André de Resende (150?-1573) e Jorge Cardoso (1606-1669).

João de Barros foi autor, entre outras obras, da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, conjunto de manuscritos que esboçam o retrato geográfico da região norte do país, onde é feita uma descrição da cidade de Braga no século XVI⁶⁴³. Nela se incluem informações relativas à muralha medieval fernandina, sendo esta descrita como um bom muro que possuía cinco grandes torres, bem como ao castelo medieval e à torre de menagem⁶⁴⁴.

Por sua vez, André de Resende⁶⁴⁵ foi autor de numerosos manuscritos em latim e português, sendo considerado, por muitos, como o precursor da arqueologia portuguesa, dedicando-se de forma particular ao estudo dos monumentos epigráficos, onde se incluem alguns da região de Braga, compilados na sua obra de referência, intitulada *Antiquitatibus Lusitaniae*⁶⁴⁶, publicada em 1593, já depois da sua morte⁶⁴⁷.

Um dos momentos altos da cultura portuguesa seiscentista ficou a dever-se à publicação da obra o *Agiológico Lusitano* de Jorge Cardoso⁶⁴⁸. Pese embora os propósitos religiosos com que foi elaborado, abordando exaustivamente o fenómeno da santidade em Portugal, este trabalho constitui um importante documento de consulta para numerosos aspectos da vida social, económica e cultura da generalidade do país⁶⁴⁹, e de Braga em particular.

⁶⁴³ Barros 1919.

⁶⁴⁴ Barros 1919: 56, lido em Marques 1986: 11.

⁶⁴⁵ André de Resende passou grande parte da sua vida no estrangeiro onde adquiriu formação e produziu algumas das suas obras. Em 1533 regressa a Portugal onde dá continuidade à sua actividade intelectual.

⁶⁴⁶ Antiquidades da Lusitânia.

⁶⁴⁷ Resende 1593.

⁶⁴⁸ Cardoso 1652-1666.

⁶⁴⁹ Esta obra ficou incompleta, tendo sido parcialmente continuada no século XVIII por D. António Caetano de Sousa (Fernandes 1996).

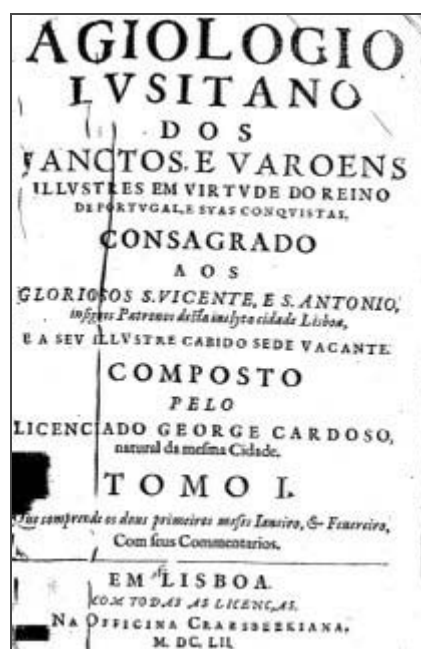


Figura 8 – O Agiológio Lusitano⁶⁵⁰

Esta tendência antiquarista será particularmente adoptada em Braga pelos arcebispos que, imbuídos de um espírito coleccionador de objectos e relíquias do passado, irão reunindo os vestígios que se encontravam dispersos, dedicando-se, simultaneamente, à sua descrição em obras eruditas, tendência que se converteu numa prática, mais ou menos continuada. Estas obras constituem um acervo informativo sobre variados aspectos da cidade antiga, entre os quais importa destacar aqueles que se referem à morfologia da cidade. Os dados proporcionados por tais obras podem ser agrupados em três categorias: uma integra os vestígios materiais então ainda visíveis, pertencentes às cidades anteriores, como destaque para alguns elementos pertencentes à cidade romana; a outra inclui os relatos descritivos de memórias relacionadas com aspectos morfológicos, como seja o perímetro das muralhas; por fim, uma terceira categoria inclui as descrições que se relacionam com o espaço construído na época que as obras referidas foram elaboradas⁶⁵¹.

⁶⁵⁰ Fernandes 1996: 67.

⁶⁵¹ A estas, poderíamos ainda acrescentar a literatura de viagens, entre a qual destacaríamos as obras de Camilo Castelo Branco, designadamente as *Novelas do Minho*, 12º título da Coleção *Obras de Camilo Castelo Branco*, recentemente publicada pelas Edições Caixotim (2006).

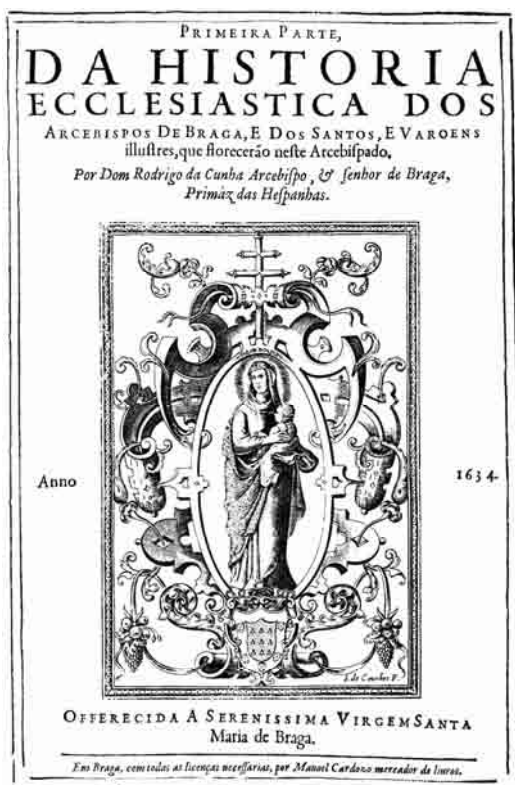


Figura 9 – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte I

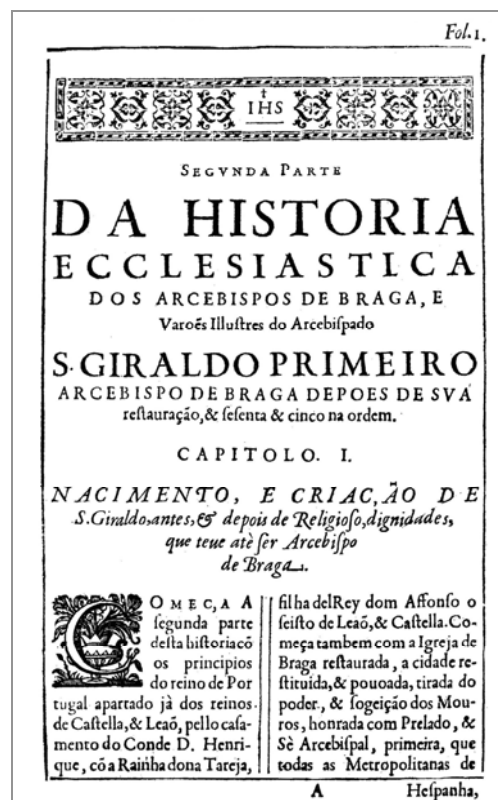


Figura 10 – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, frontispício da parte II

A primeira história geral sobre a cidade, intitulada *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*⁶⁵², da autoria do arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1627-1635), constitui a primeira síntese histórica de Braga. Nela, o autor analisa a evolução da cidade, desde o período da sua fundação até à Alta Idade Média, procurando compilar os relatos e vestígios materiais mais antigos, analisando as opiniões da época acerca das origens e dos fundadores da primitiva *urbs*, bem como os acontecimentos e personagens históricos mais marcantes da vida da cidade. Apesar de algumas incorrecções e lacunas, que actualmente sabemos existirem nesta obra, ela constitui um precioso contributo para o estudo de Braga. Aí encontramos informações pontuais, mas muito significativas sobre a localização das áreas onde se situavam alguns equipamentos da cidade romana, então ainda visíveis, como seja o caso do anfiteatro que se situava junto à Igreja de S. Pedro de Maximinos, descrito “*como meio circulo lugar, onde estava o amphiteatro, em que os Bracharenses ao modo Romano celebravão suas festas*”⁶⁵³. A referida obra fornece, também, informações relevantes acerca da condição da cidade, enquanto

⁶⁵² Cunha 1634-35, publicada em dois volumes, respectivamente em 1634 e 1635.

⁶⁵³ Cunha 1634-35: 10.

capital do reino suevo ou, relativas aos edifícios sobreviventes às destruições efectuadas pelos Muçulmanos, como as igrejas de S. Pedro de Maximinos e S. Vítor, o mosteiro de S. Martinho de Dume e São Frutuoso.

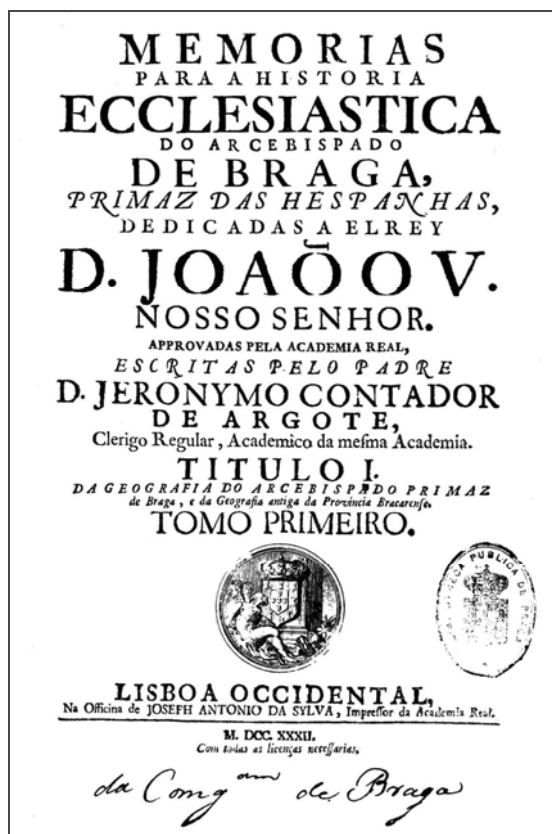


Figura 11 – História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga, frontispício do vol. I

No século XVIII, também pelas mãos de um religioso, Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), foi elaborada uma segunda história da cidade, intitulada *Memórias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas*⁶⁵⁴, dividida em quatro volumes. Em 1728, o autor publicou ainda *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*⁶⁵⁵. Ao ilustre clérigo, se ficou a dever o conhecimento de uma significativa colecção de numerosos vestígios encontrados em diversos pontos da antiga cidade e arredores, a interpretação e descrição de ruínas e inscrições, mas, também, a primeira delimitação do perímetro da cidade romana, com base nas evidências ainda perceptíveis da sua muralha.

Com o título de *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, António Carvalho da Costa deu à estampa uma obra onde são

⁶⁵⁴ Argote 1732-34.

⁶⁵⁵ Argote 1728.

descritas com detalhe topográfico inúmeras localidades portuguesas, entre as quais, a cidade de Braga⁶⁵⁶.



Figura 12 – Corografia portuguesa ... frontispício do Tomo I

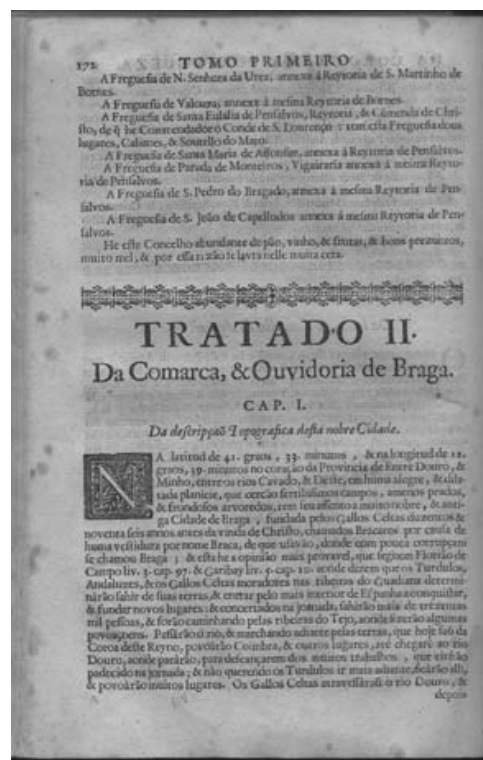


Figura 13 – Corografia portuguesa... Cap. I – Braga

Merece destaque o facto destas primeiras grandes sínteses históricas de Braga revelarem uma preocupação marcante relativa às reminiscências do passado, bem como uma consciência nostálgica da necessidade da sua preservação, reflexo do espírito iluminista que se instala na época, igualmente presente em obras subsequentes.

A introdução tardia deste movimento cultural em Portugal, já no século XVIII, tendo como principais precursores homens ligados à corte, contribuiu como pano de fundo para a alteração de alguns aspectos significativos da sociedade portuguesa, designadamente, para a realização de reformas políticas, económicas e sociais, para a reorganização do ensino, mas, também, para a reestruturação do

⁶⁵⁶ Costa 1706-1712.

panorama científico e cultural, originando a criação de academias⁶⁵⁷, que passam a liderar o cenário cultural e científico da época.



Figura 14 – *Restituet omnia* – ilustração de Vieira Lusitano de 1699-1783⁶⁵⁸

De entre a panóplia de actividades e obras produzidas merecem particular destaque, no contexto deste trabalho, as realizadas pela Real Academia de História

⁶⁵⁷ A Academia Real de História foi fundada em Lisboa, em 8 de Dezembro de 1720, por decreto de D. João V, sob a máxima *Restituet omnia*. Era constituída por 50 académicos que ficaram encarregues de escrever a História eclesiástica, militar e civil do país, tendo sido extinta no ano de 1776. Apesar da curta vida desta academia, o empenho dos seus membros permitiu a produção de um conjunto de obras de significativo valor historiográfico. A Academia Real das Ciências foi fundada em 1779, com aprovação régia, sob o nome de Academia de Ciências. No ano de 1783, após reconhecida a sua utilidade pública, passa a designar-se de Academia Real das Ciências de Lisboa, desaparecendo a designação de Real com a implantação da República Portuguesa. Inserida dentro do espírito iluminista da época esta Academia tinha por propósito contribuir para o progresso através da aplicação de novos conhecimentos, sendo um dos seus principais objectivos a Educação. Actualmente esta academia continua em actividade e possui uma página electrónica disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e31.html> (consultada às 11h, do dia 05 de Dezembro de 2007). A Arcádia Lusitana foi uma academia literária, fundada em 1757 e extinta em 1776. A Nova Arcádia surgiu em substituição da extinta academia Arcádia Lusitana, integrando nomes como Bocage, tendo sido, igualmente, extinta em 1794.

⁶⁵⁸ Disponível em <http://purl.pt/12412> (Consultado às 12h, do dia 23 de Maio de 2006).

Portuguesa,⁶⁵⁹ designadamente, a que Jerónimo Contador de Argote dedica a Braga⁶⁶⁰, bem como o *Dicionário Geográfico*, do Padre Luís Cardoso⁶⁶¹, obra de referência nacional, muito embora incompleta. De facto, à semelhança do que acontecia noutros estados modernos europeus, também Portugal teve necessidade de centralizar e controlar o território, através de operações cadastrais e inquéritos lançados à escala nacional. Assim, para além do já referido *Dicionário Geográfico*, cabe igualmente destacar as *Memórias Paroquiais*⁶⁶², de 1758, que traduzem os resultados de um inquérito paroquial, num esforço liderado pelo governo para obter informações acerca do território português, onde se incluem naturalmente as freguesias do distrito de Braga⁶⁶³.

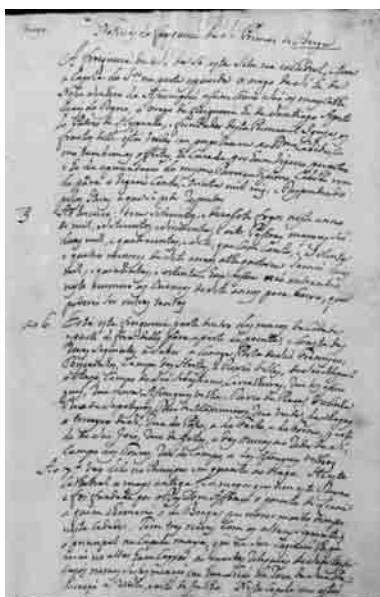


Figura 15 – Memórias paroquiais de 1758 (Folha referente a Braga)⁶⁶⁴

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a cidade será brindada com novas produções iconográficas. No século XVII foi produzido um mapa recentemente publicado⁶⁶⁵ e a

⁶⁵⁹ Entre as quais se destacam a obra de Jerónimo Contador de Argote, de 1747, intitulada *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado da Guarda*. 3 vols. Lisboa; a de Diogo Barbosa Machado, entre 1736 1751, *Memórias para a História de Portugal* ou a obra de Pedro Monteiro, entre 1749 e 1750, *História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas Conquistas*.

⁶⁶⁰ Argote 1732-34.

⁶⁶¹ O *Dicionário Geográfico* foi um projecto iniciado pelo padre Luís Cardoso, com a publicação de apenas dois volumes, entre 1747 e 1751. Porém, após a interrupção provocada pelo terramoto de Lisboa, em 1755, este projecto foi retomado, em 1758, pelo mesmo autor, com base nas *Memórias Paroquiais de 1758*, conhecendo actualmente um total de 44 volumes (este dicionário encontra-se disponível em <http://ttonline.ianett.pt/> (consultado às 13h, do dia 23 de Maio de 2006)).

⁶⁶² As *Memórias Paroquiais* consistem numa colecção de inquéritos elaborados pelos párocos das diferentes freguesias do território continental, que fornecem vários tipos de informação geográfica, administrativa, demográfica, entre outras, que foram trabalhados pelos padre Luís Cardoso para a realização do *Dicionário Geográfico*, de 1758. Esta obra encontra-se disponível no site electrónico da Torre do Tombo <http://ttonline.ianett.pt/> (consultado às 13h, do dia 23 de Maio de 2006). As *Memórias Paroquiais* estão a ser reeditadas e transcritas, de forma sistemática, por José Viriato Capela.

⁶⁶³ As *Memórias Paroquiais* referentes ao distrito de Braga formam objecto de análise e publicação recente, editada em 2003 por José Viriato Capela, com o título *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista* (Capela 2003).

⁶⁶⁴ Disponível em <http://ttonline.ianett.pt/> (consultado às 13h, do dia 23 de Maio de 2006).

planta intitulada *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte*.⁶⁶⁶ No século XVIII foram elaborados dois importantes documentos para a História urbana da cidade. São eles o *Mappa das Ruas de Braga*⁶⁶⁷ e o *Mappa da Cidade de Braga Primas*.

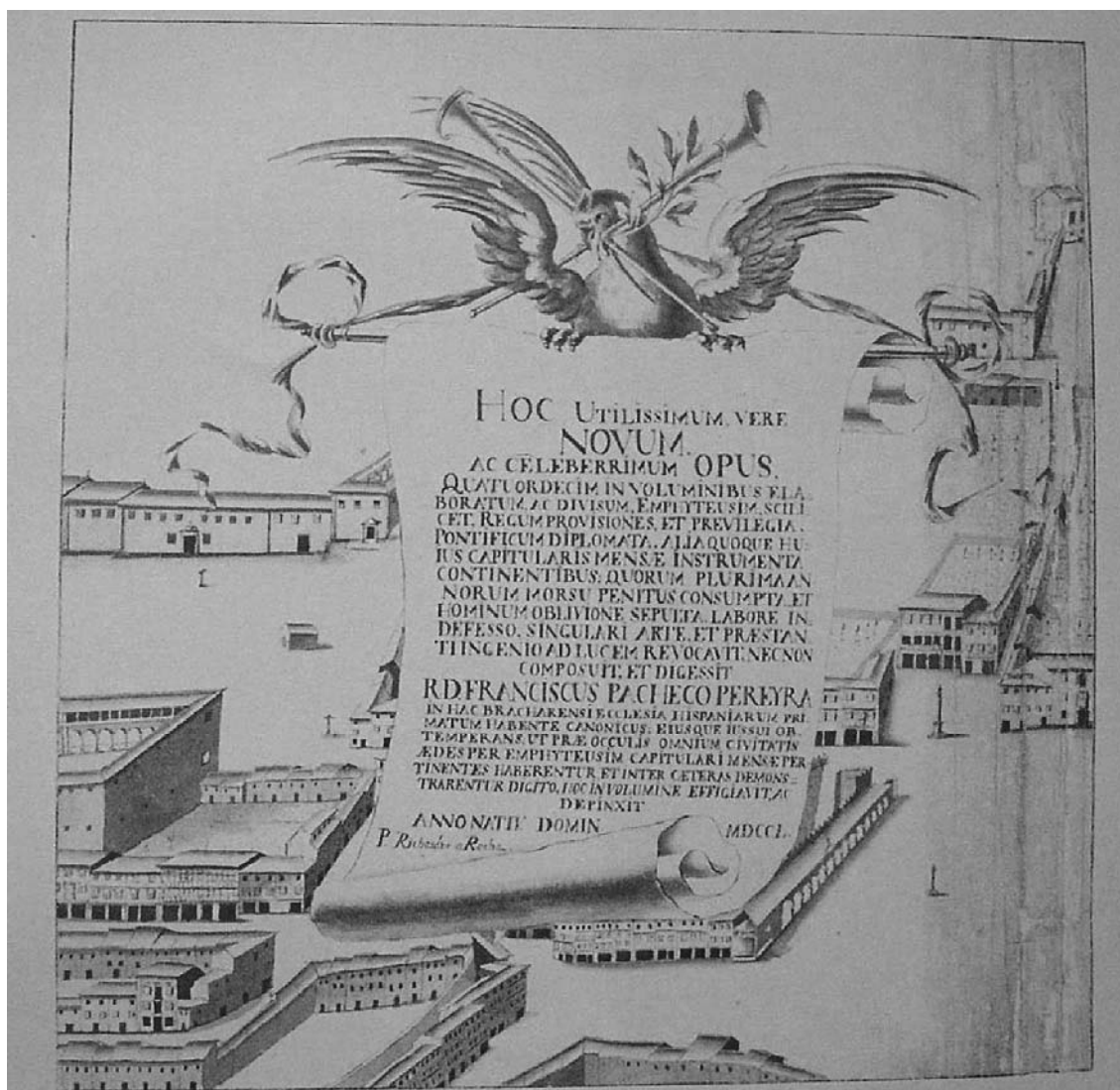


Figura 16 – Folha de rosto do Mapa das Ruas de Braga de 1750

É igualmente na conjuntura cultural do século XVIII que devemos inscrever as primeiras acções que estão na origem do Arquivo Distrital de Braga⁶⁶⁸, tendo cabido ao arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), em 1723, a primeira

⁶⁶⁵ A informação acerca da existência deste mapa foi avançada pelo professor Artur Anselmo, em 1994, tendo sido prontamente publicada por Henrique Barreto Nunes, no nº15/16 da revista *Forum*, integrando inclusivamente a página de rosto deste número da revista (Nunes 1994).

⁶⁶⁶ Esta planta foi publicada recentemente (Oliveira 2006).

⁶⁶⁷ Daqui em diante designado de MRB.

⁶⁶⁸ O Arquivo Distrital de Braga foi criado em 11 de Agosto de 1971, por decreto-lei (em <http://www.adb.uminho.pt>, consultado às 14h, do dia 12 de Janeiro de 2006).

tentativa conhecida para a organização deste fundo documental⁶⁶⁹. A este arcebispo se ficaram igualmente a dever vários esforços empreendidos na preservação e reorganização do conjunto de monumentos epigráficos reunidas por D. Diogo de Sousa, no Campo de Santa Ana. Todavia, caberá ao arcebispo D. Gaspar de Bragança, em 1769, a transferência do referido conjunto para a zona das Carvalheiras⁶⁷⁰.



Figura 17 – Imagem da Igreja de S. Sebastião, no Largo das Carvalheiras, com estelas⁶⁷¹

O espírito antiquarista aliado aos ideais nacionalistas irão nortear uma série de iniciativas, realizadas ao longo do século XIX, que procuraram recuperar e reunir novos achados epigráficos que foram sendo descobertos, mas, também, proceder à sua descrição e publicação⁶⁷². Igualmente, a cidade vai beneficiar de outras iniciativas, designadamente das tentativas de criação de um museu arqueológico⁶⁷³ e da criação da Biblioteca de Braga, em 1841⁶⁷⁴, que permitiu

⁶⁶⁹ Este arcebispo determinou que se realizasse um catálogo, sob o título *Index de alguns livros de registo e memórias de receitas e despesa*, com o objectivo de inventariar, arquivar e compilar todos os livros e documentos existentes (em <http://www.adb.uminho.pt>, consultado às 14h, do dia 12 de Janeiro de 2006).

⁶⁷⁰ Oliveira & Fernandes 1984.

⁶⁷¹ Oliveira & Fernandes 1984: 137.

⁶⁷² A este propósito merece igualmente destaque a obra *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal* da autoria de Martins Capela, publicada, em 1895, na cidade do Porto.

⁶⁷³ Oliveira e Fernandes 1984.

⁶⁷⁴ Disponível em <http://www.bpb.uminho.pt> (consultado às 14h, do dia 12 de Dezembro de 2006).

preservar alguns documentos escritos que se encontravam dispersos. Contudo, o espólio da Biblioteca Pública de Braga só passará a ser considerado com mais objectividade a partir de 1911, com a nomeação de Alberto Feio⁶⁷⁵ como seu bibliotecário.

Do leque de eruditos bracarenses interessados na história da cidade e na preservação dos vestígios do seu passado destacam-se José Joaquim da Silva Pereira Caldas (1818-1903), Albano Ribeiro Belino (1863-1906), Bernardino José de Senna Freitas⁶⁷⁶ e José Teixeira.

Pereira Caldas, ainda que inserido no espírito da sua época, foi um profícuo publicista bracarense, autor de um trabalho intitulado *Apontamentos gerais sobre os mais notáveis objectos que podem atrair as atenções de S.S. M.M. F.F., na sua viagem pelo distrito de Braga*⁶⁷⁷, que constitui uma espécie de guia do distrito, e que pretendia dar a conhecer o património cultural da capital do Minho aos monarcas portugueses na sua visita a Braga⁶⁷⁸. Neste testemunho, o autor faz menção a uma série de edifícios antigos que persistiam na cidade, destacando a sua antiguidade e a sua riqueza, entre os quais constam a Igreja da Sé Catedral, as antigas muralhas da cidade, a Fonte do Ídolo, o antigo anfiteatro romano, bem como, lápides e inscrições que se encontravam em vários pontos da cidade.

Igualmente digno de referência é o ilustre defensor da arqueologia bracarense, Albano Belino, cuja vida e obra foram quase totalmente dedicadas à preservação e divulgação do património da cidade. Para além de ter produzido uma vasta obra escrita, que inclui estudos de Epigrafia⁶⁷⁹, de Arqueologia⁶⁸⁰ e de Numismática⁶⁸¹, referentes à cidade e ao território envolvente, desde a ocupação proto-histórica até ao período medieval⁶⁸², foi um grande impulsionador na recolha e colecção dos vestígios.

Este erudito destacou-se na organização da primeira colecção significativa de materiais provenientes de *Bracara Augusta*, criando o primeiro núcleo museológico

⁶⁷⁵ Alberto Feio foi um homem igualmente preocupado com a preservação do passado da cidade de Braga, tendo publicado diversos artigos nesse sentido (Feio 1951; 1953; 1956a; 1956b).

⁶⁷⁶ Das acções realizadas por Bernardino José de Senna Freitas destacamos a publicação da sua obra *Memórias de Braga*, em 1890, composta por 5 volumes, onde o autor aborda o passado da cidade, desde as suas origens até ao seu tempo (Freitas 1890).

⁶⁷⁷ Caldas 1852.

⁶⁷⁸ A este propósito deve ainda salientar-se a proposta realizada por Pereira Caldas para a fundação do *Ateneu Arqueológico*, com o objectivo de dar a conhecer, proteger e estudar o património arqueológico, cuja inauguração oficial se realizou em 29 de Junho de 1876, mas cuja vida foi muito efémera (Oliveira & Fernandes 1984).

⁶⁷⁹ Dos trabalhos escritos realizados por A. Belino, com o objectivo de dar a conhecer a epigrafia, destacam-se (Belino 1895; 1896; 1906).

⁶⁸⁰ Belino 1900; 1905.

⁶⁸¹ Belino 1904.

⁶⁸² A este propósito pode consultar-se a Secção Albano Belino, do Museu da Sociedade Martins Sarmento, disponível em <http://www.csarmento.uminho.pt/ftp/docs/CatalogoBelinoWeb.pdf> (consultado às 19h, do dia 20 de Janeiro de 2006).

privado de Arqueologia, que pretendeu ver transformado num museu arqueológico da cidade, projecto que, todavia, não se concretizou⁶⁸³. Por isso, após a sua morte, em 1906, a sua colecção privada passou a fazer parte do acervo do Museu da Sociedade Martins Sarmiento⁶⁸⁴.



Figura 18 – Albano Belino no seu museu lapidar de Braga⁶⁸⁵

Por fim, cabe ainda destacar o papel social desempenhado por este erudito na sua luta contra a demolição da muralha medieval da cidade de Braga, iniciada em 1905. Apesar das tentativas empreendidas por A. Belino, pela população e por outros eruditos bracarenses, aquela decisão foi irreversível.

⁶⁸³ A persistência de Albano Belino na criação de um Museu de Arqueologia fez-se sentir a vários níveis, designadamente junto da Câmara Municipal de Braga que, em 1897, toma a decisão de criar um Museu nas Carvalheiras, destinado a guardar o espólio disperso pela cidade. Porém, este projecto só viria a concretizar-se em 1918 com a criação do Museu D. Diogo de Sousa, no Paço Arquiepiscopal, por iniciativa da Câmara Municipal (Oliveira 1985a).

⁶⁸⁴ A Sociedade Martins Sarmiento foi fundada pelo próprio Martins Sarmiento, no ano de 1882, na cidade de Guimarães, onde actualmente funciona. A este ilustre erudito ficamos a dever igualmente uma série de trabalhos arqueológicos, entre muitos outros que, devido à natureza deste trabalho, não podemos aqui contemplar. Porém, a juntar à excelente biblioteca, aos trabalhos de Epigrafia e de Etnografia e ao conjunto de colecções arqueológicas, destacamos os trabalhos arqueológicos realizados na Citânia de Briteiros, bem como a identificação e estudo de um vasto número de castros da zona Norte de Portugal. Sobre a vida e obra de Martins Sarmiento consulte-se <http://www.csarmiento.uminho.pt> (consultado às 15h, do dia 12 de Janeiro de 2006).

⁶⁸⁵ Belino 1909: 2.

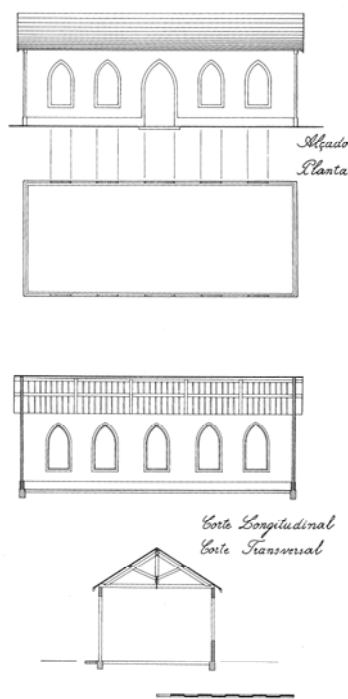


Figura 19 – Planta, alçado e corte do edifício destinado ao museu arqueológico em 1897⁶⁸⁶

Na linha de intervenção de A. Belino encontram-se os trabalhos de José Teixeira (1859-1928), designadamente o manuscrito intitulado *Planta de Braga Apontamentos arqueológicos da cidade de Braga*⁶⁸⁷, datada de 1910, pertencente à Biblioteca Pública de Braga, onde registou numerosos achados encontrados em diversos pontos da cidade, e onde se inclui a primeira planta com o primeiro traçado da muralha Roma⁶⁸⁸.

J. Leite de Vasconcelos⁶⁸⁹, um dos principais vultos da cultura portuguesa do século XIX e XX, foi autor de artigos que abordam achados arqueológicos da cidade de Braga, na revista *O Arqueólogo Português*⁶⁹⁰, fornecendo igualmente várias referências sobre a cidade na sua principal obra, as *Religiões da Lusitânia*⁶⁹¹, editada entre 1897 e 1913.

⁶⁸⁶ Oliveira & Fernandes 1984:140.

⁶⁸⁷ Teixeira 1910.

⁶⁸⁸ Este manuscrito, bem como o intitulado *Braga Antiga*, de 1912 (Teixeira 1912), foram publicados, numa compilação inédita, por Eduardo Oliveira (Oliveira 1978).

⁶⁸⁹ Leite Vasconcelos legou ao país uma obra admirável, que pode ser consultada na página electrónica do Museu Nacional de Arqueologia, em <http://www.mnArqueologia-ipmuseus.pt/> (consultado às 18h, do dia 14 de Janeiro de 2006).

⁶⁹⁰ Vasconcelos 1903; 1916; 1918; 1923-24.

⁶⁹¹ Designadamente os volumes II e III (Vasconcelos 1905; 1913).

Os materiais arqueológicos que foram sendo paulatinamente recuperados passaram a fazer parte da imprensa nacional, designadamente da *Gazeta de Lisboa* e, mais tarde, da imprensa periódica bracarense, pelo menos desde 1855⁶⁹⁴. Igualmente é de assinalar a referência de achados arqueológicos nas actas da Câmara de Braga⁶⁹⁵. Contudo, será após o aparecimento das publicações periódicas de *Arqueologia*⁶⁹⁶, nos finais do século XIX, que se passa a dispor de um registo mais sistemático das descobertas ocasionais⁶⁹⁷, ocorridas nos desaterros realizados na área envolvente da pequena cidade de Braga, onde jaziam as ruínas da cidade romana, em grande medida ainda conservadas.

O século XIX é analogamente profícuo na produção cartografia⁶⁹⁸, sendo de destacar a produção da Planta de Braga, da autoria de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, datada de 1853, à escala de 1/4000⁶⁹⁹ e o primeiro levantamento topográfico da cidade, realizado pelo engenheiro civil, Francisco Goullard, à escala 1/500, elaborado em 1883/84⁷⁰⁰.

O século XX constituiu uma centúria paradoxal para a história da cidade de Braga, marcada pela destruição de muitos vestígios arqueológicos, em virtude do crescimento urbano registado, mas, também, pela recuperação e interpretação fundamentada do seu passado.

O crescimento e a modernização da cidade, com inícios nas primeiras décadas do século XX, esteve na origem de significativas destruições, entre as quais se destaca uma parte muito significativa do castelo medieval, no ano de 1905⁷⁰¹ e as que foram realizadas, um pouco por toda a área da cidade romana, grande parte da qual ainda organizada em quintas que envolviam o núcleo urbano bracarense até há década de sessenta do século passado⁷⁰².

⁶⁹⁴ Para mais informação sobre as publicações jornalísticas de Braga, pode consultar-se (Oliveira 1985b) para o período compreendido entre 1855 e 1974.

⁶⁹⁵ Os achados registados nas actas da Câmara Municipal de Braga encontram-se publicados (Oliveira 1979).

⁶⁹⁶ Como, por exemplo, a revista "O Arqueólogo Português", publicada desde 1895.

⁶⁹⁷ Para a divulgação do passado da cidade contribuiu a revista *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, cuja publicação se inicia em meados do século XIX, sob a direcção de José Constantino Ribeiro, então arquivista do Arquivo Distrital de Braga. A este propósito pode consultar-se http://www.cm-braga.pt/html/cultura/arquivo_municipal.htm (consultado às 18h, do dia 14 de Janeiro de 2006).

⁶⁹⁸ A cartografia existente para Braga integra o Anexo IV, deste trabalho.

⁶⁹⁹ Actualmente no Arquivo Cartográfico do Exército Português.

⁷⁰⁰ Este levantamento, constituído por 32 folhas, encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Braga.

⁷⁰¹ Oliveira 1985a.

⁷⁰² Muitas das ruínas que iam aparecendo, nomeadamente mosaicos, muros, arcos ou piscinas foram destruídas (Martins 1991-92).

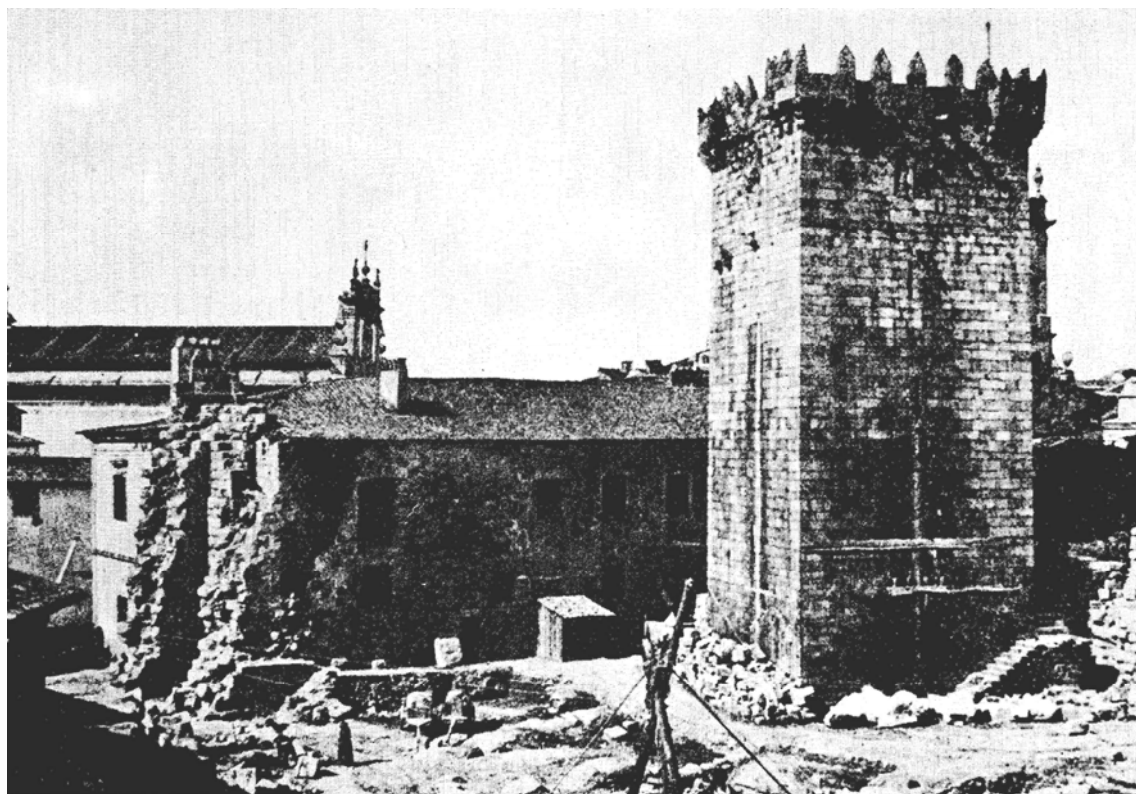


Figura 22 – Imagem da destruição da parte norte do Castelo de Braga⁷⁰³

Mau grado estas ocorrências, cabe destacar os esforços realizados na tentativa de inverter este processo, designadamente através da sua publicação e denúncia na imprensa periódica, bem como a publicação dos elementos construtivos destruídos, muito embora as referências que lhes são feitas sejam pouco precisas e descontextualizadas. Neste domínio destacam-se os artigos publicados por autores, como A. Belino e L. Vasconcelos, mas, também, os devidos a novos defensores e estudiosos do património que surgem durante o século XX. Entre eles, destacam-se Carlos Teixeira⁷⁰⁴, na década de trinta, Fernando Russel Cortez⁷⁰⁵, na década de cinquenta, o Cônego Arlindo da Cunha⁷⁰⁶ e o Cônego Luciano dos Santos⁷⁰⁷, nas décadas de sessenta e setenta. Graças à acção dos referidos cônegos muito espólio de *Bracara Augusta* foi salvaguardado e integrado

⁷⁰³ Oliveira 1985a:93.

⁷⁰⁴ Teixeira 1938; 1956.

⁷⁰⁵ Autor de algumas obras de destaque (Cortez 1951; 1951-54; 1958).

⁷⁰⁶ Grande parte da informação dada a conhecer pelo Cônego Arlindo da Cunha foi através da imprensa periódica. Estas notícias foram recolhidas e compiladas por H. Barreto Nunes e Eduardo Oliveira (Nunes & Oliveira 1988). E. Oliveira compilou, igualmente, inúmeros trabalhos publicados pelo autor (Oliveira 1982). O cônego Arlindo foi ainda o principal responsável pela criação do Boletim Cultural de Etnografia e História intitulado *O Distrito de Braga*, bem como seu director, conjuntamente com José Baptista Barreiros e José Augusto da Silva Pinto.

⁷⁰⁷ O Cônego Luciano dos Santos foi o fundador dos Museus Pio XII, em 1957.

em vários museus, entretanto aparecidos em Braga, como o Museu dos Biscainhos, Pio XII e o Museu da Sé Catedral⁷⁰⁸.



Figura 23 – Cônego Arlindo da Cunha em visita às escavações⁷⁰⁹

O Museu Arqueológico de D. Diogo de Sousa, criado pelo município, em 1918, conheceu um percurso bastante acidentado, permanecendo, durante muito tempo como simples armazém de peças, pelo menos até à sua revitalização em 1980, altura em que foi, finalmente, dotado de um quadro técnico⁷¹⁰.

Simultaneamente, registam-se novos esforços para produzir narrativas de carácter geral sobre a história da cidade, destacando-se o trabalho de Monsenhor José Augusto Ferreira⁷¹¹, que procurou sintetizar a história da cidade, desde o século III até ao século XIX.

⁷⁰⁸ Nunes & Oliveira 1988.

⁷⁰⁹ Nunes & Oliveira 1988:148.

⁷¹⁰ Acerca da história detalhada do Museu D. Diogo de Sousa (Oliveira 1985a; 1986; Oliveira & Fernandes 1984).

⁷¹¹ Obra intitulada *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*, composta por 4 volumes (Ferreira 1928-1934).



Figura 24 – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (folha de rosto)

A partir dos anos de 1950/60 inicia-se uma nova fase na expansão urbana de Braga⁷¹², que ameaçou de forma irreversível os terrenos da cidade romana, originando a realização das primeiras escavações arqueológicas, devidas ao Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a J. J. Rigaud de Sousa⁷¹³, devendo-se a este último a primeira proposta para a criação de uma zona de protecção histórica e arqueológica para Braga, formulada em 1973⁷¹⁴, a qual chegou, contudo, a ser aprovada superiormente.

Contudo, só em 1976, ano crucial para o Salvamento de *Bracara Augusta*⁷¹⁵, foram tomadas várias iniciativas que procuraram fazer face à destruição sistemática da cidade romana, ameaçada pela expansão da Braga moderna. Entre elas destacam-se criação de um Campo Arqueológico, tutelado pela Universidade

⁷¹² Apesar da insurreição de alguns ilustres cónegos, ou das próprias denúncias jornalísticas, as autoridades continuaram a permanecer insensíveis à protecção do património (Delgado *et al.* 1989). Entre os sítios arrasados destaca-se por exemplo a designada “Casa do Poço”.

⁷¹³ Rigaud de Sousa, para além de promotor de inúmeras escavações, foi autor de vários trabalhos, onde relata os vestígios que iam sendo descobertos ou recuperados, um pouco por toda a cidade (Sousa 1966a; 1966b; 1968; 1973; Sousa & Ponte 1970).

⁷¹⁴ Martins & Lemos 1997-98.

⁷¹⁵ Para um melhor conhecimento das diferentes fases do projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, pode consultar-se o texto intitulado “Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*” (Martins & Lemos 1997-98).

do Minho, a produção de legislação cautelar que impedia a construção sem prévio acompanhamento arqueológico e a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1977, que passou a dirigir o projecto de *Bracara Augusta*.



Figura 25 – Aspecto geral das ruínas da Casa do Poço⁷¹⁶



Figura 26 – Visita do Primeiro-ministro Mário Soares a uma exposição sobre o Campo Arqueológico de Braga, em 1977⁷¹⁷



Figura 27 – Visita da Comissão Instaladora da U. M. às primeiras ruínas das Termas do Alto da Cidade, em 1977⁷¹⁸

⁷¹⁶ Nunes & Oliveira 1988:152.

⁷¹⁷ Lemos 1996:55.

⁷¹⁸ Lemos 1996:55.

Mais tarde, em 1992, a Câmara Municipal de Braga criou um Gabinete de Arqueologia, que passou a controlar todas as situações de emergência e salvamento na zona do Centro Histórico da cidade, assim como a acompanhar as obras realizadas fora do perímetro urbano, que afectassem o subsolo arqueológico⁷¹⁹.

Mau grado todas as destruições ocorridas até 1976, que conduziram à perda inevitável de muita da informação sobre o passado da cidade, inicia-se, então, uma nova fase na história da descoberta das origens da cidade. A partir dessa altura, foram realizadas dezenas de escavações, que acompanharam o ritmo do crescimento urbano, tendo sido elaborados vários estudos que reavaliaram os dados históricos conhecidos, bem como os arqueológicos e epigráficos⁷²⁰.

Tais estudos têm sido paulatinamente divulgados, desde os finais da década de setenta do século XX, designadamente através de revistas⁷²¹, de estudos monográficos e de actas de reuniões científicas, nacionais e internacionais⁷²².

Cabe ainda referir o forte impulso dado ao conhecimento da cidade romana através da realização de várias teses de mestrado e de doutoramento, algumas das quais já publicadas⁷²³.

Paralelamente à recuperação, estudo e divulgação dos vestígios materiais sobre a cidade romana e medieval, assistiu-se à elaboração de estudos das fontes manuscritas e iconográficas de Braga.

Desde meados do século XX que um grupo de historiadores tem procurado, através das fontes documentais existentes, estudar a cidade medieval e moderna, tendo sido publicados alguns trabalhos de grande valor historiográfico⁷²⁴. Entre

⁷¹⁹ Martins & Lemos 1997-98.

⁷²⁰ Martins 1992-93.

⁷²¹ Destacam-se: a revista *Cadernos de Arqueologia* da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e do Museu D. Diogo de Sousa; a revista *Forum*, editada pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho, desde 1987; ou ainda a revista *Mínia*, fundada em 1944, ressurgida em 1978 sob a propriedade da recém criada Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural. Os resultados das investigações têm sido igualmente divulgados na série monográfica – *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, criada em 1988, e na série *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, iniciada em 2005, ambas editadas pela UAUM. Nestas publicações, os arqueólogos responsáveis pelo *Projecto de Salvamento de Bracara Augusta* têm procurado manter a comunidade a par dos progressos no conhecimento relativo à cidade romana e medieval de Braga.

⁷²² Em M. Martins (1991-92) pode encontrar-se uma resenha temática dos estudos publicados sobre *Bracara Augusta* até 1992.

⁷²³ Uma listagem acerca das teses realizadas pode consultar-se em <http://www.uaum.uminho.pt> (consultado às 13h, do dia 23 de Fevereiro de 2006).

⁷²⁴ Torna-se impossível descrever todas estas obras, porém o acesso a uma listagem sobre as mesmas é possível através da consulta da página electrónica da Biblioteca Pública de Braga, disponível em <http://www.bpb.uminho.pt/> (consultado às 14h, do dia 23 de Fevereiro de 2006). Acresce um número significativo de teses de mestrado e doutoramento medieval e moderna, muitas das quais apenas disponíveis em formato policopiado e outras constantes do repositório digital da mesma instituição, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/> (consultado às 14h, do dia 23 de Fevereiro de 2006).

eles destacaríamos os devidos a Avelino de Jesus da Costa⁷²⁵, sobre a Braga medieval e moderna e os de José Marques⁷²⁶, relativos à cidade medieval.

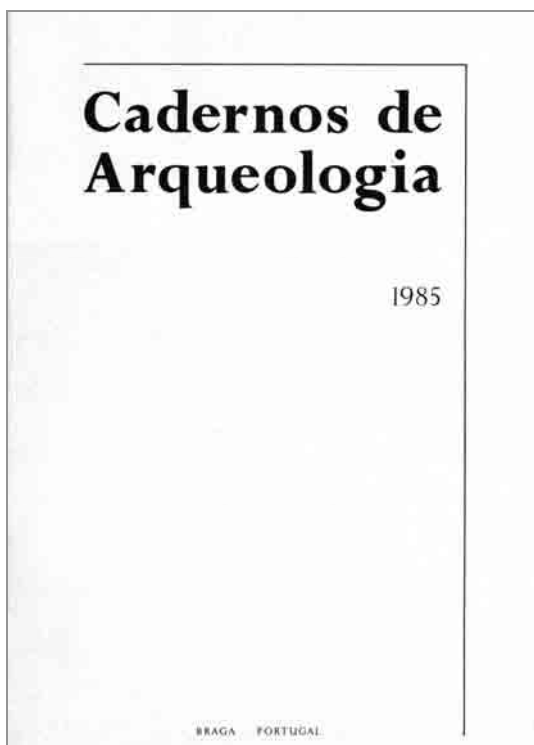


Figura 28 – Revista Cadernos de Arqueologia (1985)

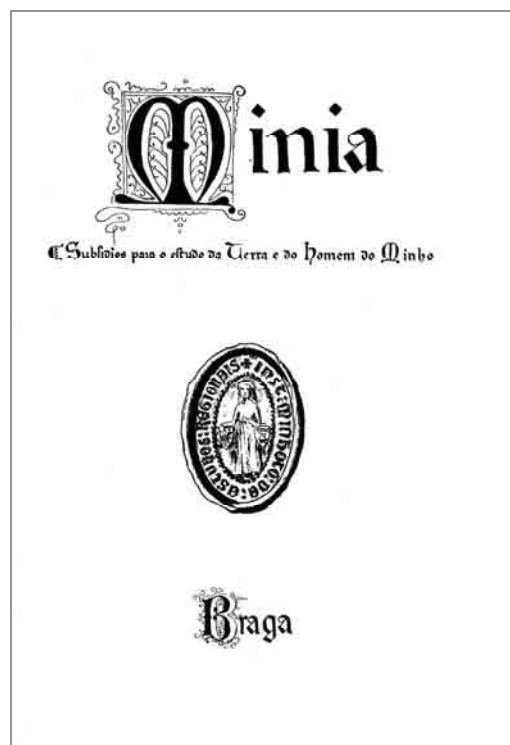


Figura 29 – Revista Minia, série 1, nº 1

Mais recentemente têm sido realizados alguns trabalhos na área da arquitectura e do urbanismo que se afiguram bastante proveitosos, designadamente para a temática abordada neste estudo. Destas obras destacamos as realizadas por Miguel Bandeira⁷²⁷ e Rui Maurício⁷²⁸.

Por fim, refiram-se ainda as publicações de Eduardo Pires de Oliveira sobre diferentes temáticas e períodos cronológicos⁷²⁹.

⁷²⁵ Designadamente os trabalhos sobre Braga (Costa 1978;1993;1997-2000).

⁷²⁶ Marques 1982b;1983a;1983b;1986;1988c;1997.

⁷²⁷ Bandeira 1994; 2000a; 2000b; 2002.

⁷²⁸ Maurício 2000.

⁷²⁹ Das várias publicações de E. P. Oliveira, destacaríamos (Oliveira 1993; Oliveira et al. 1982).



Figura 30 – Revista Forum



Figura 31 – Cadernos de Arqueologia.
Monografias



Figura 32 – Série *Bracara Augusta*. *Escavações Arqueológicas*

3. Objectivos

Este trabalho visa a concretização de dois objectivos gerais. O primeiro deles consiste em analisar a evolução do espaço urbano de Braga desde a primeira forma urbana, originada com a ocupação romana, até aos inícios da Época Moderna. Deste modo, pretende-se efectuar uma abordagem sincrónica da morfologia urbana que caracterizou a cidade nos diferentes momentos da sua ocupação, atendendo à correlação existente entre a topografia, a forma e a funcionalidade dos diferentes espaços que deram expressão ao plano urbano. Paralelamente, pretende-se identificar e compreender as transformações ocorridas no tecido urbano ao longo tempo, atendendo às alterações estruturais e/ou específicas que a cidade conheceu ao longo do seu específico processo histórico. De igual modo, este trabalho pretende verificar as continuidades e/ou descontinuidades urbanísticas entre os distintos momentos de ocupação da cidade⁷³⁰.

O segundo objectivo resulta da necessidade de implementar uma metodologia válida para estudar o espaço físico de uma cidade histórica. Por conseguinte, a partir da análise de alguns estudos realizados por diferentes disciplinas, que se debruçam sobre a análise morfológica das cidades e da avaliação da metodologia utilizada e defendida por alguns grupos de trabalho internacionais, seleccionámos um conjunto de componentes morfológicas comuns à generalidade das cidades, que têm sido propostas como elementos que permitem analisar as tramas urbanas. Do mesmo modo, o conjunto destas componentes têm demonstrado a sua validade na abordagem do crescimento urbano, permitindo perceber como é que as cidades se alteram para dar resposta aos novos desafios que lhe são colocados em diversos momentos ao longo do tempo.

Deste modo, tal como já afirmámos, pretende-se demonstrar como é que a Arqueologia, enquanto disciplina histórica orientada para o estudo da cultura material, é capaz de abordar a análise sincrónica e diacrónica da cidade, utilizando uma metodologia que cruze diferentes fontes de informação, com o objectivo de reunir um variado conjunto de dados que permitem identificar os elementos

⁷³⁰ Este objectivo é particularmente significativo para o período da transição da cidade antiga para a cidade medieval, momento para o qual existe um enorme fosso documental, não só em termos de vestígios da cultura material, mas, também, de fontes histórico-documentais, iconográficas e cartográficas.

morfológicos e estruturantes do espaço urbano, bem como o conhecimento histórico e funcional das estruturas físicas e socioeconómicas que caracterizaram as diferentes formas urbanas.

4. Fontes para o estudo da morfologia

Um dos problemas que se coloca no estudo da morfologia da cidade histórica é a ausência ou escassez de informações para alguns períodos. De facto, as cidades modernas e contemporâneas gozam de um conjunto de dados muito mais objectivos e directos, acerca sua forma urbana, onde se incluem a cartografia, as fontes cadastrais, a fotografia aérea ou os planos municipais, inexistentes para os períodos anteriores.

A morfologia da cidade romana de *Bracara Augusta* só recentemente começou a ser analisada de forma directa através de um vasto conjunto de evidências arqueológicas recuperadas pelas escavações, sendo possível conjugá-las com os elementos fossilizados fornecidos pela fotografia aérea, com a planimetria actual, que fossilizou alguns traços morfológicos de origem romana, mas, também, com a cartografia produzida desde o século XVI. Por sua vez, a cidade medieval pode ser analisada com base nas fontes documentais, nos vestígios arqueológicos, bem como nos elementos conservados da estrutura medieval no plano da cidade actual ou na iconografia e cartografia produzida entre os séculos XVI e XIX. O mesmo se pode dizer para a cidade moderna.

Deste modo, o estudo da morfologia da cidade de Braga exige a utilização articulada de várias fontes que podem ser genericamente agrupadas em três grandes categorias: as fontes arqueológicas, as fontes iconográficas e cartográficas e as fontes histórico – documentais.

4.1 Fontes arqueológicas

Entende-se por fontes arqueológicas todo o conjunto de vestígios materiais que podem ser identificados, registados e interpretados segundo uma metodologia arqueológica, que tem por base a estratigrafia. Neste sentido, integram-se neste tipo de fontes, quer os elementos soterrados, recuperados pelas escavações quer aqueles que são visíveis à superfície do solo, mas que têm o seu natural

prolongamento nos sedimentos que se articulam com a sua fundação. Podem ainda integrar-se neste apartado os elementos materiais que foram recuperados acidentalmente, não possuindo, por isso, um contexto preciso, mas que podem ser objecto de estudo utilizando métodos arqueológicos.

O significativo acervo de evidências arqueológicas disponíveis constitui o resultado das largas dezenas de escavações, realizadas desde 1976⁷³¹, no âmbito do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*⁷³², sob a responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho⁷³³ e, mais recentemente, também, pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga⁷³⁴.

O referido acervo integra vestígios das cidades romana, medieval e moderna, consoante os lugares onde foram realizadas as escavações. De facto, uma vez que não se regista total sobreposição das áreas ocupadas pelas diferentes cidades, existem numerosos espaços onde apenas se encontram elementos da cidade romana, outros onde se sucedem os elementos caracterizadores das sucessivas ocupações, como acontece na parte correspondente ao quadrante nordeste da cidade romana, ocupada pela cidade medieval e posteriormente moderna e outras, ainda, onde as escavações apenas descobrem construções da época moderna que resultaram da expansão da cidade extramuros.

Deste modo, actualmente o número de zonas arqueológicas intervencionadas em diversos pontos da cidade conforma um conjunto de vestígios extremamente significativo, embora de diferencial alcance para o estudo da morfologia urbana, encontrando-se muitos dos dados disponíveis ainda por tratar e publicar⁷³⁵.

Para obviar às dificuldades e publicação rápida dos resultados das intervenções arqueológicas urbanas, por vezes realizadas, em larga escala, foi criado em 1998 o *Sistema de Informação arqueológica para Bracara Augusta*, designado por SIABRA, o qual reúne praticamente toda a informação alfanumérica e gráfica das escavações efectuadas desde 1976. Este sistema torna possível a

⁷³¹ Ano em que, através do Decreto-lei 640/76, foi definida uma Zona Arqueológica de Braga e se iniciaram intervenções de salvamento e de emergência, sobretudo nas áreas em que as ruínas arqueológicas se encontravam ameaçadas pelas obras de modernização da cidade (Martins & Lemos 1997-98).

⁷³² A cidade de Braga beneficia de uma conjuntura de investigação muito particular no quadro da Arqueologia nacional, ou até mesmo internacional, por ser realizada no quadro de um único projecto de investigação, o *Projecto de Salvamento de Bracara Augusta*, circunstância que facilita e torna exequível uma eficaz gestão, mas, também, análise, interpretação e publicação do conhecimento acerca do passado da cidade.

⁷³³ A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho foi criada em 1977.

⁷³⁴ No ano de 1992 a Câmara Municipal de Braga criou um Gabinete de Arqueologia que, desde então, realiza, em parceria com a Unidade de Arqueologia da U. M., intervenções arqueológicas em Braga e cuja responsabilidade se situa ao nível das intervenções de emergência e salvamento realizadas na área do Centro Histórico.

⁷³⁵ A este propósito gostaríamos de referir que, muito embora os dados resultantes de algumas intervenções arqueológicas não se encontrem completamente estudados e publicados, o que, muitas vezes, dificultou a sua utilização, sobretudo por falta de dados cronológicos, foi-nos permitido o acesso a toda a informação recuperada até ao momento, quer seja daquela que se encontra na base de dados alfanumérica, quer seja na base cartográfica do SIABRA.

utilização de informação georreferenciada, designadamente de construções e de vias, que podem ser facilmente integradas na cartografia da cidade de Braga.

A identificação, em 1990, da existência de uma malha ortogonal na cidade romana, recuperada a partir da leitura da orientação geral dos edifícios, cruzada com vestígios da trama viária e dos alinhamentos das estruturas de saneamento, representou um importante contributo para a interpretação global do urbanismo de *Bracara Augusta*, permitindo formalizar um modelo teórico da morfologia da cidade, com uma malha de quarteirões quadrados, de 150 pés de lado. A partir de então, realizaram-se várias intervenções tendo em vista confirmar a referida malha, o que foi conseguido nas escavações da *insula* das Carvalheiras e na do Ex-Albergue Distrital⁷³⁶. Por outro lado, a possibilidade de inserir os elementos descobertos nas diferentes intervenções na trama geral da cidade, facilitou a orientação das próprias escavações, que se direccionaram, nalguns casos, para comprovar o modelo proposto.

O repositório disponível em suporte digital das construções, dos eixos viários em articulação com a malha ortogonal, sucessivamente ajustada, representa o acervo fundamental de fontes arqueológicas disponíveis para o estudo da morfologia urbana de Braga utilizadas neste trabalho. Neste sentido, ele não envolveu a realização de novas escavações, beneficiando sim dos dados provenientes dos trabalhos realizados até ao momento, bem como das interpretações formuladas pelos arqueólogos relativamente à morfologia, cronologia e funcionalidade dos espaços edificados.

Porém, as fontes arqueológicas não se reduzem apenas às construções, sendo necessário considerar também outros elementos, como sejam os miliários associados às vias ou as epígrafes⁷³⁷ que podem indicar edifícios não descobertos, mas, também, necrópoles e edificados integrados em áreas suburbanas da cidade.

Importa por fim referir que muitos edifícios actuais integram elementos construtivos reciclados de antigas construções, que importa valorizar como elementos integrados nas fontes arqueológicas e estudar de acordo com a sua origem e posterior integração.

⁷³⁶ Martins 2000c; 2006; Martins & Delgado 1989-90b.

⁷³⁷ As fontes epigráficas conhecidas para Braga resultaram de um trabalho de recolha e preservação, que se iniciou com D. Diogo de Sousa, como já referimos anteriormente, tendo sido, ampliadas e publicadas ao longo dos séculos XIX e XX.

4.1.1 Zonas arqueológicas

Os trabalhos arqueológicos realizados em meio urbano constituem intervenções fragmentárias no contexto mais amplo da cidade, devendo ser concebidos como amostragens de uma realidade não completamente conhecida. Neste sentido, as intervenções arqueológicas urbanas devem ser geridas de forma a viabilizarem a sua futura correlação. Em Braga, as áreas escavadas recebem a designação de Zonas Arqueológicas (ZA)⁷³⁸, noção que permite sistematizar e organizar o universo de dados recuperados em diferentes zonas da cidade⁷³⁹.

As evidências materiais que resultam das escavações realizadas nas diferentes zonas arqueológicas incluem uma gama muito diversificada de vestígios, que integram o registo arqueológico, composto por artefactos, ecofactos e geofactos e contextos⁷⁴⁰.

A quantidade de artefactos recuperados nas diferentes zonas arqueológicas de Braga permitiu a interpretação de diversos aspectos relacionados com as actividades económicas desenvolvidas em *Bracara Augusta*, designadamente com a produção de cerâmica⁷⁴¹ e de vidros⁷⁴², actividades topograficamente alocadas a alguns sectores da cidade, através da identificação de *instrumenta* e matérias-primas residuais⁷⁴³.

As construções são os artefactos imóveis com características e funcionalidades diferenciadas nas quais se incluem edifícios, ruas, infra-estruturas ou sepulturas que constituem indicadores de diferentes usos do solo e da distribuição espacial de áreas urbanas administrativas, comerciais ou sepulcrais.

As construções encontradas nas diferentes zonas arqueológicas de Braga têm permitido perceber a organização da cidade, ajudando a definir a malha romana e a interpretar o seu urbanismo e arquitectura, bem como a sua evolução ao longo do tempo⁷⁴⁴.

Os artefactos móveis como os de vidro, metal ou cerâmica permitem avaliar as actividades humanas, constituindo simultaneamente indicadores cronológicos

⁷³⁸ Por uma questão de simplificação designaremos, daqui em diante, zona arqueológica pelas siglas ZA.

⁷³⁹ As diferentes entidades e categorias de informação em que se encontram organizados os vestígios recuperados na cidade e que integram o SIABRA encontram-se publicadas (Giestal 1998).

⁷⁴⁰ Renfrew & Bahn 1993.

⁷⁴¹ A este propósito destacam-se os trabalhos (Leite 1996; Gomes 2001; Gaspar 2001; Morais 1998; 2004).

⁷⁴² Designadamente o trabalho (Cruz 2001).

⁷⁴³ Entre outros, referiram-se os de (Cruz 2001; Morais 1998; 2004).

⁷⁴⁴ Entre os trabalhos publicados referiram-se os que se relacionam com a habitação, designadamente com a *insula* e Casa das Carvalheiras (Martins 1997-98; 2000b; Silva 2000), mas, também com as termas públicas do Alto da Cividade (Martins 2000a; 2005; Silva 1999), ou com a muralha (Lemos & Leite 2000b; Lemos et al. 1998; Lemos et al. 2002).

que facultam datações para as construções, favorecendo a análise da evolução das mesmas⁷⁴⁵.

Por sua vez, os ecofactos enquanto evidências ambientais, orgânicas e inorgânicas, são vitais na hora de reconstituir os paleo-ambientes antigos. Lamentavelmente a natureza ácida do solo de Braga é pouco favorável à conservação de ecofactos, sejam eles madeiras, sementes ou vestígios ósseos, facto que não facilita a realização de estudos de natureza paleo-ambiental. Os restos osteológicos humanos aparecem melhor conservados a partir dos períodos medievo e moderno, muito embora não tenha sido possível realizar até ao momento quaisquer estudos de paleo-nutrição ou de paleo-patologia, que impliquem amostragens significativas.

Os geofactos, constituídos pelas evidências físicas relacionadas com o contexto geomorfológico e a formação dos sítios e da estratigrafia, representam um elemento fundamental do registo arqueológico, permitindo compreender a estratigrafia, a formação dos sedimentos, bem como os processos que actuaram sobre os sítios arqueológicos, contribuindo para o enterramento dos vestígios, sobretudo em contexto urbano, uma vez que este se caracteriza por profundas acções antrópicas relacionadas com sucessivas reocupações, ou reconstruções do espaço⁷⁴⁶.

De facto, o espaço urbano das cidades históricas é composto por uma gama de vestígios que se sobrepõem temporal e espacialmente, apresentando um registo sedimentar muito complexo, que traduz informações referentes a diferentes contextos ocupacionais. Neste sentido, a análise estratigráfica é vital para a compreensão da história das cidades, na exacta medida em que permite contextualizar os vestígios das diferentes épocas e entender a sua sequência, determinando os processos naturais e antrópicos que sobre eles actuaram.

Apesar da grande quantidade de dados fornecidos pelas escavações de diferentes sectores da cidade, e dos estudos já publicados, foi necessário proceder à organização e validação dos dados arqueológicos disponíveis, tendo em conta os objectivos deste trabalho.

Neste sentido, foi necessário proceder à avaliação global dos vestígios arqueológicos escavados nas três últimas décadas na cidade de Braga, os quais permitiram obter um conjunto de dados significativos acerca das áreas ocupadas e

⁷⁴⁵ Ashmore & Sharer 1996.

⁷⁴⁶ Ashmore & Sharer 1996.

das construções, quer do período romano, quer do período medieval. Toda a informação, organizada e revista até ao momento, foi integrada numa base cartográfica que permitiu elaborar uma planimetria teórica da forma urbana romana que inclui a malha dos quarteirões, o sistema vário e os pórticos. Do mesmo modo, os diferentes achados relativos às necrópoles e os vestígios da muralha foram cartografados, permitindo definir o perímetro fortificado da cidade tardo-antiga, bem como as portas que ligavam a cidade, quer às vias, quer à área periférica⁷⁴⁷.

Definida a planimetria teórica alto-imperial, foram elaboradas plantas interpretadas por épocas, que permitiram observar a evolução dos espaços e as alterações morfológicas ocorridas no Baixo Império, bem como a transição da cidade tardo-antiga para a cidade medieval.

4.1.2 Achados isolados

Do conjunto de dados arqueológicos disponíveis para Braga, fazem parte alguns achados, designados de “isolados”, porque se encontram descontextualizados, uma vez que foram sendo recuperados ao longo dos tempos. A recolha e colecção deste tipo de elementos arqueológicos remonta ao século XVI, quando D. Diogo de Sousa inicia a organização da colecção epigráfica reunida no Campo de Santa Ana, actual Avenida Central, muito embora nem todos os achados então recolhidos tenham chegado até nós⁷⁴⁸.

A Unidade de Arqueologia integra no SIABRA uma base de dados onde consta o conjunto dos achados classificados nesta categoria. Os que maior interesse oferecem para a caracterização da morfologia urbana são as epígrafes e os elementos de Arquitectura, cuja lista se apresenta em anexo⁷⁴⁹.

Os monumentos epigráficos destacam-se de forma notória neste conjunto de vestígios, representando uma das fontes de informação mais importantes sobre a cidade. O acervo existente contempla pouco mais de sessenta inscrições, repartidas por epígrafes votivas, funerárias, honoríficas e monumentais, gravadas

⁷⁴⁷ No Anexo I deste trabalho são apresentadas as zonas arqueológicas que foram objecto de análise neste trabalho, acompanhadas de uma breve descrição.

⁷⁴⁸ Acerca da recuperação que foi feita ao longo dos tempos veja-se o ponto deste trabalho intitulado Historiografia (Parte II, ponto 2).

⁷⁴⁹ Anexo II.

em aras, estelas ou miliários. Este material epigráfico começou a ser publicado no século XVIII, encontrando-se praticamente todo estudado⁷⁵⁰.

São as fontes epigráficas que melhor permitem esclarecer alguns aspectos relacionados com a fundação da cidade, designadamente no que se refere à cronologia da mesma e ao contexto religioso que a caracterizou, relacionado com a implantação do culto imperial. Estas fontes permitem igualmente testemunhar as divindades veneradas ou a forma como se realizou o processo de romanização e a integração da população autóctone, através da promoção à cidadania romana.

Do mesmo modo, as fontes epigráficas permitem-nos reconstituir alguns aspectos urbanísticos e arquitectónicos, relativos à presumível existência de determinadas construções, como templos, mercados ou oficinas. De facto, é fundamentalmente graças à Epigrafia votiva que podemos afirmar terem existido templos ou altares em honra de diversas divindades⁷⁵¹, muito embora não tenham sido encontrados até ao momento quaisquer vestígios dos mesmos.

Também, a presumível existência de um mercado, na área envolvente da Sé catedral, é sugerida pela uma inscrição ao Génio *Macelli*⁷⁵².

A epigrafia funerária constituiu um importante referencial não só das áreas de necrópoles, como também, da categoria social dos defuntos, esta por sua vez, indicadora da importância relativa das diferentes necrópoles, eventualmente relacionada com as áreas urbanas mais próximas.

Finalmente, os miliários permitem calcular, mesmo quando deslocados, o seu local de origem, facultando informações relativas aos eixos de saída da cidade que podem indicar a possível existência de portas e justificar formas de parcelamento suburbano.

Os elementos de arquitectura que se encontram fora de contexto estratigráfico podem ser reveladores da localização de construções, permitindo atestar, igualmente, quer a monumentalidade, quer as características da arquitectura da cidade. Dentro desta categoria encontramos um grande número achados que se repartem por bases, fustes, capitéis, arquitraves ou lintéis que foram recuperados em momentos e lugares distintos da cidade.

⁷⁵⁰ Martins & Delgado 1989-90a. Tal como já referido, na tarefa de recolha e publicação epigráfica merecem destaque Jerónimo Contador de Argote, Albano Ribeiro Belino e J. Leite Vasconcelos. Mais recentemente, têm sido publicados diversos trabalhos que, com base na análise epigráfica, procuraram aclarar aspectos relacionados com a história da cidade romana, designadamente com a data e o contexto da sua fundação, a religião ou a sociedade. Destes destacaríamos os de Patrick Le Roux (Le Roux 1974; 1975; 1980; 1994; 1999) e de Alain Tranoy (Tranoy 1980; 1981; 1995-96; Tranoy & Le Roux 1989-90).

⁷⁵¹ Como Júpiter, Evento, Mercúrio, Asclépio e Hígia, Ísis ou aos *Lares Viales*, entre outros (Martins & Delgado 1989-90b).

⁷⁵² Martins 1992-93.

Para além destes, a cidade possui elementos de arquitectura da época medieval e moderna, que se encontram integrados nas construções actuais. Esses elementos, estudados de acordo com a sua cronologia, facultam informações variadas sobre a construção anterior. Muitos destes elementos são perceptíveis através de observação atenta das fachadas dos edifícios actuais, estando outros, integrados no interior das construções, o que torna a sua identificação e estudo, por vezes, bastante difícil.

4.1.3 O tecido histórico construído

Todos os vestígios materiais ou marcas físicas que resultam da actividade humana no passado são susceptíveis de ser estudadas do ponto de vista arqueológico, pois fazem parte da cultura material das cidades. Por sua vez, o tempo reflecte-se no espaço através dos contextos construtivos, encontrando-se sedimentado nos traçados das ruas, na forma dos edifícios, nos materiais utilizados ou na evolução do uso do solo. Já o espaço é a entidade integradora das diversas formas de organização das sociedades ao longo do tempo. Por isso, na cidade actual encontramos diferentes temporalidades materializadas espacialmente.

A Arqueologia Urbana tem alargado o seu campo de intervenção nas cidades para além da recuperação dos vestígios que se encontram debaixo do solo urbano, investindo em diversos aspectos da cultura material que se encontram conservados à superfície e que integram o tecido histórico construído e a arquitectura das cidades históricas.

A Arqueologia da Arquitectura representa a área de estudo que correlaciona o que foi soterrado com a massa edificada à superfície, usando os princípios de análise estratigráfica. Assim, esta área tem estudado os edifícios, entendidos como documentos históricos estratigrafados, pois constituem o resultado de uma série de acções construtivas que se sucederem no tempo, tendo sido objecto de variadas transformações, como demolições, reconstruções ou reparações⁷⁵³. Neste sentido, a cidade entendida como o resultado da permanente recuperação e da adaptação dos espaços, dos edificados, dos elementos de arquitectura ou dos caminhos a

⁷⁵³ A propósito da aplicação do método arqueológico ao edificado histórico pode consultar-se (Caballero Zoreda & Escribano Velasco 1996; Mannoni 1994).

novas formas e funcionalidades, pode ser, na sua globalidade, objecto de análise pela Arqueologia da Arquitectura.

Braga beneficia enquanto cidade milenar de uma multiplicidade de elementos sobreviventes de épocas anteriores, que foram reaproveitados e integrados no tecido histórico da cidade moderna. De facto, parte do edificado actual goza de uma longa permanência temporal, sendo os exemplos mais significativos desta situação a Sé Catedral, as igrejas, o Paço Arquiepiscopal ou as partes conservadas das muralhas e do castelo. Porém, também os edifícios privados conservam elementos que pertenceram a construções mais antigas. Estas evidências relacionam-se com os materiais de construção, como por exemplo a taipa medieval ou o granito, mas, também, com a tipologia construtiva ou com os elementos de arquitectura e decoração perviventes de construções anteriores.

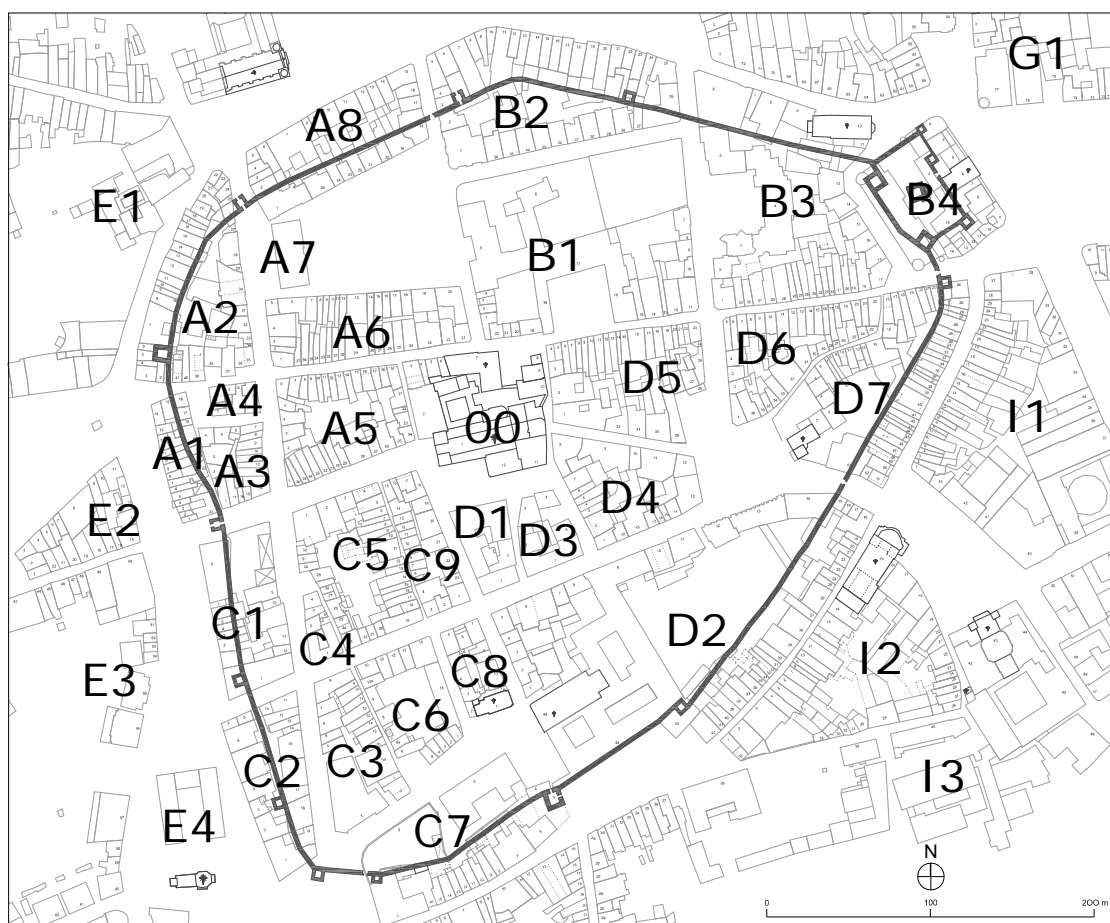


Figura 33 – Planta dos quarteirões actuais com a localização da muralha medieval

As evidências materiais utilizadas neste estudo, usando os princípios da Arqueologia da Arquitectura, resultaram de um trabalho de prospecção e registo

realizado em diferentes quarteirões da cidade actual. Para o efeito, procedeu-se à individualização dos diferentes quarteirões que compõem o plano urbano, dentro dos quais foram identificadas as parcelas construídas e as não construídas (Figura 33, p. 189). O estudo realizado incluiu igualmente a descrição e o desenho de fachadas, secções e elementos arquitectónicos do edificado histórico⁷⁵⁴.

O material recolhido foi tratado e organizado em suporte informático. A partir da sua análise e interpretação foi possível elaborar uma cartografia representativa da forma urbana e plantas interpretadas da morfologia dos quarteirões e dos espaços que os compõem, bem como da sua evolução planimétrica. Pretendeu-se articular a arquitectura dos edifícios com os espaços envolventes, de modo a analisar as características morfológicas dos diferentes planos urbanos ao longo do tempo.

Cabe ainda sublinhar que o trabalho de campo que foi realizado pretendeu constituir uma amostragem das principais fases de transformação perceptíveis no tecido urbano e das alterações construtivas que lhe estão associadas, tendo em vista validar a metodologia utilizada para o estudo da morfologia urbana.

4.2 Fontes iconográficas e cartográficas

O estudo do urbanismo de Braga conta com um manancial de fontes iconográficas e cartográficas muito significativo que, como já foi referido, remonta ao século XVI⁷⁵⁵.

A primeira representação cartográfica da cidade data de 1594 e é vulgarmente conhecida como *Mapa de Braunio*, tendo sido designada pelo seu autor sob o título de *nova Bracarae Avgvste descriptio*. Esta ilustração é tradicionalmente atribuída a Georg Braun⁷⁵⁶ e integra a obra intitulada *Civitates Orbis Terrarum*, que consiste numa espécie de álbum onde se encontram representadas uma série de cidades europeias⁷⁵⁷.

Apesar de ser um trabalho de grande valor documental e de qualidade reconhecida, o seu rigor e pormenor cartográficos não são suficientes para a

⁷⁵⁴ Este trabalho foi realizado no âmbito de um Estágio em Arqueologia da Arquitectura, orientado em colaboração com Ricardo Mar (Universidade de Rovira i Virgili (Tarragona), no ano lectivo de 2005/06, o qual envolveu 15 alunos.

⁷⁵⁵ As fontes iconográficas e cartográficas utilizadas neste trabalho, bem como uma breve descrição e alguns comentários acerca da sua relevância para o presente estudo, integram o Anexo III deste trabalho.

⁷⁵⁶ A autoria da gravura não é segura, considerando alguns autores que terá sido executada, a pedido de Georg Braun, por um mercador de nome Manoel Barbosa (Bandeira 2000b).

⁷⁵⁷ Algumas destas plantas encontram-se em <http://www.barron.co.uk/?pgid=120> (consultado às 14h, do dia 19 de Dezembro de 2006).

reconstrução exacta do espaço urbano. Trata-se, de facto, de uma ilustração, sem relação matemática entre as dimensões dos elementos no desenho, não possuindo escala cartográfica⁷⁵⁸.

No entanto, o *Mapa de Braunio* constitui uma gravura única, de grande valor artístico e histórico, que caracteriza em pormenor a cidade quinhentista de Braga e os seus arredores imediatos, facultando uma imagem da cidade, quase fotográfica, onde é possível identificar o conjunto da estrutura urbana e a envolvente mais imediata, bem como as construções mais emblemáticas da época, que aparecem destacadas pela sua desproporcionalidade. Tal como já referido, este documento, reflectindo a cidade quinhentista, caracteriza igualmente a estrutura urbana medieval, fornecendo ainda informações relativas a alguns espaços da *urbs* romana, ainda reconhecidos no século XVI, como aconteceu com o *forum* ou com algumas das vias que saíam de *Bracara Augusta*.

Existem outras fontes iconográficas que permitem ilustrar a cidade de Braga em diferentes momentos históricos as quais serão usadas ao longo deste trabalho.

Entre elas destacam-se, para o século XVIII, o *Mappa das Ruas de Braga*⁷⁵⁹ e o *Mappa da Cidade de Braga Primas*, da autoria de André Ribeiro Soares da Silva⁷⁶⁰. Para o século XIX dispomos de uma planta da autoria de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, à escala de 1/4000⁷⁶¹ e a planta topográfica elaborada em 1883/84, pelo engenheiro civil, Francisco Goullard, à escala 1/500, que constitui a primeira planta disponível com rigor cartográfico⁷⁶².

O denominado *Mappa das Ruas de Braga*, que passaremos a designar sob a sigla MRB, é um documento de inestimável valor iconográfico e cadastral, que foi elaborado, em 1750, pelo Padre Ricardo Rocha. Apesar da designação deste documento sugerir que estamos em presença de um mapa, na verdade trata-se de um livro que retrata um elevado número de espaços de circulação da Braga

⁷⁵⁸ Como já foi referido por diversos autores (Bandeira 2000b; Freitas 2003).

⁷⁵⁹ AAVV 1989-91.

⁷⁶⁰ André Rybeiro Soares da Silva, 1755 (?) *Mappa da Cidade de Braga Primas*, s/escala, s/cota, Biblioteca da Ajuda, Lisboa. Esta planta foi adquirida à Biblioteca no âmbito do projecto intitulado da *Da Braga romana à Braga medieval. A transformação de uma paisagem urbana*, financiado pela FCT, e desenvolvido entre 2003 e 2007.

⁷⁶¹ Garcez, Belchior José e Maciel, Miguel Baptista (s/d) *Planta da Cidade de Braga*, escala de 1/4000, Instituto Cartográfico e Cadastral Português, Lisboa. Esta planta foi adquirida ao Instituto no âmbito do projecto referido na nota precedente.

⁷⁶² Por gentileza da Câmara Municipal de Braga, instituição a que agradecemos, foi possível proceder à digitalização das 32 folhas que compõem esta planta, cujo estado de conservação não suportava uma utilização directa. Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto referido nas notas anteriores.

setecentista, onde se encontram representados os alçados das construções anexas às ruas, bem como aos largos ou praças, que compunham o espaço urbano⁷⁶³.

O segundo documento produzido no século XVIII intitula-se *Mappa da Cidade de Braga Primas*⁷⁶⁴ e possui as dimensões de 1250 x 775 mm. Identifica uma mancha urbana incompleta⁷⁶⁵, sem limites precisos. A planta possui uma escala aproximada de 1:2000⁷⁶⁶, sendo de destacar uma clara intenção por parte do autor em assegurar a proporcionalidade dos elementos representados, tentando conciliar a escala com a perspectiva.

Esta planta fornece uma vista geral perspectivada da cidade setecentista, à semelhança do *Mapa de Braunio*, apresentando algum rigor na projecção visual. A partir da sua observação, obtém-se uma perspectiva tridimensional do espaço urbano, com evidente sentido estético. Para além dos elementos que compõem a morfologia urbana, esta planta fornece um conjunto de anotações toponímicas incluídas na sua legenda.

As fontes iconográficas e cartográficas disponíveis para Braga incluem outras imagens sendo de destacar, ainda, uma planta colorida, realizada no século XVII⁷⁶⁷ e uma outra intitulada *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte*⁷⁶⁸, produzida no século XIX. A primeira fornece uma imagem que exhibe significativas deformações, existindo reservas quanto à sua autoria. De acordo com as referências conhecidas, esta imagem inclui-se num álbum de aguarelas seiscentistas representativas de 39 vistas de povoações portuguesas, entre as quais se encontra a de Braga⁷⁶⁹. Segundo os estudos realizados trata-se de uma imagem distorcida, muito embora inserida dentro do contexto da cartografia e representação urbana características do século XVII, que sobrevaloriza as questões defensivas e os valores estéticos⁷⁷⁰. Porém, esta ilustração fornece informações urbanísticas ausentes no *Mapa de Braunio*, permitindo analisar a transformação

⁷⁶³ Actualmente, este documento encontra-se publicado numa versão fac-similada, editada em 1989, pelo Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, em dois volumes. O primeiro reproduz o desenho dos alçados das ruas elaborados no século XVIII e o segundo reúne um conjunto de textos de diversos autores que abordam a história e o enquadramento político, económico e social do manuscrito, facilitando, deste modo, a leitura e interpretação do mesmo (AAVV 1989-91).

⁷⁶⁴ Que daqui em diante passaremos a designar de *Mapa de Braga Primas*.

⁷⁶⁵ Saliente-se o facto deste manuscrito se encontrar bastante incompleto na parte superior esquerda, em resultado da degradação sofrida.

⁷⁶⁶ Esta é a escala aproximada obtida através de um exercício desenvolvido por investigadores da Biblioteca Nacional da Ajuda, a quem se ficou a dever o restauro e a análise desta planta (http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/index.htm, consultado às 12 h, do dia 25 de Novembro de 2006).

⁷⁶⁷ Esta planta encontra-se publicada e analisada (Bandeira 1994; Nunes 1994; Oliveira 1994).

⁷⁶⁸ Pereira Caldas (1857) *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte* (Planta com 67,5 x 55,2), escala 1/1650, litografia de Brito e Braga, Rio de Janeiro, Biblioteca Pública de Braga.

⁷⁶⁹ Actualmente o original desta planta encontra-se na posse de um privado, que facultou a sua a reprodução (Nunes 1994).

⁷⁷⁰ Bandeira 1994.

ocorrida nalguns espaços entre os séculos XVII e XVIII, quando comparada com o MRB ou o *Mapa de Braga Primas*.

No caso da planta conhecida por *Braga Pitoresca ...*, da autoria de Pereira Caldas, realizada em 1857, apesar do seu indiscutível valor artístico, estamos perante uma representação deficitária em termos de rigor que denota acentuadas incorrecções, sobretudo no que se refere ao traçado da malha urbana⁷⁷¹.

O século XIX vê surgir as primeiras representações cartográficas rigorosas, que incluem uma planta de Braga de grande rigor, que se encontra assinada e datada por Joaquim Pereira da Cruz (1868), elaborada à escala 1/2000⁷⁷². Porém, subsistem algumas dúvidas quanto à originalidade desta planta, podendo a mesma ter resultado da ampliação de outra preexistente, assim como reservas na sua utilização⁷⁷³. Por sua vez, a planta executada pelos militares Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, na escala de 1/4000, parece constituir a primeira planta rigorosa produzida para a cidade. Apesar de produzida em data desconhecida, a sua análise permitiu considerá-la anterior à elaborada por J. Pereira da Cruz, em 1868⁷⁷⁴.

Das fontes cartográficas elaboradas no século XIX, assume particular relevância pelo seu rigor o levantamento topográfico da autoria de Francisco Goullard, na escala 1/500, realizado entre 1883/1884, cujo original se encontra nos arquivos da Câmara Municipal de Braga.

Este levantamento reúne um conjunto de elementos morfológicos extremamente significativos para o estudo da cidade oitocentista, quer em termos topográficos, facultando as curvas de nível, quer em termos do edificado, do parcelamento e dos eixos viários.

Nas fontes iconográficas e cartográficas podemos incluir igualmente as fotografias aéreas, bem como os levantamentos topográficos mais recentes, mandados executar pelo município.

Os fotogramas mais antigos datam do período da segunda guerra mundial, entre 1936-1948, sendo esses os que indiscutivelmente maior interesse têm para este trabalho, por fornecerem uma imagem da cidade anterior às grandes alterações urbanísticas ocorridas a partir dos anos 50/60 do século XX. De facto,

⁷⁷¹ Esta planta foi objecto de análise por parte de alguns autores, que comprovam a sua falta de rigor morfológico (Bandeira 2000b).

⁷⁷² Pereira da Cruz, Joaquim (1868) *Planta da Cidade de Braga*, escala 1/2000, Arquivo das Obras da Câmara Municipal de Braga.

⁷⁷³ Bandeira 2000b.

⁷⁷⁴ Bandeira 2000b.

os referidos fotogramas configuram uma cidade cuja traça é praticamente igual àquela que se encontra representada na planta topográfica de 1883/84, onde a cidade medieval, sobreposta pela traça moderna, bem como os traçados das muralhas romana e medieval se encontram muito bem definidos. Quer os fotogramas, quer a planta do século XIX permitem observar os limites da cidade romana, marcados pela cintura defensiva construída nos finais do século III inícios do IV e constatar que grande parte da cidade romana se manteve até aos finais dos anos 40 do século passado estruturada em quintas que se dispunham em torno do núcleo histórico medieval e moderno. A fotografia aérea mais recente permite perceber as grandes transformações urbanísticas que a cidade conheceu na segunda metade do século XX.

Os levantamentos cartográficos mais recentes datam de 1990 e 2004 tendo sido elaborados à escala 1:1000. A base cartográfica do nosso trabalho utiliza o levantamento de 1990, pelo facto do mesmo conter menores alterações topográficas, aproximando-se da cartografia do século XIX.

De resto, um dos trabalhos realizados no âmbito deste trabalho consistiu na digitalização do levantamento topográfico de Francisco Goullard, afim de proceder à sua georeferenciação, tendo-se conseguido deste modo, confrontar a base cartográfica de 1990 com a realizada na centúria anterior.

De facto, o rigor apresentado pelo planta de 1883/84, designadamente ao nível das curvas de nível, com equidistâncias de 1 metro e referenciarão cadastral rigorosa da propriedade urbana, levou-nos a considerar as vantagens na sua utilização para a análise da morfologia urbana, constituindo a mesma um importante elemento comparativo com a restante informação documental, arqueológica, cartográfica e iconográfica.

Uma das tarefas essenciais para a análise da morfologia urbana da cidade histórica consistiu na análise comparativa da cartografia e dos documentos iconográficos disponíveis, tendo em vista assinalar as transformações ocorridas ao longo dos tempos.

A metodologia para a execução de correlações entre as diferentes bases cartográficas consistiu em subtrair à base cartográfica dos anos 90 os elementos correspondentes a fases cronológicas bem definidas, presentes nas fontes cartográficas anteriores, de forma a elaborar uma sucessão de plantas teoricamente representativas das diferentes épocas de crescimento da cidade.

Deste modo, através de um processo regressivo procurámos determinar os espaços, as vias e as construções que se transformaram ou permaneceram imutáveis, ao longo do tempo, tendo origem na morfologia da cidade medieval.

Neste trabalho não utilizámos as fontes cadastrais, de grande importância para o estudo da morfologia urbana, devido à escala pormenorizada que as mesmas possuem. De facto, sendo estas fontes fundamentais para a análise urbana mais recente elas configuram-se de reduzida utilidade para os períodos abordados neste trabalho.

A partir da análise das diferentes representações da cidade de Braga pretendeu-se avaliar a topografia, os quarteirões, as construções, as ruas e outras infra-estruturas, bem como outros elementos urbanísticos importantes, de modo a podermos proceder posteriormente a um ensaio da análise das alterações ocorridas entre a ocupação romana e a medieval.

4.3 Fontes histórico – documentais

Em virtude das fontes anteriormente descritas não se afigurarem suficientes ou serem incompletas para o estudo da morfologia da cidade histórica, socorremo-nos, também, das fontes histórico – documentais já publicadas ou transcritas.

De facto, a utilização das fontes arquivísticas é de extrema importância tendo em vista confrontar as informações que fornecem com as disponibilizadas pelas fontes arqueológicas e cartográficas. Elas permitem estabelecer analogias e obter dados acerca de ruas e construções, muito embora raras vezes eles possuam rigor topográfico.

O período histórico mais afectado pela raridade de fontes arqueológicas é a Idade Média, circunstância que decorre, em parte, da continuidade ocupacional do espaço edificado desde então até à actualidade. Este facto impede amiúde a identificação arqueológica das fundações das construções medievais, uma vez que elas coincidem genericamente com edificado posterior. De facto, as intervenções arqueológicas realizadas no interior dos espaços construídos raramente podem proceder à leitura dos embasamentos das construções sob pena de fragilizá-las, o que torna difícil a datação das mesmas. Tendo em conta a actual política de conservação dos edificados históricos, ainda que transformados no interior, as

escavações apenas podem realizar-se nas áreas correspondentes ao miolo das estruturas ou nos logradouros das parcelas.

A selecção das fontes documentais disponíveis para Braga encontra-se facilitada pela existência de uma base de dados, que se encontra disponível na *Internet*⁷⁷⁵, produzida pelo Arquivo Distrital de Braga, da qual constam as grandes categorias dos manuscritos e documentos antigos relativos à Arquidiocese de Braga⁷⁷⁶.

O fundo documental do referido arquivo é constituído por manuscritos produzidos entre os séculos VI e XX, os quais se encontram agrupados em duas grandes categorias: os fundos documentais de arquivos públicos, como os cartórios Notoriais, Judiciais ou da Assembleia Distrital e do Governo Civil e os fundos documentais dos arquivos privados ou semi-privados, entre os quais se encontram dos cartórios da Mitra Primaz, da Sé, do Cabido, das Capelas, Paróquias ou Confrarias.

Destes merecem particular destaque para este trabalho, os segundos por fornecerem informação fundamental sobre a propriedade, o sistema viário, a toponímia, características do sistema construtivo e materiais usados. Para além deste manancial de informação merece ainda destaque aquela que se recolhe sobre o uso do solo ou o estado de conservação e ruína dos edifícios públicos e privados.

As fontes histórico – documentais⁷⁷⁷ mais importantes para a cidade medieval foram em larga medida produzidas pela instituição religiosa bracarense⁷⁷⁸, encontrando-se muitas delas, sobretudo as mais antigas por transcrever ou publicar. Neste sentido, optámos, sempre que possível, por usar os estudos publicados acerca da cidade medieval, alguns resultantes da interpretação desses mesmos manuscritos, que incluem, por vezes, a sua transcrição paleográfica.

⁷⁷⁵ Disponível em <http://www.adb.uminho.pt/bd/bds.htm> (consultado às 12 h, do dia 12 de Outubro de 2006).

⁷⁷⁶ Apesar desta base de dados ainda se encontrar em construção e apenas categorizar e sumariar a informação existente no ADB, permite elaborar uma triagem muito significativa dos documentos existentes.

⁷⁷⁷ A grande maioria dos documentos antigos existentes para a cidade de Braga consta de um arquivo documental, designado de Arquivo Distrital de Braga. A informação reunida neste arquivo encontra-se organizada numa base de dados que está disponível em <http://www.adb.uminho.pt/bd/bds.htm> (consultado às 12h, do dia 12 de Outubro de 2006). Contudo, importa salientar que existem outros fundos onde se encontram documentos antigos sobre a cidade, designadamente no Instituto Nacional de Arquivos – Torre do Tombo – em Lisboa, e no Arquivo da Câmara Municipal de Braga.

⁷⁷⁸ A informação arquivista mais antiga existente para Braga foi produzida essencialmente pelo Cabido da Sé Primacial de Braga que se assume como o grande produtor e autor da documentação escrita para o período medieval, mas também para os períodos posteriores. Esta circunstância deriva em grande medida do facto do Cabido ter sido um dos grandes proprietários urbanos desde sempre, o que resultou da própria condição de couto eclesiástico da cidade.

As fontes escritas disponíveis resultam de um processo reorganizativo do arquivo capitular, levado a cabo pela Mesa Capitular no século XVIII⁷⁷⁹. Deste processo resultou a reorganização de um número bastante considerável de documentos, integrados em 14 livros de índices: o *Índice das Gavetas* (6 volumes); o *Índice das Sentenças* (1 volume); o *Índice dos Prazos dos Casais* (3 volumes) e o *Índice dos Prazos das Casas* (4 volumes) e um documento iconográfico, o já referido o *Mapa das Ruas de Braga*, que actualmente fazem parte do Arquivo Distrital de Braga⁷⁸⁰.

Os documentos utilizados neste trabalho foram submetidos a uma selecção, que teve em conta a cronologia dos mesmos e o tipo de informação fornecida. Todavia, devemos salientar que, face à panóplia de documentos existentes, a sua utilização foi, em larga medida, residual, devido à nossa falta de domínio paleográfico e às dificuldades de tempo que um trabalho desta natureza envolve.

Entre os documentos seleccionados e usados encontram-se a obra intitulada *Liber Fidei*, com datas extremadas entre o século VI e o século XIV⁷⁸¹, os *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*⁷⁸², referentes ao período entre 1186 até 1545 e o *1º Livro do Tombo do Cabido*, referente ao período entre 1369 e 1380⁷⁸³. Foram igualmente utilizados, de forma pontual, o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido*⁷⁸⁴, que cobrem o período entre 1406 a 1905, os *Livros dos Prazos das Propriedades do Cabido*, referentes ao período entre 1465 e 1517⁷⁸⁵; e as *Gavetas 1 e 2 das Propriedades do Cabido*, com informações referentes ao período entre 1390 e 1496⁷⁸⁶.

Estes documentos foram produzidos com fins administrativos, reportando-se, na generalidade, às propriedades de uma única instituição. Eles oferecem informações indirecta acerca das características urbanas, que se configuram como fragmentos noticiosos relacionados com as ruas e a data da sua abertura, com as casas, serventias e logradouros, com alguns edifícios construídos referenciados a

⁷⁷⁹ A reorganização do Cabido Primacial da Sé de Braga encontra-se descrita e documentada na obra de J. Augusto Ferreira intitulada *Fastos episcopales da Igreja primacial de Braga (séc. III-XX)*, de 1928-34 (Ferreira 1928-1934)

⁷⁸⁰ AAVV 1989-91, vol II.

⁷⁸¹ Costa 1978.

⁷⁸² Marques 1982c; Marques 1983.

⁷⁸³ Este documento pertence ao Arquivo Distrital de Braga, e foi criticamente datado entre 1369-1380 por Avelino Jesus da Costa (Costa 1997-2000).

⁷⁸⁴ Publicado conjuntamente com o 2º volume do Mapa das Ruas de Braga (AAVV 1989-91).

⁷⁸⁵ Documentos pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga. Transcrição paleográfica gentilmente cedida pela Professora Maria da Conceição Falcão Ferreira.

⁷⁸⁶ Documentos pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga. Transcrição paleográfica gentilmente cedida pela Professora Maria da Conceição Falcão Ferreira.

ruas e cronologias, e, pontualmente, com o tipo de casas e respectivos materiais de construção.

5. Metodologia de análise

Tal como já foi referido, a concretização dos objectivos enunciados para este trabalho terá por base a análise das fontes arqueológicas existentes para a cidade que, por definição, são materiais, mas, também, um outro vasto conjunto de fontes de natureza mista⁷⁸⁷, como sejam a Epigrafia, a Numismática, a iconografia, a cartografia, a fotografia aérea e a arquivística.

A Arqueologia como fonte histórica deve relacionar-se com as restantes fontes disponíveis para o estudo da cidade, na exacta medida em que fornece importantes elementos topográficos e materiais que ajudam à interpretação urbanística da cidade histórica. Também, os elementos presentes numa fotografia aérea ou numa planta urbana, constituem documentos expressivos das diferentes transformações ocorridas no tecido urbano, pois revelam traços morfológicos fossilizados, como sejam o sistema viário, o parcelamento ou os quarteirões, que deram expressão à cidade num determinado momento, podendo mesmo continuar a dela fazer parte. Do mesmo modo, a observação atenta e pormenorizada do edificado actual, quer ao nível das soluções construtivas e compositivas das fachadas, quer ao nível das plantas, ajudam a recriar a evolução da arquitectura histórica da cidade. Assim, os dados fornecidos pela Arqueologia representam um indiscutível e precioso contributo para a restituição das formas urbanas, uma vez que os vestígios exumados pelas escavações são frequentemente a única informação disponível para caracterizar materialmente os espaços e construções, possuindo ainda a característica fundamental de poderem ser reportados à longa duração do tempo de uso de uma cidade.

O principal interesse deste trabalho relaciona-se com a tentativa de perceber como é que a cidade de Braga se foi transformando morfológicamente desde a sua primeira forma romana até à Idade Moderna, contribuindo desta forma com uma abordagem arqueológica para a história urbana da cidade, demonstrando igualmente como é que a Arqueologia pode contribuir para o estudo das cidades históricas.

⁷⁸⁷ Gutiérrez Lloret 1997.

Por conseguinte, os objectivos deste trabalho encontram-se estruturados em torno de três grandes eixos. O primeiro consiste em identificar e caracterizar diacrónica e sincronicamente os diferentes planos urbanos e identificar os mecanismos responsáveis pela sua transformação e pelo surgimento de novas tramas. O segundo relaciona-se com a avaliação da natureza e da dinâmica das relações sociais que estiveram na origem do espaço construído e ou da sua transformação. Por fim, o terceiro prende-se com as diferentes formas de ver, sentir e utilizar o espaço construído ao longo do tempo.

Na verdade, trata-se de proceder a uma análise do espaço construído da cidade actual, entendido como o resultado de múltiplas configurações anteriores. Por conseguinte, a concretização dos nossos objectivos representa um exercício que procura, através das materialidades que sobreviveram do passado e que integram a cidade actual, aceder aos tecidos urbanos e à tipologia construtiva de Braga nos diferentes momentos históricos anteriores, considerando que parte deles ainda integram a realidade urbana actual.

Optámos por analisar este complexo processo usando três grandes momentos de organização do espaço que correspondem a três concepções distintas de cidade e que resultam em três formas de materializar a paisagem urbana.

Neste sentido, abordaremos num primeiro momento, cidade romana e a sua transição para a cidade medieval, posteriormente a cidade medieval enquanto produto da transformação da cidade tardo-antiga e das alterações ocorridas até ao século XV para, finalmente, procurarmos analisar a morfologia da Braga moderna.

6. Conclusão

A investigação portuguesa relacionada com o estudo da morfologia urbana e a caracterização dos espaços construídos carece ainda de uma aproximação multidisciplinar, capaz de articular diferentes tipos de dados, designadamente, a informação arqueológica, os documentos escritos e a cartografia, bem como diferentes metodologias e conhecimentos fornecidos por disciplinas específicas.

Apesar do dilatado ciclo de vida da cidade e da sua importância histórica, grande parte dos equipamentos urbanos antigos, que a configuraram em diferentes períodos, já não integra a sua realidade actual, como sejam o teatro romano, as

suas muralhas, o seu castelo ou os edifícios privados que foram dando expressão a sucessivas morfologias.

Do mesmo modo, importa salientar que os trabalhos arqueológicos realizados nas últimas três décadas na cidade permitiram recuperar vestígios materiais altamente significativos para a compreensão do urbanismo e arquitectura da época romana, fornecendo igualmente indicadores que permitem abordar os processos de transformação da cidade entre o Alto e o Baixo Império, bem como a sua metamorfose até à Idade Média. Na verdade, Braga dispõe, mais do que qualquer outra cidade histórica portuguesa com origem romana, de um acervo informativo de natureza arqueológica que permite sequenciar, ainda que com alguns hiatos, a morfologia urbana entre Augusto e a Idade Média.

Por outro lado, a cidade de Braga possui um conjunto de fontes de natureza distinta que permitem determinar algumas das transformações urbanísticas ocorridas no espaço urbano, muito embora nenhuma delas permita caracterizar, por si só, a evolução morfológica da cidade.

Assim, se a Arqueologia fornece elementos topográficos consistentes, ausentes na documentação escrita, bem como elementos cronológicos que permitem traçar a evolução diacrónica de construções ou de espaços, nem sempre ela consegue viabilizar informação suficiente para determinados períodos, como acontece com o medieval, devido à fragilidade do sistema construtivo, sobretudo utilizado nas habitações.

Por sua vez, os registos iconográficos e topográficos são tardios, fragmentários e insuficientes, para, por si mesmos, fornecerem a informação indispensável para o estudo da evolução urbana de Braga desde as suas origens. Do mesmo modo, a documentação histórica disponível que pode interessar ao estudo da cidade, do ponto de vista da sua morfologia, reporta-se já a um momento avançado do período medieval, concretamente ao século XII, fornecendo, por sua vez, informações indirectas, pontuais e quase sempre difíceis de cartografar.

Neste sentido, a concretização dos objectivos deste trabalho passa por usar de forma crítica diferentes tipos de fontes e ensaiar metodologias de análise do espaço urbano actual, que permitem colmatar os hiatos existentes nas restantes fontes.

**Parte III –
Evolução da Paisagem Urbana de Braga**

1. Introdução

As origens urbanas de Braga remontam aos finais século I a.C., quando, terminada a conquista do território do Noroeste peninsular, no fim das Guerras Cantábricas, o imperador Augusto, no âmbito da reorganização política e administrativa da Hispânia, decide fundar naquele território três centros urbanos, que vão funcionar como sedes conventuais. *Bracara Augusta* será um desses centros, implantado estrategicamente no coração da actual região do Entre Douro e Minho e organizado segundo os modelos romanos.

Apesar da escassez de dados disponíveis que sobreviveram da primitiva *urbs* romana, a Arqueologia permite testemunhar que, desde a sua fundação, a cidade conheceu um plano ortogonal coeso, sendo dotada de infra-estruturas de circulação, abastecimento e distribuição de água e redes de saneamento que permitiram desenvolver-se plenamente nos séculos seguintes. A construção de espaços públicos e privados terá sido progressiva e *Bracara Augusta* deverá ter atingido a máxima extensão e monumentalidade no século II⁷⁸⁸.

Como já foi referido, os testemunhos arqueológicos permitem documentar as sucessivas remodelações que ocorreram no plano urbano da cidade, ainda durante a ocupação romana. Assim, sabemos que, entre os finais do século III e inícios do IV, a cidade foi cercada por uma poderosa muralha, facto que poderá associar-se à sua promoção a capital da nova província da Galécia, criada por Diocleciano. A fortificação da *urbs* terá provocado inevitáveis transformações, não só em termos urbanísticos, mas, também, em termos conceptuais, condicionando, desde logo, a sua configuração⁷⁸⁹. De facto, a introdução deste novo elemento estrutural na cidade, que reduziu a área urbana anterior, irá ter repercussões importantes ao nível da sua organização interna, designadamente, no sistema viário e nas construções que lhe estão associadas, gerando, deste modo, o que podemos considerar ser a primeira grande alteração na estrutura da cidade alto-imperial⁷⁹⁰.

A construção da muralha tardia permitiu a protecção da cidade, garantindo a sua persistência como importante núcleo urbano, perpetuando, também, a sua centralidade. *Bracara Augusta* manterá uma activa vida económica, administrativa,

⁷⁸⁸ Martins 2006.

⁷⁸⁹ Martins 2000c.

⁷⁹⁰ Martins 2004.

religiosa e cultural até, pelo menos, aos séculos VII/VIII, pois, na verdade, as muralhas constituem um importante factor de continuidade dos núcleos urbanos, outorgando-lhes um papel privilegiado nos momentos de instabilidade política.

Tal parece ter ocorrido em Braga que sobreviveu aos tempos de crise que assolaram todo o Império, desde o século III, bem como às sucessivas investidas dos povos germânicos. Elevada a capital do reino suevo nos inícios do século V, acabaria por ser saqueada por Teodorico, em 455, e submetida ao domínio visigótico a partir de 585⁷⁹¹. Todavia, esta conjuntura de instabilidade política, que caracteriza o período de dominação sueva e visigótica, não determinando a sua recessão, contribuiu, certamente, para introduzir significativas alterações no espaço urbano, as quais se encontram igualmente vinculadas à nova doutrina religiosa vigente, o Cristianismo. De facto, a generalização das práticas associadas àquela religião, com a conseqüente construção de edifícios de culto, que passam a fazer parte da paisagem urbana e suburbana, contribuirá para criar novas centralidades e conseqüentes focos populacionais que paulatinamente vão alterando a fisionomia da cidade.

Na verdade, apesar da cidade ter persistido como capital do reino suevo, mantendo uma significativa importância religiosa e cultural, bem como uma dinâmica vida económica, testemunhada pela Arqueologia, são ainda bastante difíceis de precisar, com rigor, as alterações urbanísticas ocorridas entre os séculos V e VIII, bem como as conseqüências das incursões muçulmanas datadas daquele último século.

Contudo, é presumível que uma parte significativa do núcleo urbano romano tenha começado a ser abandonado a partir do século VIII, situação que se agudizará nos séculos IX e X, em benefício de algumas áreas, das quais se destacam o quadrante nordeste da anterior cidade romana e as zonas de S. Pedro de Maximinos, de S. Vicente e de S. Vítor⁷⁹². Na realidade, trata-se de áreas onde se constroem novos edifícios de culto cristão, situados, na sua generalidade, na periferia da antiga cidade romana, frequentemente, nas zonas que correspondem às necrópoles, localizadas ao longo das vias que ligavam a cidade de *Bracara Augusta* ao exterior.

⁷⁹¹ Martins 1992-93.

⁷⁹² Martins 1992-93.

Porém, será a zona correspondente ao quadrante nordeste da cidade, onde parece estar documentada a primeira basílica paleocristã, datada dos séculos V-VI, que irá constituir o núcleo original do pequeno núcleo medieval.

Na realidade, apesar da ocupação da cidade ter sido condicionada pelo fenómeno da polarização em torno de novos centros de culto, localizados na periferia, cerca de um quadrante do núcleo urbano romano irá persistir durante a Idade Média, sofrendo sucessivas modificações morfológicas que permitiram a sua sobrevivência até à Idade Moderna, conservando-se, ainda hoje, parcialmente fossilizado na topografia do Centro Histórico da cidade de Braga.

Esta permanência ocupacional é extremamente interessante do ponto de vista da análise urbanística, uma vez que a cidade medieval, deslocada relativamente à cidade romana, edifica-se sobre parte dela, permitindo analisar possíveis continuidades/descontinuidades morfológicas entre dois períodos históricos da vida da cidade.

Os núcleos populacionais que se organizam em torno das novas igrejas cristãs, que vão sendo construídas em áreas de antigas necrópoles, tenderão a desenvolver-se de forma espontânea, dando origem ao aparecimento da pequena parcela, estreita e alongada, que se estrutura, fundamentalmente, ao longo dos antigos caminhos romanos, que ligam agora o núcleo central da cidade aos centros de culto periféricos.

A cidade medieval irá dotar-se das infra-estruturas necessárias ao seu normal funcionamento, na qual pesa, naturalmente, a sua condição de feudo eclesiástico, possuindo um plano que poderia encontrar-se, ainda, marcado pela morfologia herdada do período romano, no qual seguramente se destaca, desde logo, a muralha do Baixo Império, cujo traçado norte será incorporado no sistema defensivo medieval até ao século XIII.

Entre os séculos XI e XIII o núcleo urbano amuralhado irá permanecer bastante reduzido, encontrando-se a Sé Catedral, sagrada em 1089, em posição periférica relativamente ao conjunto edificado. Porém, a pequena cidade medieval irá crescendo, de forma lenta e orgânica, dentro dos seus sucessivos perímetros defensivos, até ao século XIV, momento em que a Catedral passa a constituir, de facto, o elemento central do espaço urbano.

Na realidade, as primeiras transformações planificadas só se farão sentir nos inícios do século XVI, quando o arcebispo bracarense, D. Diogo de Sousa⁷⁹³, decide levar a cabo um programa de modernização, embelezamento e ampliação da pequena cidade medieval, influenciado pelas novas concepções de espaço urbano, surgidas com o Renascimento europeu.

A planificação urbanística encetada por D. Diogo de Sousa contemplou, não só a regularização de algumas ruas na zona intramuros, como, também, a abertura de novos campos e eixos viários na envolvente da cidade, com o claro objectivo de favorecer a sua expansão.

Porém, será necessário aguardar pelos séculos XVII e XVIII para que Braga conheça o período de maior esplendor arquitectónico e urbanístico, desde a época romana, sob a influência da concepção barroca de organização do espaço urbano. A cidade irá expandir-se para a zona extramuros, através de novos projectos urbanísticos e ao longo dos principais vias de saída para a região envolvente. Destas, a actual Avenida Central, então designada por Campo de Santa Ana, constituirá um lugar privilegiado na aplicação dos ideais barrocos, configurando-se, agora, como uma avenida em perspectiva e como espaço cenográfico de articulação visual entre a Arcada e o Bom Jesus, enchendo-se de edifícios, sobretudo de carácter religioso.

Igualmente, as zonas que bordejavam a muralha medieval foram sendo sucessivamente urbanizadas, como resultado de um inevitável processo de convívio com os novos “campos” abertos por D. Diogo de Sousa e a progressiva perda de funcionalidade do sistema defensivo erguido nos séculos anteriores. Estas transformações terão natural continuidade no século XIX, muito embora neste último, a zona intramuros tenha sido, ela também, afectada pelo crescimento demográfico e por projectos que visaram garantir a sua modernização.

Porém, apesar de todas as intervenções conceptuais e urbanísticas que a cidade de Braga conheceu ao longo da sua história milenar, do acelerado crescimento urbano, dos projectos de modernização e da natural destruição de infra-estruturas e construções fundamentais para a compreensão do seu passado, existem indiscutíveis marcas materiais que persistiram, permitindo-nos ainda a sua leitura. Esta pode ainda ser completada com informações facultadas pelos relatos de eruditos e curiosos, pelas fontes histórico-documentais e pelo notável legado

⁷⁹³ Diogo de Sousa foi o arcebispo que sucedeu a D. Jorge da Costa na hierarquia eclesiástica da Igreja de Braga, tendo governado a cidade entre 1505-1532.

disponível de representações iconográficas da cidade que nos desafiam a restituir a sua memória e os seus traços de identidade.

2. A cidade romana

2.1 Introdução histórica

A Europa proto-histórica era composta por um complexo mosaico de culturas e povos, sendo os locais urbanizados, de um modo geral, escassos e dispersos. Porém, a dominação territorial romana e a expansão de um modo de vida significativamente diferente, alicerçado em princípios socioculturais, económicos e políticos distintos, irão alterar o cenário urbano europeu incutindo-lhe uma nova dinâmica⁷⁹⁴, firmada na criação e dinamização de um vasto conjunto de núcleos urbanos que funcionaram como centros vitais da política imperial de Roma⁷⁹⁵.

Assim, a urbanização de grande parte da Europa ocidental constituiu o resultado da política expansionista romana, assente numa planificação estratégica de conquista e controlo territorial. De facto, os romanos tiveram que subjugar militar e culturalmente os núcleos urbanos já existentes, de fundação fenícia, grega e cartaginesa, mas sobretudo que criar novas cidades onde estas não existiam⁷⁹⁶. Tiveram igualmente que desenvolver uma rede viária adequada à fácil comunicação e acesso entre os territórios dominados e a capital do Império⁷⁹⁷.

As consequências desta política foram, por um lado, a alteração profunda e a reorganização das cidades de fundação anterior, designadamente no que concerne ao estatuto jurídico e à planta urbana e, por outro, a fundação de muitas novas cidades⁷⁹⁸.

De facto, as cidades constituíram a pedra basilar do sistema imperial, razão pela qual, os romanos acautelaram e pensaram cuidadosamente o seu modelo urbanístico e administrativo, escolhendo pessoas da sua confiança para ocupar os

⁷⁹⁴ Terminadas as guerras púnicas contra Cartago (264-146 a. C.) Roma enveredou por uma política imperialista, alargando durante os 300 anos seguintes as suas fronteiras territoriais, que alcançam com o imperador Trajano (98-117) a sua máxima extensão.

⁷⁹⁵ Da extensa bibliografia existente acerca do tema refira-se a obra *Hispania el Legado Romano* (AAVV 1997).

⁷⁹⁶ Owens 1994.

⁷⁹⁷ Sobre a urbanização da Europa Ocidental pode consultar-se as *Actas del XIVè Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, sob o título *La ciudad en el mundo romano* (AAVV 1994).

⁷⁹⁸ Owens 1994.

altos cargos, frequentemente atribuídos, nas áreas mais desenvolvidas, às elites autóctones⁷⁹⁹.

A criação de grandes centros urbanos e a instalação de extensas e abrangentes redes viárias permitiam uma rápida difusão de pessoas, bens e ideias, unificando, ao mesmo tempo, os antigos territórios independentes, que se tornam províncias romanas, submetidas a uma entidade política única, o Império romano e à sua capital, Roma.



Figura 34 - Mapa do Império romano⁸⁰⁰

No século II os Romanos alcançaram as fronteiras máximas do seu Império, passando a controlar um vasto território, disseminado por três dos cinco actuais continentes, entendendo-se da Hispânia (Península Ibérica) até ao Golfo Pérsico, controlando toda a área de influência do Mar Mediterrâneo, o Norte do África e a Europa, sensivelmente até aos rios Reno e Danúbio, a Grã-Bretanha e a Ásia Menor, numa área estimada em cerca de 2,6000,000Km², a qual possuiria uma

⁷⁹⁹ Martins 1999.

⁸⁰⁰ Disponível em <http://wps.ablongman.com/wps/media/objects/262/268312/art/figures/KISH106.jpg> (consultado às 15h, do dia 25 de Março de 2007).

população de aproximadamente 60,000,000 habitantes nos inícios da era cristã⁸⁰¹.

Administrativamente, os romanos organizaram as áreas conquistadas em províncias. Estas eram governadas por cidadãos romanos da confiança do imperador, eleitos por nomeação. O número e a dimensão das províncias flutuaram ao longo dos séculos, tendo sido as maiores e mais bem guarnecidas subdivididas em áreas mais pequenas.

Na mesma linha de actuação, procurando dar resposta às novas necessidades administrativas, exigidas pela manutenção e desenvolvimento do vasto Império, foram criadas outras estruturas jurídico-administrativas de controlo do território, conhecidas como conventos jurídicos. Estes, na sua dimensão física, podem ser definidos como subdivisões das províncias, possuindo uma capital e um território que englobava várias *civitates*⁸⁰². Porém, os conventos eram igualmente circunscrições administrativas com fins jurídicos, financeiros, militares e religiosos, baseadas num modelo de administração descentralizada, que possibilitava a Roma controlar as regiões sem necessidade de exércitos permanentes⁸⁰³.

As cidades capitais de província ou de convento eram *urbs* que funcionavam como centros políticos, económicos, culturais e religiosos, concentrando todos os serviços necessários aos diferentes aspectos da vida dos seus habitantes⁸⁰⁴.

Por conseguinte, as cidades ocuparam um papel fundamental no processo da romanização. Os romanos edificavam as suas cidades nas zonas mais desenvolvidas, com o claro propósito de fixar e atrair as populações dispersas dos territórios conquistados, quer fosse a população indígena local, cujos núcleos de habitação eram, normalmente, povoados fortificados, quer fosse a que congestionava os territórios itálicos. Desta forma, os centros urbanos assumem-se como o principal pólo de desenvolvimento e de transformação cultural⁸⁰⁵. Igualmente, as cidades, sobretudo as fundadas de novo, constituem-se num arquétipo urbanístico, também ele reflexo do poder, do prestígio e da superioridade de Roma⁸⁰⁶.

⁸⁰¹ Finley 1976.

⁸⁰² As *civitates* correspondiam a um sistema de organização política, com importância administrativa, nomeadamente a nível de tributação, incorporando as populações pré-romanas (Alarcão 1983).

⁸⁰³ Martins 1999.

⁸⁰⁴ Martins 1996.

⁸⁰⁵ Fabião 1992.

⁸⁰⁶ Keay 1995.

À semelhança do que aconteceu nos diversos territórios conquistados pelos romanos, também na Península Ibérica se assistiu à aplicação de uma política de conquista, pacificação e integração das populações indígenas no modelo administrativo imperial⁸⁰⁷.

As cidades existentes na Península Ibérica, antes da chegada dos Romanos, encontravam-se essencialmente situadas na costa ibérica e no vale do rio Guadalquivir. Porém, depois das primeiras incursões na costa oriental, no século III a.C.⁸⁰⁸, os romanos irão paulatinamente controlar novos territórios estabelecendo acampamentos e fundando novas cidades⁸⁰⁹.

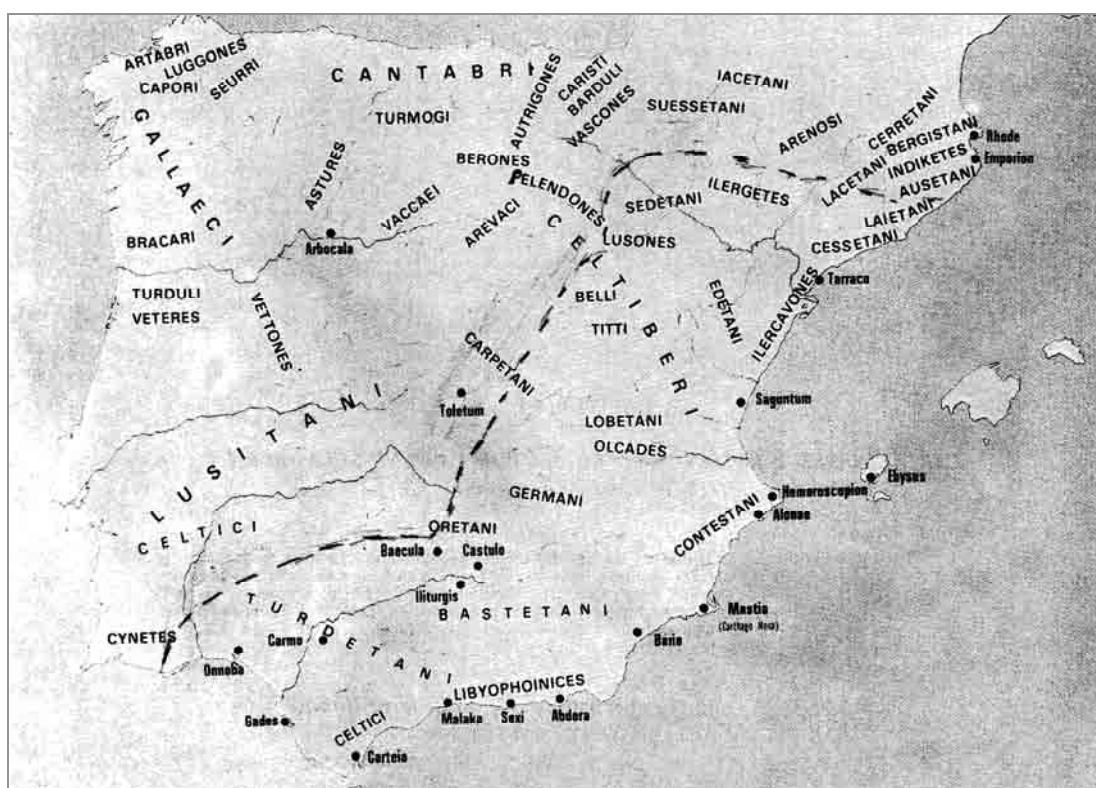


Figura 35 – Povos indígenas da Península Ibérica e marcação dos limites aproximados (linhas a tracejado) das províncias romanas por volta de 154 a. C.⁸¹⁰.

Segundo as fontes escritas, o primeiro contacto dos romanos com as populações indígenas do Noroeste Peninsular, fixadas a norte do rio Douro, ocorreu

⁸⁰⁷ As tropas romanas chegaram às costas orientais da Península Ibérica nos finais do século III a.C. (218 a.C.), donde vão paulatinamente controlando os territórios para norte e ocidente (Mar 1997; Martins 1990).

⁸⁰⁸ Os romanos desembarcaram em *Emporium*, fundação grega, no ano de 218 a.C., onde fundaram uma cidade amuralhada, que se tornará na base das operações do exército romano nos primeiros momentos da conquista e a capital da província Citerior (Mar 1997).

⁸⁰⁹ Entre as duas primeiras cidades romanas da Península Ibérica encontram-se *Emporium* (Ampurias) e *Carthago Nova* (Cartagena).

⁸¹⁰ Almagro-Gorbea 1997: 40.

no século II a.C., aquando da primeira expedição militar romana, levada a cabo pelo cônsul romano *D. Iunius Brutus*, no território do actual Entre Douro e Minho⁸¹¹. Esta região terá ficado teoricamente sob o controlo romano, circunstância que terá atraído à região comerciantes, artesãos e imigrantes desde o século II a.C.⁸¹². A este propósito, assinala-se que o mesmo não ocorre nas regiões mais setentrionais da Hispânia, designadamente na região das Astúrias e da Cantábria⁸¹³, palcos de guerras sucessivas até à dominação definitiva já na época de Augusto⁸¹⁴. De facto, o fim do processo de conquista e controlo total da Península Ibérica só viria a ultimar-se nos finais do século I a.C., assinalando o ano de 19 a.C., a submissão militar e política do NO. Todavia, as populações indígenas da zona mais meridional, correspondente ao território dos *Bracari*, demonstraram atitudes de conciliação e integração já em momentos anteriores⁸¹⁵.

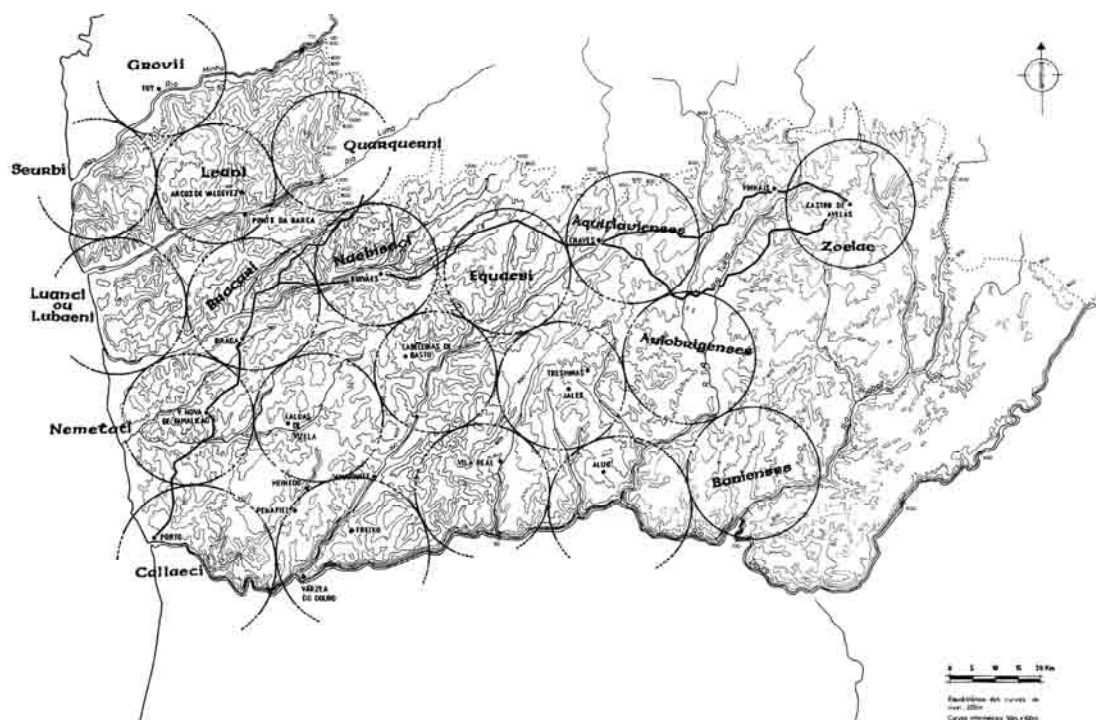


Figura 36 – Civitates do Norte de Portugal⁸¹⁶

⁸¹¹ Este primeiro contacto teria sido estabelecido entre 138-136 a.C., no âmbito da guerra com os Lusitanos (Martins 1995).

⁸¹² Martins 2004.

⁸¹³ Para além dos Astures e dos Cântabros, outro povo que terá oferecido maior resistência ao domínio militar dos romanos, como o próprio Estrabão escreveu, terá sido os Lusitanos, que ocupavam parte do território entre os rios Douro e Tejo, e cujas lutas com os romanos se associam à figura de Viriato (século II a.C.).

⁸¹⁴ Martins 1999.

⁸¹⁵ Muito embora a subjugação total do Noroeste Peninsular tenha sido dificultada por algumas populações, designadamente da franja cantábrica, o que terá exigido a presença do próprio imperador Augusto na Hispânia, a resistência parece não ter sido generalizada a todo o Noroeste (Martins 2000c).

⁸¹⁶ Alarcão 1995-96: 30.

Augusto, dando continuidade à política empreendida pelo seu pai adoptivo, irá proceder a uma profunda reorganização do território hispânico, que pode ser sintetizada em três grandes linhas de acção: procedeu à divisão administrativa de toda a Península Ibérica em províncias⁸¹⁷, conventos e *civitates*; dotou a Hispânia de uma rede de importantes centros urbanos⁸¹⁸, estabelecidos em pontos estratégicos, que obedeciam, necessariamente, a critérios hierárquicos, dentro do quadro administrativo e territorial e deu início à criação de uma rede viária densa, que assegurava a ligação entre os diferentes centros urbanos. É neste contexto que vamos assistir à fundação de um significativo número de cidades durante o governo de Augusto, cujo estatuto jurídico variou.



Figura 37 – Cidades fundadas por Augusto no NO peninsular

⁸¹⁷ As reformas administrativas de Augusto dividiram a Península Ibérica em três grandes províncias. A Lusitânia e a Bética, que correspondiam à antiga Hispânia Ulterior, sensivelmente separadas pelo rio Guadiana e a *Tarraconensis*, antiga Hispânia Citerior. A região do Noroeste Peninsular, a norte do rio Douro, é inicialmente integrada na Lusitânia e, pouco mais tarde, entre 7 a 2 a.C. é anexada à província da *Tarraconensis* (Alarcão 1989).

⁸¹⁸ Algumas das cidades mandadas fundar por Augusto terão tido origem num acampamento militar, como é o caso de *Lucus Augusti* (Lugo), fundada no 12 a.C. e *Asturica Augusta* (Astorga). Outras foram fundadas com o título de *coloniae*, como *Emerita Augusta* (Mérida), *Barcino* (Barcelona), *Norba* (actual Cáceres), *Caesar Augusta* (Zaragoza) ou *Pax Iulia* (Beja).

Na região do NO peninsular, uma das mais problemáticas da Hispânia, Augusto fundou três novas cidades: *Lucus Augusti*, *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*. Segundo a generalidade dos investigadores esta decisão terá sido tomada aquando da estadia do próprio Imperador na Hispânia, facto que terá ocorrido entre os anos 16/15 a.C.⁸¹⁹.

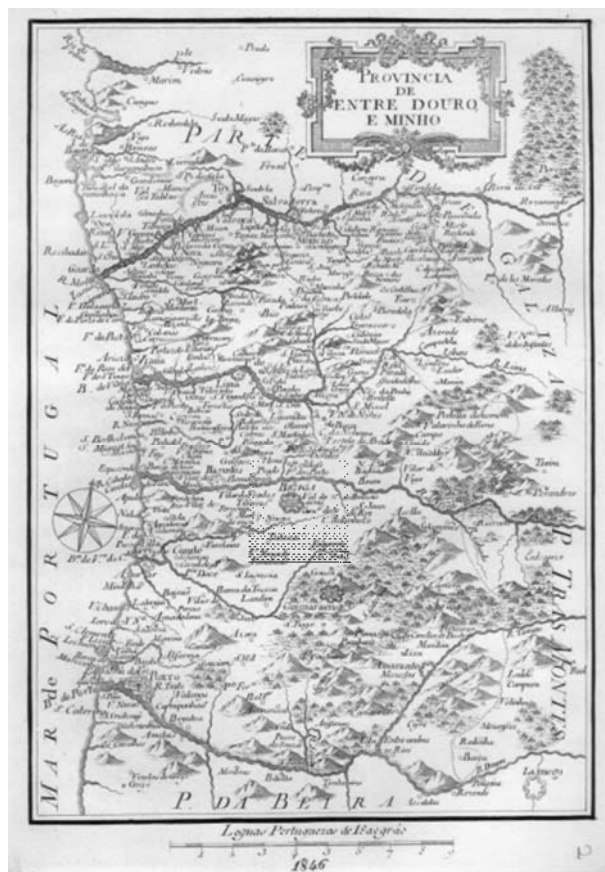


Figura 38 – Mapa da Província de Entre Douro e Minho do século XVIII⁸²⁰ onde é bem perceptível a privilegiada posição geográfica que a cidade sempre ocupou

Bracara Augusta terá beneficiado de condições excepcionais de criação, em virtude das especificidades que caracterizariam a região onde foi fundada. De facto, o actual território de Entre Douro e Minho terá ficado sob o controlo romano desde o século II a.C., posteriormente à campanha de *D. Iunius Brutus*, mantendo estreitas ligações com as regiões mais romanizadas do sul da Península, não sendo conhecidas atitudes hostis por parte das comunidades indígenas da região. Estas circunstâncias terão facilitado a rápida integração social das populações autóctones no modelo administrativo romano e na composição social de *Bracara*

⁸¹⁹ Le Roux 1994.

⁸²⁰ Disponível em <http://bdn.pt> (consultado às 16 horas, do dia 13 de Dezembro de 2007).

Augusta, contribuindo para o precoce e rápido desenvolvimento urbano e económico da cidade⁸²¹.

O local eleito para a fundação de *Bracara Augusta* terá sido criteriosamente escolhido, tendo em consideração a importância geoestratégica e geomorfológica da região entre os rios Douro e Minho⁸²². De facto, a cidade será implantada num ponto central daquela vasta região, que beneficiava, igualmente, de uma considerável rede de caminhos naturais que para aí convergiam, situando-se, simultaneamente, no coração de um vasto território densamente povoado, e economicamente desenvolvido, com elites indígenas bem estruturadas e residentes em grandes povoados de tipo *oppida*⁸²³.

A paisagem envolvente da cidade de *Bracara Augusta* possuía numerosos povoados proto-históricos, entre os quais se destacam o Castro Máximo, o do Monte das Caldas, o do Monte Redondo e a Citânia de Briteiros, todos localizados num raio inferior a 10 Km. Destes aglomerados populacionais destaca-se sobremaneira a Citânia de Briteiros⁸²⁴, com um nível de desenvolvimento proto-urbano considerável, facilmente deduzido pelas ruínas ainda hoje existentes, onde se destacam os arruamentos e a organização de bairros residenciais.

Assim, a escolha do sítio para fundar a cidade, teve seguramente em linha de conta a sua posição geoestratégica, mas, também, a necessidade de controlo e a exploração económica da região⁸²⁵. Roma ter-se-á servido de um hábil processo de atracção e integração da população indígena, que constituirá o cerne da população residente do novo núcleo urbano, ou através do estatuto jurídico concedido à cidade, que facilitava a promoção das elites autóctones ou através da concessão individual do direito latino.

A importância de *Bracara Augusta* desde o momento da sua fundação, está documentada pela sua capitalidade, enquanto sede do *conventus bracaraaugustanus*⁸²⁶, passando a desempenhar as funções de capital

⁸²¹ Martins 2004.

⁸²² Trata-se de um local que se situa na zona de convergência entre a bacia hidrográfica do Cávado e a do Ave, e na área de transição entre as altas montanhas do Minho interior e as colinas que se estendem até ao litoral atlântico. O estabelecimento da cidade neste ponto geográfico permitia que *Bracara Augusta* se abrisse para o litoral atlântico (para as bacias do Ave e do Leça, para os vales do Minho e do Cávado) e para o interior (para as serras Amarela, da Cabreira, do Gerês, do Alvão e do Barroso, que encerram, em anfiteatro, o espaço de Entre Douro e Minho) (Lemos 1999).

⁸²³ Delgado *et al.* 1989.

⁸²⁴ Lemos & Cruz 2007.

⁸²⁵ Trata-se de uma região densamente povoada, que goza de uma forte centralidade relativamente ao contexto geográfico e estratégico, como afirma Francisco Sande Lemos (Lemos 1999).

⁸²⁶ A criação dos conventos no Noroeste Peninsular foi tradicionalmente atribuída ao período flávio, porém, alguns autores como A. Rodríguez Colmenero, considera-a um facto da época de Augusto (Rodríguez Colmenero 1997).

administrativa de um vasto território, com uma estrutura de governo próprio, bem como funções de natureza judicial, financeira, militar e religiosa⁸²⁷.

Ao que tudo indica os principais agentes de desenvolvimento da cidade terão sido as próprias elites locais, organizadas, desde muito cedo, num novo grupo cívico⁸²⁸, os *Bracaraugustani*, que adere à ideologia do culto imperial, facto testemunhado por várias inscrições honoríficas de cronologia fundacional⁸²⁹.

O desempenho de cargos, característico das capitais conventuais, viria assim a ser atribuído a indígenas, favorecendo a sua promoção à cidadania romana, facto documentado pela epigrafia⁸³⁰.

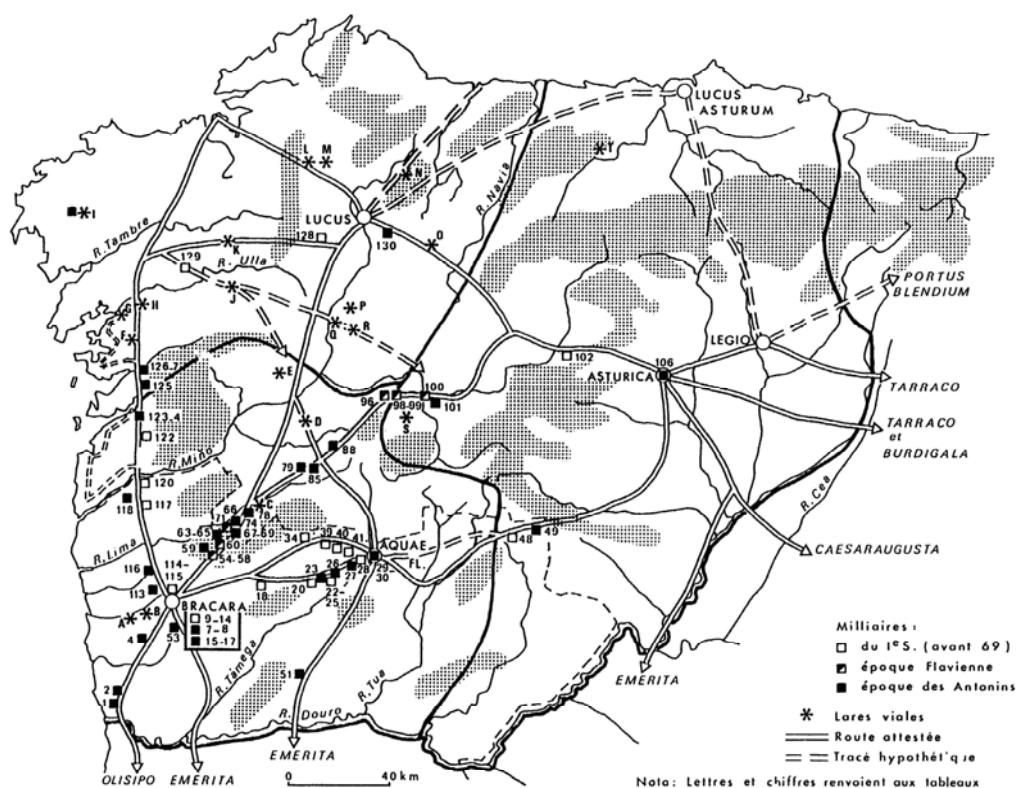


Figura 39 – Rede viária do NO peninsular (sécs. I e II)⁸³¹

A importância de *Bracara Augusta* pode igualmente ser avaliada pelo desenvolvimento económico alcançado no século I, bem como pelas redes viária e

⁸²⁷ Segundo os dados de Plínio, com base no censo de Agripa, *Bracara Augusta*, enquanto capital de convento, exercia jurisdição sobre 24 *populi*, compreendendo estes 285.000 habitantes livres tributários (Martins & Delgado 1989-90b).

⁸²⁸ A provar esta atitude encontramos a referência epigráfica aos *Bracaraugustani*, demonstrando que se teria formado uma nova entidade, distinta dos antigos *Bracari* (Martins 1992-93).

⁸²⁹ O carácter das dedicatórias oficiais presentes nos monumentos epigráficos conhecidos para *Bracara Augusta*, que honram o próprio imperador, os seus netos adoptivos e o seu lugar tenente, *Agrippa Postumus*, encarregado da reorganização da Hispânia, demonstra o contexto e cunho ideológico e religioso que presidiu à fundação da cidade (Martins 1992-93).

⁸³⁰ Martins 1996.

⁸³¹ Tranoy 1995-96: 37.

fluvial que a ligavam ao território envolvente e ao mar, assegurando uma rápida circulação de pessoas e produtos⁸³².

A cidade encontrava-se ligada a outras importantes cidades hispânicas por um conjunto de itinerários principais, que começaram a ser construídos ainda no tempo de Augusto, documentados no conhecido *Itinerarium Antonini Augusti*, mas, também, pelas escavações realizadas e pelos miliários, associados às diferentes vias. Por sua vez, as vias secundárias, eventualmente traçadas sobre caminhos proto-históricos, ligavam a cidade a outros centros urbanos de menor estatuto, designadamente às capitais de *civitates*⁸³³.

A construção da rede viária que abastecia e ligava a cidade à envolvente foi progressivamente aumentada pelos imperadores que se seguiram a Augusto. Das seis vias que convergiam para a cidade cinco delas são mencionadas no *Itinerário de Antonino*, designadamente as vias XVI, XVII, XVIII, XIX e a via *per loca maritima*⁸³⁴. Igualmente o *Mapa de Braunio* faz referência às vias XVIII e XVI e a uma outra que ligaria a cidade de Braga a Guimarães (Planta 1, Apêndice II).

Na parte norte da cidade tinha início a via XIX que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Lugo)⁸³⁵, passando por *Limia* (Ponte de Lima) e *Tude* (Tui). A nordeste da cidade iniciava-se a via XVIII, também designada de Via Nova ou Estrada da Geira, que permitia uma ligação mais directa com *Asturica Augusta* (Astorga)⁸³⁶, por *Bergidum Flavium*. Com base no local onde a via XVIII aparece assinalada no *Mapa de Braunio* e em dados epigráficos⁸³⁷ podemos admitir que chegaria à cidade por um trajecto muito semelhante ao formado pelas actuais ruas de S. Vicente, dos Chãos e de S. Marcos. A via XVII iniciava o seu trajecto no lado nascente, por um caminho, designado no século XIX, como Cangosta das Águas⁸³⁸, prosseguindo aproximadamente pela actual Rua do Raio⁸³⁹ e ligava a cidade à de *Aquae Flaviae* (Chaves), seguindo daí para *Asturica Augusta* (Astorga). Igualmente a *Bracara* chegaria, pelo lado sudeste, a via que provinha de *Emerita Augusta*

⁸³² Morais 1998; 2004.

⁸³³ Martins 1995.

⁸³⁴ Alarcão 1983.

⁸³⁵ Esta via passava por Vila Verde, Prado, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Valença e Tui (Alarcão 1983).

⁸³⁶ Esta via saía de Braga por Montariol, atravessava o Cávado e os concelhos de Amares e Terras de Bouro e a antiga fronteira na Portela do Homem (Alarcão 1983).

⁸³⁷ Referimo-nos concretamente a uma ara romana dedicada aos *Lares Viales*, encontrada no Largo de S. Francisco, localizado nos inícios da actual Rua dos Chãos. Este achado permitiu considerar que as actuais Ruas dos Chãos e de S. Vicente fossilizam o traçado da via XVIII (Cunha *et al.* 2005).

⁸³⁸ Na zona a norte da Cangosta das Águas, correspondente ao actual Largo Carlos Amarante, foi descoberto um pequeno conjunto de sepulturas que integrariam a necrópole associada à via XVII (Delgado 1984).

⁸³⁹ Esta via iniciaria o seu trajecto na zona da Fonte do Ídolo e seguia pelo vale do rio Este atravessando o Barroso, entroncando aí com outras ramificações, designadamente para a região de Bragança e para a zona de Três Minas, entre outras, que lhe oferecem a grande importância estratégico-comercial (Alarcão 1983).

(Mérída), por Idanha-a-Velha (*Egitania*), Tongobriga, Vizela e Caldas das Taipas, que não aparece mencionada no Itinerário de Antonino e que no *Mapa de Braunio* figura como a via para Guimarães. Segundo a mesma fonte iconográfica e as sepulturas encontradas esta via chegava às portas da cidade romana passando a ponte de Guimarães, seguindo pela Rua de S. João da Ponte e pela Rua de S. Lázaro, assim designadas desde o século XV⁸⁴⁰ e correspondentes aproximadamente à actual Avenida da Liberdade, seguindo posteriormente no sentido do hospital, pela Rua dos Granjinhos, desembocando na via XVII, através da qual se ligava à cidade.

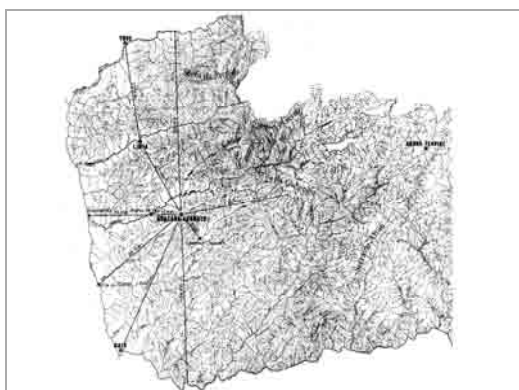


Figura 40 – Vias romanas que ligavam *Bracara Augusta* ao resto do Império⁸⁴¹



Figura 41 – Vias romanas no *Mapa de Braunio* onde apenas três delas aparecem assinaladas, identificadas a sombreado

Na parte sul da cidade terminava a via XVI que tinha origem em *Olisipo* (Lisboa)⁸⁴², passando por *Cale* (Porto). O referido Itinerário menciona ainda a via *per loca maritima*, ou Via XX, que ligaria a cidade a *Lucus Augusti*. Todavia, o local preciso por onde esta via se ligaria à cidade permanece envolto em controvérsia. O *Mapa de Braunio* localiza a saída para *Cale* no lado sudoeste da cidade, num caminho que se direcciona para sul e que, portanto, se ligaria à via XVI. Todavia, este caminho tem origem na zona do *forum*, assinalada igualmente no *Mapa de Braunio*, seguindo para oeste, pela actual Rua de S. Sebastião, correspondente ao decumano máximo ocidental, no final do qual existiria um entroncamento de caminhos, seguindo um para sul, referente ao atrás mencionado, e outro para

⁸⁴⁰ Segundo o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (AAVV 1989-91, vol. II).

⁸⁴¹ Lemos 1999: 90.

⁸⁴² Até Lisboa passava por Porto, Coimbra, Condeixa, Tomar e Santarém (Alarcão 1983).

oeste, o qual, na época romana, se dirigia para o anfiteatro e que poderá corresponder à saída da via *per loca maritima* (Planta 1, Apêndice II).

Deste modo, a *urbs* pode desenvolver-se económica e comercialmente desde muito cedo. A importância económica de *Bracara Augusta* encontra-se comprovada pelos dados epigráficos⁸⁴³ e pelo material das escavações que testemunha o comércio e intercâmbio de produtos oriundos de diferentes partes do Império⁸⁴⁴. O conjunto destes vestígios permite admitir que a cidade possuía uma actividade económica bastante significativa, ainda que os fluxos comerciais sejam difíceis de quantificar.

Bracara Augusta possuía as condições necessárias para se desenvolver e monumentalizar à medida que a própria cidade e a região iam prosperando, facto documentado pelas escavações arqueológicas.

Por outro lado, a posição geoestratégica, a importância administrativa, religiosa e económica da cidade terão atraído e fixado cada vez mais população, desde notáveis indígenas a imigrantes, alguns dos quais cidadãos romanos e militares, que contribuíram para um rápido crescimento demográfico do núcleo urbano⁸⁴⁵.

Os dados arqueológicos e epigráficos indicam que a cidade terá conhecido um considerável desenvolvimento ao longo da dinastia júlio-cláudia, admitindo-se que, durante a primeira metade do século I, se tivesse procedido a uma ocupação sistemática do novo aglomerado⁸⁴⁶.

No último quartel do século I *Bracara Augusta* irá conhecer um significativo desenvolvimento que se traduz na renovação e monumentalização da cidade. De facto, o período flávio-antonino, o melhor documentado arqueologicamente, revela vestígios de edifícios de carácter público e privado que permitem pensar na existência de um ambicioso projecto de renovação urbana, na área envolvente do *forum*, que compreendeu a construção de um conjunto monumental que inclui umas termas e um teatro, tendo ocorrido entre finais do século I e inícios do II⁸⁴⁷.

⁸⁴³ Tratam-se de duas inscrições epigráficas, uma delas dedicada, na época de Cláudio (42-44), ao governador da Hispânia Citerior, *C. Caetronius Miccio*, pelos comerciantes romanos que exerciam a sua actividade na cidade e uma outra consagrada ao *genius marcelli* (Martins 1992-93).

⁸⁴⁴ Nomeadamente, cerâmicas de importação (paredes finas, ânforas e sigillatas sud-gálicas e hispânicas) vidros e objectos de adorno (Martins 1992-93).

⁸⁴⁵ Apesar de habitada maioritariamente por populações indígenas, é conhecida a presença de cidadãos romanos e de militares, fundamentalmente ligados ao comércio, a obras e à planificação e construção da rede viária (Martins 1992-93).

⁸⁴⁶ Martins & Delgado 1989-90b.

⁸⁴⁷ Martins 2004.

Do mesmo modo, os dados arqueológicos permitem certificar um florescimento das actividades económicas neste período, decorrente de um aumento das importações e exportações. O aumento da procura encontra-se atestado pelo ritmo dos produtos importados, que deixam transparecer o crescimento demográfico, bem como a existência de uma população residente endinheirada com requintado gosto, a avaliar pela qualidade dos mesmos⁸⁴⁸.

Paralelamente, assistimos ao desenvolvimento das actividades artesanais, bem como à reparação das vias existentes e à construção da via *Nova* ou via XVIII que unia *Bracara* a *Asturica Augusta* pela região de Orense⁸⁴⁹.

Os vestígios recuperados relativos ao urbanismo do período flávio/antonino permitem reforçar a ideia de que a cidade possuiria ruas porticadas, edifícios de espectáculo, termas públicas, bem como habitações de qualidade, muitas das quais com balneários. Este programa urbanístico executado, certamente, com fundos municipais, contemplou a remodelação dos edifícios preexistentes e novas edificações, a reparação das vias periféricas e o desenvolvimento de actividades artesanais⁸⁵⁰.

Este projecto viria a transformar *Bracara Augusta* numa grande cidade. Os vestígios de construções recuperados no perímetro urbano, a localização das necrópoles e as vias e ruas permitem estimar uma área construída superior a 48 hectares⁸⁵¹.

Entre finais do século II e meados do III⁸⁵², *Bracara Augusta* não terá conhecido um grande desenvolvimento das actividades construtiva e comercial, acusando a recessão característica do período. Contudo, o facto de não ter sido envolvida nos tumultos que afectaram a Hispânia, permitiu-lhe assegurar uma vida relativamente calma, já que possuía capacidades de subsistência, essencialmente a partir da exploração da região envolvente. De facto, as intervenções arqueológicas testemunham uma normal continuidade da vida urbana, ainda que, as importações e a circulação monetária apresentem um significativo decréscimo⁸⁵³.

Todavia, nos finais do século III, *Bracara Augusta* assume uma importância crescente no contexto das cidades do NO peninsular, bem documentada na sua

⁸⁴⁸ Martins 1991-92.

⁸⁴⁹ Martins 1991-92.

⁸⁵⁰ Martins 2000c.

⁸⁵¹ Martins & Delgado 1989-90b.

⁸⁵² Período dos imperadores Severos (193-235).

⁸⁵³ Martins 1991-92.

elevação a capital da província da Galécia, criada pelo imperador Diocleciano⁸⁵⁴, altura em que a cidade será dotada de uma poderosa muralha (Planta 1, Apêndice II).

O modelo urbano planificado e a monumentalidade alcançada por *Bracara Augusta* encontram-se em perfeitamente consonância com os paradigmas urbanos romanos, ao contrário do que foi tradicionalmente considerado na historiografia. De facto, as cidades do NO Peninsular foram consideradas marginais aos modelos urbanos romanos, por se localizarem na periferia do Império. No entanto, esta posição tem vindo a ser reconsiderada, face aos resultados arqueológicos obtidos em projectos de Arqueologia Urbana realizados nas cidades de fundação augústea, bem como, nalguns centros urbanos de fundação flávia e mesmo em alguns *vici*⁸⁵⁵.

À semelhança de outras fundações romanas, *Bracara Augusta* foi uma cidade planeada segundo um traçado ortogonal, que cobria uma extensa área urbana, possuindo espaços e edifícios públicos que constituem os elementos carismáticos da *romanitas*, designadamente um *forum*, um teatro, um anfiteatro, termas, para além dos naturais bairros residenciais e *domus* de prestígio.

2.2 A fundação e a cidade do Alto Império

2.1.1 A fundação e planificação de *Bracara Augusta*

O estudo da génese do urbanismo da cidade de Braga tem que remontar, necessariamente, às décadas finais do século I a.C., quando foi fundada *Bracara Augusta*⁸⁵⁶ e estruturada a primeira forma urbana de Braga (Planta 2, Apêndice II).

A data exacta da consagração oficial da nova urbs é ainda desconhecida, muito embora venha sendo sugerido por vários autores o ano de 16 a.C. para a fundação das três cidades do NO peninsular⁸⁵⁷. A datação atribuída ao pedestal de estátua, em honra de Augusto, dedicada pelos *bracaraugustani*, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus*, situada entre os anos 4 e 2 a.C.⁸⁵⁸, poderá,

⁸⁵⁴ Nos finais do século III o Imperador Diocleciano (284-305 d.C.) vai proceder à divisão da grande província da *Tarraconensis* e criar a província da Galécia, que integrou os três conventos jurídicos do NO e parte do de Clunia, da qual *Bracara Augusta* se tornará capital (Martins 1992-93).

⁸⁵⁵ Fernández Ochoa 1993.

⁸⁵⁶ O nome dado à cidade deve ter ficado a dever-se ao facto de neste região existir um povo denominado de *Bracari*, identificado por Estrabão, que ocupava uma extensa região entre o rio Douro e o Cávado (Martins 1995).

⁸⁵⁷ Rodríguez Colmenero 1997.

⁸⁵⁸ Tranoy 1981.

entretanto, aproximar-nos do momento em que terá sido materializado o plano urbano da cidade⁸⁵⁹.

O local eleito para a fundação de *Bracara Augusta* foi uma colina, actualmente conhecida por Colina do Alto da Cidade, com pouco mais de 180 metros de altitude máxima e com uma pendente suave que permitiria a fácil drenagem das águas⁸⁶⁰ (Figura 42, p. 221).



Figura 42 – Vista aérea da Colina da Cidade⁸⁶¹

Neste local foram encontrados vários vestígios datados da época fundacional, entre os quais material numismático e cerâmico atribuível à época de Augusto, sendo a sua presença mais significativa para o período júlio-cláudio⁸⁶². Na plataforma superior da Colina da Cidade, foram ainda identificados vestígios pertencentes a uma complexa estrutura, eventualmente de época fundacional, de funcionalidade indeterminada, designada por edifício pré-termal⁸⁶³. Entre as características desta construção destacam-se desde logo o predomínio de

⁸⁵⁹ Martins 2000c.

⁸⁶⁰ Na região envolvente de Braga foram encontrados testemunhos epigráficos, como o já referido em Semelhe, mas também em Dume, ou até mesmo em Braga, que atestam uma particular devoção ao Imperador Augusto (Martins 2000c).

⁸⁶¹ Fonte: Mapoteca UAUM.

⁸⁶² A confirmar esta afirmação encontram-se os estudos das moedas (Zabaleta Estévez 1999) ou das cerâmicas (Morais 1998; 2004).

⁸⁶³ Martins 2005.

alinhamentos NO/SE e uma métrica de área construída de forma quadrada com 150 pés⁸⁶⁴ de lado (44,4m).

A documentar a localização do primitivo núcleo urbanizado da cidade, encontra-se, ainda, a informação referente à localização do *forum* romano, que, segundo o *Mapa de Braunio*, datado do século XVI, se localizava nas proximidades desta zona. Também os dados referentes à grande cloaca identificada nas imediações do local onde se presume situar o *forum*, no edifício do Ex-Albergue Distrital⁸⁶⁵, que poderá ter origem fundacional, vêm reforçar o Alto da Cidade como área nuclear de ocupação inicial.

A escassez de estruturas pertencentes à época de Augusto e júlio – cláudia, contrariamente ao que se verifica com os dados epigráficos e até mesmo numismáticos e cerâmicos, parece justificada pelas posteriores remodelações flávias, facto que não inviabiliza o planeamento ortogonal do primeiro núcleo, que seguramente contemplou uma área considerável. Na verdade, este facto encontra-se comprovado pela descoberta de um troço da cloaca, identificada no Ex-Albergue Distrital, na Rua Frei Caetano Brandão, nº 154, a qual corria sob uma rua ortogonal⁸⁶⁶. Deste modo, a área planificada da cidade estendia-se para norte, até às imediações da Sé Catedral, local onde foram exumados vestígios datáveis da época de Augusto, muito embora, com uma orientação N/S, dissonante da que caracteriza os eixos dominantes cidade. Noutros locais foram identificadas estruturas com orientações diferenciadas, facto que permite supor que a área planificada de *Bracara Augusta* era inferior àquela que viria a ser a mancha urbana da cidade no século II⁸⁶⁷.

À semelhança das cidades romanas criadas *ex novo*, *Bracara Augusta* terá conhecido desde a sua fundação um coeso projecto urbano, que beneficiou desde logo das condições topográficas do local e da inexistência de anteriores estruturas urbanas, factos que facilitaram a implementação de um plano urbano ortogonal⁸⁶⁸.

Segundo os dados arqueológicos a cidade possuiria eixos orientados NO/SE e SO/NE, delimitando quarteirões de forma quadrada, com cerca de 150 pés de lado,

⁸⁶⁴ O valor do pé romano utilizado neste trabalho corresponde a 0,296 m, à semelhança do que tem sido norma de *Bracara Augusta*.

⁸⁶⁵ Lemos & Leite 2000a.

⁸⁶⁶ Lemos & Leite 2000a.

⁸⁶⁷ Martins 2006.

⁸⁶⁸ A cidade parece ter conhecido uma intervenção directa do poder imperial, a julgar pelo programa coeso de planificação, quer a nível do conjunto do espaço urbano, quer mesmo da região envolvente (Martins 2006).

entre o eixo das ruas, ocupando as casas cerca de 1 *actus* (120 pés)⁸⁶⁹. Os eixos dominantes na cidade encontram-se igualmente referenciados na organização do território envolvente, quer na orientação de alguns dos itinerários principais, como as vias XVII e XIX, quer na formalização de um cadastro rural, que se encontra em estudo⁸⁷⁰.

Num primeiro momento, terão sido definidos os espaços públicos e privados e consecutivamente construídas as primeiras infra-estruturas urbanas para o normal funcionamento da cidade, designadamente as estruturas de abastecimento de água, de saneamento e os eixos viários⁸⁷¹. Paralelamente, alguns dos quarteirões residenciais (*insulae*), em que se dividia o espaço urbano, terão começado a ser ocupados com construções com o propósito de albergar a crescente população⁸⁷².

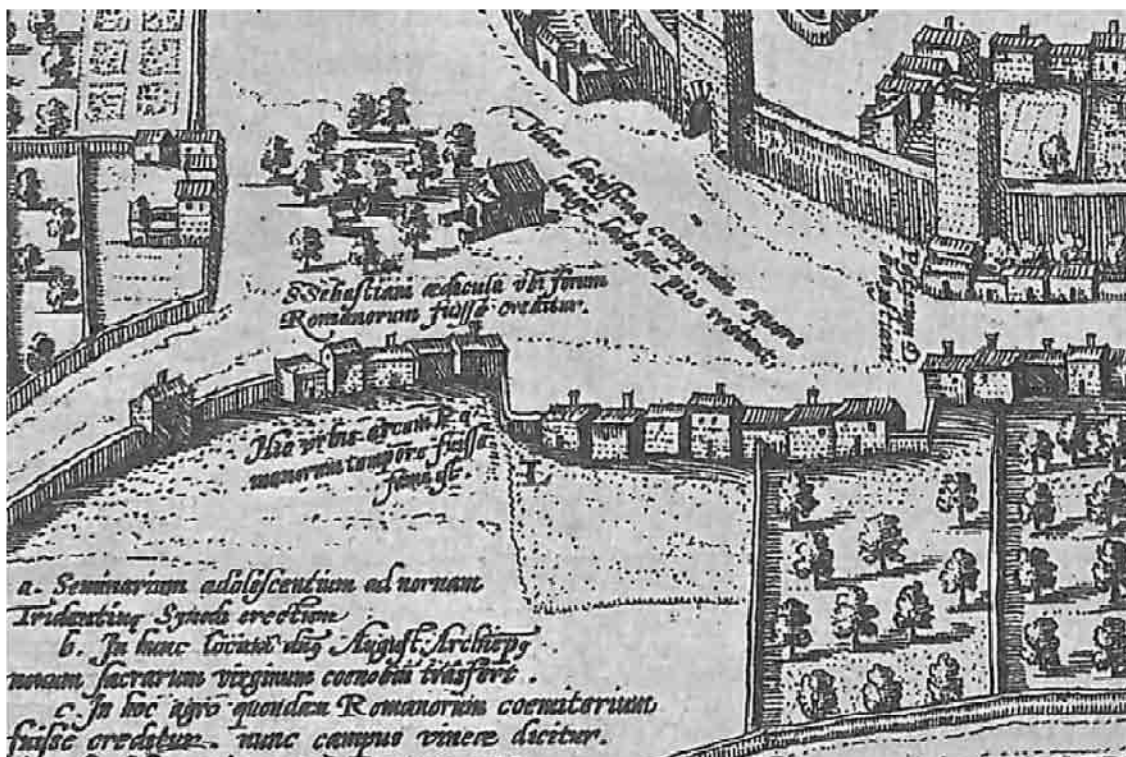


Figura 43 – Localização do fórum romano segundo o Mapa de Braunio

⁸⁶⁹ Esta modelação verificou-se inicialmente na zona arqueológica das Carvalheiras, local onde se encontra o testemunho melhor conservado da habitação urbana, mas tem vindo a ser verificada noutros pontos da cidade, designadamente em sectores escavados na área arqueológica do antigo Albergue Distrital e da Colina do Alto da Cividade (Martins 2006).

⁸⁷⁰ Martins 1995. O estudo do cadastro romano da área envolvente da cidade encontra-se em fase de conclusão por Helena Paula Carvalho, no âmbito do seu projecto de Doutoramento.

⁸⁷¹ Os dados arqueológicos exumados, datados da época fundacional, permitem atestar estas construções que se encontram alinhadas e orientadas NO/SE (Martins & Delgado 1989-90b).

⁸⁷² A existência de construções da época de Augusto pode ser atestada através do espólio, mas também através da existência de um edifício pré-flávio da Colina do Alto da Cividade (Martins 2000), sobre o qual foi edificado o complexo termal do Alto da Cividade (Martins & Delgado 1989-90b).

Vários elementos arquitectónicos e algumas inscrições permitem considerar a edificação de uma área monumental e religiosa desde a fundação, a qual constituiria o *forum* da cidade. A informação iconográfica fornecida pelo *Mapa de Braunio* e os sugestivos materiais arquitectónicos encontrados nas imediações do Largo Paulo Orósio, designadamente bases de colunas monumentais de diferentes diâmetros, permitem considerar situar-se aí a área do *forum*, muito embora ela não tenha sido ainda objecto de escavações (Figura 43, p. 223).

Apesar de se desconhecerem os limites rigorosos do primeiro aglomerado, com alguma probabilidade este deve ter sido consecutivamente alargado, a julgar pelo aumento populacional que a cidade vai conhecendo, aliado ao crescimento económico. De facto, as dimensões exactas da cidade alto-imperial são difíceis de determinar devido à inexistência de vestígios que comprovem uma provável muralha do período fundacional.

Tendo em conta os dados disponíveis, é possível considerar que a área planificada seria rectangular. O crescimento periférico da cidade terá sido todavia significativo, sabendo-se que ultrapassou nalguns sectores os limites fixados com a construção da muralha do século III. De facto, nalgumas áreas onde a muralha foi intervencionada foram observados vestígios de construções sacrificadas à construção deste grande equipamento.

Entre os finais do século III e inícios do IV a cidade irá ser palco de remodelações, bem testemunhadas pela Arqueologia, que alteraram a planimetria alto-imperial, que analisaremos no ponto 2.3. deste trabalho.

2.2.1 Dados disponíveis

A morfologia da primeira forma urbana de Braga é possível de analisar graças ao conjunto de vestígios arqueológicos provenientes das zonas escavadas até ao momento, aos elementos de arquitectura, mas, também, à iconografia e cartografia antigas, à fotografia aérea, bem como ao plano actual da cidade.

As zonas arqueológicas intervencionadas⁸⁷³ que permitem uma análise mais directa acerca da forma urbana alto-imperial, designadamente no que se refere ao

⁸⁷³ Mais uma vez, a este propósito, gostaríamos de referir que os vestígios de algumas destas zonas arqueológicas não se encontram nem estudados sistematicamente, nem publicados, o que condiciona a sua plena utilização, nomeadamente no que se refere ao período cronológico, sendo a sua utilização por vezes muito pontual.

seu plano, são as que fornecem informações directas acerca das ruas, cloacas e canalizações, pórticos e espaços edificados (Figura 44, p. 225)

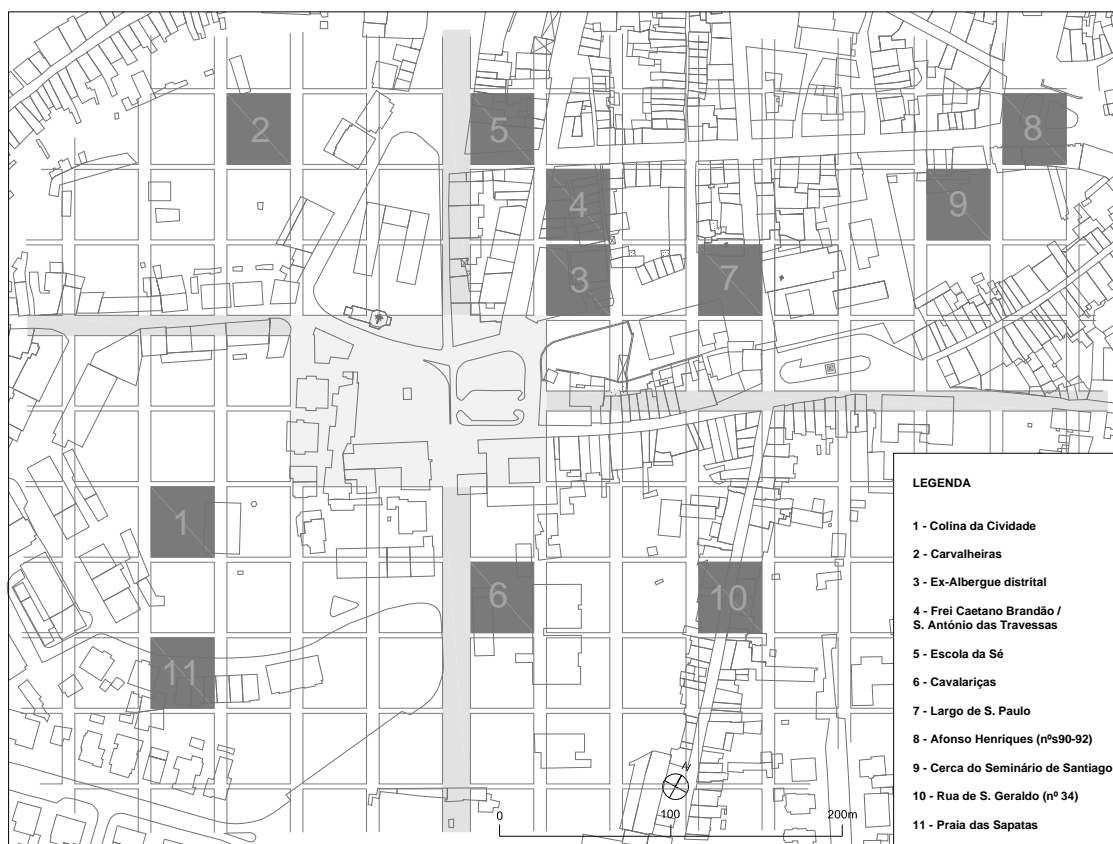


Figura 44 – Zonas arqueológicas mais relevantes para o estudo do plano romano

Deste modo, e como se pode consultar no Anexo I deste trabalho, os vestígios materiais que permitem tecer interpretações acerca da estrutura e composição do plano urbano, designadamente no que se refere ao sistema viário, aos quarteirões e espaços construídos, encontram-se nas zonas arqueológicas das Termas do Alto da Cidade⁸⁷⁴, nas Carvalheiras⁸⁷⁵, na Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital)⁸⁷⁶, na Rua Frei Caetano Brandão (Rua), nºs 183-185 / Santo António das Travessas (Rua), nºs 20/26⁸⁷⁷, na Escola da Sé (Antiga)⁸⁷⁸, na Frei Caetano Brandão (Rua), nºs 154⁸⁷⁹ e no Largo de S. Paulo⁸⁸⁰. Contudo, um pouco por toda a cidade encontramos vestígios pontuais que

⁸⁷⁴ Anexo I – ZA 59.

⁸⁷⁵ Anexo I – ZA 20.

⁸⁷⁶ Anexo I – ZA 18.

⁸⁷⁷ Anexo I – ZA 27.

⁸⁷⁸ Anexo I – ZA 23.

⁸⁷⁹ Anexo I – ZA 26.

⁸⁸⁰ Anexo I – ZA 42.

permitem elaborar uma hipótese interpretativa da malha urbana de *Bracara Augusta*.

No tabuleiro superior da Colina do Alto da Cidade, no local onde foram identificadas umas termas públicas, que sofreram sucessivas remodelações desde o século I até aos finais do século IV, apareceram estruturas que têm sido consideradas de época fundacional, pertencentes a um edifício, que, posteriormente, nos inícios do século II, será substituído pelo referido balneário (Figura 45, p. 226).

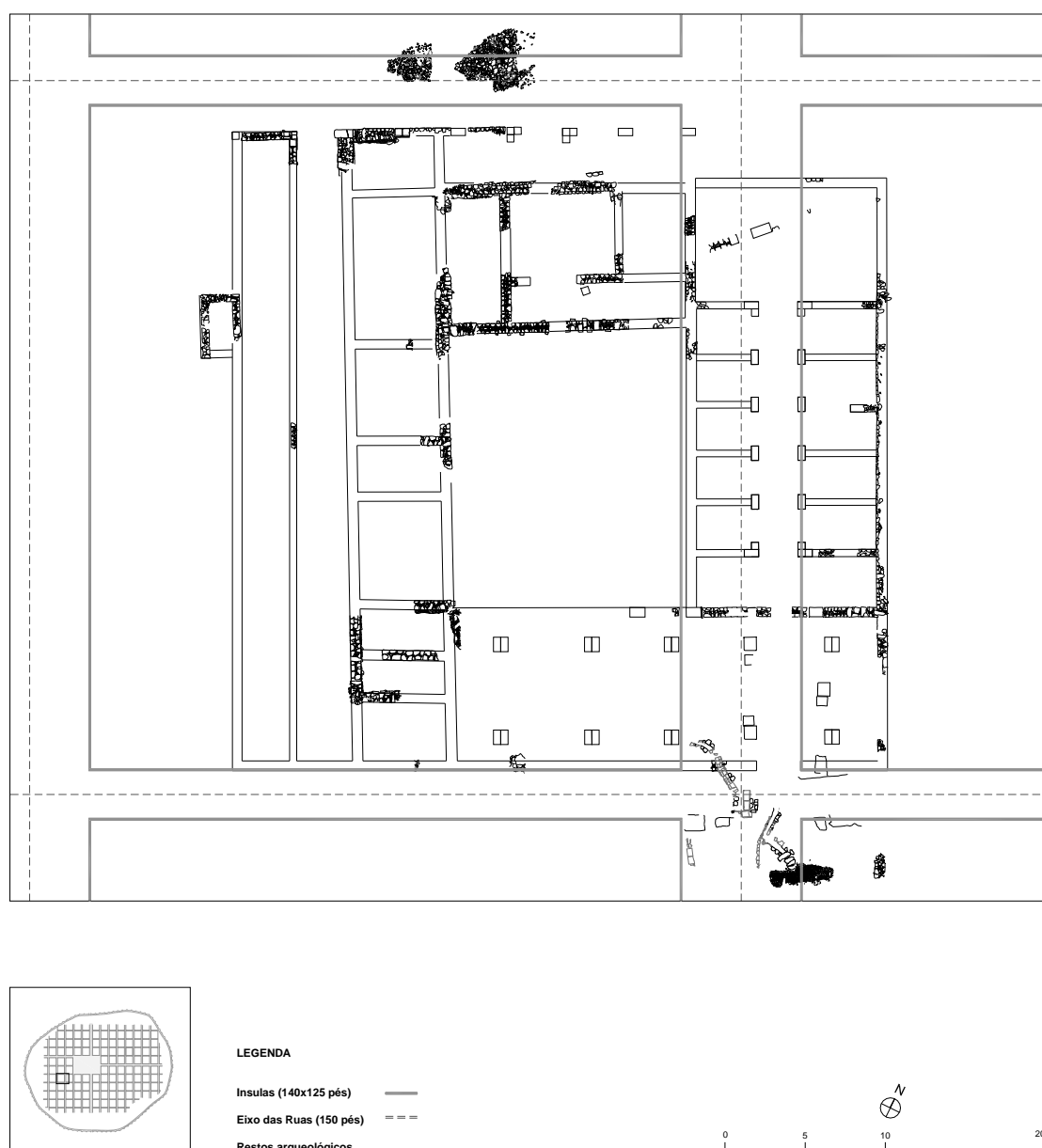


Figura 45 – Restituição da métrica do edifício pré-termal (Colina do Alto da Cidade)

Em virtude desta área ter sido sucessivamente remodelada ao longo dos séculos, as estruturas recuperadas pertencentes ao primeiro edifício aí construído são parciais, ainda que extremamente significativas para a análise da malha urbana da cidade, bem como para a comprovação da existência de um plano fundacional que se consolidará durante o Alto Império. A referida construção apresenta uma forma aproximadamente quadrada, com cerca de 150 pés de lado (44,4 m), encontrando-se limitada a norte por uma fachada porticada com 12 pés (3,5 m) de largura, apresentando silhares com uma modulação igualmente de 12 pés. Do limite sul apenas se conhecem alguns silhares, recuperados na parte nascente do edifício, os quais permitem admitir uma fachada igualmente porticada, à semelhança do que acontece na parte norte⁸⁸¹.

O edifício encontrava-se organizado em torno de um espaço central aberto com 315 m², em volta do qual se organizavam quatro corpos, com características morfológicas distintas⁸⁸². O corpo situado a este, que delimitaria a nascente todo o edifício, é o melhor conhecido, possuindo, na sua parte central, uma galeria com 2,96 m (10 pés), definida por duas fiadas de seis silhares dispostos no sentido NO/SE, com uma modelação regular igualmente de 10 pés entre os eixos, que deveria funcionar como corredor de circulação, permitindo o acesso a dois conjuntos de compartimentos laterais localizados, respectivamente, a este e oeste⁸⁸³.

O facto da fachada oeste do edifício ter que vencer um desnível de cerca de cinco metros, entre o tabuleiro superior e inferior, conferiu características particulares ao corpo poente, que seria constituído por galerias sobrepostas, das quais se reconhecem alguns muros e arcos em tijoleira, que permitiam compor uma a fachada monumental que integrava um fontanário⁸⁸⁴.

Em virtude da complexidade do conjunto edificado, permanecem algumas dúvidas quanto à sua funcionalidade, muito embora com alguma probabilidade, possa ter desempenhado, entre outras, as funções de armazém (*horrea*)⁸⁸⁵. No entanto, mais do que a função, interessa neste trabalho valorizar os módulos do edifício. Com efeito, a área construída apresenta uma modulação de 150 pés (44,4 m), a galeria do corpo este um módulo de 10 pés (2,96 m) e o pórtico norte um

⁸⁸¹ Martins 2005.

⁸⁸² Martins 2005.

⁸⁸³ Silva 1999.

⁸⁸⁴ Martins 2005.

⁸⁸⁵ Martins 2005.

modulo de 12 pés (3,5 m), o qual está igualmente presente entre os silhares do referido pórtico.

Os trabalhos arqueológicos realizados nas Carvalheiras⁸⁸⁶ permitiram exumar uma *domus* de átrio e peristilo, construída em época flávia, que ocupa a totalidade de uma *insula*, ladeada por pórticos e ruas limítrofes. Para além destes vestígios, foram ainda encontradas estruturas pertencentes a três outras *insulae* que lhe são adjacentes.

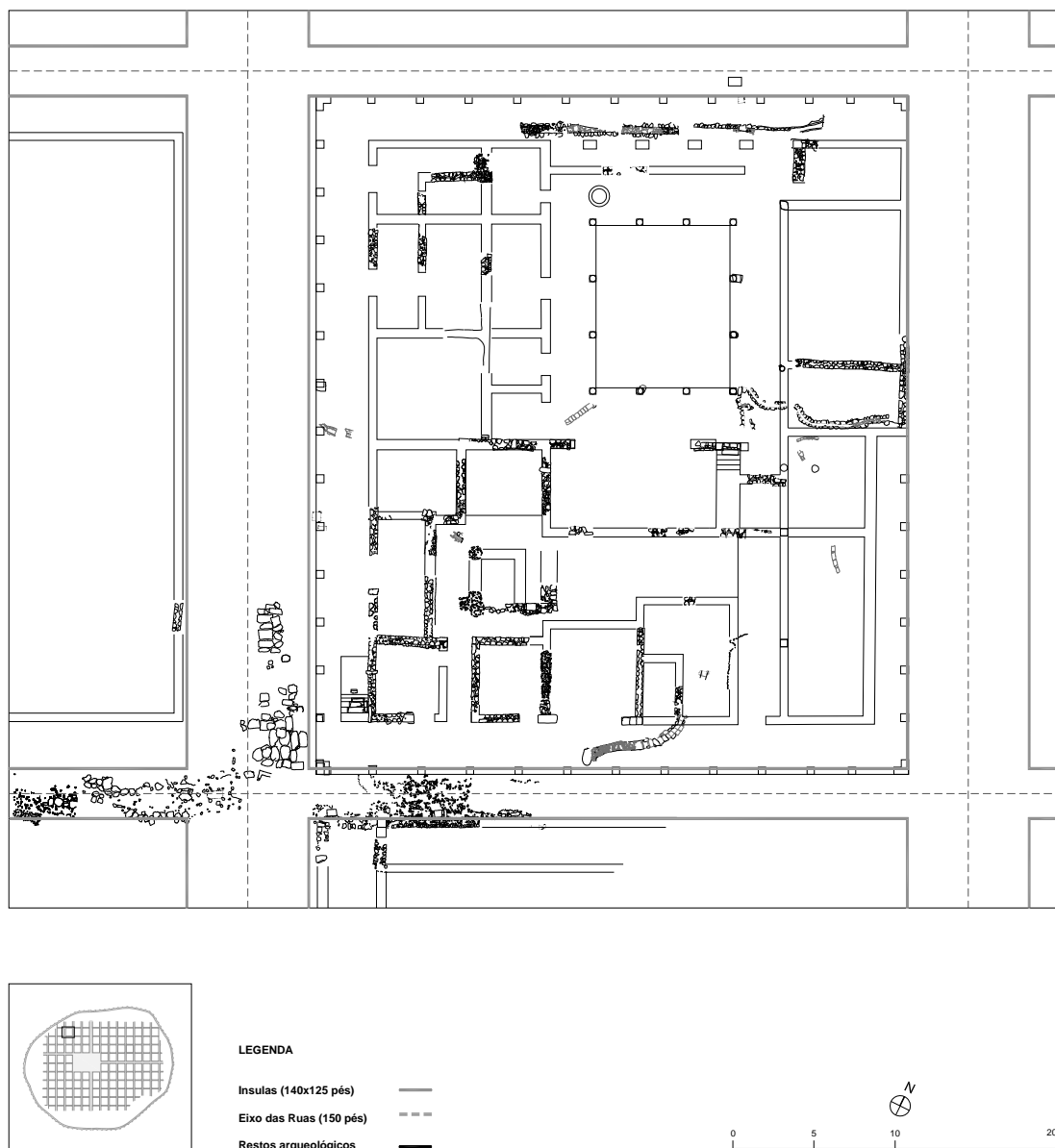


Figura 46 – Restituição da métrica da *insula* das Carvalheiras (século I)

⁸⁸⁶ Os dados arqueológicos provenientes das escavações realizadas na zona arqueológica das Carvalheiras utilizados neste trabalho encontram-se estudados e publicados (Delgado & Lemos 1985; Martins 1997-98; 2000c; Martins & Delgado 1989-90a).

Muito embora, este espaço tenha sido consecutivamente remodelado até aos séculos VII-VIII, interessam-nos apenas, por agora, os dados que se reportam aos limites construídos, ruas e pórticos da primeira fase conhecida, datada do século I d.C., uma vez que estes dados assumem particular importância para o estudo do plano urbano romano (Figura 46, p. 228).

Na primeira fase esta habitação ocupava uma área construída de 110 pés X 120 pés (32,5 m X 35,5 m), dos cerca de 1367 m² da área total da *insula*, ou seja, 120 pés no sentido E/O e 130 pés (38,5 m) no sentido N/S. A habitação encontra-se rodeada nos quatro lados por ruas, que apresentam uma pendente de cerca de 2 a 3 % em virtude da adaptação ao declive do terreno. As ruas norte e sul apresentam uma largura de 10 pés (2,96 metros), sendo as ruas a oeste e este maiores. Dos lados sul e oeste, a habitação é ladeada por pórticos de circulação com 12 pés de largura⁸⁸⁷.

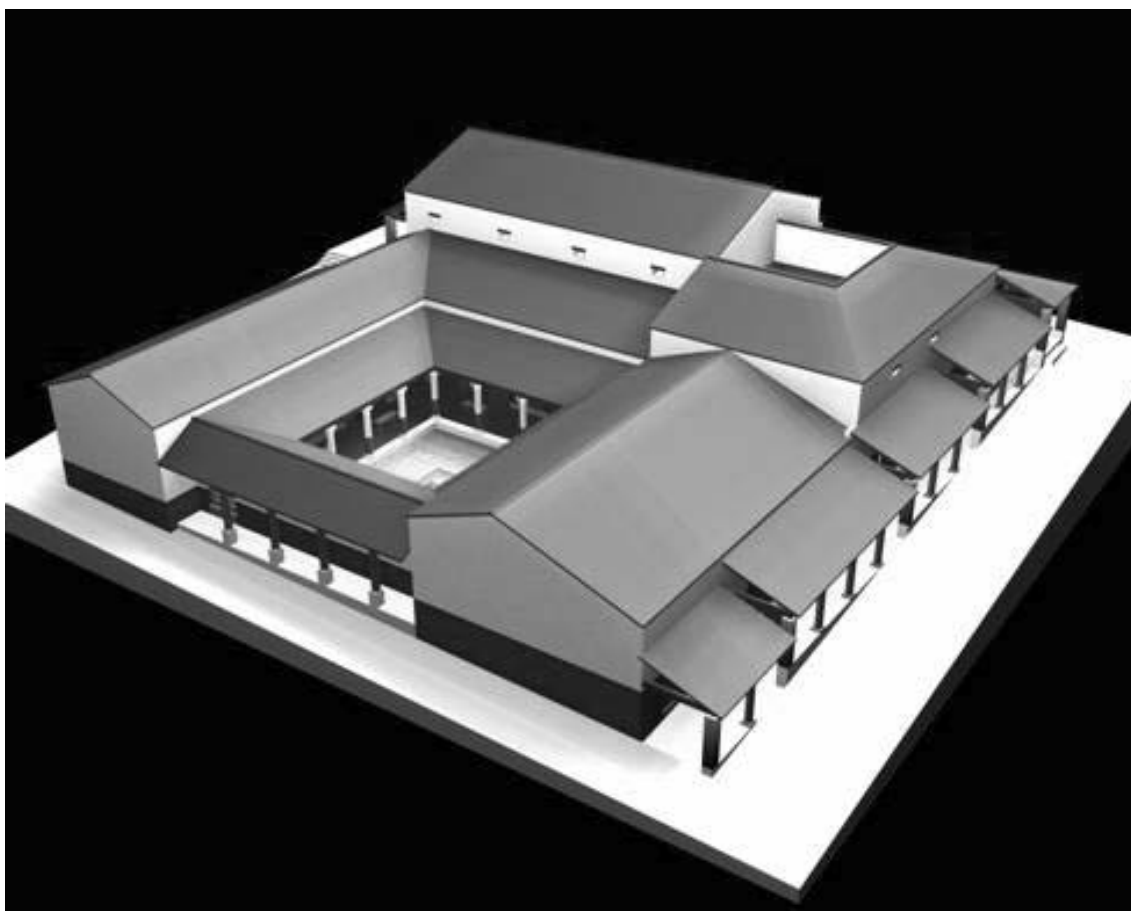


Figura 47 – Reconstituição virtual da casa das Carvalheiras, fase I⁸⁸⁸

⁸⁸⁷ Martins 2000b.

⁸⁸⁸ Fonte: Mapoteca da UAUM.

O conjunto de dados exumados na zona das Carvalheiras permitiu considerar pela primeira vez, em 1989/90, que a cidade teria uma malha urbana regular de 150 pés entre os eixos das ruas⁸⁸⁹.

Na zona arqueológica da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital)⁸⁹⁰ foram postos a descoberto vestígios de uma outra *domus*, limitada por pórticos a oeste e a norte, bem como de uma rua, situada a poente da casa, com orientação NO/SE, sob a qual corria uma grande cloaca, datada dos inícios do século I. Nos limites da área a poente da rua foram identificados vestígios de um outro pórtico, que estaria associado ao edificado de um outro quarteirão (Figura 48, p. 231).

A referida rua possui 7,4 m de largura, ou seja, 25 pés, sendo ladeada por dois pórticos com as dimensões de 12 pés, pertencendo o pórtico nascente a uma *domus*, parcialmente escavada e o poente a uma outra não identificada.

A casa parcialmente descoberta estava limitada a norte por um pórtico, com 12 pés, devendo existir um outro na fachada sul, o qual deveria possuir as mesmas dimensões do pórtico sul identificado na *insula* contígua, que possuía 12 pés.

A dimensão total da *insula* correspondente à *domus* seria de 150 pés, sendo a área construída de 120 pés, no sentido N/S. Os alinhamentos das estruturas, dos silhares e da rua encontram-se perfeitamente orientados NO/SE, à semelhança da constatada no edifício pré-termal do Alto da Cidade e da *domus* das Carvalheiras.

A norte da área escavada no Ex-Albergue Distrital foram realizados trabalhos arqueológicos que permitiram identificar vestígios de outra *domus*, situada entre a Rua Frei Caetano Brandão (Rua), n.ºs 183-185 e a Rua Santo António das Travessas (Rua), n.ºs 20/26 (Figura 49, p. 232).

Entre os dados recuperados nesta escavação incluem-se a continuação do eixo viário e do pórtico nascente identificados na zona do Ex-Albergue Distrital. Foi ainda identificada uma cloaca que corria no sentido E/O, sob o espaço reservado a uma rua, que separava as duas *insulae*. Os dados fornecidos por esta área arqueológica permitem confirmar a orientação NO/SE da malha urbana, a regularidade do módulo dos pórticos, não colidindo com a modelação de 150 pés observada nas Carvalheiras.

⁸⁸⁹ Martins & Delgado 1989-90b.

⁸⁹⁰ Os dados arqueológicos provenientes das escavações realizadas na zona arqueológica da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital) utilizados neste trabalho encontram-se estudados e publicados (Lemos & Leite 2000a).

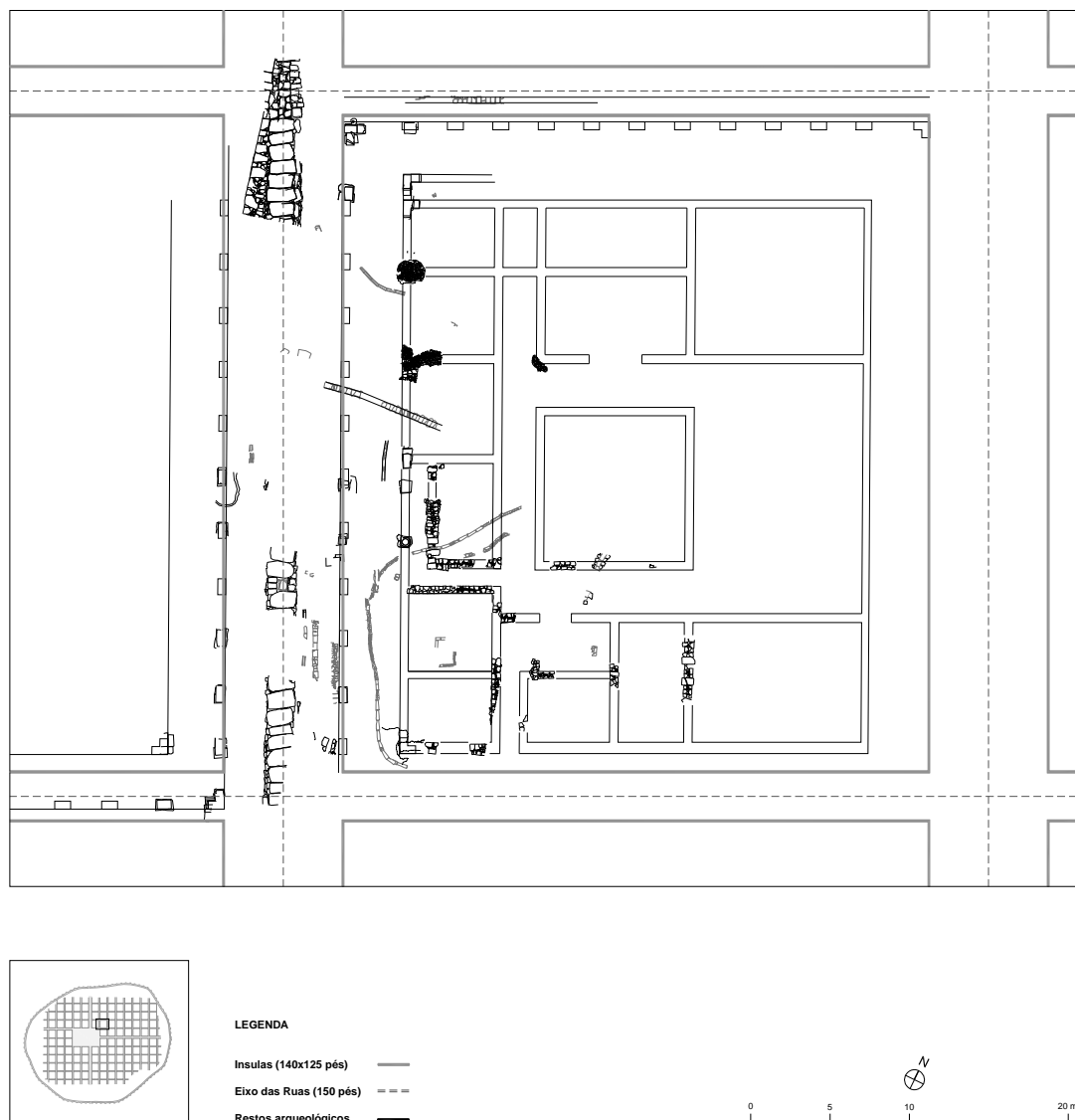
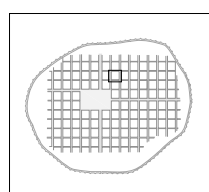
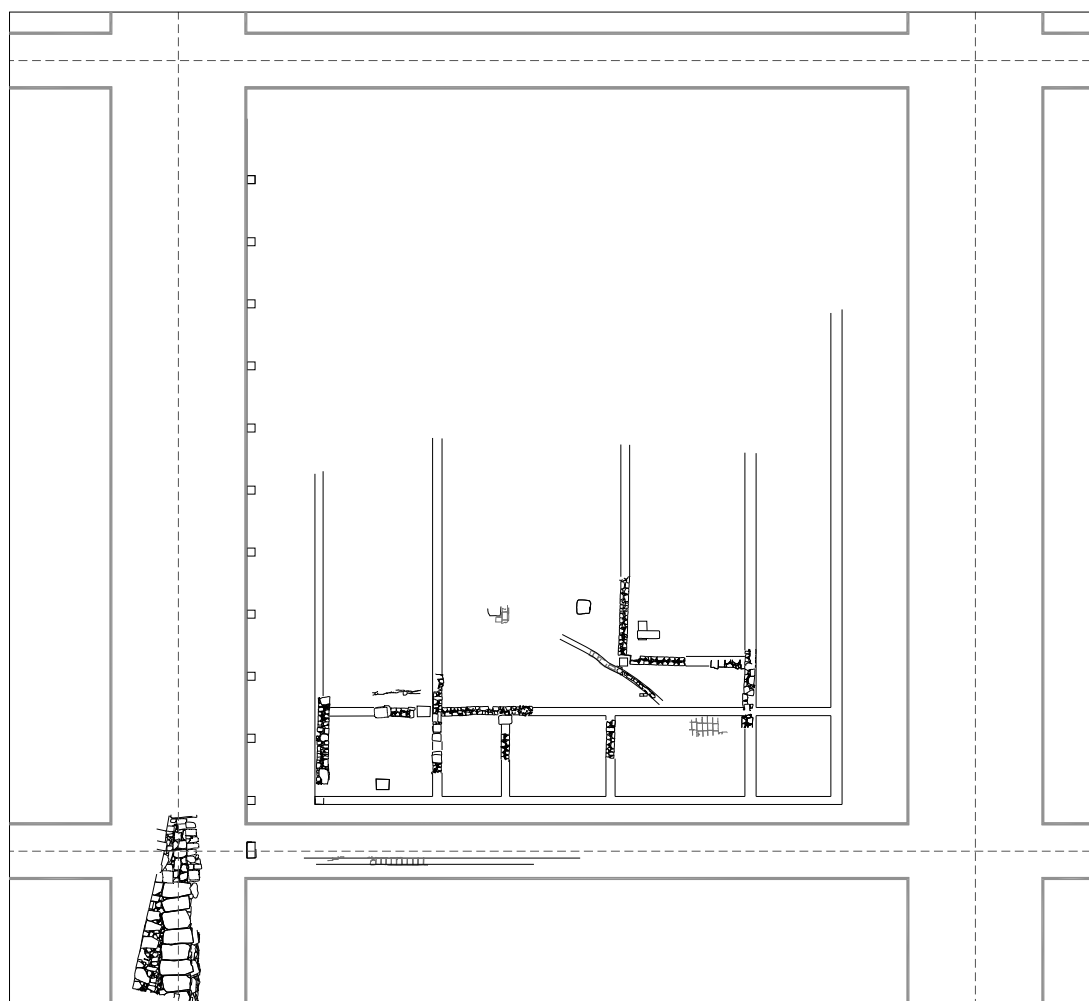


Figura 48 – Restituição da métrica da *insula* do Ex-Albergue Distrital (século I)

Na zona da Escola da Sé (Antiga) foram identificados vestígios de uma habitação e um pórtico. Este último constitui a continuação do pórtico situado a oeste da rua identificada nas escavações do Ex-Albergue Distrital (Figura 50, p. 233).

As estruturas exumadas nas escavações da Escola da Sé não ocupam a totalidade de uma *insula* da cidade romana e as estruturas recuperadas pertencem a variadas épocas, encontrando-se por interpretar e publicar. Contudo, a existência de um pórtico, deduzido a partir de um conjunto de silhares, integrados num muro de construção tardia, bem como o alinhamento de vários muros paralelos ao referido pórtico permitiram confirmar, uma vez mais, a orientação NO/SE das

insulae e a existência de uma estrutura de circulação porticada, que acompanharia a rua, no sentido NO/SE, com cerca 12 pés de largura.



LEGENDA

- Insulas (140x125 pés) ———
- Eixo das Ruas (150 pés) = = =
- Restos arqueológicos ———

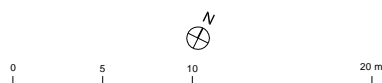


Figura 49 – Restituição da métrica da *insula* da Frei Caet. Brandão / S. Ant. das Travessas

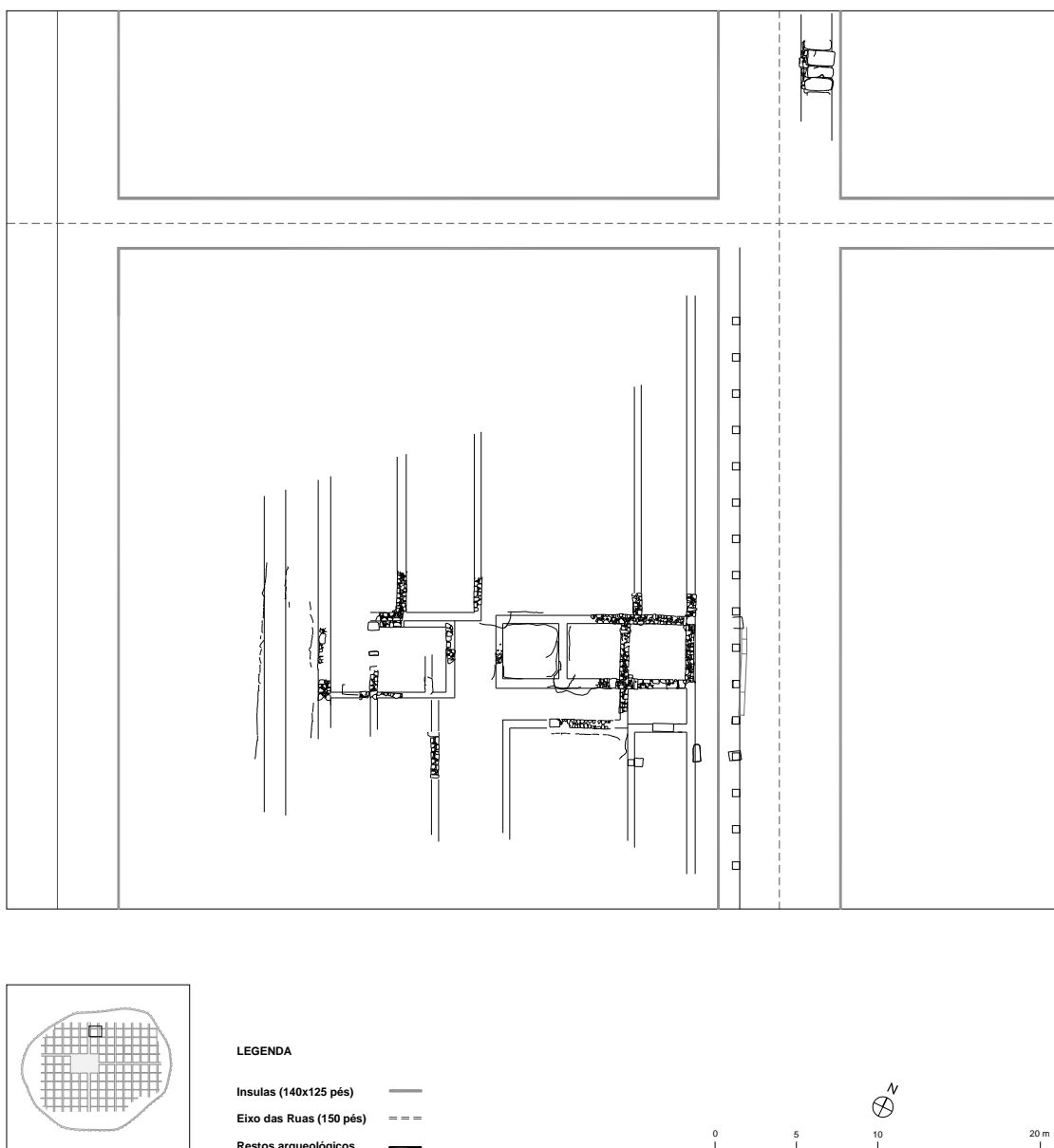


Figura 50 – Restituição da métrica da *insula* da Escola da Sé

Na zona das Cavalariças (Antigas Cavalariças do Regimento de Braga)⁸⁹¹, localizada na parte sul da cidade romana, foram exumadas estruturas pertencentes a edifícios de natureza habitacional, pertencentes a várias *insulae* da cidade romana, com ocupação desde o século I até ao século V⁸⁹². Porém, são essencialmente as estruturas postas a descoberto no quarteirão superior esquerdo desta zona que permitem tecer algumas considerações acerca da malha urbana

⁸⁹¹ Anexo I – ZA 19.

⁸⁹² Os resultados das escavações realizadas na zona arqueológica das Cavalariças encontram-se publicados (Delgado & Gaspar 1986; Delgado & Martins 1988).

alto-imperial, ainda que as estruturas descobertas pertençam a diferentes fases de ocupação, o que torna difícil a sua interpretação (Figura 51, p. 234).

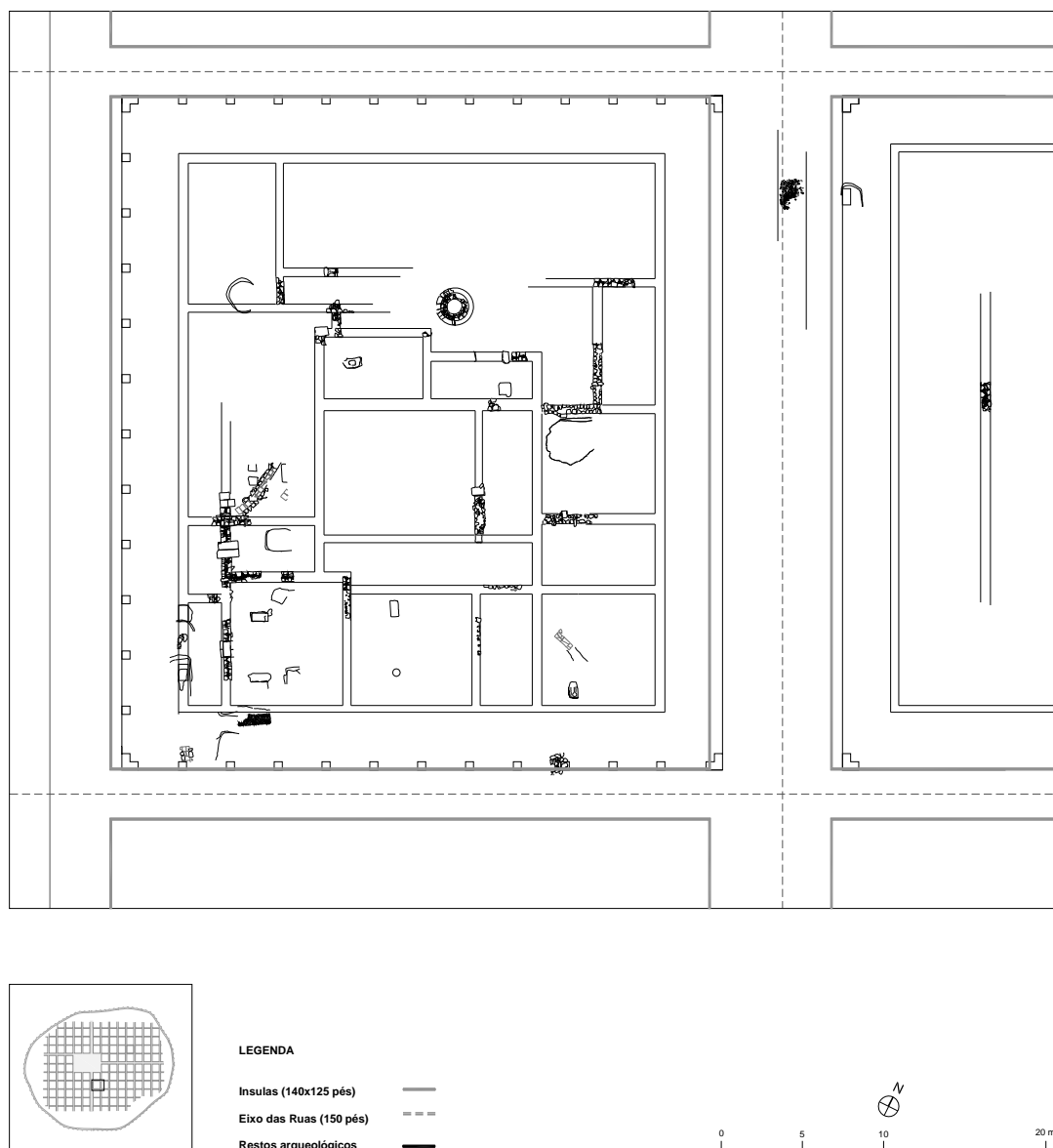


Figura 51 – Restituição da métrica da *insula* das Cavalariças

As estruturas descobertas que podem ser datadas como pertencentes ao Alto Império não apresentam evidências claras da existência de pórticos de circulação, muito embora o espaço construído não impeça uma proposta de malha regular para esta área da cidade. A descoberta de vestígios de uma calçada tardia e de algumas depressões na rocha permitem admitir um possível pórtico que limitaria a *insula* a ponte, à qual pertenciam grande parte dos vestígios escavados (Figura 51, p. 234).

Muito embora os dados disponíveis para esta zona sejam reportáveis a quatro *insulae* eles são demasiado esparsos e fragmentados para permitirem confirmar uma malha teórica de 150 pés, muito embora seja mais uma vez confirmada a orientação NO/SE dos quarteirões, bem com das ruas.

As restantes zonas arqueológicas dispersas um pouco por toda a cidade são igualmente importantes para o estudo da morfologia urbana alto-imperial, pois permitem estimar a área construída da cidade e comprovar a existência de uma malha regular noutros sectores da cidade. De entre estes vestígios destacam-se os que foram detectados no Largo de S. Paulo, onde alguns muros e um pequeno conjunto de silhares permitem inferir a existência de um pórtico na parte oeste da *insula*, com as dimensões de 12 pés (Figura 52, p. 236). O conjunto de estruturas exumadas apresenta uma orientação NO/SE, confirmando mais uma vez os eixos dominantes da malha urbana.

Na Rua Afonso Henriques n.º 90-92 (Rua)⁸⁹³, foi identificado o canto de um pórtico e uma canalização coincidentes com os eixos de uma malha teórica de quarteirões de 150 pés. O mesmo pode ser afirmado para o conjunto de alicerces e alinhamentos de muros, descobertos, na Cerca do Seminário de Santiago⁸⁹⁴, na Rua de S. Geraldo, n.º 34⁸⁹⁵ e na Praia das Sapatas⁸⁹⁶ (Figura 44, p. 225)⁸⁹⁷.

A área urbana planificada pode ser deduzida a partir de um outro conjunto significativo de intervenções, designadamente, as da Rua Comendador Santos da Cunha⁸⁹⁸, dos Granjinhos⁸⁹⁹ e do Hospital de S. Marcos⁹⁰⁰. Estas intervenções forneceram vestígios que atestam a existência de estruturas pertencentes a áreas habitacionais e de carácter artesanal que apresentam uma orientação diferente da observada nas zonas já referidas, com sentido NO/SE. Este facto permite admitir que estamos perante construções periféricas à área que terá sido originalmente planificada. As construções referidas atestam, por sua vez, a expansão urbana para além dos limites iniciais da cidade, comprovando a existência uma vasta área construída no Alto Império, bem como um conjunto de edifícios com funcionalidade diversificada.

⁸⁹³ Anexo I – ZA 3.

⁸⁹⁴ Anexo I – ZA 57.

⁸⁹⁵ Anexo I – ZA 51.

⁸⁹⁶ Anexo I – ZA 49.

⁸⁹⁷ Ver também Anexo I, Figura I e Apêndice II, Planta 2.

⁸⁹⁸ Anexo I – ZA 21.

⁸⁹⁹ Anexo I – ZA 31.

⁹⁰⁰ Anexo I – ZA 34.

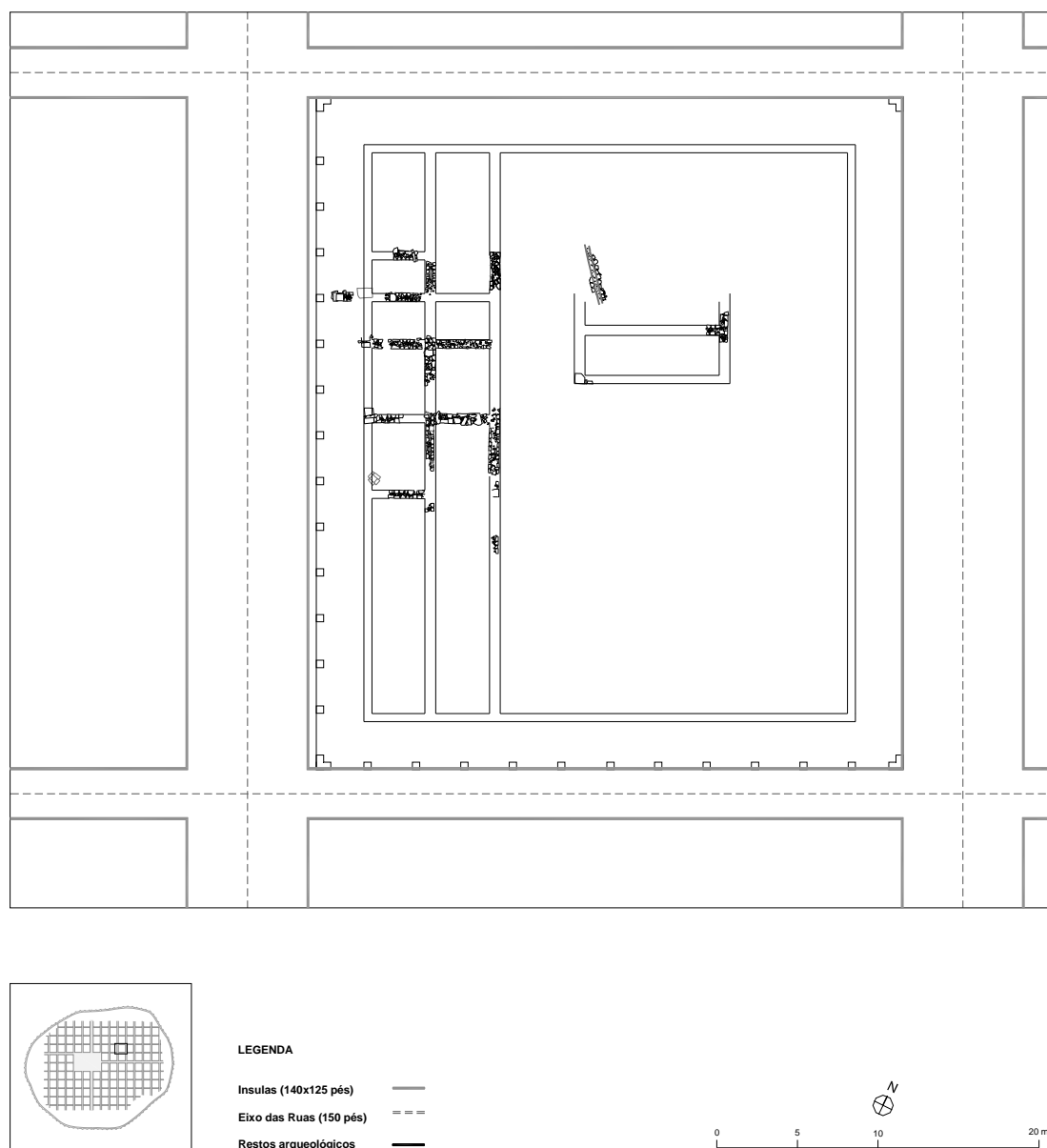


Figura 52 – Restituição da métrica da *insula* do Largo de S. Paulo

Para além das fontes arqueológicas, a interpretação da morfologia urbana de *Bracara Augusta* beneficia de outro conjunto de fontes, designadamente das cartográficas e iconográficas⁹⁰¹. De entre as fontes iconográficas, destaca-se o *Mapa de Braunio*. Apesar de se tratar de uma representação da cidade elaborado no século XVI, esta imagem possui anotações e observações relativamente a alguns locais da cidade romana, designadamente a saída de vias e o *forum*. Paralelamente, é possível através da análise das ruas medievais representadas nesta fonte, sobretudo na parte correspondente ao Bairro das Travessas, encontrar

⁹⁰¹ Anexo IV.

traços morfológicos do plano romano referentes às suas ruas e quarteirões, que foram integrados na trama medieval.

Porém, a cartografia actual, bem como a fotografia aérea permitem igualmente detectar no plano actual da cidade de Braga algumas marcas morfológicas da *urbs* romana.

Deste modo, a metodologia adoptada para a recuperação da morfologia de *Bracara Augusta* no período alto-imperial consistiu na elaboração de um mapa, realizado sobre a cartografia actual, onde implantámos todos os vestígios de estruturas e construções encontradas nas escavações, tendo igualmente em conta dados fornecidos por outras fontes já referidas.

2.2.2 O traçado das *insulae*

A organização do plano urbano de *Bracara Augusta* foi objecto de atenção por parte de alguns investigadores, desde pelo menos 1989⁹⁰².

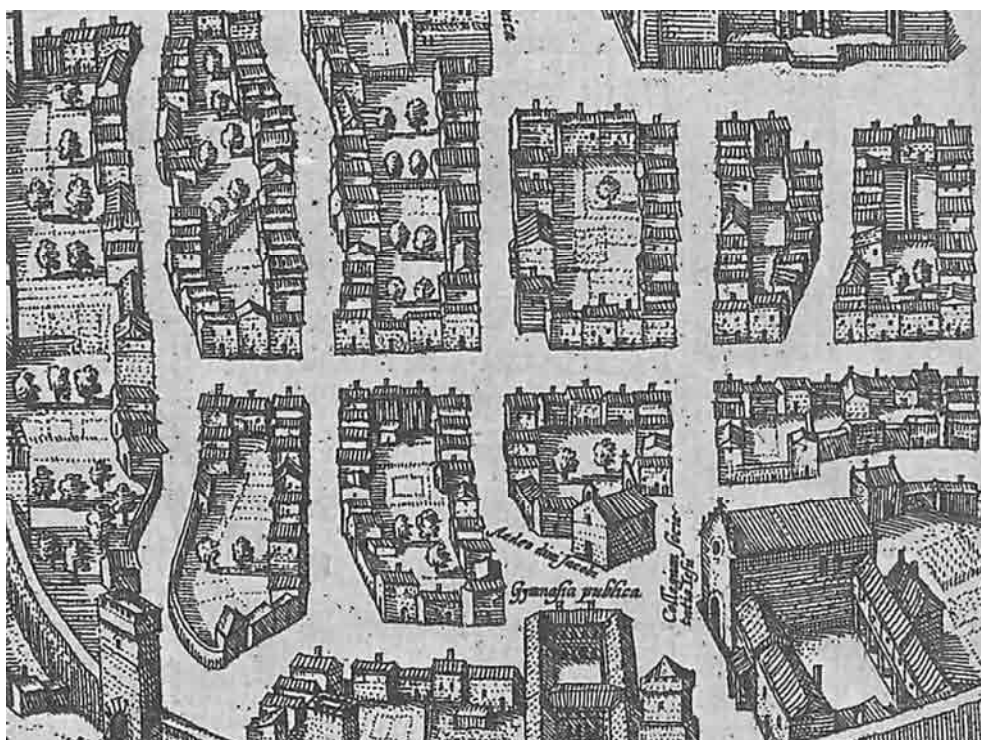


Figura 53 – Bairro das Travessas (Mapa de Braunio)

⁹⁰² Martins & Delgado 1989-90b.

À medida que as escavações realizadas permitiram identificar sucessivas construções que mostravam uma orientação recorrente NO/SE tornou-se evidente que a cidade romana deveria possuir um plano ortogonal⁹⁰³.

Por sua vez, a análise do *Mapa de Braunio*, designadamente do espaço que foi continuamente ocupado desde a época romana até à época medieval, ou seja, o bairro das Travessas, permitiu verificar a continuidade de alguns alinhamentos da cidade romana, que persistiram nesta zona da cidade medieval⁹⁰⁴ (Figura 53, p. 237).

O primeiro estudo que procura aclarar alguns aspectos relacionados com o traçado urbano de *Bracara Augusta* foi realizado por V. Mantas, em 1990, tendo por base a análise de um fotograma de 1965, no qual era possível identificar traços da cidade romana⁹⁰⁵. Segundo este estudo, que contou com escassos dados arqueológicos, a cidade do Alto Império ocuparia uma área rectangular, que seria de dimensões inferiores às da cidade do Baixo Império⁹⁰⁶, possuindo uma malha ortogonal orientada aproximadamente a 21 graus noroeste e *insulae* com aproximadamente 75 X 80 metros de lado, aceitando-se possíveis subdivisões destas. Segundo a proposta deste investigador o eixo do *decumanus maximus* corresponderia ao alinhamento da actual Rua de S. Sebastião, atravessaria o largo Pedro⁹⁰⁷ Osório e prolongava-se até ao Largo Carlos Amarante. Quanto ao traçado do *Kardo maximus* são sugeridas duas hipóteses. Uma defende que aquele eixo passaria pelo actual largo Paulo Orósio em direcção ao Campo das Hortas, enquanto que a outra coloca-o no alinhamento entre o Largo do Colégio, actual Largo de S. Paulo e o Largo da Sé.

Em 1990 é avançada uma nova proposta interpretativa para o traçado urbano de *Bracara Augusta*, realizada por M. Martins e M. Delgado⁹⁰⁸, desta feita com base na valorização dos dados arqueológicos disponibilizados pelas escavações realizadas desde 1976. Esta proposta pode ser considerada a primeira interpretação séria e fundamentada do urbanismo de *Bracara Augusta*⁹⁰⁹. Trata-se de um trabalho que resulta da conjugação de diferentes tipos de testemunhos

⁹⁰³ Martins & Delgado 1989-90b.

⁹⁰⁴ Mantas 1990; Oliveira 1982. Na realidade este bairro medieval foi sendo completamente adulterado ao longo século XIX e XX. Actualmente são muito poucas as ruas que se conservam integralmente, tendo sofrido alargamentos e reestruturações.

⁹⁰⁵ Mantas 1990.

⁹⁰⁶ Esta argumentação fundamentou-se no facto de a cidade ter conhecido um forte incremento demográfico e urbanístico a partir do período flávio, que irá culminar com a máxima extensão ocupada pela cidade, possível de determinar através da localização das necrópoles e do traçado da muralha tardia (Mantas 1990).

⁹⁰⁷ O autor deveria querer dizer Paulo Orósio.

⁹⁰⁸ Martins & Delgado 1989-90b.

⁹⁰⁹ Esta proposta encontra-se revista (Martins 2006).

arqueológicos, corroborados por outras fontes, apresentando uma síntese e interpretação do urbanismo da cidade, onde é apresentada uma malha teórica para o espaço urbano romano e sugerida uma nova localização para os dois eixos principais (Figura 54, p. 239). Esta proposta tem vindo a ser progressivamente revista, com base na descoberta de novos dados⁹¹⁰.

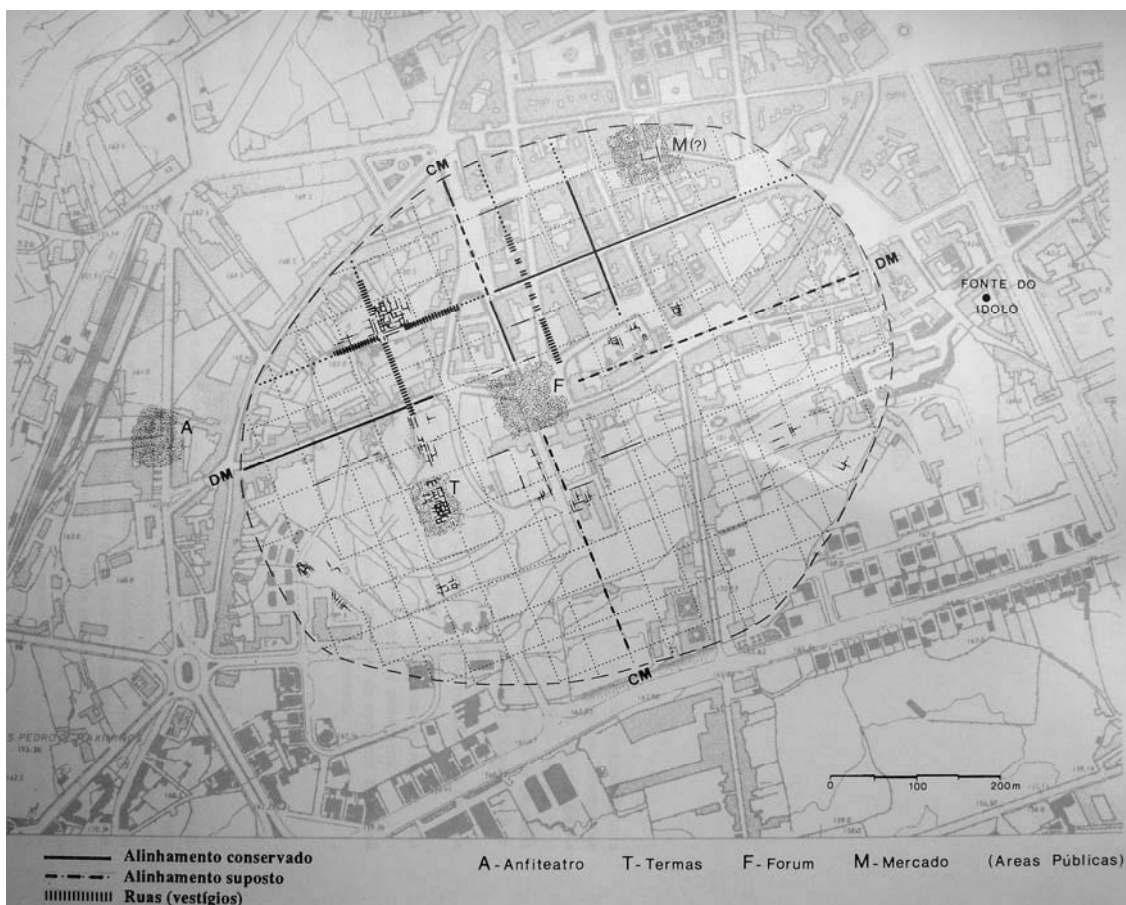


Figura 54 – Malha urbana teórica da cidade romana e alinhamentos dos principais edifícios⁹¹¹

No essencial é proposta uma malha urbana estruturada em torno do *forum*, localizado no largo Paulo Orósio, de dois eixos estruturantes, o *kardo* e *decumanus maximus* e uma organização de *insulae* quadradas regulares com 150 pés de lado, e áreas construídas de 1 *actus* quadrado, ou seja, 120 pés. As *insulae* seriam limitadas por eixos ortogonais, orientados no sentido NO/SE, mais precisamente com desvio de 18,5 graus noroeste.

O traçado do *decumanus maximus* poderia oscilar entre dois trajectos. Um, em que este passaria pela actual rua de S. Sebastião, cruzaria o *forum* e seguiria

⁹¹⁰ Martins 2004.

⁹¹¹ Martins & Delgado 1989-90b: 39.

para nascente pela zona a norte da actual rua do Alcaide e do Largo de Santiago. A outra possibilidade seria que o *decumanus* seguisse sempre o alinhamento da Rua de S. Sebastião para leste do *forum*, ou seja, que tivesse continuidade na actual rua de S. Paulo. Por sua vez o *kardo maximus* passaria a sul do *forum*, pela actual Rua dos Bombeiros Voluntários e a norte do *forum* pela Rua Jerónimo Pimentel, hipótese considerada actualmente com mais plausível⁹¹².

Neste sentido, a área urbana estimada seria de cerca de 48 ha, pelo menos para o século II, tendo por base o perímetro da muralha construída no Baixo Império e a localização das necrópoles.

Mais recentemente foi apresentada uma outra proposta interpretativa para o traçado urbano de *Bracara Augusta*, da responsabilidade de L. Freitas, que defende a existência de quarteirões com diferentes dimensões e formas⁹¹³.

Actualmente e face aos conhecimentos existentes acerca do urbanismo, sabemos que as cidades romanas, independentemente do projecto inicial e por razões que se prendem com o seu próprio desenvolvimento e crescimento, se vão transformando e alterando relativamente ao plano inicial. Por vezes, estas metamorfoses urbanísticas são tão acentuadas que é impossível determinar o projecto original.

De facto, os dados materiais e as marcas físicas que tendem a perdurar são as mais recentes, sendo de sublinhar que a cidade de *Bracara Augusta* conheceu uma ocupação extremamente dilatada no tempo, que registou sucessivas remodelações até ao seu parcial abandono no século VIII. Esta circunstância tem necessariamente que ser considerada no estudo do urbanismo, até porque um número muito significativo de dados recuperados pelas escavações arqueológicas apresenta datações tardias.

Porém, como já afirmámos no ponto anterior, sobreviveram indiscutíveis vestígios que nos permitem corroborar a existência de uma malha urbana regular e ortogonal para a cidade do Alto Império.

Deste modo, a projecção de um traçado para a cidade de *Bracara Augusta* tornou-se possível através de uma metodologia de análise que comportou várias

⁹¹²Esta interpretação baseia-se nos resultados provenientes das escavações do Ex-Albergue Distrital, realizadas entre 1992-1998 que puseram a descoberto os vestígios daquela, que, até ao momento, é a rua mais imponente de *Bracara Augusta* (Martins 2003).

⁹¹³ Freitas 2003.

fases e que beneficiou dos conhecimentos dos trabalhos anteriores, particularmente da proposta realizada por M. Martins e M. Delgado⁹¹⁴.

As diferentes fases procuraram seguir de modo inverso as etapas conhecidas para a implantação do traçado das cidades romanas, no sentido de procurar “desmontar” os componentes urbanísticos que actualmente conhecemos para a cidade, para deste modo perceber qual teria sido o seu projecto inicial.

Através de Vitruvius ficamos a saber que segundo o rito romano, depois de assinalado o ponto central para a edificação da cidade era determinado o eixo solar e a partir deste era fixado o *decumanus maximus*, que, por conseguinte, determinava a orientação dos eixos viários principais, sendo a partir deles que todos os restantes elementos constituintes do plano da cidade eram definidos: ruas, quarteirões, parcelas e edificado.

Neste sentido, a primeira fase do nosso trabalho consistiu em reunir todas as evidências construtivas recuperadas pelo projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*, devidamente georeferenciadas, no mapa actual da cidade. Foi assim criado um ficheiro CAD único que constitui o suporte gráfico para a análise topográfica e morfológica da cidade de *Bracara Augusta*. Seguidamente foram analisadas as zonas arqueológicas cujas datações eram mais seguras e as estruturas exumadas mais completas, tendo em vista definir a regularidade dos alinhamentos e determinar a orientação da cidade. Neste processo foram fundamentais, desde logo, as estruturas mais antigas do edifício pré-termal da Colina da Cividade, da zona das Carvalheiras, da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-albergue Distrital), da Rua Frei Caetano Brandão, n.ºs 183-185 / Santo António das Travessas (Rua), n.ºs 20/26, da Escola da Sé, das Antigas Cavalariças e as de S. Geraldo, n.º34, bem como todas aquelas que, mau grado fornecerem testemunhos fragmentários, podiam corroborar as interpretações realizadas nos sítios melhor conservados.

Deste modo, as estruturas exumadas datadas das épocas mais antigas, permitiram definir um conjunto significativo de alinhamentos com uma orientação constante, de 19 graus noroeste. Evidentemente que estamos a falar da aplicação de uma metodologia, que teve, necessariamente, que considerar na sua aplicação a possibilidade de existirem estruturas com alguns desvios de orientação. Porém, trata-se de uma circunstância perfeitamente aceitável no quadro da análise de

⁹¹⁴ Martins & Delgado 1989-90b.

uma cidade grande, com uma ocupação e crescimento faseados em distintos momentos da época romana.

Seguidamente, a partir dos dados relativos às ruas, cloacas, pórticos e quarteirões foram projectados os espaços que corresponderiam às áreas destinadas à construção e circulação. Foi, assim, possível, confirmar uma modelação regular de 150 pés entre os eixos das ruas, já anteriormente sugerida e claramente comprovada para as *insulae* das Carvalheiras e do Ex-Albergue Distrital (150 pés)⁹¹⁵, bem como para o Alto da Cidade (Figura 21 e Planta 2, Apêndice II).

Neste sentido, sobre a totalidade da planta com os restos arqueológicos da cidade romana projectámos uma grelha teórica ortogonal, com 150 pés entre os eixos das ruas, tendo como ponto de origem o eixo médio do cardo identificado da rua do Ex-Albergue, para os alinhamentos NO/SE, e para os alinhamentos SO/NE o ponto médio do decumano sul da *insula* das Carvalheiras.

Paralelamente foram utilizadas as dimensões das ruas encontradas na zona arqueológica das Carvalheiras e do Ex-Albergue Distrital, para determinar qual a dimensão média dos eixos viários e a área reservada à construção dentro dos quarteirões.

Relativamente aos decumanos cabe destacar os vestígios detectados na zona das Carvalheiras, onde foi descoberta uma rua no sentido SO/NE, com a largura de 10 pés (2,96 m), numa extensão aproximadamente de 35 metros.

De facto, não foi possível detectar, até ao momento, em nenhuma outra zona da cidade, a largura real de qualquer outro decumano, muito embora tenham sido encontrados vestígios pontuais de calçadas e de pórticos, bem como de estruturas que parecem indicar os limites das áreas construídas no interior dos quarteirões. Esse é o caso das zonas arqueológicas da Rua de S. Geraldo, n.º 27-31⁹¹⁶, da Rua de S. Geraldo, n.º 34, da Rua Afonso Henriques, n.º 90-92⁹¹⁷, bem como da Praia das Sapatas⁹¹⁸.

Tais vestígios permitem admitir que o valor de 10 pés observado na rua sul das Carvalheiras possa eventualmente ser generalizado como valor médio dos decumanos secundários.

⁹¹⁵ Freitas 2003; Martins 1997-98.

⁹¹⁶ Anexo I – ZA 50.

⁹¹⁷ Anexo I – ZA 2.

⁹¹⁸ Anexo I, figura 1 e Apêndice II, Planta 2.

Neste sentido, projectámos os *decumanus* menores com base nesta medida, ou seja, 10 pés, até porque a adopção deste modelo teórico para a largura dos decumanos não colide com os restantes espaços construídos.

No que concerne à largura das ruas que correm no sentido NO/SE, ou seja, os cardos menores, utilizámos a rua exumada na zona do Ex-Albergue Distrital com a largura de 25 pés (7,4 m) como referência para a elaboração do modelo teórico. Esta rua é, até ao momento, a rua mais imponente conhecida para *Bracara Augusta*. É porticada nos dois lados, corre sobre uma importante cloaca⁹¹⁹, desembocando na área tradicionalmente conhecida como *forum* da cidade.

Neste contexto, merece destaque também a particularidade do edifício pré-termal do Alto da Cidade. De facto, tal como já foi referido, o corpo nascente que integra esta construção é composto na sua área central por uma galeria que corre no sentido NO/SE, cujo eixo médio coincide sensivelmente com o limite de uma *insula* de 150 pés. Não sendo seguro que estamos perante uma rua porticada nos dois lados, permanece enigmática a forma singular como esta galeria coincide com o cardo que corre no lado poente da *insula* das Carvalheiras.

À semelhança do que aconteceu com os decumanos, a projecção para toda a cidade da medida de 25 pés (7,4 m) para os cardos, não colide com os espaços construídos, adaptando-se mesmo ao traçado de outras ruas registadas na zona da *insula* das Carvalheiras⁹²⁰, nas Cavalariças, na Escola da Sé, mas, também, no Largo de S. Paulo, na Rua S. Geraldo, n.º 34 e na Rua Afonso Henriques, n.º 90-92, como se pode verificar pela Planta 2, Apêndice II.

Deste modo, a projecção desta malha urbana confirmou um modelo regular de 150 pés entre o eixo das ruas e *insulae* de 140 pés (41.44m) no sentido NO/SE e de 125 pés (37 m) no sentido SO/NE. Esta circunstância determina a existência de decumanos de 10 pés (2,96 m) e de cardos de 25 pés (7,4 m), conforme demonstrado na Figura 55, p. 244 e na Figura 58, 247.

Claro está que em todo este processo é necessário não menosprezar a circunstância dos planos gizados aquando da fundação das cidades poderem não ser integralmente respeitados pelos construtores, que, numa tendência humanamente aceitável, procuram aumentar a sua propriedade, invadindo os espaços públicos e provocando desvios do plano que chegam a ultrapassar mais

⁹¹⁹ Esta rua encontra-se ainda associada a uma cloaca com uma cronologia aproximada à da data da fundação da cidade (Lemos et al. 2002).

⁹²⁰ O facto de esta rua ser maior do que a que corre no sentido E/O já tinha sido adiantado no trabalho realizado pelo arquitecto Rui Silva (Silva 2000).

de um metro. Na realidade, a apropriação dos espaços públicos torna-se numa atitude característica das cidades romanas no Baixo Império, muito embora, ocorra já anteriormente, sendo de considerar a este propósito, o tempo que pode decorrer entre a projecção e marcação no terrenos do plano urbano e a efectiva ocupação dos quarteirões, para não falar das posteriores remodelações da construção que são características de todas as cidades vivas.

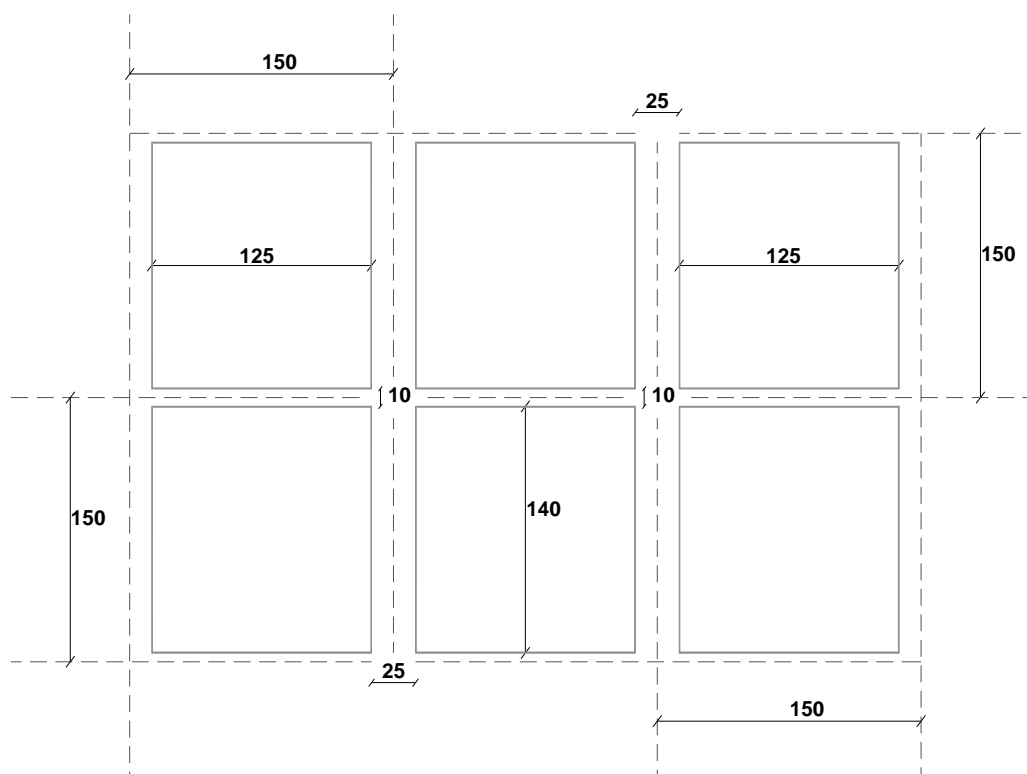


Figura 55 – Modelo teórico da malha urbana de *Bracara Augusta*

Seguidamente, com base nas evidências arqueológicas, nas fontes iconográficas, cartográficas e na interpretação da fotografia aérea de 1938-48 procuramos definir os eixos estruturantes da cidade, vulgarmente designados como *kardo* e *decumanus maximus*, bem como atestar a localização do *forum*.

Quanto à localização do *forum* não foi possível adiantar outra localização além da já proposta por M. Martins⁹²¹. De facto, até ao momento os únicos indicadores quanto à sua possível localização continuam a ser uma referência ao *forum romanorum* feita no *Mapa de Braunio* e a descoberta de grandes bases de colunas de diferentes diâmetros nas imediações do Largo Paulo Orósio, onde estão

⁹²¹Martins 2006.

igualmente referenciadas duas inscrições honoríficas⁹²². Cabe ainda destacar a identificação arqueológica de um poderoso alicerce, que provavelmente pertenceria a um edifício público, orientado NO/SE, encontrado na rua dos Bombeiros Voluntários⁹²³.

Esta proposta de localização encontra-se igualmente reforçada pelas próprias condições topográficas do local⁹²⁴, pela perfeita concordância que estabelece com a proximidade do conjunto de edifícios públicos constituído pelas termas e pelo teatro romano do Alto da Cidade.

O *forum* localizar-se-ia, por conseguinte, mais ou menos no centro da cidade, adjacente às principais vias de circulação (*kardo* e *decumanus maximus*), à semelhança do que acontece noutras cidades peninsulares. Também à semelhança dos foros de outras cidades romanas com a importância e dimensões de *Bracara Augusta*, estimamos que a sua área corresponda a 6 *insulae*, possuindo, por conseguinte, uma forma rectangular, com cerca de 134,68 x 94,72 metros de lado, ou seja, 455 x 320 pés (Figura 58, 247).

Na ausência de novos elementos consideramos que o *forum* estaria orientado no seu eixo maior no sentido SO/NE.

A localização no *Mapa de Braunio* da via romana que ligava *Bracara Augusta* a *Cale* (actual Porto), bem como a cartografia disponível para os séculos XIX e XX, e a proposta realizadas por M. Martins⁹²⁵, permitem situar o traçado oeste do *decumanus maximus* no eixo da actual rua de S. Sebastião, a oeste do *forum*. Já o traçado do sector oriental do *decumanus maximus* é sugerido pela topografia medieval, podendo ser colocado a norte da actual Rua do Alcaide⁹²⁶, prolongando-se no Largo de Santiago e na Rua dos Falcões⁹²⁷. A saída da via XVII prolongaria este eixo para fora da cidade, estando o início da via parcialmente fossilizada na Congosta da Rua das Águas⁹²⁸, tal como já referido.

⁹²² Uma inscrição honorífica dedicada ao Imperador Constantino Magno e outra onde se lia a palavra *Galaecia*, Anexo II – Epigrafia.

⁹²³ Anexo I – ZA 9.

⁹²⁴ O Largo Paulo Orósio encontra-se no sítio mais elevado da cidade, possuindo no século XIX uma cota de 197 m, como consta da Planta topográfica de 1883/84.

⁹²⁵ Martins 2003.

⁹²⁶ Rua que não se encontra no alinhamento SO/NE do traçado romano, uma vez que a sua génese remonta ao século XV-XVI quando se começa a construir junto das muralhas medievais pelo lado exterior e simultaneamente são abertos os largos das Carvalheiras e de Santiago, por iniciativa de D. Diogo de Sousa. Inicialmente tratava-se de um espaço reservado para protecção e defesa do recinto amuralhado medieval, que só começa a ser construído e a conformar-se numa rua quando a muralha perde a sua funcionalidade.

⁹²⁷ O traçado desta rua corresponde perfeitamente ao alinhamento SO/NE que continua até à já referida Congosta da Rua das Águas.

⁹²⁸ Esta Congosta aparece representada no mapa de Braunio e na cartografia até ao século XIX, tendo sido posteriormente fechada no século XX. Não deve ser confundida com a Rua das Águas, que deu origem à Av. da Liberdade.



Figura 56 – Cangosta das Águas (Mapa de Braga Primas)

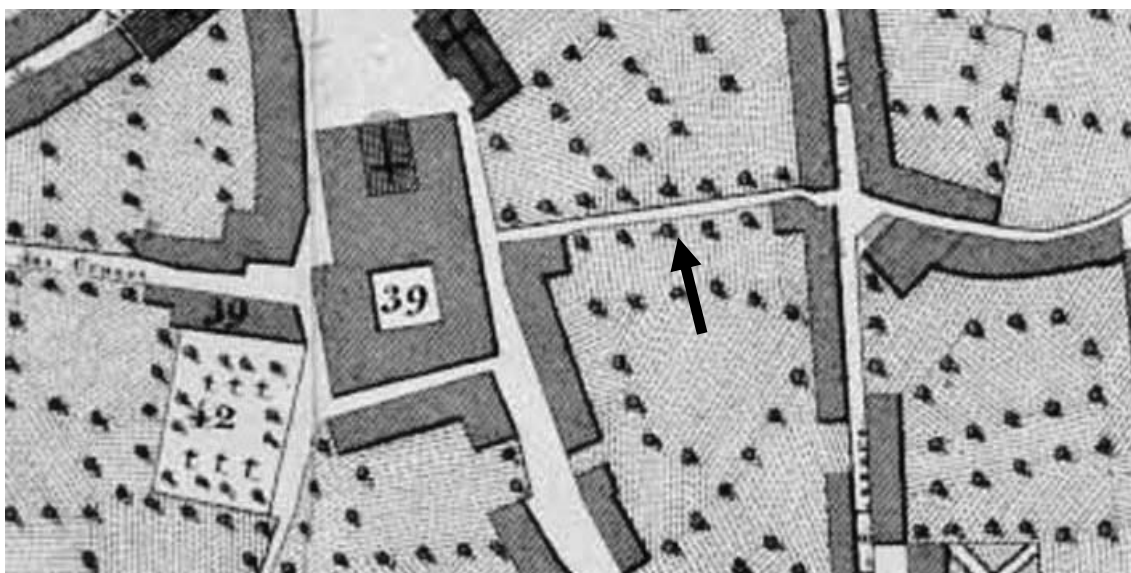


Figura 57 – Cangosta das Águas (Mapa

Por sua vez, o *kardo maximus*, passaria a norte do *forum* nas proximidades da actual Rua Jerónimo Pimentel, seguindo pelo Largo das Carvalheiras, prolongando-se no eixo da via XIX que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti*, pela Avenida de S. Miguel-o-Anjo. Na parte sul do *forum*, aquele *cardo* passaria pela actual rua dos Bombeiros Voluntários.

Segundo a projecção do nosso modelo ambas as vias principais, *kardo* e *decumanus maximus*, possuiriam uma largura de 30 pés (8,88 m). O *cardo* possuiria pórticos laterais de 15 pés (3,7 m), à semelhança daqueles que ladeiam a rua paralela situada a nascente, observada nas escavações do Ex-Albergue Distrital. Por sua vez, o *decumanus*, poderia ser ladeado de pórticos de 10 pés, à semelhança da rua sul da *insula* das Carvalheiras (Figura 58, 247).

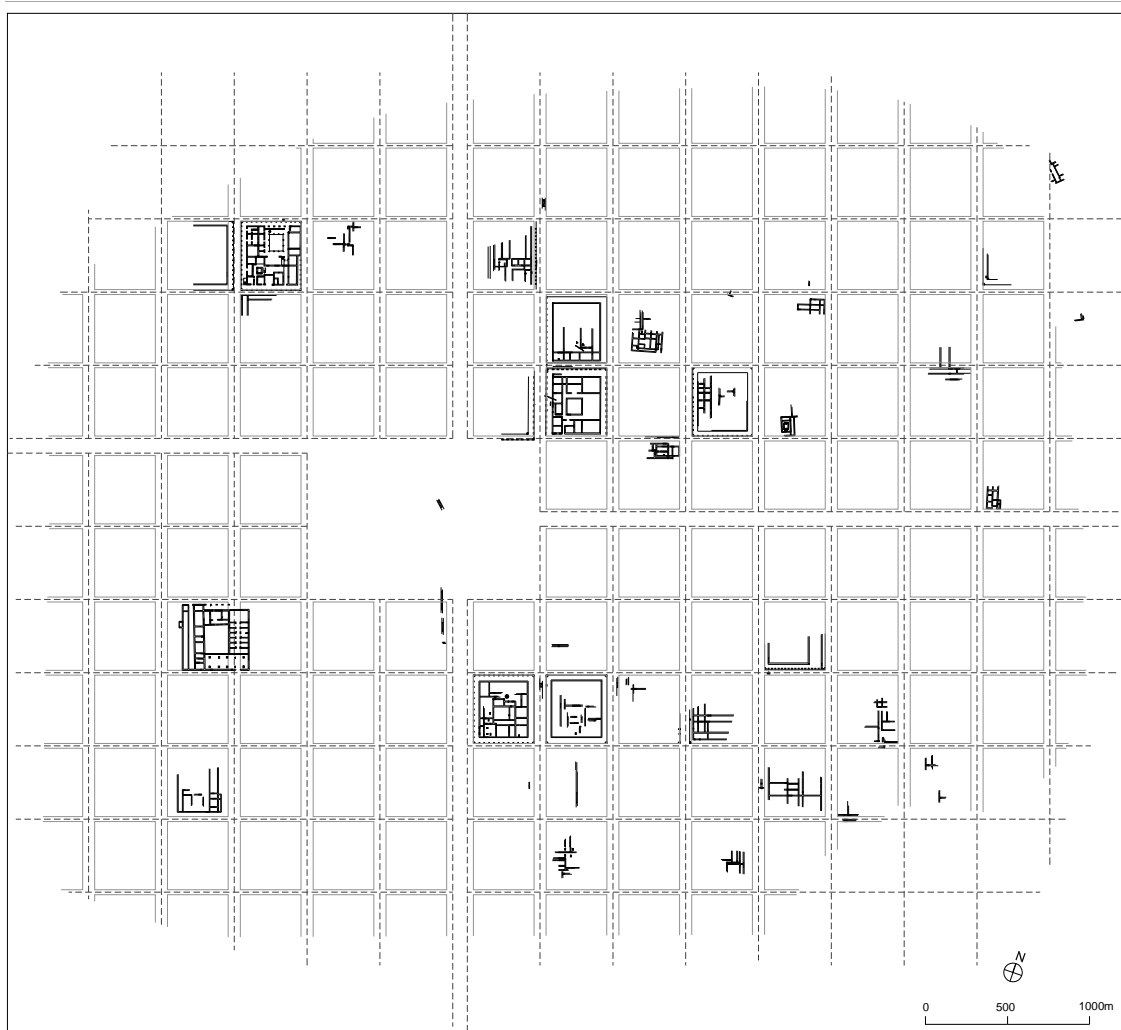


Figura 58 - Malha urbana teórica da cidade romana

Apesar de não possuímos dados que comprovem até ao momento a existência de uma primitiva muralha fundacional, é provável que, há semelhanças de muitas outras cidades hispânicas fundadas por Augusto, *Bracara Augusta* possuísse uma muralha anterior àquela que foi construída entre finais do século III e inícios do IV.

Se assim fosse, a área construída da cidade alto-imperial teria ultrapassado os limites de uma primeira cerca, crescendo para a periferia urbana, o que justificava a orientação diferencial de algumas construções, relativamente aos eixos da área planificada.

Por fim importa referir que o modelo apresentado não incluiu o teatro, nem as termas romanas construídas sobre o edifício pré-termal do Alto da Cidade, por corresponderem, no seu conjunto, a um projecto de renovação urbana, com equipamentos públicos, que à semelhança do *forum*, cobriam vários quarteirões da

cidade, camuflando a malha anterior. Porém, segundo os dados disponíveis aqueles conjuntos edificados reaproveitaram algumas das infra-estruturas urbanas anteriores.

2.2.3 O sistema de pórticos

Os pórticos são equipamentos que fazem parte de todas as cidades romanas cumprindo várias funções. Eram espaços públicos de circulação e elementos de articulação entre os eixos viários e as construções públicas ou privadas, aos quais se encontram intimamente ligados.

Os pórticos terão sido uma solução utilizada, desde muito cedo, para resolver os problemas resultantes da crescente especialização dos espaços públicos, permitindo, ao mesmo tempo, conferir alguma monumentalidade ao sistema viário⁹²⁹, servindo, também, para proteger os transeuntes.

A análise do sistema de pórticos prende-se com a sua utilização enquanto espaços públicos, destinados à circulação, que fazem a transição e ligação entre o espaço privado construído nos quarteirões, as lojas situadas na parte baixa das casas e as vias de circulação, onde se processa o tráfego rodado.

O recurso à construção deste tipo de espaços na cidade de Braga está constatado desde os inícios da urbanização da cidade.

De facto, os pórticos anexos às casas são um elemento muito característico do urbanismo de *Bracara Augusta*, encontrando-se associados à generalidade das construções privadas. Aparentemente construídos pelos proprietários das habitações, mas eventualmente mantidos pelos municípios, os pórticos eram, nalguns casos, espaços de extensão da actividade económica que se desenrolava nas pequenas lojas anexas⁹³⁰.

A construção que melhor retrata esta situação é a casa das Carvalheiras. Aí, os pórticos, apresentam um módulo dominante de 10 pés (2.96 metros), para as ruas a sul e a oeste, dimensão que se encontra igualmente representada no espaço entre os silhares que suportavam as colunas⁹³¹. Esta medida foi igualmente constatada no pórtico da casa descoberta no Largo de S. Paulo.

⁹²⁹ Gros 1996.

⁹³⁰ Martins 2000.

⁹³¹ Martins 1997-98.

Nas *insulae* identificadas na Escola da Sé, na Rua Afonso Henriques n.º 90-92 e na Rua S. Geraldo 27-31, a largura dos pórticos aproxima-se dos 12 pés.

Nas *insulae* do Ex-Albergue Distrital e das Cavalariças os espaços reservados aos porticados apresentam uma modelação aproximada de 15 pés (3.55 m).

2.2.4 Comparação com outras fundações regulares

A fundação de cidades tornou-se numa prática tão comum dentro do Império que foi necessário estabelecer um modelo padrão de desenho urbano, baseado numa malha regular, afim de resolver o problema da criação sistemática de novos aglomerados⁹³².

Os romanos construía preferencialmente as suas cidades segundo um plano ortogonal, onde as ruas se cruzavam em ângulo recto, conformando, desta forma, uma planta regular ou em retícula. Tal plano, pressupõe a existência de uma planificação, onde serão consideradas as diferentes áreas funcionais da cidade.

Segundo Vitruvius as regras da geometria urbana no tempo de Augusto faziam parte do ritual fundacional das cidades e deveriam ser seguidas fielmente⁹³³.

Contudo, o projecto devia atender às diferentes particularidades topográficas de cada cidade e ao papel que a mesma iria desempenhar. De facto, a cidade típica dos romanos, constatada em numerosas fundações do período republicano e alto-imperial, assume a forma de um quadrado ou de um rectângulo, tendo como grandes eixos reguladores e medianos, o *kardo* e o *decumanus*, no cruzamento dos quais se situava o *forum*, o centro religioso e administrativo da cidade.

Deste modo, a característica que mais se evidencia no plano ortogonal é a perpendicularidade das ruas que compõem o espaço urbano que, por sua vez, determina quarteirões de forma regular.

Apesar das normas prescritas, as cidades planificadas oferecem uma grande variabilidade de planos, que resultam das dimensões e forma dos seus quarteirões, rectangulares ou quadrados, da posição do *forum* e da localização diferenciada dos equipamentos públicos (Tabela 1, p. 250).

Neste sentido, passaremos a analisar os planos de algumas cidades de forma a compará-los com as características observadas em *Bracara Augusta*. Nesta avaliação destacaremos particularmente as cidades de fundação augústea da

⁹³² Owens 1995.

⁹³³ Como já analisámos no capítulo metodológico.

Hispania, pela sua cronologia aproximada e por confirmarem a variabilidade referida.

Província	Cidade	Área urbana	Orientação	Forum		Insulae		Ruas	Pórticos
				forma	área	forma	dimensão		
Tarracoenensis	<i>Bracara Augusta</i> (Braga)	48 ha	NO/SE	rectang.	15000 m ²	rectang.	140x125 pés	30, 25 e 10 pés	10, 12 e 15 pés
	<i>Lucus Augusti</i> (Lugo)	35 a 40 ha	N/S	rectang.	17000 m ²	rectang.	200x233 pés 233x333 pés	26 e 13 pés	10 pés
	<i>Asturica Augusta</i> (Astorga)	26 ha	NO/SE	quadr.	30000 m ²	rectang. e quadr.	250x166 pés 250x83 pés 166x166 pés	20 e 24 pés	?
	<i>Barcino</i> (Barcelona)	10 ha	NO/SE	rectang.	8400 m ² ?	rectang.	167x125 pés 186x149 pés	13,5 e 32 pés	?
	<i>Tarraco</i> (Tarragona)	60 ha	NO/SE	rectang.	70000 m ²	rectang.	53x70 pés 120x240 pés	?	?
	<i>Caesaraugusta</i> (Zaragoza)	46 ha	NO/SE	rectang.	19200 m ²	quadr.	120x120 pés	15/16 pés	?
Lusitânia	<i>Emerita Augusta</i> (Mérida)	100 ha	NO/SE	rectang.	?	rectang. e quadr.	333/366x166/200pés 266x233/250 pés 273x173 pés	20 e 16 pés	7 e 10 pés
	<i>Pax Iulia</i> (Beja)	22,5 ha	NO/SE	rectang.	7950 m ²	rectang.	120x180 pés	?	?
Baetica	<i>Cordoba</i> (Córdova)	78 ha	NO/SE	rectang.	7000 m ²	rectang. e quadr.	120x240 pés 120x120 pés	?	?
	Itálica (Sevilha)	30 ha ?	NO/SE	rectang.	?	rectang.	150x300 pés 162x348pés 147x348pés	20 pés	13,5 pés
Itália	<i>Augusta Praetoria</i> (Aosta)	42 ha	NE/SO	rectang.	?	Rectang.	453x611 pés	?	?
	<i>Augusta Taurinorum</i> (Turim)	45 ha	NO/SE	rectang.	?	rectang. e quadr.	250x270 pés 270x405 pés	?	?

Tabela 1 - Cidades romanas regulares

A cidade de *Lucus Augusti* (Lugo), presumivelmente com origem num acampamento militar⁹³⁴, terá assentado, à semelhança de *Bracara Augusta*, numa colina, ocupando no Alto Império uma área rectangular com cerca de 35 ou 40 hectares de superfície⁹³⁵.

Os dados arqueológicos permitem testemunhar que a cidade beneficiou de um programa de planificação urbana, contemplando a implantação de um traçado ortogonal, definido em função da orientação e perpendicularidade entre o *kardo* e o *decumanus maximus*, muito embora, o local ocupado pelo *forum* não corresponda ao centro geométrico da área planificada⁹³⁶. Porém, trata-se de um amplo espaço foral com cerca de 17.000 m², assumindo a forma rectangular⁹³⁷.

⁹³⁴ Rodríguez Colmenero *et al.* 1995.

⁹³⁵ Rodríguez Colmenero & Carreño 1999.

⁹³⁶ Rodríguez Colmenero *et al.* 1995.

⁹³⁷ Rodríguez Colmenero & Carreño 1999.

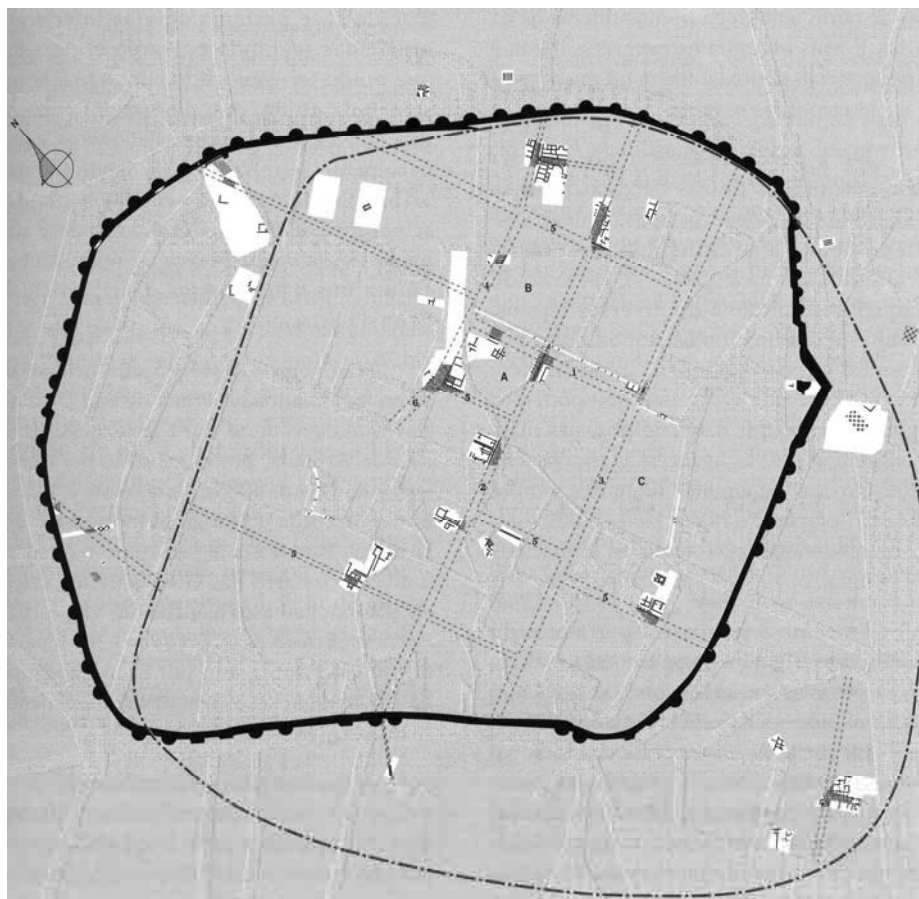


Figura 59 – A forma *Urbis* de *Lucus Augusti*⁹³⁸

O intervalo entre os eixos de quatro ruas exumadas permitiu comprovar a existência de dois módulos de quarteirões rectangulares, um definido por *insulae* com 233x333 pés de lado, ou seja, 70x100m, outro com 200x233 pés de lado, ou seja, 60x70m⁹³⁹.

Tal como *Bracara Augusta*, a cidade de *Lucus Augusti* possuiria pórticos a ladear as suas casas, alguns cerca de 10 pés de largura, ou seja, 3 metros e um sistema hierarquizado de vias, que oscilavam entre os 13 pés e os 26 pés de largura, ou seja, entre 4 e 8 metros⁹⁴⁰.

A cidade de *Asturica Augusta* (Astorga), com origem num acampamento militar, assentou numa colina de 868 metros de altitude máxima⁹⁴¹.

O plano de Astorga encontra-se marcado pela morfologia do primitivo acampamento militar, que formava um rectângulo, e pela extensão alcançada com a cidade de fundação augusta. A superfície fortificada da cidade corresponde a um

⁹³⁸ Rodríguez Colmenero *et al.* 1995: 43.

⁹³⁹ Rodríguez Colmenero *et al.* 1995.

⁹⁴⁰ Rodríguez Colmenero *et al.* 1995.

⁹⁴¹ Burón Álvarez 1997.

recinto de 26 hectares, que na zona meridional conhece uma forte adaptação ao relevo, formando uma espécie de espigão, originando uma área triangular⁹⁴². Esta configuração criou duas áreas distintas no plano da cidade. Uma, na parte meridional, no local onde se situa o *forum*, possui eixos viários oblíquos relativamente à parte norte, cujo traçado ortogonal se encontra bem definido.

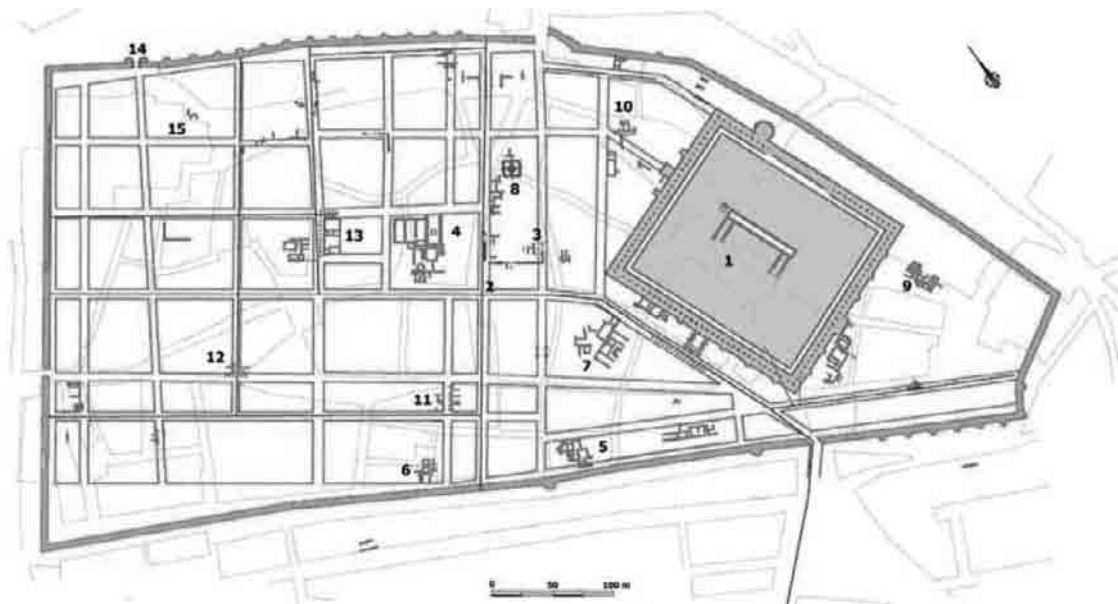


Figura 60 – Plano urbano de Asturica Augusta⁹⁴³

O sistema viário apresenta, na generalidade, duas orientações. A norte, verifica-se uma área rectangular com 1433x1266 pés, ou seja, 430x380 metros, com uma malha urbana ortogonal, onde as ruas se cruzam perpendicularmente e originam *insulae* quadradas e rectangulares, de dimensões variáveis.

Os módulos da área construída das *insulae* rectangulares, variam aproximadamente entre os 250x166 pés de lado, ou seja, 75x50 m e 250x83 pés de lado, ou seja, 75x25 m. Os módulos das *insulae* quadradas entre os 166x166 pés, ou seja 50x50m⁹⁴⁴.

O sistema viário ortogonal era composto por ruas com dimensões variáveis, oscilando aproximadamente entre os 13,5 pés de largura, ou seja, 4 m e os 27 pés, ou seja, 8m⁹⁴⁵. Para a época Alto Imperial foi possível reconhecer uma modelação constante nas ruas principais de 6 a 7 metros, correspondente a 20 e a 24 pés. A

⁹⁴² Burón Álvarez 1997.

⁹⁴³ Burón Álvarez 2006: 292.

⁹⁴⁴ As medidas apresentadas para os módulos resultaram da medição dos quarteirões representados no plano de Asturica Augusta (Burón Álvarez 1997: 20).

⁹⁴⁵ Burón Álvarez 2006.

rede de cloacas define ruas no sentido NO/SE e SO/NE que se cruzam perpendicularmente⁹⁴⁶. O *decumanus maximus* corre no sentido NE/SO⁹⁴⁷, perpendicular ao *kardo maximus*.

No extremo meridional do plano urbano, de forma triangular, as ruas dispõem-se paralelas a esta forma, assim como o próprio *forum*⁹⁴⁸.

O *forum* de *Asturica Augusta* encontra-se localizado num dos pontos mais elevados da cidade e possui uma planta quadrangular que ocuparia uma superfície de cerca de 30.000m²⁹⁴⁹.

A cidade de *Emerita Augusta* (Mérida), fundada com o estatuto de colónia e capital da província da Lusitânia, teve como lugar de implementação a margem direita do rio Guadiana. A muralha fundacional, de perímetro poligonal, cercava cerca de 100 hectares de área, tendo sido a sua urbanização realizada de forma progressiva⁹⁵⁰.

A cidade conheceu desde a sua fundação um plano ortogonal formado por uma quadrícula regular, definida por uma rede viária organizada em função do *kardo* e do *decumanus maximus* que se cruzavam perpendicularmente, ligando-se directamente a três portas da muralha. O *kardo maximus* corria NO/SE e era interrompido no seu percurso pela área do *forum* provincial, passando, mais a sul, a poente do *forum* municipal. O *decumanus maximus* cruzava o espaço urbano no sentido SO/NE, mais ou menos no centro da área planificada, passando a norte do *forum* municipal⁹⁵¹.

A malha urbana era formada por *insulae* rectangulares com 333/366 pés de comprimento, por 166/200 pés de largura, ou seja 100/110 m x 50/60m e *insulae* quadrangulares de 266x233/250 pés de lado, ou seja 80x70/75m⁹⁵². Porém, trata-se de uma trama urbana predominantemente uniforme, podendo estabelecer-se que o quarteirão tipo possui as dimensões de 82x52m (273x173 pés), ou seja, 4.300 m²⁹⁵³. No total foram identificados cerca de 130 quarteirões regulares e 20 irregulares, estes últimos localizadas nas zonas mais periféricas⁹⁵⁴.

⁹⁴⁶ Burón Álvarez 1997: 20.

⁹⁴⁷ Sevillano Funetes & Vidal Encinas 2002.

⁹⁴⁸ Burón Álvarez 1997.

⁹⁴⁹ Sevillano Funetes & Vidal Encinas 2002.

⁹⁵⁰ Mateos Cruz 2004.

⁹⁵¹ Mateos Cruz 2004.

⁹⁵² Velasquez 1997.

⁹⁵³ Alba Calzado 2004b.

⁹⁵⁴ Alba Calzado 2004b.

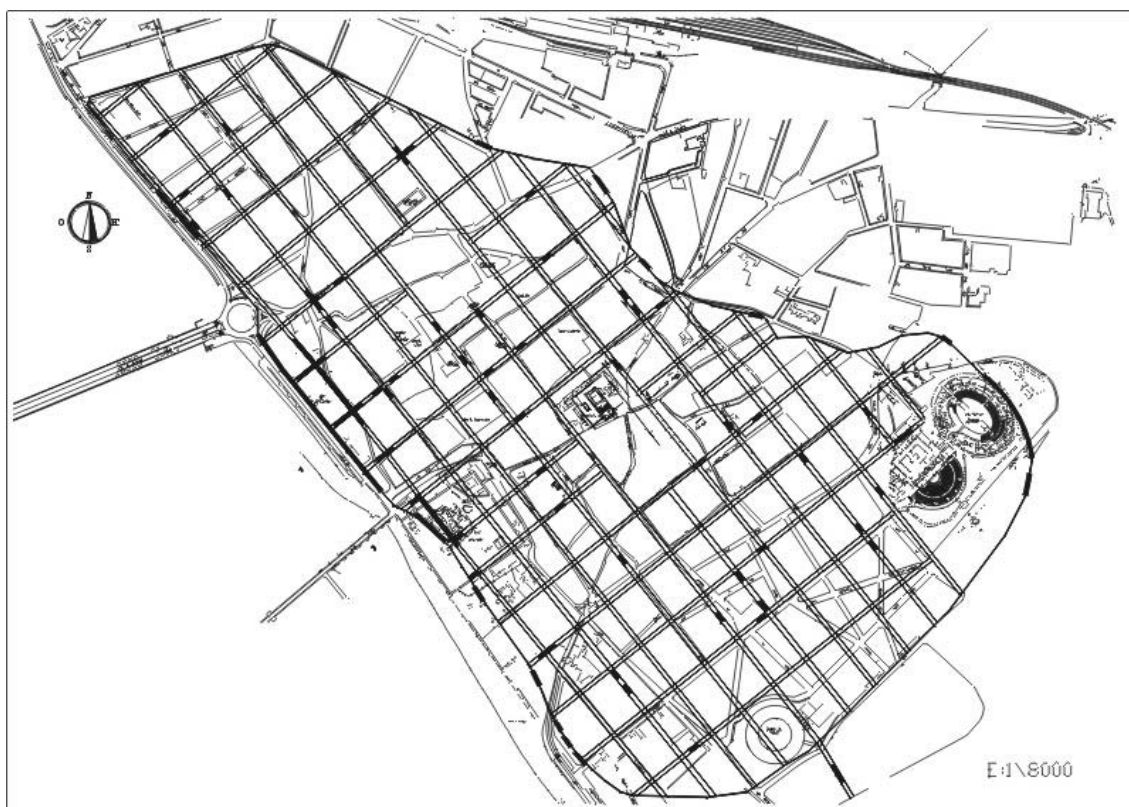


Figura 61 – Plano urbano de *Emerita Augusta*

O sistema viário ortogonal, formado por ruas largas e regulares, encontra-se definido em função dos dois eixos principais. Trata-se de uma rede viária muito pouco hierarquizada, apresentando diferenças mínimas entre os cardos e os decumanos menores que, em média, possuíam entre 16 e 20 pés de largura, ou seja, 5 e 6 m metros de largura⁹⁵⁵, muito embora apresentem uma grande variabilidade na largura, ao longo do seu trajecto. A título de exemplo referira-se o cardo da Moraria que oscila entre 5,10m, 5,47m e 6m ao longo da extensão conhecida⁹⁵⁶.

O plano de *Emerita* apresenta duas características muito consistentes da morfologia intramuros da cidade: os pórticos e as calçadas. De facto, as escavações arqueológicas permitiram documentar num número muito elevado de casos a presença de pórticos, ladeando as ruas, com uma largura que oscila entre 7 e 10 pés, ou seja 2 e 2,96 metros, bem como inúmeras calçadas, em extensões consideráveis e num excelente estado de conservação⁹⁵⁷.

⁹⁵⁵ Mateos Cruz 2004.

⁹⁵⁶ Alba Calzado 2001.

⁹⁵⁷ Alba Calzado 1997.

A cidade de *Barcino* (Barcelona), também ela uma fundação augústea, com o estatuto de colônia, constitui um dos exemplos mais sublimes do urbanismo hispânico.

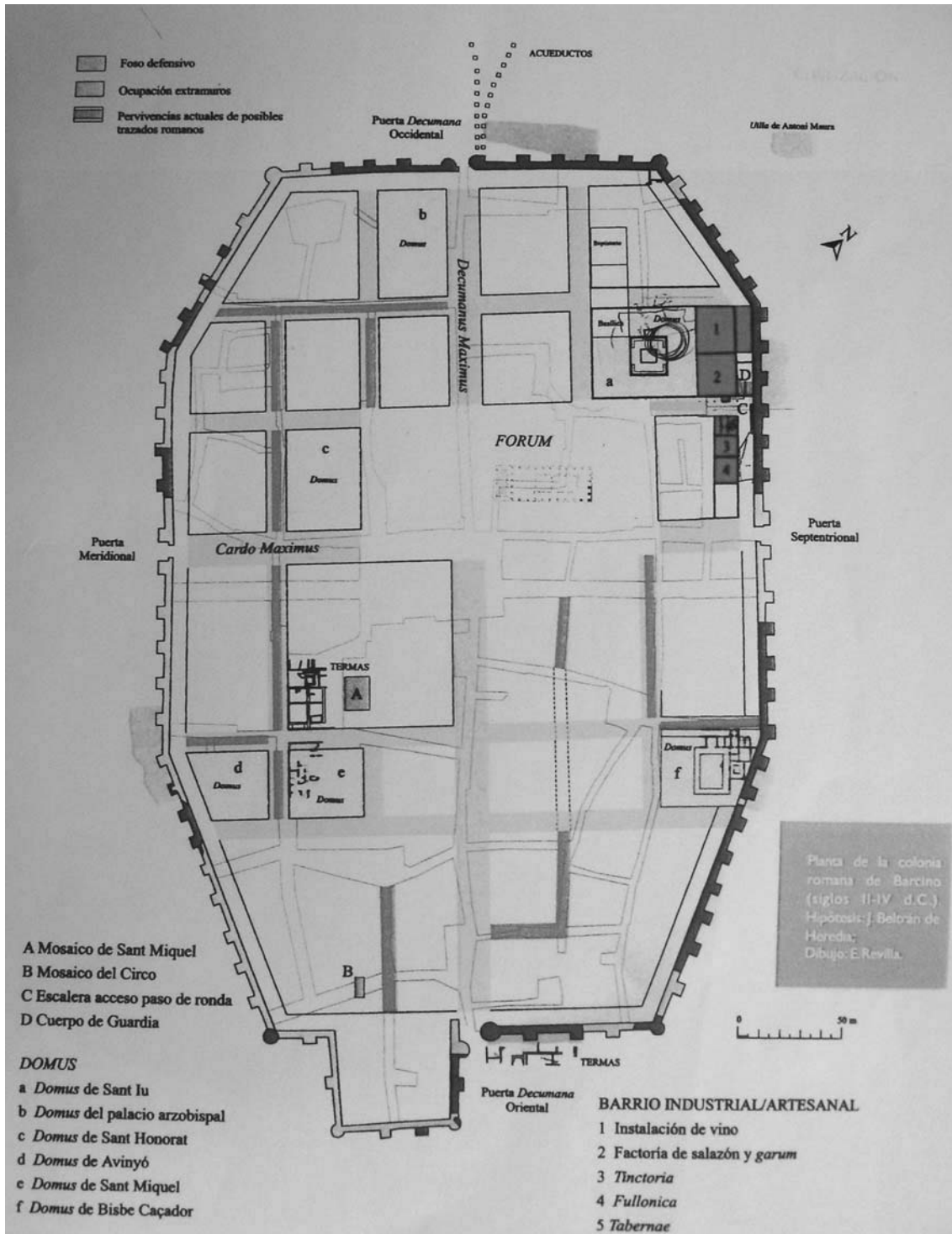


Figura 62 – Plano de *Barcino* (Barcelona)⁹⁵⁸

⁹⁵⁸ Beltrán de Heredia 2006:89.

A cidade, fundada *ex novo*, por volta do ano 10 a.C., localizava-se junto à costa mediterrânica, sobre um pequeno morro, ocupando uma área de cerca de 10 hectares. O sistema de defensivo original possuía uma planta octogonal, em resultado dos ângulos se encontrarem recortados, adaptando-se à topografia do terreno⁹⁵⁹.

O plano urbano cobria uma pequena área rectangular, organizando-se em função do *kardo* e do *decumanus maximus* que partiam das quatro portas de entrada na cidade e se cruzavam perpendicularmente na zona do *forum*, desconhecendo-se a posição detalhada e as dimensões exactas daquela praça pública. Sabe-se que se situava na zona mais elevada da cidade, encontrando-se descentrada relativamente ao centro e possuía um templo de grandes dimensões (35x17m) que, teoricamente, poderia ocupar uma área de cerca de 120x70m⁹⁶⁰, ou seja, 35x20,7 pés, nas proximidades da porta setentrional.

A malha urbana de *Barcino* tem vindo a ser consecutivamente revista em função dos resultados provenientes de sucessivas escavações. Actualmente, os dados mais seguros atestam uma modelação de insulas variável, impossibilitando definir um esquema padronizado para a totalidade da cidade. Inicialmente o modelo de insulas proposto definia um módulo de 50x50 metros⁹⁶¹, determinando uma grande regularidade ortogonal, configurando uma planta regular de tipo axial, com uma retícula de *insulae* quase quadradas⁹⁶². Os eixos centrais da cidade possuiriam entre 9 a 10 m, podendo os cardos menores oscilar entre os 9,50 e os 4 m de largura⁹⁶³.

Os dados das últimas escavações e o melhor conhecimento do sistema de ruas apontam para a existência de *insulae* mais pequenas, sendo o traçado do *kardo* e do *decumanus maximus* bem conhecido, assim como de alguns cardos menores, com 9,5 m de largura⁹⁶⁴. Com base no plano urbano de *Barcino*, recentemente publicado, os espaços reservados à construção das *insulae* mais regulares parecem oscilar, aproximadamente, entre os 50x37 m (167x125pés) e

⁹⁵⁹ Beltrán de Heredia 2006.

⁹⁶⁰ Granados 1987a.

⁹⁶¹ Granados 1987a.

⁹⁶² Guitart Durán 1993.

⁹⁶³ Granados 1987a.

⁹⁶⁴ Beltrán de Heredia 2006.

os 55x44 m (186x149pés)⁹⁶⁵. Por sua vez, quer o *kardo* e quer o *decumanus maximus* possuíam aproximadamente 47 pés (14 metros) de largura⁹⁶⁶.

A cidade de *Caesaraugusta* (Zaragoza), fundada com o estatuto de colónia por Augusto, situava-se estrategicamente junto ao rio Ebro, sendo protegida por uma muralha.

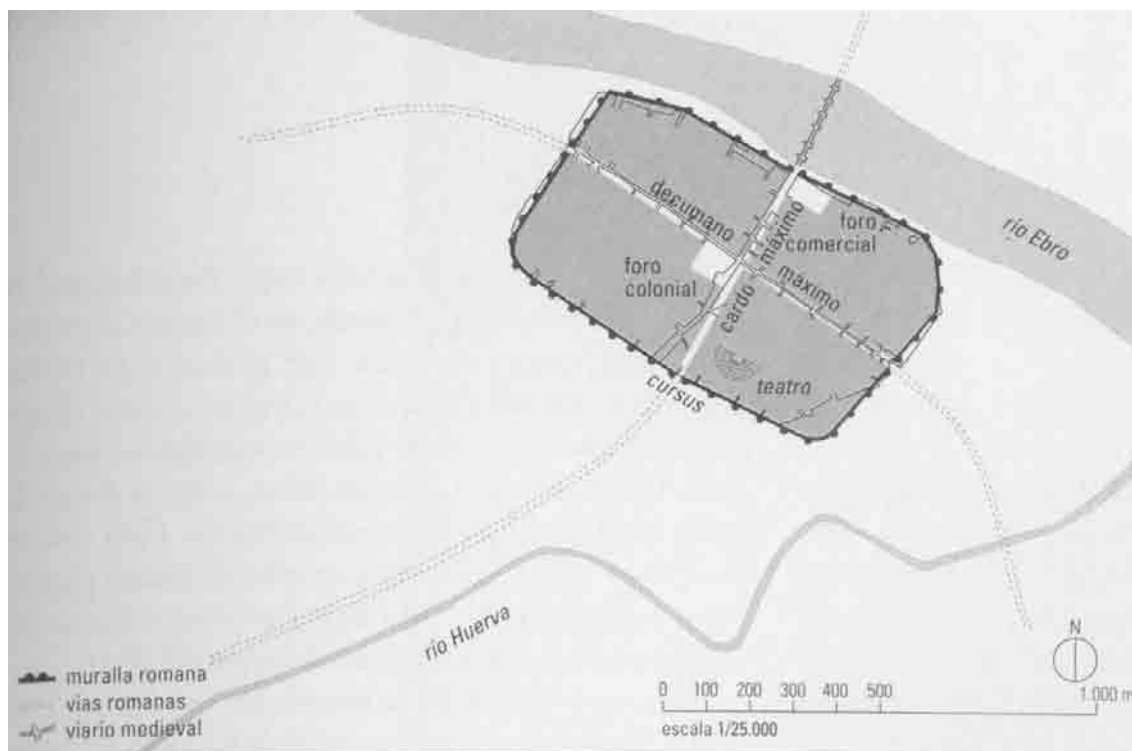


Figura 63 – Plano urbano de *Caesaraugusta*⁹⁶⁷

O plano urbano da cidade tem uma configuração rectangular com cerca de 895x513 m de lado, estando organizado internamente a partir dos dois eixos estruturantes, *kardo* e *decumanus maximus*, que se adaptam às características topográficas do terreno. O *decumanus* corre paralelo ao rio, sendo cruzado perpendicularmente pelo *cardo*, que converge para uma porta da cidade que dá acesso a uma ponte sobre o rio. No cruzamento dos dois eixos encontra-se o *forum*, que possui uma forma rectangular, com 533x400 pés de lado, ou seja, 160x120 m. A malha urbana no espaço intramuros encontra-se organizada em *insulae* quadradas, com 35,4 m de lado (1 *actus* de 120 pés⁹⁶⁸) deduzidas a partir dos

⁹⁶⁵ As medidas apresentadas para os módulos resultaram da medição dos quarteirões representados no plano de *Barcino* publicado em (Beltrán de Heredia 2006:89).

⁹⁶⁶ As medidas apresentadas para as ruas resultam da medição dos eixos representados no plano *Barcino* publicado em (Beltrán de Heredia 2006:89).

⁹⁶⁷ Guàrdia Bassols et al. 1994b.

⁹⁶⁸ A medida do pé considerada é de 0,295 (Beltrán Lloris 1997).

espaços reservados entre à rede de cloacas existente. As ruas possuiriam uma largura de cerca de 15,6 pés (4,6 m). Esta modelação encontra-se igualmente presente no mercado da época de Augusto e no eixo máximo do teatro⁹⁶⁹.

A cidade de *Pax Iulia* (Beja) foi uma das colónias fundadas por Augusto na província da Lusitânia, erguendo-se sobre uma colina que lhe permitia dominar uma vasta região da planície alentejana. A *urbs* ocuparia uma área aproximada de 500x450 m (148X133 pés), de cerca de 22,5 hectares, encontrando-se delimitada por uma muralha de perímetro poligonal irregular. A trama ortogonal seria composta por quarteirões rectangulares com 120x180 pés de lado (35,5 x 53 metros), muito embora pudessem existir quarteirões com outros tamanhos⁹⁷⁰.

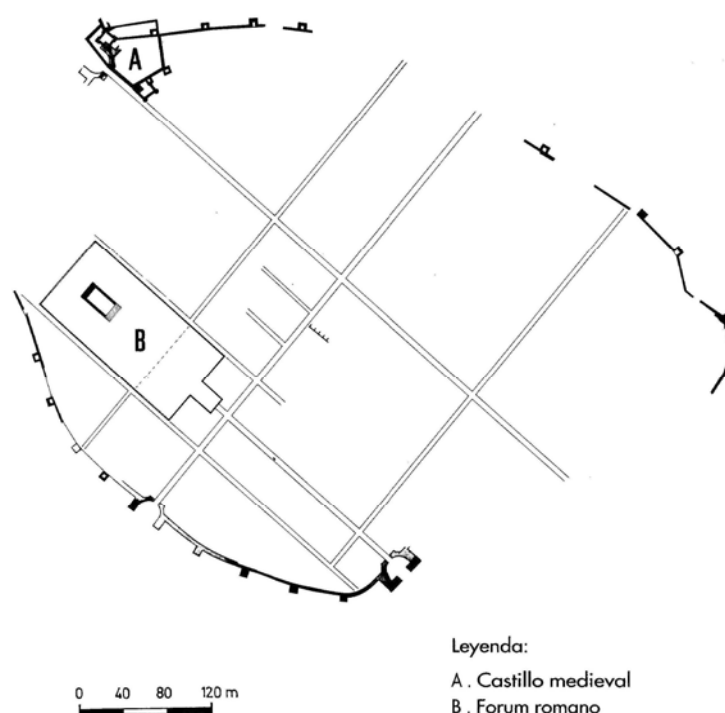


Figura 64 – Plano de *Pax Iulia*

(fonte: Alarcão 1993)

No ponto mais elevado da cidade encontrava-se o *forum*, descentrado relativamente ao cruzamento do *kardo* e do *decumanus maximus*, com aproximadamente 250 pés de largura (75 m), o equivalente a duas *insulae* e 353 pés de comprimento (106 m)⁹⁷¹.

⁹⁶⁹ Beltrán Lloris 1997.

⁹⁷⁰ Mantas 1990. Os dados apresentados resultam exclusivamente da análise da fotografia aérea.

⁹⁷¹ Mantas 1990.

2.2.5 Conclusão

A cidade alto-imperial de *Bracara Augusta* tem que ser entendida dentro do quadro natural e geográfico da região do NO peninsular em que se insere, sendo beneficiária de condições topográficas particulares de uma boa rede de comunicações, fluviais e terrestres que a ligavam ao território envolvente e da prosperidade da região em que se situa.

A eleição criteriosa do local para fundar a cidade, sem ocupação anterior e com características topográficas facilmente adaptáveis ao modelo ortogonal, é desde logo sugestiva do cuidado havido com a elaboração do plano urbano, que será progressivamente urbanizado e monumentalizado (Planta 1, Apêndice II).

O plano unitário regular, orientado no sentido NO/SE e SE/NO, muito provavelmente, com uma forte relação com os eixos principais do cadastro rural, terá sido planeado para uma área urbana sensivelmente inferior à definida pela muralha dos finais do século III / inícios do séculos IV. Uma vez definidos no terreno o local e o espaço ocupados pelos *kardo* e pelo *decumanus maximus* bem como a área do *forum*, terão sido construídas as infra-estruturas necessárias, designadamente o saneamento e abastecimento de água à cidade. Paralelamente, a construção da cidade terá começado a ser realizada na área da actual colina da Cidade, estendendo-se progressivamente a toda a área planificada (Planta 2, Apêndice II).

A partir da marcação dos dois eixos principais, terá sido traçado o restante sistema viário, numa modelação de 150 pés entre os eixos das ruas, e *insulae* de 140 x 125 pés que incluem espaços de circulação porticados. As dimensões destes espaços oscilam entre 10, 12 e 15 pés (2.96 m a 3.55 m).

Deste modo, a cidade terá conhecido durante o período alto-imperial uma malha regular, de 150 pés entre os eixos das ruas, estruturada em torno de 2 grandes eixos, o *kardo* e *decumanus maximus*, com 30 pés de largura, possuindo os eixos menores dimensões variáveis entre 10 pés e 25 pés, facto que demonstra a hierarquia do sistema viário. Admitimos que o *forum* possuísse uma forma rectangular, ocupando uma área correspondente a aproximadamente 6 *insulae*, ou seja, 450 x 300 pés de lado, cerca de 133x90 m.

A adaptação de uma malha regular ao espaço encontra-se atestada na construção de plataformas que permitiram nivelar as construções, no declive das

ruas com o máximo de 3 graus de inclinação, na utilização de escadas nos pórticos e mesmo em algumas ruas que serviriam apenas para a circulação pedonal.

Nalguns casos, as características do espaço físico natural foram mesmo utilizadas em benefício da construção de alguns equipamentos, como aconteceu com o teatro, construído na pendente da Colina da Cidade⁹⁷².

Bracara Augusta foi sendo sucessivamente ocupada em área através da construção dos quarteirões, os quais sofreram várias remodelações. Por esse motivo, muitos dos vestígios recuperados pelas escavações afastam-se do que terá sido o plano original. A cidade cresceu mesmo para além da área inicialmente planificada dando origem a construções com orientação diferenciada, as quais poderão ser consideradas periféricas relativamente ao núcleo fundacional, muito embora os dados das escavações sejam ainda insuficientes para definir com rigor a máxima extensão da malha ortogonal.

As investigações arqueológicas realizadas nas *urbs* fundadas na época de Augusto permitem testemunhar que todas beneficiaram de programas de planificação que contemplaram a implantação de uma malha ortogonal.

Independentemente da variabilidade de planos que apresentam e da diversidade de formas e dimensões dos quarteirões, as *insulae* assumem sempre uma forma geométrica regular, rectangular ou quadrangular. Os vestígios das ruas, calçadas, cloacas ou pórticos são elementos morfológicos que se encontram bem documentados pela Arqueologia em inúmeras cidades, constituindo, nalguns casos, os elementos que melhor documentam o plano urbano.

As condições topográficas que caracterizam os diferentes locais constituem um elemento que inviabiliza a regularidade total dos quarteirões no plano urbano. Todavia, também o tempo de vida, o grau de crescimento e a importância adquirida pelas cidades, constituem variáveis condicionantes das alterações morfológicas e topográficas que se sucederam no espaço urbano, camuflando e adulterando o plano ortogonal inicial, contribuindo, paralelamente, para o carácter singular da morfologia que caracteriza cada *urbs*.

⁹⁷² Martins et al. 2006

2.3 A cidade tardo-antiga

A partir do século III o Império romano começa a acusar algum desgaste na manutenção do seu vasto território, ao mesmo tempo que internamente conhece períodos de considerável instabilidade política e social, bem como problemas de índole económica. Tradicionalmente o Baixo Império tem sido associado a uma crise generalizada, muito embora, seja pertinente precisar o que significou esta crise nas cidades.

De facto, as cidades que sobrevivem à crise do século III, conhecem a introdução de um conjunto de novos elementos estruturais, manifestamente visíveis na alteração topográfica e na organização do plano urbano, que vão conferir uma nova dimensão às cidades. Trata-se de um processo de adaptação e transformação às novas conjunturas de instabilidade política e social. Todavia, o nível de decadência registado em alguns centros urbanos não pode ser generalizado, nem tão pouco as cidades podem ser vistas como “corpos adormecidos”, pois a construção de muralhas, a reparação das grandes vias ou as reestruturações urbanas são frequentes ao longo do Baixo Império⁹⁷³.

Na realidade, as transformações ocorridas nas cidades devem ser entendidas à luz da própria evolução histórica e atribulada da sociedade, devendo, por conseguinte, o cenário de crise generalizada ser rebatido, dado o seu carácter por vezes regional e parcial⁹⁷⁴.

De facto, os elementos materiais sobrevivente permitem entender a decadência urbana dentro de um processo complexo de adaptação a uma nova realidade histórica, devendo as mudanças registadas ser entendidas como um processo de evolução natural⁹⁷⁵.

O século III parece trazer à cidade uma nova concepção do espaço urbano, na exacta medida em que este passa a adquirir uma nova importância como lugar fortificado que procura proteger as tradicionais funções civis.

Na verdade, até ao século IV os romanos conseguiram controlar os povos de origem germânica que habitavam as regiões norte e nordeste da Europa e noroeste

⁹⁷³ Fernández Ochoa 1993.

⁹⁷⁴ Apesar de tradicionalmente a historiografia ter considerado o Baixo Império como um período generalizado de crise esta tendência encontra-se praticamente ultrapassada, quer pelos historiadores, quer pelos arqueólogos (Arce Martínez 1978; 1993; Bravo Castañeda 1998; Brogiolo 1988; Brogiolo & Gelichi 1996; García Moreno 2001; Gutiérrez Lloret 1996; Heers 1990a; López Quiroga 2004; Wataghin et al. 1996).

⁹⁷⁵ Arce Martínez 1993.

da Ásia. Estes povos⁹⁷⁶ terão conhecido, provavelmente devido ao contacto com os romanos, durante os séculos II e III, um desenvolvimento económico, social e político, que conduziu à formação de classes dirigentes e de instituições de acentuado carácter aristocrático. Na verdade, as intenções destes povos de migrarem para o interior do Império não é uma ambição característica dos séculos III e IV.. Tão pouco, as invasões germânicas podem ser vistas como um ataque único e radical, provocado por um povo “bárbaro”. sem qualquer nível de organização⁹⁷⁷. A penetração dos povos germânicos na Hispânia ocorreu no primeiro quartel do século V, período em que têm lugar uma série de episódios bélicos que culminam com a emergência de duas forças capitais, primeiro os Suevos e, mais tarde, os Visigodos⁹⁷⁸.

Porém, é num ambiente geral de insegurança que devemos entender o fenómeno da fortificação das cidades a partir do século III e ao longo do século V.

O primeiro aspecto a assinalar é o elevado número de cidades da Hispânia que conhece na época tardia um recinto amuralhado revelador de uma clara intenção de proteger as cidades desta zona do Império⁹⁷⁹. O segundo aspecto prende-se com a cronologia destas construções, que apesar de carecerem ainda de alguns refinamentos, se encontra confirmada para algumas cidades entre os finais do século III e os inícios do IV⁹⁸⁰. O terceiro aspecto prende-se com o modelo de fortificações urbanas construído. Na generalidade, este modelo, surgido durante a segunda metade do século III irá prologar-se até ao século V, conhecendo apenas pequenas modificações⁹⁸¹, que, apesar da diversidade de classificações que têm conhecido, possuem algumas características em comum. Entre elas destaca-se o significativo aumento do número de torres e a diminuição do espaço entre as mesmas, bem como a construção de torreões semicirculares, projectados para fora da linha de muralhas⁹⁸².

A construção de recintos fortificados não pode ser justificada apenas por motivos de proximidade com o inimigo invasor mas, também, pelo papel geoestratégico desempenhado pelas mesmas na manutenção e abastecimento do

⁹⁷⁶ Os povos germânicos têm sido divididos em diversos grupos culturais. Porém esta é uma problemática que entendemos não ser pertinente aprofundar neste estudo.

⁹⁷⁷ Cameron 1998.

⁹⁷⁸ Fontes 2007.

⁹⁷⁹ Segundo Carmen Fernández Ochoa e Cérdan Morillo foi possível identificar 21 recintos amuralhados (Fernández Ochoa & Morillho Cerdán 2002).

⁹⁸⁰ Como são os casos das muralhas de Lugo, Braga, Astorga, entre muitas outras (Rodríguez Comenero & Rodá de Llanza 2007).

⁹⁸¹ Constatação feita já, em 1947, por S. Johnson (Johnson 1983).

⁹⁸² Fernández Ochoa 1997.

Império, como parece ter sido o caso das muralhas construídas na parte setentrional da Península Ibérica⁹⁸³. Por outro lado, as escavações arqueológicas realizadas em algumas cidades romanas desta região demonstram que as mesmas conheceram um especial incremento urbanístico e uma generalizada renovação urbana entre os finais do século III e inícios do IV⁹⁸⁴. Do mesmo modo, a manutenção registada da rede viária durante este período, confere importância estratégica particular às cidades setentrionais da península no Baixo Império⁹⁸⁵.

De facto, algumas cidades continuaram a desempenhar um papel administrativo importante, conhecendo transformações que lhes permitiram adaptar-se às modificações socioeconómicas, políticas e militares operadas nos séculos III e IV.

A primeira consequência morfológica evidente que ocorre com a construção das muralhas tardias é a redução do perímetro amuralhado e, portanto, do núcleo urbano, que passa agora a excluir alguns edifícios, a ter ruas fechadas ou sem saída, diminuindo igualmente o espaço habitado protegido. Consequentemente parte da população teria que viver em áreas extramuros dando lugar ao aparecimento de bairros periféricos nos subúrbios. Porém, ainda que a partir do século V algumas populações se refugiem nos campos, não podemos esquecer que as cidades serão sempre um pólo de atracção para as populações residentes, desde logo por se encontrarem protegidas por fortes barreiras, mas, também, porque era aí que eram desempenhados os cargos administrativos que permitiam o funcionamento global das sociedades.

O enfraquecimento do poder municipal e a concentração populacional numa área mais pequena irá determinar outro tipo de transformações na estrutura urbana. Os trabalhos arqueológicos realizados em muitas cidades demonstram que elas conhecem a partir do século III a invasão de espaços até então públicos, como sejam os pórticos e as ruas, com construções privadas⁹⁸⁶.

As alterações estruturais mais evidentes ocorridas nas cidades entre o século III e o VIII consistem, assim, na construção de muralhas e na redução do perímetro urbano, acompanhado pela ocupação de alguns espaços públicos intramuros, pelo desmantelamento de alguns equipamentos públicos, pela construção de edifícios de culto cristão e, finalmente, pelo aparecimento de bairros periféricos, muitas

⁹⁸³ Fernández Ochoa & Morillho Cerdán 1991; 1992.

⁹⁸⁴ Fernández Ochoa 1993.

⁹⁸⁵ Caamaño Gesto 1979.

⁹⁸⁶ Alba Calzado 2001.

vezes organizados em torno de basílicas paleocristãs, surgidas em áreas de necrópoles e ao longo das vias de saída da cidade⁹⁸⁷.

A Arqueologia permite documentar que *Bracara Augusta* conheceu um programa de renovação urbana entre os finais do século III e os inícios do IV. De acordo com os dados arqueológicos muitos edifícios públicos e privados foram remodelados⁹⁸⁸. A generalização de pavimentos em mosaico, a incorporação de banhos privados nalgumas casas, a alteração da estrutura de alguns edifícios públicos, como as termas e a construção de uma potente muralha traduzem, em conjunto, um significativo incremento urbano⁹⁸⁹.

Na verdade, apesar da crise política e económica sentida no século III, a cidade de *Bracara Augusta* regista um desenvolvimento peculiar relacionado com a sua trajectória histórica particular e com a sua promoção a capital da nova Província da Galécia, criada pelo Imperador Diocleciano, que irá integrar os três conventos jurídicos do NO e parte do de *Clunia*⁹⁹⁰. A cidade ganha, assim, novas competências políticas e administrativas, vindo a afirmar-se, no século V, como sede de bispado⁹⁹¹ e capital do reino suevo.

Os motivos para a elevação de *Bracara Augusta* a capital da Galécia parecem residir na importância geopolítica e económica da cidade. De facto, *Bracara Augusta* terá beneficiado desde sempre da sua privilegiada localização geográfica, que lhe conferia uma forte centralidade no contexto do NO Peninsular, permitindo-lhe, simultaneamente, a prosperidade económica necessária ao seu desenvolvimento urbano⁹⁹². Tal prosperidade resultava de uma estreita relação com o território envolvente, mas também da exploração dos recursos, sobretudo mineiros, existentes no território do convento bracarense.

A importância de *Bracara Augusta* terá justificado as significativas reparações das vias que a ligavam ao exterior, particularmente da via XVIII⁹⁹³.

Nos finais do século III e inícios do século IV a cidade será dotada de um potente muralha, que lhe alterou a fisionomia. Por outro lado, a arqueologia

⁹⁸⁷ Situação documentada para muitas cidades da Hispânia, como Córdova (Murillo et al. 1997), Mérida (Mateos Cruz 1997; Mateos Cruz & Alba Calzado 2001) ou León (Gutiérrez González & Miguel Hernández 1999).

⁹⁸⁸ Gaspar et al. 1986. Refiram-se a título de exemplo os vestígios residenciais exumados na zona arqueológica das Cavalariças (Delgado & Martins 1988) e nas Cavalheiras (Martins 2000b), ou as reformas efectuadas nas Termas do Alto da Cidade (Martins 2005). Um resumo dos vestígios recuperados nestas zonas integra também, o Anexo 1 deste trabalho.

⁹⁸⁹ *Bracara Augusta* encontra-se entre as maiores cidades da Hispânia com uma área urbana estimada em 48 hectares, como já referido.

⁹⁹⁰ Tranoy 1981.

⁹⁹¹ O Concílio de Toledo, celebrado em 400, deixa bem claro que Braga naquela altura não tinha bispo e que Paterno foi sagrado para a diocese bracarense (Costa 1997-2000).

⁹⁹² Martins 1992-93.

⁹⁹³ A atestar a importância de *Bracara Augusta* encontramos o elevado número de miliários das vias XVIII, XVII e XIX, presentes na área do convento bracarense.

testemunha a destruição de alguns edifícios e a reutilização dos seus materiais na construção da muralha, revelando-nos, igualmente, a sobrevivência da maioria dos edifícios. Por outro lado, a rede viária da cidade sofre inevitáveis alterações, com a progressiva utilização dos seus espaços para a construção⁹⁹⁴.

A fortificação da *urbs* veio alterar de forma significativa a forma da cidade que, de rectangular passou a elíptica⁹⁹⁵. Esta alteração terá igualmente importantes repercussões a nível da estrutura interna, designadamente ao nível dos eixos viários, como é possível testemunhar a partir da zona arqueológica das Carvalheiras, onde duas das ruas são fechadas, em virtude da construção da muralha, perdendo deste modo a funcionalidade de eixos viários, sendo o seu espaço ocupado por espaços de habitação⁹⁹⁶. O mesmo acontece com os pórticos⁹⁹⁷.

Bracara Augusta assiste assim a significativas transformações da sua planimetria, acompanhadas por uma renovação de alguns equipamentos urbanos e de habitações. Entre os séculos IV e V testemunha-se uma significativa actividade comercial e artesanal, deduzida do ritmo de importações de cerâmica e pela produção de cerâmica local que é difundida pela região⁹⁹⁸.

2.3.1 Dados disponíveis

O estudo da morfologia urbana de *Bracara Augusta* no Baixo Império beneficia, particularmente, dos dados provenientes das diversas escavações arqueológicas realizadas no subsolo da cidade, muito embora, a iconografia e a cartografia, assim como a fotografia aérea constituam um preciso auxiliar neste exercício.

As evidências arqueológicas disponíveis para os séculos III e IV permitem tecer interpretações relativas às alterações morfológicas registadas no plano da cidade tardia, designadamente no que se refere à construção de uma fortificação que confere um novo perímetro à cidade, às modificações registadas no sistema viário e nos quarteirões, bem como na orientação do edificado relativamente ao plano ortogonal da cidade do alto-imperial.

⁹⁹⁴ Martins 2004.

⁹⁹⁵ Martins & Delgado 1989-90b.

⁹⁹⁶ Martins 1992-93.

⁹⁹⁷ Bem visível na *insula* das Carvalheiras (Martins 2000b).

⁹⁹⁸ Martins 2004.

Da variedade de zonas arqueológicas intervencionadas⁹⁹⁹ destacam-se, desde logo, as que nos permitem analisar o sistema defensivo da cidade.

A possibilidade de reconstituir o perímetro e analisar o sistema construtivo da muralha tardia resulta da conjugação de diversos vestígios exumados em distintas áreas arqueológicas.

As escavações realizadas na zona do Fujacal¹⁰⁰⁰ possibilitaram a descoberta de uma parte muito significativa dos alicerces da muralha, numa extensão de cerca de 60 metros, permitindo reconstituir o perímetro e as dimensões da fortificação na parte sudeste da cidade, bem como o seu sistema construtivo, graças à descoberta de dois torreões semicirculares, projectados para fora da linha de muralha¹⁰⁰¹.



Figura 65 – Torreão da muralha encontrado no Fujacal¹⁰⁰²

Na zona arqueológica do Hospital de S. Marcos¹⁰⁰³, nos terrenos destinados à construção de um bloco operatório, foram identificados vestígios que testemunham parte do perímetro da referida fortificação, permitindo dar continuidade ao traçado da muralha registado na zona do Fujacal.

⁹⁹⁹ A listagem de zonas arqueológicas intervencionadas no subsolo da cidade de Braga encontra-se no Anexo 1 deste trabalho, estando graficamente representadas na figura 1 do referido anexo.

¹⁰⁰⁰ Anexo I – ZA 29.

¹⁰⁰¹ Lemos *et al.* 2002.

¹⁰⁰² Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰⁰³ Anexo I – ZA 34.

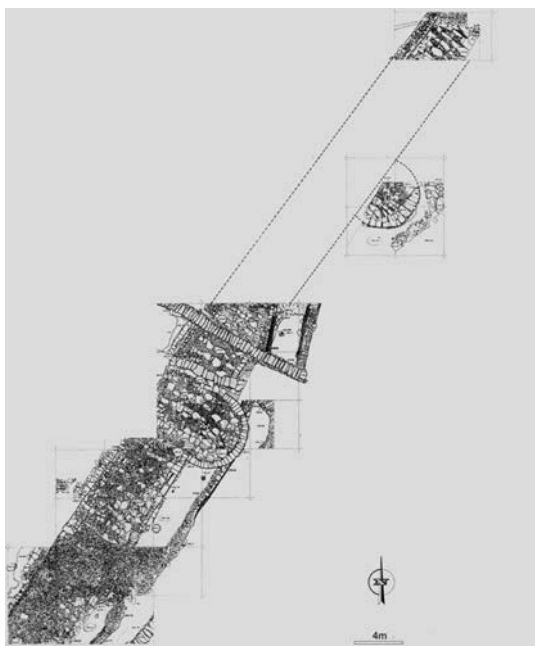


Figura 66 - Planta das estruturas exumadas no Fujacal¹⁰⁰⁴



Figura 67 - Miolo da muralha romana do Fujacal¹⁰⁰⁵

Também, na zona norte da cidade, designadamente na área envolvente da Sé Catedral, foram, igualmente, identificados outros testemunhos pertencentes à muralha romana tardia. Estes encontram-se no subsolo da Capela da Nossa Senhora Glória¹⁰⁰⁶, onde foram encontrados os alicerces correspondentes a um pequeno troço da cerca defensiva e nos terrenos adjacentes ao lado sul da Rua de D. Diogo de Sousa¹⁰⁰⁷, onde foram exumados os alicerces de um torreão semicircular, com características idênticas aos encontrados no Fujacal, e parte do paramento externo de um troço da muralha. Na Rua Paio Mendes, n.ºs 67-75¹⁰⁰⁸, foi identificado um outro fragmento do alicerce da parte norte da muralha. Por fim, na zona arqueológica da Avenida da Imaculada Conceição¹⁰⁰⁹, foi descoberto um torreão semicircular, pertencente ao traçado sul da muralha.

¹⁰⁰⁴ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰⁰⁵ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰⁰⁶ Anexo I - ZA 56.

¹⁰⁰⁷ Anexo I - ZA 22.

¹⁰⁰⁸ Anexo I - ZA 48.

¹⁰⁰⁹ Anexo I - ZA 37



Figura 68 – Restos da muralha romana sob a Capela da N. S. da Glória (Sé)¹⁰¹⁰



Figura 69 – Face externa da muralha romana sob a Capela da N. S. da Glória (Sé)¹⁰¹¹



Figura 70 – Torreão da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa¹⁰¹²



Figura 71 – Torreão da muralha do Fajal¹⁰¹³



Figura 72 – Pano da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa¹⁰¹⁴



Figura 73 – Muralha romana encontrada a norte da Rua Paio Mendes¹⁰¹⁵

¹⁰¹⁰ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹¹ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹² Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹³ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹⁴ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹⁵ Fonte: Mapoteca da UAUM.



Figura 74 – Perspectiva da escavação da muralha a norte da Rua Paio Mendes ¹⁰¹⁶



Figura 75 – Restos da muralha nos terrenos anexos à Rua Paio Mendes ¹⁰¹⁷



Figura 76 – Torreão da muralha encontrado no Fujacal ¹⁰¹⁸



Figura 77 – Torreão da muralha descoberto no Imaculada Conceição ¹⁰¹⁹

A ordem pela qual acabamos de enunciar as zonas arqueológicas onde foram identificados os vestígios do sistema defensivo do Baixo Império, segue, aproximadamente, o trajecto da linha da muralha, o qual especificaremos mais detalhadamente no ponto 2.3.2 deste trabalho.

Com o propósito de elaborar uma hipótese acerca das características planimétricas da fortificação de *Bracara Augusta* foram reunidos e georreferenciados todos os vestígios atrás mencionados, o que nos permitiu projectar o perímetro da muralha tardia sobre a planta actual da cidade. Este exercício metodológico socorreu-se igualmente da iconografia e da cartografia, bem como da fotografia aérea. De facto, a análise da cartografia disponível para Braga, designadamente da planta topográfica de 1883/84 e da actual, bem como da fotografia aérea, representa uma estratégia de capital importância no estudo

¹⁰¹⁶ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹⁷ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹⁸ Fonte: Mapoteca da UAUM.

¹⁰¹⁹ Fonte: Mapoteca da UAUM.

morfológico da muralha, sobretudo para as zonas em que escasseiam os vestígios arqueológicos. Através destas fontes, e usando a interpretação das curvas de nível e dos muros limites de propriedade, é possível inferir boa parte do perímetro da referida muralha.

As evidências arqueológicas disponíveis para os séculos III e IV permitem igualmente testemunhar outras alterações morfológicas registadas no plano urbano, designadamente nos espaços destinados à circulação, como os pórticos e as ruas. Estes espaços conheceram significativas e diferenciadas transformações, bastante expressivas no que se refere à sua invasão por construções. Esta situação torna-se bastante evidente nas zonas escavadas na *insula* das Carvalheiras e quarteirões adjacentes, nas Antigas Cavalariças, na Escola da Sé, no Largo de S. Paulo ou na Rua de S. Geraldo, n.º 34.

Porém, a Arqueologia permite igualmente testemunhar as transformações que ocorreram no sistema viário em consequência da construção da muralha tardia, que originou o encerramento de algumas ruas, bem como a inutilização de alguns edifícios, como demonstram as escavações da zona do Hospital de S. Marcos¹⁰²⁰. Do mesmo modo, os vestígios arqueológicos evidenciam alterações na orientação do edificado relativamente a malha ortogonal alto-imperial, como comprovam os vestígios exumados na zona da Rua do Anjo, n.º 55¹⁰²¹, no Claustro o Seminário de Santiago¹⁰²² ou na Rua Afonso Henriques n.ºs 30-56¹⁰²³.

Os dados arqueológicos permitem igualmente provar que na cidade continuaram a persistir edifícios de qualidade, em concordância com o modo de vida romano. Na Rua Gualdim Pais n.º 28-38¹⁰²⁴ foram identificados vestígios de uma habitação tardia, com um compartimento com hipocausto e, por conseguinte, com compartimentos reservados a banhos privados¹⁰²⁵. Também no Seminário de Santiago (Claustro), foram descobertas estruturas pertencentes a uma casa romana com peristilo que dava acesso a um balneário, sujeita a remodelações numa fase tardia. Na Rua Afonso Henriques n.ºs 30-56, foram exumados vestígios correspondentes a um balneário público, com pavimentos de *opus signinum*, bem como com restos de um hipocausto com arcos, cuja orientação é discordante dos eixos da cidade alto-imperial, pelo que poderá possuir uma cronologia tardia.

¹⁰²⁰ Anexo I – ZA 34.

¹⁰²¹ Anexo I – ZA 4.

¹⁰²² Anexo I – ZA 58.

¹⁰²³ Anexo I – ZA 58.

¹⁰²⁴ Anexo I – ZA 33.

¹⁰²⁵ Delgado 1987.

No entanto, existem outras intervenções que, apesar de não permitirem um elevado rigor na definição das alterações de aspectos concretos do plano, testemunham a continuidade ocupacional de alguns espaços até à Idade Média, designadamente na área da actual Sé Catedral, mas, também, nas áreas escavadas de necrópoles e das vias que saíam da cidade (Figura 78, p. 271), como abordaremos no ponto 2.4 deste trabalho.

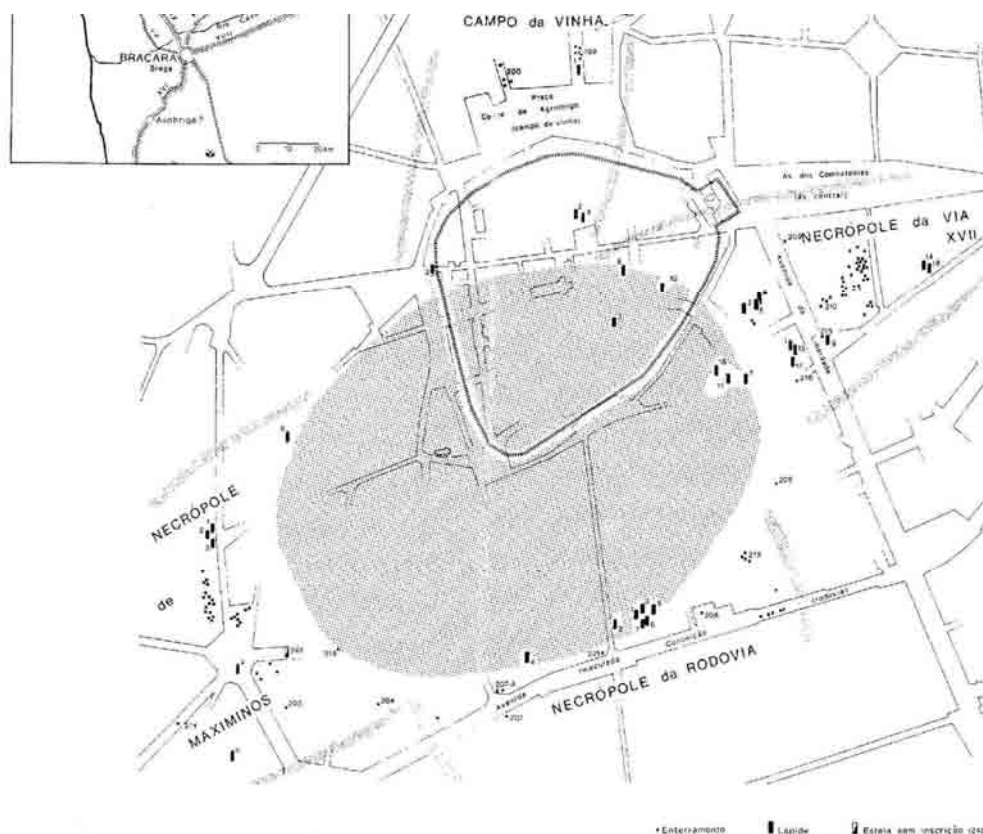


Figura 78 – Planta de Braga com a localização das sepulturas e inscrições funerárias (fonte: Martins & Delgado 1989-90a: 49)

2.3.2 A muralha tardia

A muralha de *Bracara Augusta* é referida em diversos testemunhos literários desde o século XVII, tendo por base de partes conservadas e visíveis da mesma¹⁰²⁶.

¹⁰²⁶ A julgar pelos dados referidos pelo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha (Cunha 1634-35) na Idade Média eram ainda visíveis tramos da muralha (Lemos et al. 2002).

Na generalidade, os autores tradicionais¹⁰²⁷ consideraram que a cidade possuiria um perímetro amuralhado de forma aproximadamente circular ou elíptica, o qual possuiria torreões¹⁰²⁸. Destes relatos merece particular destaque o realizado por José Teixeira¹⁰²⁹, em 1910, acompanhado por um mapa¹⁰³⁰ que cartografou pela primeira vez o traçado da muralha romana, configurando uma área intramuros ligeiramente elíptica, que se tem vindo a revelar coincidente com os dados actualmente disponibilizados pelas escavações arqueológicas¹⁰³¹. Estes são bastante fragmentários, encontrando-se dispersos por distintas zonas da cidade, reportando-se apenas aos alicerces da estrutura, que forneceu elementos relativos à sua cronologia e características construtivas.

A partir da composição de um plano cartográfico¹⁰³², onde reunimos todas as evidências conhecidas da muralha, procurámos elaborar uma hipótese interpretativa da morfologia que terá caracterizado o sistema defensivo baixo imperial, definindo o seu traçado e perímetro, extensão e largura, a localização dos torrões semicirculares e a localização das suas portas.

O traçado sudeste e nascente da muralha resulta da conjugação dos dados provenientes das escavações realizadas na zona do Fujacal e do Hospital de S. Marcos.

A área do Fujacal permitiu pôr a descoberto, ainda que de forma descontínua, cerca de 60 metros do perímetro da muralha, que apresenta aí 5.6 metros de largura (19 pés) e dois torreões semicirculares projectados para fora da linha de muralha, encontrando-se os alicerces de um deles muito bem conservados. Este troço da muralha permitiu recuperar o módulo entre os torreões que revelou ser de 24 metros, ou seja, 80 pés, medida tomada entre o eixo dos mesmos. Estes possuiriam um raio aproximado de 3 metros (10 pés). O extenso segmento recuperado da fortificação no Fujacal revelou dois paramentos paralelos, que limitam um espaço interior preenchido por pedra miúda e grandes blocos de granito, como se pode verificar na Figura 79, p. 274. O aparelho do paramento interno possui tamanhos e formas irregulares, sendo evidente a reutilização de

¹⁰²⁷ A título de exemplo refiram-se os detalhes fornecidos por Contador de Argote quanto à sua morfologia e traçado, descrevendo que a muralha iniciava o seu percurso junto da Igreja de Maximinos, seguia para norte em direcção ao Hospital de S. Marcos, inflectindo em direcção à Igreja da Sé, para depois rematar novamente em Maximinos. O autor refere ainda a existência de duas portas, uma a nascente e outra a poente (Argote 1732-34).

¹⁰²⁸ A imprensa periódica vai publicando pontuais notícias onde se refere a existência de 4 torreões: um semicircular, a sul, na Rua Comendador Santos da Cunha, outro a sudoeste na Rua Pêro Magalhães Gôndavo, um terceiro a poente, na Rua da Cruz de Pedra e um outro na Igreja de Santa Cruz, a nordeste da cidade (Lemos et al. 2002).

¹⁰²⁹ Teixeira 1910.

¹⁰³⁰ Já apresentado na parte II deste trabalho.

¹⁰³¹ Martins 1992-93.

¹⁰³² Esta informação foi tratada em software de desenho assistido por computador (Autocad 2007).

pedra aparelhada e de elementos de arquitectura romanos na sua construção¹⁰³³. Os elementos encontrados relativos à face externa da muralha são escassos, estando camuflados pelas reparações a que o muro esteve sujeito ao longo de séculos. Todavia, merece destaque o facto da parte conservada dos torreões ter revelado um revestimento *opus quadratum*¹⁰³⁴.

As evidências conservadas permitem testemunhar que se trata de uma estrutura bastante larga, datando a sua fundação dos finais do século III / inícios do IV. Igualmente foi possível verificar que a estrutura foi sujeita a sucessivas reparações, algumas das quais feitas já na época medieval. Tudo indica que a muralha estaria ainda visível naquele período, acabando por servir como muro de contenção de terras, sendo o seu próprio circuito usado como caminho até épocas recentes.

Os alicerces dos torreões identificados nas escavações do Fujacal, bem como os postos a descoberta na zona da Imaculada Conceição e na Rua D. Diogo de Sousa, permitiram dar consistência às referências a torreões em vários locais da cidade, feitas na bibliografia da primeira metade do século, tendo por base descobertas ocasionais. De igual modo permitiram documentar as semelhanças construtivas da muralha de *Bracara Augusta* com as de Lugo e Astorga, Gijón, e León entre outras¹⁰³⁵.

A nordeste da zona do Fujacal formam realizadas escavações, na zona do Hospital, que puseram a descoberto mais um troço da muralha, não tendo sido aí detectados vestígios de torreões, como se pode observar na Figura 79, p. 274. Pelo contrário, aí, foram encontrados muros pertencentes à cidade alto-imperial, com alinhamentos coincidentes com a orientação da malha ortogonal, facto que permitiu demonstrar que a muralha cortou construções neste local. Igualmente, no interior do enchimento da estrutura foi encontrada uma lápide funerária fragmentada datável do Alto Império¹⁰³⁶. Trata-se, com efeito, do limite mais oriental da área de *Bracara Augusta* que pode ter sido cadastrada. Os referidos muros foram cortados e destruídos com a construção da muralha tardia. De facto, a existência de estruturas anteriores permite comprovar que a muralha tardia deixou fora do seu perímetro antigas construções, algumas das quais destruídas, tendo sido reduzido o espaço urbanizado no Alto Império, neste sector da cidade.

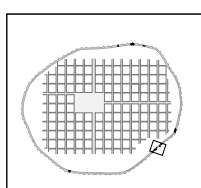
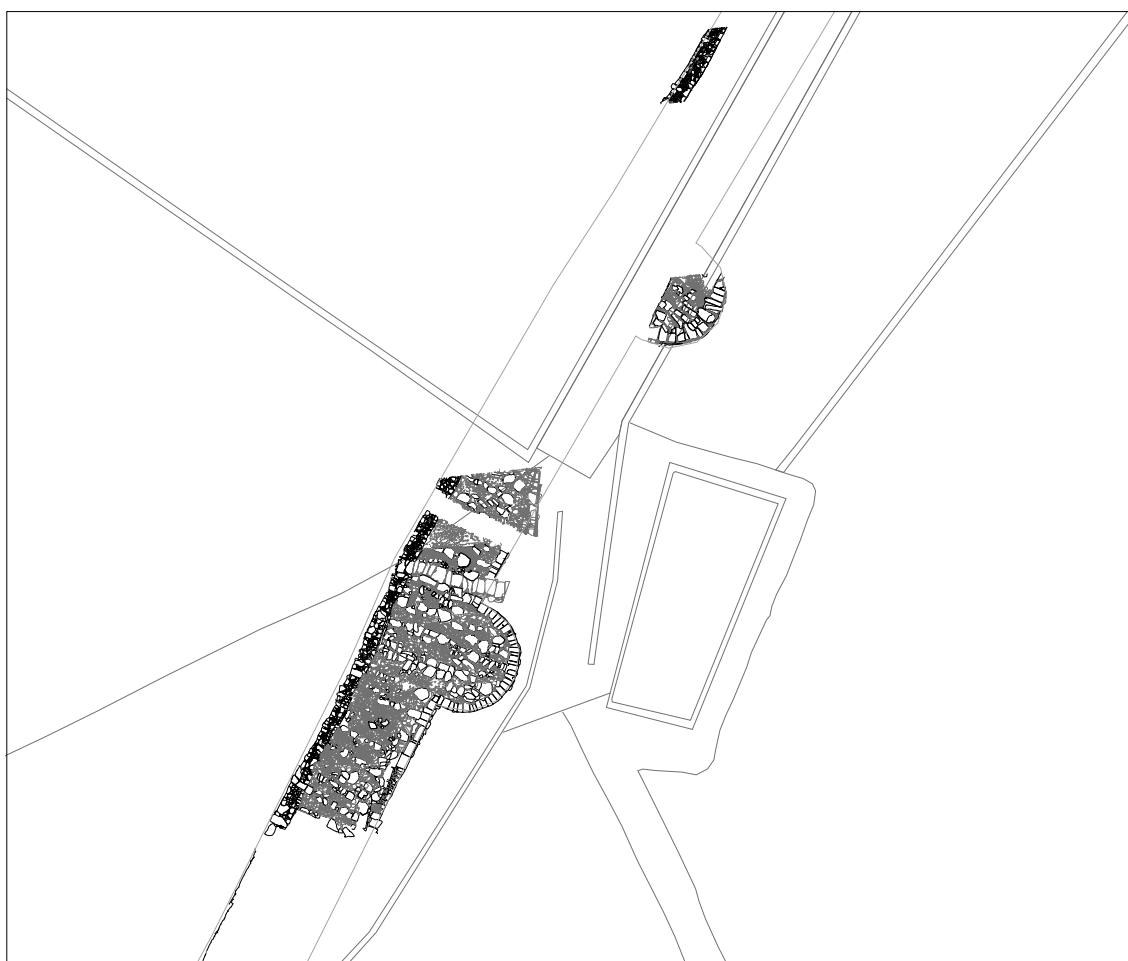
¹⁰³³ Lemos et al. 2007.

¹⁰³⁴ Lemos et al. 2007.

¹⁰³⁵ Fernández Ochoa 1997.

¹⁰³⁶ Lemos et al. 2007.

Deste modo, com base na largura, na extensão e no intervalo dos torreões foi possível reconstituir uma proposta para o traçado da muralha tardia na parte sudeste e este da cidade.



LEGENDA

- Perímetro da muralha —
- Restos arqueológicos —
- Cartografia séc. XIX - - -

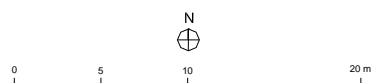


Figura 79 – Troço da muralha tardia na zona do Fujacal

Sendo suposto, com base na planta de José Teixeira, que a muralha cruzaria a Rua de Nossa Senhora do Leite foram aí realizadas escavações, as quais demonstram que ela corria mais para norte, acompanhando eventualmente o primitivo traçado da Rua do Souto.

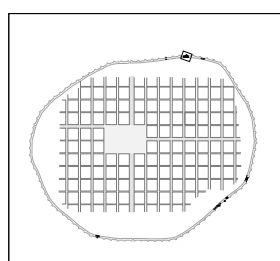
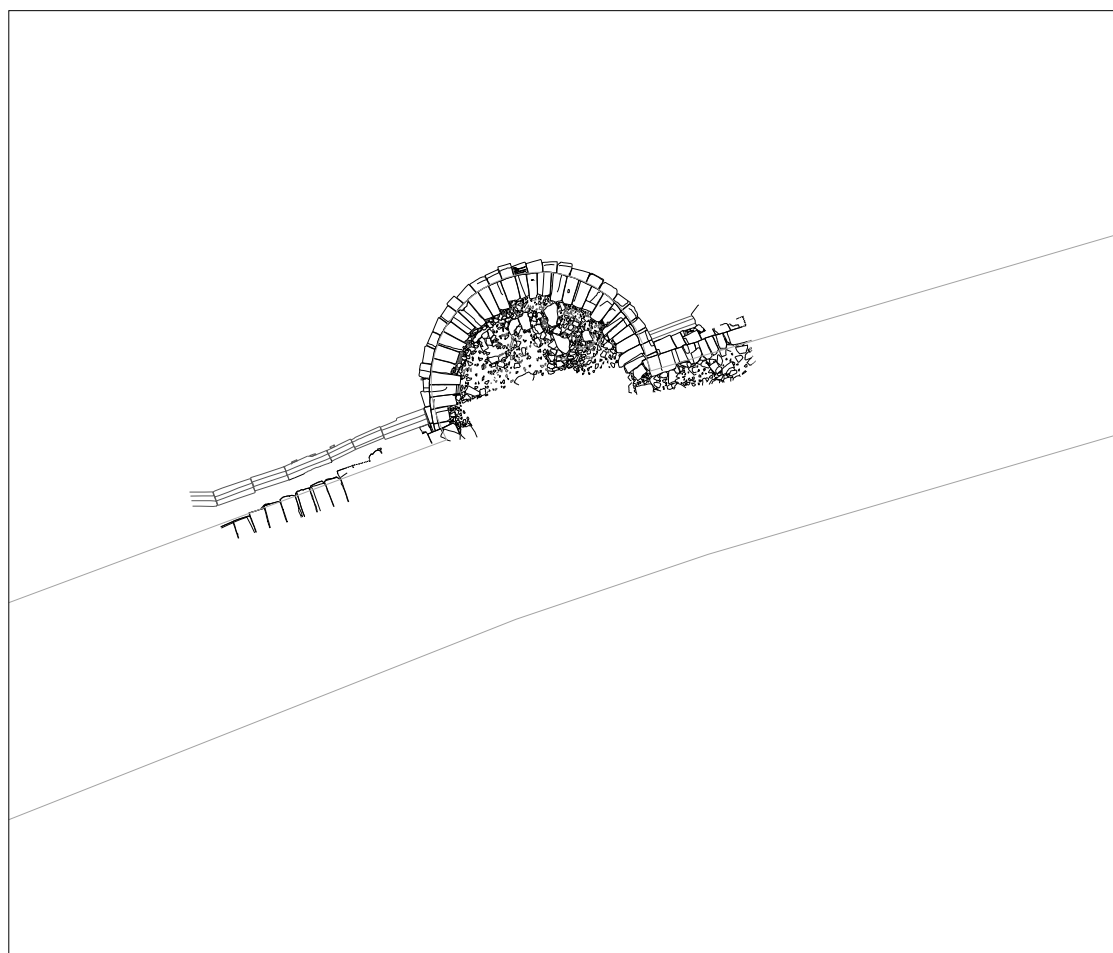
De facto, a definição do traçado da muralha no sector setentrional da cidade, viria a ser realizada com base num conjunto de três escavações realizadas nas cercanias da Sé Catedral de Braga. Uma dessas intervenções foi realizada no subsolo da capela de Nossa Senhora da Glória e colocou a descoberto um troço da muralha com características semelhantes ao encontrado na área do Fujacal, muito embora não tenha sido identificado nenhum torreão. Porém, esta intervenção acrescentou importantes dados quanto à cronologia da desactivação da fortificação neste sector, testemunhando a sua utilização até ao século XIII¹⁰³⁷. Esta informação constitui um dado importante na análise das transformações morfológicas ocorridas no espaço urbano desde o Baixo Império até à Idade Média, que serão valorizadas detalhadamente no ponto 2.4 deste trabalho.

Nas imediações da Sé Catedral, especificamente no subsolo dos edifícios pertencentes à Misericórdia, localizados na Rua de D. Diogo de Sousa, foram encontrados restos bem conservados da face externa da muralha, bem como os alicerces de um torreão, bastante análogo ao identificado na área do Fujacal.

Para além da confirmação do traçado da fortificação, os vestígios detectados permitiram ainda determinar a cota de circulação externa nesta zona durante a época romana, bem como a sua progressiva elevação durante os períodos subsequentes, até à Idade Média, comprovando, igualmente, a sua reutilização ainda neste período, como analisaremos no ponto 2.4 deste trabalho. Do mesmo modo, a diversificada estratigrafia encontrada nesta zona permitiu analisar as transformações topográficas da actual rua D. Diogo de Sousa desde a Idade Média até à actualidade.

A restituição do perímetro da muralha teve, igualmente em conta os restos descobertos a norte da actual Rua Paio Mendes. As escavações realizadas nesta zona permitiram detectar um outro troço da muralha romana, com cerca de seis metros de espessura (20 pés), associado a um provável cubelo exterior semicircular e a uma pavimentação pétreia no lado interno. Segundo os dados obtidos na escavação este troço da muralha só viria a ser desactivado a partir dos séculos centrais da Idade Média. Nos séculos XV e XVI a fortificação terá sido sobreposta por muros e pavimentos de casas, sucedendo-se, desde então várias ocupações que conservaram o traçado da muralha romana.

¹⁰³⁷ Fontes et al. 1997-98.



LEGENDA

- Perímetro da muralha** ———
- Restos arqueológicos** ———
- Cartografia séc. XIX** ———

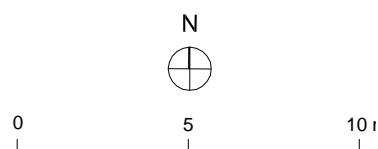


Figura 80 - Torreão da muralha na Rua D. Diogo de Sousa

Mais recentemente foi posto a descoberto um conjunto de estruturas de interpretação complexa, pertencentes a diferentes períodos cronológicos, onde se inclui um alicerce da muralha tardia, permitindo, deste modo, dar continuidade à definição do traçado norte da estrutura. Referimo-nos a uma escavação

recentemente terminada, realizada num edifício com fachada para o lado sul da Rua Frei Caetano Brandão.

Por fim, e no que se refere às evidências arqueológicas atribuíveis à estrutura da muralha romana tardia, possuímos os dados da intervenção realizada num gaveto da Avenida da Imaculada Conceição com a Rua dos Bombeiros Voluntários, do lado norte. Esta escavação possibilitou pôr a descoberto os alicerces de um torreão semicircular, que oferece características idênticas aos anteriormente referidos, reportando-se ao traçado sul da muralha.



Figura 81 - Implantação da muralha no mapa de 1883/84

Todavia, o perímetro da fortificação nos sectores noroeste, este e sudoeste permanece por comprovar arqueologicamente, sendo necessário proceder aqui à valorização, quer de dados cartográficos, quer daqueles que são fornecidos pela fotografia aérea.

De facto, quer a planta topográfica de 1883/84 (Figura 81, p. 277), quer os fotogramas mais antigos, datados dos anos quarenta do século passado (Figura

82, p. 277) ou a planta actual da cidade (Figura 83, p. 279) permitem identificar com alguma clareza o possível trajecto da muralha, que se conserva fossilizado nas curvas de nível e nos limites da propriedade rural.



Figura 82 - Implantação da muralha baixo imperial na fotografia aérea

Com base na restituição que apresentamos na figura 35, a muralha apresenta uma forma mais ou menos elíptica. Tendo por base o intervalo de 24 metros entre os eixos dos torreões do Fujacal e tendo sido projectados para todo o perímetro torreões de igual dimensão, ou seja com três metros de diâmetro, foi possível restituir um total de 97 torreões, valor que inclui os das portas, como se pode observar na Figura 84, p. 280. Esta tipologia é aliás característica da fortificação de Astorga, Lugo, León e Gijón, conforme já afirmámos anteriormente.

O local onde se situavam as portas da muralha tardia, bem como o número das mesmas são mais difíceis de determinar, não existindo vestígios arqueológicos relativos à sua existência.

A localização proposta para as portas da cidade foi conjecturada a partir da articulação dos dados existentes acerca dos grandes eixos de circulação do espaço intramuros, designadamente o *kardo* e o *decumanus maximus* e, com base no que se sabe actualmente quanto à localização das vias que ligavam a cidade ao exterior, e das necrópoles associadas¹⁰³⁸.



Figura 83 – Implantação da muralha tardia na cartografia actual

Parece razoável admitir a existência de cinco portas, quatro delas localizadas na intersecção da muralha com os dois grandes eixos que rasgam a cidade no sentido este/oeste e no norte/sul, respectivamente o *decumanus* e o *kardo maximus*.

A norte teríamos uma porta na intersecção da actual Avenida de S. Miguel-o-Anjo e a linha da muralha, junto do Campo das Hortas, que ligaria o *kardo maximus*

¹⁰³⁸ Como já referimos anteriormente para *Bracara Augusta* parecem confluir pelos menos 6 vias, estando 5 delas descritas no Itinerário de Antonino.

com a via XIX (Bracara - *Lucus Augusti*). A sul teríamos uma segunda porta que se situaria no prolongamento do *kardo maximus*, que deveria ligar à via para *Olisipo*, por *Cale* (via XVI). Esta constatação deriva do facto de na actual Avenida da Imaculada Conceição terem sido exumadas um número significativo de sepulturas romanas, associadas à Necrópole da Rodovia e da referida avenida fossilizar um caminho rural medieval, bem representado no *Mapa de Braunio* e na iconografia posterior.

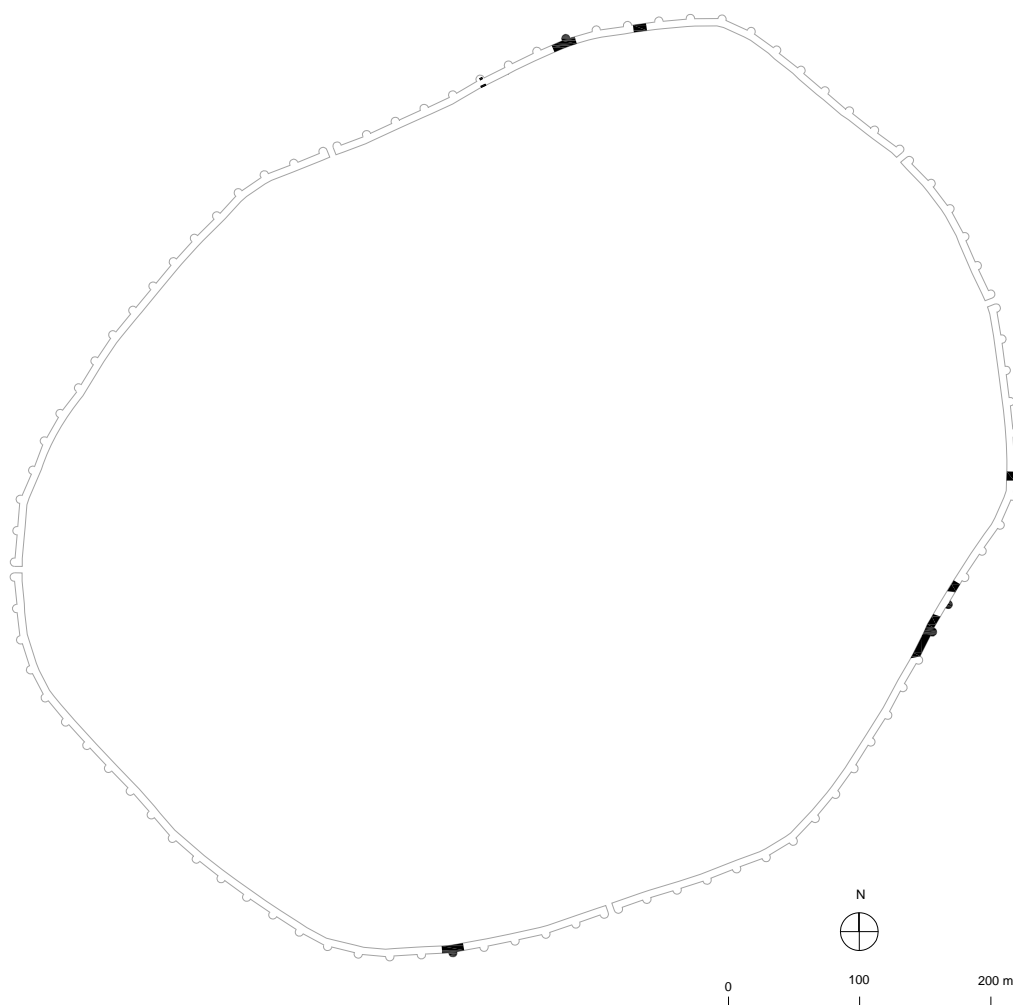


Figura 84 – Restituição do traçado da muralha romana tardia

No troço oeste teríamos uma porta que se localizaria no prolongamento do *decumanus maximus*, que corresponderia aproximadamente à actual à Rua de S. Sebastião. Tendo em conta a legenda do *Mapa de Braunio* é possível admitir que esta porta desse acesso ao traçado da via XVI que ligava *Bracara* a *Olisipo* por *Cale*,

podendo o início o percurso, que se faria para sul, dar igualmente acesso à via XX, *per loca maritima*, para Lugo.

Na parte nascente da muralha existiriam duas portas. Uma, que serviria a saída este do *decumanus maximus*, estaria localizada no eixo da actual Rua dos Falcões, seguindo pela Cangosta das Águas¹⁰³⁹ e serviria a ligação à via XVII para *Aquae Flaviae* (Chaves), dando igualmente acesso à via para *Emerita*, assinalada no *Mapa de Braunio*, como via para Guimarães e que, segundo a mesma iconografia e as sepulturas encontradas deveria chegar à cidade pela Rua dos Granjinhos. A nordeste do perímetro da muralha, um pouco mais a norte desta última porta, no alinhamento da actual Rua do Anjo, localizar-se-ia a quinta porta, que daria acesso à via XVIII, a via Nova do Itinerário de Antonino para *Asturica Augusta* (Astorga), por Orense.

2.3.3 A ocupação dos espaços de circulação

Uma das características canónicas das cidades romanas no período tardo antigo é a invasão dos pórticos de circulação e dos espaços viários por construções privadas¹⁰⁴⁰. Trata-se, na realidade, de uma inversão do conceito de espaço urbano, uma vez que se relega para segundo plano a imagem da cidade racional, com áreas bem delimitadas espacial e funcionalmente.

A ocupação construtiva dos espaços até então integrados no domínio público encontra-se intimamente relacionada com o fenómeno do aparecimento das muralhas tardias e com as necessidades defensivas que lhe estão associadas. De facto, as muralhas provocam inevitáveis transformações no plano urbano, uma vez que conduzem ao encerramento de ruas, inutilizando partes de alguns quarteirões e reduzindo a área habitável intramuros (Planta 4, Apêndice II).

As escavações arqueológicas realizadas em *Bracara Augusta* fornecem evidências claras deste processo de alteração urbanística, caracterizado pela ocupação das áreas de circulação. A *insula* das Carvalheiras constitui um dos sítios em que é muito evidente essa realidade. De facto, a construção invade os pórticos anexos às ruas a partir de finais do século III / inícios do IV¹⁰⁴¹ (Figura 85, p. 282). Nos séculos posteriores e até ao provável abandono daquela área, nos séculos

¹⁰³⁹ Pequeno caminho que aparece designado na cartografia do século XIX como Cangosta das Águas e que permitia a ligação entre o Largo dos Remédios e a Rua das Águas, actual Avenida da Liberdade.

¹⁰⁴⁰ Alba Calzado 2001.

¹⁰⁴¹ Martins 2000b.

VII/VIII, sucedem-se sucessivas remodelações que determinam não só a ocupação dos quarteirões e da tipologia das casas, dos pórticos, como também do espaço reservado às ruas¹⁰⁴², como se pode observar na Figura 86, p. 283).

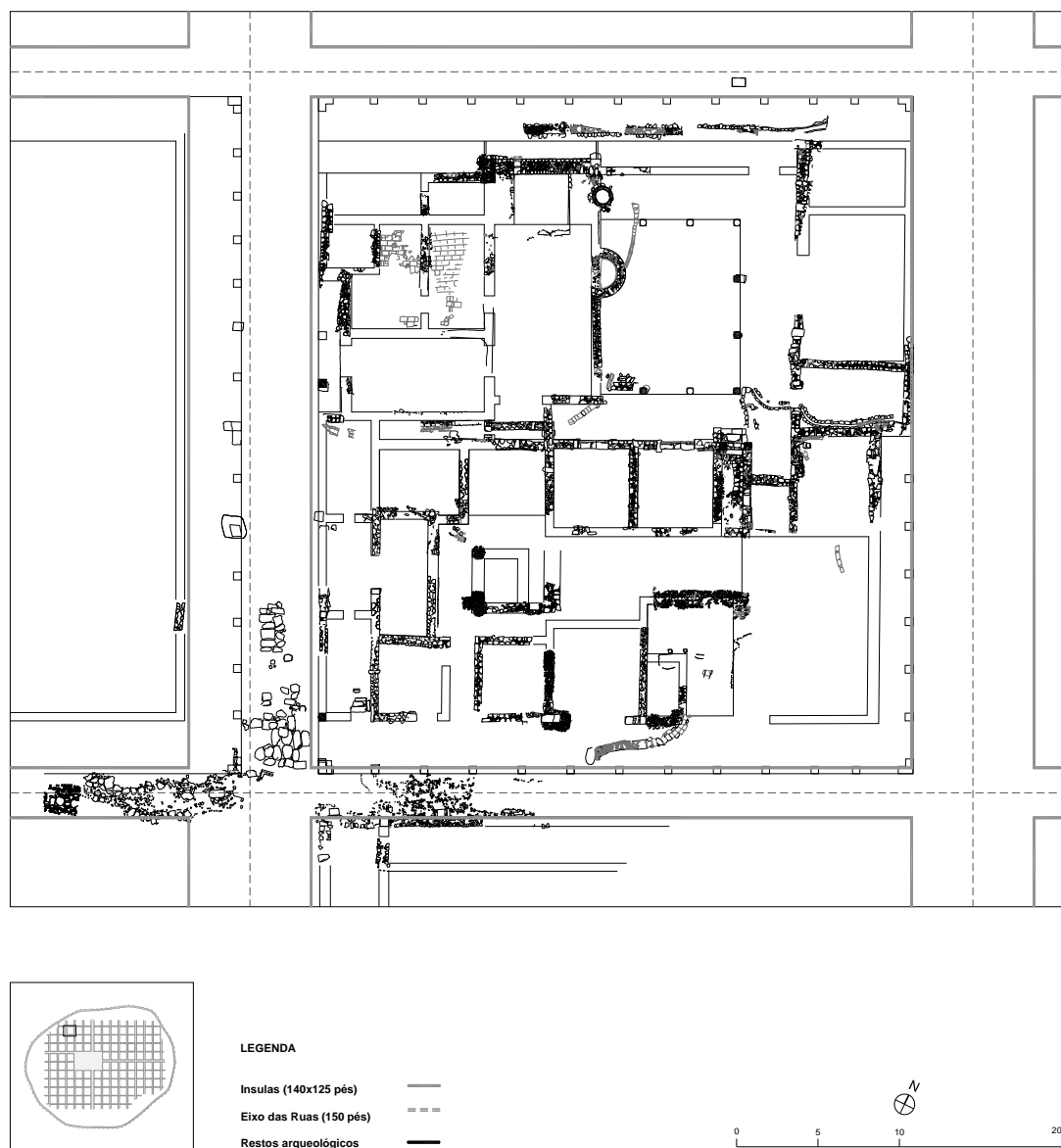


Figura 85 – Restituição da métrica da *insula* da Carvalheiras (séculos III/IV)

A ocupação dos pórticos com construções privadas parece ser uma das características que mais se destaca nas alterações morfológicas do plano urbano das cidades romanas no Baixo Império. Em Braga encontra-se igualmente bem testemunhada nas zonas arqueológicas da Escola da Sé, onde o pórtico que acompanhava a rua que passava a nascente da habitação é dividido em vários

¹⁰⁴² Martins 2000b.

compartimentos, ou no Largo de S. Paulo, onde se verifica uma situação idêntica no pórtico que ladeia a habitação pelo lado poente. Muito embora os vestígios recuperados apenas se reportem a zonas muito sectoriais das *insulae*, a alteração da sua morfologia é bastante evidente, como se pode observar nas Figura 87, p. 284 e Figura 88, p. 285, respectivamente.

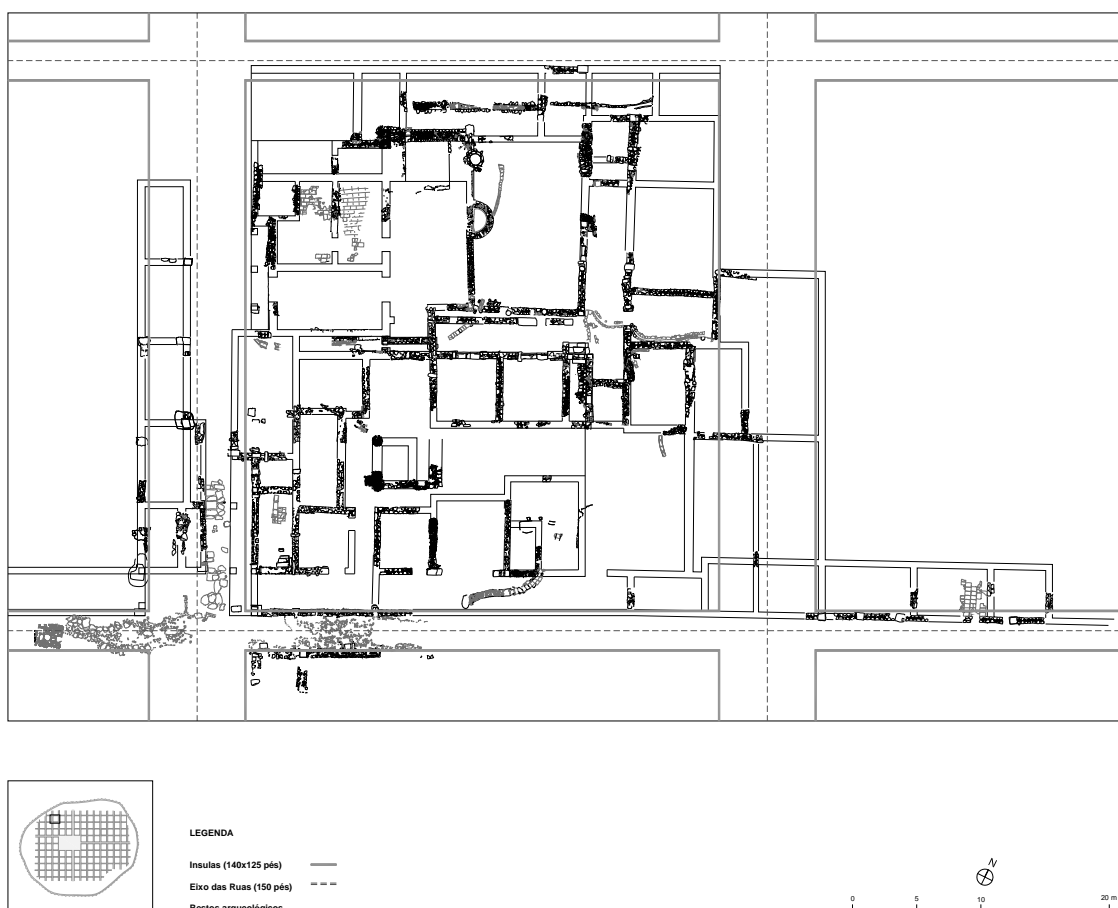
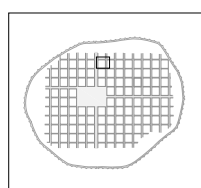
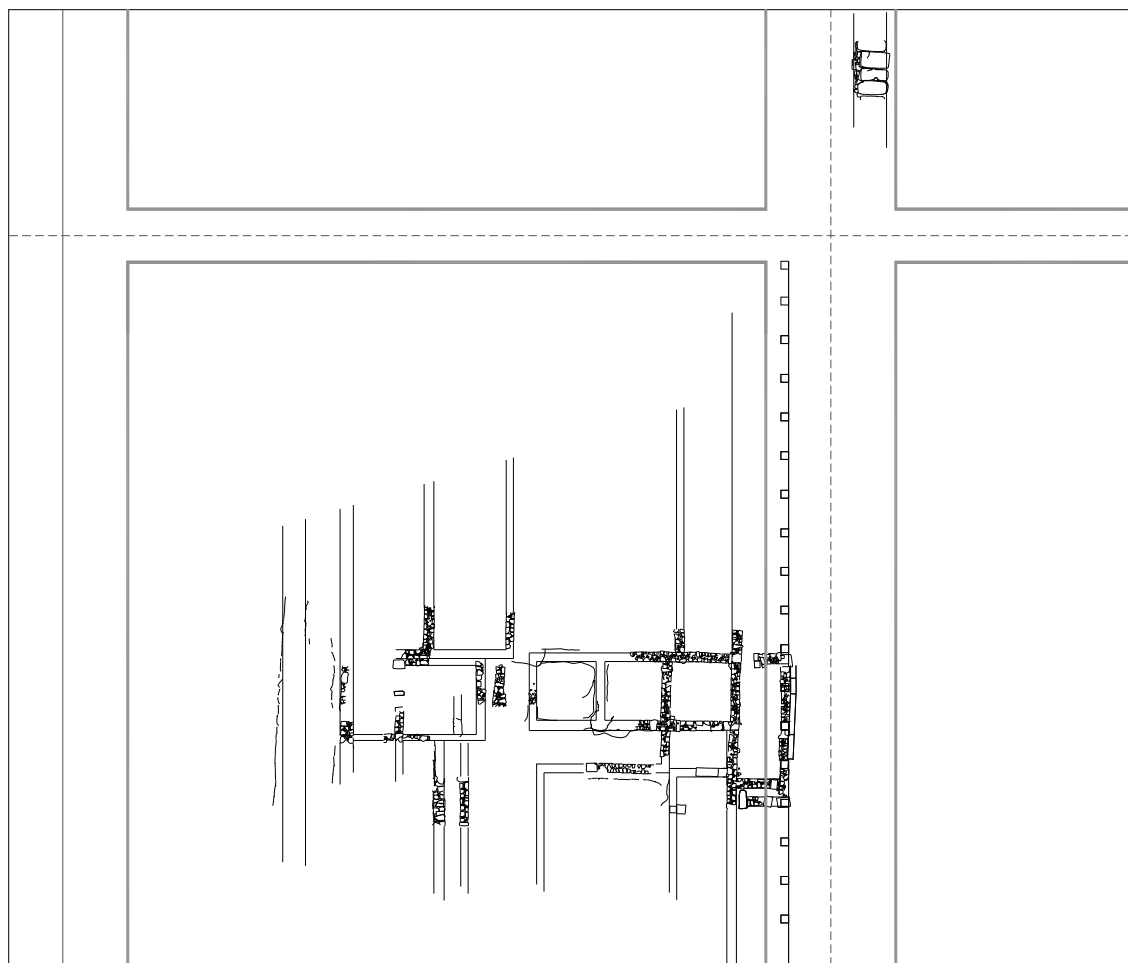


Figura 86 – Restituição da métrica da *insula* das Carvalheiras (séculos IV-VII)

A utilização dos pórticos para construir espaços habitacionais encontra-se igualmente documentada nas zonas arqueológicas da Casa Grande de Santo António das Travessas (Ex-Albergue Distrital), onde o pórtico poente da *insula* é ocupado, ou nas Antigas Cavalariças, onde o mesmo ocorre com o pórtico sul da *insula*, estando aí igualmente documentada uma calçada tardia, na parte sudeste, que ocupa a zona do pórtico e inutiliza parte da casa, como se pode observar na Figura 89, p. 286.



LEGENDA

- Insulas (140x125 pés) ———
- Eixo das Ruas (150 pés) - - - -
- Restos arqueológicos ———

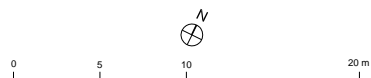
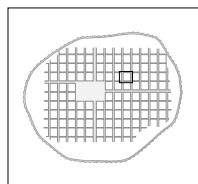
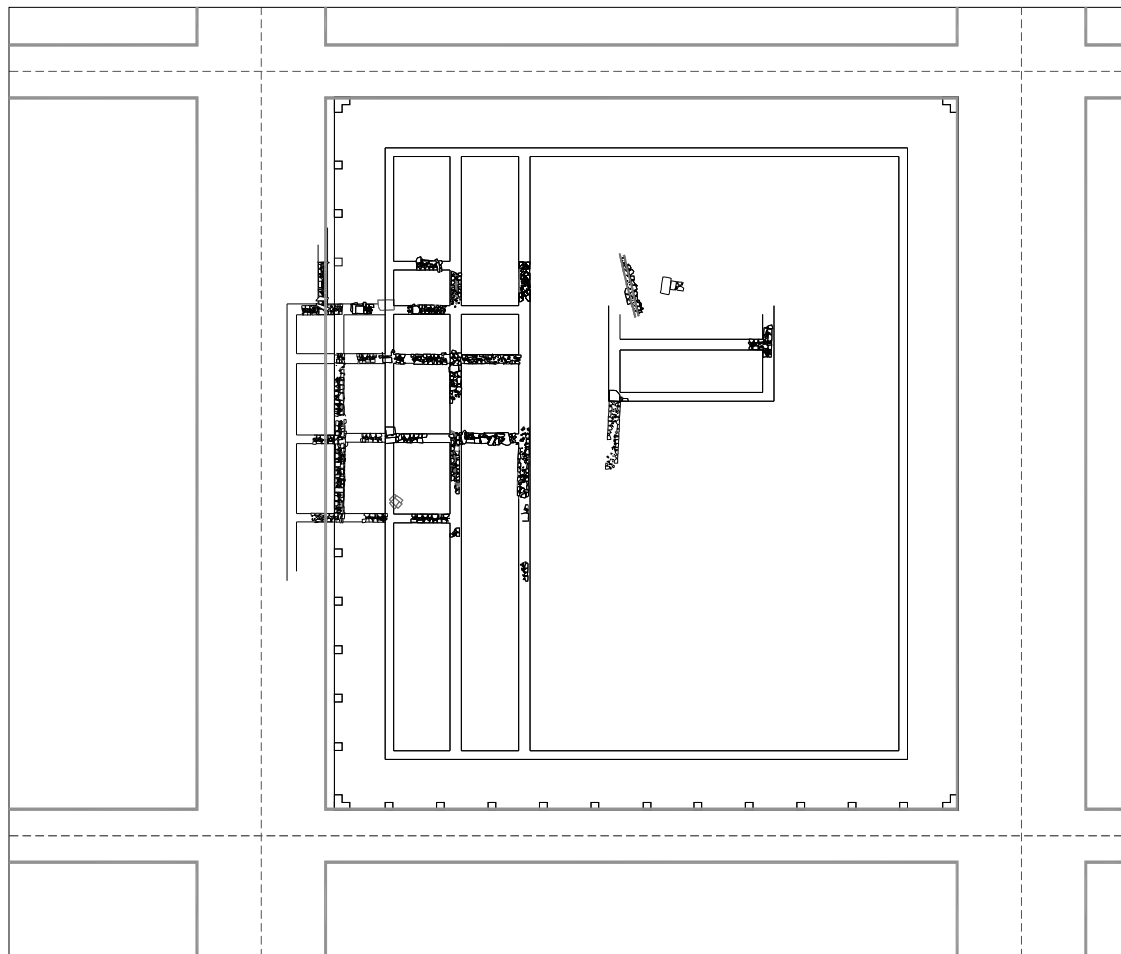


Figura 87 - Restituição da métrica da *insula* da Escola da Sé, no Baixo Império



LEGENDA

- Insulas (140x125 pés) ———
- Eixo das Ruas (150 pés) - - -
- Restos arqueológicos ———

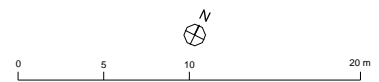


Figura 88 – Restituição da métrica da *insula* do Largo de S. Paulo, no Baixo Império

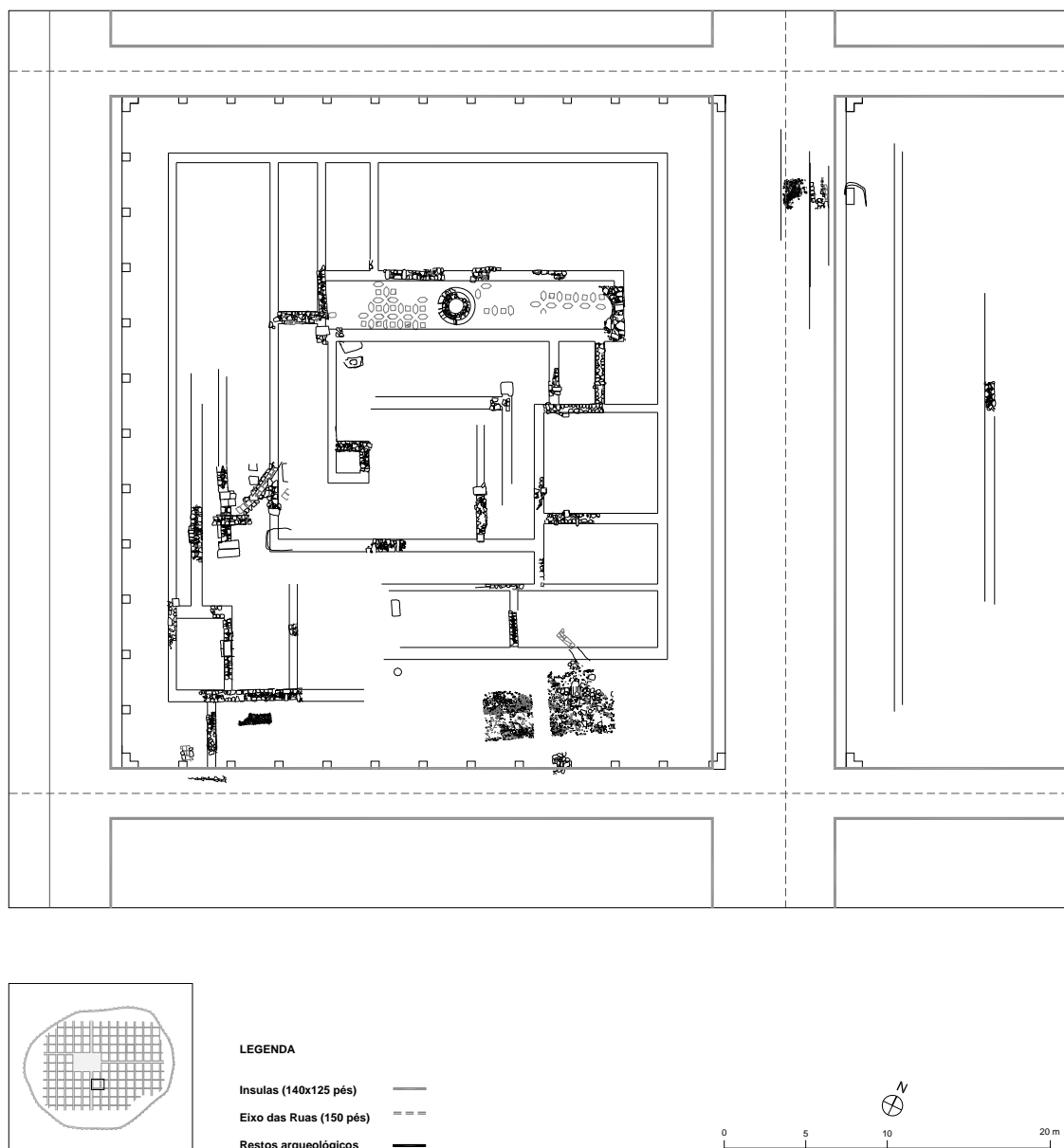


Figura 89 – Restituição da métrica da *insula* das Cavalariças, no Baixo Império

De facto, a construção da muralha irá constituir uma importante barreira física à circulação, originando o encerramento de algumas ruas, que assim perdem a função de eixos viários, passando o seu espaço, por isso, a estar disponível para outras utilizações. Porém, convém ressaltar que apesar da perda de funcionalidade viária de algumas ruas, não existem evidências seguras que atestem o seu encerramento definitivo, sendo possível que algumas possam ter mantido, apesar de tudo, uma função de circulação, de âmbito mais restrito, uma vez que foram substancialmente encurtadas na sua largura, como se pode observar claramente na Figura 90, p. 287).

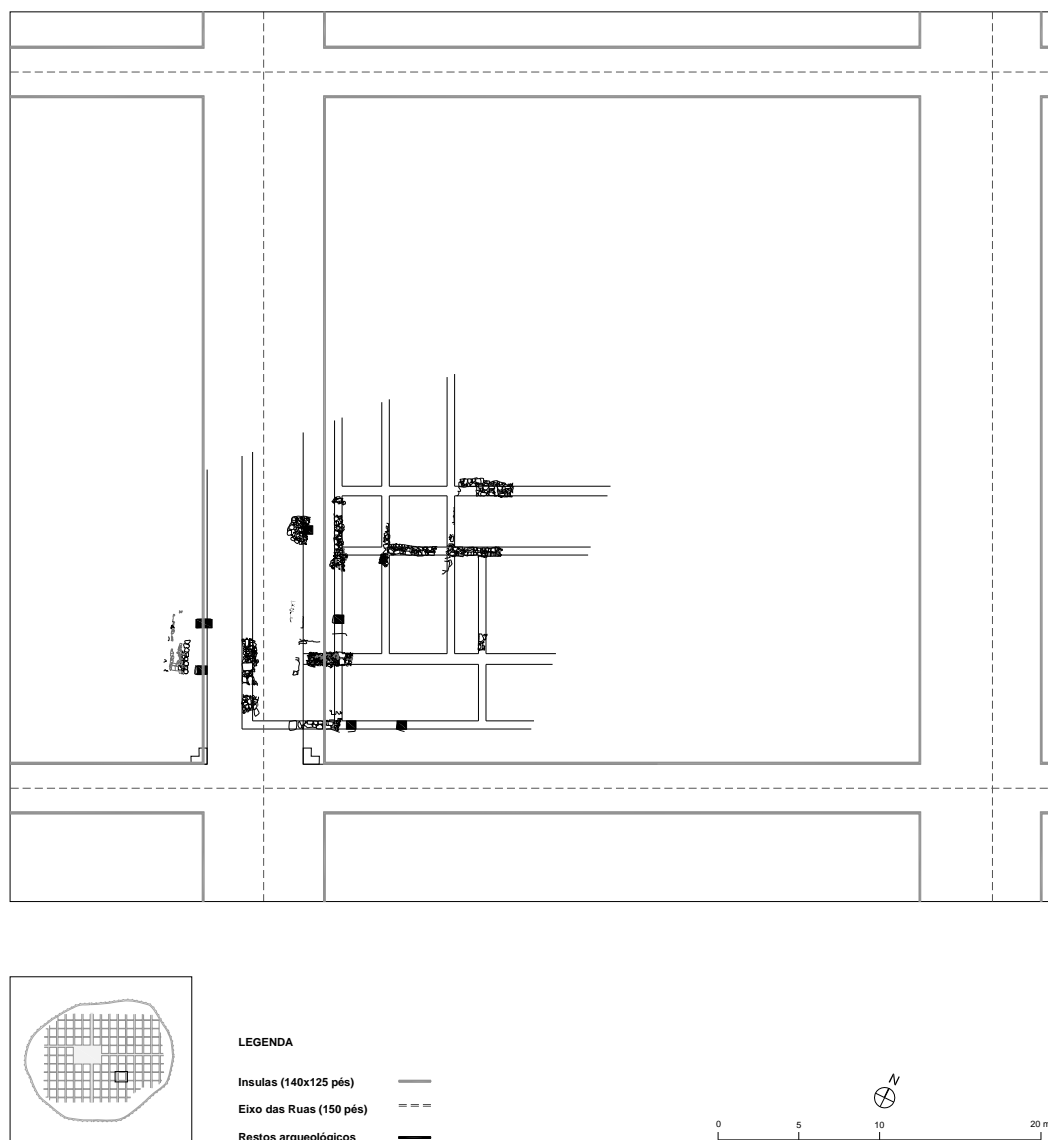


Figura 90 – Restituição da métrica da *insula* de S. Geraldo, n° 30, no Baixo Império

Por outro lado, a crescente tendência para a construção nos espaços de circulação anteriores, sejam eles pórticos ou ruas, poderá resultar, também, da redução da área urbana determinada pela construção da muralha. A necessidade de espaços protegidos destinadas ao tráfego pedonal, bem como ao comércio irá determinar o aparecimento de pórticos construídos nas ruas, como ocorreu na zona da Rua de S. Geraldo, n° 30 (Figura 90, p. 287).

Todavia, convém ressaltar que a trama viária romana irá manter-se, na cidade tardo-antiga, muito embora o espaço reservado à rua conheça uma redução significativa.

De facto, o plano urbano de *Bracara Augusta* começa a registar neste período outras alterações morfológicas, que se relacionam com a ocupação densa e sistemática dos quarteirões e espaços anexos, mas, também, com o crescente desalinhamento das construções, relativamente à orientação original. Estas características irão acentuar-se nos períodos subsequentes, designadamente, durante o domínio suevo – visigótico.

2.3.4 A mudança do conceito urbano

A cidade romana antes de ser uma realidade material era conceptualizada de acordo com um conjunto de conceitos. De facto, a *urbs* obedecia a princípios urbanísticos bem definidos, que deveriam ser contemplados no seu projecto, determinando, na prática, a construção de uma cidade planificada, segundo um conjunto de premissas que asseguravam a seu eficaz funcionamento

Através da definição prévia do sistema viário, da marcação das *insulae* residenciais, do *forum*, dos espaços destinados aos edifícios de ócio e de lazer, ou dos religiosos, bem como dos espaços dos vivos e dos mortos¹⁰⁴³, toda a cidade deveria configurar-se como um espaço hierarquizado e funcional.

O período da *Pax Romana* foi o que melhor permitiu aos romanos aplicar o seu modelo teórico de cidade, beneficiando tal aplicação de condições políticas e económicas favoráveis. Todavia, estas circunstâncias irão alterar-se significativamente no Baixo Império, repercutindo-se na forma de conceber e organizar o espaço urbano.

A construção de um elemento urbanístico tão imponente como são as muralhas, sobretudo quando construídas numa fase em que o urbanismo já se encontra perfeitamente definido, introduz alterações extremamente marcantes ao nível da organização dos elementos do plano. Se por um lado, fecham o próprio espaço, marcando limites à sua expansão e reduzindo a área destinada à construção, por outro encerram eixos viários, que passam a ser aproveitados para

¹⁰⁴³ Este espaço era definido no momento da fundação religiosa da cidade, através da marcação do *pomerium*, por meio de um arado, que definia a separação entre o espaço sagrado e dos vivos e o espaço destinado aos mortos, sempre localizado na parte exterior (Rykwert 1985).

outros fins, inviabilizando, simultaneamente, a construção em determinados espaços que ficam reservados ao funcionamento do sistema defensivo.

As transformações ocorridas na sociedade romana tardo imperial, têm, assim, o seu reflexo nas alterações urbanísticas ocorridas nas cidades do Baixo Império que tiveram que se adaptar ao espaço confinado intramuros e, quando necessário, usar aos espaços livres, na maioria dos casos, espaços públicos para finalidades diferentes.

Assim, as cidades transformam-se e adaptam-se às novas conjunturas, sobrevivendo, naturalmente alteradas, quer na sua planta, quer no seu modo de vida. O modelo de cidade ortogonal, onde os elementos do plano se encontravam racionalmente organizados e estruturados, é lentamente substituído por formas de urbanismo espontâneo, que aproveitam ao máximo os espaços livres, introduzindo irregularidades nos eixos viários, na morfologia dos quarteirões e na tipologia do edificado.

A própria cidade deixa de ser concebida como espaço que serve uma multiplicidade de funções, definição característica da cidade alto-imperial. De facto, a cidade do Baixo Império torna-se um espaço fechado, que antes de mais deve proteger os seus habitantes e as actividades que nela se desenrolam. A função defensiva ganha terreno face às outras funções urbanas.

A concentração de gente devido ao factor de protecção acaba por conduzir a uma alteração das áreas residenciais, condicionadas agora pelas disponibilidades de espaço mas, também, pela clara alteração dos padrões de vida característicos do Alto Império que exigiam casas de maiores dimensões. Neste contexto parece iniciar-se um processo do reparcelamento dos quarteirões, que passam a albergar agora várias famílias, em habitações com características bem diferentes das clássicas casas de átrio e peristilo dominantes no período alto-imperial.

As alterações morfológicas acentuam-se com o enraizamento da ideologia cristã e com a introdução na cidade dos edifícios de carácter religioso, como veremos no ponto 2.4 deste trabalho (Planta 3, Apêndice II).

Muito embora o conceito de cidade se altere, alguns dos elementos do plano, como as ruas e os quarteirões tendem a persistir na paisagem urbana, muito embora conheçam, por vezes, alterações morfológicas significativas, facto que não impede, todavia, o seu reconhecimento nos planos das cidades actuais.

2.3.5 Conclusão

Contrariamente a algumas tendências historiográficas que caracterizam o Baixo Império como um período de crise generalizada, os vestígios materiais sobreviventes de *Bracara Augusta* permitem considerar um cenário de desenvolvimento para o período, à semelhança do que ocorreu com outras cidades localizadas em áreas periféricas do Império, entre as quais se encontra a zona do NO peninsular.

Em linhas gerais podemos considerar que *Bracara Augusta* terá conhecido, entre os séculos III e V, uma existência relativamente pacífica e, de certo modo, abastada, facto que se associa, certamente, com a sua ascensão a capital da província da Galécia, nos finais do século III, a sede de Bispado, pelo menos nos inícios do século V e a capital do reino suevo no mesmo período, sendo, adjectivada como *dives Bracara*, por Ausónio, no século IV.

Muito embora a importância política e cultural de Braga seja inquestionável a cidade teve necessariamente que se adaptar urbanisticamente às novas conjunturas, conhecendo alterações morfológicas bem documentadas a partir dos finais do século III e inícios do século IV, algumas das quais determinadas pela construção da muralha. De facto, este equipamento implicou significativas alterações na forma e no plano da cidade. Esta passa a possuir uma configuração elíptica, muito embora a malha ortogonal anterior se possa ter mantido, quer através dos eixos viários principais, quer devido à estrutura dos quarteirões, ainda que estes comecem a conhecer uma progressiva fragmentação da propriedade, que conduzirá a um reparcelamento do espaço¹⁰⁴⁴.

Entre as alterações registadas no plano da cidade destaca-se, desde logo, a redução do núcleo urbano protegido. Apesar da ausência de evidências que atestem uma muralha alto-imperial, o espaço edificado do núcleo urbano ocuparia uma área maior do que aquela que foi cercada pela fortificação tardia, que deixou de fora algumas construções e inutilizou outras, como comprovam os dados recuperados pelas escavações¹⁰⁴⁵. Porém, apesar da redução da área protegida, não podemos afirmar ter existido uma diminuição da população, nem uma conjuntura de crise generalizada, que pode aliás, ser refutada pela significativa actividade comercial e artesanal registada ao longo dos séculos IV e V. De facto, as

¹⁰⁴⁴ Situação documentada para outras cidades, como León (Gutiérrez González & Miguel Hernández 1999).

¹⁰⁴⁵ Como já analisámos no ponto 2.3.

evidências arqueológicas confirmam várias remodelações urbanísticas intramuros durante aquele período, quer em edifícios públicos, quer em edifícios privados, documentando igualmente um bom ritmo de importações e de produção.

Das alterações no plano da cidade merecem particular destaque as ocorridas ao nível dos espaços destinados à circulação, designadamente nos pórticos e no sistema viário. De facto, a construção da muralha irá determinar o encerramento de algumas ruas, que vêm reduzidas as suas dimensões, passando algumas a funcionar como becos, para serviço dos locatários.

Em substituição dos pórticos, destinados a servir os peões e o comércio, surgem agora construções que procuram aumentar o espaço construído dos quarteirões.

De facto, aquela que foi uma das características urbanísticas marcantes da cidade no Alto Império, ou seja, as ruas ladeadas por pórticos anexos às casas, deixa de o ser, desaparecendo os espaços porticados que passam a constituir áreas construídas.

Esta situação será agudizada nos séculos VI-VII, período em que se generalizará a redução da largura dos eixos viários, sobretudo dos que reservavam um maior espaço à circulação, ou seja, dos cardos, como pode ser testemunhado na zona arqueológica da Rua de S. Geraldo, nº, onde o espaço reservado à rua passa a possuir apenas 10 pés, contrariamente aos 25 pés do Alto Império.

As adaptações ao plano ortogonal realizadas no Baixo Império revelam algumas especificidades ao nível da orientação geral do plano. Na verdade, as construções realizadas nos pórticos seguem a orientação geral dos quarteirões, com alguns desalinhamentos, ao mesmo tempo que se verifica que as construções ou remodelações efectuadas no interior das *insulae* apresentam distorções muito significativas relativamente à orientação global do plano alto-imperial. Esta situação encontra-se bem testemunhada na *insula* das Carvalheiras, na Rua Afonso Henriques e na Rua do Anjo, nº44, bem como no Claustro do Seminário de Santiago.

Na verdade, estamos perante um novo conceito de espaço urbano, onde os princípios urbanísticos romanos e a regras de planificação deixam de ser contempladas e aplicadas na adaptação e transformação das cidades tardias, passando o crescimento a realizar-se de forma espontânea, o que origina crescentes irregularidades no plano.

Podemos concluir que o plano da cidade no Baixo Império apresentaria partes perfeitamente ortogonais, herdadas da planimetria fundacional, e partes irão camuflando e alterando a malha original (Planta 4, Apêndice II).

Assim, o plano urbano do Baixo Império deve ser entendido no quadro de uma cidade viva que se transforma e adapta ao novo cenário político, cultural e económico da época.

Por fim, e no que se refere às zonas extramuros devemos sublinhar a inexistência de dados que permitam falar em alterações morfológicas significativas, continuando a verificar-se a ligação dos eixos internos estruturantes, o *kardo* e *decumanus maximus*, às vias que ligavam a cidade ao exterior, através das portas da muralha, registando-se igualmente a persistência dos enterramentos nas necrópoles que bordejavam os itinerários principais (Planta 3, Apêndice II).

2.4 A cristianização da cidade

Após a adopção do Cristianismo como religião oficial do Império, no século IV, os cristãos enveredaram por uma política de evangelização que se estendeu a diversas partes do mundo romano, com o intuito de fundar locais de culto e aumentar a comunidade cristã e o seu património¹⁰⁴⁶.

Os princípios do Cristianismo dificilmente se adequavam aos modelos de governação romana e ao poder político instituído. Apesar dos esforços em colocar a religião monoteísta ao serviço do poder imperial, na verdade, a hierarquia religiosa acabará por se sobrepôr ao poder temporal, constituindo, simultaneamente, uma força aglutinadora das populações e, por conseguinte, um factor muito importante na continuidade das cidades de origem romana¹⁰⁴⁷.

Pese embora todas as incompatibilidades, o estado romano acabará por se adaptar a esta nova ideologia, circunstância que teve várias repercussões, designadamente ao nível da reorganização da trama urbana das cidades tardo antigas¹⁰⁴⁸.

¹⁰⁴⁶ Muito embora na Hispânia as notícias referentes à difusão do Cristianismo remontem ao século III, denotando um desenvolvimento da consciência religiosa e da organização eclesiástica, será só com a adopção do Cristianismo como religião oficial e a criação das províncias eclesiásticas que a nova religião passa a desempenhar um papel importante na organização do território (Fontes 2007).

¹⁰⁴⁷ Arce Martínez 1993.

¹⁰⁴⁸ Kennedy 1985.

As leis promulgadas neste período pelos imperadores romanos para implementar e difundir o Cristianismo permitem algumas ilações acerca das primeiras transformações ocorridas na topografia das cidades paleocristãs¹⁰⁴⁹.

Com efeito, a nova legislação favoreciam a difusão do Cristianismo, apoiando a construção de novos edifícios religiosos cristãos, em substituição dos anteriores templos¹⁰⁵⁰. Na prática, a sua aplicação¹⁰⁵¹ determinou o encerramento dos edifícios religiosos pagãos e, o seu consequente desmantelamento, em função da sua perda de utilidade, face à nova concepção vigente, assim como, a eliminação dos elementos pagãos que existissem na cidade. Algumas das leis promulgadas previam ainda que os templos pagãos fossem destinados ao uso público, ou que os seus materiais fossem reutilizados no melhoramento de outros equipamentos, como pontes, aquedutos, vias ou mesmo igrejas¹⁰⁵².

Assim, os novos edifícios de culto foram, na generalidade, construídos graças à reutilização de materiais procedentes das construções pagãs que, teoricamente, estavam em ruínas. Esta prática, denominada de *spolia* (espoliar), tem sido interpretada de duas maneiras. Uma, justifica a sua aplicação em virtude da crise económica do Baixo Império, associada à falta de recursos e receitas, bem como à generalizada ausência de autoridade local que impedisse as destruições. A outra, argumenta o recurso aos *spolia* devido a factores de ordem prática e estética. De facto, a urgência da construção dos novos edifícios cristãos, sobretudo quando eram uma iniciativa imperial, legitimava que eles fossem construídos mercê da reutilização de materiais, contrariamente à sua construção de raiz¹⁰⁵³. Porém, os *spolia* não eram praticados somente pelos poderes públicos, mas também pelos privados, a julgar pelas próprias leis promulgadas, bem como pela existência de agentes especializados, os *petitores*, que tinham como actividade adquirir edifícios arruinados, vendendo posteriormente os materiais aos privados¹⁰⁵⁴.

De facto, apesar de um número significativo de leis do Baixo Império estabelecer que os novos edifícios deviam ser custeados inteiramente pelos seus

¹⁰⁴⁹ Estas leis encontra-se compiladas no livro XVI do Código Teodosiano disponível em <http://www.filodiritto.com/diritto/romano/codiceteodosiano16.htm> (consultado às 14h, do dia 23 de em Fevereiro 2007), e analisado por muitos autores (De Giovanni 1985).

¹⁰⁵⁰ A aplicação de leis durante a época tardia nem sempre favorecia claramente o Cristianismo em detrimento do paganismo, como aconteceu com Juliano – o Apóstata -, que apoiou as práticas pagãs (Jiménez Sánchez 2003).

¹⁰⁵¹ No ano de 346, Constâncio II (337-361) e Constante (337-350) mandaram fechar os templos pagãos urbanos, mantendo contudo, os rurais (Buencasa 1997a).

¹⁰⁵² Como aconteceu no reinado dos imperadores Honório, Arcádio e Teodósio II (Buencasa 1997b).

¹⁰⁵³ Buencasa Pérez 2001.

¹⁰⁵⁴ Em teoria não se podiam destruir edifícios com valor, sob pena de multa, sendo precisamente neste contexto que aparece a figura legal dos *petitores*. Porém, na prática, a sua actuação podia ser ilegal, recorrendo à venda ilícita de materiais para outras obras, por vezes fora da própria cidade (Buencasa 2001).

autores e que, antes de se construírem novos edifícios, deveriam ser acabados ou reabilitadas os existentes, os *spolia* acabaram por se tornar uma realidade em várias cidades, actuando em diferentes níveis, designadamente nas obras arquitectónicas religiosas e em contextos funerários¹⁰⁵⁵.

No âmbito da progressiva cristianização das cidades assiste-se à construção de um grande número de edifícios de carácter religioso, por todo o Ocidente europeu, ao longo dos séculos V, VI e VII que se repartem entre basílicas, mosteiros, palácios episcopais, baptistérios, capelas, entre outros¹⁰⁵⁶.

Assim, as cidades irão paulatinamente dotar-se de novos edifícios para o culto cristão, fazendo desaparecer os edifícios pagãos ou adaptando-os à nova religião. Porém, por razões práticas, relacionadas com os próprios trâmites litúrgicos do Cristianismo, mas, também, com os seus fundamentos ideológicos, completamente opostas aos anteriores, os edifícios de culto cristãos não se adaptavam facilmente à estrutura dos antigos templos pagãos. De facto, o edifício romano que melhor se adequava à nova prática religiosa cristã era a basílica civil, por permitir a reunião de um amplo conjunto de fiéis. No entanto, muito embora, se tenha considerado tradicionalmente que a basílica cristã adoptou a forma da basílica civil romana, parece mais razoável entender a primeira como uma nova criação, ainda que inspirada na tipologia basilical preexistente¹⁰⁵⁷.

As basílicas paleocristãs eram constituídas basicamente por um recinto de culto, a basílica propriamente dita, composta normalmente por uma sala rectangular e por uma abside, onde se localizava o altar, podendo incluir um baptistério e grandes átrios episcopais¹⁰⁵⁸. Porém, era comum que, paralelamente ao templo, se construíssem residências e estruturas de apoio à vida religiosa, formando o conjunto episcopal (catedral, baptistério, palácio), que deveria necessitar de amplos espaços¹⁰⁵⁹. Igualmente os dados arqueológicos existentes apontam no sentido das primitivas basílicas terem sofrido várias ampliações¹⁰⁶⁰.

Na verdade, até ao momento, os dados disponíveis não permitem adiantar regras quanto à planta destes novos edifícios nem, tão pouco, quanto aos locais ou espaços que os receberam. Sabemos, contudo, que estes eram quase sempre

¹⁰⁵⁵ Buenacasa 2001.

¹⁰⁵⁶ Février 1974; Gurt i Esparraguerra *et al.* 1994; López Quiroga & Martínez Tejera 2006 .

¹⁰⁵⁷ Como no caso da basílica Ulpia, adossada ao *forum* de Trajano, em Roma (Kostof 1988, vol II).

¹⁰⁵⁸ Como a antiga igreja de S. Pedro em Roma (Kostof 1988, vol. II).

¹⁰⁵⁹ Kostof 1988, vol II; García Moreno 2001.

¹⁰⁶⁰ Real 1990. Um caso bastante ilustrativo é o do primeiro grupo episcopal de Barcelona (Bonnet & Beltrán de Heredia 2000).

anteriores espaços públicos, por vezes construídos numa posição lateral face ao centro urbano, junto às muralhas¹⁰⁶¹.

A partir dos dados epigráficos, sabemos que alguns destes novos edifícios de culto se construíram junto ao *forum*, numa posição bastante central¹⁰⁶². Porém, nem todos os templos se converteram em igrejas, enquanto que outro tipo de edifícios públicos, como as termas, as basílicas civis, os edifícios de espectáculo, *domus* ou mesmo os mercados viram muitas vezes os seus espaços adaptados a igrejas cristãs¹⁰⁶³.

Na generalidade das cidades da Península Ibérica, a construção de edifícios de carácter religioso aparece documentada entre os séculos V e VII, ou seja, no período suevo-visigótico, originando o que podemos considerar de urbanismo paleocristão. De resto, é sintomático que, no processo de afirmação dos novos reinos da Europa, se assista à sua paulatina conversão ao Cristianismo, que visava obter o apoio militar romano, ao mesmo tempo que facultava o alargamento dos seus domínios. Por outro lado, desde finais do século IV que os interesses da Igreja e do Império eram concorrentes, gozando os bispos gozavam de uma posição privilegiada que lhes permitia aumentar o seu património, designadamente nas cidades¹⁰⁶⁴.

De facto, as cidades ao tentarem moldar-se aos ideais cristãos vão paulatinamente suprimindo os templos pagãos, bem como os restantes edifícios públicos que haviam sido construídos enquanto reflexo de uma sociedade que se prezava a ostentação e a monumentalidade do espaço urbano¹⁰⁶⁵.

Porém, este processo será gradual, pois o urbanismo paleocristão foi largamente condicionado pelos espaços e edifícios anteriores que sobrevivem, facto que, conferiu à cidade paleocristã uma dualidade urbanística, enquanto que os novos edifícios religiosos se ajustam à realidade preexistente e dominante¹⁰⁶⁶. De facto, as alterações no tecido urbano não são bruscas ou rápidas, nem decorrem de uma intenção clara de materializar os ideais cristãos. Na verdade, trata-se de um processo de evolução lenta que acompanha as próprias alterações políticas, sociais e culturais da sociedade cristianizada¹⁰⁶⁷.

¹⁰⁶¹ Como aconteceu em algumas cidades do sul da Gália (Guyon 1992), ou em Barcelona (Granados & Rodá 1994).

¹⁰⁶² Como aconteceu em Barcelona (Bonnet & Beltrán de Heredia 2000).

¹⁰⁶³ Gurt i Esparraguerra *et al.* 1994.

¹⁰⁶⁴ Martínez Tejera no prelo.

¹⁰⁶⁵ Kennedy 1985.

¹⁰⁶⁶ Em Mérida, durante os séculos IV-V o circo e o *forum* romano continuaram activos (Mateos Cruz 1997).

¹⁰⁶⁷ Mateos Cruz 1997.

Apesar de alguns centros urbanos se dotarem de edifícios cristãos na zona intramuros¹⁰⁶⁸ assiste-se, igualmente, à sua construção no espaço periférico ou junto de anteriores necrópoles romanas, que tendencialmente se localizavam junto das vias que ligavam às portas da muralha. Do mesmo modo, assiste-se à construção de mosteiros fora das cidades, muito embora, este fenómeno se inscreva no quadro da expansão da cristianização do mundo rural¹⁰⁶⁹.

Tendencialmente, algumas partes dos centros urbanos tardo antigos irão ser abandonados, assistindo-se ao aparecimento de novos núcleos populacionais, agrupados em torno de edifícios de carácter religioso. Estes podem ser igrejas, edifícios martiriais, mas, também, mosteiros. Frequentemente, estes núcleos populacionais formam-se junto das basílicas paleocristãs, construídas junto das necrópoles ou ao longo das vias romanas¹⁰⁷⁰.

Um fenómeno bastante divergente dos hábitos característicos das antigas cidades romanas é o aparecimento de enterramentos dentro dos muros da cidade, associados aos novos espaços de culto. Esta ocorrência parece registar-se em muitas cidades paleocristãs da Europa Ocidental¹⁰⁷¹. Os dados conhecidos para as cidades peninsulares apontam já para a existência destas sepulturas em épocas recuadas, designadamente no século V¹⁰⁷² e no século VII¹⁰⁷³.

Porém, o aparecimento destes novos locais de enterramento parece ter uma ocorrência muito pontual, não significando o abandono das necrópoles anteriores. Na realidade, durante a época suevo-visigótica algumas das necrópoles romanas continuaram a servir os propósitos de enterramento, muito embora denotem alterações na morfologia e orientação das sepulturas e nos rituais de enterramento.

O estudo do urbanismo paleocristão não pode ser dissociado da importância e do estatuto da cidade nas épocas anteriores. De facto, as *urbs*, que sempre constituíram centros urbanos prósperos, irão continuar a sê-lo até ao século VIII,

¹⁰⁶⁸ Como aconteceu em Mérida, que conheceu duas basílicas, um importante conjunto episcopal, composto por um palácio, a basílica catedral e uma igreja baptistério no espaço intramuros, na segunda metade do século VI, em Tarragona, com três igrejas intramuros, dos finais do reino visigodo, mas, também, em Toledo e Zaragoza (García Moreno 1989).

¹⁰⁶⁹ Para o caso da diocese de Braga o denominado Paroquial Suevo (572-582), bem como os inúmeros achados arqueológicos encontrados, atestam que, nas zonas mais distantes da cidade, existiam já, nos séculos VI e VII, comunidades cristãs e circunscrições eclesiásticas bem organizadas (Costa 1997-2000).

¹⁰⁷⁰ Azkarate Garai-Olaun 2002.

¹⁰⁷¹ Février 1974; García Moreno 2001.

¹⁰⁷² Como foi o caso de Barcelona (Rui i Barbera 1993).

¹⁰⁷³ Gurt i Esparraguerra et al. 1994.

facto que é comum entre as cidades que foram capitais de província ou de conventos e que passam a desempenhar funções de sedes episcopais¹⁰⁷⁴.

A cidade de *Bracara Augusta*, eleita capital da província da Galécia nos finais do século III ou inícios do IV, continuará a ser a capital eclesiástica depois da adopção do Cristianismo, no século IV¹⁰⁷⁵, situação que se encontra comprovada pela documentação canónica.

O primeiro bispo historicamente documentado para a diocese de Braga é Paterno¹⁰⁷⁶, sagrado para a diocese bracarense no Concílio I de Toledo, celebrado em 400¹⁰⁷⁷. Ora, se *Bracara Augusta* foi nomeada capital da Galécia pelo Imperador Diocleciano¹⁰⁷⁸, parece razoável aceitar que a cidade desempenhasse funções eclesiástica desde essa data, a par das novas responsabilidades políticas e administrativas que lhe são atribuídas enquanto capital provincial.

De facto, na segunda metade do século IV, Braga, já se tinha constituído como um centro religioso e cultural de grande importância, como afirma Casimiro Torres Rodríguez que considera Braga como “... *primer foco cultural de la Galécia del siglo IV*”¹⁰⁷⁹.

Segundo as fontes escritas de foro religioso, existentes para o século V, Braga possuía, no ano de 415, um metropolitano ou primaz¹⁰⁸⁰ de nome Balcónio¹⁰⁸¹. Este bispo era o mais alto representante da igreja em toda a Galécia, uma vez que não se conhecem reformas da organização desta região, posteriores às de Diocleciano¹⁰⁸².

Balcónio terá governado a diocese num período muito agitado dada a instabilidade provocada pelas invasões germânicas, mas, também, devido ao recrudescimento da heresia priscilianista¹⁰⁸³. Porém, foi graças às suas acções que depois da morte do rei suevo Réquila, em 448, o seu filho Requiário se converteu ao Cristianismo e com ele muitos suevos. Segundo as fontes escritas sabemos que,

¹⁰⁷⁴ Mateos Cruz 1997.

¹⁰⁷⁵ Apesar da data exacta da criação da Diocese de Braga, bem como do nome do primeiro bispo não serem muito claras, a carta sinodal de S. Cipriano (254/255) e o Concílio de Elvira (300/302), celebrado em Granada, aproximadamente entre os anos 300/302, presumem já a existência da Província Eclesiástica da Galécia, ainda que esta só apareça claramente mencionada na decretal do papa S. Sirício ao bispo de Tarragona, datada de 385, bem como em posteriores concílios do século V (Costa 1997-2000).

¹⁰⁷⁶ Apesar das incertezas e parco consenso quanto à data da sua consagração, sabe-se que Paterno foi sagrado pelo papa Simpósio, entre os anos 388/389 (Costa 1997-2000).

¹⁰⁷⁷ Costa 1997-2000.

¹⁰⁷⁸ Imperador Diocleciano (284-305 d.C.)

¹⁰⁷⁹ Torres Rodríguez 1958:31, lido em Costa 1997-2000, vol. I: 10.

¹⁰⁸⁰ Que seria o equivalente a arcebispo, muito embora este título ainda não fosse habitual

¹⁰⁸¹ Que figura como o segundo Bispo documentado para Braga, a seguir a Paterno, nos inícios do século V.

¹⁰⁸² Costa 1997-2000.

¹⁰⁸³ Prisciliano foi um herege hispânico do século IV, que sustentava que a alma do homem vem do céu e que o princípio do mal a junta ao corpo. O Priscilianismo propagou-se por toda a província da Galécia, tendo inclusivamente sido, priscilianista, o primeiro bispo de Braga, Paterno (Costa 1997-2000).

em 456, aquando da invasão de Braga pelo rei visigótico Teodorico II, existiam várias igrejas e, pelo menos, um mosteiro de religiosas¹⁰⁸⁴.

Todavia, será somente depois de 550, sob a influência de S. Martinho de Dume, que os suevos se convertem definitivamente ao Cristianismo¹⁰⁸⁵.

Braga manteve neste período uma grande importância administrativa, económica e religiosa, a julgar pela cunhagem de moeda e pela celebração de dois Concílios, em 561 e 572¹⁰⁸⁶.

Um documento do século VI, o *Parochiale Suevicum*, mostra como Braga constituiu um dos núcleos iniciais da expansão do Cristianismo na Hispânia, sendo a cristianização aqui mais rápida e intensa do que em qualquer outro lugar¹⁰⁸⁷.

No século VI, a dignidade metropolítica na Hispânia passa a estar vinculada à Sé Catedral e não ao bispo decano, como até então¹⁰⁸⁸. Tal alteração significou que a Sé de Braga passou a assegurar a primazia, ou seja, a ter a jurisdição e honra sobre mais do que uma circunscrição eclesiástica, as quais possuíam os seus próprios bispos sufragâneos¹⁰⁸⁹.

A quantidade exacta de dioceses que fariam inicialmente parte da metrópole de Braga é desconhecida. Contudo, sabemos que os limites da metrópole de Braga ultrapassavam a fronteira meridional da província da Galécia romana, passando a identificar-se com a do reino suevo, que ia até perto do rio Tejo¹⁰⁹⁰.

Mesmo depois de 585, após o fim do reino suevo, Braga persistiu como sede metropolitana eclesiástica da *Callaecia*, sendo descrita como “*Bracharensis metropolitanus Gallaeciae provinciae episcopus ...*”, como é o caso Concílio III de Toledo, celebrado em 589¹⁰⁹¹.

Neste sentido, as conclusões que podem ser extraídas das fontes escritas sugerem que Braga se manteria como capital de diocese e como centro religioso activo, durante os séculos V/VI, constituindo, também, um importante centro político e administrativo, enquanto capital do reino suevo.

Neste contexto será plausível considerar que o centro gravitacional administrativo e religioso dos séculos V / VI tenha privilegiado a zona envolvente da

¹⁰⁸⁴ Costa 1997-2000.

¹⁰⁸⁵ Costa 1997-2000.

¹⁰⁸⁶ Lemos 1998.

¹⁰⁸⁷ Costa 1997-2000.

¹⁰⁸⁸ Até pelo menos meados do século V a dignidade metropolítica na Península Hispânica era pessoal e por isso assegurada pelo bispo-decano, que em 433 era o bispo de Lugo, por ser o mais velho da província (Costa 1997-2000).

¹⁰⁸⁹ Esta situação encontra-se bem atestada no I Concílio de Braga, realizado a 1 de Maio de 561 (Costa 1997-2000).

¹⁰⁹⁰ O estado suevo vai estabelecer a sua capital em Braga, alargando posteriormente o seu domínio à Lusitânia e à Bética (Costa 1997-2000).

¹⁰⁹¹ Costa 1997-2000: 42.

actual Sé catedral, facto que justificará a persistência dos quarteirões do quadrante nordeste da cidade romana, enquanto que as áreas periféricas terão sido lentamente abandonadas¹⁰⁹² (Planta 5, Apêndice II).

Para o período suévico-visigótico conhecem-se os nomes de 12 Prelados bracarenses, sendo de destacar o notável conjunto de vultos ligados à religião e à cultura conhecidos em Braga nesse período. Entre eles notabilizaram-se Idácio de Chaves, os três Avitos, Paulo Orósio, Pascácio, S. Martinho de Dume e S. Frutuoso¹⁰⁹³.

Dando continuidade ao fortalecimentos do núcleo cristão de Braga destacam-se não só a obra religiosa de S. Martinho de Dume, no século VI, mas, também, a afirmação peninsular de S. Frutuoso, no século VII, já no período visigótico. Ambos terão contribuído fortemente para aumentar o estatuto e prestígios da Igreja bracarense, permitindo que Braga se tenha constituído num importante centro religioso e cultural¹⁰⁹⁴.

2.4.1 Dados disponíveis

O estudo da topografia das cidades paleocristãs depara-se com múltiplos obstáculos em virtude da escassez de dados que permitam ilustrar as alterações registadas no período compreendido entre os séculos VI e IX. Na verdade, este período conta com um escasso número de fontes histórico-documentais, sendo igualmente raros os vestígios materiais recuperados pela Arqueologia, devendo, no entanto, salientar-se que nas últimas décadas têm sido realizados alguns estudos importantes relativamente a este período¹⁰⁹⁵.

Das fontes escritas disponíveis destacam-se a obra escrita por Idácio, bispo de *Aquae Flaviae*, intitulada *Crónica*, datada entre os anos de 379-469, e os relatos de Paulo Orósio, para o século VI, muito embora existam outras referências escritas de carácter religioso¹⁰⁹⁶.

¹⁰⁹² Martins & Delgado 1989-90b.

¹⁰⁹³ Fontes 2007.

¹⁰⁹⁴ Costa 1997-2000.

¹⁰⁹⁵ A nível nacional destacam-se os trabalhos generalistas de Carlos A. Ferreira de Almeida, M. Luís Real, Manuel Justino P. Maciel e Luís Fontes (Almeida 1972; 1978b; 1986; Real 1995; Maciel 1996; Fontes 2007) e os que abordam exemplos concretos de edifícios, designadamente sobre as basílicas suevo-visigóticas de Dume, Braga (Fontes 1991-92) e de Viseu (Vaz 2000), as paleocristãs de Mértola (Torres & Macias 1993) e Conímbriga (Maciel & Coelho 1994) ou, sobre o templo alto-medieval de S. Torcato, Guimarães (Barroca & Real 1992).

¹⁰⁹⁶ As fontes escritas referem-se basicamente a documentos religiosos que retratam a atribulada vida religiosa da cidade na sequência da sua condição como sede de bispado. Estes documentos encontram-se estudados e publicados por diversos autores (Costa 1997-2000).

Os dados arqueológicos para o estudo das alterações morfológicas registadas na topografia da Braga paleocristã foram obtidos em escavações arqueológicas pontuais. Na realidade, trata-se de dados fragmentários e dispersos que permitem perfilar um quadro de transformações, que terá particular expressão na Alta Idade Média. De facto, os vestígios arqueológicos que certificam a existência de construções religiosos na zona intramuros para este período são muito ténues e resumem-se ao edifício localizado na área da actual Sé Catedral. Porém, ainda que apenas conheçamos este exemplar de culto, ele reveste-se de extrema importância, devido à sua localização geográfica, à circunstância de derivar da reutilização de um anterior edifício público romano e à sua configuração arquitectónica, que sugere a existência de uma basílica paleocristã anterior, construída talvez no século IV¹⁰⁹⁷.

Nas zonas localizadas extramuros os dados mais significativos relacionam-se com as necrópoles, na exacta medida em que em algumas delas continuam a manter a sua função até à Alta Idade Média, como aconteceu com a necrópole da Rua do Caíres, a ocidente, ou a da via XVII, na parte oriental da cidade, onde se destacam os núcleos de incineração da Cangosta da Palha e de S. Vítor.

Outro conjunto de dados refere-se às inscrições encontradas nalgumas Igrejas, designadamente uma de carácter funerário conhecida na igreja de S. Vicente de Infias, datada de 618 e, a sigla “JHESUS” encontrada numa pedra talhada junto do local onde se supõe ter estado a Igreja de S. Pedro de Maximinos sobre o antigo anfiteatro romano.

2.4.2 A periferia e centro da cidade

Apesar das alterações urbanísticas correspondentes à ocupação suevo-visigótica, serem bastante difíceis de determinar, aceita-se que a ocupação da cidade tenha sido condicionada, a partir de determinado momento, pelo fenómeno da polarização em torno de novos centros de culto, como S. Vicente, S. Vítor e S. Pedro de Maximinos, à semelhança do que acontece noutras cidades peninsulares ocupadas neste período.

Do mesmo modo, é aceitável que as alterações da topografia urbana não tenham sido radicais, verificando-se mesmo a persistência do traçado ortogonal em

¹⁰⁹⁷ Fontes et al. 1997-98.

alguns sectores da cidade, designadamente no quadrante NE, uma vez que ele ainda persistia no século XVI, como ilustra o *Mapa de Braunio*.

Por outro lado, é provável que parte da população possa ter abandonado a cidade e se tenha concentrado juntos dos focos religiosos surgidos nas zonas rurais. Um desses focos parece ser Dume, onde foi encontrada uma basílica paleocristã, edificada junto a uma *villa* romana e onde terá residido um dos bispos da Diocese de Braga, S. Martinho de Dume¹⁰⁹⁸.

A inscrição funerária encontrada na igreja de S. Vicente de Infias, datada do século VII, constitui um importante indicador de algumas alterações da estrutura urbana de Braga. Estas alterações resultam precisamente do aparecimento de novos centros de culto cristão na periferia imediata das cidades, alguns em áreas as antigas necrópoles ou vias romanas.

Podemos deste modo considerar que algumas das áreas da cidade romana foram abandonadas, sobretudo a partir dos séculos VI-VII. Na sequência deste processo a população ou se concentra no quadrante nordeste da antiga cidade, ou se desloca para os pequenos aglomerados populacionais que se organizam em torno dos novos locais de culto cristão, inicialmente basílicas martiriais e, mais tarde, igrejas (Planta 5, Apêndice II).

2.4.3 Basílicas paleocristãs e necrópoles

2.4.3.1 O templo paleocristão da Sé Catedral

As escavações arqueológicas efectuadas na capela-mor da Sé Catedral permitiram pôr a descoberto uma série de ruínas que tornam evidente a ocupação prolongada deste local, desde o período romano até ao século XI, altura em que se constrói aquela capela. De facto, datam do período romano os primeiros edifícios encontrados no subsolo da actual Sé, os quais foram sendo continuamente transformados e adaptados a diferentes funcionalidades.

O primeiro edifício público conhecido no local poderá corresponder a um mercado romano, datado do tempo dos flávios, muito embora esta interpretação careça ainda de confirmação. A existência de uma inscrição dedicada ao Génio do mercado, conhecida desde o século XVIII, muito embora desaparecida, foi relatada

¹⁰⁹⁸ Fontes 1991-92.

como proveniente da Sé Catedral¹⁰⁹⁹, podendo, deste modo, ajudar a confirmar a existência de um *macellum* neste local¹¹⁰⁰.

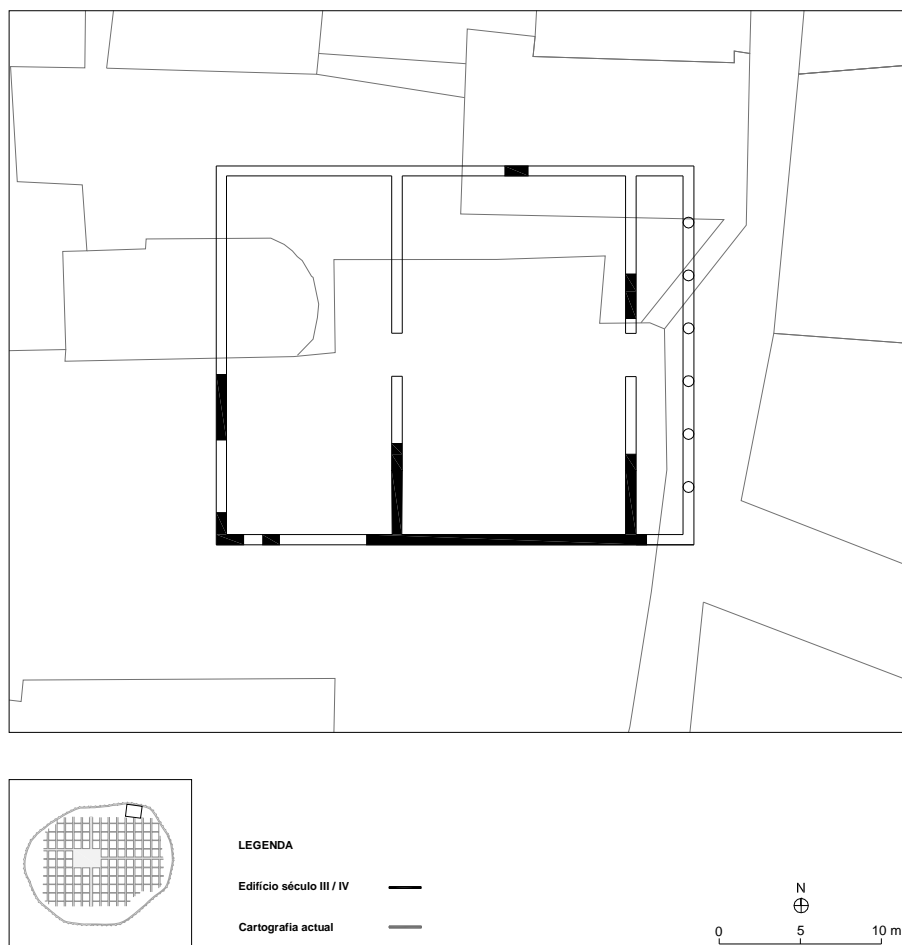


Figura 91 – Edifício romano do séc. III / IV na zona da Sé Catedral

O edifício que aí existia terá sido alvo de remodelações, estando a mais importante datada entre os finais do século III / inícios do século IV¹¹⁰¹, uma vez que transforma a anterior construção num amplo edifício de planta basilical. Este, de configuração rectangular, com cerca de 80 pés de largura (24 m), por cerca de 100 pés de comprimento (30 m), está orientado E/O, encontrando-se pavimentado com *opus signinum*. O seu interior parece dividido em três alas, estando rematado a nascente por um pórtico com 3,80 m (13 pés)¹¹⁰² de largura (Figura 91, p. 302).

¹⁰⁹⁹ Argote 1732-34.

¹¹⁰⁰ Fontes et al. 1997-98.

¹¹⁰¹ Fontes et al. 1997-98.

¹¹⁰² Fontes et al. 1997-98.

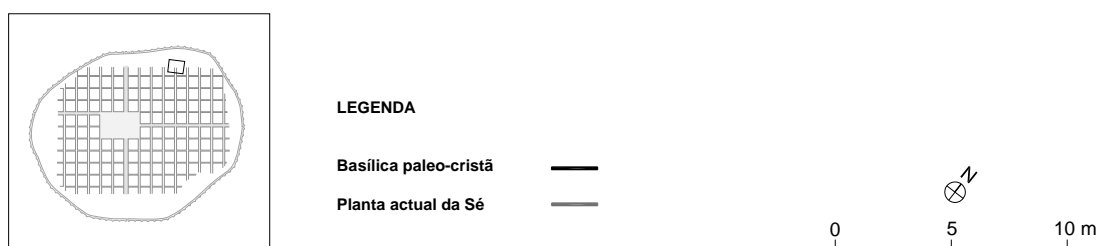
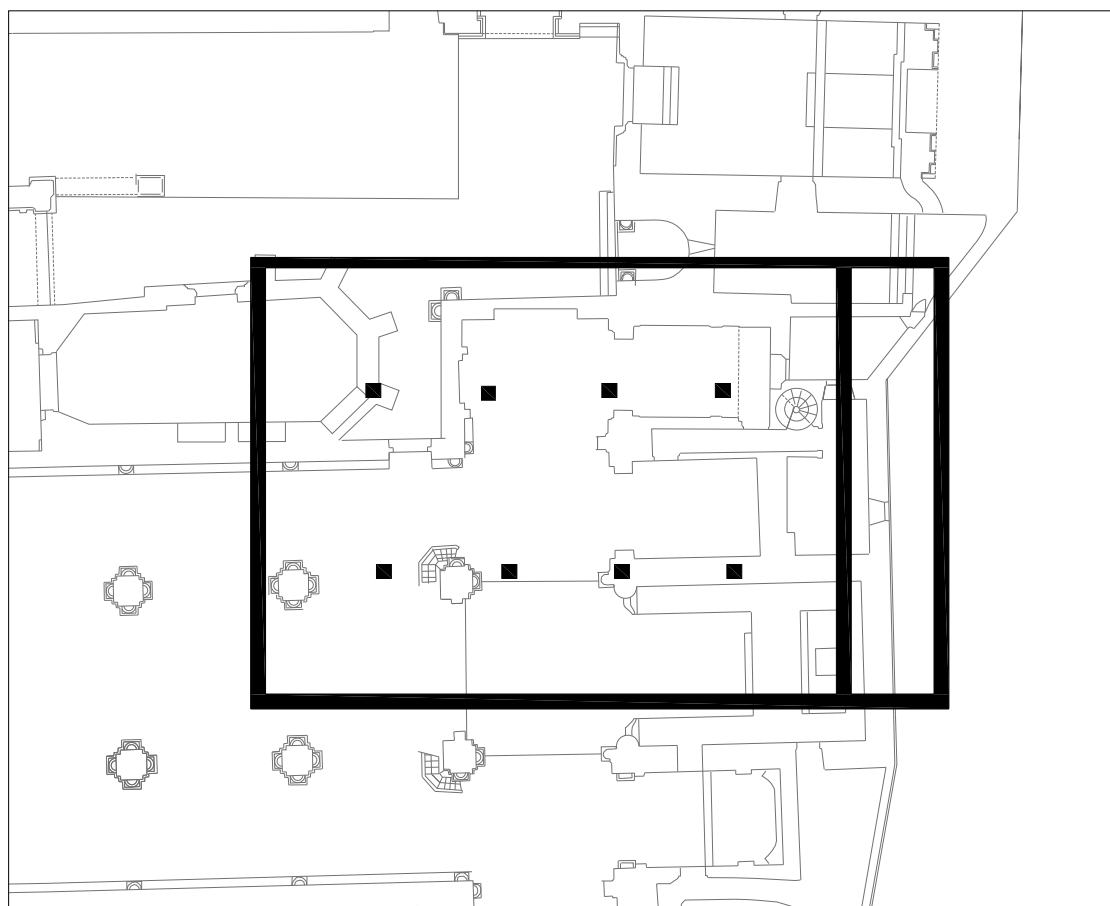


Figura 92 – Reconstituição da basílica paleocristã da Sé

A configuração deste edifício permite integrá-lo no modelo basilical paleocristão (Figura 92, p. 303). A corroborar a interpretação de um templo cristão neste local e nesta época encontram-se dois sarcófagos de mármore dos séculos V-VI¹¹⁰³, dado como procedentes da Sé, bem como a história subsequente do sítio.

Segundo a estratigrafia encontrada nesta zona, este edifício foi ocupado até aos séculos X e XI, com uma eventual remodelação neste período. Porém, no

¹¹⁰³ Fontes et al. 1997-98.

século XI terá sido demolido para dar lugar à nova catedral de Braga, sagrada pelo em 1089, pelo bispo D. Pedro¹¹⁰⁴.

Face aos dados arqueológicos, à localização geográfica do edifício, situado intramuros, muito próximo da muralha romana, ao conhecimento através das fontes que Braga possuiria edifícios de culto religioso e à construção, neste local, de uma Sé Catedral, durante o século XI, bem como às referências do foro religioso que confirmam que na cidade de Braga residiam bispos e se realizavam concílios desde o século VI, parece plausível admitir que a basílica da Sé Catedral tenha sido o primeiro e mais importante edifício de culto cristão construído na cidade, suscitando a reunião em seu torno de um núcleo populacional precoce. A localização deste edifício junto à parte norte da muralha romana garantia a sua protecção e a da população residente.

Assim, muito embora algumas partes da cidade rodeada pelas muralhas do Baixo Império, possam ter sido pontualmente abandonadas, Braga persistiu como um importante centro religioso e cultural entre os séculos IV e VII, o qual deveria ter-se sustentado numa estrutura urbana adequada, herdeira da cidade anterior.

2.4.3.2 O templo paleocristão da igreja de S. Vicente

A Igreja de S. Vicente, também designada de S. Vicente de Infias, é, provavelmente, a seguir ao templo paleocristão da Sé de Braga, a segunda mais antiga e importante basílica de Braga, que se localiza na periferia do centro urbano.

A comprovar esta ilação encontramos a descoberta neste local de uma estela funerária¹¹⁰⁵ que refere o dia 1 de Maio da era de 656, ou seja do ano de 618 da era de Cristo, com a seguinte inscrição “*Remisnuera aqui descansou em paz. Amén*”.

No entender de alguns autores¹¹⁰⁶, este epitáfio deveria pertencer à necrópole paleocristã da referida basílica, que aparece referida, desde o século IX, nos documentos religiosos, ainda que de forma indirecta.

De facto, este local de culto localiza-se no eixo da via XVIII que ligava *Bracara* a *Asturica Augusta*, sendo aceitável que nesta zona se encontrassem sepulturas integradas na necrópole que se associaria à referida via, muito embora esta zona

¹¹⁰⁴ Fontes et al. 1997-98.

¹¹⁰⁵ Esta inscrição foi encontrada em 1565, quando foi feita a reconstituição da igreja.

¹¹⁰⁶ Costa 1997-2000.

não tenha sido sujeita a intervenções arqueológicas, susceptíveis de confirmar a interpretação sugerida. A existência de uma basílica paleocristã nesta zona, junto de uma antiga necrópole romana, associada a uma das mais importantes vias romanas parece, assim, perfeitamente plausível.

A primeira referência directa a este edifício religioso, encontra-se num documento, com data de 1181, onde consta que Alexandre III mandou restituir a igreja de S. Frutuoso e S. Vicente a Compostela¹¹⁰⁷. Deste modo, tratou-se da restituição de uma igreja que já existia¹¹⁰⁸.

A cidade medieval, documentada no *Mapa de Braunio* e nas fontes manuscritas, valorizou desde muito cedo esta zona periférica da cidade, onde desde a época paleocristã se terá constituído um núcleo populacional que, através da Rua dos Chãos, se ligava à cidade medieval.

Em 1565 a igreja de S. Vicente foi reedificada sobre um templo mais antigo, tendo sofrido uma restauração em 1691, como aparece inscrito na fachada principal da igreja.

2.4.3.3 O templo paleocristão da igreja de S. Pedro de Maximinos

A Igreja de S. Pedro de Maximinos já não existe actualmente, tendo sido substituída pela actual igreja de Maximinos. Porém, nem o local nem a planta correspondem ao edifício religioso original.

A primitiva igreja de S. Pedro de Maximinos era uma das mais antigas de Braga e localizava-se ao fundo da rua medieval de Maximinos, no enfiamento do largo do Beco, segundo o *Mapa de Braunio*, algures do lado oeste da actual Rua do Caires.

Segundo as informações disponíveis para os finais do século XVIII¹¹⁰⁹ a referida Igreja localizava-se, nesse tempo, num beco, que saíria do meio da Rua da Cruz de Pedra e terá sido mandada demolir na segunda metade do século XVIII, pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança.

A confirmar a possível localização desta igreja, bem como a sua antiguidade, foi encontrado, junto à actual fonte de S. Pedro, um silhar bem talhado, com a inscrição “JHESUS”¹¹¹⁰. Dadas as proporções deste elemento arquitectónico, ele

¹¹⁰⁷ Costa 1997-2000.

¹¹⁰⁸ Costa 1997-2000.

¹¹⁰⁹ Designadamente por Inácio J. Peixoto (1992)

¹¹¹⁰ Morais 2001.

poderá ter pertencido à antiga Igreja de S. Pedro de Maximinos, localizada nas proximidades da actual fonte e, muito provavelmente sobre o anfiteatro romano¹¹¹¹.

Segundo os dados arqueológicos esta zona situa-se nas imediações de uma área de necrópole associada à passagem de uma via romana, que saía pela porta ocidental da cidade.

As fontes manuscritas religiosas referem que os servos da Igreja habitavam nesta freguesia desde o século VIII¹¹¹².

Dadas as circunstâncias em que ocorreu a formação dos núcleos populacionais suburbanos na Antiguidade Tardia e os já referidos para Braga, parece plausível admitir que aqui se tenha localizado uma basílica paleocristã, em torno da qual se terá formado um pequeno aglomerado populacional. A referida basílica terá sido transformada em igreja no século XI, de acordo com um documento, datado de 1025, onde se lê *in Sancto Petro in suburbio Bragala ... in ecclesia*. Este documento trata de um pleito realizado para aferir a condição social dos habitantes de Braga e arredores, pressupondo, portanto que aqui residiria uma população bastante antiga, que se teria aglutinado em torno da Igreja¹¹¹³.

As referências documentais sucedem-se para os séculos XII e XIII e, em 1320, encontramos um documento que refere já explicitamente a “*Ecclesia Sancti Petri de Maximinis ad ducentas et septuaginta libras*”¹¹¹⁴.

2.4.3.4 O templo paleocristão da igreja de S. Vítor

A igreja de S. Vítor, tal como a conhecemos hoje em dia foi mandada reedificar pelo arcebispo D. Luís de Sousa, em 1686. Aquando destas obras foi encontrada uma inscrição latina que parecia pertencer a um sepulcro, a qual se encontrava incorporada na parede norte, tapada com estuque¹¹¹⁵. Esta inscrição supõe uma ocupação anterior deste local. Todavia, segundo as fontes escritas a igreja mais antiga, não seria a actual igreja de S. Vítor, mas sim a de S. Vítor-o-Velho, um pequeno templo mais antigo.

¹¹¹¹ Morais 2001.

¹¹¹² Costa 1997-2000.

¹¹¹³ Costa 1997-2000: vol I: 102.

¹¹¹⁴ Costa 1997-2000: vol II: 104.

¹¹¹⁵ Freitas 1890.

Esta igreja aparece referida pela primeira vez num documento datado de 899, que alude à pretensa doação da igreja feita por Afonso III a Santiago de Compostela, onde se pode ler “*villam que est juxta fluvium Aleste territorio Bracharensi ubi ecclesia Sancti Victoris est fundata cum vicis suis*”¹¹¹⁶. Trata-se, portanto, da doação da paróquia e igreja de S. Victor, que tinham sido tomadas por Paio Pires. Este documento demonstra que em finais do século IX existiriam já, tanto a igreja como um aglomerado populacional na envolvente da mesma, pois Paio Pires apenas as tomou em nome do rei¹¹¹⁷.

Existem muitos outros documentos que referem esta igreja, sendo de destacar um, de 1120, que revela o seu restauro e sagração por D. Paio Mendes e um outro, de 1290, que se refere à “*Parrochia Santi Victoris*”¹¹¹⁸.

Deste modo, torna-se evidente a existência de um núcleo populacional na área envolvente da zona da Igreja de S. Vítor, pelo menos desde o século IX, permitindo confirmar a formação de núcleos nas imediações da cidade população periférica que se reúnem e organizam na periferia da cidade.

No século XVII, mais concretamente em 1686, provavelmente devido às condições da própria igreja, o arcebispo D. Luís de Sousa, mandou reedificá-la de novo no local onde hoje a encontramos.

Segundo as fontes arqueológicas foram detectadas sepulturas nas proximidades deste local, as quais estarão associadas à necrópole romana da via XVII, que ligava *Bracara* a *Asturica Augusta*, a qual se estendia desde a porta nascente da cidade até pelo menos à área de S. Vítor. De facto, nos finais dos anos cinquenta do século passado foram escavadas algumas sepulturas de inumação, aquando da abertura da Rua Martins Sarmiento¹¹¹⁹. As escavações realizadas no ano de 2000, perto da igreja permitiram exumar um novo conjunto de sepulturas e um pavimento de *opus signinum*. O conjunto dos dados sugere a existência neste local de um espaço funerário utilizado desde o Alto Império até à Alta Idade Média, período em terá sido delimitado o adro da Igreja do século XI¹¹²⁰.

¹¹¹⁶ Costa 1997-2000, Vol. I: 103.

¹¹¹⁷ Costa 1997-2000, Vol. I: 103. Segundo Avelino Jesus da Costa, o templo mais antigo, a que os documentos se referem, não seria a actual igreja de S. Victor, mas sim a de S. Vítor-o-Velho, uma pequena igreja, localizada a oriente da actual (Costa 1997-2000, Vol. I: 103), interpretação que não é partilhada por Francisco Sande Lemos, que entende tratar-se da igreja actual (Lemos 2001).

¹¹¹⁸ Costa 1997-2000, Vol. I: 103.

¹¹¹⁹ Pinto & Athaide 1957.

¹¹²⁰ Lemos 2001.



Figura 93 – Estruturas exumadas nas escavações da área de S. Vítor

Assim os dados arqueológicos permitem demonstrar que este local conheceu uma evolução natural característica da Antiguidade Tardia, que consiste na cristianização de uma anterior área de necrópole, de um conjunto de sepulturas, ou de uma única, associadas a um mártir. Na situação vertente, trata-se de S. Vítor, considerado pelas fontes como tendo sido martirizado em *Bracara Augusta*. A identificação arqueológica de um solo de *opus signinum* datada do século IV ou V, interpretado como associado a um templo paleocristão, erigido sobre o espaço funerário, poderá igualmente indicar a proximidade de um local de culto da nova doutrina que se situaria, eventualmente, no local da igreja do século IX¹¹²¹.

2.4.4 Braga entre a ocupação suévica e a Alta Idade Média

A Península Ibérica foi invadida sucessivamente pelos Vândalos, Suevos e Alanos a partir de 409¹¹²². Estes povos ter-se-ão fixado, a partir de 411, em diferentes regiões, muito embora num clima de forte instabilidade e de grande conflito entre as populações residentes e o próprio exército romano. Porém, logo em 415 entram em cena os Visigodos, que se encontravam estabelecidos no sul da

¹¹²¹ Lemos 2001.

¹¹²² Acerca da entrada e permanência dos povos germânicos na Península Ibérica podem consultar-se os trabalhos de Luís García Moreno (García Moreno 1989; 2001).

Gália. Apesar da invasão visigótica ter sido inicialmente feita em nome do Imperador, tendo como objectivo travar a onda de saques e destruições registadas na Península pelos outros povos, mais tarde, com a queda do Império ocidental, os Visigodos passam a agir autonomamente tentando controlar todo o Ocidente europeu.

Os Suevos, que entram na Península nos inícios do século V, instalam-se como federados na Galécia, implantando a sua capital em *Bracara Augusta*. Por sua vez, os Visigodos ocupam as restantes áreas da Península Ibérica, instalando a capital em Toledo.

A região de Braga ficará sob o domínio suévico até 585, ano em que a região do Noroeste peninsular ficará integrada no reino visigótico.

Sob influência do bispo Balcónio, os Suevos converteram-se ao Cristianismo, em 448. Deste modo, o reino suevo passou a constituir o primeiro domínio bárbaro a incorporar-se no seio da Igreja católica.

Ainda que com o rei Raimundo, os Suevos voltem novamente a aceitar o Arianismo, situação que se vai manter entre 458-550, existindo simultaneamente dois bispos, um fiel a Roma e outro ariano, no tempo do rei Carriarico, e devido à grande acção apostólica de S. Martinho de Dume, o reino suévico será definitivamente convertido ao Catolicismo¹¹²³.

Apesar de ser um povo de raiz ariana, os Suevos vão constituir o primeiro reino cristão da Europa, reconhecendo a superioridade da cultura hispano-romana. Paulatinamente, Romanos e Germanos irão misturar-se, dando origem a uma população, que combina as tradições culturais romanas, com a religião cristã e os costumes germânicos.

A ocupação de Braga pelos Suevos, que a elegeram para capital política e administrativa do seu reino, muito embora a sua corte possa ter sido instalada fora da cidade, marcou o início de uma fase conturbada e enigmática da sua história. Na verdade, a circunstância de ter sido eleita como capital, sendo indicadora da sua importância, no século V, transforma-a, igualmente, num alvo estratégico para os ataques dos Visigodos. Por outro lado, sendo certo que as invasões germânicas da Península foram importantes do ponto de vista político-militar, elas não provocaram grandes alterações no *modus vivendi* das populações cristianizadas, sobretudo nos centros urbanos. Assim, os materiais e construções associados à

¹¹²³ Fontes 2007.

ocupação destes povos, recuperados através das escavações são bastante escassos, sendo o seu estado de conservação genericamente mau, facto que dificulta a sua datação segura. Em Braga, as estruturas associadas a este período cronológico encontram-se generalizadamente desmanteladas ou destruídas, revelando uma péssima qualidade de construção, bem como a frequente reutilização de materiais procedentes de edifícios anteriores¹¹²⁴.

Segundo algumas fontes, designadamente os relatos de Idácio¹¹²⁵, a cidade de Braga terá sido completamente devastada pelos Visigodos, no ataque de 456. No entanto, os dados arqueológicos, bem como as fontes histórico-documentais de tipo canónico, parecem demonstrar o oposto. De facto, tudo parece indicar que estamos perante um relato exagerado, talvez pelo facto de Idácio ter desempenhado um papel importante na resolução dos problemas gerados pela ocupação dos Visigodos.

Na verdade, os povos germânicos que se estabeleceram na Península Ibérica terão sido facilmente seduzidos pela cultura romano-cristã dominante, adoptando o seu modelo de organização político-administrativa, os seus hábitos e costumes, bem como a religião e a língua, que continua a ser utilizada pelas camadas superiores da população. Este facto fará com que as cidades romanas peninsulares não sofram grandes alterações, nem na sua estrutura populacional.

Não se conhecem para o período compreendido entre os séculos V e VII novas planificações urbanas. Assim, parece razoável admitir que os núcleos de fundação romana, que possuem funções episcopais, se tenham mantido, herdando as características das cidades anteriores, ainda que possam conhecer algumas adaptações resultantes da construção de novos edifícios religiosos.

Em Braga, os dados arqueológicos atestam uma perfeita continuidade da vida urbana dentro de padrões que podemos considerar de normal transformação de uma cidade face ao cenário de introdução de uma nova realidade cultural. De facto, a cidade terá mantido importância religiosa e cultural, assim como uma dinâmica vida urbana, entre os séculos V e VII. A provar essa continuidade encontramos os enterramentos realizados nas necrópoles romanas até pelo menos ao século VII, o ritmo de importação de cerâmica e de outros objectos, entre os

¹¹²⁴ Martins 1991-92.

¹¹²⁵ Idácio, o bispo cronista de Chaves, relata na sua obra, a Crónica, que após o ataque e saque do rei visigodo Teodorico II, a Braga terá ficado completamente devastada (.).

séculos V/VII, as remodelações de alguns edifícios, bem como as reparações efectuadas nalguns troços do perímetro da muralha baixo-imperial¹¹²⁶.

A Arqueologia permite atestar, também, inevitáveis transformações topográficas. Com efeito, tendo por base os dados descobertos nas escavações, podemos admitir que a cidade terá mantido o traçado romano nalgumas áreas, ao mesmo tempo que ocorrem alterações associadas ao progressivo abandono de certas zonas da cidade¹¹²⁷.

A zona da cidade onde se regista a persistência do traçado romano ortogonal corresponde ao quadrante nordeste, disposto a sul da área onde se ergueria a basílica paleocristã, identificada sob a actual Sé Catedral. Esta área terá constituído neste período um espaço privilegiado de ocupação no tecido urbano da cidade, sendo certamente aí que se centralizariam as funções mais importantes da cidade, ligadas à administração eclesiástica. Por outro lado, deve destacar-se que toda esta zona se encontrava protegida pelo troço norte da muralha romana, facto que pode ter contribuído para a persistência de um traçado urbano regular neste sector da cidade.

As escavações têm permitido comentar várias remodelações de edifícios, datadas deste período, em vários locais do vasto perímetro da cidade romana. Algumas delas, correspondem a construções que alteram por completo a funcionalidade dos espaços anteriores, conforme foi testemunhado na zona das Carvalheiras e na Colina do Alto da Cividade. Nesta última área, têm sido encontradas estruturas sobrepostas ao teatro, claramente desalinhadas dos eixos dominantes da cidade romana (NO/SE) e com características construtivas que denotam uma acentuada descontinuidade relativamente às técnicas romanas¹¹²⁸.

O carácter rústico de algumas construções identificadas, bem como a utilização de mós e de cerâmica dolear, parecem apontar para uma eventual ruralização do espaço intramuros da cidade, ainda defendida pela poderosa muralha baixo-imperial. Por outro lado, alguns quarteirões parecem iniciar um processo de parcial abandono, que irá criando descontinuidades físicas na construção e no uso do solo. Este processo acabará por conduzir à amortização dos elementos que caracterizam o plano urbano, designadamente, os eixos de circulação e os próprios quarteirões. De facto, o progressivo desaparecimento das

¹¹²⁶ Martins & Delgado 1989-90b.

¹¹²⁷ Martins 1992-93

¹¹²⁸ Informações inéditas facultadas pela Professora Manuela Martins.

ruas e dos pórticos, desde o Baixo Império, acabará por alterar a morfologia dos quarteirões, que deixam de ter limites fixos e passam a organizar-se por processos de ocupação espontânea que irá igualmente alterar a morfologia do edificado.

As dificuldades que persistem na abordagem do urbanismo alto-medieval resultam da exiguidade e precariedade de dados arqueológicos que não permitam adiantar ainda uma abordagem global do espaço urbano.

Segundo as informações do cronista árabe, Abd Al-Hunim Al-Himiari¹¹²⁹, Braga terá sido destruída pelos Muçulmanos, no século VIII. Todavia, o quadro descrito pelo autor referente ao generalizado abandono da cidade, não se coaduna com a documentação eclesiástica que documenta que Braga se terá mantido como centro urbano e religioso, com uma população residente minimamente significativa, uma vez que no século IX, aí se reuniu uma cúria régia, onde esteve presente Afonso III, rei das Astúrias¹¹³⁰.

Neste sentido, parece razoável admitir que a cidade tenha continuado a manter a sua importância, muito embora a sua população se deva ter concentrado, a partir do século VIII, numa área bastante mais reduzida, correspondente ao quadrante nordeste da cidade romana, onde nos séculos anteriores havia persistido o traçado urbano ortogonal. Aproveitando, a parte norte da muralha romana, este sector da cidade será muito provavelmente cercado a sul e oeste por uma fortificação erguida de raiz cujo traçado é conhecido.

2.4.5 Conclusão

À semelhança de muitas outras cidades de origem romana, Braga irá conhecer a paulatina introdução dos símbolos cristãos na sua morfologia urbana. Evidentemente que a construção de locais de culto terá sido lenta, estando apenas documentada, para o século IV, uma basílica paleocristã, localizada sob a Sé Catedral.

O processo de cristianização da cidade prosseguirá durante o período de dominação suévica, ao mesmo tempo se mantém a sua importância política, económica e cultural, enquanto capital do reino.

Na verdade, o maior ímpeto de construções religiosas parece situar-se entre os séculos V e VII, à semelhança do que aconteceu noutras cidades peninsulares,

¹¹²⁹ Mantas 1987.

¹¹³⁰ Costa 1997-2000.

sendo sobretudo materializado nas zonas periféricas, designadamente ao longo do eixo das principais vias que saíam de Braga.

Porém, a construção da basílica da Sé constitui um elemento fundamental para perceber algumas das alterações morfológicas ocorridas no tecido urbano e para tecermos algumas considerações relativas à evolução histórica da cidade neste período.

O primeiro facto importante resulta da circunstância da basílica corresponder a uma reutilização de um edifício público anterior, uma vez que documenta o processo de transformação dos espaços públicos de carácter utilitário, em edifícios de culto cristão. Esta prática, significava menores custos construtivos para os novos equipamentos, conduzindo, simultaneamente, à destruição dos monumentos de simbologia pagã, fortemente enraizados nas cidades romanas.

Facto igualmente significativo é a localização da basílica paleocristã da Sé no plano da cidade, pois, situando-se nas proximidades da muralha, possuía vantagens em termos defensivos. Por outro lado, a sua implantação periférica afastava-a da zona alta da cidade, onde se situava o *forum*, bem como os grandes espaços públicos pagãos característicos da cidade romana, como o teatro ou as termas. Assim, a basílica situava-se numa área protegida e privilegiada, face a potenciais ataques exteriores, possuindo condições para o seu próprio crescimento ou para a anexação de outros edifícios de culto. De facto, a localização deste edifício parece condicionada por preocupações estratégicas, que seguramente se prendem com a necessidade de protecção e afirmação da comunidade cristã.

No estado actual das investigações torna-se difícil precisar com rigor o conjunto das alterações topográficas ocorridas na cidade entre os séculos V e X. No entanto, é possível considerar dois tipos de situações diferenciadas que caracterizam na vasta área cercada pela muralha romana. Por um lado, observa-se a persistência do plano ortogonal romano, ainda que pontualmente alterado, no quadrante nordeste da cidade. Por outro lado, verifica-se um progressivo desaparecimento dos eixos de circulação, com a conseqüente alteração da morfologia dos quarteirões, do edificado e do uso do solo. De facto, parte do espaço intramuros passa a ser ocupado de forma descontínua, circunstância que propicia a crescente ruralização do solo urbano.

Talvez só a partir do século VIII se possa falar com propriedade do abandono definitivo de áreas intramuros, o qual terá sido acompanhado pela concentração de

população no quadrante NE da cidade (Planta 5, Apêndice II). Esta área, protegida a norte pela muralha romana, terá tido como pólo de atracção a basílica cristã da Sé, vindo a ser fortificada na parte sul e oeste por uma cinta defensiva, construída em época ainda indeterminada, da qual falaremos no ponto 3.3.

Na área extramuros, verifica-se o fenómeno da emergência de igrejas eventualmente associadas a mártires, implantadas em zonas de necrópoles, dispostas ao longo das vias que saíam da cidade. Estes edifícios de culto tendem a constituir-se como pólos de desenvolvimento de aglomerados populacionais que darão origem às paróquias medievais da área suburbana.